



145 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul

V SIMPÓSIO INTERNACIONAL
XII FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIRO



ROBERTO RADÜNZ
VANIA HERÉDIA
ORGANIZADORES



145 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL
V SIMPÓSIO INTERNACIONAL XIII FÓRUM DE ESTUDOS
ÍTALO-BRASILEIRO

ROBERTO RADÜNZ
VANIA HERÉDIA
Organizadores

Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor: Odacir Deonísio Graciólli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica: Flávia Fernanda Costa

Chefe de Gabinete: Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educs: Simone Côrte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldó Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente

Cleide Calgáro (UCS)

Gelson Leonardo Rech (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Simone Côrte Real Barbieri (UCS)

Terciane Ângela Luchese (UCS)

Vania Elisabete Schneider (UCS)

© dos organizadores
Editoração: João Paulo Rates Rippel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

C397 145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] / organizadores Roberto Radünz, Vania Herédia. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-65-5807-110-5
Série de estudos apresentados no V Simpósio Internacional. XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro.
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Italianos - Rio Grande do Sul. 2. Itália - Migração - Rio Grande do Sul. I. Radünz, Roberto. II. Herédia, Vania. III. Simpósio Internacional (5. : 2021 : Caxias do Sul, RS). IV. Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro (13. : 2021 : Caxias do Sul, RS).

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------------------|
| 1. Italianos - Rio Grande do Sul | 325.54(450:816.5) |
| 2. Itália - Migração - Rio Grande do Sul | 314.15(450:816.5) |



Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

Direitos reservados a:

EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

A revisão ortográfica desta obra é de responsabilidade dos autores.

Sumário

Imigração, religiosidade e turismo: ucranianos em Apucarana/PR	9
Lorena Angélica Mancini	
Religiosidade e hospitalidade em áreas rurais de imigração italiana no Rio Grande do Sul	30
Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaup Vania Beatriz Merlotti Herédia	
Curricularização e valorização do patrimônio imaterial: as aulas de talian no município de Casca/RS.....	46
Aline Nizzola Berton	
A memória do trabalho no patrimônio industrial: relações entre o <i>Percorso Archeologia Industriale</i> (Schio - Vêneto) e o museu de território de Galópolis (Caxias do Sul - Rio Grande do Sul)	65
Geovana Erlo	
As “quintandas” camponesas como patrimônio material e imaterial em Jaguari-RS	87
Renata Piecha Maria Catarina Chitolina Zanini	
Linha imperial histórica e germânica.....	105
Rodrigo José dos Santos	
A educação transnacional e geracional: aproximações iniciais de um grupo de imigrantes e filhos de Rotzo – VI para Antônio Prado – RS (1871-1930)	124
Manuela Ciconetto Bernardi	
Memórias em torno da escola normal rural muraldo: formação de professor rural (Caxias do Sul/RS – 1947/ 1963)	138
José Edimar de Souza	
“Um modelar estabelecimento de ensino”: imigração, educação e a arquitetura escolar do grupo escolar Frei Caneca e grupo escolar Emilio Meyer na Serra Gaúcha – 1940.....	155
Rafael de Souza Pinheiro Samanta Vanz	
A participação da mulher serrana no desenvolvimento rural de São Francisco de Paula-RS	173
Amanda Scalcon Bittencourt	
Os imigrantes haitianos e sua relação com o mercado laboral da região sul do Brasil.....	191
Natalia Fioravanso Vieira Brizola	
Imigrantes italianos e a intrusão de terras no Rio Grande do Sul (1889-1930)	211
Rosane Marcia Neumann	

Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália.....	232
João Carlos Tedesco	
A presença de imigrantes brasileiros em terras paraguaias: modernização agrícola e agronegócio.....	258
Vanucia Gnoatto	
Le piccole ballerine: o resgate da cultura italiana através da dança em Porto Real/RJ.....	274
Alinne Ferreira da Silva	
As narrativas visuais dentro da discussão territorial da identidade cultural subversiva de Arnaldo Albuquerque.....	288
Cícero de Brito Nogueira Núbia de Andrade Viana	
A memória do trabalho dos imigrantes italianos presente no roteiro turístico caminhos de pedra.....	304
Fabiana Tramontin Bonho Roberto Amaral Schinoff Judite Sanson de Bem	
La cultura visiva degli italiani meridionali nel rio grande do sul: un approccio etnografico.....	317
Fabio Ragone	
Novas mobilidades no novo milênio: a migração italiana no sul do Brasil (2000-2018).....	333
Leonardo de Oliveira Conedera	
Germanidade e memória: o clube do lar da associação linha do rio.....	354
Luana Isabel Klatt Maria Catarina Chitolina Zanini	
Reflexos da fomentada imigração italiana em colônias imperiais situadas na serra gaúcha.....	367
Paola Marina Pessoa	
A memória dos imigrantes italianos de Bento Gonçalves/RS presente na ferrovia do vinho.....	376
Roberto Amaral Schinoff Fabiana Tramontin Bonho Judite Sanson de Bem	
Italianidade e metodismo no Rio Grande do Sul.....	386
Vicente Dalla Chiesa	
A igreja de São João da Cruz: relatos e memórias.....	403
Henrique Bondan Rampazzo	

Brincadeiras e imigração italiana: vivências no sul e sudeste do Brasil	422
Manoela Grazziotin Rodrigues	
A vida e quase morte do trem de ferro de Bento Gonçalves/RS	441
Cristina Pasquetti Massutti	
O tiro de guerra de São Francisco de Paula e região serrana 1920-1943.....	459
Amanda Scalcon Bittencourt	
Apontamentos sobre a colônia Princesa Dona Isabel	479
Carlos Henrique Monschau Funck	
A culinária dos orixás: religiosidade e gastronomia africana na serra gaúcha	492
Matheus Troglío	
Cristine Fortes Lia	
Um descendente de espanhóis entre italianos no interior do estado do Rio Grande do Sul: etnicidade e religiosidade em Francisco Sanchez Filho, o Paco	512
Cristiane Bondan Rampazzo	
Compagnoni, integralismo e religiosidade: intertextualidades possíveis.....	528
Erick da Silva Porto	
Muçulmanos em movimento: a comunidade senegalesa em Caxias do Sul	549
Franciele de Almeida de Oliveira	
Cristine Fortes Lia	
Arroio Canoas: 110 anos da chegada dos imigrantes italianos	566
Ricardo Luis Herpich	
A cultura material das escolas rurais pomeranas do sul do pampa e da serra dos tapes – rs	579
Simone Gomes de Faria	
Karen Laiz Krause Romig	
A representação consular italiana e as associações étnicas italianas em Pelotas, RS (1870-1971)	594
Elisabeth da Rosa Conill	
Patrícia Weiduschadt	
Um espanhol doa terras para imigrantes italianos: capoeiras – Nova Prata/RS	615
Eliana Gasparini Xerri	

Apresentação

O histórico do evento é conhecido. Teve sua primeira edição em 1975, com o intuito de comemorar o centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. O I Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros foi prestigiado pela presença de vários intelectuais que pesquisavam o tema, tais como: Octavio Ianni, Thales de Azevedo, José de Souza Martins, Luiz Alberto De Boni, Vitalina Maria Frosi, Ciro Mioranza, Loraine Slomp Giron entre outros.

Os eventos realizados sempre se pautaram sobre o tema imigratório, trazendo pesquisas que versavam sobre a produção econômica na região, as práticas culturais, as instituições predominantes, a força religiosa, a política e suas repercussões, os fenômenos linguísticos, a língua e seus desdobramentos, entre tantos temas importantes. O estudo desses temas proporcionou vários intercâmbios com instituições estrangeiras que pesquisam sobre o mesmo argumento, tornando esses eventos espaços de socialização do conhecimento produzido pelas diversas instituições de Ensino Superior.

No século XXI o evento ocorreu de cinco em cinco ano desde 2005. Tivemos nesses encontros diversos parceiros que colaboraram para a realização das atividades acadêmicas e para o sucesso alcançado. Entre eles, citamos: a Università degli Studi di Padova; a Università della Sapienza, Roma; a Università C'a Foscari; a Universidad de la República-Uruguai, Swinburne University of Technology, Melbourne, Australia; Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade de Passo Fundo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Histórico de São Leopoldo entre outros Além disso os evento contaram com o suporte financeiro do CNPq, da Capes e da FAPERGS . A Prefeitura de Caxias do Sul, através do Arquivo Histórico João Spadari Adami, foi parceira importante nessas várias inciativas.

Não bastasse todo o infortúnio ligado a Pandemia, o V Simpósio teve que lamentar o falecimento de duas colegas que tem seus nomes identificado com o evento. Nas vésperas do Simpósio fomos surpreendidos com o falecimento da professora Heloisa Capovilla Ramos, pesquisadora que constava na programação. Foi uma grande lástima sentida no evento. Dias depois perdemos Loraine Slomp Giron, morte essa que causou uma grande comoção. Loraine fez parte do grupo seletivo dos pioneiros de 1975 e será sempre lembrada pelo seu envolvimento nos debates a respeito da imigração.

Reunimos nessa publicação as apresentações feitas no XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Tendo como tema central um balanço da historiografia da imigração, os textos escritos encontram espaços de divulgação em dois suportes: nos Anais que reúne as comunicações e no livro que acolhe a conferência de abertura com o Professor Emilio Franzina e os textos escritos apresentados nas mesas-redondas.

Roberto Radünz e Vania Herédia
Universidade de Caxias do Sul

Imigração, religiosidade e turismo: ucranianos em Apucarana/PR

Lorena Angélica Mancini
Unespar Campus Apucarana
Doutoranda do PPGTURH – UCS
(lorena.mancini@unespar.edu.br)

Introdução

A imigração ucraniana teve influência direta na construção da memória e identidade dos seus descendentes. O processo migratório trouxe para o Brasil ucranianos motivados pela busca de melhores condições de vida. Abandonaram sua terra, sofreram dificuldades em relação à língua, clima, ressignificação de sua cultura e religiosidade e construíram novos modos de vida.

Boruszenko (1979) afirma que os ucranianos passaram por uma série de invasões devido a suas terras férteis. Essas invasões fizeram com que por várias vezes as fronteiras do seu território fossem modificadas, o que conseqüentemente ajudou a modificar as fronteiras étnicas e identitárias do seu povo (BURKO, 1963). Circunstâncias que ajudam a compreender os fatores que levaram a criação de um imaginário pautado muitas vezes na desconfiança ou medo em relação ao outro, ou ao diferente.

Nesse sentido Ellero (2014) aponta que no final do século XIX o território ucraniano passava por diversos conflitos, principalmente o domínio do Império austríaco e as perseguições a Igreja Ortodoxa. O que resulta em condições de vida muito precárias, difíceis e submissas, perseguição política, cultural e religiosa. Além disso a autora cita a fraca industrialização na região, que não atende o contingente populacional, causando também uma dificuldade socioeconômica.

A promessa de melhoria de vida na promissora terra dos sonhos constante nas propagandas de imigração e feita pelos agentes fez com que muitos abandonassem suas aldeias e buscassem pela “liberdade” no Brasil.

Os ucranianos vieram em sua grande maioria para o Estado do Paraná, fixando-se em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Dorizon, Ivaí, Irati, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Roncador, União da vitória, entre outras.

O recorte geográfico desta pesquisa é o município de Apucarana pelo fato de, no período de sua colonização, receber um número significativo de imigrantes e descendentes ucranianos vindos do Sul do Paraná e Estado de São Paulo, sendo uma das principais etnias colonizadoras da cidade, junto com a japonesa. Outro motivo se dá pela contribuição acadêmica que este texto pode trazer, visto que parte das publicações sobre a imigração desta etnia no Estado do Paraná é voltada para Prudentópolis, havendo pouquíssimas publicações específicas sobre Apucarana.

Esse povo ajudou a construir a cidade e trouxe grande contribuição para seu crescimento e desenvolvimento. Em Apucarana buscaram reviver suas tradições, principalmente ligadas a religião, aspecto cultural que deu suporte para a vida daquele território e que fundamentou a manutenção de seus costumes. Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo discutir a religião como aspecto que contribuiu para a valorização identitária deste grupo, além de identificar tradições religiosas mantidas pelos ucranianos em Apucarana. A partir disso buscou-se analisar a possibilidade de compreender o turismo como um elemento neste processo de (re) afirmação da identidade, bem como utilizá-lo para reforçar as práticas religiosas.

Para tanto apoiou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental que permitiu descrever a história e imigração ucraniana, sua chegada e adaptação no Brasil. Buscou-se verificar também o aspecto religioso e sua importância para esse grupo. Além disso realizou-se entrevistas com duas descendentes para, a partir dos relatos orais buscar um aprofundamento sobre o processo

histórico e principalmente o conhecimento sobre as tradições e costumes mantidos apoiados na religiosidade.

Ucranianos no Paraná

Sobre a colonização do Estado do Paraná, Ellero (2014), coloca que sua população fundamental é formada de início por portugueses, espanhóis, índios e africanos. No governo de Zacarias de Gois e Vasconcelos, primeiro presidente da Província, iniciaram os esforços para povoamento do território, sendo em 1855 autorizada por ele a imigração de estrangeiros.

Analisando dados sobre a imigração europeia no Brasil, verifica-se que em muitos deles o grupo de ucranianos não é especificado. Porém, quando se trata da imigração especificamente do estado do Paraná, a imigração ucraniana tem grande relevância.

Oliveira (2008) aponta que um dos principais problemas em se estudar o desenvolvimento histórico da imigração ucraniana no Brasil é a falta de dados estatísticos, além das contingências históricas, como as divisões geográficas da Europa, sendo que populações de diferentes formações étnico-culturais em domínios políticos, entrevam no país com o passaporte do governo ao qual estavam submetidos

De acordo com Boruszenko (1979), a imigração de ucranianos aconteceu em três períodos distintos. A primeira etapa migratória efetuou-se no final do século XIX, em ocasião a superpopulação rural, as seguintes etapas decorreram posteriormente a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Existe, porém, divergências sobre o primeiro grupo de ucranianos no Brasil. Durante a pesquisa encontrou-se diferentes registros datando de 1876 ou 1881, informações que não possuem documentação que as comprove. Dessa forma, alguns autores dataram de 1891 a chegada do primeiro grupo de ucranianos que se tem registro no Brasil, enquanto outros autores citam o ano de 1895.

De qualquer forma os autores concordam que este grupo chegou ao Estado do Paraná, fundando a Colônia de Santa Bárbara, entre Curitiba e Ponta Grossa. Ainda apontam que o número registrado de ucranianos que vieram para o Paraná é inferior ao real, pois muitos deles foram ucranianos que por terem vindo da Galícia¹, entraram no país como austríacos ou como poloneses.

Em reportagem sobre Imigração Ucraniana no Paraná, a historiadora Talita Seniuk destaca que essa onda foi reflexo da própria campanha do governo com vistas a ocupar os vazios demográficos, buscar mão de obra e suprir a crise de abastecimento de alimentos e bens primários dentro do território paranaense. Segundo a historiadora é muito importante destacar que não foram os ucranianos que escolheram o Paraná, mas os governos brasileiro e paranaense que determinaram que fossem assentados nesses locais (ANTONELLI, 2018)

A segunda onda de imigração deu-se a partir da segunda década do século XX, motivados pela campanha brasileira de imigração que requisitava mão de obra estrangeira para a construção da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul. Fixaram-se principalmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RAMOS, 2008).

Após o término da Segunda Guerra foi registrada a chegada de mais ucranianos nos portos brasileiros, porém, mesmo que alguns ainda tenham escolhido o Paraná, a maioria dirigiu-se para São Paulo (BURKO, 1963)

Comunidades ucranianas são encontradas em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Dorizon, Ivaí, Irati, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Roncador, União da Vitória, entre outras.

¹ Neste período a região da Galícia pertencia ao Império Austro-Húngaro e à Polônia, mas os habitantes dessa região eram os ucranianos que estavam sendo subjugados pelos invasores (RAMOS, 2006).

Junto com os ucranianos chegaram suas tradições, costumes. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na adaptação a este novo território, e aos poucos se inserindo no cotidiano local, buscaram manter sua cultura. A historiadora Talita Seniuk fala sobre traços identificados na “religião, dança, bordados, gastronomia, idioma, poesia, atividades agrícolas, profissionais, liberais... Os campos de atuação e influência dos imigrantes ucranianos em solo paranaense é amplo”. Complementa que a herança cultural se preserva em festividades principalmente religiosas, visto que a religiosidade é algo inerente a etnia. Não há como separar a cultura da religião no que tange os ucranianos. Essa relação se mostra tão forte que em todo o Estado os costumes foram mantidos em função da religiosidade (ANTONELLI, 2018).

Processo de povoamento de Apucarana

Apucarana, recorte geográfico desta pesquisa, está localizada no Norte Central do Estado do Paraná, também conhecido como Norte Novo. É conhecida como “Cidade Alta”, sendo a décima primeira cidade mais populosa do Estado com uma estimativa de 136.234 habitantes segundo o censo do IBGE de 2019. Tem sua economia baseada principalmente na agricultura, seguida da produção de Bonés², setor industrial, e vem sendo reconhecida também pelo turismo. A cidade registra a presença de duas importantes colônias de imigrantes: ucranianos e japoneses. Há o registro, em menor número de outras etnias como italianos, portugueses, espanhóis, poloneses e alemães.

Faria (2015) expõe que a região era habitada por indígenas, os Guayanases, sendo que apenas com a Estrada de Ferro Sorocabana em 1908 sua ocupação se tornou mais efetiva. Segundo Rompatto (2020), desde o final do século XIX alguns fazendeiros dos Estados de São Paulo e Minas Gerais

² É conhecida como a capital nacional do Boné.

procuravam a região para expandir seus negócios em torno da cafeicultura, sendo que muitos deles, obtiveram do governo paranaense grandes extensões de terras. Estes tinham dificuldades para escoar sua produção até o porto de Santos, havendo a necessidade de construir uma ferrovia que ligasse o Estado do Paraná até o Estado de São Paulo. Devido aos custos da ferrovia foi necessário buscar investidores. Paralelo a isso o governo brasileiro buscava renegociar sua dívida com o grupo inglês N. M. Rothchild & Sons. Os ingleses propuseram a renegociação da dívida e ao mesmo tempo acenaram novos investimentos no país, entre eles a construção da ferrovia São Paulo-Paraná, a partir de Ourinhos-SP.

O primeiro passo nesse sentido foi criar em 1925 a Paraná Plantations Ltd, que organizou a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP – para vender as terras adquiridas e em 1928 comprar o projeto da ferrovia São Paulo-Paraná para o prolongamento da ferrovia, a partir de Ourinhos-SP. Nessa etapa, os ingleses entraram com o capital para o prolongamento da ferrovia e o governo com novas concessões de terras para compensar seus investimentos iniciais. (ROMPATTO, 2020, p.365)

Faria (2015) aponta que entre os anos de 1925 e 1927 a CTNP adquiriu terras e em 1929, após a aquisição da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, viabilizou-se a continuidade da linha férrea no território paranaense. Em 1930, com a chegada da linha férrea ao Patrimônio Três Bocas (Londrina) começaram a chegar os colonos, compradores para os lotes. Eram em sua maioria procedentes de velhos cafezais em falência no estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da região Nordeste, além de imigrantes oriundos de países como Itália, Alemanha, Japão e Ucrânia.

Londrina foi elevada à município em 1934, e outros núcleos urbanos foram fundados: Cambé, em 1930; Rolândia, em 1932; Araongas, em 1935; Mandaguari, em 1937 e Apucarana, em 1938. Essas comunidades, até 1943 estiveram subordinadas, de várias maneiras, à cidade de Londrina.

Apucarana teve um processo de povoamento rápido e substancial. Foi projetada para ser um pequeno núcleo de abastecimento para a zona rural, porém superou as expectativas. A cafeicultura foi um grande marco para o desenvolvimento do município e região e trouxe considerável número de migrantes de outras regiões do Brasil e de outros países.

Colônia nova Ucrânia

A chegada dos ucranianos em Apucarana ocorreu por volta de 1936. Tchopcko ³, neta de ucranianos, relata que integrantes da Colônia Ucrânia em Rancharia, Estado de São Paulo, migraram para o Paraná estabelecendo-se na Gleba Barra Nova, atualmente chamada de Colônia Nova Ucrânia. Além disso, outras famílias vieram de Cândido Abreu, Ivaí e Joaquim Távora no Paraná. Mais tarde se uniram a eles também alguns imigrantes vindos da Ucrânia. Em 1937, havia cerca de cem famílias fixadas na Colônia. Acreditavam que o clima da região sul seria mais adequado para o cultivo do trigo.

Nota-se que a maioria dos imigrantes já estava inserida no Brasil quando vieram para Apucarana, porém é importante ressaltar, segundo Ellero (2014) que a falta de apoio da empresa colonizadora e da administração municipal de Londrina foram fatores que marcaram a chegada e adaptação ao município. As primeiras famílias encontraram um local de mata fechada que tiveram que desbravar. Maria Galan Tchopcko (75 anos), descendente de ucranianos sobre essa dificuldade enfrentada no início conta

A minha mãe sempre contava né, era assim, quando a gente analisa pelo tempo de agora o povo reclama por nada né? Porque ela chegou, o pai dela né, meu avô trouxe ela, abriu uma clareira no mato, tinha uma derrubadinha né. Fez um rancho coberto de sapé, cercado por palmito, e daí ela ficou e ele foi buscar a

3 Entrevista realizada Dorotea Tchopcko (neta de ucranianos) em 01/06/2020

mudança e a mudança veio de “caroçon”, cargueiro... cargueiro é assim, em cima de mula, cavalo... atravessava o rio sem ponte, e daí é assim que eles viero, e a mãe ficou sozinha, porque já tinha uns primu, uns tio do otro lado do rio... mas ela preferia fica suzinha do que fica com os primu que era mais medroso que ela, enton,.. e ela falou ‘meu pai deixo um “cón” policial junto com ela né?... e tinha cobra andando por dentro, tinha onça ... era perigoso né, de animais ferozes, mais num de... num era perigosos igual agora que a gente tem medo de gente né?

Contavam apenas uns com os outros, sendo dessa forma o sentido de cooperação entre esse povo bastante ressaltado em artigos sobre o tema e também na entrevista realizada com Dorotea Tchopcko, que menciona que eles possuíam um grande senso de coletivo, comunidade. Verifica-se que a contribuição do povo ucraniano para o desenvolvimento da localidade foi fundamental.

Após sua fixação buscaram a reavivar os seus costumes, língua, tradições, dando novo sentido à sua identidade cultural, que influenciou muito no município. Começaram a desenvolver a agricultura de subsistência, fato que contribuiu diretamente para sua sobrevivência.

A religiosidade é aspecto de extrema importância nas comunidades ucranianas. Tchopcko (2008) expõe que a paróquia era o único grupo social organizado ao qual o camponês pertencia.

No dia 11 de Julho de 1937, foi realizada uma reunião com vários imigrantes e seus descendentes que vieram fazer parte da Paróquia Ucraniana Espírito Santo. Havia cerca de 90 famílias, fiéis da Igreja Ortodoxa Autocefálica Ucraniana. O primeiro sacerdote ortodoxo da Colônia Nova Ucrânia foi o Pe. Gregório Onyszcenko que chegou aqui em 1937. Na Colônia também se fixaram fiéis da Igreja Ucraniana Católica da Ordem dos Basilianos de Prudentópolis, sendo o primeiro sacerdote o Padre Marquiano Shirpan, de 1939 a 1942. Esporadicamente atendia aos fiéis, em casas particulares, celebrava missas, batizava, confessava. Somente em 1945 foi concluída a construção da Capela na Colônia Nova Ucrânia (TCHOPCKO, 2008, p.4)

É muito importante ressaltar que havia ortodoxos e católicos⁴ que viviam juntos na Colônia Nova Ucrânia. Em certo momento houve uma divisão e uma separação bastante forte entre eles, mas apesar dos problemas, tentavam ter uma convivência harmônica.

A autora ainda expõe que ucranianos e descendentes, em sua maioria, buscavam compreender melhor o local onde estavam para que pudessem interagir no seu meio. Quando vieram para o Brasil a intenção era de voltar para Ucrânia assim que tivessem a possibilidade, porém as notícias sobre o país de origem não eram boas, então deveriam se preparar para ficar definitivamente aqui no Brasil.

Nesse contexto a religião atua como suporte para as famílias, mantendo a ligação com a terra natal e contribui para preservação de traços importantes de sua cultura.

Cada espaço religioso apresenta-se como lugar familiar às pessoas que o frequentam e que nele experimentam as manifestações do sagrado, além de compartilharem entre si a fé e suas convicções, que se manifestam na paisagem, e integram o cotidiano do ser religioso. Assim a paisagem religiosa contempla as manifestações do sagrado, e por conter elementos que podem sugerir ao ser religioso o contato com o sagrado, contribui para reforçar e/ou reafirmar sua identidade, bem como a identidade do grupo. (TORRES, 2013, p. 98-99)

As percepções e as memórias vivenciadas, construídas e compartilhadas no seio do grupo de religiosos, apresentam-se como importantes elementos identitários. Diante dos “diferentes”, os ucranianos buscaram uma fonte de elementos que lhes forneceram características capazes de diferenciar/identificar o grupo, de estipular uma fronteira étnica.

⁴ Alguns ortodoxos se converteram ao catolicismo depois que estavam no Brasil, em função de padres ucranianos católicos que vieram de lá. Católicos ucranianos que foram obrigados a se converter na Ucrânia em função do domínio polonês.

Nesse aspecto, é possível partir do pensamento de Woodward (2014) que coloca que a identidade é marcada pela diferença; para ser uma coisa, você precisa deixar de ser outra; para ter uma identidade você tem que ter elementos identitários que o caracterizem, mas que ao mesmo tempo o diferenciem de outro grupo.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social, A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença (WOODWARD, 2014, p. 40)

É possível perceber uma luta de representações, tanto sociais quanto simbólicas, componentes especiais para se pensar a identidade, que são estabelecidas por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles [...]; eu/outro (WOODWARD, 2014, p.40). A religião é considerada um elemento para esses sistemas de classificação.

Tchopcko (2008) aponta ainda que a igreja era o melhor local para se viver em comunhão e preservar sua religião. As paróquias então criadas tornaram-se instrumentos eficazes para a dinâmica social. Ademais, as igrejas mantiveram os laços comunitários com os povoados rurais e na cidade, o que demonstra o papel que a Igreja ucraniana tem na preservação da memória e identidade e conseqüentemente das tradições ucraino-brasileiras. As representações e significados acerca da religiosidade podem se dar de maneira distinta entre os seres humanos, pois estes se baseiam, sobretudo, em suas experiências e vivências, que estão no plano da percepção e integram suas memórias.

A memória constitui-se a partir das experiências vividas, podendo estas serem individuais ou coletivas, mantendo sempre uma linha de continuidade temporal com o presente através da história. Halbwachs (2004) aponta que

toda memória é coletiva, mesmo quando vivida individualmente. Isto porque as lembranças estão vinculadas as experiências vividas de forma coletiva, se fundam em identidades dos grupos. Remete à capacidade de recordar experiência outrora vivenciadas, e pode ser desencadeada através da interação social, ou com o contato com objetos ou situações que remetam a tais experiências.

Quando compartilhada dentro de um grupo, a memória pode contribuir para a construção ou fortalecimento de uma identidade pessoal e/ou coletiva. Para Halbwachs (2004), há uma relação direta entre a memória individual e a memória coletiva, o que faz da memória uma característica sempre presente na vida humana. A memória é um fenômeno individual, mas que, conforme explicita o autor, perpetua-se e reconstrói-se na coletividade. Entende-se a memória como uma construção social, visto que não se refere a lembrança dos indivíduos somente, mas destes indivíduos inseridos em um contexto familiar ou social, fazendo com que suas lembranças sejam permeadas por inferências coletivas moralizantes ou não. Para Halbwachs (2004) toda memória se funda em identidades de grupos. Nesse processo, porém, a religião atua com fundamental importância, reproduzindo imagens representacionais que remetem aos fatos vividos por cada pessoa.

Segundo Alvim (1998, apud TCHOPCKO, 2008, p.6), “construir uma igreja envolvia trabalho conjunto, sacrifício, espírito de iniciativa visando o bem comum. Isso na realidade era uma retomada da vida coletiva desenvolvida na aldeia de origem”.

O cotidiano destes imigrantes era o trabalho e a igreja. Estas famílias formavam um elo com seu passado para imunizar os filhos contra a assimilação da nova cultura, pois existia a esperança permanente de retorno ao país de origem, mas era necessário o país estar em liberdade para que isso se realizasse. Para não perder parte de seu bem cultural, como legado de seus antepassados, os imigrantes construía em comunidade a igreja que envolvia trabalho, sacrifício, espírito de iniciativa sempre visando o bem comum. A manutenção das práticas religiosas era

muito importante, assim toda a comunidade se envolvia nesta empreitada (TCHOPCKO, 2008, p.6).

Os ucranianos e descendentes, por medo de perder sua identidade mantinham um círculo de amizades, núcleos ou colônias onde pudessem expressar sua cultura e crenças, sem corromper a memória de seus antepassados. Dessa forma, aos poucos agregavam valores diferentes buscando não ferir o modo de vida anterior.

Dorotéia Tchopcko coloca que os ucranianos se sentiam enganados com a propaganda feita para trazê-los ao Brasil, e muitos deles apesar dos esforços, não conseguiram se adaptar à realidade e local. Assim, se aproximando da década de 1960, período que se deu o auge do êxodo rural na região, muitas famílias abandonaram a Colônia Nova Ucrânia, iniciando novo processo de migração. A maioria deixou o país partindo para os Estados Unidos da América, alguns para outros estados e parte dos ucranianos apenas deixaram a área rural se mantendo no município de Apucarana, fazendo assim com que a Colônia Nova Ucrânia começasse a se desfazer.

A entrevistada coloca ainda que as famílias durante anos buscaram preservar os traços culturais, a memória e identidade de seus antepassados, tentando inserir suas tradições e valores na vida de seus filhos. Atualmente sentem maior dificuldade pois existe grande desinteresse por parte dos jovens em dar continuidade a esse legado. Segundo ela os principais aspectos preservados nas famílias descendentes é a alimentação, enfeites da sala visitas com quadros de santos toalhas bordadas em ponto cruz com motivos ucranianos, os trabalhos artesanais, o uso da cobertura de pena, a língua com muitas dificuldades, a dança. Em específico sobre a religião a entrevistada fala sobre a arquitetura das Igrejas e os ritos religiosos.

Apucarana possui quatro igrejas ucranianas, sendo duas ortodoxas: Igreja Espírito Santo (zona rural) e a Igreja Proteção da Santíssima Mãe de Deus (zona urbana); e duas católicas de rito oriental: Igreja Nossa Senhora de Fátima (rural) e a Igreja Divino Espírito Santo (zona urbana). Possuem

características e padrões arquitetônicos visualizados em outras Igrejas ucranianas no Estado do Paraná.

Os ritos religiosos, a liturgia, se mantem tradicional, apesar de o padre rezar em português. Nas igrejas ortodoxas o padre ainda fica de costas, e em algumas celebrações se mantem o idioma. Os cantos sempre são em ucraniano. O calendário cristão, também para os ortodoxos, se mantém o calendário juliano.

As festas de Natal e Páscoa também mantêm seus rituais e comemorações de acordo com os costumes deixados. No Natal, a entrevistada explica que fazem a ceia sem carne. São 12 pratos na mesa, onde pode ser consumido o peixe, porém não a carne. E na Páscoa, a missa da manhã faz a bênção dos alimentos que serão consumidos no café, que é a principal refeição do dia. Na cesta os descendentes levam: paska - pão salgado de Páscoa; Babka - Pão doce de Páscoa; Linguíça - Kobassa; carne assada – petchenhia, sal, raiz forte, manteiga e ovos cozidos (que é o primeiro alimento a ser consumido no café, partilhado entre a família).

Para a Páscoa também fazem a Pêssanka que é um ovo decorado artesanalmente, no qual cada desenho, cor e traço simbolizam diferentes desejos – os temas abordados são: amor, a natureza, o sol, as estrelas, as árvores, as flores, a fertilidade, a saúde, a riqueza, a prosperidade e a vida eterna. Essa tradição é milenar e anterior ao cristianismo e na liturgia cristã passaram a simbolizar a Páscoa.

Imigração, Religiosidade e Turismo: possibilidades de aproveitamento do patrimônio ucraniano em Apucarana

O município de Apucarana tem buscado ser reconhecido como um destino turístico consolidado. Está inserido na região do Vale do Ivaí, que é composta por 28 municípios. Esta foi considerada região turística pelo Ministério do Turismo, tendo 20 de seus municípios presentes no mapa turístico.

Apucarana é considerada um dos principais municípios dessa região e apesar de buscar uma diversificação da oferta turística, tem no Turismo Religioso seu principal segmento. Entre a oferta religiosa do município é possível citar Parque Santo Expedito, Catedral Nossa Senhora de Lourdes, Monumento à Bíblia, Santuário São José, Memorial dos Oblatos de São José, entre outros. Além de integrar os roteiros Rota da Fé e Caminhos da Fé. Atrativos que segundo a Paraná Turismo, fazem a cidade ser reconhecida e respeitada em todo o Paraná e se destacar no Turismo Religioso.

Para Dias (2006) o turismo religioso é aquele cujas motivações dos turistas são religiosas ou para participação em eventos de caráter religioso. Compreendem romarias, peregrinações e visitação a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas. Cárdenas (2012, apud SCHVARSTZHAUP; HERÉDIA, 2021) explica que viagens por razões religiosas possuem ligação com a tradição milenar de viajar do local de residência para outro lugar considerado sobrenatural, misterioso, representando um elo com o que há de sagrado na Terra. Para as autoras

esse fenômeno, comum às várias religiões, deu origem ao turismo religioso, que pode ser entendido como finalidade específica de conhecer lugares diferentes, porém com uma atitude e disposição especial para ir a lugares de reunião de culto, locais de propósito de fé, não apenas como alguém que vai como espectador, mas que participa com a necessidade de viver uma experiência de encontro com Deus e uma experiência de fé. (SCHVARSTZHAUP; HERÉDIA, 2021, p. 332)

A tradição religiosa do imigrante ucraniano e dos seus descendentes foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento desse povo em terras brasileiras. A religião foi transportada e revivida em novas terras, o que deu suporte para superar as dificuldades e fugir de uma desintegração social.

As igrejas ucranianas, manifestações e ritos religiosos, artesanato, demonstram que mesmo em processo de evolução e hibridização, as tradições

religiosas permanecem vivas, mesmo que adaptadas e alteradas. O que permite fazer uma ligação muito próxima da religião como aspecto cultural desse grupo. Carole Gubernikkoff (*apud* SEKEFF, 2001, p. 10) contribui para o entendimento de cultura definindo como “o conjunto de todos os bens simbólicos produzidos por uma sociedade, engloba todo o tipo de troca simbólica, desde a ciência até a arte, incluindo a língua, a religião e mesmo a economia”. Arantes (2006) coloca que a cultura popular pode ser considerada um conjunto de objetos, práticas e concepções, sobretudo religiosas e estéticas.

Nesse sentido, verifica-se que falar de turismo religioso seria limitante, visto que a religião é aspecto importantíssimo da cultura. Esse patrimônio cultural dos imigrantes ucranianos em Apucarana constitui sua etnicidade, identidade e expressa sua cultura por meio da fé. A organização sociocultural da colônia foi centralizada em torno da religião seja ela católica ou ortodoxa, e ainda hoje busca se manter como sinônimo de comunidade de base e de solidariedade. Desta forma, para este estudo optou-se por trabalhar aliado ao turismo religioso, o turismo cultural, já que este compreende a viagem motivada por manifestações culturais (inclusive as religiosas) que representam a identidade cultural de um povo, em determinada região, ou comunidade. Acredita-se que o turismo religioso possa ser trabalhado como um viés do turismo cultural, aproximando estes conceitos, visto que a religião, neste caso, apresentou-se como elemento que contribuiu para manutenção dos aspectos culturais.

Sartori (2019), aponta que o turismo religioso, dentro da segmentação do mercado turístico, faz parte dos atrativos com aspecto cultural e histórico, e complementa dizendo que é importante frisar que as formas de segmentação não são estáticas e sofrem mudanças de acordo com as transformações na forma de estudar e compreender o turismo.

No cenário atual, a globalização e os grandes avanços tecnológicos trouxeram mudanças na estrutura social, na forma de se relacionar com as pessoas, e nos aspectos temporais e espaciais, nos dando a impressão “[...] de

que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”, de acordo com Hall (2005, p.69) Estes aspectos afetam diretamente as concepções de identidade, tornando as relações humanas superficiais, e, por, outro lado, fazendo com que locais que proporcionem um contato mais próximo consigo e com o grupo, ganhem destaque.

Woodward (2014) contribui quando expõe que a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade.

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

A autora coloca ainda que essas transformações globais nas estruturas políticas e econômicas dão destaque as questões de identidade e lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. “Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza (WOODWARD, 2014, p. 25)

Diante de um processo de rápidas mudanças, modernização e busca por produtos e serviços modernizados, existe também uma homogeneização das experiências e aspectos culturais, que paradoxalmente causa a busca e retorno pelas raízes. Este aspecto possibilita uma oportunidade turística para municípios menores que possuam aspectos culturais que foram mantidos, mesmo que alterados, durante as gerações. Situação ainda mais incidente diante das especificidades do momento pelo qual o mundo tem passado em função da pandemia ocasionada pelo novo Covid – 19 e o isolamento social imposto para controle do vírus, que traz como uma das principais tendências para o turismo pós pandemia a procura por municípios menores, sem

aglomerações, que possuam aspectos culturais, étnicos e naturais como destaque.

Ainda nesse sentido, verifica-se que o turismo também pode contribuir para manter esses símbolos que correm o risco de serem perdidos diante dessa modernização, já que os mais jovens não veem sentido em preservá-los, como é o caso da cultura ucraniana em Apucarana. O turismo pode ser compreendido como um meio para dar novo sentido às tradições religiosas, posto que através dele é possível unir os descendentes novamente à sua cultura, assim como dar ferramentas para que se aproximem e compreendam o legado do seu povo que lutou muito para a realidade que eles têm pudessem ser desfrutada.

Vislumbra-se nesse processo uma forma de proporcionar as novas gerações de descendentes uma possibilidade de entrar em contato com a história do seu povo, vivenciar memórias construídas e compartilhadas e reforçar e/ou reafirmar sua identidade, bem como a identidade do grupo.

O visitante busca por esse contato, principalmente quando sua motivação é religiosa e/ou cultural. Outros municípios que como Apucarana cultivam o passado e seus símbolos cultuados ao longo de gerações, passaram a investir nos seus recursos, culturais e sociais como alternativas de desenvolver o turismo, evidenciando o legado de um povo que se mostrou tão importante para a consolidação e desenvolvimento do município e por isso precisa ser reconhecido e lembrado.

Porém, em relação a isso, Dorotea expôs que não há apoio do poder público para manutenção ou valorização da tradição do imigrante, nem japonês e nem ucraniano. As ações realizadas são por parte da própria comunidade, que com o tempo vão desanimando e acabam deixando de fazer.

A entrevistada acredita que o turismo pode contribuir para trazer aspectos importantes ao cotidiano dos mais jovens e contribuir, assim, para reafirmação de sua identidade.

A partir do momento que você trabalha com o turismo, você tá revivendo né, nem tanto revivendo, você tá rerepresentando algo que faz parte da história do local e com isso as pessoas vão rememorando e quem sabe retornando a isso ... eles até podem retornar a participar, porque a partir do momento que eles observarem que não é tão difícil participar, eles retornam. Eu tenho duas primas da minha mãe, que a mãe delas só participava, o pai já tinha falecido, e depois que a mãe faleceu elas... a gente conversou com elas 'Nossa a mãe de vocês sempre participou, tal, fazia, participava dos almoços, vinha na liturgia, tudo'... e agora elas participam, mesmo indo na igreja católica que elas vão de vez em quando, mas elas estão participando mais ferozmente aqui assim, então assim, porque, parece que é algo que vem pra matar a saudade ... elas falam assim, tem partes da liturgia quando a gente canta em ucraniano, quando o padre fala em ucraniano elas até choram porque elas lembram quando elas eram crianças que elas participavam daquilo. Então eu acho que, quem sabe... ajuda sim, eu acho que ajuda pra rememorar, até mesmo pra você ter um sentido de identidade.

E ainda complementa

Porque daí vem a memória, minha mãe fazia isso, meu avô fazia isso, fulano fazia aquilo, daí com essa questão da memória, você trabalhar a memória a pessoa escutar a parte do canto, escuta como as pessoas falam isso faz com que as pessoas voltem sim, porque é um saudosismo né? Querendo ou não a partir do momento que você participava daquilo quando criança e você retornar e ouvir novamente é um saudosismo, e acalenta mesmo né, a pessoa. E essa questão da identidade, porque muitas vezes a pessoa fala 'ai não tenho identidade, eu não acredito nisso', mas é uma identidade da pessoa, faz parte da raiz familiar.

É possível afirmar que o município possui muitas oportunidades para diversificar sua oferta religiosa e trazer novas possibilidades nesse momento em que busca ser reconhecido como destino turístico. No entanto é crucial uma articulação entre o poder público e descendentes ucranianos, conciliando seus interesses e necessidades. A interpretação da cultura e da história local, com um planejamento adequado e estruturado pode contribuir para evitar uma centralização no turismo religioso pautado no catolicismo (mas não o

ucraniano), que é para onde o município caminha hoje. Pensar a comunidade como protagonista de sua memória e identidade, pensando em evitar uma teatralização/espetacularização cultural e religiosa para fruição turística, entendendo que a cultura, memória e identidade são dinâmicas e sofrem ressignificações, mas continuam sendo elementos únicos que representam determinado grupo.

Considerações finais

O estudo discute um recorte sobre o tema da imigração ucraniana para o Estado do Paraná, mais especificamente para o município de Apucarana, e principalmente o papel da religião na manutenção das tradições e costumes. Oferece uma descrição dos remanescentes culturais e religiosos do grupo.

A principal limitação da pesquisa encontrou-se na dificuldade de encontrar referências sobre os ucranianos em Apucarana, o que mostra a grande necessidade de novas pesquisas que explorem o tema e tragam novas contribuições e olhares.

Valorizar a identidade ucráino-brasileira é ter consciência de que são diversos os elementos que a constituem, e entre estes elementos está a religião, fator extremamente importante para os imigrantes e descendentes. Nesse sentido, é fundamental o reconhecimento da contribuição histórica deste grupo para a colonização e desenvolvimento da cidade de Apucarana, e a partir disso a valorização de seus aspectos culturais para que estes permaneçam enraizados, favorecendo a integração da sociedade civil com o objetivo de salvaguardar a diversidade.

A partir da memória destes imigrantes e seus descendentes, é possível observar como a comunidade transmite o amor pelas tradições trazidas pelos seus antepassados, porém existe a necessidade urgente de trazer aos mais jovens esse sentimento de pertença e assim (re) afirmar sua identidade. Acredita-se que o turismo se mostra como elemento a contribuir nesse

processo ao ligar o descendente novamente as suas tradições, história e religião.

Nesse sentido o município, que busca um reconhecimento como destino turístico, mostra grandes oportunidades para o desenvolvimento do turismo, porém, é necessário aliar os interesses entre os envolvidos, para alcançar além de o desenvolvimento turístico, a preservação desta memória e identidade.

Referências bibliográficas

ANTONELLI, D. As Ucrânias do Paraná. **Revista Ideias**, 21 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.revistaideias.com.br/2018/02/21/as-ucranias-do-parana/>

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BORUZENKO, Oksana. **Imigração ucraniana no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1979.

BURKO, Pe. Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba, 1963.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: Recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARIA, M.C.C. Apucarana – Processo de Ocupação e Colonização. **Anais...** VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentre de Geohistória Regional, XX Semana de História 06 à 09 de outubro de 2015. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1430.pdf>

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

OLIVEIRA, P. A. **Ucranianos na Europa e no Brasil**: uma história camponesa. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008. (dissertação de mestrado)

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. São Leopoldo: Unisinos, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ROMPATTO, M. O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, Norte do Paraná: da colonização “moderna” às vilas rurais. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol. 13, n 1, jan – jul, 2020, p. 362-382.

SARTORI, A. ‘Um pedacinho da Itália’ ou ‘terra de Santa Paulina’? Planejamento turístico em Nova Trento-SC., 1990-2010. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, 11(3), p. 679-694, jul-set, 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6348>

SCHVARSTZHAUP, R. C.; HERÉDIA, V. M. Santuário Nossa Senhora de Caravaggio [Brasil]: história e devoção. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 13(2), 325-347, abr-jun, 2021. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/9055>

SEKEFF, Maria de Lourdes (org.). **Arte e culturas**: estudos interdisciplinares. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

TCHOPCKO, D. Cultura e Religião na Colônia Nova Ucrânia. **Salão de Extensão e Cultura**: Estabelecendo diálogos, estabelecendo perspectivas, 2008. Disponível em: https://anais.unicentro.br/sec/isecc/pdf/resumo_35.pdf

TORRES, M. A. As Paisagens da Memória e Identidade Religiosa. **RA E GA 27**: O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR, 2013, p.94-110. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30419/19695>

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T.T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença**: as perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, RJ:Vozes, 2014, p.7-72.

Religiosidade e hospitalidade em áreas rurais de imigração italiana no Rio Grande do Sul

Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt,
Universidade de Caxias do Sul - UCS (rlschvarstzhaupt@ucs.br)

Vania Beatriz Merlotti Herédia,
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Reflexões introdutórias

A religiosidade e a hospitalidade constituem-se traços relevantes na história da imigração italiana no Rio Grande do Sul. A influência da Igreja Católica contribuiu decisivamente para moldar o comportamento do imigrante italiano e também para a construção de uma cultura marcada por valores religiosos. A família patriarcal constituiu uma estrutura familiar forte e representava a manutenção dos valores trazidos da sociedade de origem.

A imigração motivava interesse de grande parte de italianos em busca de melhores condições de vida, bem como de perspectiva de acesso à propriedade da terra. Atraídos pelas promessas do governo imperial brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, esses imigrantes, provenientes do norte da Itália, migraram na expectativa de concretizar esse sonho.

Os primeiros ensaios da colonização e imigração no Brasil, haviam ocorrido em 1818, época em que também ocorreu imigração polonesa e suíça, esta última que naquele período fundou Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. E, em 1824, chegaram os primeiros alemães que fundaram São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Estudos de D'Apremont e Gillonnay (1976), a respeito da colonização polonesa e italiana no Rio Grande do Sul, apontam que a chegada de levas de colonos de diversas nacionalidades se processou com intervalos mais ou menos prolongados ao longo do século XIX e começo do século XX.

Os emigrantes mais numerosos são os de origem alemã e italiana, e na sequência, seguidos pelos poloneses e os orientais.

No Rio Grande do Sul, o processo migratório inicia propriamente em 1875. E tem a Ex-colônia Caxias como berço da imigração italiana no Estado, recebendo os imigrantes italianos, em Nova Milano (Farroupilha), no plano de ocupação de terras devolutas promovido pelo governo imperial. A estimativa oficial de “imigrantes italianos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914 foi em torno de 84.000” (HERÉDIA, 2017, p. 44).

O imigrante italiano estava tomado pelo fascínio da terra. Deixava a Itália atraído pela promessa de serem pequenos proprietários, por meio da aquisição de um lote colonial onde pudessem trabalhar. E assim, tinham a possibilidade de tornarem-se proprietários, de ascenderem socialmente, condição muito distante da que viviam em seu país de origem.

A religiosidade teve relevância para os diversos grupos de imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul (DE BONI e COSTA, 1984; HERÉDIA, 2017; AZEVEDO, 1975). No caso da imigração italiana, como de grande parte da imigração europeia, principalmente do final do século XIX, os imigrantes eram provenientes de comunidades rurais, católicos e muitos vinham sob orientação de seus párocos. Para esses imigrantes, o fator religioso assumia um papel relevante já que a religião era elemento de identificação cultural no contexto imigratório. Não tinham consciência de pátria, uma vez que a Itália recém tinha sido unificada. Naquele momento, a religião foi o fator que lhes permitiu a reconstrução de seu mundo cultural, devidamente adaptado às condições que encontraram na nova terra (DE BONI e COSTA, 1984).

O presente estudo classifica-se como exploratório, de natureza qualitativa e vale-se de pesquisa bibliográfica para abordar a religiosidade e a hospitalidade em áreas rurais nas regiões coloniais de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul

O sistema de imigração e colonização adotado no Rio Grande do Sul se caracteriza pelo regime da pequena propriedade e pelo trabalho familiar. Nas regiões de colonização italiana, na construção da comunidade ergueram a igreja paroquial, a casa canônica, a escola, as casas de comércio entre outros negócios. No tocante às terras, havia a demarcação de “Linha”, a qual consistia em um traçado estreito que cortava a floresta através de todo acidente geográfico unindo dois pontos quaisquer tomados como ponto de partida e de chegada. “À direita e à esquerda desta “Linha” dividiam o terreno em lotes numerados, geralmente com 200 metros de frente e 2 km de fundo, posteriormente distribuídos aos colonos” (D’APREMONT e GILLONNAY, 1976, p. 22).

No plano da imigração, o Estado fornecia os utensílios mais necessários e alguns cereais para o primeiro ano, especialmente sementes. O terreno era cedido ao imigrante mediante uma contribuição a longo prazo. Isolados nas florestas, encontravam grandes desafios para levar avante a construção de uma cabana e iniciar imediatamente o trabalho de roça e plantio. Necessitavam abater árvores, talhar rústicas tábuas para construir os primeiros abrigos para as famílias. Depois disso, decorria o abate e queima do mato para o plantio, que no ano seguinte era ampliado. Aos poucos, os imigrantes aperfeiçoaram seus instrumentos de trabalho e reconstruíam suas moradias em melhores condições.

O primeiro grande grupo de italianos chegou ao Rio Grande do Sul em 1875 e 1876, período em que foram fundadas as colônias agrícolas oficiais que deram origem a colônia Caxias, Conde d’Eu, e Princesa Isabel. Pouco depois, a onda emigratória avança no território, criando novas colônias como é o caso de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Encantado, Monte Vêneto (atual Cotiporã), Antônio Prado, Capoeiras (atual Nova Prata), Nova Bassano, Nova Esperança (atual Vespasiano Correa). O conjunto deste grupo colonial

forma o que se denomina o núcleo colonial italiano (SABBATINI, 1975).¹ Paralelamente a este grupo, se formava outro grupo no centro do Estado, próximo ao município de Santa Maria, denominado núcleo colonial Silveira Martins (D'APREMONT e GILLONNAY, 1976) que recebe emigrantes italianos principalmente da Região do Vêneto. De acordo com Sabattini (1975, p. XXXI) a região de colonização italiana é uma definição “de origem histórica, que faz parte da linguagem comum e oficial, que diz respeito ao território das ex-colônias de natureza pública, fundadas entre 1875 e 1892, e, por extensão, aos territórios dos municípios que deles derivaram” (SABBATINI, 1975, p. XXXII). Esclarece que essa região é considerada uma microrregião histórica do Estado do Rio Grande do Sul.

D'Apremont, Gillonnay (1976), De Boni e Costa (1984) e Zagonel (1975) indicam que as ordens religiosas tiveram papel importante na formação religiosa das colônias italianas no Estado. O caso dos capuchinhos é um exemplo dessa influência. Chegaram primeiramente em Conde d'Eu, posteriormente denominada Garibaldi, em 18 de janeiro de 1896². Os primeiros a chegarem foram os Padres Bruno de Gillonnay e Léon de Montsapey. Em 1897, fundam um convento em Nova Trento, posteriormente denominada Flores da Cunha, a 65 km a nordeste de Garibaldi. Este convento servirá de noviciado para a Missão do Rio Grande do Sul, com capacidade para abrigar até 30 religiosos. Em seguida é fundado o convento em Esperança, atual Vespasiano Correa.

¹ Colônia no Brasil, “é uma área mais ou menos vasta de terras virgens que é destinada a colonização e desta maneira é dividida em lotes de uma entidade que efetua concessões dos lotes aos chefes de família camponeses, os quais se obrigam a desmatá-la, produzir uma cultura e pagar a propriedade nos termos determinados. Na linguagem comum, se chama a ‘colônia’ um simples lote do conjunto, ou a fração de lote de uma empresa agrícola” (SABBATINI, 1975, p. XXXIII).

² Ver HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Viajantes europeus nas colônias italianas. *In: Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S281-S293, nov. 2012. Disponível em: Acesso em: 13/08/2021.

Entre os anos de 1902 a 1911, ocorreram significativas mudanças no clero do Rio Grande do Sul. Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão foi bispo da diocese do Rio Grande do Sul de 1890 a 1910, e, com a elevação à arquidiocese, foi arcebispo de 1910 a 1912. Em 1910, a Santa Sé dividiu a diocese do Rio Grande do Sul em quatro dioceses: Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. A diocese de Porto Alegre, ao tornar-se arcebispado, tinha como sufragâneas as três outras dioceses e mais a diocese de Santa Catarina que abrangia todo aquele Estado. O arcebispo nomeado para Porto Alegre foi o próprio Dom Cláudio, que já era bispo havia 19 anos (ZAGONEL, 1975, p. 75).

Em 1912, Dom João Becker, que havia solicitado dispensa ao papa, é transferido da diocese de Santa Catarina e substituído Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão na arquidiocese de Porto Alegre. Durante essa década, o clero secular do Estado havia aumentado significativamente em decorrência da chegada de alguns sacerdotes provenientes da Europa e também pela formação de alunos do Seminário local. D'Apremont e Gillonnay (1976) observam que os sacerdotes tidos como da ordem dos regulares e os pertencentes às congregações religiosas se multiplicaram. Esses, exercem a profissão de professores nos colégios, pregam missões, dirigem paróquias, trabalham na imprensa e em revistas católicas.

Além da Congregação dos Capuchinhos, outras congregações continuaram ou iniciaram seu apostolado a partir de 1902 entre elas as dos: Jesuítas, Camaldulenses, Premonstratenses, Carmelitas, Missionários Filhos do Coração de Maria, Palotinos, Missionários de São Carlos, Salesianos, Oblatos de São Francisco de Sales, Maristas, e Lassalistas (D'APREMONT e GILLONNAY, 1976; AZEVEDO, 1975; ZAGONEL, 1975; DE BONI e COSTA, 1984).

As congregações femininas também tiveram um importante crescimento. As Irmãs de São José duplicaram seu número, assim como as Franciscanas e Irmãs do Coração de Maria, as Carmelitas, as Irmãs de Santa Catarina, as Irmãs de Santa Teresa e as Visitandinas. Essas congregações de

religiosas, envolvidas pela oração, pelas obras de caridade, pelo ensino e contato com as famílias, exercem influência benéfica e de grande valor junto à população. D'Apremont e Gillonnay (1976) destacam que estes institutos religiosos, masculinos e femininos, merecem expressivos elogios pelo zelo e êxito que empreenderam e pela importante contribuição que prestaram no processo da educação.

Os capuchinhos exercem significativa participação na formação religiosa das colônias de imigrantes italianas. Nos primeiros tempos da imigração, esses sacerdotes chegavam a ficar até seis meses distantes de seus conventos em atendimento às missões junto aos colonos. Há relatos do cotidiano na vida missionária e nos fatos de que esses sacerdotes se compadecem com importantes dificuldades que os colonos enfrentam em meio às condições inóspitas que se defrontavam. A função missionária compreendia ouvir confissão, dar aconselhamentos, celebrar missas e dar formação religiosa. Quase todos os colonos destas regiões participavam da experiência da confissão geral e vivenciavam a oportunidade de renovação espiritual pela prática da fé. D'Apremont e Gillonnay (1976) relatam que as missões populares empreendidas pelos capuchinhos, em auxílio às comunidades das capelas trazia ânimo e avivamento da fé à essa população.

Os missionários capuchinhos observam que nos primeiros anos de missão no Rio Grande do Sul os colonos demonstravam alguns gestos litúrgicos ligados às superstições. Descreve que não havia dúvida que a população manifestava um profundo espírito religioso, entretanto, em muitos lugares e por falta de instrução, esse sentimento religioso degenerou em superstição. Constatavam que construir uma capela estava entre os primeiros pensamentos dos colonos ao chegarem em seus locais de assentamento. Uma velha imagem trazida da Itália servia-lhes de imagem sacra. E quando lhes faltava a imagem, do tronco de árvores esculpiam uma figura mais ou menos artística que a pintavam e vestiam a seu modo e com essa representavam o santo protetor de sua antiga terra natal.

A presença do “padre leigo”, compreendido como sacristão, supria a ausência do padre na capela. Era esse que exercia as funções das orações do terço, ladainhas, e demais orações devocionais na ausência de sacerdote. Esses sacristães realizavam funções realmente sacerdotais, vestiam paramentos sacerdotais, cantavam as orações e a missa. Abençoavam com ritual e aspersão e se consideravam aptos a abençoar pessoas doentes, animais, casas e inclusive a chuva se essa demorasse a acontecer.

A religiosidade popular dos imigrantes italianos

De Boni e Costa (1984) traçam o retrato da formação primária daquilo que veio a ser os primeiros encontros de oração em comum e que transformaram-se na grande oração da imigração, repetida na partida, no porto de embarque, nas sofridas jornadas marítimas, no local de desembarque e diariamente no silêncio da própria residência: o terço³. Foi essa oração devocional rezada muitas vezes sob uma árvore, com alguma imagem ou gravura de santo colocada entre galhos, servindo como centro visual desse culto rústico que lhes deu força e coragem para superar as dificuldades. O reencontro repetia-se sempre, acontecendo ao natural no domingo seguinte (DE BONI e COSTA, 1984; AZEVEDO, 1975). Repetiram-se as orações, agregaram-se outros vizinhos, transmitiram-se notícias, leram-se cartas, e em

³ O terço é uma prática de devoção mariana que consiste na recitação seriada de orações com o auxílio de uma corrente de contas. Compreende também a contemplação de determinadas passagens da vida de Jesus Cristo e de sua mãe, a Virgem Maria, que, segundo a doutrina da Igreja Católica são de especial importância para a história da salvação. Essas passagens bíblicas recebem o nome de mistérios. O terço é também compreendido como uma das partes do Rosário, o qual possui quatro conjuntos de mistérios: gozosos, dolorosos, gloriosos e luminosos. MERLOTTI, Vania B. O mito do padre entre descendentes italianos. Caxias do Sul, EST/UCS, 1979 descreve as devoções numa comunidade rural no município de Flores da Cunha.

pouco tempo, institucionalizou-se o domingo em torno da religião e com a reconstrução do mundo cultural do imigrante.

A religião se expressou na imigração italiana com a característica de religião popular. A comparação entre os tipos de vivência religiosa do luso-brasileiro e do imigrante italiano e seus descendentes, feita geralmente por um clero formado sob influência europeia, se expressa por relegar a forma luso-brasileira considerada impregnada de superstições e por julgar favoravelmente a vivência religiosa dos imigrantes. A consequência deste juízo valorativo foi a pressão do catolicismo da imigração como paradigma de comportamento religioso ao mundo luso-brasileiro.

De Boni e Costa (1984) avaliam, sob o ponto de vista sociológico, que ambas as formas de religião classificam-se como um catolicismo popular de cunho agrário. Ao fazer uma análise a respeito das grandes religiões, esses autores observam que as religiões se defrontam com o problema da ameaça de diluição dentro de sua cultura. Constatam que cada uma surgiu como crítica e negação de determinados valores de seu mundo, mas no decorrer do tempo, passou a confundir-se com a sociedade que ajudou a modificar.

Esses autores sustentam que o excesso de enculturação tende a transformar a religião em simples cultura sob a forma de veículo transmissor de religiosidade popular. Dessa forma, a fé ao incorporar-se excessivamente na cultura, perde seu específico, enquanto o meio social, de sua parte, tende a confundir-se com a comunidade de fé. Embora na teoria seja possível fazer uma distinção entre sagrado e profano, e embora certos valores sociais pareçam à primeira vista não sacrais, o mundo de normas e valores profanos precisa legitimar-se pelas normas e valores do sagrado, visto que este é de fato o único sistema de referência da sociedade.

A religiosidade popular, no documento de Puebla (CELAM, 1979; POEL, 2013), é expressa como “o conjunto de crenças, atitudes e expressões religiosas adotadas por um povo” (n. 444) e “vivas preferencialmente pelos pobres e simples, mesmo que abarque todos os setores sociais” (n. 447). Beckhäuser (2007) refere que a religiosidade popular busca expressar

conteúdos da fé ou da prática religiosa. Seu sentido se aproxima da religião natural manifestada pelos povos primitivos, pelas religiões pagãs: a religião como aplacação da divindade, religião da culpa, da expiação, da bênção e, conseqüentemente, da salvação.

Beckhäuser (2007) diferencia *religiosidade* de *piedade popular*. O autor argumenta que *piedade popular* diz respeito mais ao modo de viver a religião e está mais ligada ao modo de o povo manifestar sua fé cristã. Essa vem misturada com a *religiosidade natural*, que permaneceu popular. E, a *religiosidade popular* está ligada às necessidades básicas do ser humano relacionadas à vida, ao sustento, à saúde, à felicidade.

Ao analisar o catolicismo popular rural brasileiro, Camargo (1967) considera como principal característica sua identificação com as normas e valores da sociedade agrária. Para esse autor, o Catolicismo Rural caracteriza-se por uma ampla gama de atributos, tais como: pela identificação entre os valores religiosos e sua expressão normativa e os da sociedade inclusiva; apresenta tendência à legitimação religiosa de valores, normas e papéis predominantes na sociedade inclusiva; a coletividade católica espelha-se na estrutura social que a constitui um dos principais meios de expressão simbólica das posições de status ou classe; mostra vida social com atividades ligadas ao lazer e à diversão, permeada por valores religiosos; exterioriza escasso conteúdo litúrgico e sacramental das práticas religiosas predominantes em comparação às práticas da religião oficial; enfatiza rezas coletivas e festas dos Santos; expressa *piedade popular*; realiza rezas e procissões de caráter propiciatório ligadas à produção agrícola, à pecuária, e aos fenômenos da natureza; presta culto às almas; atribui importância ao culto aos Santos, especialmente aos padroeiros, entre outras.

Na região de imigração italiana, a qual localiza-se no nordeste do Rio Grande do Sul, ocorre a mais expressiva manifestação de religiosidade popular no Santuário Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha. Esse, constitui-se o maior santuário do Sul do país, em fluxo de peregrinos, atraindo mais de um milhão e meio de peregrinos anualmente, provindos de todas as

regiões do País e de outros países, com a romaria que ocorre em 26 de maio (SCHVARSTZHaupt, 2018).

A religião vivida pelos imigrantes italianos distingue-se da luso-brasileira por um maior contato com a vida litúrgica oficial da Igreja, decorrente principalmente pela maior presença do sacerdote entre os fiéis. Outro aspecto a observar, é que entre os imigrantes, não existe ao menos em tal escala, a visão fatalista da existência, tal como se encontra no meio luso-brasileiro. O italiano não chegou a sofrer a desilusão histórica de luta infrutífera por uma vida melhor. Pelo contrário, por uma série de fatores, conseguiu galgar em pouco tempo a condição da pequena propriedade com o domínio de uma técnica mais aperfeiçoada, fato que contribuiu para melhorar a situação familiar e ter perspectivas mais promissoras aos filhos.

De Boni e Costa (1984) descrevem que a grande devoção litúrgica do imigrante não foi a missa e sim a oração do terço, prática trazida da Itália. Esse, foi companheiro inseparável da viagem marítima e dos dias de solidão e de abandono. A família do imigrante tinha o costume de rezá-lo todas as noites e aos domingos, reuniam-se na capela para a oração em comum com os demais. Merlotti (1979), em sua pesquisa no interior de região de imigração constatou que o terço continuava a ser a devoção mais comum entre os idosos imigrantes. Os italianos centralizam suas devoções em dois polos motivacionais: “a salvação eterna dos entes queridos e a saúde corporal para as pessoas doentes” (FOCHESATTO, 1977, p. 46). A ânsia e a procura de auxílio nas situações de dificuldade tende a levar o imigrante em busca de bênçãos. As práticas religiosas, amenizam os conflitos e mostram aspectos positivos da integração ao novo meio. A religião constituiu-se uma forma de minimizar o sofrimento e diluir a saudade que tinham dos familiares que haviam deixado no outro lado do oceano. Na imigração, “O sentimento de religiosidade, a crença de que venceriam e a esperança de que a experiência seria exitosa foram alimentadas pela Igreja como uma estratégia de integração” (HERÉDIA, 2005, p. 240).

A hospitalidade no ritmo da vida nas colônias

A hospitalidade esteve presente na cultura dos imigrantes e influenciou a vida social, religiosa e das relações econômicas das colônias. As condições de vida, principalmente nas primeiras décadas da imigração, de certa forma provocam uma necessidade de boas relações. A hospitalidade se manifesta em gestos de acolhimento e solidariedade entre as famílias e que se agrupam em torno de capelas formando comunidades. A consciência de comunidade manifesta-se na solidariedade em determinados momentos e em certo orgulho de lhe pertencer.

Durham (2004, p. 221) menciona que “o elemento essencial da estrutura comunitária é a participação de todos numa mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo”. Nesse sentido, seus membros acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam os mesmos instrumentos idênticos, obedecem às mesmas normas. Viver em comum, dentro de um mesmo espaço, implica que todos estão sujeitos às mesmas condições e ao mesmo estilo de vida. Isso significa o viver num mundo em que esse mundo está presente em cada um.

O espírito de hospitalidade presente nessa cultura tem a ver com partilhar esse mundo em que todos estão presentes e atentos com o bem estar principalmente dos que estão em maiores dificuldades. Nesse sentido, como refere Gotman (2011), a hospitalidade implica no exercício da generosidade e em duplo sentido. De início, porque, em seu movimento, ela é uma forma de dádiva sem contrapartida exigível; e, em seguida, porque, em suas modalidades, ela deve responder a formas canônicas, sociais, de liberalidade. O código da generosidade admite dois níveis: “fazer bem” e “fazer o melhor possível” (p 103-104).

A hospitalidade tem como princípio a ligação respeitosa e afetuosa com o mundo habitado. Falar de hospitalidade significa ter em conta as múltiplas implicações presentes na dupla relação humana: a relação com o lugar e a relação com o *Outro*. Assim sendo, o convite, a acolhida, a caridade, a

solidariedade, indicam serem formas próximas e derivadas de uma forma inicial de hospitalidade (BAPTISTA, 2008). A organização que constituíram em suas relações sociais mostra que a hospitalidade foi exercida dentro de padrões éticos e morais e seus membros esforçavam-se na manutenção de respeito e solidariedade.

Nesse sentido, duas ordens de associações contribuem em planos diferentes para a coesão do grupo e a manutenção de suas identificações étnicas. São elas as religiosas e as beneficentes e profissionais. A primeira tem como orientação fundamental o reforço e a defesa da religiosidade alimentada pelo clero italiano a qual se aproxima da religiosidade popular da zona de campo. Nessa acepção, estruturam-se as confrarias da ordem terceira franciscana, o Apostolado da Oração e outras. A segunda, beneficentes e profissionais, fundam-se na região colonial ou fora desta, reunindo italianos e filhos destes, bem como nascidos em solo italiano que pertencem às províncias que não estão ainda subordinadas ao governo italiano, e também membros que pertencem geograficamente à Itália (AZEVEDO, 1975).

O núcleo de condensação, a *capela*, irá transformar-se em vilas e cidades, cabeças de distrito e de municípios, modificado ao longo dos decênios pelo acréscimo da serraria, da sede da cooperativa agrícola, de casas comerciais, de habitações, do ginásio, do seminário, do convento, da hospedaria, da oficina mecânica e outras estruturas e órgãos (AZEVEDO, 1975).

Azevedo observa que a vizinhança rural, constituída em torno das capelas, vem a ser uma experiência inteiramente nova de agrupamento espacial, de adaptação ecológica, de relacionamento social para os imigrantes habituados na Itália à existência de pequenos burgos, com densas habitações e população concentrada. Nas colônias do Rio Grande do Sul, o imigrante ressocializa-se como proprietário e convive com iguais numa sociedade homogeneamente estruturada e sem classes, de pequenos agricultores, ainda que uns ou outros tivessem mais recursos econômicos e viessem a acumular diferentes excedentes de produção.

Os ritmos da vida na sociedade rural obedece a um ritmo que se relaciona com a própria estrutura técnico-econômica do sistema estabelecido. Redfield (1955) compara que o pulsar da vida assemelha-se a uma sístole e uma diástole. Dois ritmos se manifestam: um dependente das necessidades agrícolas e talvez dos impulsos aglutinantes para a sociabilidade, que reúne as pessoas para algumas horas de trabalho e de jogo; e o outro ritmo que é o ciclo anual, em que suas pulsações aproximam lares mais amplamente dispersos para uma variedade de interesses e propósitos.

Na zona colonial, os estatutos das sociedades de mútuo socorro, agremiações típicas dos imigrantes italianos, as confirmam como órgãos catalizadores da solidariedade entre os colonos e de sustentação da *italianità*, como núcleo ideológico e expressão de patriotismo nativista. Colocadas sob titulares de ilustres personalidades da nobreza italiana, manifestam um objetivo central “que tem por base a união fraterna dos sócios” e, também o melhoramento intelectual e moral por meio do mútuo auxílio, porém com o firme propósito de “manter vivo o sentimento de italianidade” (AZEVEDO, 1975, p. 223).

A construção de igrejas é produto da cotização de todos, constituindo-se um movimento de solidariedade. Em alguns casos, ocorria motivos de disputas quanto a materiais a serem empregados, o lugar a escolher para a construção, ou ainda quanto à decisão de comprar o primeiro sino, construir a escola. Azevedo (1975) descreve que a capela assume um papel aglutinante da vizinhança, como local de culto, a qual atende periodicamente o cura da área. A capela funcionava como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo à copa. Na copa, alguns colonos se juntam à noite para conversar, jogar cartas, tem torno de alguns copos de vinho. A capela é também o local e órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição de *status*.

A religião da maioria dos brasileiros manteve-se sendo a católica. Porém, na avaliação de D’Apremont e Gillonnay (1976), embora sincero, esse catolicismo carece de bases. Quanto à sua prática, limita-se quase sempre às

cerimônias externas, tanto profanas como religiosas. Para auxiliar o clero diocesano, que era em número reduzido, os bispos recorreram ao clero da Europa. Porém, os bispos, livres da oposição do governo imperial, admitem religiosos estrangeiros como diretores dos Seminários e lhes confiam a formação de sacerdotes que visivelmente se interessavam com facilidade e alegria.

Considerações finais

A prática da religiosidade popular nas áreas rurais de imigração italiana no Rio Grande do Sul contribuiu significativamente para a coesão do grupo social formado por esses imigrantes que buscavam melhores condições de vida para suas famílias e a possibilidade da propriedade da terra. A religião foi força motora que os ajudou a superar as dificuldades encontradas.

A região de colonização italiana no Estado teve implicações objetivas das políticas imperiais do século XIX, e as colônias agrícolas delas derivadas foram expressão do êxito da política brasileira de colonização. Esses imigrantes souberam valorizar as condições naturais que encontraram na Encosta Superior do Nordeste e transformaram a colonização das terras devolutas da província em uma das zonas de imigração europeia no Estado.

A religião demonstrou possuir um caráter cultural com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão de princípios identificou-se com os da sociedade ali constituída. Num ambiente de cristandade, limitados de participação política, geográfica e culturalmente isolados entre as montanhas, empenham-se com muitas dificuldades para sobreviver fisicamente em meio às matas. Foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias, muitas das quais se tornaram importantes núcleos urbanos.

As capelas, por um longo período, exercem o papel de solidificar ao seu redor as formas de relacionamento social e religioso. A Igreja Católica, na região de colonização italiana, exerce uma ação aculturativa e assimilativa,

sem perder suas vinculações com as tradições dos colonos, das quais é defensora. Com a contribuição das congregações religiosas, os seminários e conventos participam de forma significativa para amalgamar e substituir outros dialetos, uma vez que a escola formal do governo brasileiro era bastante precária nas primeiras décadas da imigração e o português ainda era uma língua desconhecida para muitos desses imigrantes.

A religiosidade popular e a hospitalidade de cunho religioso permanecem como importantes expressões e fatores de mobilidade humana na busca do conforto espiritual que mantem-se como um horizonte aos fiéis na crença do fortalecimento da fé e na superação de desafios vivenciais.

O Santuário Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha-RS, se apresenta como um desses lugares em áreas rurais que atrai para a experiência da religiosidade e oferece a hospitalidade do lugar de referência.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros de colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1975.
- BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano V, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 2008.
- BECKHÄUSER, Frei Alberto. **Religiosidade e piedade popular, santuários e romarias: desafios litúrgicos e pastorais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- CAMARGO, Cândido Procópio. Essai de Typologie du Catholicisme brésilien. In: **Social Compass** 14, p. 388-422, 1967.
- CELAM. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da III Conferência de Puebla, 27-01 a 13-02 de 1979**. São Paulo: Paulinas, 1979.
- D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)**. Caxias do Sul, RS: UCS/EST, 1976.
- DE BONI, Luís Antônio; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, EST / UCS / Correio Riograndense, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da Cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FOCHESATTO, Iloni. Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/UCS, 1977.

GOTMAN, Anne. França Contemporânea: uma bricolagem pós-moderna. In: MONTANDON, Alain (Org). **O livro da hospitalidade**: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. Trad. Marcos Bagno e Lea Zylberlicht. São Paulo: Senac, 2011, p. 97-104.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **Métis: história & cultura** – v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. ed. ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Viajantes europeus nas colônias italianas. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, supl., p. S281-S293, nov. 2012.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/12474>.

Acesso em: 13/08/2021.

MERLOTTI, Vania Beatriz. **O mito do padre entre descendentes italianos**. Porto Alegre, EST/UCS, 1979.

POEL, Francisco van der. **Dicionário da religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

REDFIELD, Robert. **The little community**: viewpoints for the study of a human whole. Chicago: The University of Chicago Press, 1955.

SABBATINI, Mario. Il significato storico dela colonizzazione. In: **La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul**. Firenze: Cultura Cooperativa Editrice, 1975.

SCHVARSTZHAUPT, Rosalina Luiza Cassol. **A Hospitalidade na Romaria de Nossa Senhora de Caravaggio/Farroupilha/RS sob a ótica da Igreja Católica**. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hospitalidade. Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul, RS.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e Imigração Italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

Curricularização e valorização do patrimônio imaterial: as aulas de talian no município de Casca/RS

Aline Nizzola Berton¹

Introdução

O presente trabalho apresenta a Oficina de Talian, projeto iniciado no município de Casca através da Secretaria de Educação e Cultura, que propôs a curricularização da língua no Ensino Fundamental no ano de 2019, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Homero Lima, do 1º ao 5º ano. A proposta visava ensinar não o italiano, idioma oficial da Itália, mas sim a *coine*² Talian, que é um elemento cultural da etnia italiana e considerado patrimônio imaterial, tendo recebido o título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010³. A existência expressiva de habitantes que possuem descendência italiana, cerca de 70% da população⁴, e o apreço da comunidade em preservar costumes e tradições através de ritos de

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestranda em História, PPGH-UPF, bolsista FUPF. Professora do Estado do Rio Grande do Sul, Colégio Carneiro de Campos - Serafina Corrêa.

² O Rio Grande do Sul abrigou uma grande diversidade de variedades do italiano, entre as quais se destaca o Talian como língua comum de intercomunicação entre os imigrantes. Sua origem de formação está na grande Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS), a partir da vinda dos primeiros imigrantes em 1875. Estes se localizaram em travessões compostos por imigrantes de diferentes locais do norte da Itália, com diferentes variedades do italiano. A necessidade de comunicação exigiu uma língua geral –a *coine* ou *koiné*– composta por uma variedade de falares italianos em contato com o português. Deste modo, o Talian não é o mesmo falado na Itália, assim como também não é o Vêneto, embora tenha uma base linguística que permite identificá-lo como tal devido à sua proveniência (COLEGIADO, 2018, p. 13).

³ O Talian foi inventariado segundo o Decreto nº 7387 de 09 de dezembro de 2010 (que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística) e recebeu em 2014 o Certificado de Referência Cultural Brasileira.

⁴ Segundo o IBGE a população de Casca é de 9.070 habitantes. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>, acesso em 08 de setembro de 2021.

memória, são características culturais do município. Assim, identificou-se a descontinuidade da aprendizagem do Talian entre as gerações mais novas. Logo, ensinar o Talian na escola foi uma forma encontrada para estimular a continuidade da fala, também buscando o engajamento familiar no processo de aprendizagem dos alunos. Na oficina, além da língua, também eram trabalhadas histórias sobre o processo de imigração, instalação e formação das colônias, contemplando aspectos interculturais de modo a estimular o respeito interétnico e valorizar as demais etnias, que também são protagonistas nesse processo. A Educação Patrimonial é uma importante ferramenta educacional contemporânea, sendo assim a oficina de Talian possibilitou inserir na educação básica do município um ensino cultural.

A colonização foi um projeto revolucionário no Brasil. A pequena propriedade opunha-se ao antigo sistema latifundiário, o que de certo modo, impulsiona novos tempos para a sociedade brasileira. A introdução de uma grande massa de homens livres que vinham no intuito de trabalhar nas terras e fazê-las produzir era um grande impulso para os “novos tempos” (DE BONI; COSTA, 2011, p. 107/108).

Segundo Balbinot e Tedesco:

A lei provincial específica a versar sobre o assunto da imigração e colonização no Rio Grande do Sul data de 1851. A lei nº 229, de 4 de dezembro de 1851, é considerada como a regulamentação inicial relativa a esse processo. Através dessa, o Presidente da Província autorizava medir, demarcar e avaliar o valor das terras pertencentes a colônias já existentes e dos possíveis núcleos a serem instalados. Previa também a doação dos pequenos lotes rurais, instrumentos, animais e sementes para o início da produção de gêneros agrícolas de policultura, e especialmente o pagamento da viagem pelo Estado e a gratuidade dessa para o imigrante, assim como um benefício pecuniário para os colonos durante o período de instalação nos núcleos (2020, p. 16).

A colonização no Rio Grande do Sul entre os séculos XIX e XX, ocasionou a reorganização do espaço e da economia, também gerou conflitos e injustiças sociais, criou as bases da produção agrícola contemporânea, possibilitou o surgimento de núcleos urbanos e rurais onde antes era mata fechada, fixou fronteiras, miscigenou ainda mais a população brasileira e consolidou a pequena propriedade como unidade produtiva para produção de gêneros alimentícios.

O início do povoamento da região que compreende o atual município de Casca deu-se por volta de 1890, por famílias provenientes de colônias mais velhas, povoadas por descendentes de poloneses e italianos. Os primeiros moradores vieram de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Guaporé, Alfredo Chaves e Antônio Prado. A maioria destas famílias dedicou-se, a princípio à agricultura, poucas famílias se aventuraram no âmbito comercial. A origem dessas famílias era de predominância da região de Vêneto, nordeste italiano, principalmente das províncias de Vicenza, Pádua, Verona, Treviso e Belluno. Também contribuíram os imigrantes provenientes do sul da Polônia.

A denominação oficial foi de São Luiz de Guaporé, quando em 1904, foi considerado como 2º Distrito de Guaporé. O nome foi dado em homenagem ao Padroeiro da localidade: São Luiz Gonzaga. O povoado foi crescendo às margens de um arroio e passou a ser conhecido como São Luiz de Casca. O censo de 1920, acusou 8.281 habitantes no distrito, destes a maioria eram analfabetos. A sede do distrito em 1914, somava 66 casas na área urbana e 1140 na zona rural (GELATTI, 1985, p. 21).

A emancipação só viria mais de 50 anos depois, após uma organização econômica e social que permitiu a realização da campanha pró-emancipação, essa que movimentou os distritos de Casca, São Domingos e Evangelista, que se tornaram um município só em 1954, com sede em Casca. A consolidação do processo foi possível graças ao entendimento entre as lideranças políticas dos distritos, que viviam um bom momento de desenvolvimento econômico e a emancipação era vista como um atenuante para o progresso (FILHO, SILVEIRA, 2015, p. 22).

O talian como fator de integração cultural na comunidade casquense

Nas colônias, os (i)migrantes reproduziam o mundo cultural da pátria mãe, língua, costumes, hábitos, vestimentas, culinária, religiosidade, trabalho, estrutura familiar, etc. Isso se deu por conta do isolamento das comunidades, longe dos centros urbanos e do pouco contato com pessoas de outras etnias. Os lotes geralmente eram ocupados por (i)migrantes de uma mesma comunidade étnica e assim o processo de aculturação tardaria (DE BONI; COSTA, 2011).

A posse da terra tornou-se uma das maiores realizações dos colonos, pois no país de origem, a maioria desses (i)migrantes fazia parte de uma massa pobre e camponesa. Assim, o fascínio da propriedade foi uma engrenagem propulsora da imigração italiana (DE BONI; COSTA, 2011).

O trabalho era um elemento não valorizado pela alta sociedade brasileira da época, que tinha aversão ao esforço braçal. A inserção da mão de obra imigrante veio a complementar as já existentes mãos de obra camponesa e escrava no país; e visava substituir gradualmente a mão de obra escrava que tão logo seria abolida por conta de pressões internas e externas.

O colono entendia o trabalho como primordial para alcançar o sucesso; influenciados pelo pensamento religioso, trabalhar era sagrado para os (i)migrantes. Também era visto como honroso, honesto, promotor de riqueza e progresso. Assim, dentro dessa cultura, o ócio era desprezado; ensinava-se os filhos desde cedo o valor do trabalho e cobrava-se extensamente resultados (DE BONI; COSTA, 2011). Ainda perdura nos grupos de descendentes italianos a supervalorização do trabalho em detrimento do desprezo do ócio.

Conforme Busato:

Os descendentes de imigrantes italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul costumam fazer memórias sobre contos, crenças, dificuldades e adaptação dos antepassados no Brasil. As famílias numerosas encontram-se nas casas das nonas e

vivenciam todo um rito de simbologias da Itália, e viram com o surgimento das novas gerações, a necessidade de transmitir os costumes e práticas dos antepassados (2017, p. 36).

Segundo Tedesco, os grupos étnicos tentam reproduzir seus horizontes culturais, na busca por familiaridade com o local. É uma tentativa de reprodução e/ou reconstrução de etnicidades. Ao chegar aqui, os diferentes grupos buscaram formas de associativismo, familiarização e integração com o ambiente. Talvez esta fosse uma forma de diminuir a distância com a pátria mãe e também uma tentativa de não perder a ligação e a identidade com o país que ficou para trás. Trata-se de bens simbólicos, memórias, constituição de identidade, sentimentalismo, saudosismo e inúmeros elementos fazem parte dessa tentativa de conservar a essência cultural. Memórias coletivas são evocadas por essas comunidades, muitos horizontes se cruzam na construção simbólica de uma historicidade que não quer se perder (2015, p. 259).

Nesse sentido, muitos municípios vêm constituindo políticas de manutenção da cultura e tradições ligadas a etnias. Um fenômeno muito conhecido no estado do Rio Grande do Sul, principalmente no norte do Estado diz respeito a políticas de preservação do Talian, língua falada pelos descendentes da cultura italiana. É importante ressaltar que a maioria dos imigrantes não falava “italiano”, porque provinham de áreas rurais que mantinham suas línguas tradicionais e também devido a configuração do território que ainda não era unificado, portanto não possuía uma língua oficial. Grupos que chegaram no nordeste do Rio Grande do Sul, a partir de 1875, trouxeram consigo seus diferentes dialetos, configurando uma situação linguística peculiar nessa região (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2005).

O Talian pode ser considerado uma língua étnica, ou seja, a língua materna de uma comunidade num país que fala outra língua ou outras línguas. “É uma “koiné” linguística formada pela interligação e fusão dos dialetos provinciais, principalmente vênets, falados pelos primeiros imigrantes” (MIAZZO, 2011, p. 33).

Em meio a dificuldades de toda sorte que os imigrantes encontraram nos primeiros anos de instalação em solo brasileiro, as tradições e os costumes se tornam um imenso aconchego para reencontrar a própria identidade e as origens. A situação de longo isolamento geográfico e social, em relação às interações das cidades metropolitanas, a composição e a consistência numérica do grupo (...) permitiram manter inalteradas e sólidas as características das regiões periféricas (MIAZZO, 2011, p. 30).

Para Manfroi, os imigrantes italianos, da região norte da Itália, principalmente do Vêneto, não conheciam a língua italiana. Falavam diferentes dialetos em uso nas suas províncias de origem. O dialeto Vêneto aqui adquiriu, aos poucos, o caráter de língua oficial das colônias (1975, p. 248).

A formação de grupos culturalmente homogêneos foi uma reação espontânea dos imigrantes europeus face ao isolamento e ao abandono de que foram vítimas nos primeiros tempos da colonização. A integração e a assimilação do imigrante não podiam resultar, unicamente, de algumas providências isolacionistas que conhecessem a força do patrimônio cultural. A conservação do próprio patrimônio cultural era uma busca ansiosa da própria identidade étnica, face à perplexidade causada pelos traumatismos da imigração (MANFROI, 1975 p. 247).

Nas colônias era comum a circulação de jornais, revistas e almanaques escritos em Talian; assim como missas eram realizadas nas comunidades de (i)migrantes na língua Talian; usar a língua (i)migrante era um fator de integração e partilha da identidade ítala (MANFROI, 1975).

Segundo Tedesco, mesmo as gerações posteriores, que não viveram o processo de deslocamento transoceânico, continuam a cultivar o apelo identitário, tendo em vista a manutenção do grupo étnico; agregando identificações, valores, sentimentos e práticas consideradas comuns; fazendo associações ao país/região de origem, com intenções múltiplas. Desse modo, podemos perceber o dinamismo desses grupos étnicos que se reinventam através das gerações e buscam manter de alguma forma suas “raízes” étnicas,

seja através do comportamento, da língua, das festas, ritos, religiões, cultura, culinária, etc. (2015, p. 259).

Hoje, fala-se o Talian como uma forma de estabelecer empatia, garantir proximidade, reforçar vínculos; em outras palavras, reforçar a solidariedade entre os membros do grupo étnico. Como afirmam Frosi, Faggion e Dal Corno: “Relatos de procedimentos de alternância de código ou escolhas conscientes pela fala dialetal mostram que os informantes levam em conta também a eficácia da comunicação” (2005, p. 272, 273). São elementos simbólicos, que fazem um exercício de interlocução com o passado, horizontes agregativos e territoriais de cunho étnico que resultam numa promoção de italianidades (TEDESCO, 2015).

Ainda segundo Tedesco:

(...) Nesse segundo momento, percebe-se uma intensa e continuada reinvenção de processo étnico ligados às italianidades. Centenas de associações se espalham pelo Sul do Brasil. As ações de maior expressão do período foram os cursos da língua italiana, não dialetal (há uma decadência desse universo de saber, suprimida, em parte, pelo “italiano gramatical” e por uma koiné denominada de “talian”, a qual possui grande preponderância dos região do vêneto e que, no início de 2015, foi reconhecida como língua (2015, p. 267).

O caso do Talian é representativo enquanto língua que adquiriu numa determinada região geográfica de imigração, o papel de referência de uma comunidade étnica. A interação comunicativa entre os imigrantes e os nativos brasileiros fez com que em pouco tempo se desse uma intercomunicação enriquecedora de linguagem. Para Míazzo: “Com o passar do tempo, esse linguajar tornou-se preponderante e representativo, configurando o Talian, também chamado de *dialeto vêneto-sul-rio-grandense*, pela maior incidência no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” (2011, p. 34).

Um exemplo dessa vontade de seguir pertencendo de uma forma ou de outra a “pátria-mãe”, ou ainda de manter laços com o país que os antepassados deixaram, se demonstra através dos chamados “Gemellaggios”.

Conforme Tedesco:

Os gemellaggi expressam a tentativa de grupos sociais de, desenvolvem a dimensão étnica de maneira reconfigurada, a partir de interesses presumivelmente comuns e/ou acordados institucionalmente. Por isso, são desenvolvidos por esferas políticas (prefeituras/prefeitos, empresas, instituições consulares, representações associativas, etc.) Desse modo os gemellaggi colaboram para produzir ligações históricas com o processo migratório, integrações, duplo pertencimento, vínculos e laços históricos, associações culturais e dialetais, disseminação da língua italiana no Sul do Brasil, intercâmbios, enfim, uma expressão de amor pátrio ao bel paese (2015, p. 270).

Figura 1: Ato de Gemellaggio entre Casca e Lombardore, 2000.



Fonte: Museu Municipal Albino Busato, Casca, RS. Março de 2021.

No caso do município de Casca, o Gemellaggio com a cidade de Lombardore⁵, se deu no ano 2000, através do contato entre o prefeito Alcides

⁵ Lombardore é uma comuna italiana (“comune” é a unidade básica de organização territorial da Itália, equivalente ao município no Brasil. Sua estrutura é constituída pelo “sindaco”, equivalente ao prefeito, pelo conselho comunal “consiglio comunale” equivalente a Câmara de Vereadores e pela junta comunal “giunta comunale”, um grupo de assessores escolhidos pelo “sindaco”) e está localizada ao norte da Itália, pertencendo a região de Piemonte (que equivale ao estado no Brasil), cuja capital é a província de Turim. Possui pouco mais de 1.500 habitantes atualmente. “Gemellaggio” que significa cidade-irmã, é um ato simbólico onde cidades que

Brugnera e o sindaco Diego Maria Bili, em virtude dos 50 anos da morte do Padre Aneto Bogni, que era natural de Lombardore e se estabeleceu no então distrito de São Luiz de Guaporé e foi um dos idealizadores da construção da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga. A Missão Italiana, (como foi chamada a visita dos italianos à Casca) esteve em Casca em maio de 2000, e foram recepcionados com grandes festividades e um cronograma de eventos que permitiu conhecer não apenas Casca, como também outras cidades gaúchas como Porto Alegre e Bento Gonçalves.

A questão do plurilinguismo contemporâneo no Rio Grande do Sul é observada por Frosi, Faggion e Dal Corno:

A miscigenação natural dos descendentes de imigrantes italianos com os luso-brasileiros e com outras etnias, certamente, é responsável pela redução do número de bilíngües ítalo-brasileiros no estado hoje, além de muitos serem apenas bilíngües passivos (compreendem o dialeto vêneto, mas não o falam). A conseqüência lógica de haver menos usuários de uma língua é que ela tende a ser substituída pela língua do grupo dominante. No caso do talian, além da substituição pela língua portuguesa como língua da comunicação urbana, verifica-se a tendência à valorização da variedade padrão do italiano, ensinado em institutos de idiomas e já em algumas escolas públicas como disciplina adicional (2005, p. 265/266).

Em face à necessidade do aprendizado da língua portuguesa, as famílias empenharam-se em aprender e ensinar os filhos, porém sem perder a prática da oralidade da língua materna. Assim, permitindo às crianças uma dupla convivência e, possivelmente, a aquisição simultânea dos dois sistemas linguísticos.

Esse bilinguismo coordenado, com cada uma das línguas fazendo referência a um universo cultural diferente, enquanto a habitante da zona urbana tenha tendido a um bilinguismo

possuem laços em comum firmam um ato de colaboração mútua em questões culturais.

composto, recebendo simultaneamente a influência da família – especialmente se convivendo com os avós falantes de um dialeto italiano – e da escola e aprendendo ambas as línguas com referência a uma mesma situação cultural (COLEGIADO, 2018, p. 260).

O uso do Talian foi sendo reduzido através do tempo. A dinamicidade da língua não foi suficiente para adaptar-se a tantas transformações sociais e mesmo às políticas de nacionalização. A partir de 1937 com a política de nacionalização de Vargas e o contexto da Segunda Guerra Mundial, o uso da língua foi significativamente diminuído por conta de proibições e perseguições, sendo que nas áreas urbanas tornou-se significativamente mais difícil de se preservar, enquanto no interior, afastados dos centros urbanos e longe dos olhos da lei, a língua preservou-se no seio das famílias italianas (TEDESCO, 2015, p. 263). Assim, a aquisição da língua portuguesa como língua majoritária se deu por inúmeros fatores, entre eles a preocupação dos pais para que as crianças fossem menos estigmatizadas ao chegarem à escola brasileira, pois muitos conheciam apenas a fala dialetal italiana, o Talian (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2005).

Hodiernamente vê-se que o processo de integração étnica, a influência do português, o processo de globalização, as revoluções tecnológicas, os preconceitos linguísticos em face às línguas dialetais, entre outros motivos, reduziram o uso do Talian no cotidiano, tanto em ambiente familiar, como em ambientes públicos. Usar o Talian no ambiente urbano, já foi motivo de vergonha para os descendentes de (i)migrantes e desdém por parte dos ouvintes. O Talian já foi tarjado como “língua de colono”, ou seja, uma expressão pejorativa duplamente, pois exala preconceito linguístico e também social.

No caso particular da cidade de Casca, observa-se atualmente que a língua ainda é muito usada pelos idosos, que tanto em suas casas como em qualquer outro ambiente, usam o Talian como língua principal. Fato que, por vezes, acaba inviabilizando a sua comunicação com algumas pessoas que não

entendem a língua e, portanto, precisam fazer uso do português para comunicar-se.

Assim, pelo temor iminente da perda criou-se nos últimos anos várias iniciativas de promoção, divulgação e preservação do Talian. Esforços oriundos de níveis municipais, estaduais, particulares e de associações, começaram a se intensificar. O município de Serafina Corrêa/RS, no ano de 1988 promoveu o primeiro projeto de valorização da língua, costumes e tradições através da Lei municipal n. 43/88⁶. Inúmeros projetos foram se proliferando por municípios no sul do Brasil; um esforço da Associação dos Difusores do Talian desenvolveu um projeto com o objetivo de angariar o reconhecimento nacional da língua. Em 2000, foi requerido ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o reconhecimento oficial do Talian como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Em maio de 2009, o Estado do Rio Grande do Sul aprovou o Projeto de Lei n. 50/2007, que declarou o Talian parte do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado, através da Lei n. 13.178. Em dezembro de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto-lei n. 7.387 que aceita o Talian como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Brasil, dentro do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. No ano de 2014, o Talian recebeu o título de Referência Cultural Brasileira, assinado pela então Ministra de Estado da Cultura Marta Suplicy (MIAZZO, 2011, p. 40/41).

Ainda segundo Tedesco:

⁶ Vários municípios do Estado já possuem uma legislação definindo o Talian como língua cooficial, entre eles: Serafina Corrêa (Lei Municipal nº 2615, de 13 de novembro de 2009), Flores da Cunha (Lei Municipal 3.180, de 27 de abril de 2015), Paraí (Lei nº 3122, de 25 de agosto de 2015), Nova Roma do Sul (Lei Municipal nº 1310, de 16 de outubro de 2015), Fagundes Varela (Lei Municipal nº 1.922, de 10 de junho de 2016), Antônio Prado (Lei Municipal 3017, de 28 de setembro de 2016), Ivorá (Lei municipal nº 1.307, de 23 de março de 2018) e Caxias do Sul (segunda língua – Lei Municipal nº 8208, de 09 de outubro de 2017).

A memória está estreitamente ligada com a identidade. A lembrança, nostalgia, o temor da perda e do esquecimento acionam o trabalho da memória; essa passa a atuar na construção, alimentação e no fortalecimento da identidade, entendida essa como algo que não se mantém idêntico, mas é resultado de uma construção de identificação contingente, desse modo, processual, dinâmica e histórica (2015, p. 268).

A curricularização e a oficina em casca

Em 2019, um projeto da Secretaria da Educação e Cultura de Casca, colocou em prática o ensino da língua Talian na educação básica do município através de uma oficina. Neste momento, o município iniciava projetos culturais como as oficinas de Educação Patrimonial junto ao Museu Municipal Albino Busato, que estabeleciam na prática escolar propostas de cunho cultural. As escolas municipais e estaduais fizeram parte dessas oficinas que visavam integrar o Museu e a comunidade. Essas oficinas culturais tiveram como ministrante a professora Aline Nizzola Berton.

A oficina de Talian também fazia parte dessa implementação da Educação Patrimonial no âmbito local, por se tratar do ensino de uma língua de (i)migração e que possui uma historicidade e significância para grande parte da população local, descendentes desses (i)migrantes.

Assim, estabeleceu-se a curricularização do Talian na grade escolar municipal. Durante o dia que os alunos possuíam as oficinas, ou seja, único dia cujas aulas são ministradas por outros professores, que não o professor regente da turma (regular), inseriu-se nesse currículo flexível, o ensino de Talian. Juntamente com as aulas de Inglês, Educação Física e Leitura; os alunos passaram a ter um período-aula de Talian.

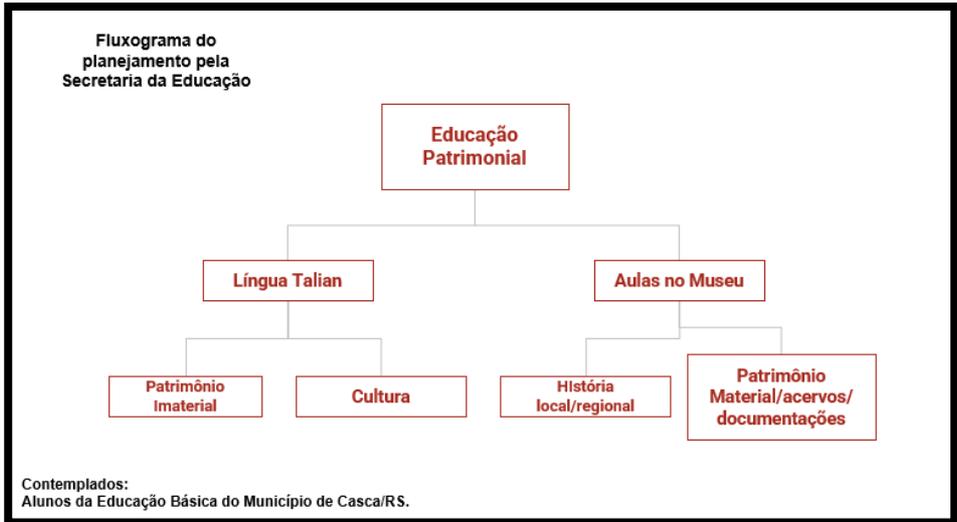
Figura 2: Exemplo de cronograma das aulas no currículo municipal em 2019

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Aula com o Professor Regular (Ensino Básico)	Aula com o Professor Regular (Ensino Básico)	<u>Dia de Oficinas</u> Aula de Talian Aula de Leitura Aula de Inglês Aula de Educação Física	Aula com o Professor Regular (Ensino Básico)	Aula com o Professor Regular (Ensino Básico)

Fonte: Tabela construída pela autora, 2019. A tabela acima demonstra um exemplo do cronograma de aulas geral, para que o leitor possa visualizar como a oficina de Talian entrou no currículo escolar. Evidentemente cada série possui as suas especificidades e aqui usamos apenas um exemplo figurativo.

Essa implementação curricular obteve uma boa aceitação na comunidade local e também para com os alunos, que se divertiam durante a oficina e assim aprendiam o Talian. A notícia da curricularização do Talian em Casca foi amplamente divulgada pelas mídias regionais, que viram nesse projeto uma possibilidade de incremento do ensino do Talian em outros municípios.

Figura 3: Fluxograma do planejamento da inserção da Educação Patrimonial no município



Fonte: Tabela elaborada pela autora, com base nos trabalhos realizados durante o ano de 2019.

Com base nesse fluxograma, podemos perceber a interrelação entre a Educação Patrimonial e o ensino da Língua Talian. A oficina de Talian também se realizou, por vezes, no ambiente do Museu Municipal Albino Busato, pois a partir de peças da etnia italiana, construíamos conhecimentos linguísticos, praticando a oralidade através do nome e/ou uso dos objetos.

Durante o planejamento da oficina, buscou-se adaptar o grau de ensino com a série em curso dos alunos, sendo que aos menores não fora ensinado a escrita, apenas a oralidade por meio de atividades lúdicas e musicais.

A metodologia usada para o ensino da língua contemplou escrita, fala, música, imagens, vídeos, objetos, teatros, entre outros; e usamos como base os dicionários de Língua Talian, escritos por Darcy Loss Luzzatto e Honório Tonial, no qual se buscou pesquisar a grafia mais correta das palavras.

Figura 4: Alunos do 3º ano durante aula de Talian



Fonte: Acervo particular da autora, 2019.

Considerações finais

Diante disso, promover uma educação plurilinguística possibilita difundir informações e valorizar o conhecimento cultural e linguístico de comunidades étnicas, assim auxiliando na preservação dessas línguas. Acreditamos que a Educação Patrimonial pode ser uma forma de amparar o ensino de línguas étnicas, pois não se trata apenas de um conteúdo formal e corriqueiro, trata-se de um sentimento, de uma herança, de costumes, de história, de tradição e familiaridade, que precisa de uma metodologia diferenciada para ser ensinado.

Ao acolher a língua materna adquirida na família, como um capital cultural de valor e de direito, a escola desempenha papel fundamental na formação de cada cidadão, na medida em que promove o autoconhecimento e a autoestima, criando as bases para uma formação sólida e consciente de seu papel e lugar na sociedade (COLEGIADO, 2018, p. 15).

Incentivar o intercâmbio linguístico e a promoção das diversas línguas existentes no país é uma forma de valorização da pluriculturalidade e multietnicidade do povo brasileiro. Assim, com o convívio, o respeito, a paz entre os diferentes grupos e a garantia de liberdade e expressão, valoriza-se as diversidades linguísticas do povo brasileiro.

Referências

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. A colônia Guaporé: configurações territorial, política e econômica (1892-1940). Porto Alegre: EST, 2020.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. Comércio, carretas e trapiches: a colônia de Guaporé e o Porto de Muçum (1892-1940). Passo Fundo: UPF, 2015.

BUSATO, Marinilse Candida Marina. Casar Bem: Estratégias matrimoniais e econômicas na região de colonização italiana (1906-1970). 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado) - PPGH. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiano na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras. Passo Fundo: UPF: Editora, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

COLEGIADO Setorial da Diversidade Linguística do RS. DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO RS: inventariar, reconhecer, salvaguardar, promover. Porto Alegre, 2018.

COSTA, Rovílio (Org.). Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST edições – Correio Riograndense, 1997.

DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

FRANZINA, Emilio. A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Aline Marques de. (Org.). Colônias Mistas: Denominação e conceituação através da análise das relações interétnicas na região colonial italiana no RS. Caxias do Sul, RS: UCS.

- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. *Métis: história & cultura* – v. 4, n 8, p. 257-280, jul/dez, 2005.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- GELATTI, Roque. *Casca, ontem e hoje*. Passo Fundo: Instituto Social P. Berthier, 1985.
- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz.
- Guia básico da Educação Patrimonial*. Museu Imperial/ DEPROM – IPHAN – MINC, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LUZZATTO, Darcy Loss. *El nostro parlare: e outras crônicas*. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1993.
- LUZZATTO, Darcy Loss. *Talian (Vêneto Brasileiro): Noções de Gramática, História e Cultura*. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1994.
- MANFROI, O. (1975). *Emigração e Identificação Cultural: A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 1 n. 2, 1975, p. 227-274.
- MIAZZO, Giorgia. *Descobrimo o Talian: Viagem só de Ida para a América*. Secretaria do Estado e da Cultura do Rio Grande do Sul, 2011.
- PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Org.). *História, Memória e Patrimônio*. Paco Editorial, 2012.
- ROSSETO, Valter. *Memória e Cultura Étnica, a Festitália de Serafina Corrêa-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Associacionismo, familismo e imigração: dinâmicas de reconstrução de italianidades no Sul do Brasil*. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADUNZ, Roberto. (Org.). *Imigração e Sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS: Vanini (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre: EST, 2004.

WICKERT, Ana Paula. *Linha 15: Patrimônio, memória e cultura*. Passo Fundo: UPF, 2004.

A memória do trabalho no patrimônio industrial: relações entre o *Percorso Archeologia Industriale* (Schio - Vêneto) e o museu de território de Galópolis (Caxias do Sul - Rio Grande do Sul)

Geovana Erlo¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Introdução: relações entre a memória do trabalho e o patrimônio industrial musealizado

Schio – comuna localizada na província de Vicenza, na região do Alto Vicentino (Itália) – e Galópolis – bairro situado na zona sul da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (Brasil) – possuem sua história calcada sobre um mesmo processo: a industrialização. A construção de uma indústria têxtil de cunho paternalista na Itália desdobrou-se na consolidação do movimento operário que, diante da crise interna no país e o fomento da migração impulsionado pelo Império brasileiro, culminou com a expulsão de um grande contingente de operários e seu posterior estabelecimento no Brasil, resultando na construção de uma cooperativa que anos mais tarde assumiu um perfil semelhante ao do primeiro empreendimento italiano.

De ambas as realidades surgem dinâmicas industriais semelhantes, calcadas sob o mesmo ideal paternalista, onde o assistencialismo foi o responsável pela criação de uma série de estruturas de sociabilidade e manutenção da mão de obra que, com o passar do tempo e a decadência da empresa norteadora, foram ressignificadas e receberam valor patrimonial,

¹ Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA/UFRGS). Mediadora cultural do Instituto Hércules Galló e educadora para o Patrimônio do Museu de Território de Galópolis. Contato: geovana.erlo@ufrgs.br

tornando-se exemplares do seu período áureo. Como resultado desta atribuição, em ambas as realidades, a patrimonialização e a musealização se fazem presentes, expressas respectivamente pelo *Percorso Archeologia Industriale* e pelo Museu de Território de Galópolis – e a análise do conteúdo dos recursos expográficos por eles comunicados é a metodologia deste estudo.

Buscando compreender as semelhanças e as diferenças, as presenças e as ausências, as visibilidades e principalmente os apagamentos que as expografias dos dois projetos ilustram em relação à narrativa da memória do trabalho, parte-se do seguinte questionamento: qual memória é representada? A resposta tende a justificar a utilização do termo “memória do trabalho”, pois este possibilita a análise dos diferentes atores sociais envolvidos no sistema produtivo aqui retratado e, inclusive, complementa a questão norteadora da pesquisa: de quem é a memória do trabalho representada museograficamente?

A análise do conteúdo dos elementos museais presentes em Schio e em Galópolis enquadra este trabalho – além de corroborar para os já numerosos estudos de caso comparativos acerca do processo migratório e de industrialização que relaciona ambos os territórios –, nos debates sobre a potencialidade do patrimônio industrial e dos museus comunitários para (re)pensar a valorização da comunidade local e sua função como agente da utopia museal, responsável pela transformação da dinâmica sociocultural regional.

Schio e Galópolis: a industrialização e a organização operária

Schio é uma comuna que, “[...] no período proto-industrial já havia se estabelecido como o distrito têxtil líder da República de Veneza, durante o século XIX progrediu mantendo a vanguarda da modernização industrial da Itália” (FONTANA, MARTINS, 2012, p. 7). Localizada na região do Alto Vicentino, na província de Vicenza, é cortada pela Roggia Maestra, importante canal artificial que parte do curso d’água Leogra e responsável pela geração de energia elétrica às primeiras indústrias têxteis ali criadas.

Dentre estas, situam-se o Lanifício Conte, o Lanifício Cazzola e o Lanifício Rossi, amplamente descritas nas publicações em italiano e inglês de Baggio (2014), Ricatti, Sassi e Sassi (2013), Fontana (1985) e em português de Adami (1963), Fontana e Martins (2012), Ferri (2018), Giron (1977), Herédia (2003), Herédia e Fontana (2018), Lopes (1987), Thompson (1998) e Verona (1997) – bibliografias que contextualizam este tópico e acentuam o caráter paternalista presente nestes empreendimentos.

Segundo Ricatti, Sassi e Sassi (2013), em consonância com Fontana (1985), os lanifícios de Conte e Cazzola auxiliaram na caracterização de Schio como unidade industrial, mas o personagem que mais recebeu destaque pela historiografia regional foi Alessandro Rossi. Filho de Francesco Rossi – fundador das Indústrias Rossi em 1817, mesmo ano que Schio alcança o título de comuna –, ele é tido pela historiografia como responsável pela modernização da indústria italiana, uma vez que a fábrica herdada, a partir da sua gestão “*può essere a tutti gli effetti considerato un modello per le fabbriche tessili del XIX secolo in ambito nazionale, e ha subito alcune variazioni nel corso del tempo*” (BAGGIO, 2014, p. 31). Dentre estas transformações situam-se as administrativas – sobretudo a transição para o modelo de sociedade anônima por ações – e as estruturais – como a ampliação do parque fabril com a construção da *Fabbrica Alta* e de uma série de estruturas próprias do modelo de vila operária ou “*company town*” que, segundo Fontana e Martins (2012, p. 4), “são formadas por uma interligação entre empresa, cultura técnica, território e constituem um ponto estratégico para a compreensão da filosofia social subjacente à história da relação entre os grupos empreendedores e a classe trabalhadora.”.

Podemos citar como exemplo dessas construções sociais o próprio *Quartiere Operaio* e a *Nuova Schio*, espaços de habitação onde mais de mil e quinhentos operários viviam, divididos em quatro modalidades distintas de residências de acordo com o cargo ocupado. O *Asilo Rossi*, a *Scuola Convitto Di Pomologia*, o *Asilo Infantile e Scuole Elementari Comunali*, criados na década de 1870 diante da necessidade de qualificação da mão de obra dos

filhos dos operários, também são obras que se inserem nessa dinâmica industrial paternalista. E o *Teatro Civico* e o *Giardino Jacquard* cumpriam a função de lazer e sociabilidade, junto com a *Chiesa Di S. Antonio Abate* e o *Duomo Di San Pietro* – construídos pelo arquiteto Antonio Caregaro Negrin, que também surge como um grande nome dentro de Schio – , onde o culto religioso também era utilizado pra manutenção do controle fabril, junto com os monumentos que representavam, sobretudo, o próprio patrão – que aparece no *Monumento ad Alessandro Rossi* –, mas também a versão idealizada do operário – como é o caso do *Monumento al Tessitore*.

Para Thompson (1998, p. 32), o paternalismo envolve "implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal", e os conflitos internos são supridos por obras de cunho assistencial, como as já citadas. Parafraseando Lopes (1987), o objetivo principal de existência destas estruturas é a imobilização da mão de obra, o que significava menos custo com deslocamento e obrigaria os operários a permanecerem na empresa até quitarem suas dívidas pela utilização destes serviços, mas além disso, garantia a submissão e o controle sobre os trabalhadores, moldando-os ideológica e tecnicamente de acordo com as necessidades do capital. Corroborando para esta teoria, Herédia e Fontana (2018, p. 3) fazem uso das publicações feitas pela *Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori* ao apontar que as organizações proletárias “[...] ameaçam os Rossi e os obrigam a promover um extraordinário processo de integração social com a fábrica-instituição, seguido e imitado por diversos industriais de outras cidades”.

Porém, as greves organizadas no Lanifício Rossi, que ocorreram principalmente em dois momentos, 1873 e 1890-1891, representaram verdadeiras rupturas na “aparente paz social” (VERONA, 1997, p. 4). Ainda segundo Herédia e Fontana (2018, p. 3) “a greve era uma forma que os operários tinham de defesa do ideário político pelo qual lutavam e também uma forma de se organizarem para enfrentar as mudanças pelas quais estavam passando dentro da fábrica”, estas, originadas pela transformação da indústria

em questão em sociedade anônima, com inserção de capital estrangeiro – principal motivo desencadeador do levante de 1873 – e a incorporação de tecnologias que ocasionaram desemprego estrutural e a consequente redução salarial em 23%, desencadeada a partir de 1890 – tudo isso em meio à crise agrária de um país recém unificado. No dia 17 de fevereiro de 1891, os operários – que na ocasião paralisaram mais de doze mil fusos – marcharam pela *Via Palestro*, tornando Schio uma “cidade vermelha numa província branca”. (VERONA, 1997, p. 2). Este foi o ápice da organização proletária, que não foi bem recebida pelos Rossi. Depois do episódio, “foram reunidos no pátio da fábrica onde o ‘Conde Rossi’ havia cercado o local com guardas, perdoando os casados, mas aos solteiros deu-lhes duas alternativas: *o gallera o Brasile!*” (ADAMI, 1963, p. 377).

Cerca de 308 operários foram expulsos do lanifício e conseqüentemente do país, chegando ao Brasil – que, neste período, em plena transição para República, buscava “branquear” sua população, gerar mão de obra barata em substituição à escrava e povoar terras improdutivas (GIRON, 1977) –, tendo a maior parte destes sido direcionada ao vale do Rio Paraíba para o trabalho na zona da cafeicultura. Mas 28 deles foram enviados através da Comissão de Colonização aos galpões da Terceira Légua, no nordeste do Rio Grande do Sul, onde foram redirecionados à Capela da Maternidade, na Quinta Légua, ainda em 1891. Ali compraram (por meio de prestações à longo prazo) seus lotes de terra em um “[...] cenário que parecia o mesmo, apesar da mata virgem; entretanto, era cercado de morros e não era propício à agricultura” (HERÉDIA, FONTANA, 2018, p. 4), e estabeleceram-se. Vendo a semelhança com o seu local de origem, inclusive pela presença de um rio, “em 1894, a ideia de fundar um lanifício semelhante àquele deixado na Itália começou a surgir entre esse grupo de emigrantes (...)” (ADAMI, 1963, p. 262), que em 1898 efetivou-se com a criação da cooperativa *Società Tevere e Novità*, a primeira cooperativa têxtil da Região Colonial Italiana (RCI).

A cooperativa foi criada aliando seus interesses coletivos com sua ideologia, mas o desenvolvimento de lanifícios de capital aberto sobretudo na

porção meridional do Rio Grande do Sul tornou a concorrência desparelha, culminando com a sua falência. É neste cenário de crise da indústria precursora da tecelagem na região que entra em cena a figura de Hércules Galló, hoje visto como empreendedor e patriarca da região, inclusive, dando nome a ela (Galópolis = cidade de Galló). Filho de um industrial da área têxtil na cidade de Biela, na região de Piemonte na Itália, veio para o Brasil em 1899, não sendo, de tal forma, o único responsável pelo desenvolvimento econômico da região, como comumente é associado – já com poder aquisitivo advindo da venda do parque fabril do pai na cidade natal (HERÉDIA, 2003).

Adquirindo metade do empreendimento em 1904, juntamente com o terreno onde fixou residência na Quarta Léguas, e sua totalidade quatro anos depois, Galló trouxe-o para a sua atual localização, próximo ao Arroio Pinhal, à Cascata Véu de Noiva – elementos naturais que auxiliaram na geração de energia elétrica – e sua nova residência, que até hoje representa o capital simbólico e de dominação do patriarca sobre o território.

Recebendo amplo investimento em tecnologia, a então denominada Cia. Tecidos de Lã ficou famosa e atraiu investidores conhecidos a nível nacional, como os Chaves & Almeida, que tornaram-se sócios em 1912 – período que representou o auge da atividade comercial da empresa, que passou a se chamar Cia. Lanifício São Pedro alguns anos depois. É neste período, e mesmo depois do falecimento de Galló em 1921 e a consequente saída da família dos negócios locais, que as principais políticas paternalistas são tomadas em relação ao operariado, seguindo, inclusive, o modelo que os operários grevistas já estavam acostumados: é iniciada a construção de uma vila operária. Dentre os principais espaços de sociabilidade, imobilização e reprodução da mão de obra situam-se o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, a Cooperativa de Consumo São Pedro Ltda., o Cinema Operário, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis – criado pelo próprio Lanifício a fim de impedir a organização independente. Esta finalidade fazia-se presente também em outros elementos “oficiais”, como os Colégios Manoela Chaves e Ismael

Chaves e a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – segunda igreja da região, construída em 1947 para ostentar a “grandeza” de Galópolis.

A utilização e ressignificação destas edificações criadas a partir da dinâmica industrial e paternalista que perpassou os processos culturais da região continuou a ocorrer de diferentes formas a partir de 1979, ano em que o São Pedro, sob a administração dos Chaves & Almeida, acabou falindo e foi substituído pelo Lanifício Sehbe S.A., sob a gestão do Grupo Alfred. Embora continuassem com os clientes que mantiveram a fábrica por tantos anos, na metade da década de 1990, passaram a enfrentar dificuldades.

Com salários atrasados há mais de seis meses e pagamentos somente por meio de vales para troca na Cooperativa de Consumo e nos armazéns da região, os operários não viram mais perspectiva de continuar nesta situação e decidiram organizar uma greve geral, parando toda a produção de trinta e um de março de 1999 até oito de junho de 1999, conforme ata do sindicato da primeira sessão do ano de 2000. Após muitas negociações que se deram por meio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis (Sindigal) até o dia sete de junho de 1999, foi criada a Cooperativa Têxtil de Galópolis – COOTEGAL –, com a participação de 32 associados no sistema de cooperativa de trabalho, que quitou as dívidas trabalhistas e mantém-se ativa até hoje. Segundo Renato Dall’Agnol, presidente do Sindigal desde 1990, a inspiração para a criação da nova cooperativa veio dos primeiros grevistas ocupantes do território e suas diversas mobilizações ocorridas a partir de então, durante a gestão de Galló, dos Chaves e dos Sehbe, o que contraria a teoria historicamente difundida que afirma não haver qualquer núcleo de resistência à dominação paternalista na região.

“A Cooperativa, na origem denominada ‘Società Tevere e Novità’, passou por várias estruturas administrativas, começando como cooperativa, depois como indústria da lã, sociedade anônima, até novamente retornar a sua estrutura inicial de cooperativa.” (FERRI, 2018, p. 15). De tal forma, pode-se afirmar que a história cíclica se faz presente na história de Galópolis, que teve sua formação e desenvolvimento dados por meio das relações de trabalho e

identidade com a indústria local, oriunda do processo imigratório oficial italiano e de conflitos constantes entre operários e proprietários. Em termos gerais, estudar os traços desta cultura fabril permite “[...] ‘desnudar’ a lógica do sistema de dominação, mostrando não só os mecanismos articuladores da ‘microfísica do poder’, como também os opostos, de uma ‘microfísica da resistência’” (LOPES, 1987, p. 206-208).

Percorso Archeologia Industriale e museu de território de Galópolis: o processo de patrimonialização e de musealização em foco

Presente tanto no passado como no presente – caracterizando um contexto histórico próprio da História do Tempo Presente – os conflitos de classe fazem-se presentes também nos processos de patrimonialização e musealização organizados em Schio e Galópolis, de forma mais ou menos aparente conforme os objetivos dos seus responsáveis. De tal forma, conforme nos apresentam os referenciais abordados neste tópico – Brulon (2014), Chuva (2009), Duarte (2013), Erlo (2019), Rússio Guarnieri (1977, 1983/1985), Meneses (2018), Peirce (1993), Pollak (1989) e Varine (2012) –, a atribuição de valor ao Patrimônio Cultural e à consequente musealização não é neutra e, se compreendidas suas entrelinhas, é possível desvendar os conflitos e movimento sociais inerentes às políticas territoriais (SANTOS, 2002) próprias do Patrimônio Industrial.

Para Peirce (1993), a base para compreensão desta valorização situa-se na semiose, onde a significação depende de uma função triádica em que a base material (objeto), a representação desta (representâmen) e sua interpretação (interpretante) interagem entre si. São justamente essas premissas que ajudarão a delimitar o que aqui será chamado de assimilação do patrimônio pela comunidade: quando a materialidade assume caráter representativo para os que a assumem identitariamente, culminando com a patrimonialização e a musealização territorial. Todavia, cabe ressaltar que as percepções não são necessariamente homogêneas e os processos evidenciados não se deram sem

conflitos, apagamentos ou silenciamentos – houve o que Pollak (1989) apresenta como enquadramento da memória.

Tal enquadramento se deu de diferentes formas de acordo com a especificidade da região, suas demandas civis e sua legislação patrimonial. Segundo Fontana e Martins (2012), as primeiras movimentações em torno da preservação do patrimônio industrial de Schio ocorreram ainda em 1979 e partiram do Poder Público, quando a Convenção Nacional, promovida pela comuna de Schio, realizou o monitoramento dos espaços industriais ociosos e que já apresentavam resquícios de especulação imobiliária. Já em 1986 é dado um grande passo no estreitamento entre comunidade local e órgãos públicos, pois “[...] ocorreu a primeira ação, a partir do programa do desenvolvimento urbano e ambiental, para assegurar a conservação e reabilitação do *Novo Bairro*” (FONTANA, MARTINS, 2012, p. 11), que culminou com a criação do “volume *Manuale per ‘Nuova Schio*’, contendo as indicações concebidas no plano como um instrumento representativo, de uma nova maneira de pensar o desenvolvimento de um território marcado pelos impressionantes edifícios da primeira idade industrial” (p. 11), projeto que estruturou-se em três bases: arquitetura, memória e programa cultural – mas cabe questionar qual memória é retratada.

Em Galópolis, diferentemente de Schio, as primeiras iniciativas de valorização do patrimônio partiram da sociedade civil, sobretudo após a criação da Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) em 1988, que passou a orientar uma série de atividades voltadas à valorização da memória do trabalho e de preservação dos resquícios já em desuso da dinâmica fabril. A prefeitura de Caxias do Sul teve breve participação neste período com a criação do projeto “Galópolis: jardim da serra” (ERLO, 2019, p. 70), mas que acabou não se desenvolvendo, embora também tenha criado o embrião, ainda em 1975, do que posteriormente seria a denominada Semana de Galópolis.

A oficialização da patrimonialização dos bens culturais industriais iniciou em Schio ainda em 1995, com a proteção do *Jardim Jacquard* pelo Ministério da Cultural e Ambiental (FONTANA, MARTINS, 2012), sob a

justificativa de seu valor histórico e artístico – a mesma utilizada para fundamentar os primeiros tombamentos de Galópolis, realizados por meio da Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (DIPPHAC) da Secretaria da Cultura de Caxias do Sul. No bairro brasileiro, seguindo o padrão positivista de preservação de ícones materiais de “pedra e cal” (CHUVA, 2009), alusivos aos grandes vultos, tombou-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia e as duas residências de Hércules Galló no ano de 2010. Somente tal informação já enfatiza o caráter atribuído à seletividade na representação da identidade local, mas este fator faz-se presente também no processo de musealização do território de Galópolis.

Em 2010, a família Galló, descendente direta de Hércules Galló e detentora da propriedade onde situam-se as moradias tombadas do patriarca, decidiu criar o Instituto Hércules Galló (IHG), fundado em 2012 após um intenso processo de restauração nas residências. Da iniciativa de restauro surgiram alguns questionamentos em torno da função que aquele espaço assumiria perante a comunidade, e o fundamento das respostas dadas iam desde a necessidade de patrimonialização dos elementos naturais e materiais – edificações ainda presentes no cotidiano da vila e recursos naturais por elas utilizados – até (e principalmente) o desenvolvimento econômico desta, que poderia ser alavancado pela musealização do seu território.

Criou-se assim, o projeto do Museu de Território de Galópolis, proposto pela museóloga Tania Tonet e efetivado em duas fases distintas: a fase I, inaugurada em 2015, caracterizou-se pela organização expográfica do núcleo do Museu, localizado na segunda casa de Galló, focando nas temáticas da imigração italiana, industrialização e o papel simbólico da família na região; e a fase II, inaugurada em 2019 e que, supostamente, teve sua proposição fundamentada pela Museologia Social cunhada por Hugues de Varine ao “musealizar” 15 bens patrimoniais representativos à história local, sendo eles:

1. Instituto Hércules Galló;
2. Cascata Vêu de Noiva;
3. Árvore das Garças;
4. Armazém Basso;
5. Cooperativa de Consumo;
6. Círculo Operário;
7. Cinema;
8. Lanifício;
9. Praça Duque de

Caxias; 10. Vila Operária; 11. Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia; 12. Escola Ismael Chaves Barcellos; 13. Arroio Pinhal; 14. Casa Stragliotto; 15. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis. (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2019, p. 2).

Porém, conforme aponta Erlo (2019), é possível perceber uma série de contradições em torno da concepção do projeto e sua execução. A primeira delas é que nenhuma documentação museológica foi produzida ao longo do processo de musealização. Por isso, há uma lacuna de fontes sobre a metodologia empregada – fator determinante para qualificar o produto museal – que teve de ser suprida pela produção de fontes primárias a partir de métodos diversificados, como é o caso da pesquisa *E-Survey* realizada entre outubro e novembro de 2019 por meio do *Google Forms*, que contou com 116 respostas de moradores e ex-moradores do bairro quanto à sua percepção em torno do museu. As respostas foram homogêneas: poucas pessoas participaram da escolha dos espaços musealizados, tendo estes sido impostos de cima para baixo, priorizando somente a materialidade do patrimônio industrial local, a visão hegemônica dos descendentes de quem organizou o projeto e seu potencial puramente mercadológico e turístico, seguindo o caminho inverso do proposto pela Museologia Social (VARINE, 2012), pautado essencialmente no protagonismo da comunidade a qual os bens culturais lhes são representativos/sígnicos.

No que tange ao contexto museal de Schio, sabe-se que desde 2001 a região integra a *Rete Museale Alto Vicentino* – que integra instituições museais voltadas aos eixos da Arqueologia e História, Arte, Etnografia, Natureza e Ciência, Patrimônio Industrial e Grandes Guerras – e, segundo a página online desta organização, o museu criado em Schio nesta data era denominado “*Ecomuseo dell’Archeologia Industriale*”. Todavia, ao pesquisar o site oficial sobre o turismo em Schio, o VisitSchio, o mesmo museu é denominado “*Percorso Archeologia Industriale*”, pelo menos desde 2019 – e desta forma, optou-se por fazer uso deste termo, utilizado no material gráfico

base para este estudo. Independentemente da nomenclatura, os pontos musealizados são os mesmos, sendo eles 14:

1. *Monumento Al Tessitore*; 2. *Duomo di San Pietro*; 3. *Lanificio Conte e Piazza Conte*; 4. *Asilo Rossi*; 5. *Fabbrica Alta*; 6. *Prospetto dell’Opificio Rossi*; 7. *Giardino e Teatro Jacquard*; 8. *Lanificio Cazzola*; 9. *Quartiere Operaio*; 10. *Scuola Convitto di Pomologia*; 11. *Asilo Infantile e Scuole Elementari Comunali*; 12. *Chiesa di S. Antonio Abate*; 13. *Teatro Civico*; 14. *Monumento ad Alessandro Rossi*. (COMUNA DE SCHIO, 2019, p. 1-4).

O que interessa aqui, de fato, é que tanto o Museu de Território de Galópolis quanto o *Percorso Archeologia Industriale*, partem da premissa da Museologia Social, onde a tríade do museu tradicional (edifício – público – coleção) é ultrapassada e alcança os ecomuseus ou museus comunitários (que partem do território – comunidade – patrimônio), segundo Varine (2012). Duarte (2013, p. 113), em consonância com o museólogo, afirma que “como instituição social que é, o museu tem responsabilidades sociais para com a comunidade em que está inserido, cujo bem estar e satisfação de necessidades várias devem fazer parte da sua missão” e, de mesma forma, Guarnieri (1983/1985, p. 150), aponta que “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade” – levando em consideração todas as problemáticas em torno do conceito de “comunidade” (BRULON, p. 2014).

Assim, embora a tríade edifício-público-coleção do modelo de museu tradicional tenha sido questionada pelo *Percorso* e pelo Museu de Galópolis, pensando sua estrutura territorial com base nos resquícios da dinâmica industrial do bairro, a comunidade é ali representada como público, espectadora, e não como protagonista, aspecto fundamental para a transição à tríade território-patrimônio-comunidade do museu integral. Ela também foi representada museograficamente de forma homogênea e romantizada, não respeitando a diversidade, a pluralidade e os conflitos internos ao assumir “uma visão deformada do Fato Industrial e do respectivo processo social, [não

levando] em conta suficientemente a história dos movimentos operários” (GUARNIERI, 1983/1985, p. 154-155), conforme retrata-se a seguir.

Análise do conteúdo: o discurso por trás da expografia

O objetivo deste estudo é analisar comparativamente a narrativa empregada nos recursos expográficos – aqui tidos como os suportes comunicativos referentes a um processo de musealização e seu produto – presentes em ambos os projetos contextualizados. De tal forma, as fontes analisadas pra encontrar os resultados parciais apresentados aqui – que compõem uma pesquisa mais ampla e ainda em andamento acerca do processo de musealização do território de Galópolis, realizada no âmbito do mestrado em Museologia e Patrimônio Cultural (PPGMusPa) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – referentes ao *Percorso Archeologia Industriale*, estão todas as disponíveis online, e as alusivas ao Museu de Território de Galópolis encontram-se expressas em formato físico.

Esmiuçando-as melhor, quanto ao *Percorso* foram analisadas a página virtual no *VisitSchio* e quatro *cartoguidas* disponíveis no mesmo site: a *cartoguida Archeologia Industriale*; a *cartoguida Generale*; a *cartoguida Giardino Jacquard* e a *miniguida* - visitas didáticas. Outras duas também foram analisadas: a *Cartoguida Sentieri altopiano del tretto* versão 1 e versão 2, mas como a análise do Museu de Território de Galópolis se concentra no perímetro urbano, optei pelo mesmo recorte em Schio, sendo essas duas últimas fontes referentes a percursos mais extensos e alusivos ao meio rural. A sinalização em frente a cada um dos espaços consiste em um modelo padrão de placa turística, contendo apenas o nome do percurso e do espaço, por isso optei por não as analisar qualitativamente. Sobre o Museu de Território, percebendo a ausência de publicações no site oficial do Instituto Hércules Galló que refiram-se ao projeto, optou-se por analisar três folders que explicam o projeto e identificam a localização dos 15 pontos musealizados, bem como os totens instalados em cada um deles. Esta primeira

incursão, inclusive, já mostra um contraste de utilização da internet para a comunicação dos projetos, que se faz presente em um, mas não em outro.

Buscando perceber a presença da memória operária e o sentido por trás da narrativa expressa nesses recursos expográficos, optou-se por fazer uso do método da análise de conteúdo, mapeando a repetição de termos e expressões de forma a quantificar os elementos abordados (ou apagados) em cada uma das fontes. Tal método, conforme instaura Laurence Bardin (1977, p. 45-46), pode ser caracterizado como “[...] uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. Ainda com base no autor, traçou-se cinco etapas fundamentais para a análise proposta: Seleção e coleta de documentos; Análise; Mapeamento do corpo documental (textual e iconograficamente); Formulação de hipóteses (emissor, receptor e suporte); Conclusão parcial e revisão. Pragmaticamente falando, depois de encontrar as fontes e analisar sua pertinência, iniciou-se o processo de análise com a contagem de palavras – feita por meio do site *Rotasul.net* –, onde foram selecionadas as cinquenta expressões que mais se repetiram nos recursos suscitados, depois de mesclar termos utilizados em sentidos semelhantes e ignorar os com menos de três caracteres.

A partir de agora serão apresentados, de forma resumida, os principais resultados da etapa basilar da análise do discurso, iniciando com o que está exposto no site do *Percorso Archeologia Industriale*, o *VisitSchio*, página oficial da Comuna italiana. Ao quantificar o seu corpo textual, das 2103 palavras presentes na página, 24 delas são “*Rossi*”, usadas tanto pra fazer referência, a “*Lanificio*”, “*Alessandro*”, “*asilo*” e “*Francesco*”. O único momento em que a palavra “*operai*” aparece é relacionada a “*quartiere*”, e ambas aparecem somente 3 vezes. O site apresenta, ainda, fotos atuais de alguns espaços que compõem o roteiro, dando destaque aos elementos hídricos, à estátua do *tessitore* e à *Fábrica Alta*.

Algo semelhante acontece também na *cartoguida Archeologia Industriale* – elemento oficial do percurso – que tem um texto muito parecido, embora mais detalhado ao tratar de cada um dos espaços, bem como uma foto de cada um deles. Das 2342 palavras, 19 são “*Schio*”, 12 são “*Alessandro*

Rossi” explicitamente, 12 são apenas “Rossi”, referindo-se ao mesmo “Alessandro”, e 11 são “Lanificio Rossi”, totalizando 35 “Rossi” no texto, contra 9 “lavoro”, 6 “telaio”, 5 “operaio” (sendo todas elas referindo ao *quartiere*) e apenas 4 “tessitore” – definições que mais se aproximam da realidade do trabalhador.

Procurando incidência destes termos também na *cartoguida Generale* da Comuna de Schio, que trata dos cenários históricos, dos itinerários religiosos, da natureza e da gastronomia, os resultados mostram mais uma vez uma grande incidência de “Rossi” relacionados ao “Lanificio” e principalmente a “Alessandro” e “Francesco”. O que chama a atenção é que outros nomes surgem com bastante intensidade, como o de “Antonio Caregaro Negrin”, responsável por projetar o *Giardino Jacquard* e o *Asilo Rossi*, sendo citado 4 vezes entre as 1787 palavras do arquivo. Termos relacionados aos trabalhadores do lanificio, como “tessitore” e “operaio” aparecem respectivamente 1 e 2 vezes.

Como o *Giardino Jacquard* é um dos únicos exemplares europeus de jardins construídos de forma a integrar uma vila operária e era um verdadeiro espaço de sociabilidade aberto aos trabalhadores, optou-se por pesquisar como a relação entre estes é representada na *cartoguida Giardino Jacquard*. Assim, das 1336 palavras do documento, 3 são “lavoratori”, 2 “operaio” e 2 são “telaio”, sendo as referências mais próximas à representação dos operários sem se referir necessariamente aos contributos sociais das obras paternalistas promovidas pelos “Rossi” – que aparecem 17 vezes, novamente relacionadas ao “Lanificio”, “Alessandro” e “Francesco”. Antonio Negrin aparece 8 vezes – menos do que os proprietários da família Rossi –, e as fotografias destacam a presença da arborização, principalmente das espécies exóticas ali presentes, que contrastam com as construções românticas do espaço.

Por último, já finalizando a análise dos recursos expográficos disponíveis online sobre o *Percorso Archeologia Industriale*, analisa-se aqui a *miniguia didattica*, que não necessariamente informa os percursos, mas os roteiros disponibilizados principalmente para as escolas, apresentando a iniciativa de

desenvolver atividades educativas permanentes com os espaços educativos da região. Com percursos que variam de 1 até 3 horas de duração, os 9 itinerários são destinados aos diferentes graus de escolarização. Os que mais fazem referência à representação operária são os roteiros “*Schio e Alessandro Rossi*”, “*La Lana e le altre fibri tessile*”, o “*Lanificio Conte*”, o “*Rivoluzione Industriale e Inovazione Tecnologiche*” e o “*Fabriche en prima linea*”, sendo esses últimos dois as novidades de 2019. Mesmo trazendo poucas informações e poucas imagens, esse mini guia evidencia os objetivos dos roteiros como um todo, e dessa vez, embora mais uma vez o “*Rossi*” esteja presente em primeiro lugar, as palavras que mais se repetem em seguida fazem referência às séries e anos próprios pra visitação, como “*primária*”, “*secondária*”, “*infanzia*”, “*piccoli*”, “*bambini*” e “*particolare*”. Destaca-se também a utilização de palavras como “*patrimonio*”, “*storia*”, “*arqueologia*”, “*scoperta*”, “*conocenza*” e “*protagonista*”, que evidenciam o objetivo da proposta.

Voltando-se agora às fontes alusivas ao Museu de Território de Galópolis – que nesses materiais é sempre referido como projeto do Instituto Hércules Galló, mas ao mesmo tempo é descrito como um projeto dinâmico e da comunidade –, inicia-se a análise com a primeira produção gráfica do Instituto, aqui denominada como Folder 2015 A. Tratando-se do recurso expográfico mais curto e sucinto (sendo só frente e verso), foi produzido com a intenção de orientar a visitação no interior da segunda residência de Hércules Galló, onde localiza-se o núcleo expográfico do Museu de Território, em função de sua inauguração. Ele, em termos gerais, cita o nome da instituição e traz a planta baixa dos dois pavimentos abertos à visita, bem como o nome e numeração das salas temáticas – 12 salas estruturadas de forma a retratar a imigração italiana (2), a industrialização (1), a casa e seus moradores (5) e as obras Galópolis pelo Lanificio (2), além de 2 ambientes de transição.

O folder 2015 B é basicamente um complemento de produção anterior, criada para a mesma ocasião, embora seja mais robusto, contendo 300 palavras. Apresentando o projeto do Museu de Território de Galópolis e

fazendo uma breve incursão sobre a história local, o destaque recai para o perfil empreendedor do Hércules Galló e a estrutura expositiva do núcleo do museu, focando nas inovações tecnológicas nele presentes. Aqui, Galópolis aparece 5 vezes; Instituto Hércules Galló e Caxias do Sul 4 vezes cada; Hércules Galló, 2; e o destaque vai para o termo “empreendedor” ou “empreendedorismo”, escritos em caixa alta.

Estas mesmas palavras se fazem presentes também no próximo material de análise: o folder de 2019, desenvolvido para a inauguração da fase II do Museu de Território de Galópolis. O objetivo dele é claro: informar o percurso que pode ser feito pelos totens do Museu de Território de Galópolis. Por isso, a parte central dele é uma representação gráfica do bairro e a localização, algumas vezes não exata, dos totens, bem como uma foto do espaço representado por eles e o seu nome. A parte textual dele repete “museu” 6 vezes, sendo duas delas se referindo diretamente ao Museu de Território e uma a “museu a céu aberto”; “Galópolis” surge 3 vezes, junto com o termo “passado”, fazendo alusão a uma viagem ao passado que o percurso suscita, junto de termos relevantes como “resgate”, “lembranças”, “raízes”, “vivo”, “movimento” e “futuro”, que mostram o suposto caráter dinâmico do projeto. “Instituto Hércules Galló” consta 2 vezes e, junto dele, algo que mais adiante será relacionado ao termo empreendedorismo: a expressão “atrair turistas” – que aparece duas vezes.

E por fim, analisa-se aqui os 15 totens do percurso de forma conjunta, tentando estabelecer a narrativa que abarca a questão operária ou sua ausência. É importante ressaltar que todos os totens tem duas faces, sendo uma com o *corpus* textual que analisado quantitativamente e a outra com o diretório do projeto, bem como uma ou duas fotos do espaço em que ele está instalado. Quantificando termos, dentre as 2093 palavras que se fazem presentes na porção textual dos totens, a expressão que consta uniformemente em todos eles é a “seja bem-vindo ao Museu de Território!”, aparecendo 15 vezes, seguida de “Lanifício”, que aparece 24 vezes; “Museu de Território”, 17 vezes; “Galópolis”, 15; “Vila Operária” 12 vezes; e o destaque vai para as

referências aos sócios fundadores do Lanifício São Pedro, os “Chaves Almeida”, que aparecem 22 vezes, sendo 11 relacionadas ao nome da escola local; “Cooperativa” aparece 8 vezes; “população”, 6; “social”, 5; “comunidade” situa-se 4 vezes; “sindicato”, 4; e “operários” 3 – sendo a fonte analisada que mais apresenta relações diretas ao operariado, não somente como empregados do lanifício, mas também como responsáveis pelo desenvolvimento de diversas estruturas no bairro, bem como responsáveis pela preservação do patrimônio e pela disseminação da história oral.

Considerações finais: a construção do discurso que permeia a dinâmica cultural

Duas realidades, mas um mesmo trabalhador. Duas realidades, mas um mesmo sistema produtivo. Duas realidades, mas uma mesma visão de Museologia Social. Duas realidades, mas uma mesma memória: seria a do trabalhador? Diante do que foi apresentado como resultado parcial da análise do discurso e sua conseqüente revisão, comprova-se aqui a hipótese de que a memória do trabalho representada pela expografia do Percorso Archeologia Industriale e do Museu de Território de Galópolis precisa ser repensada e ampliada ao ponto de incluir uma visão de operário ativo e determinante para a dinâmica sociocultural em que se insere, não mais sendo citado apenas quando há referência às obras assistencialistas promovidas pelos lanifícios nas respectivas regiões. Além disso, faz-se necessário, ainda, ampliar a abrangência da representatividade, retratando o que a historiografia já vem evidenciando desde a década de 1960: a relação entre burguês-proletário não se deu sem conflitos, inclusive durante o período em que o paternalismo estava em voga; ao pensar em comunidade, tanto em Schio como em Galópolis, não há homogeneidade, mas sim diversas comunidades diversificadas e com múltiplas demandas; dentre estas demandas, é necessário incluir, além da já mencionada presença operária, o papel dos grupos minoritários – como as mulheres – e das diversas profissões para além do

trabalho na fábrica; evidenciar constantemente que é impossível retratar de forma fiel o passado e que ele parte de uma premissa ideológica – inclusive neste trabalho.

Cientes da seletividade e impossibilidade de criar uma narrativa neutra, a própria comunidade passará a desenvolver um senso crítico na atribuição de valor ao patrimônio que a rodeia e compõe verdadeira extensão da vida social. Conseqüentemente, a demanda por participação comunitária na gestão do seu patrimônio, bem como do processo de musealização de seu território será uma constante, pois ela deixará de ser vista como elemento passivo na realidade local, assumindo o papel de protagonista da sua própria história – e esta história servirá de base para a construção do presente e do futuro, como já ocorreu quando houve a tomada de consciência de classe nos casos de Schio e Galópolis.

Alcançando tais premissas, os projetos analisados neste estudo alcançarão os seus reais objetivos, por enquadrarem-se na tipologia dos museus comunitários: “[...] a redução das injustiças e desigualdades sociais; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares” (CHAGAS, GOUVEIA, 2004, p. 17), pois,

Neste momento, não se exigirá do Museu apenas a possibilidade de reinterpretar o passado ou de possibilitar a compreensão do presente; nele se irá procurar o agente do processo de “modernização”, o estimulador de uma consciência crítica e de uma visão humanística; o instigador de amortecidas capacidades de indagar, de julgar, de criar; o deflagrador de um processo no qual o Homem se coloque como fruidor e agente de vida cultural; o conscientizador do processo histórico, do Homem como ser histórico. O Museu é, assim, e deve ser cada vez mais, o agente da Utopia. (RÚSSIO, 1977, p. 26)

Referências

- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul (1864-1962)**. Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- BRULON, Bruno. Provocando a Museologia o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**, vol. 25, n. 1, 2017, p 403-425.
- CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil Rio de Janeiro**: Editora UFRJ, 2009.
- COMUNA de Schio. **Cartoguida Archeologia Industriale**. 2019. Disponível em: https://www.visitschio.it/uploads/ckeditor/attachments/70/CG_Arch_ind__2019_br.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- COMUNA de Schio. **Cartoguida Generale**. 2019. Disponível em: https://www.visitschio.it/uploads/ckeditor/attachments/90/cartoguida_generale_2019_-_ITA.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- COMUNA de Schio. **Cartoguida Giardino Jacquard**. 2019. Disponível em: https://www.visitschio.it/uploads/ckeditor/attachments/93/cartoguida__GJ_2019_br.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- COMUNA de Schio. **Miniguída**. 2019. Disponível em: https://www.visitschio.it/uploads/ckeditor/attachments/108/MINIGUIDA_PERCORSI_Schio_-_bassa_risol.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- COMUNA de Schio. **VisitSchio**. Site. Disponível em: <https://www.visitschio.it/it/scopri/percorsi-archeologia-industriale/percorso-archeologia-industriale>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BAGGIO, Patrizia Maria. **Dall'archeologia industriale al turismo industriale: Il caso dell'alto vicentino**. Dissertação [tesis de láurea]. Università Ca'Foscari, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social. À Guisa de Apresentação. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 27, n.41, 2014, p.9-22.
- DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**. v.6, n.1, 2013. p. 99-117.
- ERLO, Geovana. **Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do Patrimônio Industrial e Identidade local**. Monografia. Caxias do Sul: UCS, 2019.

FERRI, Marlos Rodrigo. **Tecendo uma história:** a Cooperativa Têxtil Galópolis. 2018. Dissertação. UCS, Caxias do Sul, 2018.

FONTANA, Giovanni Luigi; MARTINS, Cláudia Marun Mascarenhas. **Da história ao projeto:** metodologia para a análise do patrimônio industrial e boas práticas na reabilitação das *company towns* na Itália e no Brasil. Uma experiência em desenvolvimento. VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, São Paulo, 2012.

FONTANA, Giovanni Luigi. Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento, 2 voll., Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985-1986.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul:** Evolução Histórica. Caxias do Sul/Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/1985). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.p. 147-159.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Hércules Galló:** vida e obra de um empreendedor. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. FONTANA, Giovanni Luigi. Emigração, Industrialização e Cultura do Trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Ricerche Storiche**, n.3, set-dez. 2018.

INSTITUTO Hércules Galló. Material de divulgação do Museu de Território fase I. 2015a. Folder.

INSTITUTO Hércules Galló. Material de divulgação do Museu de Território fase I. 2015b. Folder.

INSTITUTO Hércules Galló. Material de divulgação do Museu de Território fase II. 2019. Folder.

INSTITUTO Hércules Galló. Totens do Museu de Território de Galópolis fase II. 2019. Totens.

LOPES, José Sérgio Leite (org). **Cultura e Identidade Operária; Aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. **Conferência de abertura do 10º Encontro Paulista de Museus**. São Paulo: Sistema Estadual de Museus de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RÚSSIO, Waldisa Pinto. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação. São Paulo: FESP, 1977. Acervo Centro de Documentação da FESPSP.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o Patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.

VERONA, Antonio Folquito. Pacto Social e Luta Operária em Schio. **Revista Brasileira de História**, 1997, v. 17, n. 34, pp. 13-52.

As “quintandas” camponesas como patrimônio material e imaterial em Jaguari-RS

Renata Piecha

Bacharela e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria

Maria Catarina Chitolina Zanini

Professora Titular Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria

Introdução

Na região central do Rio Grande do Sul, distante 400 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre, ao norte da Depressão Central e da bacia do Ibicuí, encontra-se o município de Jaguari. Atualmente, vivem neste local, aproximadamente 11 mil habitantes, dos quais uma parcela significativa se reconhece como descendente de imigrantes europeus. Isso porque o território que hoje abarca o município foi, entre os anos de 1888 e 1906, destino de migrantes desembarcados da Europa. Dentre eles italianos, alemães, poloneses, húngaros, austríacos, franceses e russos.

Até os dias de hoje há costumes, hábitos e práticas relacionados ao tempo da colonização. A estética dos antigos casarões remete a italianidade. Festas e rituais religiosos fazem referência às divindades cristãs, sendo majoritariamente vinculadas ao catolicismo, à religiosidade dos imigrantes que lá chegaram. Há eventos que são organizados para celebrar os laços de sangue designados pelo sobrenome e pela ancestralidade comum, tendo a família como forte valor. Nesses, a comida se transforma em forte elemento de identificação, atrelada ao “saber-fazer” dos antepassados vindos da Europa. Para esses descendentes, o trabalho se relaciona ao progresso, a superação das adversidade e a domesticação da natureza hostil encontrada na nova pátria. Desse modo, compreendemos que essa “manutenção” do passado, presente no imaginário dos atuais habitantes de Jaguari, em específico, aqueles que se

autodenominam descendentes de imigrantes europeus, que se reconhecem fazendo referência a essa “origem” compartilhada, constitui suas identidades, suas visões de mundo se sedimentado em suas práticas e costumes cotidianos diferenciados em relação ao “mundo brasileiro”.

Quando chegaram no local no qual hoje se encontra o município de Jaguari, os colonos foram acomodados em lotes coloniais, demarcados por linhas, nas quais, até os dias de hoje, algumas comunidades rurais são denominadas referenciando essa demarcação. Porém, a comunidade Rincão dos Alves não fazia parte das linhas destinadas à colonização, mas foi uma sesmaria concedida pelo Governo Imperial brasileiro ao português e republicano João Alves Machado – figura que inspira o nome da comunidade. Pela via do casamento, essas terras foram adquiridas pelos colonos e seus filhos vindos de outras regiões do interior do município. O antigo latifúndio se dissolveu e deu lugar a 80 propriedades com cerca de 25 hectares, orientadas pela lógica da agricultura familiar, nas quais a principal atividade produtiva hoje é a fumicultura.

A fumicultura se insere nesse contexto mediante o sistema de integração entre as agroindústrias fumageiras e a agricultura de forma mais significativa nos últimos 20 anos. Essa atividade agrícola modificou lógicas produtivas, relações sociais e de trabalho, normas, costumes e paisagens locais. Todavia, algumas características desse campesinato se mantêm, como a organização do trabalho familiar. A família permanece como o principal motor da mão de obra, mas esse campesinato a compreende, ainda, como um valor (WOORTMANN, 1995). Homens, mulheres, idosos e crianças, de uma forma ou de outra, participam dos diversos estágios da cultura do tabaco. Entretanto, é a jornada laboral das mulheres que mais se intensifica, pois, ao mesmo tempo que são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado ainda se inserem ativamente no cultivo do tabaco – trabalho estritamente manual, marcado pela exacerbação e penosidade. Assim, como vivenciam essa bricolagem entre espaço reprodutivo e espaço produtivo, as agricultoras de Rincão dos Alves sofrem um duplo apagamento de suas

funções, não obtendo o reconhecimento familiar e social do seu trabalho - o que dificulta seus acessos a algum tipo de ganho e, conseqüentemente, minui a possibilidade de autonomia.

Todavia, com base em Veena Das (2008), acreditamos que por mais subalterna que seja a posição dos sujeitos, de uma maneira ou de outra, eles resistem. As formas de resistência adotadas pelas camponesas de Rincão dos Alves ocorre por meio da produção e comercialização de suas quitandas. As quitandas são produtos para venda que advém do cuidado com a horta e pomar, como legumes, verduras e frutas. Da atividade leiteira produzem e vendem o queijo colonial que se relaciona ao “saber-fazer” dos descendentes de imigrantes europeus, passado de geração em geração por/entre mulheres. Esses produtos são considerados “excedentes”, não interferindo na soberania familiar e nem na perda da qualidade alimentar. Advindas da esfera de trabalho destinada às mulheres, as quitandas preservam os saberes tradicionais camponês, relacionado ao trabalho na terra, a produção de alimentos e as origens familiares. Os principais consumidores das quitandas são cidadãos citadinos que reconhecem a procedência destes produtos, atribuindo-lhes significados atrelados aos tempos da colonização, às origens, sabores, gostos e memórias étnicas. Desse modo, ao mesmo tempo que as agricultoras de Rincão dos Alves abastecem determinadas demandas dos consumidores urbanos locais, suprem suas necessidades de consumos garantindo uma melhoria de vida que tende a se estender ao núcleo familiar, reproduzindo a lógica camponesa vigente que compreende a família como valor. Ademais, mediante esse trabalho e a preservação desses saberes, as trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves, opõem-se à danosa racionalidade capitalista expressa pela presença das agroindústrias fumageiras.

Entre o passado e o presente: o imaginário da colonização em Jaguari

Como em muitas regiões do sul do Brasil destinadas à colonização, pelo que consta nos registros históricos (MARCHIORI, 1999), Jaguari foi povoada, antes da chegada dos imigrantes, por indígenas de origem Guarani. Inclusive, o nome do município deriva da língua dos seus primeiros habitantes. A etimologia da palavra remete a junção de *jaguar*, um felídeo que habitava a região, ao sufixo *y*, rio em guarani. Surge assim, *Jaguary*, ou rio do Jaguar, fazendo referência tanto ao animal que amedrontava a população local quanto ao rio que passa a região¹.

Entre os anos de 1888 e 1906, por indisponibilidade de terras na colônia de Silveira Martins, os imigrantes europeus foram direcionados a esse território, formando uma colônia mista, composta por italianos, alemães, poloneses, húngaros, entre outros. Atualmente, esse município se denomina como “A terra das belezas naturais” por sua vasta e exuberante beleza expressa na mata nativa e nos morros que circundam a região. Porém, nos tempos da migração a natureza imponente foi um dos principais empecilhos para os recém chegados, segundo consta na obra de Marchiori (1999), assim como se expressa nas narrativas memoriais da população local. Segundo os relatos, as casas, as lavouras e toda a logística das propriedades eram acomodados em meio ao terreno íngreme e à mata. Na narrativa vigente, sobretudo entre os trabalhadores rurais que residem nestas terras até o presente momento, permanece a ideia de que seus antepassados vieram

¹ A região conhecida como Tape (povoação grande, em Guarani), foi destino de incursões jesuítas e com isso a população indígena local foi quase que dizimada por doenças e por receio da violência dos bandeirantes, o restante migrou para a margem esquerda do Rio Uruguai, onde hoje se encontra a cidade de São Tomé, na Argentina (MARCHIORI, 1999). Vale afirmar que esse contato com os jesuítas não foi aceito com passividade pela população indígena, em seus escritos sobre a colonização em Jaguari, intitulado *Esboço Histórico de Jaguari* José Newton Marchiori (1999) relata um incêndio causado propositalmente na capela erguida pelos missionários.

“fugidos” da Europa e foram se “esconder” nesses locais remotos. Todavia, é sabido que essa distribuição de terras conflitava com os interesses de posseiros e madeireiros, sendo as planícies destinadas às sesmarias pelo Governo Imperial brasileiro, restando aos migrantes as áreas íngremes e, conseqüentemente, pouco produtivas.

É importante afirmar que a migração em Jaguari seguiu os tramites da racionalidade do projeto colonial. Conforme destacou Giralda Seyferth (2002) em seus estudos sobre a colonização europeia no sul do Brasil, com o intuito de povoar as terras ditas devolutas com mão de obra branca e livre, a vinda dos imigrantes fomenta ideias eugenistas que tinham como intuito o branqueamento da população brasileira como prerrogativa ao progresso do país. Esse projeto de povoamento ignorava e, por vezes, conflitava com a população residente – indígenas, madeireiros, latifundiários e negros fugidos da situação de escravidão.

De acordo com os escritos de Seyferth (1986), há a narrativa de que foram os imigrantes que trouxeram civilidade à um lugar marcado pela “barbárie”. Conforme observaram Zanini e Santos (2009) entre descendentes de imigrantes europeus do sul do Brasil, por não deterem capital econômico, durante o processo migratório, a alternativa adotada pelos recém chegados era fazer de sua força de trabalho o motor da sua ascensão social. Partindo disso, o trabalho árduo, pesado e disciplinado se torna um demarcador da identidade dos migrantes (ZANINI; SANTOS, 2009) e isso perdura até os dias de hoje. O trabalho aparece como uma virtude étnica, como capacidade própria da sua etnia (SEYFERTH, 1986), demarcando a identidade dos descendentes dos imigrantes europeus, ou seja, os indivíduos que se apropriam dessa “origem” étnica com base na ancestralidade comum designada pelo parentesco. Segundo Seyferth (1986), a origem denota a ascendência e remete a um passado comum como parte de uma coletividade nacional e tem sentido genético transformada em realidade objetiva por meio de elementos culturais constitutivos da comunidade (étnica). Assim, as histórias sobre as dificuldades vivenciadas após a chegada, a adaptação ao ambiente hostil são mantidas no

imaginário da população local. Entre eles, a disposição ao labor possui valor moral, é dignificador e se relaciona à honra, a disciplina e a honestidade. Nesse sentido, compreendemos, os tempos da migração, que permanecem vivos no imaginário dos moradores de Jaguari, passados entre gerações por meio das narrativas memoriais, como um acontecimento vivido por tabela, conforme Pollack (1989).

Essa memória compartilhada entre gerações se relaciona à “preservação” de hábitos e práticas, expressos nas festas atreladas ao catolicismo, assim como na confecção de alimentos e da mescla de palavras do português brasileiro com outras que remetem à língua alemã ou italiana, por exemplo. As festas religiosas das comunidade rurais são um exemplo dessa “manutenção”, pois são organizadas pelos colonos, com elementos que remetem a suas origens e ressignificações em solo brasileiro. Enquanto que o “ecco”, palavra derivada da língua italiana, serve para expressar uma afirmação estando usualmente presente na fala dos moradores locais. Dessa forma, observa-se o quando esses elementos se apresentam como fronteiras simbólicas (BARTH, 2000) de pertencimento, salientando os limites do reconhecimento em suas diversidades.

É importante destacar que Jaguari se reconhece e é reconhecido como um município de colonização italiana. Todavia, a demarcação de nacionalidades que foi, outrora, determinante para o estabelecimento de relações sociais, como nos bailes de chão batido no qual os participantes eram possibilitados (ou não) de participar, de acordo com a sua procedência nacional, hoje, não se mostra relevante, ao menos, entre descendentes de imigrantes europeus. Porém, quando se refere aos “brasileiros”, isto é, a denominação utilizada de forma pejorativa para se referir a outros cidadãos que não compartilham essa origem europeia, há limites e fronteiras de interação. Assim, uma parcela significativa da população do município de Jaguari compartilha sinais adscritos (BARTH, 2000) comuns, dentre eles, a valorização do trabalho, a religião e valores que orientam a moralidade e a valorização das raízes familiares e dos vínculos de parentesco designados

pelos laços de sangue. Podemos, então, compreender esse retorno ao passado e sua “manutenção” no presente como proporcionadores de uma educação sentimental, no sentido geertziano (1989), que fomentam o sentimento de comunidade (e solidariedade) entre aqueles que se identificam referenciando as origens comuns. Assim, observam-se as vivências das italianidades, germanidades, polonidades e brasilidades.

Religião, terra, trabalho e família: o *ethos* camponês em Rincão dos Alves

A comunidade de Rincão dos Alves é atualmente composta por cerca de 80 famílias distribuídas e propriedades que possuem, em média, 25 hectares. Estes camponeses se reconhecem como “colonos”, auto atribuindo-se uma origem étnica diferenciada (SEYFERTH, 1993). De acordo com a lógica local, após o matrimônio, ao filho homem é adquirido um pedaço de terra, para constituir morada, produzir e, assim, reproduzir a condição camponesa². Assim, filhos dos colonos, migrados de outras regiões do interior de Jaguarí, estabeleceram residência em Rincão dos Alves. Já as mulheres não são contempladas por esta aquisição, indo residir na propriedade destinada ao marido, salientando o quanto a propriedade da terra está atrelada principalmente a figura do homem. Essa noção vigente legitima, por vezes, a exclusão das mulheres camponesas do sistema de herança. Das onze interlocutoras que a pesquisa entrevistou e com quem convivemos, quatro não foram contempladas na divisão da terra, fomentando sua dependência aos maridos. Quando as mulheres possuem acesso, não há garantia de gestão da propriedade que, na maioria das vezes, é administrada por homens, sejam eles irmãos, esposos ou até cunhados.

² A propriedade é definitivamente passada aos filhos após a morte dos genitores, pelo sistema de herança.

Ainda por influência dos colonos, o catolicismo se caracteriza como a principal prática religiosa, ordenando o mundo (DURKHEIM, 2000). Desse modo, as festas, os dias destinados ao trabalho ou ao descanso são determinados pelo calendário gregoriano, assim como é pela religião que alguns fenômenos que fogem da compreensão destes camponeses são explicados, como a morte, doenças, eventos e fenômenos naturais. As imagens sacras estão presentes na decoração das casas e a igreja, sendo a sede da comunidade, é o principal ponto de interação e sociabilidade. Nela acontecem as missas, os casamentos e as festas da comunidade. Nessas festas, aos homens cabe o manejo da copa, das bebidas e da carne. Enquanto que as mulheres se organizam, no mínimo, uma semana antes, no preparo dos doces em tachos de bronze antigos e preservados como patrimônio da comunidade. São as mulheres também que produzem o risoto, comida relacionada aos colonos italianos e tradicional nestas festividades. Esses eventos são marcadas pela forte solidariedade que impera e mantém as relações sociais e de reciprocidade em Rincão dos Alves.

Imagem 1: Igreja São João Evangelista de Rincão dos Alves.



Fonte: Acervo Renata Piecha

Recentemente, em Rincão dos Alves, iniciou-se um movimento de festejos que rememoram os tempos da migração. Essas festas comumente são organizadas para “preservar” e muitas vezes inaugurar os laços das famílias extensa, designada pelo sobrenome e pela ancestralidade compartilhada. Parentes de diferentes regiões do sul do Brasil e até de outras regiões se direcionam até a comunidade e isso ocorre, pois esse território seria visto como o ponto de partida da estadia da família em terras brasileiras. Fotos, bandeiras do país de origem, narrativas memoriais preservadas pelos anciões, ou como destaca Miriam Lins de Barros (1989), em seus estudos com mulheres de classe alta do Rio de Janeiro, os guardiões da memória familiar, marcam essa interação permeada por sentimentos carregados de significados atrelado às origens e à trajetória dos antepassados. A árvore genealógica da família é, por vezes, traçada, e em alguns casos o caminho reverso até o país de origem é realizado, tendo como figura principal o primeiro descendente chegado em terras brasileiras. Normalmente essa figura é um homem, visto que o sobrenome patrilinear é determinante.

Ademais, para os camponeses de Rincão dos Alves, é a família que delimita as visões de mundo de seus membros (BOURDIEU, 1996), tendo ainda papel socializador e sendo aquela que, desde cedo, condiciona os papéis de gênero destinados à homens e mulheres. Há uma forte delimitação dos papéis de gênero em Rincão dos Alves, a qual designa as mulheres, o cuidado com a casa, o trabalho de cuidado e a manutenção das necessidades cotidianas da família, como alimentação, vestimentas e higiene. Aos homens é relegado o trabalho produtivo, da lavoura, gerador de renda dita como significativa e direcionado ao mercado. O diálogo com o espaço público ainda é destinado aos homens, seja por estes serem os principais representantes da família no sistema de integração com as agroindústrias ou aqueles que possuem acesso à financiamentos, contas bancárias ou filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Até o ano de 2019, as mulheres, assim como jovens e crianças, ocupavam o papel de dependentes ao marido (homem) frente ao

sindicato. Após um diálogo estabelecido com as famílias, as mulheres passaram a ocupar a posição também de filiadas ao sindicato.

Desse modo, as barreiras de gênero vem sendo, aos poucos, transpostas, intensificadas pela modernização do campo. Isto ocorre não necessariamente por uma compreensão das disparidades, mas, sim, por uma diminuição na prole familiar. Assim, cada vez mais, as mulheres ocupam espaços antes destinados apenas aos homens. É comum, por exemplo, que tenham acesso ao documento de habilitação para veículos motores, sobretudo, entre as mulheres jovens. Ademais, um grande marco para essas camponesas foi o acesso a aposentadoria rural, na qual pela Constituição brasileira de 1988, o Estado as reconhece como trabalhadores rurais, possibilitando-lhes o acesso a uma renda, após os 55 anos de idade. Essa é uma conquista extremamente prezada por nossas interlocutoras.

A mulherada que “pega parêlho” com os homens: a divisão sexual do trabalho na fumicultura

Durante as primeiras ingressões em campo, ainda explicando-lhes sobre a pesquisa e questionando a disponibilidade das trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves em contribuir, as mesmas, com satisfação, afirmavam sobre a importância do estudo referente a sua jornada laboral, destacando que não ficavam apenas em casa, mas iam para a lavoura também e lá “pegam parêlho com os homens”. Assim, as camponesas de Rincão dos Alves destacam sua participação ativa perante a esfera produtiva, no caso em questão, na fumicultura, um trabalho marcado pela exacerbação e penosidade laboral.

A maioria das famílias da comunidade cultivava o fumo do tipo *Burley* ou, como denominam localmente, o fumo de galpão, por necessitar no seu processo de secagem imensas construções em madeira, nas quais os pés são, pelo caule, pendurados. A planta é cortada inteira na lavoura e, em seguida, direcionada até o galpão, no qual, após o processo de maturação as folhas são retiradas. Em menor quantidade, há o cultivo do fumo do tipo *Virgínia*, no

qual as folhas são acomodadas em estufas movidas a lenha para efetuarem o processo de secagem. No fumo de estufa, como chamam, as folhas são retiradas da planta ainda na lavoura, iniciado na parte inferior, de acordo com o processo de amadurecimento. Esta última demanda maiores investimentos na infraestrutura, aquisição de lenha e seu cultivo ocorre em terras arrendadas de terceiros.

Imagem 2: Galpão de fumo em Rincão dos Alves.



Fonte: Acervo Renata Piecha

O cultivo do tabaco demanda dessas famílias dedicação quase o ano inteiro. Quando concluem uma safra, a próxima já está sendo preparada. Uma das mudanças mais significativas é a utilização de domingos e dias santos para o trabalho no tabaco. Há um acordo pré-estabelecido com as agroindústrias, o sistema de procedência, no qual as famílias se responsabilizam pela entrega de uma determinada quantidade do produto, medida por arrobas. Assim, a demanda necessita ser suprida e os dias, antes destinados ao descanso, são também destinados ao labor. O cultivo é estritamente manual, não contando com maquinário específico, apenas com o

auxílio do trator para o preparo da terra e para o transporte das plantas. O terreno íngreme composto por pedras se mostra como outra problemática que dificulta a locomoção e o manejo dos instrumentos. Quando os pés de tabacos são cortados, o barulho estridente do facão ecoa por entre os vales.

Perante a fumicultura, as mulheres camponesas de Rincão dos Alves são as responsáveis pelo trabalho marcado pela monotonia, como o processo de repicagem das mudas, ou seja, sua separação em viveiros, ou a seleção das folhas – são semanas ou meses, sentadas no galpão, sob o forte odor do tabaco já desidratado, selecionando as folhas, uma a uma. Outra característica do trabalho feminino perante a fumicultura é uma espécie de assessoramento ao masculino. Um exemplo disso ocorre no processo de transferência das mudas para a terra. Com uma máquina de uso manual, operada pelos homens, as mulheres caminham ao seu lado, com as bandejas penduradas no pescoço, na altura da cintura, colocando as mudas, uma a uma, nesse instrumento. Essa posição legitima a ideia de que o trabalho despendido pelas mulheres no âmbito produtivo seja considerado como “ajuda” ao marido e uma condição intrínseca de ser mulher nesse contexto camponês, fazendo com que o trabalho feminino não seja reconhecido nesse espaço. Para além, existe uma dinâmica que se desenvolve no entorno da residência, como a atividade leiteira e o cuidado com a horta, relacionados a soberania alimentar, que são também atividades consideradas de domínio e responsabilidade femininas.

Já os homens são os principais responsáveis pelo manuseamento do maquinário, como o trator, por exemplo. Além disso, são eles quem determinam o trabalho gestado pelo restante dos membros da família e, muitas vezes, a participação (ou não) no trabalho da lavoura. Ademais, a agroindústria fumageira se faz presente no cotidiano de Rincão dos Alves por meio de visitas de assistentes técnicos. Quando chegam na propriedade é pelo marido (homem) que reclamam. As mulheres são assim, invisibilizadas nesse sistema de integração com as multinacionais do tabaco, pois o seu foco se estabelece na esfera de trabalho dita como masculina (o trabalho na lavoura) e, conseqüentemente, na figura do homem.

É importante destacar que a inserção da fumicultura em Rincão dos Alves tem exacerbado ainda mais a rotina laboral das mulheres camponesas, pois, sendo elas as responsáveis pela manutenção das necessidades cotidianas da família, suas funções são delimitadas por seu papel de mãe e esposas, a demanda laboral tende a aumentar. As famílias sujam mais roupas, pois em contato com a umidade, a planta pode causar intoxicações e, assim, as vestimentas são trocadas com mais frequência. Ademais, a lógica de “ajuda-mutua” ou troca de dias de serviço entre parentes e vizinhos permanece, assim, há mais refeições a serem preparadas. Porém, a dinâmica do cultivo do tabaco, sobretudo, na época da colheita, reconhecido por essas famílias como o momento mais “puxado”, depende muito tempo de trabalho. Nesse estágio, a ordenha das vacas, visto como um trabalho atrelado às mulheres é realizada, por vezes, sem a luz do sol. Em outros casos, as mulheres afirmavam que, por vezes, sentavam só para almoçar, pois vivenciavam esse emaranhado de funções, nessa incessante bricolagem e trânsitos entre esfera produtiva e reprodutiva.

Quitandas: trabalho feminino e a manutenção do “saber-fazer” dos imigrantes europeus

A jornada laboral feminina não possui assim o reconhecimento que lhe é cabível, visto que o trabalho reprodutivo em nossa sociedade é visto, conforme Silvia Federici (2019), como um “não-trabalho”, enquanto que o espaço produtivo, centrado na figura do homem, deslegitima a participação ativa das mulheres. Essa falta de reconhecimento justifica a não contemplação das trabalhadoras rurais nos ganhos advindos do tabaco, considerada a principal fonte de renda dessas famílias e administrada, majoritariamente, pelos homens. Todavia, baseamo-nos nos escritos da antropóloga Veena Das (2008) quando destaca que por mais opressiva que seja a situação vivenciada pelos agentes, de uma forma ou de outra, eles resistem. Em Rincão dos Alves,

as mulheres resistem mediante a produção e comercialização de suas quitandas, isto é, produtos atrelados exclusivamente ao trabalho feminino.

A produção das quitandas é um trabalho diário e contínuo. A confecção do queijo colonial, por exemplo, envolve a ordenha das vacas, em que, em seguida, o leite é aquecido em um grande recipiente que, quando morno, adiciona-se o coalho industrial. Com uma determinada constância o líquido (soro) é retirado, até que se forme a puína³, que é colocada envolta a um tecido transparente em uma forma de formato cilíndrico, com pequenos buracos em seu entorno. Pesos e pedras são usados para acomodar a massa até que ela se torne um bloco consistente. Em seguida, o bloco é retirado da forma e colocado em uma mesa para passar pelo processo de maturação. Essa prática configura-se como um ritual ou, conforme destaca Claude Rivière (1997), seriam ritos profanos que se desenrolam no fluxo do cotidiano, mas, ao mesmo tempo, possuem características sacras, sobretudo, pela disciplina, zelo e cadência com as quais são executadas.

Vendas estas que preservam a lógica camponesa da comercialização do excedente, ocorrendo pela via da informalidade, com comerciantes urbanos que revendem, em seguida, esses produtos em seus estabelecimentos nas cidades próximas. Todavia, essa venda quando conta com a presença de mediadores pode estabelecer relações disparens no que se refere a imposição dos preços ou ainda na tentativa de determinação do trabalho destas agricultoras, como por exemplo, exigências referentes a quantidade de sal ou sobre o estágio de maturação do produto. Ademias, ao mesmo tempo que adquirem os produtos das trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves, estes comerciantes revendem industrializados que não são produzidos pelas famílias, como farinha, arroz, açúcar e produtos de limpeza e higiene. Vale

³ A “puína” é um estágio de fabricação do queijo colonial, quando, após o leite ser misturado com o coalho industrial, formam-se pequenos “gumes” que se assemelham à ricota.

afirmar que os preços desses produtos industrializados extrapolam os valores dos mercados locais.

Em outros casos, essa venda se estabelece com vizinhos, parentes e trabalhadores urbanos. Estas últimas envolvem trocas simbólicas, relações de reciprocidade, solidariedade e até de amizade. Esses seriam para as camponesas de Rincão dos Alves seus “clientes fiéis” e muitas vezes esses produtos são usados para a gratificação de favores, mantendo redes de solidariedade e reciprocidade. Entendemos essas práticas de reciprocidade conforme Eric Sabourin (2009), enquanto dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social que se expressam por meio da solidariedade e, também, pela distribuição de alimentos que se constituem no nível do real e do simbólico.

Os ganhos advindos dessa comercialização são destinados, em sua grande maioria, para o bem-estar da família, sendo direcionada ao conforto, vestimentas e garantindo a compra de alimentos que essas famílias cada vez menos produzem, devido à dificuldade de conciliar outra atividade produtiva com o tabaco. Também utilizam esse dinheiro para a filiação à planos de saúde, visto que o acesso à instituições de saúde são uma das grandes problemáticas que recai sobre a população rural. Elas denominam esse ganho de “dinheiro pingadinho”, pois recebem de forma gradual, diferente dos ganhos da fumicultura que são recebidos em um curto espaço de tempo e são, em sua maioria, destinados à quitação de dívidas, investidos na propriedade e aquisição de maquinário. Para além, obviamente, satisfazem as necessidades de consumo delas mesmas e, a decisão de direcionar para a família passa, sempre, pelas agriculturas. Assim, estas camponesas reproduzem a lógica camponesa vigente que compreende a família como um valor, propiciando-lhes uma melhoria de vida e tendo maior autonomia e usufruto daquilo que para elas tem sentido.

As quitandas são consumidas, majoritariamente, por cidadãos urbanos que se reconhecem como descendentes de imigrantes europeus. Por meio do consumo desses alimentos (o queijo colonial, frutas e legumes em compotas),

fomentam sua identidade atrelada aos tempos da colonização, fazendo com que as quitandas possam ser classificadas como patrimônio material e imaterial. Além disso, compreendemos que as quitandas preservam os saberes tradicionais locais, atrelados à produção de alimentos, ao trabalho na terra e as origens familiares. Esses saberes tradicionais podem ser compreendidos de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2007) e seriam formas de entender e agir no mundo. Os saberes tradicionais possuem validade local e são plurais, pois para Cunha (2007, p. 78) “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos”. Além disso, esses saberes se contrapõem à nociva racionalidade capitalista, expressa pela presença das agroindústrias fumageiras em Rincão dos Alves. Assim, concordamos com a antropóloga Anna Tsing (2016) quando salienta que apesar de estarem imersos em lógicas globais, por meio das alegorias agrárias, os camponeses e camponesas mantêm lógicas locais.

Considerações finais

Destino de imigrantes europeus vindos ao Brasil por meio do projeto de colonização iniciado no século XIX, o passado imigrantista, com seus percursos e percalços é mantido vivo no imaginário da população que hoje reside no município de Jaguari-RS. Os cidadãos que hoje se identificam com essas identidades fazendo referência a uma origem destinada por uma ancestralidade comum, compartilham sinais adscritos (BARTH, 2000) comuns, dentre eles, a valorização do trabalho, a religião e valores que orientam a moralidade e a valorização das raízes familiares e dos vínculos de parentesco designados pelos “laços de sangue”. Ademais, essa valorização do passado recai sob práticas carregadas de valor simbólico que sustentam a sua “manutenção”. Dentre elas, a valorização do trabalho, que entre as colunas de Rincão dos Alves o trabalho é considerado como um valor, entendido ainda como uma “virtude étnica” (SEYFERTH, 1986) atrelada aos tempos da colonização. Mediando suas práticas laborais, as trabalhadoras da comunidade

em questão, produzem e comercializam suas quitandas, mantendo o “saber-fazer” dos imigrantes europeus, relacionadas ao trabalho na terra e a produção de alimentos, referenciando, ainda, suas origens familiares e étnicas alemãs, italianas, polonesas e outras. Os consumidores são cidadãos urbanos que reconhecem a procedência desses produtos, atribuem-lhes valor simbólico advindo de sua particularidade e vínculo às origens. Desse modo, compreendemos que comida é também identificação e, assim, produzir, mas também consumir as quitandas são formas de fomentar a identidade atrelada ao processo migratório de seus descendentes.

Referências

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T.. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CUNHA, M. C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, 2007.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Coletivo Sycorax - São Paulo: Elefante, 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MARCHIORI, J. N. C.. **Esboço Histórico de Jaguari**. Santa Maria: Palotti, 1999.

ORTEGA, Francisco A. “Rehabitar la cotidianidad”. In: **Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2. n.3., p.3-15, 1989.

RIVIÈRE, C. **Os ritos profanos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1997.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e a reciprocidade.**

Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2009.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. São Paulo; **Revista USP**, (53), 117-149, 2002.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, v. 29, p. 57-71, 1986.

SEYFERTH, G.. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1993.

TSING, A.. **Alegoría agraria y futuros globales.** Revista Colombiana de Antropología. Vol. 52, n. 1, p. 289-346, 2016.

WOORTMANN, E.. Teorias do campesinato e teorias do parentesco. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec, Brasília: UnB, 1995.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. de O.. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, ano XVII, n° 33, p. 175-196, 2009.

Linha imperial histórica e germânica

Rodrigo José dos Santos, Universidade de Caxias do Sul
(rodrigasantosp@hotmai.com)

Pertencimento histórico

Nova Petrópolis está localizada em um dos últimos contrafortes da Serra Gaúcha e sua composição geográfica com diversas montanhas e vales, suas paisagens são cobertas de vegetação, remetem a regiões europeias, especificamente a Alemanha Central. Seus principais acessos são a rodovia federal BR 116 e a estadual RS 235, possibilitando uma ligação rápida e segura com importantes regiões do Estado do Rio Grande do Sul (DEPPE, 1988, p. 31).

Linha Imperial é uma das primeiras localidades colonizadas em 1858 por imigrantes germânicos. A localidade fica a 7 quilômetros do centro de Nova Petrópolis e 27 quilômetros de Gramado, estando junto da RS 235.

Segundo os entrevistados, a história da Linha Imperial é a sua história. Lembram que seus antepassados vieram da região do Hunsrück e da Boêmia, de onde trouxeram uma experiência cultural forte sustentada na cultura germânica, onde a língua teve um papel fundamental de leitura do mundo, além de apresentar grande espírito comunitário e voluntário. A força da cultura dos imigrantes assegurou a manutenção de muitos hábitos culturais que permaneceram ao longo dos anos e foram mantidos até o presente, colaborando na preservação da memória desse povo.

Conforme Picollo (1989), a Colônia Provincial de Nova Petrópolis foi fundada em 1858 e começou a receber famílias de imigrantes germânicos de partes distintas da Alemanha, como a região do Hunsrück. e por volta de 1870, chegaram vários grupos originários da Boêmia, sendo muitos operários e especialistas de áreas industrializadas.

Pesquisas realizadas em comunidades de origem europeia evidenciam como houve fortes influências vinculadas às sociedades de origem. Gubert e Pollini ao analisar a presença de italianos e alemães no sul do Brasil, identifica as principais características do fenômeno imigratório e chama a atenção:

A estrutura sociocultural diversas das comunidades alemãs e italianas, em grande parte determinada pelas diferentes relações que estabeleciam com as respectivas nações de proveniência, comportou, indubitavelmente, consequências diferentes a propósito da propensão ou disponibilidade de pertencer à comunidade societárias da qual tinham emigrado, dando lugar a níveis ou graus diversos de integração social na sociedade brasileira” (GUBERT e POLLINI, 2005, p. 66).

O autor comenta que a colonização alemã depois de quase meio século de chegada de seus imigrantes ao país, ainda apresenta indícios de não integração na sociedade nacional de chegada, “mantendo intactos costumes e tradições próprios e refutando a mescla com outras etnias, presentes no território brasileiro” (POLLINI, 2005, p.67).

Homogeneidade cultural

A pesquisa apontou para uma homogeneidade cultural na comunidade. O que significa essa homogeneidade? A presença de valores comuns que ajudam a nortear o grupo e a garantir que alguns valores culturais sejam preservados. A comunidade valoriza uma série de hábitos que a constitui e dá sentido à sua organização.

Eles viviam bastante isolados, então essa procura por alguma coisa que os unisse era justamente a igreja em primeiro lugar, depois a escola e a própria sociedade, então a ideia de ter uma continuidade de uma pequena Alemanha aqui, como eles tinham lá, era um dos primeiros desejos deles, mas isso não foi fácil, eles tinham que construir a habitação deles (E3).

Uma das maneiras encontradas de preservação e proteção dentro da comunidade, foi através da língua, conforme vários depoimentos que registram que tinham na língua alemã uma sustentação, formando uma homogeneidade. Essa homogeneidade, demonstrada no vínculo comunitário, por meio de hábitos expressos nas visitas aos seus vizinhos.

Conforme relatos, destaca-se a manutenção desse hábito até os tempos atuais. Registram que alguns hábitos se mantiveram como a visita aos vizinhos, aos familiares como os primos, principalmente nos domingos esse hábito é muito frequente:

[...] a comunidade da Linha Imperial, (...) ela é assim até hoje, eu vejo bastante isso ainda, assim, as famílias se visitarem (E1);

[...] a gente ia nos vizinhos, nos primos, porque aqui também era uma localidade, todos os filhos do meu avô, moravam aqui nessa redondeza e a gente visita os primos (E4);

[...] domingo era de casa cheia de visitas, tinha que ter muita comida, assim mostra a aproximação e envolvimento entre moradores e familiares (E7).

Esses relatos demonstram o quanto as pessoas estavam envolvidas entre si, caracterizando uma homogeneidade, corroborando com Manfroi (1975), que apresenta essa característica nos povos oriundos da Europa que migraram para o Brasil. Essas colônias estavam isoladas em locais de difícil acesso, passando por inúmeras dificuldades, tendo que se reinventar, pois chegaram em um local desconhecido com falsas promessas e o que tinham para se unir e agarrar era nas pessoas mais próximas, na sua língua, religião e cultura.

Interagindo com Manfroi (1975), essas comunidades foram constituídas por grupos que emigraram da Alemanha para a Região Sul do Brasil, possuíam na sua língua valores e culturas próprias. Eles chegaram e se deslocaram em grupos, criando comunidades de portes diferentes, gerando uma homogeneidade, por meio da manutenção do seu idioma. Pode-se reconhecer em algumas comunidades a força da língua, como é o caso da

Linha Imperial, onde alguns dos seus descendentes, ainda falar o alemão ou então compreendem, mas não falam, possuindo essa forte ligação e apego com a língua de origem dos seus antepassados (GUBERT e POLLINI, 2005, p. 145-148).

Para os descendentes de alemães as questões culturais eram extremamente importantes e por meio dela mantinham formas de preservar a sua cultura, através da educação, da religião e da sua origem. Mas essa força homogênea cultural, aparentava um risco ao governo, tendo “sua fase mais aguda na segunda guerra mundial, quando tentou-se banir as línguas estrangeiras e fechar as escolas teuto-brasileiras” (MANFROI, 1975, p.247).

O trabalho nas construções eram feitos por muitas mãos, indiferente de públicas ou privadas, ou seja, as pessoas se envolviam nas atividades e ajudavam a construir a sua comunidade. O envolvimento comunitário era reforçado pela fé comunitária. A religiosidade que trouxeram da Europa e mantiveram aqui no Brasil era fervorosa. Tal fé, é representada de forma consistente e presente no dia a dia, sendo destacada por todos os entrevistados, mostrando a força da fé e a manutenção dos hábitos religiosos, principalmente nas memórias individuais, fortalecendo a memória coletiva. A devoção sempre esteve presente na vida desse grupo, sendo um hábito aos domingos se deslocar até a igreja participar do rito.

Candau (2014), aborda a importância de transmitir recordações e questiona a transmissão dessas memórias e informações comunitárias. Vemos na Linha Imperial essa forte aproximação e envolvimento de todos os moradores nas ações sociais e coletivas, se destacando muito as interações religiosas consolidadas, indiferente do tempo e espaço. Essas ações corroboram com Halbwachs (1990, p.133) citando que “um grupo está inserido numa parte do espaço, ele transforma a sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que constitui”.

Seguindo nessa linha de homogeneidade e construção de uma identidade local, podemos citar Pollak (1992), esse que por sua vez fala que a

identidade é uma construção baseada na referência e vivências com outras pessoas. Ao abordarmos diversos temas vinculados ao local estudado, é notório a vinculação da memória como um elemento ligado ao sentimento identitário, individual e coletivo, sendo um fator sentimental muito importante na percepção de continuidade de uma pessoa ou como grupo.

Seguindo, iremos abordar as questões culturais que norteiam e sustentam a comunidade, no qual segue presente o envolvimento local, continuidade e foco na preservação das suas origens de modo homogêneo.

Valores e identidade cultural

O estudo apresenta uma identidade forte e característica na comunidade de Linha Imperial. As questões culturais, históricas e cotidianas demonstram o quanto o envolvimento e hegemonia estão presentes nos moradores, verificamos nos relatos do dia a dia local.

A rotina da comunidade é baseada na união e no espírito cooperativo, além do sentimento de pertencimento e convívio em diversas atividades, tendo com uma grande referência a sociedade/clube local, ponto de encontro das atividades esportivas e culturais. A participação e demonstração de pertencimento nas ações vinculadas à sociedade, demonstram a vontade de manter a sua cultura presente e mostra uma identidade comunitária, buscando a preservação através da construção coletiva com atividades que se tornaram cotidianas, passando por diversas gerações, ou seja, ir até a sociedade praticar algum esporte com cunho esportivo/cultural ou atividade artística como o coral e a dança, se tornou algo normal na vida das pessoas. A memória é a base na continuidade e orgulho cultural, ultrapassando décadas e mantendo acesa a chama e a identidade de um povo que veio de muito longe, sofreu e se consolidou, assim é a comunidade de Linha Imperial.

Estaremos abordando uma comunidade homogênea, com valores culturais e com sentimento identitário. Dentro dos autores citados neste estudo, Pollak (1992, p. 5) defende que a memória é uma construção

individual e coletiva e que existe a memória herdada, sendo um fenômeno de ligação da identidade com o indivíduo. O sentimento de pertencimento e de identificação com o seu entorno, é um ato de longa duração, tanto para o seu reconhecimento perante a comunidade como para a construção da sua representação para o todo.

Halbwachs (2013), define o indivíduo que lembra, será o indivíduo inserido e vivenciado por grupos de referência, no qual a memória é sempre construída em um grupo, mas também, sempre ocorre um trabalho do sujeito, sendo assim a constituição da identidade.

Corroborando com a definição anterior, é visto na construção identitária do indivíduo a existência de elementos, que tratam dos sentimentos de pertencimento no grupo, sendo coletivo e a manutenção no tempo, construindo sua interpretação e coerência dos elementos que formam a identidade do indivíduo. No qual:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Encontramos nos relatos realizados neste estudo, uma construção e manutenção de um grupo homogêneo, identificado com o seu passado e valores culturais. A noção de pertencimento apresenta significados que direcionam e remetem a uma convicção de unicidade existencial e de homogeneização da comunidade na qual convive. O indivíduo através do seu habitat e interações cria laços e vínculos, por meio das sensações e sentimentos existentes na sua coletividade, carregados de significações.

Numa percepção simplificada, entende-se os meios de formação de identidade como um processo construtivo, realizado através do reconhecimento da origem e pertencimento, ou de vivências partilhadas na comunidade. Tais leituras norteiam a construção de um “nós”, em equilíbrio e

sintonia com o “outro”, ocorrendo uma concretização que tem na base as ligações culturais, históricas, vivenciadas e de fidelizadas ao grupo em questão.

A identidade é uma abertura aos outros e uma forma da construção de si, conforme aborda “um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1992, p. 5). Reforçando os conceitos de identidade, é visto que nesse processo de identificação não é estático e construído de forma definitiva e sim, aberto para novas vivências e experiências. A identificação, mesmo possuindo condições determinadas de existência, como os recursos materiais e simbólicos que são capazes de sustentá-la, é sempre condicional, relativa a condições sócio-históricas específicas alojadas no universo da contingência.

A comunidade de Linha Imperial em Nova Petrópolis pode ser apreciada a partir da premissa de que as identidades não são fixas, mas construídas por fatores históricos, culturais, corporativos e políticos na interação de um grupo. Por tanto, o meio de construção da identidade na localidade, constitui-se a partir da afirmação de pertencimento a um determinado território material e simbólico, envolvido de conquistas, desenvolvimento, preservação e afirmação coletiva.

Cooperação e preservação patrimonial

A história, cultura e o espírito associativista transformaram a comunidade em um território desenvolvido, repleto de recordações e através do seu patrimônio transformaram o centro da Linha Imperial em um espaço de memória. Por meio da homogeneidade, identidade e dos bens históricos locais, podemos por meio do turismo unir esses elementos e promove a preservação histórica e cultural da comunidade e seu povo.

O rico patrimônio é relevante para os moradores e nas histórias que existem em cada um deles, surge um sentimento de pertencimento e

envolvimento comunitário. Muitas das obras existentes, juntamente com o conjunto arquitetônico e histórico, através do turismo, podem proporcionar a preservação da memória e do patrimônio local. O destaque central é a Praça Padre Amstad que foi construída por muitas mãos e baseado nos princípios associativistas, no qual todos ajudaram na construção e viabilidade do local, tendo assim construído uma identidade, pertencimento e memória afetiva com o espaço.

Junto da Praça existem monumentos importantes que destacam a identidade local, tendo em destaque o Monumento em homenagem aos feitos realizados por Amstad, junto a Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, sendo a primeira fundada no Brasil, onde no ano de 1964 era composta por uma rede de 66 cooperativas, filiadas à central das Caixas Rurais em Nova Petrópolis, sendo assim reconhecido em 1942 com a instalação de um monumento, junto da praça que possui o seu nome. Em alusão ao padre que organizou e coordenou entre os anos de 1902 e 1940 a fundação de 38 Cooperativas de Créditos (Cooperativa de Crédito, s./d.).

O monumento contou com a participação financeira de 32 Caixas Rurais, tendo um custo de 45.000\$ (quarenta e cinco conto de reis) e sendo construído pela Casa Aloys em 1942 (Hillebrand, 2019, p. 3).

Também se encontra na praça o Monumento à Irmandade do escultor Cristovão Hullen, feito em arenito, possui 1,95 metros de altura e pesa quase duas toneladas. Ele está em um pedestal de 1,60 metros, somando o total de 3,5 metros de altura. As mãos estendidas, representam a amizade, cooperação, a ajuda mútua, o agradecimento e a fé. Além de representar a irmandade com os municípios de Jablonec nad Nisou, na República Tcheca e Sunchales, na Argentina, esta que é a Capital do Cooperativismo na Argentina (Casa Cooperativa, 2018).

Encontra-se no entorno da praça, a Igreja São Lourenço Mártir, onde Amstad foi o primeiro pároco e no seu interior o monumento original em bronze do precursor do cooperativismo. Os restos mortais de Amstad, ficam

defronte à igreja em seu mausoléu, inaugurado em 1988, no cinquentenário de seu falecimento, quando seus restos mortais foram levados dos para o local.

Em depoimento de Paulo Grings Filho, relata que seu pai Paulo Grings foi o primeiro a possuir um caminhão naquela localidade que era utilizado para realizar fretes e possuía uma olaria da família, onde eram produzidos em torno de 120 a 130 mil tijolos por ano, dentre estes, foram fornecidos, por exemplo, os tijolos para a construção da igreja (Deppe, 1988, p. 308).

Outro importante atrativo que está no entorno da praça, é a 3ª sede da cooperativa que abriga a agência Bancária Sicredi e o Memorial Padre Amstad, onde existem peças e fotografias que contam os passos do patrono do cooperativismo na América Latina. No mesmo prédio está instalada a sede da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis que no ano de 1952 foi colocada a pedra angular do prédio em evento solene com a presença do então Governador do Estado, General Ernesto Dornelles, contando com mais de 1.500 pessoas no ato. No ano de 1953, a sede foi transferida para o primeiro prédio novo, localizado ao lado da Praça Padre Amstad. Em 1958 é criada uma filial no centro de Nova Petrópolis (Cooperativismo de Crédito, s./d.). Ela está passando por restauro e readequação do prédio, estando previsto um arquivo histórico, sala para atividades pedagógicas e espaço multiuso para reuniões e atividades dos grupos culturais da comunidade local. Além disso, o espaço também deverá contar, de forma lúdica e interativa, a história de como o cooperativismo impulsionou o desenvolvimento da região, sendo uma iniciativa de valorizar a memória e preservar o patrimônio (Jornal do Comércio, 2021).

Importante destacar que encontramos ainda em ótimo estado de conservação as duas primeiras sedes improvisadas, como a terceira que foi a primeira sede própria da Caixa Rural, sendo um marco para a comunidade a preservação desse patrimônio, como potencial turístico para o desenvolvimento, fomento e manutenção dessa memória e patrimônio.

Temos na localidade outros atrativos como o Pinheiro Multissecular, localizado na propriedade de Lourdes Grings, filha do Primeiro prefeito de

Nova Petrópolis, Lino Grings. Anteriormente as terras pertenciam a Johann Grings, que veio da Alemanha (aldeia de Wiebelsheim, no Hunsrück) em 1862, com a intenção de construir moinhos e serrarias (Árvores que contam histórias, 2021).

Outros dois empreendimentos com grande potencial são o Museu Família Alberto Hillebrand e o Moinho e Serraria Hillebrand. O primeiro atrativo é a propriedade de Adélia e Ovídio Hillebrand é o museu da família de origem boêmia que conta sua trajetória desde a chegada ao Brasil. A restauração da antiga estrebaria deu lugar aos objetos, móveis, documentos e utensílios históricos resgatados ao longo dos tempos (MUSEU FAMÍLIA ALBERTO HILLEBRAND, 2020).

No terreno ao lado está a propriedade de Cláudio e Marina Hillebrand, na Volta Redonda, divisa de Linha Imperial e Linha Brasil, o visitante é recebido por pessoas vestidas com trajes típicos que explicam como funcionava o Moinho e a Serraria da família. No Moinho, que funcionou de 1878 a 1977, o visitante descobre como se fazia farinha de milho, trigo e centeio, além de como descascavam arroz, painço e cevada. Nesta propriedade também era feito óleo de amendoim e de semente de abóbora, utilizada nas lamparinas para iluminação (MOINHO E SERRARIA HILLEBRAND, 2020).

A localidade possui alguns outros elementos turísticos que podem vir a agregar turisticamente ao roteiro. Podemos destacar o histórico Hotel Veraneio Schöeler foi um dos primeiros hotéis fundados em Nova Petrópolis no ano de 1942, na localidade de Linha Imperial, com características familiares e diversas opções de lazer

O Armazém da Rosa Mosqueta proporciona experiências e conhecimentos sobre a rosa da vitória, espécie silvestre de cinco pétalas originária das regiões montanhosas da Europa Central, símbolo dos senhores feudais da Boêmia. O lugar também oferece produtos e derivados da flor (ARMAZÉM ROSA MOSQUETA, 2021).

Biscoitos de mel decorados. Desde 1986 são produzidos os autênticos biscoitos de mel decorados, especialidade da tradição alemã. A produção é feita de maneira artesanal, mantendo-se fiel aos sabores e aromas tipicamente alemães (CASA DO PÃO DE MEL, 2020).

Na localidade, encontramos a Malharia Imperial, sendo uma das primeiras malharias de Nova Petrópolis. Foi fundada em 1973, de maneira artesanal, visando atender a demanda da sua família com sete filhos. Depois com o aumento da demanda, contratou colaboradores e investiu em maquinários modernos, possuindo a fábrica e loja própria na Linha Imperial (MALHAS IMPERIAL, 2021).

Destinado ao turismo religioso e de contemplação, o “Jardim Mais Alto da Serra Gaúcha” e o Mirante do Menino Jesus de Praga estão localizados no Morro da Fome, um dos pontos mais altos da região, a 820 metros acima do nível do mar, na localidade de Linha Imperial, em Nova Petrópolis. A propriedade permite um olhar de 360° ao horizonte, facilmente avistando-se o centro de Nova Petrópolis, Caxias do Sul e Farroupilha. A imagem do Menino Jesus de Praga, trazida da Boêmia, região de origem dos imigrantes que se instalaram na Linha Imperial (NOVA PETRÓPOLIS, 2020).

A Linha Imperial foi contemplada no roteiro Caminhos de Caravaggio, estando no 6º trecho que possui 23,1 km, sendo que o roteiro total, possui 200 km, passando pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Caxias do Sul e Farroupilha, ligando os santuários de Farroupilha e Canela. Trata-se de uma experiência feita de fé, reflexão e conexão com a natureza (CARAVAGGIO, 2021).

Muitos dos elementos citados, foram construídos pelos antigos descendentes de imigrantes e deve-se ao envolvimento de moradores da localidade, por meio de mutirões. Cabe agora, refletir e articular sobre o turismo cultural, história, identidade, memória e patrimônio para definir e formatar um produto turístico para a comunidade de Linha Imperial. É necessário buscar meios teóricos para embasar e planejar um destino turístico,

estamos tratando de um estudo importante e necessário para a preservação e desenvolvimento desta localidade que possui grande potencial turístico.

Todo trabalho e desenvolvimento proposto, junto ao patrimônio é importante ter cuidado e manter a cordialidade, sem prejudicar ou degradar o espaço. Chuva (2015), destaca que existe um grande leque de meios de preservação patrimonial e com diversos focos e finalidades, como é o caso do turismo, que visa o interesse da preservação e da divulgação como meio de utilizar turisticamente, no qual possui uma interação e busca uma direção, por meio de interesses, visando um objetivo em comum.

Um dos meios para essa preservação passa pelo turismo, que por vezes é questionado a exploração indevida do patrimônio. Chuva (2020, p. 26), traz o turismo como uma das primeiras alternativas para a preservação do patrimônio: "O turismo passa a ser visto como a saída para a sustentabilidade do patrimônio edificado e urbano protegido e em boa medida abandonado, em deterioração.". Ainda destaca que se trata de um segmento limpo e normalmente sem prejuízos:

Visto como a indústria sem chaminé, o turismo avançou tornando-se, na perspectiva dominante na época, a grande saída para esse patrimônio. Recomendações da Unesco, anteriores à instituição de normas voltadas para o patrimônio mundial apontavam nessa direção. Sem dúvida, os países europeus serviram-se bem disso, reforçaram sua centralidade, bem como o paradigma civilizador ocidental, com a expansão do turismo ao "Velho Mundo", em que a atividade gera recursos imensos e está fortemente associada ao patrimônio cultural (CHUVA, 2020, p. 26).

Ao analisar as colocações da especialista em patrimônio, Márcia Chuva, podemos perceber o alinhamento da história/patrimônio com o turismo, desde que não interfira e venha para agregar um ao outro, como é o caso da Linha Imperial que possui um patrimônio cultural rico, então viabiliza a elaboração de um bom roteiro turístico, fortalecendo um ao outro,

envolvendo o espírito associativista e cooperativo, certamente representará um ganho para Nova Petrópolis e a memória local.

O turismo pode ser o ente transformador e caminho para o desenvolvimento da Linha Imperial, através da memória, patrimônio e da história da comunidade, por meio do turismo cultural. A memória individual é o caminho para a construção da memória coletiva, garantindo a continuidade da essência cultural, neste caso a germânica e cooperativista. Este estudo serve como instrumento para futuras pesquisas na comunidade acadêmica, também irá favorecer a divulgação e preservação desta memória local, sendo potencializada pelo turismo cultural na Linha Imperial em Nova Petrópolis, preservando e protegendo o patrimônio e história local.

Considerações finais

O município de Nova Petrópolis está em pleno desenvolvimento turístico, no qual vem planejando e se estruturando para receber os turistas e se consolidar, junto aos demais municípios da região. Possui diversos roteiros, atrativos naturais e culturais, eventos, artesanato, gastronomia farta, diversas opções de hospedagem, natureza, paisagem e um povo hospitaleiro. E isso tem sido um grande fator para o desenvolvimento local, social e econômico. Com isto, tem-se no turismo um vasto campo de atuação, podendo atuar com um olhar dirigido ao desenvolvimento sustentável do município e muitas atrações culturais para estimular a vinda de turistas.

Tendo como destaque o Programa Nova 2050, Agenda Estratégia e Plano de Mobilidade Urbana, estudo e planejamento para Nova Petrópolis, visando o seu desenvolvimento para os próximos 30 anos, o qual destaca o turismo como um dos principais segmentos econômicos, devendo ser uma das principais pautas e presente nos planos de governo do município. No estudo e após aprovação na Câmara de Vereadores, transformou-se na Lei Nº 4.916 e Política Pública Municipal, tendo ênfase na página 123 no item c, destacando

a valorização das paisagens e do turismo que aparece em quase todo plano estratégico (NOVA 2050, 2020, p. 123).

O estudo destaca o município e o potencial turístico e cultural “Nova Petrópolis é um município de extraordinária riqueza como paisagem cultural” e destaca a natureza exuberante e a ligação europeia/germânica “[...] território natural atraente, mas historicamente aprimorado pela presença humana com intensidade especial, desde o final do século XIX devido a colonização alemã.”. Traz a relação de dois conjuntos identificados como prioritários: o conjunto de Paisagem Patrimonial e Atrativos Turísticos, buscando uma integração entre ambos “A integração ou articulação desses dois conjuntos define o quadro geral das políticas a serem aplicadas como prioritárias”, além de apontar a importância desta construção com a germanidade, envolvendo a Cultura Cooperativa e a Tradição Germânica “Articulação da economia, produção rural e gestão cooperativa.” (NOVA 2050, 2020, p. 123)

Nova Petrópolis com todo o seu potencial natural, cultural e histórico, seu posicionamento geográfico e sua infraestrutura urbana, reúne condições para o desenvolvimento do setor turístico. Desta forma, integra-se de forma competitiva aos destinos consolidados no Rio Grande do Sul, contribuindo para o desenvolvimento do setor no Estado e oportunizando a inclusão social e econômica de uma significativa parcela da população local.

Ao estudar a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, de forma detalhada no município de Nova Petrópolis, reconhece-se a força de sua germanidade e suas contribuições para o desenvolvimento local e regional. Vale ressaltar o pioneirismo no cooperativismo com o Padre Theodor Amstad com a Caixa de Economias e Empréstimos, tendo como sede e início das atividades em Linha Imperial no ano de 1902.

O programa Nova 2050, traz como um dos projetos a serem realizados, é um roteiro valorizando o Cooperativismo, sendo assim, é o que este estudo está buscando viabilizar. Conforme o programa:

O turismo como demais segmentos econômicos precisa de inovação. Nova Petrópolis carece de ofertas turísticas, sejam através de novos roteiros ou rotas turísticas (grupos de empreendimentos) ou novas atrações turísticas privadas. Os potenciais turísticos são muitos e precisam ser ordenados, organizados e preparados para que os visitantes possam usufruir. Somos a “Capital Nacional do Cooperativismo”, temos história e somos pioneiros no cooperativismo de crédito. Este patrimônio deve ser melhor explorado para o turismo, criando opções e ações diferenciadas (NOVA 2050, 2020, p. 89).

A realização do projeto possui viabilidade, desde que seja aproveitado o trânsito de turistas da região. Linha Imperial, está localizada entre Nova Petrópolis e Gramado, no qual em 2019, num ano sem pandemia, segundo dados da EGR (Empresa Gaúcha de Rodovias) teve o fluxo 1,7 milhão de carros e 5.871 mil ônibus, podemos também abordar o turismo voltado ao do cooperativismo que pode envolver no Brasil 5,3 mil cooperativas, que contam com 15,5 milhões de cooperados e gera 427.576 empregos diretos de acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro. Com esses dados, podemos vislumbrar o potencial desta comunidade. Com este montante de veículos e apelo cooperativista entre seus associados e colaboradores, tendo a comunidade de Linha Imperial um produto turístico, poderá se desenvolver e fomentar o turismo cultural, através da história e fatos relevantes, mas principalmente pelos atrativos e estrutura turística existente, gerando desenvolvimento econômico e social.

Trindade, César e Vianna (2019), dentro desse contexto, trazem a necessidade do envolvimento, do cooperativismo e das articulações, juntamente com a comunidade, visando o desenvolvimento, alinhados com as demandas e suas origens. Definindo o espaço, localização turística, prioridades, mobilizando os atores envolvidos, articulando com responsabilidade, dentro de um processo de sensibilização, tendo como objetivo a efetivação turística.

Podemos apresentar de forma detalhada a necessidade de um planejamento bem elaborado, este que poderá se tornar num meio de gestão

local, gerando possibilidades de desenvolvimento para o futuro. Determinando objetivos, ações, metas e monitoramentos. Deve compreender atividades múltiplas, visando a integração com o intuito de preservar o meio ambiente, garantir de retorno econômico, melhorias nos indicadores sociais e político, esses dependem de agentes, como os governos, organizações não governamentais, empresas, turistas e comunidade local, além dos elementos, como: atrativos, turísticos, de hospedagem, outros equipamentos turísticos e serviços, transporte, infraestrutura e elementos institucionais (TRINDADE, CÉSAR e VIANNA, 2019, p. 657).

Ao pesquisar as origens migratórias do município de Nova Petrópolis fica nítido o forte enraizamento com a cultura germânica, no qual a história é preservada e divulgada por meio do turismo e suas manifestações culturais. No interior de Nova Petrópolis, como é o caso da Linha Imperial, apresenta um grande potencial turístico com a história do cooperativismo e da cultura lá existente, além de possuir outros atrativos e eventos. Linha Imperial, está dentro do que apresenta o Nova 2050, envolvendo o turismo, cooperativismo, ruralidade, natureza e sustentabilidade, sendo assim uma grande oportunidade de desenvolvimento ordeiro para este espaço.

Herédia e Tronca (2016, p. 355), apontam no turismo cultural um meio de preservação, apontando “A única forma de manter a memória desse patrimônio é garantir a sua preservação por meio legal cuja ação pode ser eficaz no sentido de assegurar sua proteção, ou através de sua disponibilização turísticas, como mostram experiências europeias”.

O turismo cultural abrange as atividades de vivência do turista, juntamente com os elementos representativos da história, cultura e memória de uma comunidade. Dentro desta temática, existe o turismo histórico-cultural, este que compreende o patrimônio. Conseqüentemente, a comunidade de Linha Imperial possui muitos bens culturais, devendo garantir a preservação e divulgação de seu patrimônio por meio da história do cooperativismo, dos acontecimentos relevantes à localidade, aos prédios históricos, aos monumentos, por meio do reconhecimento de seus bens. As

potencialidades turísticas podem ser fomentadas por meio de investimentos públicos e privados, e contribuir para fortalecer a preservação e a valorização da comunidade.

Esses aspectos históricos e culturais, representam a oportunidade da estruturação de um produto turístico para a Linha Imperial. Conseqüentemente, poderá aumentar o fluxo de visitantes, sendo o turismo um meio de desenvolvimento, através do turismo cultural, ocorrendo a valorização e promoção da cultura, preservação do patrimônio histórico e cultural, com a geração de oportunidades de negócios e empregos, respeitando valores, símbolos e significados presentes na cultura da comunidade envolvida no estudo, neste caso, Linha Imperial em Nova Petrópolis.

As potencialidades turísticas podem ser fomentadas por meio de investimentos públicos e privados, e contribuir para fortalecer a preservação e a valorização do município. Os aspectos históricos e culturais, aqui relatados, representam a oportunidade da estruturação de um produto turístico. Conseqüentemente, poderá aumentar o fluxo de visitantes, sendo o turismo um meio de desenvolvimento, através do turismo cultural, ocorrendo a valorização e promoção da cultura, preservação do patrimônio histórico e cultural, com a geração de oportunidades de negócios e empregos, respeitando valores, símbolos e significados presentes na cultura do município de Nova Petrópolis.

Referências

ARMAZÉM ROSA MOSQUETA. **Quem somos**. Nova Petrópolis, 2020. Disponível em: < <https://www.armazendarosamosqueta.com.br/pagina/3/quem+somos>>. Acessado em 04 fev. 2020.

ÁRVORES QUE CONTAM HISTÓRIAS. **Pinheiro Multissecular**: Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.arvoresquecontamhistorias.com.br/pinheiro-grosso-multissecular-nova-petropolis-rio-grande-do-sul/>>. Acessado em 20 jun. 2021.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARAVAGGIO. **Caminhos de Caravaggio**. Disponível em: <<https://caravaggio.org.br/caminhosdecaravaggio/#1565115293179-f1f5ca9b-be0d>>. Acessado em 20 jul. 2021.

CASA COOPERATIVA. **Nova Petrópolis recebe Monumento à Irmandade**. Disponível em: <<http://www.capitaldocooperativismo.com.br/noticias/noticiadetalhe.asp?lconteudo=20>>. Acessado em 20 jul. 2021.

CASA DO PÃO DE MEL. Nova Petrópolis, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casadopadodemelp/>>. Acessado em 04 fev. 2020.

CHUVA, Márcia. **A Pesquisa no IPHAN**: conhecimento, legitimidade e ação política. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

_____. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. **Patrimônio Cultural em perspectiva de colonial**: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Sicredi Pioneira RS** – a pioneira na América Latina. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-docooperativismo/sicredi-pioneira-rs-a-pioneira-na-america-latina/>>. Acessado em 29 ago. 2019.

DEPPE, Gessy (org.). **Contribuição para a história de Nova Petrópolis**: Depoimentos. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1988.

GUBERT, Renzo e POLLINI, Gabriele. **Cultura e Desenvolvimento**: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. EST Edições, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013

_____. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti e TRONCA, Bruna. **Patrimônio Industrial e Turismo**: A Vila Operária de Galópolis, Caxias do Sul, RS. Caxias do Sul: Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 8(III), pp. 343-357, jul-set, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/rodri/Downloads/4404-17458-1-PB.pdf>. Acessado em 19 mai. 2020.

HILLEBRAND, O. (2019). **Espaço para Cultura**: Construção da Praça Padre Amstad. *Jornal de Nova Petrópolis*, Nova Petrópolis, p.3, 17 mai de 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. Prédio da década de 1950 será reformado em Nova Petrópolis. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/07/800141-predio-da-decada-de-1950-sera-reformado-em-nova-petropolis.html>. Acessado em: 20 jul. de 2021.

MALHAS IMPERIAL. Empresa, 2021. Disponível em: <

<http://www.malhasimperial.com.br/home/#!/empresa>>. Acessado em 20 jul. 2021.

MANFROI, Olivio. (1975). Emigração e identificação cultural a colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Revista Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 1, n. 2, 1975. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36220/19034>>. Acessado em 28 mai. 2020.

MOINHO E SERRARIA HILLEBRAND, Museu de Família. Nova Petrópolis, 2020.

Disponível em: <<https://alemaesdosul.com.br/roteiro/moinho-e-serraria/>>. Acessado em 04 fev. 2020.

MUSEU FAMÍLIA ALBERTO HILLEBRAND. Moinho e Serraria. Nova

Petrópolis, 2020. Disponível em: <<https://alemaesdosul.com.br/roteiro/museu-de-familia/>>. Acessado em 04 fev. 2020.

NOVA 2050. Agenda Estratégia e Plano de Mobilidade Urbana de Nova Petrópolis, 2020. Disponível em:

<<https://novapetropolis.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7699&cdDiploma=20204916&NroLei=4.916&Word=&Word2=>>>. Acessado em 20 jul. 2021.

NOVA PETRÓPOLIS. Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio. **Jardim Mais Alto e Mirante do Menino Jesus de Praga,** Nova Petrópolis, 2020. Disponível em:

<<https://turismo.novapetropolis.rs.gov.br/locais/jardim-mais-alto-e-mirante-do-menino-jesus-de-praga>>. Acessado em 04 fev. 2020.

PICCOLO, Helga. Contribuições para a história de Nova Petrópolis. Caxias do Sul: Educ, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

Trindade, B. da S., César, P.A.B. e Vianna, S.L.G.. Governança do Turismo:

planejamento e gestão local e regional em Gramado-RS, Brasil. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 11(3), p.653-663, jul-set, 2019. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653>>. Acessado em 15 jul. 2020.

A educação transnacional e geracional: aproximações iniciais de um grupo de imigrantes e filhos de Rotzo – VI para Antônio Prado – RS (1871-1930)

Manuela Ciconetto Bernardi¹

Os estudos que vinculam os processos migratórios e a educação emergiram na década de 1990 com um incremento nos últimos anos, todavia eles ainda são em pequeno número, já “contribuições desta temática [imigração italiana e educação] permaneceram bastante esporádicas e desconhecidas” (ASCENZI et al., 2019, p. 228, tradução nossa). Nessa perspectiva, a junção dos temas possibilita a compreensão das dinâmicas de contextos distintos a se pensar na educação e é nesse sentido que este trabalho pretende contribuir, ao refletir sobre os indícios da educação transnacional e geracional, isto é, de um grupo de imigrantes italianos e filhos através da produção da taxa de alfabetização.

A História da Educação e a História Cultural são utilizadas para embasamento da discussão. Quanto a análise documental histórica e a empiria foco da investigação são os registros de nascimentos e matrimônios da Itália e do Brasil. A escolha teve como finalidade a verificação se os indivíduos sabiam assinar o próprio nome nos registros, levando a compreensão de um acesso ao primeiro nível de escrita/da escolarização. Nessa trajetória foi utilizada a investigação genealógica necessária à pesquisa para a localização dos registros de cada um dos indivíduos. No que se refere ao recorte temporal, 1871 corresponde ao início do registro civil em Rotzo² e o final, a investigação dos filhos no Brasil até o término da Primeira República em

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista PROSUC/CAPES. Mestre em Educação. Bacharel em Biblioteconomia. E-mail mcbernardi1@ucs.br

² Por possibilitar o levantamento dos indícios, conforme é possível ver a seguir.

1930 para que fossem obtidos os dados de todos os indivíduos do grupo amostral “filhos”.

Os locais escolhidos para o estudo referem-se à Rotzo, localidade situada no denominado *Altopiano dei Sette Comuni*, na província de Vicenza, Itália; já Antônio Prado é um município do nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Os locais possuem o tratado de Cidades Irmãs e uma porcentagem significativa de emigrantes de Rotzo se estabeleceu em Antônio Prado - RS, possibilitando diálogos como o proposto. O grupo de imigrantes e filhos que investigo são denominados de *cimbros*³ e emigraram⁴ de Rotzo entre os anos de 1880 a 1891. É possível inferir que parte dos indivíduos compõem a primeira leva de imigrantes que se estabeleceram em Antônio Prado⁵ e também é interessante ver que em sua maioria, ficaram restritos a uma comunidade específica no destino, que foi a comunidade de São Roque, na Linha 10 de Julho⁶ (BARBOSA, 1980).

³ Os habitantes do território do Altopiano são conhecidos pela origem e denominação *cimbra/cimbros*, mesma denominação da língua falada (que possui raízes germânicas) e que no final do século XX foi reconhecida como patrimônio linguístico e cultural. Desde o século XVIII vários estudiosos investigam a proveniência da comunidade (TOLEN, 2012). Em Antônio Prado, a denominação permaneceu a mesma, sendo a comunidade de São Roque conhecida como a região de fixação da comunidade *cimbra* (BARBOSA, 1980).

⁴ As datas foram extraídas do trabalho *L'emigrazione Rotzese verso il Brasil nel periodo 1880-1891*. No que se refere a quantidade, a lista possui o total de 139 indivíduos entre pais e filhos que teriam saído da localidade com destino à Antônio Prado.

⁵ A exploração do território de Antônio Prado mostra que a comunidade de São Roque foi um dos locais que os agrimensores iniciaram os trabalhos de medição de lotes, ademais, se verificados, os registros paroquiais do local, os *cimbros* que se estabeleceram na comunidade e são apontados já nos primeiros registros (ARQUIVO DA PARÓQUIA...), assim infere-se ser um grupo que se estabeleceu ainda na emergência/primeiros anos da colônia.

⁶ Apesar do assentamento, não há indícios, ao menos registros paroquiais italianos que levam a crer em um deslocamento de imigrantes diretamente à comunidade de São Roque na Linha 10 de Julho, para que se estabelecessem em conjunto. Nos registros italianos lê-se “Antônio Prado” de forma generalista, o que, todavia, não impede a existência indireta da intenção de que todos os *cimbros* ficassem em lotes

Nesse contexto, este estudo que é um passo inicial, buscou evidenciar indícios sobre o processo de educação dos *cimbros*, de Rotzo para Antônio Prado, tendo como base a produção da taxa de alfabetização de pais, alfabetizados na Itália e filhos, alguns alfabetizados na Itália e o restante no Brasil⁷. A estrutura do trabalho se divide em: na primeira parte, discussão sobre o contexto histórico, o espaço e a educação das localidades de Rotzo – Vicenza e Antônio Prado – RS para compreendermos de forma breve a dinâmica estabelecida em ambos locais; na segunda parte exponho os caminhos percorridos, em que explico a metodologia e a produção da taxa; em seguida, mostro os resultados da medição, fazendo o confronto com demais indícios localizados para compreender o processo educacional; por fim, realizo as considerações finais e as possibilidades para as próximas etapas da investigação.

próximos. Essa questão foi abordada brevemente em Bernardi (2020), em que levanto a possibilidade de aproximação de famílias nos lotes devido ao fluxo migratório conforme chegavam.

⁷ Alguns filhos emigraram com pais já idosos e possuíam idade superior ao período da escolarização, mas a maioria dos filhos tinha apenas alguns anos ao emigrar. Logo, grande parte dos filhos foi alfabetizada em Antônio Prado, problematizo também os que estavam em processo migratório sofrendo com possíveis interrupções seus estudos. Dessa forma, este comparativo geracional propicia a reflexão das possibilidades de acesso dos pais na Itália e de filhos já no Brasil.

Breve análise do contexto histórico de Rotzo - VI e Antônio Prado – RS: o espaço e a educação

A seleção entre Rotzo – Vicenza e Antônio Prado – Rio Grande do Sul é dada em virtude das localidades possuírem o tratado de Cidades Irmãs⁸ e pela quantidade de imigrantes, conforme já explicado. A lista de referência de imigrantes e filhos para este trabalho foi retirada de *L'emigrazione Rotzese verso il Brasile nel período 1880-1891* uma pesquisa que elencou 34 núcleos familiares e 139 indivíduos emigrados de Rotzo, um número relevante a se pensar em uma pequena localidade.

Rotzo se situa no distrito de Asiago, na província de Vicenza, Itália (MONACO, 2012), no denominado *Altopiano dei Sette Comuni*⁹. A menção mais antiga que se tem notícia¹⁰ do nome remete a um ato de 1231, seguido nas décadas seguintes por registros notariais (SLAVIERO, 2014), apesar da sua ocupação ser muito mais antiga devido a posição geográfica. De 1310 até 1807 pertenceu à *Federazione dei Sette Comuni*¹¹. No período medieval recebeu o assentamento de *cimbros*. Assim como o restante do Vêneto, Rotzo passou a fazer parte da Itália após a Unificação em 1866, e em 1871 possuía uma população aproximada de 800 habitantes¹².

⁸ Em italiano chamado de *gemellaggio*. Realizado em 13 de agosto de 2013 pela Prefeitura de Antônio Prado juntamente com o Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado.

⁹ O *Altopiano* compreende os pré-alpes de Vicenza e a parte sul oriental da província de Trento. Historicamente era dividido em sete federações autônomas denominadas *Federazione di Sette Comuni*.

¹⁰ No que se refere a toponímia, entre o século XIII e XVI, o local é mencionado como Rozo Rotti, Rocii, Rotio, Rocio, Rozzo (SLAVIERO, 2014).

¹¹ Também chamada de *Hoaga Ebene vun Siiben Kameûn* ou *Hòoge Vüüronge dar Siban Komàüine* na língua *cimbra*. Foi uma pequena Federação Independente que compreendeu o Altopiano, localidades que hoje pertencem à Vicenza e ao Trento.

¹² Bonato (2001) traz a quantidade de 2.511 habitantes para o final do século XIX contando Rotzo, Pedescala (que pertencia a Rotzo na época) e Lusiana. A título de conhecimento, entre os anos de 1571 a 1776 Rotzo teve uma média de 500 moradores

145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul

V Simpósio Internacional XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro

No que se refere à educação, de acordo com *Le scuole elementari del Veneto nel 1853* a sede do *comune*, assim como grande parte da região constava não ter adotado o sistema de ensino ainda e o professor era Bartolommeo Cunik, que também atendia Pedescala, San Pietro¹³ e Treschè conca. Apesar de só ter um professor na lista problematizo que temos de 2 a 3 aulas¹⁴ espalhadas pelo território, aulas estas que possivelmente atendiam já os imigrantes que eram na época ainda crianças. Essa configuração permaneceu a mesma ao menos até 1856¹⁵.

A unificação da Itália inicia em 1861, todavia a região norte, Vêneto da qual Rotzo pertence, somente seria anexada em 1866 e a consolidação definitiva da unificação da Itália no ano de 1871 (VANNINI, 2016). No que se refere ao analfabetismo da Itália, Bertonha (2008) expõe um índice alto que corresponderia a 74% de analfabetos para a década. Em 1867, a Reforma Coppino preconizou um ensino laico e também enfatizou o ensino da Língua italiana¹⁶ como conteúdo, movimentos que marcariam alguns pontos essenciais à compreensão da história da educação do território.

Em 1876 a Sinistra histórica possuía maior interesse na educação. Em Rotzo, emerge a construção de dois prédios escolares, um na sede e outro em Pedescala, ação que ocorreu sem a utilização de recursos do Governo, pelas custas do próprio *comune* (ATTI, 1877), o que parece indicar uma situação favorável à expansão da educação. Em termos italianos, uma normativa estava para ser lançada em 15 de julho do ano seguinte, a Lei Coppino que obrigava

(SLAVIERO, 2014), assim é possível perceber um aumento demográfico no século XIX. Alguns autores divergem nas quantidades, entendo que seja em virtude da configuração e distritos inclusos, todavia é possível estabelecer a marca de quase mil habitantes para o final do século XIX.

¹³ Pedescala e San Pietro Val d’Astico pertenciam a circunscrição territorial de Rotzo.

¹⁴ Uma em Rotzo (sede) + uma em Pedescala.

¹⁵ Verificado no mesmo relatório mas para o ano de 1856. Ver *Le scuole elementari del Veneto nel 1856*.

¹⁶ É possível verificar e refletir sobre a expansão da educação de forma a atender um país que a partir de então se constituía como nação.

todos os *comunes* a ter ao menos uma escola elementar inferior, com obrigatoriedade de frequência e penalidade aos pais que não colocassem os filhos nas escolas.

Movimentos que parecem ter sido seguidos, pois em 1878 referente à instrução elementar Rotzo possuía 6 professores, pelos documentos não consta população desassistida por escolas, tendo o *comune* um total de 2.122 habitantes (BUONAZIA, 1878). Até o presente, é possível perceber que nesse determinado recorte temporal converge a unificação da Itália, a expansão das escolas e o início da imigração. Movimentos que colocam em evidência a importância de entender o contexto para se pensar na dinâmica da educação.

Já Antônio Prado, no nordeste do Rio Grande Sul, possuiu uma ocupação recente em comparação com a região ao qual pertence (GASTAL, BEBER, SÁ, 2017). Os rápidos movimentos para o preenchimento do território, que se iniciaram ainda 1885 fizeram com que tivesse autonomia para ser emancipado de Vacaria – RS em 11 de fevereiro de 1899 (BARBOSA, 1980). Apesar do rápido desenvolvimento e após a emancipação ocorrer melhorias nas vias de acesso e novos bens e serviços indicando um município próspero, o início do século XX é marcado por uma crise financeira prejudicada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (BERNARDI, 2020).

No que se refere a educação apesar de haver divergências entre as fontes ao explicar a ausência de processos formais de educação, ao que tudo indica, por volta de 60 % dos habitantes seria alfabetizado (BERNARDI, LUCHESE, 2020). Educação que teria acontecido antes da emancipação de forma informal, por meio do repasse da educação pelas próprias famílias ou de forma particular em virtude da falta de aporte escolar público (BERNARDI, 2020), ao menos para a maior parte da população. Já na primeira década do século XX houve movimentos para que as escolas públicas fossem expandidas, todavia não existia uma constância de escolas e professores, ao menos é que o que se percebe até meados de 1920 (BERNARDI, 2020), quando em virtude das políticas públicas e dos subsídios o processo de escolarização parece ter uma constância e expansão.

Dois espaços, dois contextos diferentes, mas não divergentes, mesmo sendo possível aprofundar no contexto¹⁷, dessa relação inicial cabe pontuar algumas semelhanças. Nos períodos de diálogos— a se pensar em períodos de vida de imigrantes e filhos – é possível ver duas regiões que estavam com processos de instalação e novas configurações políticas e territoriais. Na educação, estaríamos no período de emergência e expansão das escolas públicas, então é possível pensar que pais e filhos passaram situações similares e/ou com semelhanças, então friso que é importante trazer indícios e comparar de uma perspectiva transnacional e geracional a temática. A seguir pontuo o caminho para a construção da taxa de alfabetização.

Caminhos percorridos: a produção da taxa

Ao pensar em indícios sobre a educação, trago a mesma proposta que assumi no trabalho Bernardi e Luchese (2020) e na subseção denominada “Mapeando os habitantes: a taxa de alfabetização” em Bernardi (2020) que é realizar a taxa de alfabetização para elencar indícios dos processos de educação. Para esta discussão, foi utilizado o termo “taxa de alfabetização” cunhado por Chartier (1991) que compreendeu a medição, frisando que ela deve ser encarada como um indicador de um conhecimento de escrita e que a taxa não deve complexificar o nível de alfabetização do indivíduo analisado, já que não irá medir o conhecimento adquirido, e sim, evidenciar a primeira fase desse processo.

A documentação inicial para a obtenção da lista de imigrantes foram os livros paroquiais remanescentes da Paróquia de Rotzo que deram origem ao

¹⁷ Optei por não aprofundar na discussão da imigração italiana e no assentamento dos cimbros em Antônio Prado em virtude de tomar um espaço grande no trabalho e talvez tirar o foco do meu objeto que é a educação. Mas penso nas questões ao realizar a discussão e considero importantes pontos a serem levados em consideração ao talvez realizar um aprofundamento futuro da temática.

trabalho *L'emigrazione Rotzese verso il Brasile nel período 1880-1891*¹⁸ realizado pelo Pároco local em anos anteriores. A investigação resultou em uma listagem alfabética das famílias emigradas, separadas em duas seções para distinção dos grupos familiares, constando o nome de cada um, a idade e a data de saída. Lista que se tornou a primeira parte e um guia no percurso percorrido.

Com estas informações, foi possível elencar¹⁹ 64 pais e mães com 75 filhos que emigraram de Rotzo. Em seguida foi necessário pensar na investigação genealógica para poder verificar as informações de cada um dos indivíduos através da pesquisa. Então foram verificados²⁰ os registros civis de nascimentos e matrimônios do *comune* de Rotzo para a localização dos indivíduos (pães e mães). Nesse percurso, índices de nascimentos e matrimônios foram verificados para que fossem localizados cada um dos indivíduos, a ramificação se estendia quando localizados nascimentos de filhos em Rotzo e que vieram pequenos ao Brasil, um registro desse revelava informações sobre o pai, mas o filho teria que ser “acompanhado” na trajetória de Antônio Prado até que casasse e assim assinasse ou não o registro terminando cada uma das verificações.

¹⁸ Apesar do documento *L'emigrazione* (s. d.) ter o arco temporal no título de 1880 a 1891, na lista é possível verificar que a cronologia inicia com a partida de Antonio Pellizzaro, Tomaso Costa, Giovanni Dal Pozzo e Nicolò Antonio Dal Pozzo, o primeiro sozinho e os depois casados, alguns com filhos emigrando no ano de 1886; as famílias seguintes emigram de Rotzo de 1887 em diante.

¹⁹ Tenho ciência que outras famílias emigraram da localidade em períodos diferentes, inclusive para outros destinos. Refleto que possivelmente a lista mostra o grande fluxo e o período de maior deslocamento dos habitantes dentro do que se considera como grande emigração.

²⁰ Os registros se encontram disponíveis para consulta no *site* <http://www.antenati.san.benculturali.it/>, repositório que inclui registros civis da Itália com a finalidade de corroborar com pesquisas genealógicas; Eles foram microfilmados e em parceria com a Igreja dos Santos dos últimos Dias, são disponibilizados gratuitamente. Para acesso aos registros de Rotzo é necessário acessar a seção que se refere ao Archivio di Stato di Vicenza, Bassano del Grappa.

As informações coletadas foram armazenadas em um *software* de geração de planilhas cada indivíduo foi separado por uma linha e foi inserida a ordem: indivíduo (nome + sobrenome) / data do casamento, local / sexo / ano do nascimento / assinou ou não assinou / filhos nascidos na Itália (nome + sobrenome) / sexo / ano de nascimento / local (registro localizado) / assinou ou não assinou. Priorizou-se a investigação do registro civil de matrimônio por ter informações dos indivíduos do sexo masculino e feminino já que nos registros de nascimento, em sua maioria só estava presente o pai da criança, impossibilitando que eu soubesse se a mãe da criança saberia assinar o nome.

Quanto aos filhos (as) do casal (segunda geração), a verificação foi realizada em registros de Antônio Prado, sendo que em sua maioria, esta segunda geração, casou entre os anos de 1890 a 1910, todavia uma parte deles, em virtude do início tardio dos registros civis, casou somente no paroquial (que não inclui a assinatura dos cônjuges). Desta forma, não foi possível coletar as informações de uma parte mesmo que após esta verificação tenha-se, como na primeira etapa, recorrido aos registros dos filhos do casal para que verificasse ao menos o registro se o pai saberia assinar.

Também existiram outras especificidades que não permitiram a coleta de alguns dos indivíduos, justifico que os motivos são: não casou, faleceu ainda jovem, não possui registros civis e algumas famílias emigraram depois de se estabelecerem em Antônio Prado não deixando vestígios para verificar aonde foram; uma parte dos indivíduos já veio com uma idade avançada e teria casado na Itália apenas no período paroquial italiano. Ao final foram obtidas as informações completas de 77 indivíduos sendo 49 pais e 28 filhos, resultado que discorro a seguir.

O resultado da taxa de alfabetização

A partir da verificação dos dados construídos, na mesma planilha, através de fórmulas, pensei em expor o resultado de pais *versus* filhos para

pensar na dinâmica transnacional e geracional. A tabela seguinte é o resultado que obtive:

Tabela 1 – Porcentagem que assinou os registros

Imigrantes (Pais e mães)	55,10%
Filhos (as)	82,14%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Chama a atenção a diferença entre a alfabetização dos chefes²¹ de família e de seus filhos(as). Observa-se que o aumento da taxa de alfabetização foi considerável, o que surpreende ainda mais se, a exemplo, considerarmos o contexto como foi o caso de Antônio Prado e a falta de aporte público até 1899, conforme abordei em Bernardi (2020). Entende-se novamente que uma parte deles foi introduzida à escrita ainda na Itália, dessa forma, problematizo uma reflexão para a compreensão de um processo atrelado as nuances do ato de migratório, em como ficou a alfabetização nesse período.

Quantos desses processos podem ter sido interrompidos para a migração, retomados posteriormente e quantos deles ter sido realizados em locais diferentes que a da escola²², são questões a considerar. Ademais, autores como Gardelin (1993) colocam o ato migratório e principalmente o contexto da região colonial italiana como um impedimento ou mesmo como um espaço propício para a “perda” da cultura nas primeiras gerações, seria mesmo? Ou existiram práticas dos imigrantes para tentar contornar a falta de escolas no estabelecimento?

Se esses processos de fato ocorreram, não foi o que aconteceu nesse espaço e com estes indivíduos, o que não exclui que netos de imigrantes em períodos posteriores, a exemplo da escolarização acima de 1920, que requer

²¹ Utilizo a expressão chefe, mas refiro-me aos pais e mães.

²² Como espaço físico específico destinado a alfabetização.

uma outra análise para este confronto, possam ter ocorrido. O que de fato coloco aqui, jamais se constituiria como uma razão única, mas é uma possível perspectiva do entendimento de uma realidade que não é uma verdade absoluta conforme a História Cultural propõe e sim um indício.

E por se tratar de indícios, é necessário um confronto com a taxa de alfabetização dos habitantes de Antônio Prado, realizada em Bernardi e Luchese (2020) em que verificamos de 1895 a 1920 os residentes. No estudo chegamos ao percentual de 60% de assinantes, sendo que italianos corresponderiam a 64,57% e ítalo-brasileiros a 60,57% de assinantes. Apesar de ambos mostrarem a maioria da população alfabetizada, nesse caso é possível ver que entre a população *cimbra*, o que chama a atenção é a porcentagem que obtemos de filhos assinantes. Se houve uma pequena diminuição da alfabetização de imigrantes e filhos e que pode ser explicada em virtude do ato migratório no restante da população “italiana”, não parece que há este fator nessa amostra da população.

Indício que abre possibilidades e verificações futuras, qual seria o motivo dos filhos de *cimbros* terem essa taxa mais alta? Nessa mesma perspectiva é necessária uma verificação do contexto e das escolas a comunidade em que moravam. A separação entre homens e mulheres também seria interessante para compreender se as taxas se mantêm ou tem diferenças consideráveis. São possibilidades futuras de uma aproximação inicial recém realizada.

Considerações finais e possibilidades para aprofundamento

O trabalho objetivou a produção e a análise da taxa de alfabetização dos *cimbros* que emigraram de Rotzo – Vicenza para Antônio Prado – RS a fim de pensarmos na educação transnacional e geracional. Foi utilizado como recorte temporal os anos de 1871 a 1930. A investigação para a análise dos registros utilizou-se dos preceitos da investigação genealógica para que fossem localizadas cada uma das informações dos 77 indivíduos do grupo amostral, sendo 49 imigrantes e 28 filhos (as) de imigrantes.

Do resultado dos registros, obteve-se que 55,10% dos imigrantes e 82,14% dos filhos (as) que sabiam assinar o nome. Este resultado mostra que existiu uma variação considerável em termos geracionais e que coincide também com o período migratório de 1880 a 1891 do grupo amostral. Consta-se que esse número inclui filhos em que alguns foram alfabetizados na Itália e demais alfabetizados no Brasil, dessa forma, o processo educacional de forma generalista não foi impactado pelo ato migratório sendo talvez desenvolvido de forma informal já que há indícios em Bernardi (2020) da falta de aporte escolar no destino.

Apesar da taxa ser uma perspectiva e um indício, ela remete a primeira forma de alfabetização que é o que podemos documentalmente verificar para analisar um grupo amostral como este de indivíduos entre o século XIX e XX. Em suma, a alfabetização dos imigrantes *cimbros* condiz com a média do restante da população de Antônio Prado do período por serem em sua maioria alfabetizados.

Mas existem especificidades dessa média como a variação entre as gerações, o incremento de 27,04% levanta algumas questões e instiga o que houve no período. Desta, problematizei e vislumbrei possibilidades para aprofundamento, entre elas a compreensão do motivo do aumento da taxa de filhos que foi bem mais elevado que o restante dos residentes em Antônio Prado. Pesquisas futuras assim como trabalhei em Bernardi e Luchese (2020) podem revelar outros indícios no que se refere aos homens *versus* mulheres.

Essas foram aproximações iniciais para se pensar e instigar a profundidade e riqueza da temática da educação transnacional e geracional de imigrantes italianos e filhos.

Referências

- ANTÔNIO PRADO (RS). **Registros civis de Antônio Prado**. Microfilme de registros de 1895-2003, FamilySearch. Disponível em: <http://familysearch.org/>. Acesso em 24 maio 2021.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livros de casamentos e óbitos.
- ASCENZI, Anna; BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela; SANI, Roberto. History of education (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective. A research <<agenda>>. In: **History of Education & Children's Literature**, XIV, 2 (2019) p. 227-262.
- ATTI della academia olimpica di Vicenza. Secondo Semestre 1877. Vicenza: Tipografia Paroni, 1877.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Antônio Prado e sua história**. Porto Alegre: EST, 1980.
- BERNARDI, Manuela Ciconetto. **Processo de escolarização em Antônio Prado (1886-1920): culturas e sujeitos** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6728>. Acesso em 18 mar. 2021.
- BERNARDI, Manuela Ciconetto; LUCHESE, Terciane Ângela. A taxa de alfabetização de Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920). **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 56, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20030>. Acesso em 18 mar. 2020.
- BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. 2 ed. São Paulo: Conteúdo, 2008.
- BONATO, Sergio. **De Tzimbar von Siben Komoinen (I cimbrì dei sette comuni): storia – cultura – letteratura cimbra**. Asiago: Tipografia Moderna, 2001.
- BUONAZIA, Girolamo. **Sull'obbligo della istruzione elementare nel Regno d'Italia: attuazione della Legge 15 luglio 1877**. Roma: Tipografia Eredi Botta, 1878.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 113-162.
- GARDELIN, Mário. **A Ferrovia de Caxias**. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias: origens**. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993. p. 121-137.

GASTAL, Susana; BEBER, Ana Maria Costa, SÁ, Felipe Zaltron de. Gastronomia da italianidade: diversidade, tradição e inovação em Antônio Prado, Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, 21 ago. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/12541>. Acesso em 17 mar. 2021.

LE SCUOLE ELEMENTARI DEL VENETO NEL 1853. Venezia: Priv. Stab. Naz. Di G. Antonelli, 1853.

LE SCUOLE ELEMENTARI DEL VENETO NEL 1856. Venezia: Priv. Stab. Naz. Di G. Antonelli, 1856.

MONACO, Paola. **L’Altopiano dei sette comuni**: uma longa storia di emigrazione (1876-1972). (Tesi di Laurea). Università Ca’ Foscari Venezia, Venezia, 2012.

ROZZO. **Registro dello stato stato civile**. Portale Antenati. Disponível em: <http://www.antenati.san.beniculturali.it/>. Acesso em 24 maio 2021.

SLAVIERO, Ivo Matteo. **Rotzo**: toponomastica storica e aspetti di vita della comunità. Campodarsego, PD: La Grafica Faggian, 2014.

TOLEN, Beatrice Maria. **La tutela delle minoranze linguistiche in Italia e la comunità cimbra dell’Altopiano di Asiago**. (Corso di Laurea Magistrale in Giurisprudenza). Università Degli Studi di Trento, 2012.

VANNINI, Ismael Antonio. Imigração italiana: a ocupação da (RCI), região colonial italiana do Rio Grande do Sul e a corrente migratória de ítalo-descendente para o oeste catarinense 1875-1950. **Akrópolis**, Umuarama, v. 24, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/6055>. Acesso em 19 nov. 2020.

Memórias em torno da escola normal rural muraldo: formação de professor rural (Caxias do Sul/RS – 1947/ 1963)

José Edimar de Souza¹

Considerações iniciais

A história das instituições escolares se apresenta como um campo em projeção de múltiplas possibilidades de pesquisas considerando suas dimensões organizativas. Embora muitos trabalhos consagrem o campo investigativo com significativos estudos, nas últimas décadas cresce uma tendência em reunir e agregar estudos que evidenciem o mapeamento de oferta dos diferentes tipos de estruturas de atendimentos aos estudantes ao longo do tempo, tanto em espaços urbanos como rurais. Magalhães (2018, p. 42), argumenta que a instituição escolar é o espaço legítimo da prática, um lugar de socialização e de ideação. Além disso, para compor a histórica de uma instituição educativa e integrá-la na realidade se reescreve os itinerários da vida institucional, conferindo-lhe um sentido histórico.

A perspectiva teórica é a da história cultural, por considerar na análise dos processos de escolarização dos aspectos da cultura, os sentidos e significados evidenciados em documentos. A história cultural é nossa perspectiva teórico-metodológica de trabalho, considerando que ao investigar os processos e práticas de escolarização por este viés amplia-se a leitura dos

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Projeto de investigação financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS – Título: Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha- práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035.

signos, dos sentidos, das tradições e convenções estabelecidas pelos grupos sociais na tessitura de suas identidades de pertencimento.

A experiência como prática vivida, que remete à concretude da experiência de um indivíduo ou de um grupo social, constitui um substrato da memória que se reelabora, constantemente, ou seja, nunca termina como argumenta Tomson (1997). É pelas representações do valor atribuído pelos sujeitos que o exercício da prática historiográfica possibilita compor espaços e tempos; conhecer e compreender como se desenvolveram distintas trajetórias de um fazer pedagógico, cultural e social.

É pela narrativa que o passado adquire um sentido prática, pelo qual conseguimos acessar representações significadas nas ações empreendidas no tempo. Pensar a história é pensar nosso agir e transformar no mundo, a partir das relações que estabelecemos com nosso lugar.

Com o movimento dos *Annales* (1929), “uma nova representação do tempo histórico” se desenvolveu teoricamente. A evolução desta inovação, no método investigativo, possibilitou analisar acontecimentos considerando uma micronarrativa; narração da história de práticas, compartilhadas e configuradas no espaço e no tempo das memórias. A inclusão de novas fontes deve-se ao processo de ampliação da abordagem histórica para trabalhar problemáticas contemporâneas, analisadas sob outra perspectiva teórica e promovido pelo movimento da Nova História. A renovação no uso de fontes na historiografia ressurgiu na segunda metade do século XX, sob as tendências e correntes que influenciaram muitos historiadores, com o propósito de “ampliar não só o objeto a ser pesquisado, mas, sobretudo, a noção de fonte histórica”. (PENNA, 2005, p. 7). Essa nova forma de problematizar a história possibilitou outras organizações do tempo, do modo como os historiadores recortam, distribuem e ordenam em distintos níveis, os objetos históricos. Além disso, pela análise de documentos é possível conhecer e compreender estruturas sociais de forma a observar os processos de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos e práticas.

Desse modo, a história cultural é nossa perspectiva teórico-metodológica de trabalho, considerando que ao investigar os processos de escolarização identifica-se elementos de uma cultura formativa, dos sentidos, das tradições e convenções estabelecidas pelos grupos sociais na tessitura de suas identidades de pertencimento.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. (...) ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual (...) A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (...) (NORA, 1993, p. 9).

O estudo investiga aspectos da formação de dois professores, egressos da Escola Normal Rural Murialdo e busca compreender como se relacionam com a cultura dos imigrantes nos seus desdobramentos para compor uma prática profissional. Além da pesquisa documental a pesquisa vale-se da metodologia da História Oral considerando a memória social. Para Halbwachs (2006), a passagem do tempo em espaço percebido, a partir das memórias, possibilita conhecer e compreender como as características históricas, políticas e sociais, que identificam um grupo específico, foram construídas; pelas interações e/ou desenvolvimento de experiências que estes vinculam às suas histórias.

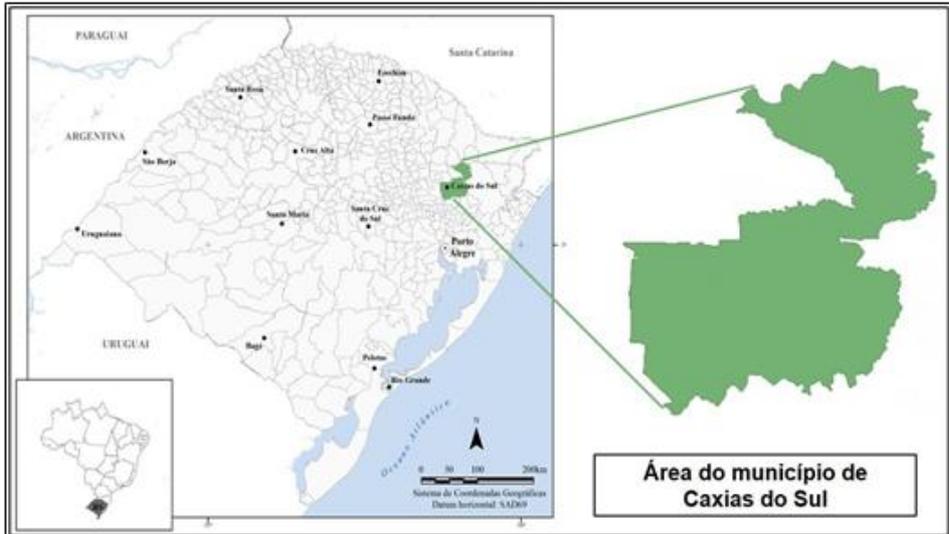
A Memória, entendida como documento, fornece ao historiador alguns indícios que permitem a produção de leituras do passado, do vivido pelos indivíduos, daquilo de que se lembram e esquecem a um só tempo. Portanto, a

memória é uma construção social que representa um modo elaborado pelos sujeitos de lembrar o passado. É pela narrativa que o passado adquire um sentido prático, pelo qual conseguimos acessar representações significadas nas ações empreendidas no tempo. É desse modo que conhecemos um pouco do passado vivido, da tomada de decisões e das escolhas da vida cotidiana.

Entendemos que a contribuição do pesquisador para escrita da história aconteça a partir dessa seleção de fatos considerados relevantes e da interpretação desenvolvida a partir da aplicação de um método que procura traduzir as experiências do passado em conhecimento histórico produzido. Nesse sentido, analisar as relações de contexto contribuem para compreender como se desenvolveu os processos formativos na Escola Normal Rural Murialdo, de Caxias do Sul.

Ana Rech é um distrito do município de Caxias do Sul, desde 1927. O município está situado na região nordeste do Estado, como se observa na figura 1, possui uma área total de 1.638,34 km², com aproximadamente 500.000 habitantes. Faz divisa com os municípios de São Marcos, Campestre da Serra e Monte Alegre dos Campos ao norte, Vale Real, Nova Petrópolis, Gramado e Canela ao sul, São Francisco de Paula a leste e Flores da Cunha e Farroupilha a oeste (CAXIAS DO SUL, 2017). Localiza-se aproximadamente a 127 km da capital do Estado, Porto Alegre. Destaca-se turisticamente pela realização da Festa Nacional da Uva, além de ser considerada cidade polo Metalmeccânica, com modernização de indústrias e mão de obra da própria comunidade (CAXIAS DO SUL, 2017).

Figura 1: Caxias do Sul em destaque no mapa do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2019). Adaptado a partir de Divisão Geopolítica do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Estadual de Economia e Estatística.

A escolarização mais formal em Caxias do Sul, sobretudo no meio rural, ocorreu a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus com as escolas étnicas, paroquiais e posteriormente as aulas. A pesquisa toma como ponto de partida o momento em que Caxias assume condição administrativa de município, pelo Ato 257 de junho de 1890 e passou a receber uma leva de imigrantes a partir de então, sendo parte deles italianos que buscavam usufruir de novas oportunidades diante do cenário de crise europeia que abalava a Itália. Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998) houve um incentivo a emigração em grande escala e o estado do Rio Grande do Sul permaneceu recepcionando imigrantes nas décadas seguintes na região gaúcha. Conforme Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 29):

A ocupação das terras que deram origem a Caxias do Sul fez parte de um programa nacional de colonização. Naquela época, o modelo econômico que vigorava era o modelo agroexportador e a criação de núcleos coloniais agrícolas, era prioridade, o que fortalecia a ideia de que era necessário uma população voltada para a agricultura do estado para abastecê-lo e, paralelamente, ocupar os espaços vazios da própria região com o objetivo de criar maior segurança interna.

Em 1890 Caxias do Sul apresentava uma população de 15.142 mil habitantes, dez anos depois esse índice praticamente dobrou passando a 30.500 mil habitantes, sendo 27.500 encontrados na zona rural e 3.000 na zona urbana. Já em 1910 a população total caiu para 23.956, sendo 20.214 situados na zona rural e 3.742 na zona urbana. Em 1920 a população total de Caxias era de 33.773 e em 1930 de 32.622, sendo 22.647 localizados em zona rural e 9.975 em zona urbana (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

Com a emancipação em 1890, foram criados dois distritos em Caxias do Sul, sendo o primeiro localizado na sede e o segundo denominado Nova Trento. Devido ao crescimento populacional, após doze anos surgiu a necessidade de criação de mais distritos, e através do ato n. 38 de 25.12.1902 Nova Milano é incorporada como 3º distrito de Caxias do Sul, a qual permaneceu até 1917, quando a região foi transferida para o novo núcleo populacional que se desenvolvia aos arredores da estação férrea.

Segundo Fernandes (2015) a estrada de ferro construída em 1910, que ligava Caxias a Porto Alegre, foi um fato importante para o desenvolvimento do comércio dos produtos produzidos nas Colônias entre outras localidades. Devido a essa construção um novo núcleo populacional se desenvolveu aos arredores da estrada de ferro e ficou conhecido como Nova Vicenza. De acordo com Fernandes (2015), nesse período, um número significativo de imigrantes alemães foi atraído à Nova Vicenza pela perspectiva de progresso, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico da região, que passou a incorporar o distrito Nova Milano em dezembro de 1917. Dois anos depois

da criação do 3º distrito, Nova Pádua é incorporada como 4º distrito de Caxias do Sul, até 1924, data em que incorpora a localidade Nova Trento².

Em relação ao o 5º distrito foi anexado primeiramente em Galópolis em 1914. O mesmo desanexou-se e anexou-se posteriormente como 4º distrito e como 3º distrito. Somente em 1927 surge Ana Rech como 5º distrito de Caxias do Sul classificando-se posteriormente como 4º distrito e 3º distrito até sua extinção em 1979 (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

Durante a década de 1890 até aproximadamente 1950 a educação em Caxias foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado, bem como escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, ensino elementar e ensino complementar. Porém também existiram escolas italianas apoiadas pelo governo italiano e escolas nas paróquias italianas. Para Luchese (2015, p. 185):

A escolarização na RCI foi, ao terminar o século XIX e ao iniciar o século XX, marcada pela coexistência de inúmeras iniciativas e de agentes que intervieram em prol da escola de primeiras letras. Apesar de (...) ser a escola pública (...) a mais importante e a mais solicitada por parte dos imigrantes e de seus descendentes (...).

As escolas particulares foram às primeiras instauradas na colônia Caxias, e eram regidas por professores eleitos pelos próprios colonos, sendo que a maioria delas funcionava nas próprias residências dos educadores improvisados. E mesmo que a presença de professores leigos tenha

² Algumas informações divergentes em relações ao acervo documental encontram-se nas localizações de Travessão Felisberto da Silva e Travessão Marques do Herval, apresentadas nos mapas escolares do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami no 4º distrito, antes mesmo da criação do referido distrito, que foi denominado Nova Pádua em 1904, porém incorporou a região Nova Trento em 1924. Desse modo, é possível considerar as duas regiões citadas anteriormente como localidades do 2º distrito de Caxias do Sul, Nova Trento, até a data de 1924.

acontecido, em alguns casos, houve esforços e mobilização entre a comunidade e o governo, para que professores com formação na sua área de atuação, ou com subsídios públicos e estrangeiros ministrassem classes neste tipo de organização escolar (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

Os imigrantes organizavam escolas comunitárias pequenas para que seus filhos pudessem aprender a ler, escrever e contar era confiada a algum colono que fosse mais instruído. Para custear as aulas os imigrantes colonos faziam pedidos à intendência municipal, costumava-se reivindicar que o município pagasse o professor e mantivesse a escola com os materiais necessários. Em contrapartida, muitos colonos doavam o terreno e trabalhavam para a construção da instituição escolar.

Escola normal rural muraldo: memórias de uma trajetória formativa

As instituições escolares constituem-se de espaços formais de aprendizagem, que são engendrados pelas relações dos vários sujeitos envolvidos nos processos educativos. Ressalto que os espaços não são formados apenas de alunos, de professores, de funcionários, mas também de objetos e materiais, com inter-relações, vínculos, sentidos que são empregados por esses sujeitos nesses espaços (GATTI JÚNIOR, 2002). Ao pesquisar instituições escolares, temos uma visão ampla sobre os espaços, os tempos, os sujeitos, os materiais e assim das relações que constituem toda vida escolar. Dessa forma, podemos perceber os inúmeros elementos formadores das suas práticas, das suas culturas e também das representações de diversas concepções presentes na criação e no funcionamento das diferentes instituições educativas que integram um sistema escolar, a partir de uma instituição específica.

A história da instituição iniciou com o ensino primário elementar, a partir de 1929, como Colégio Muraldo, funcionando nas antigas instalações do Mosteiro da Santíssima Trindade. Funcionando como internato para adolescentes e jovens do sexo masculino, geralmente atendendo comunidade

carente. Para Werle et al (2008, p. 71) a vinda dos religiosos josefinos era incentivada pelo Arcebispo Dom João Becker e apoiada pelo intendente de Caxias do Sul. “Os Monges Camaldulenses, chegados à 8a. Léguas da Colônia de Caxias em 1907, no ano de 1926 voltam para a Europa destacando que a situação exigia a vinda de outra ordem religiosa para o local.”

A Escola Normal Rural Murialdo, é criada em 1942. Situada no distrito de Ana Rech, em Caxias do Sul, região de colonização italiana é mantida e administrada por Padres Josefinos, e reconhecida, em 1942, como instituição de formação de professores rurais pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, assim funcionando até 1972, formando neste período 798 professores.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, na Escola Normal Rural havia investimento na temática agrária e na pretensa modernização do rural. Contudo, os depoimentos dos professores entrevistados manifestam a dificuldade em atender sozinho, as muitas demandas da escola. Alfabetização para ler, escrever e contar ocupava o tempo de aula; em poucas situações, um pequeno quintal, ou uma pequena horta havia nas escolas, ou nos espaços alugados e ocupados para fazer aula. Poucas evidências indicam o papel destinado a cumprir aquilo que o projeto ruralista e a educação rural, na perspectiva de que o governo esperava³. Desse modo, mesmo que as políticas públicas tenham sido um fato presente na segunda metade do século XX, o contexto das práticas traduzia as adversidades e dificuldades na execução e manutenção da efetivação dessas políticas na prática.

Para este estudo foram entrevistados dois egressos desta instituição, trata-se dos professores aposentados Telmo Luiz Paganella e Valter Antônio

³ No Rio Grande do Sul, a exemplo de algumas iniciativas, em Caxias do Sul, RS, existiu um impresso pedagógico, direcionado para comunidades rurais, não especificamente para as escolas, que circulou no meio rural, era dirigido e produzido pela Diretoria de Instrução Pública, chamou-se jornal *Despertar*. Mais detalhes podem ser conferidos no estudo de Dewes (2019).

Susisn. O professor Valter formando da segunda turma, de 1951 e Telmo formado pela décima quarta turma, de 1963.

Valter nasceu em Ana Rech, em 31 de julho de 1934 e desde os cinco anos de idade frequentava o Murialdo. Foi alfabetizado em 1941 pelo Irmão Guerini e concluiu o Curso primário no ano de 1946. E entre 1947 e 1951 cursou o segundo grau na Escola Normal Rural Murialdo. Em 1952 foi convidado atuar no Colégio Murialdo. Entre 1954 e 1956 atuou em escolas rurais no interior do Estado, atendendo o que determinava o artigo 53, do Decreto 1812, de 15 de maio de 1951, “depois de terminar os quatro anos do Curso Normal Rural, sirva o Magistério pelo menos durante três anos”. (PAGNELLA, 2020, p. 84).

Valter atuou no magistério e também na secretaria escolar do colégio, entre 1956 e 1989. Destaca-se na sua trajetória a ocupação de cargos públicos e políticos. Entre 1973-1976 foi subprefeito de Ana Rech e vereador eleito por dois mandatos em Caxias do Sul, 1977-1982 e 1983-1988. Além disso, esteve envolvido em diferentes ações culturais e sociais no distrito de Ana Rech.

Sobre o seu período formativo se refere desta forma: “o colégio Murialdo foi, para mim, minha segunda família onde recebi uma formação integral: humana e cristã, cultural e artística, social e política, lições de amor e humildade, formação esta que me proporcionou ser alguém na vida.”. (PAGANELLA, 2020, p. 168).

O ambiente do internato ainda procurava incutir uma postura e conduta aos jovens estudantes, de espiritualidade, recolhimento, silêncio, resignação e abstinência em oração. Havia ainda o trabalho na agricultura, pois os padres mantinham no colégio hortifrutigranjeiros.

Telmo nasceu em 19 de maio de 1945, em Anita Garibaldi, Santa Catarina, mas viveu sua infância na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, interior de Vacaria, em Pinhal da Serra. Estudante do curso primário no Grupo Escolar de Pinhal da Serra, inscreveu-se no exame de admissão da Escola Normal em 1959 e formou-se professor Primário Rural em 1963. Atuou como docente de escolas isoladas rurais no período de 1964 a 1968.

Posteriormente atuou como representante comercial, mas exerceu diferentes cargos públicos. Foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda e vereador pelo mesmo município, em 1975. Na década de 1980 formou-se oficial de justiça da comarca de São Marcos e em 1995 formou-se em Direito. Além de ter ocupado outros cargos em administração pública, bem como foi presidente do Rotary Clube de São Marcos e membro da Loja Maçônica do mesmo município.

Em relação as memórias formativas destacam-se também a rigorosidade dos professores e a vida no internato. Muitos estudantes eram bolsistas, o governo de Leonel Brizola havia instituído um programa de bolsas e Telmo fora contemplado após aprovação no exame de admissão. Nas memórias escritas em 2009 se refere que os estudantes deveriam levar um pequeno enxoval de cama e banco além dos objetos pessoais e vestuário. O ingresso na escola representava a possibilidade de “sair do interior” e frequentar os bancos escolares, deixar para trás a vida na roça, nas lides caseiras, contudo, “dali para frente, haveria de ser modelo, exemplo, em tudo o que dissesse ou fizesse. Seus contatos, seus amigos, suas diversões sofriam os respingos do dever de se portar com honra e de ser respeitado.” Assumindo a formação pautada pelos “bons modos, pela educação e pelo respeito”. (PAGANELLA, 2009, p. 65).

O curso Normal era integrado por muitos alunos de origem pobre, sem muitas condições econômicas. As despesas eram subsidiadas pela bolsa de estudo, bem como pelo trabalho individual dos estudantes na agricultura e na zootecnia.

Em síntese expressa que sua formação foi “instrutiva. A formação religiosa e didático-pedagógica recebida serviu de alicerce à futura vida profissional bem-sucedida.”. (PAGANELLA, 2009, p. 67). Além disso, percebe-se na sua narrativa oral um sentimento de gratidão e de dever, por ter recebido a bolsa, a responsabilidade de retornar para o interior do Estado e retribuir o investimento feito pelo governo.

As narrativas dos professores Telmo Luiz Paganella (2019) e Valter Antônio Susin (2019) indicam que na década de 1960, um projeto voltado a formação de professores rurais se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Observa-se ações de políticas públicas voltadas ao aprimoramento e uso das instituições escolares para fazer chegar ao meio rural conhecimentos e técnicas que pretendiam modernizar o campo.

Na agricultura, plantamos milho e tomate. Então tinha a horta e a lavoura. Para assim definir, distinguir, que época era uma horta para hortaliças, que ou colégio, uma cozinha do colégio aproveitava e como lavouras de milho que não serviam apenas para a alimentação dos alimentos, e também para a alimentação dos animais. Porque o colégio tinha uma pequena criação de gado, aves, suínos e ovinos. Que serviam para que? Para quem está aprendendo lá dentro, você sabe cuidar melhor da vaquinha, no colégio que lá não existe. Ou melhorar o seu conhecimento. Assim da ovelha, da galinha, do porco. [...] E depois teve uma parte teórica também, de zootecnia, agricultura. E essas eram as práticas agrícolas. E depois teve uma parte teórica também, de zootecnia, agricultura. (Telmo Luiz Paganella – São Marcos – RS - 2019).

Werle (2014) argumenta que as Escolas Normais Rurais⁴, no caso do Rio Grande do Sul, foram um tipo de instituição criada nos anos quarenta do século XX ligadas a iniciativas da Igreja Católica e a necessidade de expandir o ensino público a todas as regiões do estado. Eram instituições voltadas exclusivamente para formação do magistério. E embora as instituições tenham assumido currículos distintos, a formação voltada para agricultura, foi por muito tempo uma de suas características de identidade institucional.

⁴ No Rio Grande do Sul existiram seis Escolas Normais Rurais dessa natureza, entre 1941 e 1972, a saber: Escola Normal Rural da Arquidiocese, Porto Alegre (1941-1945); Escola Normal Rural La Salle, Cerro Largo (1941-1972); Escola Normal Rural Muriáldo, Ana Rech, Caxias do Sul (1942-1972); Escola Normal Rural de Guaporé, Guaporé (1946-1952); Escola Normal Rural Assis Brasil, Ijuí (1953-1965); Escola Normal Rural Presidente Getúlio Vargas, Três de Maio (1957-1971).

Para Werle (2014) as escolas normais atendiam o objetivo de formação de professores de primeiras letras para as zonas rurais⁵. E a formação era realizada e mantidas por congregações religiosas masculinas, portanto, o projeto de formação estava associado à captação e à formação de quadros para as tais congregações. Telmo e Valter foram alunos da Escola Normal Rural Murialdo, de Ana Rech, distrito de Caxias do Sul, RS.

O que aprendemos aqui, foi muito útil para a nossa vida. Porque nós estamos aqui com uma formação muito bem formatada. Muito bem formados, parte religiosa, parte de aula também, parte de disciplina, parte técnica também, das disciplinas técnicas. [...] Todas as turmas que se formaram professores rurais aqui, eram muito bem vistas em todo o Rio Grande do Sul. Eles querem professores da escola normal rural de Ana Rech. (Valter Antônio Susin – Caxias do Sul – RS – 2019).

Além da formação técnica, voltada para modernização do rural, a formação religiosa endossa a expectativa de que a escola rural contribuísse para “moldar moralmente os sujeitos”, como argumenta Cunha (2009), que a Igreja foi uma das principais aliadas da Escola Primária para divulgar os preceitos de civilidade e inspirar o nacionalismo cívico. Pretendia-se levar o Brasil a modernidade moldando os sujeitos e educando-os condutas, boas maneiras, regras e comportamento ordeiro, cosmopolita para que tivessem a conduta esperada pela “boa sociedade”. Além disso, como argumenta Souza e

⁵ O poder público estadual destinava a alunos carentes e oriundos de municípios do interior bolsas de estudo para as escolas normais rurais. As bolsas de estudo viabilizavam as escolas normais rurais e exigiam do aluno uma retribuição em serviço exercer a docência após a conclusão do curso, em escolas de zonas rurais. Estas bolsas ajudavam a financiar os internatos católicos, estrategicamente, as escolas normais ajudaram a captar candidatos ao magistério e/ou a vida religiosa. O ensino era muito exigente e nem todos os alunos concluíam o curso. (WERLE, 2014). Apenas na década de 1950, sob a Lei Orgânica das Escolas Normais, é que o governo do estado do Rio Grande do Sul cria duas escolas normais rurais públicas, uma em Osório e outra em Santa Cruz do Sul, como argumenta Almeida (2007).

Fischer (2012), esperava-se que o professor com sua sublime missão preparasse futuros cidadãos para a pátria e futuros herdeiros para o céu.

A formação nas escolas normais rurais incluía estudos de educação geral, estudos pedagógicos e de didática bem como práticas relativas às lides agrícolas e pastoris, além da fé católica. A influência da Igreja evidencia-se no modo como estes docentes orientaram os primeiros anos como docentes, atuando na comunidade como lideranças assumidas como identidade destes sujeitos. Além disso, há um certo saudosismo naquilo que Cunha (2019) assinala sobre análise da ego-memória, uma forma pela qual os sujeitos se projetam no tempo e procuram construir uma representação sobre suas ações, os acontecimentos que enredam suas histórias.

Considerações finais

A partir da análise de história de professores no meio rural de Caxias do Sul é possível situá-las no espaço e tempo, desse modo, reconhecendo a atuação significativa de sujeitos na história da educação de distintos lugares, que traduzem um fazer específico, um modo de compartilhar saberes e de construir aprendizagens. A partir da dimensão de narrativas orais de egressos do curso Normal foi possível estabelecer relações com contextos mais amplos. Desse modo, os enfoques de aspectos da história pessoal/local estão imbricadas aos processos históricos mais amplos e complexos, como a dificuldade de lotar docentes no interior do Estado do Rio Grande do Sul, a formação de professores e as políticas públicas implantadas no final da década de 1950 para acompanhar o desenvolvimento e o movimento de urbanização que começava a apresentar modificações para o espaço rural.

Percebe-se que no universo cultural o trabalho desenvolvido pelas congregações religiosas em diferentes educandários acabou por caracterizar e “moldar uma moral e civilidade”. Nesse sentido, os religiosos dirigiam a cultura regional por meio de internatos, escolas, bem como, pelas pregações e

catecismo se convergiam nas relações sociais e econômicas que impactaram a cultura deste lugar.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960). 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

CAXIAS DO SUL. **Mapa do município** – escala 1/10.000. Disponível em: http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/planejamento/sui/sui_mapa_municipio.pdf. Acesso em: 22 maio 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Saberes impressos escritas da civilidade e impressos educacionais. (Década de 1930 a 1960). In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Cultura e história da educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 233-251.

CUNHA, Maria Teresa Santos. De achados locais a indícios nacionais: arquivos pessoais de educadores na História da Educação do tempo presente. In: CURY, Cláudia Engler; VIEIRA, Carlos Eduardo; SIMÕES, Regina Helena Silva. **História da Educação**: global, nacional e regional. Vitória, ES: EDUFES, 2019, p. 75-98.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

DEWES, Elisângela Cândido da Silva. **“O Despertar”**: uma história das práticas da educação rural em Caxias do Sul (1947-1954). – 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha**: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949). 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UCS. Caxias do Sul, RS, 2015.

GATTI JR., Décio. **A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas.** Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG, Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2002, p. 3-24.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

MAGALHÃES, Justino. The educational institution in the modernization of the local. Historical – pedagogical perspective. **Revista di storia dell'educazione,** 1/2018, p. 41-55.

O 5 de Abril. Notícias de Lomba Grande. Novo Hamburgo, ano XIV, n. 10, 1940a, 7 de junho de 1940.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Proj. história.** São Paulo, n. 10. Dez. 1993, p. 7- 28.

PAGANELLA, Telmo Luiz. **Escola Normal Rural Murialdo.** Ana Rech. Caxias do sul. Um molde de caráter. Caxias do Sul: Maneco, 2020.

PAGANELLA, Telmo Luiz. **Marcas, profundas marcas...**São Marcos: Lorigraf, 2009.

PENNA, Rejane. Avanços e perspectivas na utilização das fontes orais em historiografia recente. **Práxis.** Revista do ICHLA, Novo Hamburgo, ano 2, v. 2, n. 3, p. 7-14, ago. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Fundação Estadual de Economia e Estatística.** Divisão Geopolítica do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/> Acesso em: 15 abr. 2019.

SOUZA, José Edimar de; FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. Memórias do ensino em Novo Hamburgo: documentos e acervos (1940-2009). **NH na Escola**, Novo Hamburgo, p. 2, 25 out. 2012.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr., 1997, p. 51-84.

WERLE, Flávia Obino Corrêa et al. Um espaço esquecido de formação do professor: a Escola Normal Rural In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Org.). **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPel, 2008. p. 63-102

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Formação de professores para a zona rural: análise em perspectiva histórica, diferentes veículos de cultura escolar. In: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.). **Desafios e perspectivas na Educação Rural**: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2014. p.49-68.

Entrevistas orais:

Telmo Luiz Paganella. *Entrevista oral sobre formação e docência rural no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. São Marcos, RS, 16/04/2019.

Valter Antônio Susin. *Entrevista oral sobre formação e docência rural no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. Caxias do Sul, RS, 06/11/2019.

“Um modelar estabelecimento de ensino”: imigração, educação e a arquitetura escolar do grupo escolar Frei Caneca e grupo escolar Emilio Meyer na Serra Gaúcha – 1940

Rafael de Souza Pinheiro¹

Samanta Vanz²

Na respectiva escrita, procuramos investigar relações entre educação e arquitetura escolar dos Grupos Escolares presentes nas comunidades de imigrantes italianos na Região da Serra Gaúcha/RS, tendo como recorte temporal a década de 1940. Para a realização desta análise, utilizamos a perspectiva da História Cultural, e a metodologia da Análise Documental, voltando à investigação para a materialidade das escolas, considerando o espaço escolar como um elemento importante para analisar os processos históricos que permearam a escolarização dos filhos dos imigrantes italianos nestas localidades.

Neste sentido, utilizamos como fontes jornais, correspondências, atas escolares, orçamentos e fotografias da década de 1940 que retratam o espaço e arquitetura escolar do Grupo Escolar Frei Caneca, de Flores da Cunha, e o Grupo Escolar Emilio Meyer, de Caxias do Sul. Partindo do contexto histórico do republicanismo, identificou-se a similitude entre os traços arquitetônicos das duas construções, sendo que nosso recorte temporal se justifica a partir da proposta de criação de prédios escolares condicionados pela política de modernização, e o fortalecimento das campanhas de nacionalização.

¹ Mestrando em Educação PPGEDU da Universidade de Caxias do Sul - UCS, e-mail: rspinheiro@ucs.br

² Doutoranda em Educação PPGEDU da Universidade de Caxias do Sul - UCS, e-mail: svanz1@ucs.br

Optando pelo aprofundamento do estudo da materialidade escolar, é fundamental que se considere a análise das fontes como um processo interpretativo, onde os documentos possuem intencionalidade, não podendo ser encarados como uma descrição objetiva e neutra dos fatos (PIMENTEL, 2001). Para Cellard (2014), é tarefa do historiador utilizar os documentos para organizar, desconstruir e reconstruir os dados a fim de elaborar uma narrativa histórica representante do tempo, do espaço e das práticas de determinado grupo de sujeitos. Já Pesavento (2004, p. 54) discorre que é pela escrita da história que o historiador recompõe fatos edificadas no espaço e no tempo, “[...] inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximações com a realidade [...]. Processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão, ou seja, o historiador cria o passado”. Sendo assim, a História Cultural permite que esta análise seja feita a partir do espaço escolar.

A escola, como configuração formal do processo de escolarização³, institui determinada cultura: a escola enquanto espaço, do material, e a escola enquanto lugar, das interações sociais, é representante de um discurso de ordem estética, ideológica e simbólica, onde os sujeitos incorporam elementos constituintes da cultura, apropriando-se de práticas específicas. É nos aspectos da experiência destes imigrantes, e do contexto em que se estabelecem, que se constituem as narrativas de escolarização desta região.

No Rio Grande do Sul o movimento de imigração iniciou-se a partir de 1874 na localidade da Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde d’Edu (Garibaldi). Um ano depois, em 1875, chegam à localidade Campo Dos

³ Faria Filho (2004, p. 522), que afirma que escolarização é um “processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão do conhecimento, como eixo articulador de seus sentidos e significados” e/ou ainda [...] a escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados.

Bugres, que mais tarde se torna Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul). Em 1877, altera-se para Colônia de Caxias, por determinações do Ministério da Agricultura (AZEVEDO, 1982). Em meados de 1890, a Colônia é emancipada dividindo seu território em distritos: Vila de Santa Tereza de Caxias sendo a sede e Nova Trento (Flores da Cunha4), sendo a 2º Colônia. O distrito de Nova Trento recebe seus primeiros imigrantes ainda em 1876, porém o fluxo se intensifica nos anos posteriores.

Neste contexto de imigração, a educação se torna um tema importante entre os colonos, e são diversas as iniciativas de escolarização nesta região, sendo elas: as escolas comunitárias, as étnicas italianas, públicas e as confessionais, colégios elementares e os colégios complementares. A educação na realidade destes imigrantes e seus filhos tinha como função elementar o aprendizado da escrita, da leitura e do cálculo; Kreutz (2000, p. 359) aponta que “a partir da década de 20 em São Paulo, e de 1930 nos estados sulinos, as escolas da imigração italiana foram passando gradativamente para escolas públicas, de modo que em 1938, início da nacionalização compulsória, já não tinham muita expressão”. É importante mencionar que as subvenções tinham como principal argumento da Intendência o “acesso à cultura e, principalmente, ao ensino de português aos imigrantes” (LUCHESE, 2015, p. 157), visto que o dialeto era comum, não apenas entre as famílias de alunos, mas também entre os alunos e professores.

Mesmo sendo elementos importantes no processo de aculturação destes imigrantes, as escolas não eram vistas apenas como locais para a educação elementar, mas, de certa forma, também serviam como fontes aos interesses políticos do período, mesmo que a Lei Orgânica de 1914 previsse o “ensino elementar no município será leigo, livre e gratuito”. Para Corsetti (2008), a “política educacional da época, portanto, jogou com a subjetividade inerente ao processo de construção da consciência coletiva, em paralelo ao desenvolvimento bastante objetivo que davam à modernização conservadora do Rio Grande”.

A nacionalização compulsória, que incluía a cultura e o ensino nessa nova representação de cidadão brasileiro, visava uma padronização e uniformização da cultura, além da supressão de formas de organização que funcionassem além do poder do Estado, o que incluía a ação política dos estrangeiros neste âmbito das escolas (QUADROS, 2017). O projeto político do Estado Novo incluía a valorização da brasilidade e a afirmação de uma identidade nacional brasileira (BOMENY, 1999).

A proibição da língua estrangeira em esfera nacional foi uma das primeiras movimentações do governo, tendo como resultante a imposição da língua portuguesa. A Campanha de Nacionalização do ensino, ainda em 1939, demonstra de forma clara o controle ideológico que marcava a ditadura. Na região da Serra Gaúcha, a obrigatoriedade de assumir a língua portuguesa fomentou conflitos entre alunos, professores e comunidade (FORMOLO; HERÉDIA; RAMOS, 1998). Mesmo após o fim do Estado Novo, e com a promulgação da Constituição de 1946, a questão da nacionalização da língua foi ponto importante na região, como apresentado na Lei Orgânica de 1948, Art. 76º: “I – o ensino primário é obrigatório e só será dado em língua nacional”⁴. Essas ações davam-se, em virtude de acontecimentos políticos: Segunda Guerra Mundial, fascismo e nazismo que marcam o período. As instituições estrangeiras que se faziam atuantes desde o início da imigração, foram vistas como meio de propagação ideológica.

As movimentações do Estado Novo marcavam, também, as construções das edificações escolares, que se constituíam basicamente por linhas geométricas, localizadas em lugares estratégicos, em lotes de esquina, próximo aos centros urbanos, que se destacavam pela verticalização de paisagens (SEGAWA, 1997). Desta forma, articular a relação entre este período político e a arquitetura dos Grupos Escolares Frei Caneca e Henrique

⁴ Lei Orgânica de Caxias do Sul, 1946. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa).

Emilio Meyer é tecer possibilidades de compreender a materialidade representada pelos espaços como constituição da identidade escolar da região.

O espaço escolar: “um modelar estabelecimento de ensino”.

Partindo da perspectiva da cultura escolar, assumimos que a materialidade é um dos elementos essenciais para a compreensão da história da educação. Neste sentido, o espaço escolar, o edifício-escola, representa um objeto de concretização das propostas pedagógicas de determinadas épocas. Para Souza (1998), este espaço escolar pressupõe sua ocupação, sua construção e sua utilização, sua estrutura física. Assim, a escola se configura como um lugar e um espaço: “um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 62).

Para estabelecer este tensionamento entre a materialidade escolar e o processo de escolarização dos filhos de imigrantes italianos, é importante que primeiramente se compreenda a escola e suas modalidades a partir de seu sentido histórico: durante a década de 1890 até aproximadamente 1950, a educação na região de Caxias do Sul e Flores da Cunha⁵ foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado, bem como escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, ensino elementar, ensino complementar e os Grupos Escolares.

De acordo com o Jornal A Época, de 1 de setembro de 1940, a instrução pública de Flores da Cunha se configurava em “[..] 36 aulas

⁵ A Colônia de Nova Trento, assim denominada, pertencia à Caxias (hoje Caxias do Sul), tendo seu processo emancipatório ocorrendo em 1924, após tratativas políticas com o presidente do Estado, Borges de Medeiros. O processo de emancipação política dá-se pelos poucos investimentos, como as manutenções de estradas e o cuidado com a educação.

municipais, 4 aulas isoladas estaduais, 1 convento dos RR.PP Capuchinhos e mais um colégio das Irmãs São José, com uma matrícula de 2.000 alunos aproximadamente[...] construiu um modelar prédio para o Grupo Escolar[...].”

No contexto em que predominavam as aulas públicas multisseriadas, as escolas graduadas surgem como um modelo urbano, onde a escolarização em massa necessitava de uma organização mais complexa, com maior investimento no espaço, nos objetos escolares e no ordenado dos professores (SOUZA, 1998). Assim, além de servir ao propósito de um projeto de modernização da educação no país, os Grupos Escolares passam a representar um ideal de espaço escolar, que fundamentado nos preceitos higienistas da época, reforçavam conceitos de disciplina e civilidade nos indivíduos: destaca-se no excerto do Jornal A Época a caracterização do prédio para o grupo escolar como “um modelar prédio”. Conforme Jornal A Época, de 20 de dezembro de 1938, esta mesma denominação foi utilizada para se referir a construção do prédio de um novo grupo escolar em Caxias do Sul: “Segundo fomos informados, as obras de construção do novo e modelar estabelecimento de ensino, serão atacadas em princípios do ano vindouro”.

Como afirma Bencostta (2001, p. 105), os grupos escolares funcionavam como “uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime”, permitindo, assim, que estas construções tivessem o objetivo de institucionalizar os ideais políticos. A instituição escolar desta forma, torna-se responsável pela difusão dos ideais republicanos, como o civismo, nacionalismo, culto a símbolos nacionais e enaltecimento dos grandes heróis e datas, onde se faziam presentes em diferentes momentos da vida escolar, como nas festividades, desfiles, ritualidades, início e encerramento do ano letivo e outros.

Compreender os Grupos Escolares a partir da perspectiva positivista permite também propor uma reflexão a respeito da importância do espaço nas ações educativas, no discurso que reforça determinados comportamentos que

procuravam fomentar a ordem e a disciplina e a própria representação da escola na civilização⁶ de uma nação. A função de diretor nos Grupos Escolares se relaciona a ordenar o cotidiano escolar, estando junto e debatendo com os docentes (BENCOSTTA, 2005). Em relação às condições de trabalho, de acordo com Souza (1998), nos grupos, se ofertava melhores condições do trabalho docente, tendo consigo os melhores salários e prestígio social. As professoras viam no Grupo Escolar como ponto máximo da ascensão a sua carreira docente, pois os cargos superiores (diretor, inspetores) eram ocupados basicamente por sujeitos do sexo masculino.

Segundo o Jornal A Época de 28 de janeiro de 1940, neste período existiam os seguintes Grupos Escolares Estaduais em Caxias do Sul: Grupo Escolar Emilio Meyer (bairro Guarany), Grupo Escolar Pena de Moraes (bairro São Pelegrino); Grupo Escolar Maguary (7ª Léguas junto ao Cortume), Grupo Escolar da Conceição (núcleo colonial Conceição); Grupo escolar de São Marcos (2º Distrito São Marcos); Grupo Escolar de Galópolis (3º Distrito Galópolis); Grupo Escolar de Forqueta (Forqueta); Grupo Escolar do Frigorífico Rizzo (Rizzo) e Grupo Escolar de Vila Seca (5º Distrito Vila Seca), sendo estes três últimos em processo de abertura na data em que o jornal era publicado. Já em Flores da Cunha, nesse mesmo período existem o Grupo Escolar Jacinto Targa, Grupo Escolar Luiz Gelain e o Grupo Escolar Frei Caneca, sendo este último localizado ao núcleo da localidade.

A escolha do Grupo Escolar Frei Caneca e do Grupo Escolar Emilio Meyer é feita a partir dos elementos arquitetônicos das construções escolares e do alinhamento deste projeto com o Governo do Estado na implementação de uma identidade para o povo brasileiro, tendo consigo aspectos ligados à modernização, característicos do governo Vargas, onde serão abordados na seção seguinte desta pesquisa.

⁶ O termo civilização é utilizado a partir de Souza (1998, p. 27), “Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX”.

Dois grupos escolares, um projeto ideológico: grupo escolar Frei Caneca e grupo escolar Emilio Meyer

No contexto nacional e global, a década de 1940 está relacionada pela vigência do Estado Novo (1937-1945), se fazendo presente no período Vargas. Gustavo Capanema, o então ministro da Educação e Saúde, é responsável por reformas do ensino, marcando as diferentes etapas de formação, enquanto a Europa se apresentava em meio a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), o que refletia no receio do governo em relação às instituições que aqui eram dirigidas por órgãos estrangeiros. A presença dessas instituições transformava-se em um perigo para a nação, e também caracterizada como uma suposta ameaça comunista no território brasileiro (BASTOS, 2014).

A nacionalização segundo Bastos (2014, p. 128), “era objeto de atenção e preocupação constante dos militares”. O perigo do estrangeiro estava atrelado às práticas educativas dos docentes, por assuntos e pelo idioma, tendo diversas diretrizes estabelecidas como forma de controle, designando professores como fiscais da nacionalização, onde as escolas não poderiam ter diretores estrangeiros e nem professores que não dominassem a língua pátria.

No contexto da cidade de Flores da Cunha/RS, a década de 1940 trouxe importantes movimentações educacionais: o Grupo Escolar Frei Caneca⁷ surge a partir dos processos de urbanização e industrialização presentes no contexto político-social marcado pelas forças positivistas e republicanas.

⁷ Grupo Escolar de Nova Trento ou Grupo Escolar General Osório, atual Flores da Cunha/RS é inaugurado em 07 de setembro de 1925 e ao longo do tempo sofreu respectivas mudanças de nomenclatura: Grupo Escolar General Osório (1925-1927), Grupo Escolar Silva Jardim (1927-1936), Grupo Escolar Eduardo Marques (1936-1940), Grupo Escolar Frei Caneca (1940- 1980) Escola Estadual Frei Caneca Escola Estadual de 1º Grau Frei Caneca (1980-2000), Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca (2000-2012) e na atualidade se designando Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca.

Marcado pelos processos de modernidade e de nacionalidade, causando a necessidade de uma nova construção para comportar a instituição de ensino do Grupo Escolar Frei Caneca.

A nova estrutura mais ampla e robusta se caracteriza por sua opulência em relação às demais construções da cidade. Cabe mencionar também a localização do Grupo Frei Caneca, que se constituiu em virtude da doação de um terreno no mandado de Heitor Curra, ao núcleo da localidade. Sendo assim, Buffa e Pinto (2002, p. 42-43) dissertam que a implementação dos grupos se apresentava em “regiões nobres, ocupando quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitisse múltiplos acessos”.

Figura 1: Imagem frontal do novo prédio escolar, década de 90.

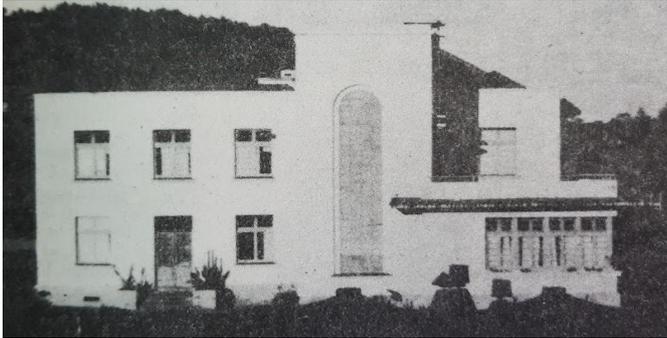


Fonte: Arquivo e Museu Histórico Pedro Rossi.

Na Figura 1, é possível perceber a arquitetura predominante com traços da *Art Déco*, amplas janelas, estrutura com composição por meio de figuras geométricas (retângulos e quadrados), telhado reto e sua estrutura comportada por dois andares (verticalidade). Outra característica da arquitetura dá-se pelas janelas que se apresentam na lateral esquerda dispostas no primeiro andar,

como forma de parede vazada. Na Figura 2 é possível perceber com maior clareza, a disposição das janelas.

Figura 2: Foto lateral do prédio escolar, década de 40.



Fonte: Arquivo e Museu Histórico Pedro Rossi.

No meio da construção é possível perceber uma estrutura com formato de retângulo, disposto ao centro com um grande vitral, servindo como meio para a entrada de luz natural. A nova estrutura em sua totalidade se destaca em meio a traços geométricos, salas espaçosas, corredores amplos e grandes janelas, para ventilação e entrada de luz natural. Outra característica presente no Grupo Escolar Frei Caneca, é a existência de nomes dados às salas de aula, onde destacam-se os nomes de Rui Barbosa, Olavo Bilac e D. Pedro I, conforme localizado nos Livros de Atas analisados.

O Grupo Escolar Frei Caneca, configura uma instituição ligada à formação, que ao longo de seus anos foi responsável pelos processos de escolarização de inúmeros sujeitos, no qual destacaram-se na sociedade. A instituição escolar também se destaca em relação ao seu prédio arquitetônico, sendo uma das construções mais antigas da cidade. Neste ano de 2021, a Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca (denominação atual) completa 96 anos de existência, se articulando como a instituição de ensino pública, gratuita e laica mais antiga e atuante de Flores da Cunha/RS.

Em Caxias do Sul, em 02 de setembro de 1940 é inaugurado o Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer, coincidindo com os festejos da Semana da Pátria, como divulgado pelo Jornal A Época do dia 1 de Setembro do mesmo ano e amplamente festejado pela comunidade:

Dia 2 de setembro - Segunda-Feira. Às 9 horas - Hasteamento da Bandeira pelo dr. Dante Marcucci, prefeito municipal, com a presença do Grupo Escolar Emilio Meyer, que, com a inauguração de seu novo e modelar edifício, centralizará as festividades do dia. (Jornal A Época, 01 de setembro de 1940).

A inauguração do Grupo Escolar, de fato, deu-se propositalmente em uma semana de comemorações, visto que estavam programadas as inaugurações de outros Grupos Escolares Estaduais na semana de comemorações cívicas, gerando comoção na comunidade⁸, sendo que para a solenidade estavam presentes autoridades oficiais, como o Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza, que pronunciou o discurso de inauguração do Grupo Escolar.

A construção do Grupo Escolar foi resultado do envolvimento da comunidade nas solicitações por melhorias nos espaços escolares e o prestígio da construção de um Grupo Escolar para um município como Caxias do Sul, que estava em pleno desenvolvimento industrial e econômico. Em 1938, o então prefeito, Dante Marcucci solicitou ao governo do Estado a construção de um novo prédio escolar para o Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos⁹, já institucionalizado pelo Estado, com o objetivo de tentar melhorar a situação da escola, que se encontrava com um número alto de alunos matriculados e falta de espaço. Esta solicitação partiu da insistência da comunidade e dos docentes, e

⁸ “Pelos preparativos e numero de participantes, a parada do trabalho, da raça e do civismo, deverá ultrapassa de muito á todas quantas já se tenham realizado nesta cidade” (A ÉPOCA, 1940).

⁹ Chamado também de Grupo escolar do Bairro Guarany, em função de sua localização.

em correspondências trocadas em dezembro de 1938 entre o então prefeito e o Secretário da Educação, Dr. Coelho Souza, é intensamente frisado o quanto a comunidade se alegra com a autorização para a construção¹⁰.

A comunidade também se envolveu na escolha do nome do Grupo Escolar, como homenagem ao professor que dedicou sua carreira ao ensino no Rio Grande do Sul; em fonograma trocado com o Secretário da Educação (FIGURA 3), fica a aprovação do nome do Grupo Escolar. Desta forma, o governo Municipal doou um terreno no então Bairro Guarany, e o governo estadual iniciou a construção do prédio em 1939, sendo que a execução das obras foi feita pela empresa Barcellos & Cia Ltda, como inscrito na placa que marca a construção do edifício.

Figura 3: Correspondência enviada por Dr. Coelho de Souza ao Prefeito Dante Marcucci, 1939.

Fonte: Correspondências do Grupo escolar Emilio Meyer – 1938-1939
(AHMJSA)

¹⁰ Correspondência expedida pelo Prefeito de Caxias do Sul, Dante Marcucci, ao então Secretário da Educação, Dr. Coelho Souza, em 17 de dezembro de 1938 (AHMJSA).

O projeto fazia parte de diretrizes estabelecidas pelo governo federal, alinhadas com a ideologia política, e deveriam planejar ambientes como “sala de espera, administração, biblioteca, museu didático, sala para trabalhos manuais, sala para consultório médico, sala para atendimento odontológico, salão para solenidades e banheiro” (CABRAL; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020, p.7). Estes modelos de escolas idealizados no governo de Getúlio Vargas possuíam linhas geométricas características da Art Déco, sustentando o conceito de eficiência, funcionalidade e economia (SEGAWA, 1997). Desta forma, mesmo em diferentes localizações, o projeto modelo permitia que os edifícios mantivessem características semelhantes em suas formas. O projeto do Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer e o Grupo Escolar Frei Caneca fazem parte de um conjunto de 49 prédios escolares com tipologia padrão estabelecidos em zonas urbanas dos municípios ou distritos¹¹.

Algumas características deste projeto podem ser verificadas a partir da Figura 4, um painel desenvolvido a partir de imagens do Grupo Escolar onde se apresentam os volumes geométricos, a fachada com janela em arco, formas retas e pouca ornamentação, localização de esquina:

¹¹ Em sua dissertação, Lisiê Kremer Cabral debruça-se sobre a questão das escolas em características *Art Déco* no Estado do Rio Grande do Sul, sendo importante salientar o seguinte trecho: “Conforme mencionado anteriormente, o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, em seu livro *Denúncia* publicado em 1941, coloca que seriam construídas 49 escolas de tipologia padrão com capacidade para atender de 150 a 750 alunos. Essas Instituições seriam implementadas em distintas cidades do estado de acordo com a necessidade e demanda” (CABRAL, 2020, p.99)

Figura 4: Painel com imagens do Grupo Escolar Emilio Meyer.



Fonte: a) Imagem do Acervo Digital AHMJSa; b) imagem retirada do Facebook do Colégio Estadual Henrique Emilio Meyer; c) imagem retirada do acervo de Costa e Stumpp (2013).

A construção do edifício do Grupo escolar Emilio Meyer trazia a comunidade um senso de desenvolvimento, como manifestado no Decreto nº 96 de 19 de agosto de 1939¹²: “considerando que naquele local está sendo construído imponente edifício destinado ao Grupo Escolar Emilio Meyer, o qual virá a cooperar para maior desenvolvimento da mesma zona”. O mesmo acontecia nas comunicações do Jornal A Época, que se referia ao edifício como imponente, reflexo de progresso e civismo do município.

O ideal republicano destes projetos escolares passava pelo ideário de afirmação de uma identidade nacional: o Dr. Coelho de Souza, Secretário da

¹² Decreto que dá numeração e denominação a diversas ruas e quadras da cidade.

Educação do estado, utilizou o projeto destas escolas públicas com o objetivo de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes (WERLE, 2014). Os projetos destes grupos escolares, junto com a campanha de nacionalização e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, foram ações que o governo instituiu junto aos locais com elevado número de imigrantes europeus. Como se apresenta no trecho abaixo:

Mas esse espírito nacionalista está bem evidenciado. Caxias, graças á sua patriótica ação governamental, e toda a região colonial italiana, graças a orientação do eminente D. José Baréa, que se antecipou ás próprias leis de nacionalização, constituem hoje um padrão de civismo para todo o paiz. (Jornal A ÉPOCA, 20 de agosto de 1939).

A arquitetura, o currículo escolar, a cultura escolar e a sua materialidade funcionaram aos propósitos de investida do governo em uma construção cada vez maior da identidade nacional e de brasilidade, por meio do patriotismo e progresso.

Considerações finais

A construção dos Grupos Escolares pautou a consagração da educação primária sob a perspectiva do positivismo; olhar para a arquitetura escolar como um vestígio da cultura material da década de 1940 permitiu pensar a partir da perspectiva histórica e local em que estes Grupos Escolares se estabeleceram e da importância que os mesmos tiveram para as comunidades da época, que muitas vezes se caracterizavam como uma ruptura, entre o novo e o velho.

É perceptível por meio das fontes utilizadas para análise que estas construções tornavam presente na sociedade da época a representação de modernidade e desenvolvimento dos municípios, assim como a presente afirmação da importância da educação para a formação do cidadão brasileiro. A este cidadão brasileiro não cabe nenhuma língua que não seja a portuguesa,

que desta forma, os Grupos Escolares teriam em seu papel o fortalecimento da Campanha de Nacionalização e da obrigatoriedade da língua pátria.

O projeto modelar padrão do Grupo Escolar Frei Caneca e Grupo Escolar Emilio Meyer faz parte de uma proposta do Governo do Estado em estabelecer um conjunto de Grupos Escolares semelhantes em todo o estado, pautados na urgência de instaurar por meio de símbolos ideológicos, aqui presentes na materialidade dos prédios, a organização e o patriotismo necessários para a construção da identidade nacional entre os imigrantes e seus filhos.

A construção de 49 grupos, com similitude arquitetônica, se apresenta em diferentes localidades e regiões do Estado, como por exemplo em Veranópolis, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Guaíba, Jaguarão, Pelotas, Bom Jesus e tantas outras. Os prédios escolares, se constituíram como estruturas ligadas aos processos ideológicos e políticos que marcaram o período, sendo eles responsáveis pela difusão de seus ideais em diferentes etapas da vida escolar, como pelo enaltecimento em rituais ligados a festividade, cerimônias, desfiles, datas cívicas e outros.

O Grupo Escolar Frei Caneca e o Grupo Escolar Emilio Meyer, com sua imponência, projetados a partir de um projeto modelar padrão de arquitetura *Art Decó*, estabelecidos nas zonas urbanas dos municípios e alterando a paisagem local, fazem parte de uma proposta do Governo do Estado em estabelecer um conjunto de construções com grandes semelhanças em várias cidades, pautados na urgência de instaurar por meio de símbolos ideológicos, aqui presentes na materialidade dos prédios, a organização e o patriotismo necessários para a construção da identidade nacional entre os imigrantes e seus filhos.

Pode-se afirmar que a padronização dos prédios escolares potencializa o apelo à uma ideia progressista, relacionando educação e desenvolvimento por meio da edificação escolar da época, caracterizando uma identidade cultural, por meio das construções ligadas à modernidade e ao desenvolvimento nacional, condicionada às movimentações políticas do período em questão, o Estado Novo.

Referências

- AZEVEDO, Tales de, 1994. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**/ Thales de Azevedo; síntese biográfica do autor por Fernando Sales; prefácio de Guilhermino César.- 2.ed.- Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA; Elomar Callegaro. **A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul**. In: QUADROS, Claudemir de Org.). Uma gota amarga itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2014, p. 71-118
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)**. *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.
- BENCOSTA, M. L. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. Histórias e memórias da educação no Brasil, v. III: Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas: 1893 - 1971**. São Carlos: EDUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.
- CABRAL, Lisiê Kremer. **Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do estado Novo (1930-1950)**. 2020. 207 f. **Dissertação** (Mestrado em arquitetura) - Universidade Federal de Pelotas, PROGRAU, Pelotas, 2020.
- CABRAL, Lisiê Kremer; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; CORDEIRO, José Henrique Carlucio. A identificação e documentação das escolas padrão Art Déco no Rio Grande do Sul. **Revista Jatobá**, Goiânia, 2020, v.2, e-65651.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.
- CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 55-69, julho/dezembro 2008.

COSTA, Ana Elísia da; STUMPP, Monika Maria. Janelas “modernas”: materialidade das berturas na arquitetura moderna de Caxias do Sul. **Norma e Licença na Arquitetura Moderna do Cone Sul Americano**. Porto Alegre, março de 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENDES, Maria Cristina. **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FORMOLO, Marisa V. Dalla Vecchia; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 114, p. 179-195, nov. 2001.

QUADROS, Claudemir de. Estado novo e nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: a população e a educação como um problema de governo. **Anais do XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos (CIEIA) 17 a 19 de outubro de 2017**.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da universidade de SP, acadêmica 21, 1997. 224 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, Bibiana. A campanha de nacionalização e sua memória no alto do Taquari (RS). 2014. 178 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, Porto Alegre, 2014.

A participação da mulher serrana no desenvolvimento rural de São Francisco de Paula-RS

Amanda Scalcon Bittencourt¹

Introdução

Cabe ao historiador, mostrar diferentes maneiras de ver situações do nosso cotidiano e acontecimentos do passado, temos em vista de que a História em si não muda, ela repete seu ciclo de tempos em tempos com outros personagens. Nosso ofício requer humildade de coração e a abertura da mente, isto é indispensável para que possamos compreender a História, a qual tem como uma de suas principais funções, mostrar a trajetória da humanidade, não deixando valores, tradições e crenças se perderem com o tempo.

Quando se fala em desenvolvimento rural a primeira coisa que vem à mente são extensas propriedades, produtoras de gado ou de alimentos e que em sua maioria, são administradas ou dirigidas por homens. O setor Rural é uma área que está em constante crescimento e não envolve apenas as questões de agronegócios e de grandes produtores rurais. Muitas famílias conseguem ter uma renda através do turismo rural, o qual por sua vez, é próprio de pequenas comunidades rurais descendentes de imigrantes, as quais vêm tendo uma maior visibilidade a âmbito estadual.

O desenvolvimento rural na região serrana do Rio Grande do Sul, mais especificadamente no município de São Francisco de Paula, se deu a partir da chegada dos imigrantes em nosso estado e da sua colonização. Indo mais fundo no assunto, vemos que nas comunidades italianas da serra gaúcha, muitas famílias conseguiram ter melhores condições de vida, através da produção de uvas e vinhos de forma artesanal, onde posteriormente tiveram a iniciativa de se unirem e criarem cooperativas nessas áreas. Já os agricultores

¹ Historiadora (FACCAT), Mestranda em Desenvolvimento Regional do PPGDR-FACCAT (Taquara-RS) amandabittencourt@sou.faccat.br

familiares, os quais são peça fundamental para o desenvolvimento rural e agrícola e, principalmente, para fornecerem os alimentos que são revendidos na CEASA e vai parar na mesa da população gaúcha ou da brasileira, além de produzirem seu próprio alimento.

Desta forma, a pesquisa procura percorrer a trajetória destas práticas na região serrana de São Francisco de Paula, aprofundando o debate sobre os processos que caracterizam essas práticas culturais, realizadas por moradores da comunidade. Através deste debate, buscamos relacionar as categorias de gênero, etnia e produtores, procurando melhor compreender como o Desenvolvimento Rural vem sendo realizado e quais os sentidos e a importância do papel da mulher para o crescimento desse setor tão importante.

O presente artigo tem como objetivo, analisar a participação da mulher serrana no que diz respeito ao âmbito rural da região, os principais setores em que atua e as principais atividades que desenvolvem, além de fazer uma breve análise sobre os pontos positivos e negativos encontrados pelas mulheres no desenvolvimento rural da região.

Estudar sobre as mulheres e sua inserção nos principais setores do desenvolvimento rural da localidade do Rincão dos Kroeff, distrito da cidade de São Francisco de Paula, localizado na serra gaúcha, se faz necessário, não apenas por aprofundar-se no que tange o setor rural, mas também por tratar-se de uma localidade de imigrantes italianos que tiveram essa prática inserida já com a chegada dos primeiros imigrantes que ali se estabeleceram e já trouxeram consigo o amor e as técnicas para os diversos tipos de plantio, como uma herança de pai para filho ou até de avô/ avó para neto (a).

Tendo como ponto de partida os saberes desenvolvidos, aprimorados e mantidos e a inserção das mulheres no meio rural, que nossa pesquisa insere-se, desta forma, vindo a perceber suas memórias, construções históricas e principalmente as contribuições que deram para a formação da sociedade em qual estão inseridas. Ao termos as práticas e participação fundamental das mulheres na produção rural como as principais fontes de pesquisa, devemos tratar as memórias dessas pessoas de forma fundamental e com tal

importância, da mesma forma que o historiador trata as fontes e os fatos históricos.

A imigração italiana na serra gaúcha

Os imigrantes italianos, chegados ao Rio Grande do Sul a partir de 1875 para dar início à colonização agrícola do nordeste e do centro do Estado, haviam saído de um país recentemente unificado, no qual a construção de uma identidade nacional ainda estava em curso. Aqui, no contato com outras etnias, abandonaram a identificação coletiva que os ligava às aldeias de origem em favor de uma identidade étnica italiana.

Desde o início da colonização, esses colonos estavam privados de toda a assistência religiosa, pediam que sacerdotes fossem viver no meio deles (alguns padres italianos que aqui chegaram vieram para atender aos pedidos insistentes e algumas vezes até dramáticos que os imigrantes faziam. Desta forma partilhando de sua vida e guardando viva em seus corações a fé e o respeito a todos os seus entes queridos que já haviam partido, através do culto aos mortos, assim, os sacerdotes lhes trazia muitas lembranças de sua pátria, a Itália, que por vez estava tão distante deles.

Os imigrantes italianos que estavam chegando ao nosso estado, vieram em busca de uma melhora em sua perspectiva de vida tanto social quanto financeira, saíram da sua terra natal onde já viviam na sua maioria em condições um tanto precárias, passavam por grandes necessidades. Ao chegarem ao Brasil e se estabelecerem no Rio Grande do Sul na serra gaúcha, os recém-chegados imigrantes tiveram que se adaptar a uma nova realidade. construir suas habitações, abrir caminhos e manter suas tradições que trouxeram em suas malas juntamente com poucas peças de roupas, algumas fotografias, mudas de vinhedo e muitos conhecimentos e histórias para contar em sua lembrança.

Conhecer e produzir uma história capaz de apreender as diferentes instâncias da realidade de comunidades rurais, sem incorrer em equívocos de uma historiografia convencional, reconhece-se a necessidade de inserção na dinâmica cultural da comunidade para compreender a participação dos sujeitos nos processos históricos. (Montenegro, 2004, p. 68)

Falar sobre questões que estão relacionadas ao que se pode chamar de “cultura popular” é algo que se faz necessário, tanto pelo fato de que destaca características de uma dada população, aglomerado de pessoas ou povo, que desenvolveram técnicas e fazeres que se propague por todo um tempo. Desta forma, sofrendo adaptações que chegam aos “nossos dias”, quanto por nos fazer compreender melhor quem realiza tais atividades, além de não deixar com que essas memórias sejam esquecidas com o passar dos anos.

São Francisco de paula e um pouco da sua história

Para que se possa compreender um pouco melhor a formação e a história na qual o Rincão dos Kroeff e São Francisco de Paula estão inseridos, devemos voltar no tempo, mais precisamente em meados de 1600, cerca de 300 anos antes das ondas imigratórias. O chamado “Município Mãe”, ou seja, o município que deu origem a formação dos demais, é Santo Antônio da Patrulha, que nos anos 1600 era conhecido como Guarda Velha. Este recebeu tal denominação devido a uma ordem da Coroa Portuguesa, para que fosse feita a instalação de uma guarda para controle da passagem de pessoas e animais, a qual foi uma das primeiras guardas do sul da colônia.

Durante muito tempo o gado era levado pelo litoral, costeando até Laguna em Santa Catarina e depois por outro caminho até São Paulo, como o movimento das tropas era grande e o tempo que se levava era demorado devido ao longo caminho. Essa intensa movimentação fez com que por volta de 1731, o caminho para as tropas fosse melhorado, assim surgindo uma nova rota.

Essa rota que havia sofrido melhorias ia da Guarda Velha, passando pela Serra Geral (atual Serra do Umbu), seguindo por dentro do atual

município de São Francisco de Paula, mais precisamente pela Avenida Júlio de Castilhos (há um monumento aos tropeiros nesse local). Seguiu pela atual ERS 020, passando por Vacaria dos Pinhais (atual município de Vacaria) e indo até Santa Catarina. Onde posteriormente eram enviados para São Paulo ou Minas Gerais.

Essa região também foi chamada de “Caminho dos Tropeiros” e “Serra Velha” e sempre teve grande importância para a Coroa. Por ali transitavam as tropas de gado e cavalos, entre outros animais, que eram de grande importância devido ao seu uso na região de São Paulo e Minas Gerais nas atividades mineradoras.

Devido a essa intensa movimentação, não demorou muito para que fossem surgindo povoados e gente interessada em adquirir as Sesmarias aos redores dessa via. Pedro da Silva Chaves foi o Capitão que comprou as terras onde atualmente é o município de São Francisco de Paula. Como o mesmo era muito devoto ao santo São Francisco de Paula, doou o terreno e algumas cabeças de gado para que fosse construída a igreja e assim entronizou o santo.

Em 1835 o lugar ficou conhecido como Capela de Cima da Serra, anteriormente era chamado de Povoador de Cima da Serra e em 1856, pela lei provincial nº 226, em 30 de novembro, a localidade de Capela de Cima da Serra foi elevada a Freguesia de Cima da Serra, mas ainda pertencia a Santo Antônio da Patrulha. No ano de 1878, foi elevada a categoria de Vila, ficando denominado de São Francisco de Paula de Cima da Serra, dez (10) anos depois em 1889, através da lei nº 1.750 foi mandada sua extinção e anexação ao Município de Taquara do Mundo Novo. Porém, em dezembro do mesmo ano, o estado revogou a lei através do ato nº 26. Já em 1892, novamente o município é anexado a Taquara através do ato nº 302 e pelo decreto nº 563 de 23 de dezembro de 1892, definitivamente São Francisco de Paula foi estabelecido como município. Após uma trajetória um tanto quanto conturbada, o município de São Francisco de Paula atualmente é chamado carinhosamente de “São Chico” pelo seu povo.

Rincão dos Kroeff: uma localidade de imigrantes e descendentes italianos, fundada por imigrantes alemães

Sabendo-se que anteriormente aos anos de 1871, a Alemanha como país não existia, mas sim reinos, entre os quais podemos destacar Prússia, Boêmia, Áustria e Bavária. Entre os anos de 1821 e 1871 as guerras Napoleônicas (1821), Socialistas (1848) e as de Unificação (1871), trouxeram fome, devastação e morte, além das altas taxas de impostos, a escassez de terras, o serviço militar obrigatório e as famílias numerosas tornavam a vida das pessoas praticamente impossíveis de serem vividas com um mínimo de dignidade.

Outra grande influência foi a Revolução Industrial, que devido à mecanização intensiva tiravam o emprego de muitos camponeses, que haviam saído de suas localidades em busca de uma melhor vida. Essas mudanças e o processo de colonização e ocupação do território brasileiro, o qual estava sendo feitas propagandas grandiosas, onde falavam de um novo País, farto em território, árvores das mais diversas frutas e matas para serem derrubadas. Assim dando lugar as lavouras, despertaram o interesse de cerca de 200 mil pessoas, as quais saíram da Alemanha em busca de uma vida melhor.

Dentre tantos imigrantes, quem teve grande importância para a localidade foi Jacob Kroeff e sua família, que ao chegarem ao território brasileiro, passaram por uma espécie de quarentena, onde os oficiais responsáveis certificavam-se de que os imigrantes recém-chegados não portavam nenhum tipo de doença. Jacob Kroeff Filho, foi o mais interessado em seguir os passos do pai nos negócios, começou a trabalhar como açougueiro e logo fundou o seu próprio matadouro. Ao ver que seus negócios estavam prosperando, em janeiro de 1914 Jacob Kroeff Filho passou a comprar terras no alto da serra gaúcha, que na época era chamado de São Francisco de Cima da Serra. Atualmente a grande maioria das terras por ele adquiridas compõe a localidade do Rincão dos Kroeff e o restante compõe a localidade do Potreiro Velho.

Por ter sido um homem de destaque no meio social em que estava inserido, esteve sempre envolvido na política, era um cidadão de respeito e com grandes posses. Fez doações consideráveis para a igreja, para que assim pudessem ser construídos cemitérios e capelas. Sempre buscou ajudar a comunidade e os recém-chegados no que podia, além de seu nome ser encontrado em registros sobre a Guerra dos Mucker no morro Ferrabrás em Sapiranga.

O contexto histórico e o papel da mulher no decorrer dos anos

Por um longo período a mulher viveu na escuridão da história, vivendo praticamente trancada e limitada ao ambiente doméstico, não era vista como participante ou construtora da história e passava despercebida pelos acontecimentos e fatos, não opinava e tão pouco decidia. Na maioria das vezes, “elas mesmas, mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, por muito tempo desprezaram a importância da sua história” (PINSKY, 2007, p.10) e permaneceram ocultas por alguns séculos, passando como espectadoras pelos acontecimentos.

Qualquer historiador, ou jornalista-historiador, está na posição do “grande homem” nietzscheano, potencial criador do passado a ser lembrado e estudado, e de pertinentes “momentos decisivos”. A História é um campo mutante, indefinido, como definiu Nietzsche na conclusão do aforismo já citado: “Não há como ver o que ainda se tornará história.” Talvez o passado esteja ainda essencialmente por descobrir! Tantas forças retroativas são ainda necessárias. (GRIJÓ, 2004, p. 247).

Primeiramente, as mulheres viviam longe do espaço público, “o único que, por muito tempo merecia interesse e relato” (PERROT, 2007, p.16), passavam seus dias dentro de casa, se dedicando aos seus cuidados e afazeres, assim não eram vistas pela sociedade e, portanto não precisavam ser citadas,

eram invisíveis e estavam “destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução” (PERROT, 2007, p.16).

Michelle Perrot destaca a falta de fontes registradas por elas, isso devido aos poucos vestígios diretos, materiais e escritos devido ao acesso tardio a escrita e muito do que se perdeu foram praticamente apagados por elas, pois acreditavam ser desinteressantes. “Afim, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito” (PERROT, 2007, p. 17), perderam-se assim, muitas informações precisas que possibilitariam uma melhor compreensão sobre o assunto.

Com o decorrer das décadas, os historiadores passam a ser cativados pelo assunto “mulheres”, surgindo à necessidade de se pesquisar e escrever sobre sua história, buscar saber como pensavam, viam ou sentiam, uma tentativa de desvendá-las. É importante destacar que o interesse pela história das mulheres teve seu despertar em 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde a “mulher” passa a ser objeto de estudo nas áreas das ciências humanas e na história particular. Já nos anos 1970, a mulher passa a ser analisada nas questões que a ligam a família, a natalidade, o casamento, colocando-as como sujeitos da história, sendo agora sua presença percebida nos estudos realizados por Philippe Ariès (1977), Georges Duby (1981) e Michel Foucault (1976).

Os fatores sociológicos também foram responsáveis pela maior participação das mulheres na história. Foi através do acesso ao ensino universitário, onde por tanto tempo foram indesejáveis, que a mulher passa a receber mais destaque e popularidade. Pois, começa a dominar um espaço anteriormente destinado e predominado por homens. Diferentemente do que aprendemos na escola, a questão de gênero vai além dos sinônimos utilizados para diferenciar o sexo feminino do masculino. “Gênero tem sido, desde a década de 70, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual” (SOIHET, 1997, p.63), sendo utilizada inicialmente por feministas americanas na tentativa de acentuar as diferenças baseadas no sexo.

Estudiosos utilizam o conceito de gênero para fazer “referência a uma construção cultural: é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas diferenças sexuais” (PINSKY, 2009, p.31). A própria sociedade acaba interferindo nestas diferenças sexuais, estabelecendo padrões e características que definem os comportamentos e personalidades ideais e condizentes com cada sexo.

O que há são construções sociais e culturais que fazem que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas, enquanto as mulheres são reservadas as posições menos privilegiadas. (SILVA, 2005, p.168).

O “gênero trata da construção social da diferença sexual” (PINSKY, 2009, p.32), é o que se entende sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, o que é feminino e masculino, os papéis desempenhados por cada um e o papel de ambos.

Ao abordar qualquer tema de gênero, necessariamente observamos uma relação. As investigações sobre a História das Mulheres ou a condição feminina em uma determinada época, por exemplo, necessariamente remetem ao estudo do papel dos homens ou das representações da masculinidade. Um “lado” só pode ser compreendido se comparado com o outro e, mais do que isso, num movimento de interação. E, se o feminino existe relacionado ao masculino, qualquer definição ou redefinição de um deve levar em conta o outro. (PINSKY, 2009, p.34).

O masculino e o feminino são gêneros diferentes, com características e limitações próprias, mas que se completam, se moldam um ao outro, para compreender um, é preciso conhecer e compreender o outro. Freud já afirmava que “os homens e as mulheres são mais ou menos espelhos uns dos outros” (GONÇALVES, 2006, p. 72).

Embora a questão de gênero por vezes seja focada no ponto sexual, o gênero também interage em outros aspectos da sociedade como a classe social

e os status familiares, permitindo compreender as diferenças nas relações sociais como um todo e não somente a relação entre homens e mulheres. Pesquisas feitas por historiadores demonstraram que:

As concepções de gênero afetam as relações entre pessoas e grupos de pessoas não só quando se trata de relacionamento entre mulheres e homens. Estão presentes, por exemplo, nas instituições militares, no trato entre pai e filho, entre mulheres e mulheres (como mãe e filha, senhora e escrava, professoras e alunas). Estão presentes também nas ocupações profissionais, nas políticas públicas, nas artes, nos discursos científicos e filosóficos, nas ideias de cidadania. (PINSKY, 2009, p.36).

O gênero também pode ser utilizado para responder as questões de etnias e raças, em que uma se julga soberana a outra, temos como exemplo deste fenômeno na história os nazistas, que creditavam na superioridade alemã e buscaram eliminar as supostas raças inferiores, buscando demonstrar desta maneira a “concepção de gênero para legitimar as relações de poder” (PINSKY, 2009, p.37).

Entendemos que estas relações de poder muitas vezes também são utilizadas para explicar a discriminação do gênero, como a distribuição de renda diferente entre as classes de pessoas e acessos a conhecimentos e tecnologia, pois só uma minoria tem esta oportunidade. Assim são qualificadas como pessoas melhores ou mais poderosas, superiores a quem não compartilha da mesma possibilidade, portanto exercendo relações de superioridade e poder sobre elas.

A ideia da discriminação de gênero pode ser constatada na obra de Peter Burke, onde ele apresenta o gênero feminino e sua participação na escrita da História como que quase completamente “invisíveis” para os historiadores. Ele afirma que boa parte do trabalho desempenhado pela mulher “não foi registrada nos documentos oficiais” (BURKE, 2002, p.77) porque estas pesquisas e trabalhos eram encomendados e realizados por homens, portanto sem a necessidade de perpetuar os feitos femininos.

Somente com os movimentos feministas as mulheres passaram a ser vistas com outros olhos, como autora, participante dos assuntos históricos e como possibilidade de contribuição para a escrita da história das gerações passadas “a história a partir da base, a história da mulher oferece nova perspectiva sobre o passado, cujas consequências ainda não foram estimadas” (BURKE, 2002, p.76).

Burke (2002) afirma ainda, que existe muito a ser pesquisado pelos historiadores baseados na participação histórica das mulheres, que se sentem e se apresentam como esquecidas. Deixadas de lado por muito tempo na trajetória da construção da historiografia, elas têm muito a relatar para compensar o longo período de esquecimento e desprezo.

A mulher imigrante e a sua participação social

Este estudo procurou percorrer a trajetória dessas mulheres nas comunidades ítalo-brasileiras, aprofundando o debate – a partir dos registros da oralidade – sobre os processos que caracterizam estas práticas culturais, além de mostrar o papel que essas mulheres exerceram para serem responsáveis por auxiliar no desenvolvimento regional.

As mulheres imigrantes italianas no sul do Brasil ficaram, durante muitos anos, em segundo plano na historiografia regional e estadual. Porém, o que poucos sabem, é que elas foram e ainda são responsáveis pelo desenvolvimento do comércio de muitas cidades da região serrana do Rio Grande do Sul e pelo sustento de sua família. Esse seu trabalho e a participação direta fizeram com que o papel social das mulheres, como o das imigrantes e de suas descendentes no sul do Brasil, ganhasse visibilidade, principalmente no que diz respeito à construção de sua identidade.

Percebe-se que nas comunidades italianas da serra gaúcha, o papel exercido pela mulher italiana ia muito além dos afazeres domésticos. Essas mulheres trabalhavam nas plantações da família, cuidavam dos filhos, algumas contra a vontade da família trabalhavam no comércio, abrindo suas

mercearias, lojas de secos e molhados. Além daquelas que seguiam a profissão de professor e inovavam na área, tendo que aprender a lidar com uma sociedade que tinha preconceito com as mulheres que exerciam profissão fora do lar.

Essas mulheres italianas e ítalo-sul-rio-grandenses tiveram que superar obstáculos que eram impostos por suas famílias patriarcais, que lhes impunham valores e modelos a serem seguidos, principalmente do comportamento que deviam seguir tanto referente à sua vestimenta, quanto a forma de relacionamento com os homens.

As mulheres imigrantes italianas viviam em uma sociedade que valorizava a vida familiar e o ambiente doméstico. As moças eram criadas e ensinadas desde sua infância para estarem preparadas e aptas para cumprirem o importante papel de esposas e mães, enquanto os pais estavam trabalhando nas plantações, as moças deveriam tomar conta da casa, cuidando dos irmãos mais novos e realizando todas as prendas domésticas. Essas moças deveriam seguir um rígido padrão de comportamento exigido e ditado pela sociedade, aos quais as famílias desempenhavam papel fundamental, pois seriam as responsáveis por manter o controle sobre as atitudes e comportamentos dessas jovens imigrantes, que deveriam ser exemplares e submissas ao marido ou ao pai.

As imigrantes italianas e suas descendentes tinham seu projeto de vida baseado em constituir uma família, casando-se com um bom homem, onde na maioria das vezes esse matrimônio era arranjado pela família ou em servirem a vida religiosa, onde os pais mandavam a filha para conventos. Esses imigrantes acreditavam ser uma dívida divina que eles tinham com Deus, e aos olhos da pequena sociedade de imigrantes italianos na Serra Gaúcha em São Francisco de Paula, tornava-se um status social ter uma filha ou filho servindo a Deus.

Nem todas as mulheres imigrantes seguiram à risca o que lhes era imposto, algumas fugiram do convento, outras assim como seus pais, irmãos e maridos, queriam trabalhar nas plantações, para assim ajudarem no sustento

da casa, ainda havia as que benziavam e mantinham essa herança que receberam de seus antepassados.

O contexto rural e a participação das mulheres

Ao longo do estudo sobre as mulheres na localidade do Rincão dos Kroeff em São Francisco de Paula-RS, foi possível verificar claramente que algumas famílias são matriarcais. Além de realizarem todos os trabalhos domésticos, a maioria das mulheres exerce importante papel no campo e nas plantações, desde o plantio de batata até mesmo a colheita do pinhão, o fruto das araucárias, que tem grande importância para o desenvolvimento da região serrana.

Sempre é importante enfatizar que São Francisco de Paula é o município que tem o maior índice de produção de pinhão do Rio Grande do Sul. Isso fez com que tanto a cidade quanto os produtores rurais tenham um lucro considerável através da sua venda, até mesmo no mês de junho ocorrendo a já conhecida Festa do Pinhão.

Para que fosse possível a realização desta pesquisa, foram entrevistadas duas mulheres da localidade do Rincão dos Kroeff - São Francisco de Paula-RS, mas ao total é possível encontrar cerca de vinte mulheres com idade entre 20 e 70 anos que exercem o ofício de produtoras rurais. E, também, tem aquelas que exercem essa função, mas, em plantios menores, considerados apenas para consumo familiar.

“A mulher é a peça fundamental para o bom desenvolvimento da Agricultura e do Rural, aqui no Rincão e em São Francisco principalmente. A mulher é mais delicada, cuidadosa, além de cuidar da casa e dos filhos, a gente vai pra lavoura, planta, colhe, ajuda a carregar caminhão, a mulher é bem mais dedicada e cansa menos e olha que a gente pega no pesado igual eles...” (Sr^a S. M. agricultora e professora aposentada);

As mulheres sempre tiveram papel fundamental na comunidade do Rincão dos Kroeff, desde o início de sua formação com a chegada dos

primeiros moradores, até os dias atuais. Sua participação ocorreu e ainda ocorre das mais diversas formas, desde seu papel no cotidiano doméstico, sendo provedora da família, cuidando dos serviços domésticos e da criação dos filhos, até sua lida no campo, com todo o seu cuidado e amor ao trabalhar nas plantações.

Figura 1 – O papel desempenhado pelas mulheres rurais



Fonte: autores

No campo, as mulheres representam em média 43% da força de trabalho e um quarto da população mundial no meio rural. Essa participação da mulher é de extrema importância, justamente, por ser por meio da construção de um sindicalismo. Com a participação efetiva da mulher que se dará a garantia nas relações de gênero, na igualdade de oportunidades e direitos, sendo fundamental no combate a violência e o machismo na sociedade, além da colaboração para o desenvolvimento rural e no plantio.

A mulher tem papel fundamental e uma visão mais aguçada para o reaproveitamento, assim evitando o desperdício excessivo do que é cultivado. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), aponta que se as mulheres agricultoras tivessem o mesmo tipo de acesso que os homens, a produção nos países em desenvolvimento aumentaria 4%, e ainda, seria possível reduzir em 17% o número de desnutridos, o que representa aproximadamente 150 milhões de pessoas.

“Tem quem não valoriza nós mulheres como realmente merecemos, quando a gente é pequena aprende que tem que cuidar da casa e dos filhos, enquanto o marido trabalha... Mas eu

por exemplo, sempre trabalhei na roça, na agricultura, plantando, colhendo, estudava e depois ia plantar. Pra gente que tem pouco estudo é uma maneira de ajudar no sustento, sempre ajudei o marido, até hoje, vou e dirijo os caminhão até a entrada do Rincão, onde troco o carregado e pego o vazio e assim a gente vai indo... assim a gente pode ajudar nos estudos dos guri...” (N.L agricultora);

Durante anos as pessoas têm mantido enraizadas em seu pensamento, que trabalhar na agricultura é algo apenas para pessoas “burras”, que tem pouco estudo ou que não sabem fazer outra coisa, podemos ver isso nas conversas com os moradores do Rincão dos Kroeff e até mesmo com quem mora na cidade. Muitos almejam sair do local para estudar, assim abrindo novos horizontes e tem quem volte e aplique ali todos os conhecimentos que foram adquiridos, assim dando maior visibilidade para a agricultura local, mudanças essas perceptíveis no setor da agricultura, sempre em evolução.

O Rincão dos Kroeff sempre foi muito importante para o desenvolvimento da região serrana do Rio Grande do Sul, principalmente no que tange à agricultura. Em meados da década de 1970, a localidade foi considerada uma das maiores produtora agrícola da região serrana, sendo responsável pelo fornecimento diário de verduras e legumes para a CEASA e de grande quantidade de gado para o estado.

Considerações finais

As mulheres merecem respeito e total valorização, pois independente de qual a área que estão atuando, elas sempre foram peça fundamental, dando leveza, amor e muito empenho em tudo o que fazem. Desde sempre, **a presença da mulher no campo é importante**, mas foi recentemente que o devido reconhecimento está sendo dado a elas.

A luta pelos direitos das mulheres, principalmente do campo, ainda é longa. Para a Contraf Brasil (Central Única dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), essa pauta é permanente. Na maioria das vezes a mulher não tem

sua participação devidamente valorizada, não nos referindo apenas ao meio rural, mas em todos os outros setores em que atua arduamente, porém, ainda em pleno século XXI fica escondida a sombra dos homens.

Muitos não sabem, mas há muitas mulheres que tomam a frente de grandes fazendas produtoras de alimentos. Além de plantar e colher, elas são responsáveis pela venda dos seus produtos, fazendo uso de novas tecnologias e principalmente das redes sociais, atuando em todo o processo, até chegar ao produto final e, assim, destacando o quão importante é o trabalho e responsabilidade da mulher para o rural.

Desde sua fundação, o Rincão dos Kroeff sempre teve a participação assídua das mulheres no trabalho rural em quase todos os estabelecimentos rurais. E, mesmo com o passar dos anos, com a chegada do desenvolvimento moderno e da tecnologia agrícola nos municípios da região serrana, as mulheres continuaram tendo grande participação no trabalho. O agronegócio também tem sido gerenciado por mulheres em muitos estabelecimentos rurais.

Entre idas e vindas e uma rotina cansativa, as mulheres aos poucos vão ocupando um espaço maior e mostrando ainda mais a sua importância para cada área em que atuam. Durante séculos, as mulheres estavam fadadas apenas aos cuidados do lar e a “procriar”, com o passar dos anos e as inúmeras lutas feministas, conseguiam novas conquistas, novos setores que conseguiam participar, novos paradigmas quebrados e a esperança de tempos melhores, tanto para si quanto para as futuras gerações.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz Junior. História a arte de inventar o passado- Ensaio de teoria da história, Bauru- SP, EDUSC , 2007.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural:** um manual de metodologia. Brasília: ABEAS, 1989.

AZEVEDO, T. de. 1975. Italianos e gaúchos:os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 310 p.

AZEVEDO, T. de. 1979. Pesquisa sobre a imigração italiana. In: T. de AZEVEDO, **Imigração italiana: estudos**. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, 279 p.

BAGLI, P. **Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição**. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAPTISTA, F. O. **O Rural depois da Agricultura. In: Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa: M2 - Artes Gráficas, 2006. p. 85 - 105.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 51-68 (“A história, os homens e o tempo”).

BUFFÃO, Marcio Paffrath. Muito prazer! Eu me chamo... Rincão dos Kroeff. Mais do que uma História, uma lembrança, São Francisco de Paula- RS, Evangraf, 2011.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Brasília: 2003.

CONSTANTINO, N.S. de. 1991. O italiano da esquina: imigrantes na sociedade Porto-Alegrense. Porto Alegre, EST, 180 p.

GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs). **Capítulos de História do RS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização- Legislação de 1747-1915**. Caxias do Sul, EDUCS, 2001. 864p.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Poder- A palavra oficial sobre os Imigrantes Italianos no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 2010. 263p.

MOREIRA, R. J. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MULHER É A VERDADEIRA PROTAGONISTA DO CAMPO E DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. **CONTRAF Brasil**. Brasília – DF, 15/10/2018; Disponível em: <https://www.contrafbrasil.org.br/noticias/mulher-e-a-verdadeira-protagonista-do-campo-e-da-producao-de-alimentos-d317/>. Acesso em 18/04/2021 às 14:42.
PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469 – 509.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação *In*: PERROT, Michelle (Org.). **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p.09 – 11.

PRIORE, Maria Del. **Histórias íntimas, sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Rachel, MATOS, Maria Izilda. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

Os imigrantes haitianos e sua relação com o mercado laboral da região sul do Brasil

Natalia Fioravanso Vieira Brizola
Universidade de Passo Fundo

Introdução

“Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. [...] Foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir; é ele que, quando termina, faz morrer o imigrante” (SAYAD, 1998, p. 54-55).

A partir da afirmação de Sayad (1998), pretende-se instigar a reflexão e o debate acerca da inserção de imigrantes – especialmente haitianos – no mercado laboral do sul do Brasil, tendo como foco local o município de Marau, região norte do Rio Grande do Sul. O presente estudo propõe uma investigação das causas e circunstâncias em que ocorre a diáspora haitiana para o Brasil a partir de 2010 e o consequente ingresso e adaptação desses imigrantes, assim como um mapeamento das vagas de trabalho ocupadas e das relações estabelecidas com a sociedade local. A fim de atender aos questionamentos que se apresentam à problemática inerente aos processos migratórios em geral e mais ainda às questões de adaptação e inserção, fez-se o uso de referenciais bibliográficos científicos, de pesquisadores variados, contemplando estudos realizados em regiões distintas, porém enfatizando os dados e as considerações com foco na região sul do Brasil. Foram pesquisados dados quantitativos em sites de órgãos governamentais oficiais, como o

SINCRE, CONARE e OBMigra¹, por exemplo. Essas referências são essenciais para compreender a realidade estabelecida a partir das inserções consequentes do processo migratório. Além disso, foram realizadas entrevistas com imigrantes, órgãos e entidades que prestam apoio a esse contingente da população e também a sociedade civil.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados de forma mais totalizante, faz-se necessária, inicialmente, uma contextualização sobre a história do Haiti, sua independência e período posterior até as catástrofes naturais que o vitimaram, as quais culminaram com a migração de um número expressivo de haitianos para alguns países, dentre eles o Brasil. Conhecendo um pouco as causas e circunstâncias, torna-se possível analisar o processo migratório e seus efeitos na sociedade de destino sob várias perspectivas. Apresenta-se, também, um panorama das atividades laborais exercidas pelos imigrantes na nova pátria e o modo como buscam conquistar sua autonomia e reconhecimento da sociedade, através da educação e trabalho, almejando melhores condições de sobrevivência e estruturação para suas famílias.

Embora constitua um estudo da área de Ciências Humanas (dissertação de mestrado em História), acredita-se que a abrangência dos referenciais e resultados apresentados – qualitativos e quantitativos - possam contribuir para outros vieses de pesquisas e práticas que incluem educação, arte e cultura, assistência social e saúde, como também áreas ligadas ao desenvolvimento econômico das sociedades, uma vez que as migrações estão intrinsecamente ligadas a esse aspecto, reiterando a afirmação de Sayad (1998) que inicia o presente artigo.

¹ SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros; CONARE - Conselho Nacional de Refugiados; OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais.

Haiti e sua história de resistência e busca pela sobrevivência

O Haiti é um país pertencente à América Central, mais precisamente à região caribenha e, juntamente com a República Dominicana, sua fronteira oriental, compõem a Ilha de Hispaniola, ponto de encontro de placas tectônicas², o que torna o país muito suscetível a abalos sísmicos e outros desastres naturais. De acordo com dados do IBGE³, o Haiti é um país com, aproximadamente, 11 milhões de pessoas, sendo composto por uma população 95% negra. Os idiomas oficiais são francês e o crioulo e a economia pouco desenvolvida do país está baseada no setor primário.

A colonização do Haiti iniciou por volta de 1670, pelos franceses, que transformaram o território de Saint-Domingue na principal colônia francesa das Américas, uma das mais ricas do mundo: “a Pérola das Antilhas” (SEITENFUS, 2014, p. 24). Cultivava-se cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escrava africana e segundo a BBC (2019), em 1789, o Haiti era responsável pela produção de 75% da cana-de-açúcar exportada para todo o mundo⁴. No entanto, muitos eram os maus-tratos sofridos pelos escravos, fazendo com que a expectativa de vida dos africanos escravizados girasse em torno de 21 anos. Assim, influenciados pela Revolução Francesa, os escravos começaram a questionar-se sobre a aplicação da Declaração dos Direitos Humanos do Homem sobre eles. Foram 12 longos anos de batalhas até tornarem-se escravos libertos e conquistando a independência do país em 1804, constituindo, assim, a primeira república negra das Américas, porém, deixando a maior parte da população sem condições de recomeçar sua vida.

² São imensos blocos sólidos que sustentam os continentes e os oceanos. Com o movimento do magma incandescente do interior da Terra, as placas se aproximam e se afastam, causando os terremotos e os tsunamis.

³ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2019.

⁴ A reportagem “A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência” foi publicada em 06/01/2019 (BBC NEWS, 2019).

Uma das características mais notórias da população haitiana, ao longo de sua história, é a capacidade de resistir. Foram muitos os golpes políticos e sociais sofridos, desde a sua independência até a definitiva implantação da democracia, representada pelas eleições de 1990. O desenvolvimento político do Haiti sempre se deu de forma violenta, baseado na cultura opressora, em que os interesses particulares prevaleciam sobre o senso comum. As instituições haitianas, quando existiam, eram muito enfraquecidas, uma vez que “o chefe supremo se preocupava mais com a permanência de sua autoridade do que com o bem-estar da população” (CORBELLINI, 2009, p. 56). Ademais, os anos de luta e resistência do povo haitiano contra a repressão e as invasões estrangeiras geraram outra consequência para a nação: a imagem negativa a seu respeito difundida mundialmente, sofrendo boicotes e embargos econômicos por diversos países do mundo.

Além disso, duas catástrofes naturais destruíram o país. Em 2010⁵, o país foi atingido por um terremoto de magnitude 7 na escala Richter, destruindo grande parte das edificações de Porto Príncipe. O país, que já se encontrava em situação de pobreza extrema, teve sua capital praticamente destruída. Conforme Cotinguiba (2019), o abalo sísmico deixou mais de 200 mil mortos e mais de um milhão de desabrigados. Em 2016, antes mesmo que estivesse recuperado, o país foi atingido pelo Furacão Matthew, caracterizado como a maior tempestade caribenha em nove anos. Dados informam que mais de um milhão de pessoas foram afetadas e mais de 800 mortas. Embora não tenha atingido a capital haitiana, o sul e o sudoeste do país foram amplamente prejudicados (GLOBO.COM, 2016).

Pelos fatos mencionados, justifica-se a grande migração de haitianos para outros países, observada a partir da segunda década do século XXI. Segundo Ribeiro (2015), até 2014, estimava-se que dois milhões de haitianos estivessem fora do seu país. Cabe salientar que, no decorrer da história, os

⁵ Reportagem do Correio do Povo (2017).

fluxos migratórios eram em torno de fatores naturais ou de guerras e, com o tempo, passaram também a ser pela busca de melhores condições de vida, incluindo aspectos políticos, econômicos e sociais. Cotinguiba (2019, p. 30) afirma que “as migrações se tornaram reflexos de projetos individuais ou coletivos”. Nesse contexto, a partir de 2010, muitos haitianos partiram de seu país, tendo o Brasil como o principal escolhido, conforme relatos dos próprios imigrantes, pela oferta de trabalho. Alia-se a isso o fato de o Brasil ter liderado por quase 15 anos a MINUSTAH⁶, a qual propagou a imagem do Brasil como um país com vasta oferta de trabalho. É ele, o trabalho, “a base da condição material da vida social das pessoas, pois a alimentação, os estudos, as viagens fazem parte do universo econômico das trocas numa sociedade que impõe valor venal sobre elas” (COTINGUIBA, 2019, p. 30). O Ministério das Relações Exteriores, citado por Moraes, Andrade e Mattos (2013), comparou historicamente a migração de haitianos para o Brasil com a de italianos e de japoneses, durante os primeiros anos da República.

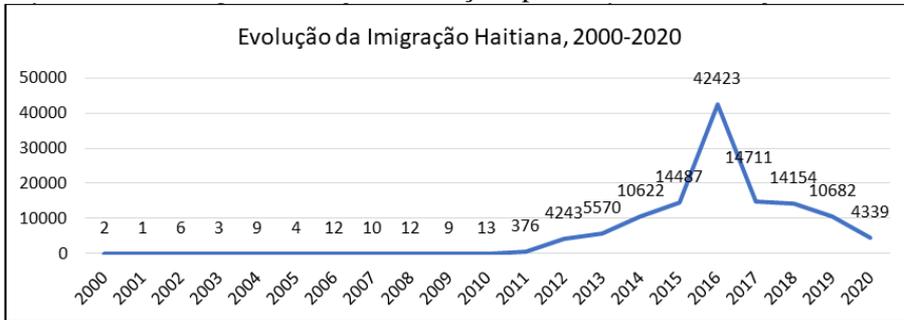
Os haitianos em solo brasileiro: inserção laboral e social

Não se tem a pretensão, neste artigo, de fazer um levantamento estatístico baseado em indicadores. Tampouco, procura-se estabelecer um comparativo entre culturas ou fazer um julgamento sobre a conduta ou questões comportamentais dos haitianos, mas sim conhecer a forma e em que circunstâncias estes imigrantes adentraram em terras brasileiras, fornecendo uma noção do contingente e demanda inserida. De acordo com Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), os haitianos foram a quinta nacionalidade em importância no volume de estrangeiros registrados pelo SINCRE, entre 2000 e

⁶ MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, vigente de 2004 a 2017, seguida pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), de 2017 a 2019.

2014, sendo verificado um considerável aumento entre 2012 e 2016, conforme demonstra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Evolução da imigração haitiana para o Brasil de 2000 a 2020, conforme autorizações permanentes



Fonte: Reeditado a partir de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 34), com complementação de dados a partir de Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2019-2020).

A partir de 2010, especialmente nos anos de 2013 e 2014, o Brasil se preparava para sediar a Copa do Mundo de Futebol e, com isso, várias obras de infraestrutura e de construção civil estavam em andamento, como estádios e acessos de estradas e rodovias. Esse ramo de atividade atraiu e empregou um número significativo de imigrantes que adentraram no Brasil nesse período. As atividades laborais são desempenhadas, em sua maioria absoluta, por imigrantes do sexo masculino. Esse aspecto pode demonstrar uma preocupação inicial em estabelecer-se no país, para somente depois trazerem suas famílias. Ao se examinar os dados apresentados, constata-se que há um grande aumento da imigração até o ano de 2016; já em 2017 esse número diminuiu consideravelmente. É relevante salientar, porém, que o aumento considerável em 2016 não representa novos ingressos no país. Outrossim, corresponde aos imigrantes que já se encontravam aqui desde 2010, mas que só tiveram sua situação migratória regularizada no referido ano (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019). Constata-se, a partir dessa análise, que a imigração haitiana no Brasil teve seu ápice até 2016 e a partir de então, não apresentou a mesma

intensidade. Ainda, é possível questionar se, a partir de 2016, o Brasil já não mais representasse uma alternativa tão segura de migração como outrora, a ponto dos imigrantes deslocarem-se com suas famílias.

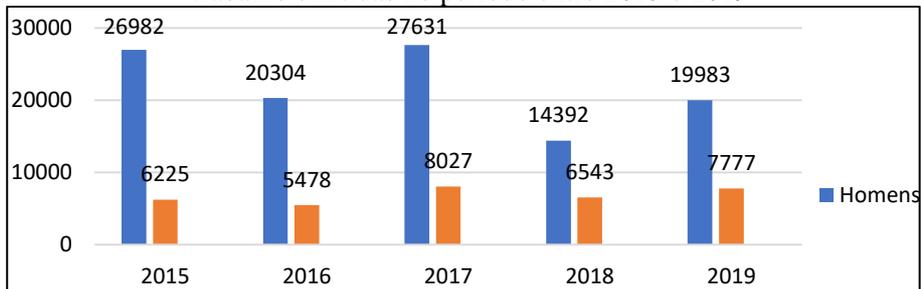
Comumente, comete-se o equívoco de sintetizar os imigrantes haitianos a uma única categoria, pelo fato de compartilharem da mesma origem. Todavia, as pessoas que compõem o fluxo migratório do Haiti não podem ser reduzidas às características comuns. São indivíduos de perfil heterogêneo, uma vez que provém de regiões diferentes do país, como também percorrem caminhos distintos para chegar ao Brasil. Apenas para exemplificar essa constatação, a grande maioria dos imigrantes haitianos fala a língua materna – o *Kreyòl*, já os que tiveram acesso à educação formal, segundo Granada e Pinheiro (2018), falam francês e inglês. Ainda, os ingressantes no Brasil pela tríplice fronteira arriscam também o *portunhol*. Para muitos haitianos, estar em outro país é um sonho, uma vez que qualquer país em que o *dyáspora* se encontre, pode ser considerado rico se comparado a sua nação de origem. Esse conceito de riqueza se confirma por aqueles que já trabalham no Brasil e conseguem viajar, enviar dinheiro, levar presentes ou até trazer a família.

O mercado de trabalho no sul do Brasil

De acordo com Macêdo (2019), após ingressarem no Brasil e permanecerem algum tempo nas cidades fronteiriças até a obtenção dos vistos humanitários, os imigrantes foram enviados a São Paulo ou para a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a fim de trabalharem na agroindústria (de abate de frangos) e construção civil, sendo que, a nível nacional, a primeira constitui a principal atividade laboral exercida pelas mulheres imigrantes e a segunda, pelos homens (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019). A grande maioria dos imigrantes com vínculo empregatício encontra-se na faixa de 20 a 40 anos, ou seja, na idade em que a produtividade é maior, mais uma vez comprovando o objetivo da migração para o Brasil em busca de oportunidades de trabalho. Buscando dados

específicos da Região Sul, apurou-se que esse mapeamento não difere do nacional, sendo a maior concentração observada em Santa Catarina, segundo dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019). Ainda, os municípios que empregaram maior número de imigrantes haitianos no período foram, em ordem: Curitiba (PR), Chapecó (SC), Cascavel (PR), Itajaí (SC), Balneário Camboriú (SC), Caxias do Sul (RS), Maringá (PR), Pato Branco (PR), Porto Alegre (RS), Garibaldi (RS) e Encantado (RS). Conforme Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), a Região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - abriga 55% dos imigrantes haitianos com registro formal de trabalho no Brasil.

Gráfico 2 - Imigrantes haitianos com vínculo de trabalho formal/carteiras de trabalho emitidas no período entre 2015 e 2019

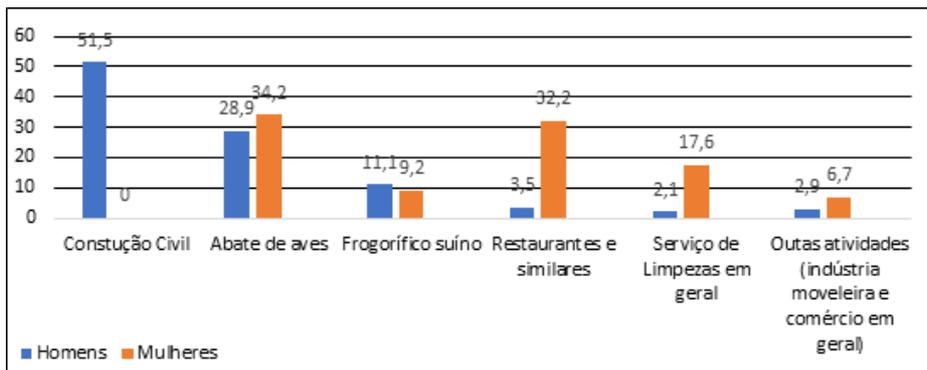


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2018, 2019 e 2020).

Convém explicar que os dados expressos no Gráfico 2 consistem números aproximados, uma vez que nos próprios relatórios oficiais existem algumas variações, sendo necessário um cálculo quantitativo para elaboração dos gráficos deste estudo. Além disso, o número de carteiras de trabalho emitidas para as mulheres imigrantes em 2018 e 2019, não necessariamente, corresponde à empregabilidade formal. De qualquer forma, o panorama traçado possibilita algumas considerações a respeito dos vínculos de trabalho estabelecidos pelos imigrantes haitianos em território brasileiro. A primeira,

como já mencionada, é a evidência do principal objetivo da diáspora ser em busca de trabalho. A segunda, é que a crise econômica brasileira de 2015-2016 também teve reflexo no número de empregos dos imigrantes. Uma terceira consideração, devido à redução na proporção entre homens e mulheres na ocupação de postos de empregos formais é que, como também já afirmado, os homens migraram primeiro e, quando estabelecidos, trouxeram suas famílias. Além dos homens imigrantes exercerem trabalhos formais no país de destino, também as mulheres se inseriram no mercado laboral, diferentemente do que é observado no Haiti, comprovando a afirmação de alguns autores de que as mulheres migrantes apresentam maior taxa de atividades econômicas no local de destino do que no de origem (RIBEIRO; FERNANDES; MOTA-SANTOS, 2019). Conforme Tedesco (2010), “a presença de mulheres estrangeiras em trabalhos domésticos favorece a progressiva entrada de mulheres autóctones no mercado de trabalho” (TEDESCO, 2010, p. 06).

Gráfico 3: Percentual das atividades laborais exercidas por imigrantes haitianos no Brasil do, por sexo, de 2011 a 2014



Fonte: Elaborado a partir de dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019).

Observa-se que mais da metade dos imigrantes do sexo masculino, de fato, ocuparam postos no ramo de atividade da construção civil, no período de

2011 a 2014. Em segundo lugar, inseriram-se na agroindústria, especificamente no abate de aves, bem como em frigoríficos suínos. Já os dados sobre as mulheres imigrantes haitianas no período em questão informam que o maior número delas desenvolveu atividades de abate de aves, seguindo-se de vagas em restaurantes e áreas afins, embora a diferença percentual entre ambos não seja muito expressiva. Destaca-se, ainda, uma considerável parcela de imigrantes do sexo feminino ocupando postos de trabalho na limpeza de prédios e domicílios (19,6%). Cabe esclarecer que nas atividades sem registro quantitativo não foram encontrados índices. A partir de 2015, no entanto, é observada um diferença no panorama das atividades desempenhadas pelas mulheres imigrantes haitianas.

Tabela 1 - Comparativo entre trabalhos formais desenvolvidos por mulheres imigrantes haitianas entre os anos de 2014 e 2019

Segmento de atividade	2014	2019
Abate de aves/suíños	1170	3131
Limpeza de prédios/domicílios/espços públicos	452	3009
Restaurantes e Similares	893	1492
Comércio em geral	182	*
Outros	*	3634

Fonte: Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019); Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020).

Em 2014, o frigorífico de abates era o principal empregador das mulheres haitianas, permanecendo no topo da lista em 2019; porém a grande diferença é observada no ramo das atividades relacionadas à limpeza que, de 2014 para 2019, apresentou um aumento significativo, quase igualando-se à primeira. Em terceiro lugar, permanecem as atividades laborais em

restaurantes ou ligadas à alimentação. Além dos empregos formais, tem-se conhecimento sobre algumas atividades desenvolvidas informalmente pelas mulheres haitianas no ramo da beleza, como é o caso das trançistas⁷.

Nos estados sulinos, poucas são as variações a respeito do ramo de atividades laborais exercidas pelos imigrantes haitianos. Nos três estados predomina o trabalho exercido junto à agroindústria – especificamente de abate de aves – seguido pelas atividades relacionadas à construção civil, as quais predominam a nível nacional. Ainda sobre os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes haitianos no Brasil, destaca-se o aumento do índice percentual destes em relação a outras nacionalidades de imigrantes no período de 2013 a 2019. De acordo com Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), de 13,6% do total de imigrantes com vínculo formal de trabalho em 2013, os haitianos passaram a 25,1% em 2016 e 35,8% em 2019. Nenhuma outra nacionalidade apontada teve um crescimento tão exponencial no período considerado. Apenas imigrantes venezuelanos apresentaram um crescimento expressivo no mesmo intervalo, de, aproximadamente, 1 a 2% em 2013 a 2016 para 12% em 2019. Também, de acordo com os autores, imigrantes haitianos apresentam a mão de obra mais barata dentre as 43 nacionalidades imigrantes no Brasil analisadas em 2019, com um rendimento médio aproximado de R\$ 1.650,00/mês, seguidos dos congolese, senegaleses e ganeses, com R\$ 1.800,00, R\$ 1.940,00 e R\$ 1.950,00 reais/mês, respectivamente (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020). Uma das hipóteses sugeridas para tais fatos é de que, justamente pela situação econômica no Haiti ser ainda pior do que essa, acabam por ter sua mão de obra barata explorada e pouco valorizada. Dessa forma, por não terem melhores opções, acabam aceitando as vagas que lhes são oferecidas. Essa realidade se torna ainda mais agravada pelas questões raciais e dificuldades linguísticas.

⁷ São as mulheres especializadas na confecção de tranças afro-étnicas em cabelos, nas mais diferentes variações. As tranças são comumente visualizadas em mulheres negras ou afrodescendentes.

Pode-se concluir, mediante a abordagem feita no que tange às atividades econômicas desempenhadas pelos imigrantes haitianos no período em estudo, que os postos de trabalhos ofertados a esse contingente humano são, geralmente, as funções que demandam maior carga horária, trabalho mais árduo se comparado a outros afazeres, com remuneração mais baixa e, por conseguinte, empregos menos disputados pela população. Outrossim, evidencia-se a busca por melhores condições de vida, não somente o que concerne às questões trabalhistas e profissionais, haja visto que os imigrantes aceitam o cumprimento desses trabalhos, mesmo que, por vezes, tenham graduação para postos mais elevados, com a finalidade de permanecer no país de destino.

A barreira linguística na busca de emprego e o preconceito enfrentado

Uma das principais dificuldades encontradas pelos imigrantes na nova pátria, conforme seus próprios depoimentos, é a comunicação através da língua. Aqueles que ingressaram no Brasil pela tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia arriscavam um “portunhol”, mas os que vieram direto de Porto-Príncipe, em sua grande maioria, só falavam crioulo. “Independentemente da natureza das dificuldades encontradas, a língua é o principal elemento mediador, sendo, portanto, elemento essencial ao sujeito e um instrumento de inserção e integração social” (PETRY; SOUZA, 2020, p. 86).

Conforme Sá e Silva (2016), o imigrante, ao mesmo tempo em que é aceito, é rejeitado. Há uma “exclusão velada” (grifo do autor) por trás das vagas de emprego destinadas aos imigrantes, por conta da dificuldade de comunicação e por fatores que complementam ainda mais essa exclusão, como a discriminação racial e a marginalização econômica a que estão sujeitos, residindo em áreas periféricas e, em alguns casos, atuando em posições aquém de sua qualificação trazida do Haiti. O trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, “não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o mercado de trabalho para

imigrantes lhe atribui” (SAYAD, 1998, p. 55). De acordo com Araújo et al. (2019, p. 13), as imagens negativas sobre a população haitiana eram reforçadas pela imprensa: “um país pobre que produz uma população pobre” e que, desde a sua independência, é visto como uma ameaça mundial aos grandes países colonizadores. Essa imagem pejorativa e negativa do Haiti e de seus descendentes perdura até a atualidade.

O haitiano chega ao Brasil com a ideia de que o país é uma “democracia racial” (grifo da autora), no entanto, encontra o oposto do que imagina: “uma democracia mascarada por um racismo velado na sociedade” (PACHI, 2020, p. 08). A rejeição da sociedade local para com o imigrante pode se acentuar à medida da constatação de que, de acordo com Granada e Pinheiro (2018), os imigrantes, de modo geral, ocupam os postos de trabalho que, normalmente, não são preferidos pela população local, fato que dificulta a luta por melhores remunerações e condições de trabalho, uma vez que existe mão de obra disposta a se submeter às condições estabelecidas.

Conforme afirma Ribeiro (2015), a rotatividade de imigrantes haitianos nos postos de emprego é relativamente alta, pois alguns buscam maior reconhecimento e remuneração, ou conforme relatos, “não se adaptam às empresas que os empregam” (GRANADA; PINHEIRO, 2018, p. 151). Em contraponto a essa afirmação, os autores trazem a avaliação realizada pela UNESCO⁸, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013), pela qual a experiência de trabalho com os haitianos no Vale do Taquari (RS) foi considerada exemplo de educação em direitos humanos. O critério pontuado foi a permanência dos imigrantes na empresa empregadora. Mais uma vez, evidencia-se a heterogenia do fluxo migratório haitiano no Brasil.

⁸ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul
V Simpósio Internacional XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro

Os imigrantes no cenário econômico do município de Marau-RS

Marau é considerado um município de pequeno porte, com pouco mais de 40 mil habitantes, situado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, caracterizado pelo desenvolvimento industrial, com a presença de grandes empresas - como BRF, METASA, GSI e Fuga Couros - e consequente geração de empregos, fato que atrai novos habitantes – inclusive os imigrantes haitianos - ano após ano.

Em contato com a Pastoral da Acolhida, entidade fundada pela Igreja Católica, mas cujas atividades são conduzidas por voluntárias da sociedade civil, obteve-se a informação de que, no início de suas atividades, em 2016, em torno de 120 famílias haitianas residiam em Marau. Atualmente, em 2021, estima-se que mais de 500 famílias tenham passado pela Pastoral, no entanto não se tem dados quantitativos exatos sobre quantas ainda residem no município. As entrevistadas afirmam que os imigrantes haitianos se caracterizam, de forma geral, pela mobilidade, ou seja, não se fixam por muito tempo num mesmo lugar. Os primeiros chegaram em torno de 2011 e 2012, antes mesmo da existência da entidade. Segundo as informações colhidas, inicialmente, vieram os homens para só mais tarde trazerem as esposas e as famílias para o município, informação esta que coincide com o ocorrido em outras localidades, conforme já apresentado neste trabalho. A maior parte dos imigrantes haitianos no município, no entanto, é constituída por casais, na faixa etária compreendida entre 25 e 40 anos, evidenciando que a motivação da imigração haitiana para o município de Marau foi a busca por oportunidades de trabalho. Quase a totalidade dos imigrantes haitianos atendidos desempenha atividades laborais em indústria alimentícia e de abate de frangos ou suínos – inclusive em municípios vizinhos – ou indústria metalúrgica. Há, ainda, uns poucos atuando na construção civil ou em atividades de comércio ambulante e prestação de serviços. Um relato bem pontual da coordenadora para esta entrevista, refere-se à dificuldade dos imigrantes em adequar-se à exigência do trabalho: além da barreira óbvia da

comunicação, queixam-se de que “é muito trabalho, cansa muito, machuca as mãos”; outros dizem que “brasileiro não gosta de haitiano preto e por isso deixam os piores serviços”. Segundo a entrevistada, esse fato apenas demonstra que não estavam acostumados ao ritmo sulino, por este motivo alguns acabam por abdicar da vaga de emprego, motivando a migração para outras localidades (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Acrescenta, ainda, que “o preconceito não é tão explícito na sociedade marauense, embora alguns digam que os imigrantes vieram tirar os empregos dos naturais; muitas vezes o preconceito parte deles [os imigrantes] próprios”⁹ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020).

Os imigrantes recém-chegados na sociedade de destino acabam, por vezes, sendo subjugados mediante o costume laboral local sem, no entanto, considerar que “junto com o imigrante há um capital social composto de tradição do trabalho, de cultura, de relações e capacidade de se relacionar com contextos sociais diferentes” (TEDESCO, 2019, p. 334). As dinâmicas sociais atuam como “um encontro trágico, que nos obriga a compreender que os outros existem não como objetos possíveis da nossa satisfação, mas como sujeitos de seus desejos” (TEDESCO, 2010, p. 55). Nessa perspectiva, pode-se ainda acrescentar aos desejos do outro mencionados, suas peculiaridades: experiências, cultura, expectativas e *modus vivendi*; por consequência, esse outro – o estranho estrangeiro – permanece alheio ao grupo. Considerando-se esses aspectos no que tange às questões laborais, deduz-se que o estranhamento entre imigrantes e autóctones perfaz a diferença cultural entre os grupos, onde um não está acostumado ao ritmo de trabalho do outro, uma vez que as vagas oferecidas são para ambos (Pastoral da Acolhida, 2020).

Para Bernardi (2021)¹⁰, “conhecer a cultura deles ajuda bastante. Muitos não são persistentes. Tentamos arrumar emprego para um imigrante

⁹ Entrevista direta com uma voluntária.

¹⁰ Francisco Bernardi é professor, pesquisador histórico e membro da Pastoral da Acolhida. A entrevista foi realizada e publicizada pela emissora de rádio local Vang 145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul

em um supermercado e o proprietário nos informou que já havia contratado dez deles e que nenhum permanecera. Mesmo sem serem demitidos, eles desistem”. Não se pretende aqui realizar um juízo de valor comportamental, apenas considerar culturas diferentes.

Uma outra imigrante, Edith, funcionária de empresa do ramo alimentício, chegou com comprovante de que cursava Enfermagem no Haiti e como não conseguiu validá-lo no Brasil, foi em busca de fazer novamente a sua formação: matriculou-se no mesmo curso oferecido no Hospital da Cidade, em Passo Fundo- RS, município vizinho. Ela estudava à noite e trabalhava de madrugada e nunca largou seu primeiro emprego até conseguir uma oportunidade na sua área de formação. Hoje é funcionária do Hospital Cristo Redentor de Marau (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2021).

Conforme a entrevistada, Edith é um exemplo de força e perseverança. Pelo relato descrito, é notável a preocupação da imigrante em buscar melhores condições de sobrevivência, através da educação e do trabalho, confirmando o já mencionado no presente estudo.

Muita gente não aprova o trabalho que a gente vem fazendo, acha que é paternalismo, que eles vem aqui tirar o emprego. Mas as empresas locais buscam mão de obra em cidades vizinhas porque não tem aqui; empresas de fora vem todas as semanas fazer recrutamento de funcionários. Em 2010 ou 2011, uma empresa metalúrgica do município fretou um avião para trazer mão de obra haitiana de Manaus. Os imigrantes também giram a economia local, pois trabalham aqui e consomem no comércio daqui. Também tem a questão humanitária; eles não saíram de seu país como aventureiros, saíram por necessidade. Nós também, nossos antepassados foram imigrantes e passaram por situações muito parecidas. Eu gostaria de ve-los se socializando, porque eles vivem isoladamente. É isso que me parece estar

FM em sua rede social, em 13 de abril de 2021. Disponível em <https://www.facebook.com/watch/live/?v=230387315535684&ref=watch_permalink>

faltando e não deve ser só aqui em Marau: integrar esse pessoal à sociedade. Eles devem ter uma carência muito grande do convívio social (BERNARDI, 2021).

É preciso salientar, contudo, conforme afirma Geertz (2008), que a descrição da cultura de um povo é feita a partir das fórmulas que eles próprios utilizam para definir o que lhes acontece e, dependendo do narrador, poderá ter outra conotação. “Por definição, somente um nativo faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura” (GEERTZ, 2008, p. 11). Dessa forma, pode-se presumir que todo e qualquer relato será uma descrição de certo modo incompleta, uma vez que contempla apenas um ponto de vista, ou seja, o do narrador.

A aprendizagem da língua é fundamental para a inserção dos imigrantes na sociedade. Nesse sentido, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores realizada em 22 de fevereiro de 2021, foi indicado ao Poder Executivo a disponibilização de curso gratuito de português para imigrantes residentes do município de Marau¹¹. Conforme os anais da mencionada sessão legislativa, a Secretaria de Desenvolvimento Social está buscando parcerias não só para cursos gratuitos de português, mas também cursos profissionalizantes para inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, além de oficinas de arte e cultura.

Conclusões

Vários fatores contribuíram para que o Brasil fosse escolhido como um dos principais destinos do fluxo migratório haitiano: Missões de Paz, acordos de política externa, facilidades na obtenção de vistos e entrada nas fronteiras e, principalmente, a imagem divulgada de um país receptivo aos imigrantes,

¹¹ Indicação nº 008/2021, de autoria da vereadora Elisabete Dall’Aqua Alban, pronunciada na sessão ordinária de 22/02/2021.

com farta oferta de emprego. Genericamente, através da pesquisa bibliográfica realizada, os imigrantes, ao mesmo tempo em que são considerados como recursos econômicos pela sociedade de destino, também são vistos como ameaça, “uma interferência na sociedade” (TEDESCO, 2019, p. 319). A imagem em relação ao estrangeiro é geralmente construída numa visão negativa, daquele que é diferente, normalmente vindo de países empobrecidos e que são percebidos de fato pela sociedade, quando se tornam transgressores das normas e leis. O imigrante que convém, é aquele “apenas um pouco integrado na sociedade; se crescer a integração social pode se tornar empreendedor, galgar trabalhos de melhor qualificação, inserir-se em horizontes sindicais” (AMBROSINI, 2000, apud TEDESCO, 2019, p. 328). Assim, a sociedade, de certa forma, aceita o imigrante, desde que ele não se destaque positivamente nem ocupe postos de trabalho com maior prestígio, ou seja, que perpetue sua condição de subordinado e inferior em face de uma sociedade dominadora.

Ao que parece, todavia, nesta primeira percepção, é que existem instituições e entidades preocupadas com o bom acolhimento e inserção dessa parcela da sociedade nas atividades locais. Da mesma forma, observa-se que os imigrantes procuram maneiras de se estabelecer no município, através da procura por emprego, moradia e assistência humanitária. Os haitianos, com certeza, não chegam para roubar o espaço de ninguém, tampouco as vagas de trabalho, mas buscam encontrar oportunidades que em seu país de origem lhes seriam muito mais inacessíveis. Assim como a sociedade de destino pode e deve habituar-se com a presença dos imigrantes em seu meio, uma vez que esses, na modernidade, se fazem cada vez mais notados, também os imigrantes podem e devem buscar a sua inserção, através do trabalho e educação, conquistando o seu espaço e o merecido reconhecimento e respeito.

Referências:

BBC News. **A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve que pagar por sua independência**. 2019. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAU. **Anais das sessões ordinárias**. Disponível em <<http://www.cvmarau.com.br/em-pauta/anais-do-legislativo>>. Acesso em Acesso em 16 mar. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T.; MÂCEDO, Marília (Org.). Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

CORBELLINI, Mariana D. **Haiti: Da crise à MINUSTAH**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CORREIO DO POVO. **Após 7 anos, Haiti ainda tenta se recuperar de terremoto**. 2017. Disponível em:

<<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/ap%C3%B3s-7-anos-haiti-ainda-tenta-se-recuperar-de-terremoto-1.221392>>. Acesso em: 30 out. 2020.

COTINGUIBA, Geraldo C. **Aletranje: a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano – o Brasil como uma nova baz**. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLOBO.COM. **Forte furacão atinge o Haiti e obriga moradores do litoral a buscar abrigo**. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/chegada-do-furacao-matthew-provoca-fuga-de-haitianos.html>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

GRANADA, Daniel; PINHEIRO, Fernanda S. Migrações contemporâneas: relações de trabalho e direitos humanos no caso dos haitianos no sul do Brasil. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). **Migrações e Direitos Humanos – Problemática Socioambiental**. Lajeado: Editora da Univates, 2018. p. 149-156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Países*. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/haiti>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MACÊDO, Marília F. R. de. **A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

PETRY, Roberta M.; SOUZA, Jéssica C. de. Rodas de Conversa: a língua para o acolhimento do sujeito migrante. In: REDIN, Giuliana (Org.). **Migrações Internacionais (recurso eletrônico)** – Experiências e Desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020. p. 86-102.

RIBEIRO, Carolina da F. B. **Migração Haitiana para o Brasil** – processo de fixação e adaptação: uma questão de gênero (2013-2014). Belo Horizonte: PUC-MG, 2015

RIBEIRO, Carolina; FERNANDES, Duval; MOTA-SANTOS, Carolina. Inserção no Mercado de Trabalho Brasileiro por Haitianos: Uma Perspectiva de Gênero. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 126-145, 2019.

SÁ, Patrícia R. C. de; SILVA, Filipe R. Desafios à Inclusão dos Imigrantes Haitianos na Sociedade Brasileira. Belo Horizonte: PUC-MG, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014.

TEDESCO, João C. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. **Fazendo Gênero 9** - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1274892674_ARQUIVO_artigofazendogenero.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

_____. Interculturalidade e Inserção Laboral: estratégias e contraposições da presença de senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João C. (org.). **Imigração Senegalesa: Múltiplas Dimensões**. Vol. II. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T. de. Os Imigrantes Haitianos no Brasil: Formas de entrada, permanência e registros. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). **A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região e no distrito federal**. V. 3. 2019. p. 24-39. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/A_imigra%C3%A7%C3%A3o_Haitiana_no_Brasil_Character%C3%ADsticas_Demogr%C3%A1ficas_na_regi%C3%A3o_Sul_e_no_Distrito_Federal.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020

Imigrantes italianos e a intrusão de terras no Rio Grande do Sul (1889-1930)

Rosane Marcia Neumann

Pós-Doutorado em História

Professora Visitante FURG/ Pós-doutoranda PUCRS

Introdução

Na Primeira República a imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul foi direcionada à colônia Guaporé, fundada em 1892, no Planalto da Serra Geral, sob a responsabilidade da Comissão de Terras e Colonização de Guaporé (CTC) e, a partir de 1907, da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. O afluxo de imigrantes italianos à colônia foi superior à disponibilidade de lotes coloniais demarcados pela CTC-Guaporé, desequilibrando a demanda-oferta. Na indisponibilidade de lotes demarcados, o imigrante italiano viu-se na condição de intruso, sob a ótica da legislação do Estado, ao se estabelecer em terras públicas e/ou privadas, sem o título de propriedade/escritura.

Nesse contexto, objetiva-se estudar o imigrante italiano na/à margem da colônia Guaporé, na condição de intruso, situando seu papel social e seu espaço territorial. Parte-se da premissa de que o imigrante italiano se tornou intruso sob três circunstâncias: uma, ao ser alocado pelo Estado em terras públicas indivisas, sendo “esquecido” pelo poder público, como na Colônia Chimarrão; outra, ao se estabelecer em terras públicas e aguardar a regularização dos lotes pelo Estado, processo emperrado pela ausência de documentos, como no núcleo Vanini; e, ainda, a intrusão como estratégia de acesso à propriedade da terra, com o propósito de obter a concessão de um lote do Estado a preço abaixo daquele praticado no mercado, como Marau e outras áreas isoladas (NEUMANN, 2016a; 2017).

Como metodologia, utiliza-se a análise qualitativa e exaustiva da documentação e revisão bibliográfica, em diálogo com a micro história. A fonte de estudo é a documentação produzida pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado e pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Portanto, infere-se que o acesso à propriedade da terra pelo imigrante italiano estava no centro da prática da intrusão. O Estado foi um dos responsáveis por colocar o imigrante na condição de intruso, ao não regularizar seu lote colonial e, o imigrante, por sua vez, observando a política de terras, percebeu na intrusão uma estratégia para ter acesso à propriedade da terra, dispendendo menos capital.

Estado, colonos e intrusos

A regulamentação do acesso e propriedade da terra no Brasil foi definida na Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras, regulamentada pelo Ato Adicional em 1854, que tinha por propósito desenvolver a pequena propriedade agrícola sem, no entanto, destruir o latifúndio, bem como disciplinar o acesso e propriedade da terra. Por seu intermédio, procurou-se legalizar as terras, com a emissão do título de posse. O acesso à terra só seria possível por meio da compra – ou doação e herança. Nas duas últimas décadas do século XIX, considerável parcela dos proprietários requereu a medição judicial e o título de posse das terras que até então ocupavam de forma mansa e pacífica e com cultura efetiva. Todavia, os elevados custos para regulação das posses foi um forte incentivo para manter a posse precária, garantindo o acesso via cultivo e o reconhecimento dos limites da posse pelos pares, mantendo em muitos casos *habitus* antigos (MOTTA, 2001; MARTINS, 1973).

Contudo, a Lei de Terras contribuiu para delimitar e limitar a expansão indiscriminada da propriedade por parte dos posseiros, sesmeiros, proprietários e latifundiários. Para Márcio Both da Silva (2015, p. 104), no decorrer de seus 39 anos de vigência, “o sucesso da Lei de Terras de 1850 não

está na sua execução, mas na forma como foi executada, nos seus efeitos e resultados, os quais estão aquém e vão além dela e do período em que esteve em vigência”. Ao observar a província do Rio Grande do Sul, Cristiano Christillino (2010) aponta para o crescimento do número de litígios envolvendo a posse da terra no pós-Lei de Terras, demandas essas julgadas pelo presidente da província. Nessas circunstâncias, prevaleciam as influências das redes sociais e políticas dos requerentes, especialmente quando se tratava de posses, para garantir êxito na sua demanda e garantia de sua propriedade.

A Lei de Terras também impactou na política de imigração e colonização conduzida pelo Império e por empreendimentos privados. A partir de então, colonizadoras e imigrantes pagariam pelo lote de terras. Na prática, o amparo legal serviu como um referencial para a seleção dos imigrantes, privilegiando a entrada daqueles que possuíam capital suficiente para a aquisição de terras.

No alvorecer da República, foi aprovada a Lei de 1900, pela qual ficou determinado que as posses anteriores a 15 de novembro de 1889 fossem legitimadas em um prazo de dois anos, comprovando a moradia efetiva e a sua exploração. Ainda, abria outras formas de acesso à terra, como o arrendamento, reconhecendo as posses feitas à revelia da Lei de Terras de 1850 e consagrava todos os atos contrários realizados desde então. Subsequente, foram emitidos vários decretos-lei, na instância federal e estadual, detalhando e conceituando terras devolutas, colônias, formas de acesso e manutenção da propriedade da terra, dívida colonial e intrusão. A legislação também passou aos Estados a propriedade das terras devolutas e sua gestão, bem como a responsabilidade pelas políticas de colonização (IOTTI, 2001).

No Rio Grande do Sul, ascendeu ao poder o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob a chefia de Júlio de Castilhos (1891; 1893-1898), sucedido na liderança e no governo por Borges de Medeiros (1898-1908; 1913-1928). O núcleo positivista do governo foi reforçado com Carlos Torres Gonçalves (1906-1928), ocupando a chefia da Diretoria de Terras e

Colonização (DTC). O núcleo duro republicano traçou as bases da política de terras, imigração e colonização, aliada a construção de vias de comunicação e a expansão da rede ferroviária. Adotou como política a verificação e legitimação das posses de terras, reavendo ao Estado as terras apropriadas de forma ilegal ou duvidosa, bem como a discriminação das terras devolutas e a sua posterior venda e colonização. Como base legal para sua atuação, emitiu o Regulamento de Terras e Colonização, em 4 de julho de 1900 (IOTTI, 2001).

Anterior ao Regulamento, pelo decreto N. 95, de 5 de março de 1897, foram criadas duas Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas, funcionando a primeira nos municípios de Santa Cruz, Rio Pardo, Santo Amaro e Estrela; e a segunda nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira. Uma terceira comissão foi criada em 6 de junho de 1900, abrangendo Vila Rica e Cachoeira. Essas comissões funcionaram até 1904, quando foram substituídas pelas Comissões de Terras e Colonização (CTC) (Mensagem, 1899; Mensagem, 1906; Relatório, 1900).

Nesse contexto, atendendo à demanda de trabalho, foi criada a CTC-Passo Fundo, pelo Decreto nº 1.090, de 17 de maio de 1907, assinado por Borges de Medeiros, abarcando o território de Passo Fundo, Guaporé e Lagoa Vermelha. O seu objetivo era “demarcar a área de terras devolutas doadas a colonos nacionais e estrangeiros, a título de compensação nos termos do Decreto n. 596 de 10 de fevereiro de 1902 e do Edital da Secretaria de Obras Públicas de 17 de janeiro de 1906” (IOTTI, 2001, p. 822).

Na ótica do governo estadual, expressa por Torres Gonçalves, a maioria das reclamações de títulos de propriedade existentes se baseavam em origens fraudulentas. Tais propriedades predominavam nos municípios de Santa Cruz, Lajeado, Passo Fundo, Guaporé e Soledade. Como medida intermediária e aplicável, a DTC defendia uma solução administrativa e não judicial, entendendo que esta última não era apropriada no contexto, assumindo a responsabilidade por resolver as questões de terra do Rio Grande do Sul. Os trâmites burocráticos para a legitimação de uma posse de terras envolviam vários documentos e, na maioria das vezes, demorava meses ou mesmo anos,

até o despacho final. O demandante dava início ao processo com a entrada na Comissão de Terras e Colonização, via requerimento, solicitando a verificação e legitimação de posse. Autorizada pela Diretoria de Terras e Colonização, esta efetuava o processo de verificação de posse para, posteriormente, proceder à medição, elaborar a planta e o cálculo analítico. Por fim, o então Presidente do Estado assinava e expedia o título de posse. É fato que o processo era, muitas vezes, atravessado pelos interesses e pelas pressões dos demandantes, bem como dos próprios funcionários, amarrados em uma rede de relações de poder e tráfico de influência.

A política de imigração e colonização funcionou como uma forma de legitimação e regularização da propriedade da terra no Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969; NEUMANN, 2016b). No território de Passo Fundo e arredores, havia extensas áreas de terras devolutas, somadas a sesmarias históricas e posses precárias aguardando a medição, títulos de propriedade duplicados, limites indefinidos etc. Em meio a esse caos legal, o Estado, via CTC-Passo Fundo, tinha por tarefa legitimar o latifúndio, retirar ou regularizar os posseiros e desembaraçar as terras para colonização. O avanço da frente de colonização e regularização da propriedade da terra afetou diretamente o lavrador nacional. A própria terminologia até então usada foi alterada, pois o termo posse e posseiro foram gradualmente substituídos pelos termos intrusão e intruso, agora criminalizados e passíveis de expulsão (IOTTI, 2001).

Segundo a DTC, a intrusão é “uma forma de perturbação da propriedade, circunscrita às terras de mato, e praticada raras vezes com intenção criminosa”. No seu entender, a intrusão teve origem no abandono em que estiveram, por um longo tempo, as terras devolutas, tornando-se hábito, com o passar dos anos, avolumando-se com o crescimento da população colonial, somado a outros fatores, como o movimento revolucionário (1893) e o estabelecimento da última corrente imigratória pela União (Relatório, 1919, p. 351-355). Os cálculos da DTC, no início do século XX, estimavam haver mais de 50.000 pessoas na condição de intrusos, a julgar pelas áreas ocupadas

e pela densidade da ocupação, em terras públicas e particulares. Como medida para resolver o problema da intrusão, o governo defendia a fixação dos nacionais e colonos na condição de intruso, via concessão de um lote de terras (Relatório, 1911).

Para lidar com os interesses diversos e muitas vezes conflitantes, a DTC valeu-se de um expediente de legitimidade e transparência, ao emitir e publicar editais públicos, chamando as partes interessadas para participar das verificações de posses e medições, somado a produção de relatórios e a publicação na imprensa das decisões governamentais. A partir de 1918, houve editais permitindo o despejo dos intrusos recentes, com a perda completa das benfeitorias. Aos intrusos mais antigos, a CTC demarcava a área ocupada até então para a agricultura, quando solicitado, podendo o ocupante adquiri-la pelo valor de mercado, acrescido de mais de 50%. O Edital Complementar de 30 de maio de 1919, para os casos de intrusão “em terras do domínio privado”, estabeleceu que o Estado só ampararia “os ocupantes estabelecidos anteriormente àqueles editais, o Governo do Estado deixará inteiramente expostos aos despejos que os respectivos proprietários promoverem” (Relatório, 1919, p. 351-355). Naquele momento, após duas décadas de trabalho, a população de intruso era estimada em “30.000 pessoas, de origens italiana e alemã, composta geralmente de bons agricultores” (Relatório, 1919, p. 28).

Embora a legislação apenas tenha tratado diretamente da intrusão no final da década de 1910, com a emissão de sucessivos editais, a legislação desde a Lei de Terras, já ampara a expulsão dos posseiros, ao limitar o acesso à terra por meio da compra, exigindo como documento probatório o título de legitimação de posse. Ainda, a escritura pública de compra e venda assegurava tratar-se de terras livres e desembaraçadas, argumento sempre retomado nos casos de despejo. Com as devidas ressalvas, a colonização representou o cercamento dos campos na região Norte do Estado, último reduto do lavrador nacional.

Imigrantes e colonos: os novos intrusos¹

O posseiro/intruso histórico do século XIX e início do século XX era o lavrador nacional, também apontado pela historiografia como caboclo. Trata-se muito mais de uma definição quanto ao seu modo de vida e sua condição social, do que uma qualificação étnica. De modo geral, esses sujeitos ocupavam uma pequena gleba de terras, sem o título de posse, praticando uma agricultura de subsistência, ou atividades sazonais, como o extrativismo da erva-mate. Em inúmeros casos, ocupavam áreas às margens do grande latifúndio, onde prestavam serviços como lavradores ou peões. Entretanto, a sua condição social de posseiro/caboclo mudava para proprietário, quando obtinha o título de posse da área ocupada.

No decorrer da atuação da CTC-Passo Fundo, esta registrou a presença de elevado número de colonos, de origem imigrante europeia – alemães, italianos, poloneses etc. –, na condição de intrusos, ou seja, ocupando áreas de terras sem o título de posse ou escritura pública. Inquiridos pelas autoridades, justificavam razões as mais diversas, desde terem sido esbulhados pelo proprietário anterior, que não forneceu escritura; terem sido enganados por especuladores e advogados; o desconhecimento da língua nacional e os trâmites burocráticos; até a simples ocupação em razão de pobreza extrema. Logo, a posição do imigrante/colono na condição de intruso revela, por um lado, a sua marginalização no acesso à propriedade de um lote colonial nas colônias, por falta de capital, visto que as áreas onde prevaleciam esses intrusos eram regiões à margem dos núcleos de colonização. Por outro lado, pode ser lido como uma estratégia desses sujeitos para ter acesso à posse da terra de modo facilitado, tendo em vista que o Estado reconhecia e respeitava as compras irregulares e, em caso de intrusão de terras públicas, não cobrava

¹ Alguns pontos discutidos nesse item foram publicados originalmente nos trabalhos Magro; Neumann (2018, p. 606-619) e Neumann (2016a; 2017).

indenização pelo tempo de exploração da terra. Tratava-se, então, de uma forma de sobrevivência estratégica para aquele contingente descapitalizado e pobre, cuja provisoriedade acabava perdurando por longo tempo, uma vez que o Estado demorou anos para regularizar as terras na região Norte. Outros utilizaram esse artifício como um investimento ou especulação, seguindo a prática de acesso à terra pública via posse, corrente no Estado.

Nesse universo de intrusão/intrusos na área de abrangência da CTC-Passo Fundo, selecionamos três casos distintos, com raízes na colônia italiana de Guaporé, os quais trazem à tona a atuação do poder público, a complexidade da região e a condição socioeconômica dos imigrantes/colonos.

No primeiro caso, o Estado foi o responsável por criar uma situação de intrusão, ao instalar um contingente de famílias de imigrantes italianos em terras devolutas indivisas, núcleo inicial da futura colônia Chimarrão. A colônia Chimarrão foi formada pelo governo do Estado em 1897, como um prolongamento das linhas 3ª a 10ª da colônia Alfredo Chaves (elevada a município em 1898, atual Veranópolis), situada entre o rio da Prata e o rio Turvo, no limite entre a zona de colonização italiana e os Campos de Cima da Serra de Lagoa Vermelha e Vacaria (Relatório, 1897). Contudo, os indícios apontam que as primeiras famílias de imigrantes italianos já se instalaram em 1892.²

Em 1897, a DTC apontava para a existência de cerca de 100 lotes de terras devolutas entre os rios Turvo e Prata, nas adjacências da colônia Alfredo Chaves, que deveriam ser divididos para o estabelecimento de imigrantes italianos, visto a escassez de lotes disponíveis nas colônias já demarcadas de Alfredo Chaves e Guaporé (Relatório, 1897). Já em 1898, a mesma DTC informava que havia uma extensa área de terras devolutas, sobre as quais se manifestavam “pretensões cobiçosas” e, por ordem de Borges de

² Protásio Alves. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/protasio-alves/historico>. Acesso em 15 fev. 2018.

Medeiros, presidente do Estado, foi determinada a ocupação, estabelecendo-se neles os imigrantes recém-chegados no ano anterior, evitando a sua permanência no barracão do imigrante por longo tempo, mandando proceder a medição de cem lotes rústicos. Contudo, reclamava da morosidade nos trabalhos de medição, acrescido o fato de que esses imigrantes já estavam instalados, e precisavam harmonizar os ânimos, bem como cobrar a dívida colonial. Entretanto, por falta de recursos, os trabalhos só foram iniciados e alguns poucos lotes regularizados (Relatório, 1898).

As 200 a 300 famílias de imigrantes italianos, instaladas pelo Estado na colônia Chimarrão, permaneceram nos limites da colônia e arredores, ocupando de forma mansa e pacífica a área, mantendo moradia e cultura efetiva, porém, sem título legal, isentos de pagar a dívida colonial e impostos. Decorridos 14 anos de “esquecimento”, os trabalhos de medição da colônia foram retomados em 1911, pela CTC-Passo Fundo, partindo da premissa que se tratava de intrusos, ignorando a historicidade do processo.

As medições, retomadas em 1911, atendiam à pressão de grandes proprietários de terras das imediações, bem como a expectativa do Estado de reaver uma extensa área de sobras de terras, de cerca de 5 léguas quadradas (18 mil hectares), o que não se confirmou. O trabalho da CTC-Passo Fundo concluiu que a maioria dos títulos de propriedade eram legítimos, muitos deles remontando à Fazenda do Prata, bem como de outras áreas confinantes, embora muitos deles extraviados. Para resolver a questão, a CTC-Passo Fundo defendeu a realização de um trabalho minucioso de verificação de todas as posses e medição das terras devolutas. Calculava-se a área da colônia Chimarrão em 6 mil hectares, mais meia-légua de matos da fazenda S. Chrispim. Ainda, havia a expectativa de outras pequenas áreas devolutas existentes entre a colônia Chimarrão e Alfredo Chaves (Relatório, 1898).

Justamente por estar situada em uma área de fronteira indefinida entre a zona de colonização italiana e os Campos de Cima da Serra, a colônia Chimarrão permaneceu inicialmente sob a jurisdição da CTC de Alfredo Chaves, só em 1911 passou à jurisdição da CTC de Passo Fundo, quando esta

incorporou sob sua abrangência o município de Lagoa Vermelha. Nesse contexto, a regularização dos lotes de terras ocupados pelos imigrantes italianos foi retomada. Além dos primeiros imigrantes italianos instalados pelo Estado, havia outras famílias, que se dirigiram à região, atraídos pela possibilidade da exploração da madeira, como o pinheiro, e a fertilidade das terras. A ausência do Estado e de outras pretensões sobre a área, permitiu a permanência dos imigrantes/colonos italianos na região, na condição de posseiros/intrusos, autogerindo os limites de suas posses.

Os trabalhos de demarcação e subdivisão da colônia Chimarrão em lotes coloniais, a cargo da DTC-Passo Fundo, iniciados em 1911, estenderam-se por todo ano de 1912. Os funcionários, sob chefia do engenheiro Serafim Terra, tinham por ordem e meta fazer um trabalho “metódico e definitivo”, a fim de evitar novas demandas ou gerar conflitos. Contudo, em princípios de 1912, houve um atrito entre os funcionários e os imigrantes italianos, que extrapolou os limites da colônia. Segundo a narrativa dos funcionários da DTC-Passo Fundo, liderados pelo agrimensor Octacilio Edler, o motivo inicial da querela foi a medição de um travessão como divisa entre as propriedades, cujo interesse era a posse de um erval. Segundo o funcionário, cerca de 20 colonos vieram reclamar. Para dirimir as dúvidas, a medição foi refeita, com o auxílio dos colonos, e o resultado confirmou a medição anterior. Descontentes, dois colonos teriam agredido os funcionários da DTC, que por sua vez, para se defender, revidaram as agressões.³ A CTC- Passo Fundo saiu em defesa de seus funcionários, argumentado que na colônia Chimarrão encontrava-se “o refugio” dos imigrantes italianos, oriundos de outras colônias. Ainda, que os dois colonos, Ferdinando Massiero e Santo

³ Ofício expedido. Passo Fundo, abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 151-152. AHR/UPF.

Boz, foram “incitados pelo napolitano” Gaetano Peluso, que já fora expulso da colônia de Alfredo Chaves por provocar problemas.⁴

Entretanto, os imigrantes/colonos italianos encaminharam sua reclamação ao agente consular da Itália, em Bento Gonçalves. O agente consular dirigiu-se até a colônia Chimarrão, acompanhado do Intendente de Alfredo Chaves, Achilles Rezende, com o intuito de convencer os imigrantes italianos a pressionar pela anexação da colônia à Alfredo Chaves, aproveitando-se do fato para resolver a disputa de limites com Lagoa Vermelha. Segundo as informações fornecidas pelo padre da colônia Chimarrão e três comerciantes à CTC-Passo Fundo, o agente consular não investigou a veracidade dos fatos, incitando os colonos à rebelião, mudando o foco da discussão. Ainda, teria aproveitado para se fazer presente na colônia na quinta e sexta-feira-santa, quando os colonos estavam reunidos para assistir aos ofícios religiosos. Como desdobramento, foi encaminhada uma solicitação ao governo do Estado, visando a anexação da colônia Chimarrão ao município de Alfredo Chaves, assinada por cem colonos. Contudo, conforme a CTC-Passo Fundo, destes, apenas 32 moravam de fato na colônia, os demais, eram habitantes de Alfredo Chaves. Essa solicitação foi encaminhada e os telegramas publicados nos jornais da capital, o “Correio do Povo” e “Diário”, em 12 de abril de 1912.⁵ Pautado nos fatos e no alarme de um conflito iminente, o Presidente do Estado solicitou a formação de duas comissões, uma de Alfredo Chaves e outra de Lagoa Vermelha, para estudar o

⁴ Ofício expedido. Passo Fundo, 21 de abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 161-162. AHR/UPF.

⁵ Ofício expedido. Passo Fundo, 21 de abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 161-162. AHR/UPF.

desmembramento. Mas, ao perceber não havia conflitos nesse sentido, as comissões se desfizeram.

Na sequência, uma correspondência foi direcionada ao Presidente do Estado, em julho de 1912, na qual os imigrantes italianos Gaetano Peluso, João Stella e Pe. Antonio Serraglia acusavam os funcionários da DTC-Passo Fundo de perturbação da ordem na colônia Chimarrão, insultos e bebedeira, reunindo-se na casa de um “negociante italiano renegado”.⁶ Como consequência das acusações, houve a transferência do funcionário Octacilio Edler e a dissolução da turma de trabalho.

Note-se que a chegada do Estado, via CTC-Passo Fundo, na região da Colônia Chimarrão provocou um clima de instabilidade entre os imigrantes italianos, já estabelecidos há mais de uma década, explorando livremente as terras, as madeiras e os ervais. A medição e concessão do título de terras, mediante o pagamento do lote e de impostos, por um lado, trazia a segurança material, mas por outro, rompia uma relação e um *habitus* já construído. Pode-se imaginar também que o imigrante italiano, ao questionar os limites de seu lote, estava defendendo uma área já ocupada, mas, ao mesmo tempo, era lembrado pelos funcionários públicos de que estava na condição de intruso, sem pagar impostos e, logo, passível de despejo.

O rompimento do equilíbrio no espaço da colônia e de suas redes sociais transparece tanto no conflito entre o funcionário da CTC-Passo Fundo, quanto na correspondência que denegriu a imagem dos mesmos funcionários. Nos dois casos, o funcionário representa o braço do Estado, que em nome da lei, não respeita estruturas de propriedade aceitas pela comunidade constituída. Como forma de resistência, optou-se por expor a esse mesmo Estado a conduta moral de seu funcionário, com o intuito de lançar dúvidas sobre seu trabalho. Logo, o afastamento do funcionário e a dissolução da

⁶ Ofício nº 92. Passo Fundo, 2 de julho de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Octacilio Edler, Encarregado da 1º Turma, colônia Chimarrão. Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 233-236. AHR/UPF.

turma de trabalho foi uma pequena vitória. Ainda, percebe-se um imigrante atrelado ao jogo de interesses locais, pois recorre às autoridades e à imprensa quando se vê prejudicado. Também dá a ver os sujeitos articuladores e referências locais, que são as “pessoas de confiança” da CTC – o padre e os comerciantes – embora, logo em seguida, também se manifestassem contra a conduta individual dos funcionários na colônia.

“Esquecida” por mais de uma década, naquele momento a colônia Chimarrão, densamente povoada por imigrantes/colonos italianos, foi alvo de disputa entre os municípios de Alfredo Chaves e Lagoa Vermelha. Para apaziguar a disputa, em 18 de maio de 1917 foi criado o 7º distrito de Protásio Alves, tendo como sede a colônia Chimarrão, anexado ao município de Lagoa Vermelha. Em 1924, o distrito de Protásio Alves foi desmembrado de Lagoa Vermelha e anexado ao novo município do Prata, posteriormente, Nova Prata (1944).⁷

O segundo caso de intrusão foi verificado em Marau, então distrito de Passo Fundo, e na região do Rio do Peixe. O primeiro, tratava-se um grupo de colonos italianos provenientes de Guaporé, que adquiriram terras sem título, em Marau. Em relatório de 21 de fevereiro de 1913, a CTC-Passo Fundo explicou a situação da zona de Marau à DTC.

Seja-me lícito informar-vos que a zona compreendida entre os rios Marau e Taquary (Guaporé) foi invadida (?) sem consentimento desta Comissão, por colonos vindos, em sua maioria, de Guaporé, que foram comprando de indivíduos que se diziam posseiros sem o serem. Todos os colonos consultaram a

⁷ Atualmente, o território da colônia Chimarrão faz parte do município de André da Rocha (Lagoa Vermelha, RS. Histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/lagoavermelha.pdf>; Protásio Alves, RS. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/protasio-alves/historico>; Alfredo Chaves. Sucessão de Tabelaionato. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD_Tabelaionatos.pdf. Acesso em 14 out. 2018.

esta Comissão a respeito de semelhantes terras. Eu lhes informava detalhada e minuciosamente que esta zona estava reservada para indenização, conformando-se eles e afirmando estarem prontos a comprarem dos indenizados. Pelas informações desta Comissão aos requerimentos destes intrusos, podeis verificar que esta Comissão jamais permitiu a colocação destes nesta zona. Colocaram-se sem consentimento desta Comissão. A contar de um ano para cá chegaram a formar um povoado contando algumas casas de negócios, serrarias, fábrica de foguetes (?), fábrica de cerveja, curtume e engenhos etc., de modo que há necessidade de se reservar uma área de dois ou três milhões [metros quadrados] para se atender a essa situação, criada pelos próprios intrusos.⁸

Em ofício de abril do mesmo ano, a CTC-Passo Fundo afirmava que “esse núcleo de população foi começado por um italiano que comprou a pretendida posse de um antigo ocupante e dividiu em lotes para outros italianos. Esses quase todos vindos de Guaporé, estão mais que avisados da situação em que se colocaram”.⁹ Com o intuito de regularizar as terras, a própria Intendência Municipal de Passo Fundo empenhou-se em verificar a condição desses colonos, formando ali um povoado, com o propósito de instalar os serviços administrativos necessários. Contudo, apesar do parecer inicial favorável, “foi indeferida a pretensão da Intendência deste município relativa a uma área de dois milhões de metros quadrados de terras, onde se acha a povoação de Marau. Que busquem esclarecimentos, a fim de providenciar sobre serviços nessas terras”.¹⁰ Simultâneo às tratativas oficiais,

⁸ Ofício 45 - Relatório – Passo Fundo, 21 fevereiro 1913 - Chefe da Comissão, ao Snr. Dr. Carlos Torres Gonçalves, D. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Correspondência 1913 a 1915, Fl. 19-30. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

⁹ Correspondências. Ofício 59. Passo Fundo, Passo Fundo, 4 de abril 1913. Helvidio A. de Mattos, chefe interino da Comissão, ao Snr. Dr. Carlos Torres Gonçalves, D. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Correspondência 1912 a 1915, Fl. 57-58. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF

¹⁰ Ofício 93. Passo Fundo, 14 de julho 1913. Lindolfo A. Rodrigues da Silva, Chefe da Comissão, ao Snr. Dr. Carlos Torres Gonçalves, D. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Correspondência 1913 a 1915, Fl. 125. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

os próprios colonos intrusos tentaram regularizar as suas terras, alegando que pagavam imposto territorial, e solicitando a preferência de compra.¹¹

Outro centro de atração de intrusos, em 1908, era a região do Rio do Peixe. Segundo o Chefe da CTC-Passo Fundo, Serafim Terra, diariamente chegam colonos oriundos de outros municípios a fim de se instalar em terras devolutas do Estado em Passo Fundo, escolhendo preferencialmente as terras localizadas à margem do rio do Peixe, atraídos pela fertilidade das terras, ou incentivados por outras famílias de intrusos ou domiciliadas. Cita que “na semana anterior haviam chegado nove famílias provenientes de Guaporé em direção ao rio do Peixe, mas ainda não se sabe ao certo em que lugar essas famílias se estabeleceram”.¹² Poucas semanas depois, dava notícias de uma segunda leva: “chegaram polacos vindos de Guaporé, cerca de vinte famílias, cumpre-me comunicar-vos que colonos da mesma procedência estão invadindo as terras do domínio do estado a margem direita do Rio do Peixe no município de Lagoa Vermelha”.¹³ Nesse contexto, aguardava ordens de como proceder: medir as terras e legitimar os intrusos já estabelecidos, e simultaneamente, incorporar na colonização os colonos que estavam chegando. Cabia, nesse momento, evitar a devastação das zonas florestais do Estado, por parte dos intrusos.

¹¹ Ofício 73. Passo Fundo, 30 maio 1913. Helvidio A. de Mattos, chefe interino da Comissão, ao Snr. Dr. Carlos Torres Gonçalves, D. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Correspondência 1913 a 1915, Fl. 86. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

¹² Ofício expedido. Passo Fundo, 30 de março de 1908. De Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo a Snr. Dr. Vespasiano Corrêa, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Alfabético 1907 a 1908, fl. 158-161. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

¹³ Ofício expedido. Passo Fundo, 16 de maio de 1908. De Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo ao Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Alfabético 1907 a 1908, fl. 180-181. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

Na mesma linha, denunciava ainda uma prática corrente entre os colonos: um grupo, estabelecido em terras devolutas às margens do rio do Peixe, proveniente de Guaporé e imediações, estavam requerendo a legitimação das terras ocupadas, situadas fora da área medida pela CTC-Passo Fundo, mas, assim que “recebem terras, as vendem e mandam-se em processo de novas onde haja abundância de matos para destruírem”.¹⁴ Nessa situação, sai da condição de intruso para vender o seu lote de terras, para intrusar outras logo em seguida, além de explorar as florestas. Nesse caso, a condição de pobreza não se aplica, mas a estratégia empreendedora, mesmo que agindo “fora da lei”.

Por fim, o terceiro caso de intrusão, envolve imigrantes italianos em Camargo, um território situado no limite entre os municípios de Guaporé e Passo Fundo. Talvez seja o caso mais emblemático da situação da propriedade da terra na região de abrangência da CTC-Passo Fundo, onde predominavam as posses precárias no início da República. O Estado, trabalhando em média com três a quatro turmas nas medições e divisões de lotes coloniais, não conseguia atender à demanda. Soma-se a falta de pessoal, a instabilidade climática, as prioridades etc. Dessa forma, glebas de terras à margem dos centros de interesse e disputa, permaneciam indivisas. Pelos indícios, esse foi o caso de Camargo, onde a CTC-Passo Fundo, então Inspetoria de Terras, chegou apenas em 1940, demorando-se por vários anos.

Na coleta de dados sobre a região, um comerciante local, que atuou como porta-voz dos colonos junto a Inspetoria de Terras de Passo Fundo, desnuda outra face dessas relações, onde a ocupação efetiva da terra e o reconhecimento dos pares garantia a permanência, além do hábito de não

¹⁴ Ofício expedido. Passo Fundo, 26 de junho de 1908. De Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo ao Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Alfabético 1907 a 1908, fl. 189-193. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

buscar as vias legais para legalizar as terras – nesse caso, adequar-se à nova legislação em vigor.

Os colonos de origem italiana vieram aqui durante a revolução Federalista, de 1893 a 1895, acossados pelos revolucionários da Varzinha, hoje Guaporé, encontrando aqui agasalho por parte dos antigos moradores, dando-lhes abrigo em suas terras, vivendo sempre em completa harmonia, terminando, muitos deles ou seus filhos, por adquirirem tais terras.¹⁵

Na ótica do informante, o chefe da Inspetoria “deve procurar facilitar o mais possível, senão ficará como dantes, o que seria de lastimar. V.S. não poderá imaginar quantos benefícios trouxe a discriminação desta zona; questões existentes há mais de 40 anos foram terminadas”. Sobre as inconsistências na documentação, como a alteração da idade de alguns requerentes, justificava serem decorrentes dos cálculos que os colonos fizeram, o que não afetava a demanda, visto que tinham documentação comprobatória suficiente. Segundo as informações correntes, “as terras do Camargo foram desbravadas antes da guerra do Paraguai, pois há pessoas aqui que tem quase cem anos e aqui nasceram, não sendo registrados e não tem documentos que provem, com certeza, a sua idade”.¹⁶ O levantamento dos nomes das famílias intrusas estabelecidas no distrito de Camargo apontam para diferentes grupos étnicos.

Sensibilizado pela situação e acionado pela Inspetoria de Terras de Passo Fundo, o comerciante local realizou um levantamento minucioso das

¹⁵ Ofício recebido. Camargo, 16 de outubro de 1939, do comerciante de Camargo ao Engenheiro Chefe da Inspetoria de Terras e Colonização do Centro, Octacilio Ribas, Passo Fundo, Livro Correspondência expedida 1940- 2º Sem. Fl. 50-51. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

¹⁶ Ofício recebido. Camargo, 16 de outubro de 1939, do comerciante de Camargo ao Engenheiro Chefe da Inspetoria de Terras e Colonização do Centro, Octacilio Ribas, Passo Fundo, Livro Correspondência expedida 1940- 2º Sem. Fl. 50-51. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

famílias, e coletou os documentos solicitados, além de encarregar-se dos requerimentos dos colonos do distrito, “para que pudessem legitimar suas terras”, visto estarem em parte discriminadas, com “o único fim de pôr termo, para sempre, às explorações, de que até aqui foram vítimas os colonos desta zona”. Nesse aspecto, referia-se “a certos advogados que vinham ludibriando parte desta população, levando-lhes dinheiro e maior parte deles, os seus documentos, mormente o advogado Brasilico Lima”. Ressaltava que seu trabalho era gratuito, “porque todos eles são meus fregueses da minha pequena casa comercial”. Explicava que haviam sofrido extravio de documentos, mas havia conseguido alguns “emprestados, que vos remeto, também emprestados”. Outros documentos, como certidões de nascimento ou casamento eram mais difíceis de conseguir, tendo em vista que a maioria havia “nascido em tempo da monarquia e fora daqui, em outros municípios do estado e quase todos casados pelo religioso”. Outros ainda, não dominavam a língua nacional, o que dificultava as tratativas com as instâncias governamentais, somado à sua condição de pobreza.¹⁷ Além de tratar do cotidiano desses colonos, também abordou o *habitus* desses camponeses.

Como já vos expus pessoalmente, os colonos não fazem empenho de legalizar suas terras, se julgam donos de fato e de direito. De fato, por residirem nelas por tempo superior há trinta anos; de direito, bons ou maus, todos houveram por compra e muitos ainda tem documentos, e com tais, continuam efetuar transações.¹⁸

¹⁷ Ofício recebido. Camargo, 16 de outubro de 1939, do comerciante de Camargo ao Engenheiro Chefe da Inspetoria de Terras e Colonização do Centro, Octacilio Ribas, Passo Fundo, Livro Correspondência expedida 1940- 2º Sem. Fl. 50-51. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

¹⁸ Ofício recebido. Camargo, 16 de outubro de 1939, do comerciante de Camargo ao Engenheiro Chefe da Inspetoria de Terras e Colonização do Centro, Octacilio Ribas, Passo Fundo, Livro Correspondência expedida 1940- 2º Sem. Fl. 50-51. A-2.4. OP. A.2.4.2 – Correspondências, AHR/UPF.

Enfim, Camargo é uma das áreas à margem da colonização, onde a propriedade da terra só foi regularizada na década de 1940. Outras glebas, situadas em zonas mais afastadas e isoladas, especialmente no interior de Soledade, só foram alcançadas pela Inspetoria de Terras na segunda metade do século XX.

Considerações finais

Portanto, a análise em escala reduzida da documentação da DTC e CTC-Passo Fundo, permite ver uma região onde se situavam, lada a lado, o latifúndio e as terras devolutas, ambos indocumentados. O governo castilhistaborgista, ao estender o braço do poder público até a região Norte do Estado, com a instalação de uma Comissão de Terras e Colonização em Passo Fundo, desconhecia a complexidade da região. Ao iniciar os trabalhos de regularização da propriedade da terra, o Estado deparou-se com a sobreposição dos limites entre o público e o privado: por um lado, proprietários de terras com posses por regularizar, por outro, o Estado, que desconhecia a localização e os limites das suas terras públicas. Esse universo confuso e precário da propriedade da terra, é atravessado pelos sujeitos sociais: proprietários, posseiros/intrusos, lavradores nacionais, imigrantes/colonos europeus, indígenas e o Estado, ora em sincronia, ora em oposição e conflito.

O imigrante/colono italiano, enquanto intruso em terras públicas ou privadas, precisa ser situado nesse espaço territorial e relacional. A condição de intruso é fruto da própria estrutura agrária da região em questão, e da morosidade dos órgãos do Estado, que não conseguem dar conta da demanda nos trabalhos de regularização da propriedade agrária. Logo, nos três casos apresentados – colônia Chimarrão, distrito Marau e Camargo –, os intrusos eram imigrantes italianos, empurrados para fora da colônia de Guaporé. Sobressai a morosidade do Estado, na demarcação das terras adjacentes à colônia Guaporé, o que permitiria a sua expansão territorial. Infere-se, que a

condição financeira dos imigrantes/colonos italianos não era determinante para intrusão, sendo resultado, por um lado, do analfabetismo, desconhecimento da língua nacional, pobreza e, por outro, como uma estratégia de empreendedorismo, na tentativa de ter acesso à propriedade da terra, tornando-se pequeno proprietário.

Referências

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MAGRO, Gabriela Luiza; NEUMANN, Rosane Marcia. “Estas terras pertencem a mim!” Disputas entre a Comissão de Terras e os intrusos no norte do Rio Grande do Sul (1889-1930). In: **Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 606-619.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneiro, 1973.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente A. A. Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’ “A Federação”, 1899.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura em 20 de setembro de 1906. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’ “A Federação”, 1906.

MOTTA, Márcia. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA, abril 2001.

NEUMANN, Rosane Marcia. Latifúndio, colonização e intrusão: a reconfiguração da propriedade da terra em Passo Fundo (1889-1930). In: **XII Encontro Estadual de História ANPUH-RS: Ensino, direitos e democracia**, 2016, Santa Cruz do Sul. Ensino, direitos e democracia: anais. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016a. p. 1-13.

NEUMANN, Rosane Marcia. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita P.; GERHARDT, Marcos. (Org.). **História do mundo rural: o sul do Brasil**. 1ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2017, p. 113-139.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016b.

RELATÓRIO da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' "A Federação", 1919.

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 30 de julho de 1898. Porto Alegre, Oficinas Typogrâphicas d'A Federação, 1898.

RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em julho de 1897. Porto Alegre, Oficinas Typogrâphicas d'A Federação, 1897.

RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado Cândido José de Godói, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre, Officinas Gráficas da Livraria d Globo – L. P. Barcellos & C., 1911.

RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 1900. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação. 1900.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”.

Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, n° 70, 2015, p. 87-107.

Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália

João Carlos Tedesco

Prof. PPGH/UPF

jctedesco@upf.br

Introdução

Nas últimas décadas, as migrações internacionais assumiram importância e complexidade crescentes, principalmente no que diz respeito às características, temporalidades dos fluxos, destinos concentrados em alguns países (dentre os quais, os pertencentes à Europa Ocidental e à América do Norte e, nos últimos anos, também na América do Sul), formas espaciais dos deslocamentos, políticas públicas de controle e gerenciamento, estratégias de imigrantes, questões culturais e religiosas, novas diásporas e grandes levas de refugiados políticos, de guerra, de catástrofes ambientais etc. (Paviani, 2000; Ambrosini, 2017).

Nesse cenário de macro questões, situa-se a do *desenvolvimento*, esse entendido em âmbitos variados e amplos, porém, muito mais centrado na esfera econômica, ou seja, naquela ação e/ou dimensão que poderia reduzir o fluxo de saída de migrantes em busca de melhores condições de vida, principalmente em direção a países de maior possibilidade econômica e de oferta de trabalho com remuneração maior.

Questiona-se hoje se os migrantes são atores da promoção do desenvolvimento em seus locais de origem ou país ou se isso não se evidencia. Discute-se a importância das remessas financeiras, sua otimização como fator de desenvolvimento local/regional e, em particular para as famílias que as recebem (Martes e Soares, 2009); ou, então, como elas poderiam evitar

os processos de saída de novos imigrantes, ao mesmo tempo em que estudos demonstram que as remessas acabam por produzir dependência financeira nos locais de origem, bem como de diferenciações sociais entre famílias, regiões e sujeitos, dentre outros aspectos.

Na realidade, essa é uma demanda de nações enriquecidas, absorvedoras de imigrantes, as quais idealizam a possibilidade de otimizar, na esfera do desenvolvimento, as grandes somas de recursos financeiros (remessas) que saem de seus países e se direcionam para os países/lugares de origem dos fluxos. Há, na União Europeia, uma macro política que objetiva enviar recursos financeiros para países de maior saída de fluxos, porém, com a crise econômica de 2008/9, houve uma redução significativa desse montante e, defende-se, então, a ideia de que as remessas financeiras enviadas pelos imigrantes aos seus locais de origem passem a ser, indiretamente, um investimento destes países. Para tanto, há necessidade de um planejamento, de criação de agências de mediação, de realização de parcerias com governos para que esse montante financeiro recebido nos países de origem dos fluxos de imigrantes tenha um incentivo para ser canalizado para horizontes produtivos. Nesse sentido, alguns países estruturaram ministérios, secretarias, parcerias com agências financeiras que recebem estes recursos; outros não atuam em nada nessa direção, como é o caso do Brasil e de vários países da América Latina.

Na realidade, esse processo se reveste de múltiplas polêmicas, pois é eivado de certa xenofobia e movido também por sentimento de compensação histórica em relação aos processos colonialistas desenvolvidos, para alguns, inclusive, no passado recente.

Desenvolvimento no local de origem implica também a dinâmica do retorno. Os retornados constituem um grupo heterogêneo de atores. Seu impacto no desenvolvimento local também varia muito, assim como as suas motivações. Condições econômicas, institucionais, políticas, religiosas dos dois espaços, bem como a possibilidade de mobilizar recursos tangíveis e

intangíveis, tendem também a influenciar a experiência migratória e, sobretudo, dos retornos/retornados.

Na tentativa de dar uma singela contribuição ao tema, desenvolvemos uma pesquisa junto a imigrantes brasileiros na Itália e em alguns espaços de origem, em particular junto a imigrantes retornados nos municípios de Pato Branco, Guarapuava e Dois Vizinhos (PR), Água Doce, Luzerna (SC) e em Nova Prata (RS), por serem locais de fluxo de saídas e onde tivemos melhores contatos e possibilidades de acesso em razão da existência de imigrantes que havíamos conhecido na Itália em anos anteriores.¹

Estivemos nesses municípios em vários dias entre os meses de julho e dezembro de 2017. Já havíamos estado em alguns deles nos anos de 2005, 2011 e 2015, em geral no mês de julho e/ou no final do ano por ocasião de nossas férias letivas. Nossa última visita, em alguns municípios foi no período da Páscoa de 2018 (entre os dias 28-31/03/2018). Nessas visitas, fomos percebendo processos que se alteram e outros que se preservam, períodos de forte presença de imigrantes na Itália (em 2005) bem como de retornados. Entre 2015 e 2017, percebemos um grande fluxo de retornados, principalmente da Itália, bem como de tentativas de reemigrações para outros países como Canadá, Estados Unidos, Áustria e Austrália. Estivemos na Itália, em particular na Universidade de Verona, nos meses de janeiro e fevereiro de

¹ Tivemos a oportunidade de estudar sobre a imigração brasileira na Itália *in loco* em vários momentos nos últimos 12 anos por ocasião de dois estágios de pós-doc (2005 e 2011) nas Universidade de Verona e Milão respectivamente; tivemos três oportunidades de estágio de professor visitante na Universidade de Verona por meio do edital Cooperint – Cooperação Internacional – a última foi entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019; nesse período, tivemos condições de pesquisa algo sobre o tema do envio de remessas junto a imigrantes brasileiros em algumas regiões da Itália. Portanto, construímos um lastro amplo de relações e interconhecimento com imigrantes brasileiros no referido país. Alguns dos estudos estão em Tedesco, J. C. *Imigração e integração cultural: interfaces*. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF Editora/Edunisc, 2005; -----, **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009; -----, **Entre Raízes e Rotas: identidades e culturas em movimento**. Itajai/Passo Fundo: Univali/UPF Editora, 2012.

2019.² Nesse período, tivemos a oportunidade de entrevistar imigrantes brasileiros na região do Vêneto (Verona e Vicenza com mais intensidade) e na Lombardia (alguns municípios do entorno do Lago de Garda pertencentes à Província de Bréscia). A pesquisa de campo foi realizada junto a 31 imigrantes (26 homens e cinco mulheres) no interior de suas famílias nos municípios de origem (já indicados). Na Itália, contatamos com 36 imigrantes, porém, 28 foram nossos interlocutores de pesquisa (21 homens e sete mulheres) nas províncias de Verona e Vicenza com mais intensidade.

Além disso, algumas entrevistas aprofundadas foram feitas com cinco retornados nos locais de origem e com sete imigrantes em algumas províncias da Itália. Não tivemos preocupação com representatividade numérica, nem definimos critérios de seleção como idade, local de proveniência, escolaridade, sexo, tempo de permanência no país etc.; buscamos, sim, fazer algo na dimensão de uma pesquisa qualitativa, com questionário semiestruturado, privilegiando diálogos, interlocução, encontros coletivos, contatos e presença em alguns momentos nas casas de imigrantes, jogando futebol com eles, em caminhadas pelas cidades em finais de semana, nos bares assistindo jogos de futebol italiano e da *Champions League*, em jantares nas casas de alguns deles etc.

Buscamos direcionar nossos instrumentos de pesquisa, principalmente o questionário e a entrevista direta ou, então, por meio de ligações telefônicas, e-mail e skype, com eixos temáticos, dentre os quais os motivos que levaram a emigrar para a Itália, condições econômicas da família no Brasil, existência ou não de mediadores/redes, inserções nos espaços de trabalho, integração e/ou assimilação, contatos e vínculos com o espaço de origem e, sobre o tema

² A pesquisa foi financiada pela Università di Verona, Dipartimento Culture e Civiltà, Fondi Cooperint -Cooperazione allo Sviluppo - anno 2018/2019, a qual agradecemos muito pela concessão de bolsa, que nos permitiu fazer pesquisa de campo, atualizar bibliografias, bem como intercambiar questões com outros pesquisadores na Itália sobre o tema da imigração.

central desse texto, que é o envio de dinheiro, negócios, investimentos e perspectivas econômicas no espaço de origem.³

Constituímos nosso texto, sinteticamente, esboçando alguns aspectos da imigração brasileira na Itália com a intenção apenas de atualização de informações, demonstrando processos históricos que se renovam e produzem fluxos migratórios. Posteriormente, centramos nossa análise na questão das remessas e suas múltiplas dimensões e correlações com o mundo do trabalho de imigrantes brasileiros. Nesse sentido, dimensionamos a narrativa, ainda que de uma forma sintética, sobre a correlação entre remessas e desenvolvimento, suas implicações e estrangulamentos, questionando se realmente é possível vincular esses dois horizontes ou se, em vez disso, o bem-estar individual e familiar é que acaba resultando.

Brasileiros na Itália: uma breve caracterização

Os dados estatísticos da população imigrante na Itália indicam a presença de mais ou menos 70 mil brasileiros em 2018 (Centro Studi e Ricerche Idos, 2019)⁴; os dados do Itamaraty informam em torno de 80 mil. Esse desencontro se deve ao fato de que os brasileiros que possuem a dupla cidadania não configuram na Itália como estrangeiros. No início do século XXI, os brasileiros no país figuravam entre os primeiros contingentes migratórios, com mais de 150 mil. Esse processo decrescente, em pouco mais de uma década, deve-se à crise econômica na Europa, em particular da Itália pós 2008, o crescimento econômico do Brasil entre 2004 e 2011, bem como

³ O projeto maior de pesquisa objetiva analisar três grandes focos: o papel das organizações e associações na viabilização da imigração tutelada de brasileiros na Itália (em particular, os *gemellaggios*), a questão do retorno e suas dinâmicas de reemigração e, por fim, a correlação entre imigração e desenvolvimento nos locais de origem.

⁴ Os dados do referido centro contemplam até junho de 2018.

as opções pela reemigração para outros países, dentre os quais, os Estados Unidos, Austrália, Canadá e Inglaterra.

A imigração brasileira na Itália, de uma forma mais contundente e intensa, não tem mais do que três décadas; é fruto da crise econômica do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, porém, também e em correspondência, com fatores de ordem simbólica e de incorporação identitária. Estão nesse contexto que viabilizou essa migração os intensos processos de dupla-cidadania a descendentes (*Ius Sanguinis*) concedida pelo governo italiano, bem como os múltiplos e variados acordos e associações entre regiões da velha emigração para o Brasil e os seus espaços de recepção.⁵ Nesse sentido, constituiu-se um amplo campo simbólico (italianidade, oriundos, duplos cidadãos, “pátria-mãe” e associacionismos), de representações sociais e idealizações do *bel paese* através do associacionismo étnico, festejos gastronômicos, cursos de língua italiana, políticas de “retorno aos oriundos” (“*cittadinanza di ritorno*”) (Trento, 1989), pelos governos italianos, bem como legislações que dificultaram a entrada de imigrantes em alguns países como é o caso dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, no final da década de 1990 e início do século XX (Zanini, 2006; Colognese, 2004). Esses contextos

⁵ Houve um amplo associacionismo, pós-1990, alimentado pela dimensão da italianidade regional (associações vênetas, trentinas, friulanas, piemontesas, lombardas, etc.). Em meados da década de 1990, havia 140 associações entre os estados de Santa Catarina e Paraná, porém, no estado do Rio Grande do Sul esse processo se deu de uma forma mais intensa. Segundo Colognese (2004, p. 62), havia no Brasil, no final da referida década, cerca de 1.400 associações étnicas de italianos, com grande centralidade em São Paulo e Rio Grande do Sul. Programas na Itália, como o *Vêneto Community*, na década de 1990, objetivava valorizar e fortalecer a chamada *cultura vêneta*. Vinculado a ele estava o *Progetto Rientro*, o qual também visava manter e facilitar o retorno e a inserção no território do Vêneto aos descendentes de italianos emigrados, nascidos na região. Revistas como *Vicentini nel Mondo*, *Veneti nel Mondo*, *Trevisani nel Mondo*, dentre outras, de cunho regional, foram disseminadas pelo Sul do Brasil. Sobre essa questão dos associativismo, ver Tedesco (2012).

de intensa disseminação da italianidade (“italiani nel mondo” ou “italiani all’estero”) produziram fluxos migratórios para a Itália de muitos países da América Latina, em particular Brasil e Argentina (Trento, 1989). Porém, é bom enfatizar que nem todos/as os/as migrantes possuem esses vínculos histórico-culturais com a Itália.

As regiões de maior concentração de brasileiros são as mesmas da emigração em geral da Itália para o Brasil entre a segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX. Em 2016, a região da Lombardia registrava em torno de 12 mil imigrantes, a do Vêneto com aproximadamente 7 mil, a do Piemonte com quase 6 mil e a do Lazio com em torno de 5 mil (Centro Studi e Ricerche Idos, 2017). Portanto, há vínculos culturais, dialetais, religiosos e étnicos entre regiões do Brasil com essas da Itália (Franzina, 2011). Elementos históricos e de pertencimento étnico são importantes, auxiliam em alguns aspectos da inserção laboral de imigrantes brasileiros (em casas de família, em vínculos empresariais com autóctones, etc.), porém, não são suficientes e também não tornam a vida deles mais fácil ou tão diferenciada em relação aos demais imigrantes do país.

A imigração brasileira, ainda que mais presente em algumas regiões, é bastante difusa no interior da Itália; é pouco visível e identificável; atua em várias atividades. Muitos imigrantes, após alguns anos no país hospedeiro, montam pequenas empresas, em geral prestadoras de serviços. Vimos muito disso em pequenos municípios da região do Vêneto, em particular na agricultura e na construção civil. Enfatizamos isso, pois pode possuir alguma relação com processos de desenvolvimento no local de origem. Entendemos que se torna difícil correlacionar desenvolvimento com imigração sem olhar para os dois espaços e para as duas idealizações que imigrantes produzem entre um espaço e outro.

Capital social e simbólico

Uma imigrante retornada em Água Doce (SC), a qual trabalhava numa empresa de limpeza em Verona e que, no local de origem, montou um ateliê de costura e uma pequena lavanderia, disse-nos que “o que saiu [migrou] tem a obrigação de retornar melhor, com dinheiro, porque senão vivem te perguntando ‘o que é que tu fez com o dinheiro?’ Eles pensam que na Europa a gente nada no dinheiro. [...]. Quem vem sem nada é porque gastou tudo, e daí não é mais confiável aqui, tem até dificuldade de arrumar emprego”.

A constituição de capital social que permite produzir canais e redes étnicas, inclusive transnacionais, favorece muito a determinados migrantes, como é o caso dos *produtos étnicos*, do investimento das remessas financeiras enviadas, de empresas que vendem pacotes turísticos para o Brasil, do ramo gastronômico e *cultural* em geral – música, artesanato, feijão e arroz, erva-mate, chás, carvão para o churrasco etc. Esses processos revelam certo transnacionalismo empreendedor (Ambrosini, 2008) que se alimenta pelo intercâmbio de produtos e bens de consumo do país a que pertencem, um *nacionalismo* que se produz na distância e, só nessa, é maximizado nos contatos com as comunidades de origem, na proximidade com os conterrâneos, na viabilização de documentação e estratégias para obter, na forma mais rápida possível, a dupla-cidadania.⁶ Um dono de restaurantes em

⁶ Em março de 2018, várias notícias estamparam jornais de circulação nacional, como o *Corriere Della Sera* e o *La Stampa*, sobre a questão dos mediadores que viabilizam a dupla-cidadania na Itália. Cidades pequenas de províncias do Vêneto, como é o caso de uma na Província de Belluno, chamaram a atenção das autoridades policiais e jurídicas, pois, numa delas, de uma população total de três mil habitantes, quase dois mil eram brasileiros. Essa realidade se repete em várias outras províncias. Agências e escritórios que fazem a mediação da dupla cidadania, em combinação e articulação com agências italianas e funcionários de prefeituras, colocam imigrantes brasileiros nesses pequenos municípios onde a vigilância é menos ostensiva, a corrupção de funcionários públicos e de proprietários de residências que alugam não encontra

Padova diz que abriu um pequeno restaurante de comida *delivery* (tele-entrega) para “canteiros de obras que têm muitos brasileiros”. Segundo ele, “o arroz e feijão, a carne de porco e sucos de polpa de frutas do Brasil não podem faltar”. Nesse caso, um empreendedor brasileiro produziu um ramo da alimentação servindo-se da presença de brasileiros em outro, o da construção civil. São sinergias produzidas e/ou descobertas por imigrantes e que vão se constituindo a partir da realidade de processos vividos por eles no espaço hospedeiro.

Entendemos que os processos de desenvolvimento não acontecem apenas como vetor único, pois dinamizam-se múltiplas formas e relações sociais e produtivas nestes dois espaços. E isso não se dá só na esfera do empreendedorismo (aqui entendido como capacidade de empreender na constituição de uma empresa), mas no trabalho dependente em geral; é só pensar nas atividades domésticas no interior das famílias, no trabalho de enfermeiras que se formam no Brasil e atuam nos cuidados de idosos no interior das famílias e/ou em casas de repouso, nos trabalhadores do meio rural no Brasil e que atuam na agricultura na Itália, operando máquinas, em trabalhos em aviários (produção de frangos), na uva e em leiteiras.

Nesse sentido, vimos também que o capital social é fundamental para a efetivação de negócios e de inúmeras atividades laborais. A amizade com italianos e a facilidade de inserção em meio aos conterrâneos favorecem para que o empreendimento empresarial se constitua e adquira certa firmeza de continuidade e eficácia. Numa forma bem pragmática, um empreendedor da construção de parreirais e também da montagem de aviários, disse-nos que

“[...], se tu não se enfiar com italianos tu não arruma nada; eu quando resolvi investir nisso, pensei: ‘brasileiro agora é só para trabalhar comigo’, os serviços são os italianos que dão, é deles que vem o nosso sustento. Os brasileiros que querem progredir

tantas resistências etc., para comprovar residência (a qual pode se processar em até três meses). Desse modo, há redes transnacionais que viabilizam isso.

aqui têm de sair da toca, tem de se encorajar e ver com eles [italianos] onde dá para tu te botar” (Imigrante brasileiro em Verona, oriundo de Cascavel [PR], o qual montou empresa para o plantio de parreiras. Utiliza as máquinas de um sócio italiano e vincula dezenas de brasileiros na atividade. Entrevista direta).

Vimos em Milão uma empresa de viagens ao Brasil formada por sócios brasileiros e italianos, a qual se localiza no prédio ao lado do Consulado Brasileiro, no centro da cidade. Tivemos oportunidade de conversar com uma funcionária brasileira dessa agência que ficava todo o período de abertura do Consulado na porta de entrada do prédio entregando panfletos de promoções de viagens, envio de dinheiro, compra de cartões de celular para ligações ao Brasil etc. Isso revela capacidade de percepção sinérgica dos negócios (documentação, retorno, turismo, viagens etc.) que imigrantes conseguem empreender.

Sabe-se que empreender (aqui entendido como montar alguma pequena empresa, contratar funcionários, ou trabalhar “por conta”, como alguns dizem) é uma oportunidade de alterar o quadro de sua performance migratória na sociedade mais ampla, porém, ressaltamos a longa caminhada nesse sentido, pois há inúmeras barreiras. Não obstante, empreender é também motivo de orgulho e torna-se um capital simbólico no interior do grupo, da família, junto aos que ficaram no local de origem, dentre uma série de outros elementos que, em última instância, revelam a produção de relações sociais, certo protagonismo dos imigrantes e possibilidade de dar um salto qualitativo no interior do país hospedeiro e também no investimento nos locais de origem.

O fruto do trabalho produz as remessas financeiras. Essas são de fundamental importância, pois dão dinamismo a um amplo conjunto simbólico e pragmático na vida do imigrante. Veremos isso a seguir com a intenção de problematizar questões ligadas ao desenvolvimento nos locais de origem dos imigrantes.

Remessas financeiras e sociais

Segundo o Banco Mundial, as remessas em 2015 ultrapassaram 600 bilhões de dólares; desse montante, 441 bilhões foram para países em desenvolvimento. Segundo a mesma fonte, esse valor corresponde a mais do que o dobro dos auxílios oficiais externos à promoção do desenvolvimento nesses países (apud Villamar, 2017); em 2016, foram em torno de 450 bilhões de dólares em remessas; desse montante, mais de 200 bilhões foram para áreas rurais de países empobrecidos (Centro Studi e Ricerche Idos, 2017, p. 26). Em 2017, segundo o Banco Mundial, havia previsão ao redor de 600 bilhões de dólares. Para a América Latina, em 2016/7, foram enviados em torno de 70 bilhões de dólares (idem, p. 28). Os emigrantes brasileiros teriam enviado próximo de seis bilhões de dólares, em 2004 (Martes e Soares, 2009) e 7,4 bilhões de dólares em 2006 (OIM, 2013; Acnur, 2015). Em 2007, as remessas enviadas ao Brasil caíram alguns pontos percentuais (7,08 bilhões de dólares). Acredita-se que a redução seja fruto da melhora da economia brasileira, do aumento do valor do real em relação ao dólar, da desaceleração da economia americana e do combate à imigração de indocumentados, processos esses que fizeram com que muitos imigrantes retornassem principalmente dos Estados Unidos.⁷ Esse processo teve reflexos intensos em 2016, quando os dados informam que brasileiros enviaram, oficialmente, em torno de três bilhões de dólares ao país. Da Itália, brasileiros enviaram, oficialmente, em 2011, 182.849 milhões de euros; em 2018, esse valor baixou para 106.132 milhões de euros (Centro Studi e Ricerche Idos, 2019, p. 32). Os canais institucionais de envio, em geral, são as agências internacionais como a Western Union, Money Gram e Money Express.

⁷ Informações do Jornal *Financial Times*, divulgadas pelo NIEM/RJ com a colaboração de Miriam de Oliveira Santos, Rogério Haesbaert.

Em certos países da América Central, as remessas já superaram o valor das exportações; no México, elas são quase tão valiosas no PIB (16%) quanto a importante indústria do turismo. No Brasil, as remessas de 2007 superaram o valor das exportações de soja, que é um dos principais produtos do agronegócio e contribuíram com quase 2% do PIB do país. Na América Latina, em 2012, as remessas de brasileiros só ficaram atrás do volume enviado por mexicanos (OIM, 2013). Só para ter uma ideia da importância e da dependência dessas remessas, no município de Governador Valadares (MG), em 2016, elas representavam 60% da arrecadação municipal, ou seja, 276 milhões de reais (Ambrosini, 2017).

É importante enfatizar que imigrantes não enviam só dinheiro, mas vários significados e valores sociais (práticas culturais, vínculos, obrigações afetivas, capital social, os quais estão nos horizontes das chamadas “remessas sociais” (Ambrosini e Berti, 2009), as quais são também muito valorativas. Não há dúvida de que as remessas financeiras representam um forte ingresso de recursos, de incremento de capital; são uma espécie de microfinanças, as quais podem, como já falamos, diminuir a pobreza e a desigualdade social, inclusive gerar empregos e, dependendo do contexto, amortizar crises econômicas. Porém, como veremos mais adiante, nem tudo é tão lógico e certo aprioristicamente nesse processo.

As remessas atestam a densidade emotiva e simbólica das relações familiares ou não que se mantêm através do envio e demanda por dinheiro. As mulheres e os homens que permanecem ficam cada vez mais dependentes do dinheiro enviado (Ambrosini, 2008). No fundo, as remessas representam estruturas de relações micro (vida dos indivíduos, famílias, status, bem-estar, obrigações, compensações de auxílios etc.); remetem a vínculos transnacionais de solidariedade, obrigações, dívidas produzidas no interior das relações sociais com os que ficaram – desejo de casa nova para os pais, comprar carro e deixar para algum cônjuge. Isso produz uma necessária comunicação à distância, manifestam vínculos sociais de longa duração, mesmo em espaços longínquos, também de solidariedade, reciprocidade,

deveres, unidade dos migrantes com a família (Assis; Campos, 2009; Ambrosini, 2010); contribuem para manter, alimentar múltiplas redes de relações que transcendem os confins dos estados.

No caso dos brasileiros entrevistados (os 31 que responderam questionário), há afirmação de que todos eles enviam dinheiro para o Brasil. O percentual enviado, em média, é de 60% dos ganhos auferidos na Itália. Porém, todos enfatizam que a crise econômica reduziu em mais de 50% do ganho e, portanto, do montante enviado. Eles, todos, enviam recursos financeiros ao Brasil para investimentos e para familiares. Poucos identificaram espaços de investimentos de seus recursos na Itália, a não ser alguma conta bancária e uma reserva na polpação “para precisão”, como um entrevistado nos disse. Raros são os que deixam o dinheiro sem capitalização no país hospedeiro. Muitos guardam o dinheiro (euro) em espécie no Brasil, esperando cotações melhores e oportunidades de investimentos.

Enfatizamos que os percentuais acima são expressão de preponderância, não unicamente reflexo do setor informado, pois há uma mescla nas respostas, ou seja, quem comprou casa, pode também ter canalizado recursos para a formação escolar e acadêmica de filhos, irmãos, adquirido vários aparelhos de informática, em particular computadores. Nesse sentido, é difícil uma determinação única da aplicação das remessas, pois elas se diluem em múltiplos âmbitos no decorrer do tempo. Nossa pergunta foi “onde e em que setores, nos últimos anos, investiu ou empregou seus ganhos financeiros”? Portanto, a temporalidade é a mais recente, fato esse que não nos permite fazer conclusões e/ou definições mais precisas.

O auxílio familiar continua sendo representativo entre os entrevistados. Esse varia entre a ajuda à própria família (esposa e filhos ou só filhos), outros à família-mãe. O setor imobiliário se apresenta como um interessante investimento, pois, no julgamento dos investidores, além da valorização do imóvel, o valor do aluguel, quando se torna possível, é repassado para quem fica (esposa, filhos, pais, ou pagamento por serviços prestados a alguém da família), ou seja, permite remunerar quem fica, “sem muito trabalho, pois

deixo numa imobiliária e eles me prestam conta e deu”, diz um imigrante entrevistado numa pequena cidade da província de Vicenza.

Imigrantes relacionam-se em locais múltiplos, tanto no espaço de destino, quanto no de origem. Vista por essa ótica, a imigração revela indivíduos em ligações constantes, em redes informais e afetivas, que revelam obrigações e intenções profundas e significativas. Há uma lógica de afetos entre os que partem, os que ficam, os que exercem a mediação na circulação entre os dois, ligações parentais, proximidade identitária, etc. O território afetivo muda, ou seja, há um movimento complexo entre lugares e pessoas (Simon, 2008). Trabalhar intensamente para ter recursos e enviar a familiares e/ou para empreender em algum momento, correlacionam-se com a moral familiar e com o dever de família. Nessa condição, o imigrante se transforma num sujeito econômico transnacional que circula, por meio do dinheiro, de seus vínculos, da ponderação de seus gastos, investimentos, consumos, poupança entre um lugar e outro.

A dimensão transmigrante que, pelo menos em parte ou em alguns âmbitos, caracteriza tendencialmente o fenômeno migratório internacional, revela participação dos meios de comunicação, os quais favorecem para que imigrantes possam participar da vida social dos dois países (origem e destino). Esse processo existe entre brasileiros e, também, pode revelar certa fragilidade de “dupla” integração ao fazer parte de duas sociedades diferentes; uma espécie de “vida dual” (Caselli, 2009). Esse transnacionalismo faz com que os confins políticos existentes entre as duas sociedades nacionais não constituam limites para a própria vida social e ao campo social de atividades. O transnacionalismo como perspectiva de análise não considera os imigrantes de um ponto A ao ponto B, mas, sim, simultaneidade de ações nas duas sociedades diferentes. O extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte (revolução “mobilética”) (Scidà, 1996) aumentou o número e a intensidade dos contatos, dos fluxos materiais e imateriais entre os imigrantes com seu país; as redes e os contatos entre conterrâneos foram ampliados.

Esse processo auxilia na vida distante e permite sobreviver a situações adversas, pois muitas vezes, sem consciência, acabam congelando tempos do espaço de origem, não se dando conta que a ausência física também produz dinâmicas sociais que se alteram (Dias, 2000). O investimento financeiro, “ganhar lá e aplicar aqui” [local de origem], como um retornado nos disse, pode transformar os imigrantes num grande recurso econômico para o país e, em particular para seu espaço de origem produzir, além de processos econômicos, um amplo espectro relacional que pode problematizar “os euro e dólares jogados aqui no município”, como o interlocutor acima constituiu em sua narrativa. Veremos algo nesse sentido a seguir.

Investimentos dispersos e a centralidade do bem-estar de famílias

A questão do desenvolvimento é complexa, não é algo fácil de realizar e, muito menos, de definir empiricamente. Há muitos elementos envolvidos; exige muita pesquisa, metodologias adequadas, definição clara e objetiva de variáveis que o contemplam, intensa inserção *in loco* e um tempo longo de apreensão, situações essas que não tivemos condições de desenvolver por múltiplas razões (conhecimento teórico, domínio conceitual e tempo para pesquisa de campo).

Se refletirmos um pouco sobre desenvolvimento, veremos que o conceito contempla a ideia de economia sustentável; envolve uma nova geopolítica, pois nenhum país pode crescer sem que haja equidade de crescimento nas suas regiões, intercâmbios e redes que atuam na intenção de promover a geração de renda, de conhecimentos, de tecnologias, de saberes tradicionais e inovadores, de descobertas que grupos sociais imprimem (Becker, 1998); envolve também noções de regional e de territórios, vocações regionais, biomas, etc. O desenvolvimento local precisa capitalizar, valorizar, compreender as potencialidades e as riquezas de um território que foram histórica e processualmente produzidas pelos coletivos que o compõem, com

sinergias entre sujeitos locais e democratização na gestão do processo de desenvolvimento local.

Modelos de desenvolvimento compreendem valores éticos e culturais socialmente aceitos, e, esses processam-se distintamente em diferentes ambientes, contextos, países, regiões. Modelos e tecnologias geradas em um país e/ou região não necessariamente podem e devem ser generalizadas em todos os locais; isso foi feito na agricultura e em várias outras atividades que acabaram criando conflitos e problemas sociais e econômicos muito maiores do que as soluções advindas. Por isso, salienta-se que desenvolvimento difere do crescimento econômico pura e simplesmente, ou, então, de mera expressão material, o qual compreende estratégias e políticas de ação amplas e interdependentes (progresso e crescimento têm muito a ver com a economia; o desenvolvimento a incorpora, mas agrega fatores sociais, ambientais, éticos, de serviços, de qualidade de vida, gênero, dentre outros aspectos) (Dallabrida, 2005; Becker, 1998). Por isso, deve se pressupor condições locais/regionais nesse processo, culturas de grupos que possuem identidade regional, que possam se intensificar e potencializar âmbitos regionais. Na realidade, os sujeitos locais e regionais precisam estar presentes não apenas absorver o que vem de fora (Becker, 1998; Dallabrida, 2005).

Salientamos os limites, as dificuldades e o alcance de nossa singela análise. O que queremos, na realidade, é apenas levantar alguns elementos genéricos que podem ser expressivos dessa realidade que vincula remessas, conhecimentos adquiridos, capitais simbólicos, empreendedorismo de imigrantes, os quais se materializam de uma forma ou de outra em espaços de origem e ocasionam algumas mudanças, relações transnacionais, encantos e desencantos, progressismos e dependências, idealizações, mobilidade social e diferenciações. Esses processos todos intencionam em outros espaços (de destino emigratório), promovem permanências e, paradoxalmente, podem produzir novas emigrações (Martes; Soares, 2009). Dessa forma, sociedades enriquecidas estariam limitando as saídas de países fornecedores dos fluxos, livrando-se do “problema migratório” (“*Aiutamoli a casa loro*” retratam

jornais italianos expressando a intenção de governos europeus), promovendo auxílios indiretos, compensando realidades históricas de colonialismo e todas as suas mazelas deixadas para as sociedades colonizadas. Os imigrantes seriam esses mediadores entre os dois mundos. Porém, sabemos que essa é uma realidade complexa e que não é tão simples reduzir o histórico e continuamente dinamizado fosso econômico entre norte e sul do mundo e que a mobilidade das pessoas se constitui também para além das questões econômicas (Bauman, 2017; Wihtol de Wenden, 2013 e 2016).

Villamar (2017) insiste que, para haver correlação entre migração (remessas) e desenvolvimento, seria necessário que o benefício econômico atingisse tanto as zonas de atração quanto as de origem, que houvesse transformações econômicas, técnicas e de conhecimento. Não há dúvida de que a possibilidade de imigrantes investirem economicamente nos locais de origem a partir de conhecimentos adquiridos e/ou adaptados em locais de destino revela indícios de um horizonte de desenvolvimento. O que percebemos é que imigrantes brasileiros pesquisados mantêm fortes vínculos com a própria família, com a comunidade de pertencimento e com o país de proveniência. Eles dão origem a fluxos financeiros, bens, ideias, serviços, os quais podem favorecer aspectos entendidos no campo do desenvolvimento; auxiliam nas necessidades primárias das famílias e substituem, em grande parte, o papel do estado no campo da saúde, da previdência e da educação; também incorporam conhecimentos, habilidades técnicas, muitas delas, fruto de suas atividades laborais, qualificação acadêmica em razão de cursos que são feitos no país de destino; adquirem domínios linguísticos e que podem ser otimizados no espaço de origem para viabilizar empreendimentos nesse sentido, como vimos em vários municípios que visitamos do ramo da vitivinicultura, da gastronomia (restaurantes, padarias e pizzarias), no comércio e industrialização do mármore, dentre outros.

Entendemos que as remessas são parte integrante no processo de desenvolvimento ou na correlação entre migração e desenvolvimento; elas representam uma contribuição chave na melhoria do bem-estar da população

que permanece (Siqueira, 2006; Soares, 2009; Martes; Soares, 2006). Porém, é um fenômeno eivado de implicações sociais. Muitas famílias que as recebem desenvolvem o incentivo às partidas e permanências externas dos imigrantes. Elas podem justificar as saídas, alterar o status social de quem recebe, serem produtoras de gratidão e de humilhação, produzirem formas de dívidas morais; refletem o nível de relações e vínculos com o lugar de origem (Harris; Todaro, 1990). Segundo Fall (2016), imigrantes têm propensão a poupar com a intenção de investir, melhorar o orçamento da família, enfrentar o desemprego de membros dela. Muitos deles são do meio rural e, nesse espaço, há reduzido rendimento financeiro, em particular de formas de agricultura familiar e, por isso, os recursos financeiros ajudam a melhorar a qualidade de vida, a sobrevivência das famílias, a incorporar inovações técnicas, diversificar produtos excedentes, inclusive possibilitar a permanência de filhos na unidade produtora. Porém, pelas narrativas que obtivemos com imigrantes ou com familiares deles, bem como em imobiliárias de cidades (Água Doce e Pato Branco), muitos dos que adquirem terras não plantam ou, então, arrendam para familiares ou conhecidos. Para muitos migrantes, a terra passa a ser um ativo para liquidez futura, como reserva de valor e não para trabalho e produção própria.

Migrantes fazem cálculos para determinar onde investir, levam em consideração experiências negativas de conhecidos, principalmente nos locais de origem, sabem que “ganhar é difícil, mas gastar é fácil”, como um retornado a Pato Branco, imigrante na Itália, o qual disse-nos em sua narrativa que aconteceram vários casos de retornos de filhos prósperos que, em pouco tempo, perderam tudo por investirem mal, gastarem com supérfluos e ostentações. Vários entrevistados informaram que adquiriram imóveis (apartamentos, terra) em outros municípios, até em outros estados, em cidades de praia, ou onde há conhecidos e/ou familiares residindo. As trajetórias são múltiplas, porém, o espaço de origem é prioridade. Vínculos parentais favorecem essa prática, pois “podem acompanhar a obra”, “administram aluguel”, “arrendam a terra”, entre outras ações.

Há um vínculo direto entre desenvolvimento e migração de retorno. Há várias teorias sobre os motivos que fazem os migrantes retornarem⁸. Sabemos que o retorno é parte integrante do ato de partir para muitos dos emigrantes. Situações externas, espaços, convívios, experiências, obrigações e desencantos dão mobilidades e possíveis alterações às decisões anteriores, bem como junto aos espaços nos dois territórios (Ambrosini, 2008). Para muitos imigrantes, o retorno se torna uma obsessão e organizam relações e situações em razão disso (Góis; Marques; Pinho, 2017). Não há dúvida que fatores culturais e sociais precisam ganhar centralidade nas análises das migrações internacionais e, em particular quando da análise dos retornos. Optar por um retorno a um lugar distante do de origem pode ocorrer. Soubemos de retornados em Pato Branco e em Dois Vizinhos que foram a Curitiba, de Nova Prata foram a Porto Alegre, dentre outros; porém, não é a regra, ou melhor, não foi o que observamos com grande expressão.

Narrativas de imigrantes na Itália expressam a ideia de “retornar e botar uma empresa”, porém, há uma grande dificuldade em encontrar nichos de mercado para atividades nos locais de origem. “Na agricultura é mais fácil né, essa não é errada, a terra nunca vai desvalorizar”. Esse é um setor em que poucos investem em razão de seu alto preço, “ela se paga, mas precisa meio século e, não tenho ninguém depois que vai seguir na terra”. Essa realidade da dificuldade de investimento deixa migrantes em dúvida, inclusive retardando

⁸ Há vários autores que discutem isso, em particular, indicamos SOARES, W. Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valadareense. In: *REMHU*, n. 32, ano XVII. São Paulo, p. 47-59, 2009; SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. In: *Revista Travessias*, v. 13, n. especial, p.7-32, jan., 2000; GÓIS, P.; MARQUES, J. C.; PINHO, F. *Retorno de uma geração preparada. Diagnóstico de situação atual e modelo prospetivo de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação AEP, 2017; CASSARINO, J. P. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. *REMHU*. Brasília, ano XXI, n. 41, p. 21-54, Jul./dez., 2013.

o planejamento do retorno; expressa também que é melhor não trocar o duvidoso pelo incerto, “mal ou bem, aqui [na Itália] estamos ganhando”, diz um imigrante que está indeciso se fica na Itália ou se retorna.

Há muitas críticas em torno dessa relação migração-remessas-desenvolvimento, principalmente porque estudos demonstram que há muitas práticas de saídas, retornos e novamente a saída (reemigração), inclusive ampliadas em termos de contingente (Berti, 2009); que há mais promoção de bem-estar familiar e/ou individual do que investimentos propriamente ditos ou desejados e que isso revela novas e/ou contínuas dependências do subdesenvolvimento; que famílias, no espaço de origem, que têm membros como imigrantes estão em condições melhores, produzindo, portanto, fortes disparidades e/ou diferenciações entre elas; há o risco de criar uma “economia efêmera” (Berti, 2009, p. 55), ainda que num curto tempo possam gerar trabalho e rendimentos; há, também, substituição de serviços públicos na área da saúde e educação, ou seja, imigrantes pagam escolas particulares para seus filhos que ficaram no espaço de origem, planos de saúde para familiares (pais, em geral).

Segundo entrevistados, a maioria dos que retornaram em tempos outros, e mesmo os mais recentes, tentam colocar “algum negócio aqui [...], existem muitos deles aqui que têm relação com os *estrangeiros* [ex-emigrantes] ou alguém da família, um sócio”. Nas informações que obtivemos, muitos “eram empregados na Itália”. Tanto os “estrangeiros” mais antigos, quanto os mais recentes que retornaram, de um modo ou de outro, investiram em algum imóvel (casa sua ou adquirida para aluguel). Muitos deles já possuíam uma residência; a segunda seria para investir em aluguel. Todos informaram que enviaram sempre dinheiro ao Brasil, 83% disseram que possuíam ou, em algum momento, colocaram dinheiro na poupança; em geral, essa é a aplicação que a maioria diz que coloca no sistema financeiro, “rende pouco, mas é mais segura e a gente tá longe aqui, não dá para arriscar”.

A falta de experiências de muitos migrantes retornados, ausência de conhecimento sobre mercado, economia e administração de empresa, a

inexistência de assessorias técnicas, somadas à concepção do rendimento imediato etc., tudo isso pode fazer com que a poupança construída a duras penas na Itália ou em outro país, possa se esvaír em pouco tempo. É bom ter claro que a migração possibilita poupança para iniciar empreendimentos, mas não lhes dá conhecimento para se tornar empresários (Siqueira, 2006; Assis; Campos, 2009; Soares; Marques, 2009). Sem esses pré-requisitos, as remessas materiais e as imateriais que a migração promove podem produzir poucos resultados em termos de desenvolvimento local. Poderão, sim, promover novas assimetrias, saída de população qualificada ou a dependência de remessas. A narrativa de um pai de imigrante brasileiro é elucidativa nesse sentido:

“[...] aqui vem essas grandes construtoras, fazem uns prediões de 15 andares; veja que é nessa cidade; Pato Branco até cresceu, mas tem muito imóvel aí. Eles contam com o dinheiro do imigrante, só que não é bem assim, com a crise lá, o pessoal se retraiu. Eles botam o preço lá em cima, não baixam o preço e o imóvel fica. [...]. Muitos dos estrangeiros [emigrantes] que são daqui compram apartamento na praia de Camboriú, lá em Itapema” (Pai de um imigrante, o qual, atualmente, está na Áustria, mas esteve por muitos anos na Itália; reside em Pato Branco –PR).

Os migrantes, em razão disso, passam de agentes de desenvolvimento à condição de investidores no mercado de capitais e não na atividade produtiva. Como eles preferem imóveis, acabam inflacionando-os e dificultando a aquisição para os que habitam o local de origem, além de que isso atrai construtoras para construir e ofertar imóveis de uma forma sem medida e sem planejamento, fato esse que acaba por produzir uma oferta ociosa em muitos municípios. Estivemos por duas vezes, entre os meses de novembro e dezembro de 2018 no município de Água Doce (SC) e, numa das ocasiões, o pai de um imigrante que está na Itália (na cidade de Vicenza), andou conosco pela cidade e ele quis nos levar para um condomínio em que “há só mansões de estrangeiros, tu vais ver que a maioria estão fechadas”, diz o nosso “guia”; e que “eles passam anos e anos para pagar, mas querem mostrar para todos

aqui que lá estão nadando no dinheiros; eles se endividam, eu sei pelo meu filho”.

Dessa forma, o referido interlocutor coloca em dúvida o investimento feito por muitos imigrantes ao afirmar que se filho “está lá há mais de 10 anos e teve várias vezes que eu tive de mandar dinheiro; não é bem assim, alguns até ganham, mas outros se endividam nesses financiamentos da Caixa [Federal]; vi muitos aqui que voltaram com uma mão na frente e outra atrás e que tiveram de vender a casa antes de terminar pelo preço menor do que pagaram”. No nosso acervo de entrevistados, não temos encontrado nenhum que investe os recursos obtidos pelo trabalho em atividades ou mercado de capitais na Itália, mas é uma realidade que pode se apresentar, pois há no país algumas políticas de atração pelo sistema financeiro. Sabe-se que o espaço de origem e/ou o país de proveniência são as prioridades, porém, há possibilidades outras, múltiplos canais que, em razão também de racionalizações familiares, trajetórias se alteram.

Imigrantes brasileiros na Itália podem se tornar agentes de mudanças econômicas nos seus locais de origem. No entanto, a realidade que pesquisamos e a literatura que revisamos nos revelam uma série de questões e pré-requisitos para que a referida correlação se processe. No mínimo, precisa-se entender bem o que se considera desenvolvimento e dar especificidade ao local; confunde-se muito desenvolvimento com progresso, com bens materiais (prédios, casas modernas, aquisição de terrenos etc.). Sem uma real noção do que seja desenvolvimento, sem os seus princípios norteadores, sem a mediação de instituições, de cooperação e co-desenvolvimento, sem planejamento e compreensão de vocações econômicas locais/regionais, sem conhecimento e integração no interior das sociedades etc., não bastam as remessas, pouco adianta a entrada de recursos. Nessa direção, podem até exercer um efeito contrário, ou seja, em vez de estancar a emigração, pode dinamizar ainda mais.

Por isso, há necessidade de um amplo processo de discussão, incentivo, planejamento, mediação, envolvimento de atores sociais para a promoção de

algo mais sustentável e produtivo. As remessas podem sim, como vimos, produzir bem-estar para algumas famílias (consumo, casa, educação, carro, móveis novos, viagens, imóveis e lazer na praia, poupança e outras aplicações financeiras, planos de saúde etc.), dispersar investimentos e recursos, produzir dependências financeiras e resultados paradoxais em relação aos seus objetivos apriorísticos.

Constatamos que não há, nos locais de origem de migrantes, um ambiente socioeconômico, institucional e de representações de entidades sociais orientadas no sentido de maximizar os recursos financeiros (remessas) para a promoção do desenvolvimento. Há, sim, empresas de construção civil, agências de viagens, imobiliárias, instituições de ensino, casas comerciais, agências bancárias, dentre outras, que se mobilizam para absorver “o dinheiro que cai aqui dos estrangeiros [imigrantes]” (entrevista com pai de migrante em Luzerna), sem preocupação direta ou imediata com as atividades produtivas, redução de pobreza, fixação de sujeitos no local de origem, investimentos em educação, saneamento nas cidades, produção agrícola, enfim, desenvolver o local. Vimos que há benefícios individuais (de famílias), mas não sua distribuição efetiva no território regional, aliada a uma política pública de incentivo aos empreendimentos, discussão com agentes e instituições; há, sim, sua dispersão.

Com isso não estamos refutando ou ignorando o importante papel das remessas financeiras e toda a sua carga simbólica, cultural, social e familiar. Elas têm efeitos positivos e, dependendo das situações, podem ter expressão multiplicadora no interior das famílias (renda, padrão de vida, infraestrutura, escolarização etc.). Porém, não necessariamente estejam em correspondência com as intenções de países que recebem migrantes, que desejam se verem livres deles (“investir na casa deles para que não venham na nossa”, como é comum ouvir discursos de políticos na Itália nesse sentido). Acreditamos que recursos (materiais e imateriais) estejam sendo desperdiçados, dispersados e mal distribuídos. Já falamos que não vimos nenhum envolvimento social, político e institucional, para além de alguns setores empresariais já

mencionados, que, de uma forma organizada coletivamente e em coparticipação com atores do âmbito regional, estejam promovendo alguma ação em prol do desenvolvimento local, alternativo e sustentável.

Referências bibliográficas

- ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados). *Tendencias Globales. Desplazamiento Forzado en 2015. Forzados a Huir*. Ginebra: ACNUR, 2015.
- AMBROSINI, M. Un'altra globalizzazione. La sfida delle migrazioni transnazionali. Bologna: Il Mulino, 2008.
- AMBROSINI, M. Richiesti e respinti. L'immigrazione in Italia. Come e perché. Milano: Il Saggiatore, 2010.
- AMBROSINI, M. Il fenomeno delle rimesse. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventitreesimo Rapporto sulle migrazioni – 2017*. Milano: Franco Angeli, 2017, p. 225-235.
- AMBROSINI, M.; BERTI, F. (a cura di). *Persone e migrazioni*. Milano: Franco Angeli, 2017.
- ASSIS, G. de O.; CAMPOS, E. C. De volta para casa: a reconstrução de identidades e emigrantes retornados. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.1, n. 22, p. 80-99, jul./dez., 2009.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BECKER, D. Os limites desafiadores do desenvolvimento. In: **Redes**, v. 3, n.2. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 75-105, 1998.
- BERTI, F. Globalizzazione, migrazioni internazionali e cooperazione allo sviluppo. In: AMBROSINI, M.; BERTI, F. (a cura di). *Persone e migrazioni*. Milano: Franco Angeli, 2009, p. 44-64.
- CASELLI, M. Vite transnazionale? Peruviani e peruviane a Milano. Franco Angeli, 2009.
- CASSARINO, J. P. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REHMU**. Brasília, ano XXI, n. 41, p. 21-54, Jul./dez., 2013.

CENTRO STUDI E RICERCHE IDOS. *Dossier Statistico Immigrazione 2017*. Roma: Fondazione Idos. 2019.

CESCHI S. E.; STOCCHIERO, A. *Capitale sociale e potenziale di investimento nei territori d'origine dei Senegalesi d'Italia*. Torino: L'Harmattan Italia, 2006.

COLOGNESE, S. A. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

DALLABRIDA, V. R. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Unisc, 2005.

DIAS, J. B. A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares. In: TEIXEIRA, C. C. (Org.). **Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 53-76.

FALL, Papa Demba. *Des Francenabe aux Modou-Modou. L'émigration sénégalaise contemporaine*. Dakar: L'Harmattan – Sénégal, 2016.

FRANZINA, E. *La patria degli italiani all'estero*. Bologna: Il Mulino, 2011.

GÓIS, P.; MARQUES, J. C.; PINHO, F. 2017. *Retorno de uma geração preparada. Diagnóstico de situação atual e modelo prospetivo de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação AEP, 2017.

HARRIS, J.; TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. In: *The American Economic Review*, 60 (1), pp. 126-142, 1990.

MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. In: **Estudos Avançados**, 20 (57), maio/agosto, p. 41-54, 2009.

MARTINE, G. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no séc. XXI**. São Paulo: Paulinas, 2005.

OIM (Organización Internacional para las Migraciones). *El bienestar de los migrantes y el desarrollo. Informe sobre las Migraciones en el Mundo*. Ginebra: OIM, 2013.

ONU. *Regolamento del Parlamento Europeo e del Consiglio*. Bruxelles. Documento. 2016.

PAVIANI, J. **Globalização e humanismo latino**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

SAYAD, A. *La Double absence*. Paris: Ed. Du Seuil, 1999.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. In: **Revista Travessias**, v. 13, n. especial, p.7-32, jan., 2000.

SCIDÀ, G. Rivoluzione mobiletica como catalizzatore della globalizzazione. In: *Sociologia Urbana e Rurale*, n. 18, v. 49. Roma, p. 7-26, 1996.

SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedores na microrregião de Governador Valadares**: sonhos e frustrações no retorno. Belo Horizonte: UFMG. Tese de doutoramento em Sociologia Política, 2016.

SOARES, W. Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valadarense. In: **REMHU**, n. 32, ano XVII. São Paulo, p. 47-59, 2009.

TEDESCO, J. C. **Entre Raízes e Rotas**: identidades e culturas em movimento. Itajai/Passo Fundo: Univali/UPF Editora, 2012.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico** – um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

VILLAMAR, M, del C. Replanteando El debate sobre migraciones internacionales y desarrollo: nuevas direcciones y evidencias. **REMHU**, v. 25, n. 51, Brasília, p. 181-198, dez., 2017.

WIHTOL DE WENDEN, C. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: Presses de Sciences Po., 2013.

WIHTOL DE WENDEN, C. Las nuevas migraciones. *Sur*, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.

ZANINI, M. C. C. 2006. **Italianidade no Brasil Meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

A presença de imigrantes brasileiros em terras paraguaias: modernização agrícola e agronegócio

Vanucia Gnoatto

Doutoranda do PPGH/UPF

Ao se estabelecer no Paraguai, entre as décadas de 1960 a 1980, o imigrante brasileiro bastante heterogêneo nos seus perfis econômico, cultural e social começa a cultivar a terra de tal forma que vai transformando o espaço onde se estabelece com a sua família. Nas décadas de 1970 e 1980, vê-se a expansão do processo de modernização agrícola no leste do Paraguai, mais especificamente no Departamento de Alto Paraná. O mesmo processo já estava ocorrendo no oeste do estado do Paraná. Já, na década de 1990, a mesma dinâmica de mecanização e modernização, que levou ao surgimento do agronegócio no Paraná, cruza a fronteira, fazendo surgir com força o agronegócio no leste do Paraguai, mais especificamente nos distritos do departamento de Alto Paraná onde a presença de brasileiro é mais expressiva numericamente.

Nesse sentido, o respectivo artigo visa compreender a agência do imigrante brasileiro no processo de modernização agrícola e do agronegócio no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai. Para isso, metodologicamente, buscou-se analisar falas de imigrantes brasileiros vinculados à atividade agrícola, residentes em alguns distritos do Departamento de Alto Paraná e de retornados residentes em municípios fronteiriços do Paraná. Essas falas são recortes de entrevistas realizadas com um pequeno proprietário de terras em Santa Rosa del Monday, atualmente residindo em Foz do Iguaçu; um grande proprietário de terras em San Alberto; um ex-vereador de Santa Rita, atualmente proprietário de uma indústria; com um ex-vereador de Los Cedrales e esposa, ele caminhoneiro e ela professora e com uma Irmã

religiosa, funcionária de Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, que não possui vínculo com a atividade agrícola, mas com os imigrantes brasileiros¹.

O movimento migratório de brasileiros ao Paraguai teve início ainda na década de 1960. No período das décadas de 1970 e 1980, os movimentos migratórios de fronteira entre Brasil, Paraguai e Uruguai têm como ponto em comum o processo de valorização da terra. Os fluxos migratórios de brasileiros para esses países possuem, segundo Sales, duas naturezas distintas. A primeira é a migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas, que pode ser de grandes ou pequenos produtores familiares. A segunda seria a migração de pequenos produtores e trabalhadores rurais que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnicismo da agricultura, movida pela busca de condições de subsistência (SALES, 1996).

Frente de expansão agrícola e o desenvolvimento econômico

Segundo Baller (2014), no começo, o processo de colonização do Paraguai se caracterizou pelas várias culturas agrícolas e pela exploração de recursos naturais. O primeiro ciclo foi o da madeira, que era comercializada com o Paraná. Após, vem o período do plantio da menta, da qual se extraía o óleo que era comercializado. Também outra marca é a do cultivo de produtos alimentares para a subsistência. Outra cultura agrícola implantada foi do algodão, que ainda é um cultivo significativo no Paraguai. Nos anos 1980, essa cultura agrícola para os imigrantes brasileiros era um agregador de valores e, além disso, representou uma possibilidade de trabalho para um grupo expressivo de brasileiros que entravam no Paraguai semanalmente e trabalhavam de forma sazonal.

¹ Essas entrevistas foram coletadas na minha pesquisa de campo nos distritos de San Alberto, no Paraguai e em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Pesquisa de campo realizada para a elaboração da dissertação de mestrado em História, intitulada: Migrações, trajetórias, retornos: imigrantes brasileiros no Paraguai (1970 - 2018).

Conforme o mesmo autor, entre as décadas de 1970 a 1980, não existia o agronegócio, que surgirá só com a abertura de fazendas de gado, com o desmatamento para o plantio da soja e com a incorporação de terras designadas para os campesinos paraguaios, quantias de terras que começam a ser mecanizadas e usadas para a produção agroexportadora pelos grandes proprietários de terras. Entre o fim de 1990 e o começo do século XXI, o país passa a utilizar um novo modelo de agricultura, que surge devido ao declínio do número de pequenas propriedades que, por sua vez, levou à diminuição de pequenos proprietários, que mesmo possuindo mais de 50 hectares de terra e, por isso, serem considerados médios produtores, ainda trabalhavam de forma familiar. A partir desse momento é intensa a utilização de “recursos tecnológicos no setor rural paraguaio, desde maquinários, até os mais variados insumos para a produção, como defensivos, inseticidas e pesticidas, aplicação de dessecantes, e, sobretudo, a utilização de sementes modificadas” (BALLER, 2014, p. 251).

Ao analisar a década de 1990, Baller percebe a presença de dois grupos diferentes de agricultores no Paraguai: os pequenos e os grandes. Algo que até então era novo dentro da perspectiva das relações sociais. Essa situação

Caracteriza-se com modelo desagregador do pequeno proprietário com o desraigo da terra, uma vez que este acaba cedendo espaço aos grandes e médios proprietários. Os médios e grandes proprietários trabalham de forma a incrementar o agronegócio, fazendo com que a área rural se torne praticamente uma empresa e não um local de reprodução do modo de vida do agricultor, o que também ocasiona o desraigo da terra (BALLER, 2014, p. 256).

Essa presença brasileira na região de fronteira é diretamente responsável pelo avanço de uma frente de expansão agrícola. Para Albuquerque (2005), o conceito de frente de expansão no Paraguai está muito próximo ao entendimento que se tem sobre a frente de expansão no Brasil, pois no país vizinho existem diferentes frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela

faixa do território nacional. Segundo este, fazem parte dessa frente de expansão de camponeses posseiros e seringueiros tradicionais que, por sua vez, entram em choque com as comunidades indígenas que já estão ocupando esses territórios. Com o tempo tem-se “a chegada dos agentes da civilização e da modernização (pioneiros, empresários, empresas multinacionais etc.), os conflitos se acentuam com os posseiros, os camponeses e os grupos indígenas”. Nesse contexto de disputas ocorrem extermínios, negação do outro e descoberta da alteridade (ALBUQUERQUE, 2005, p. 64).

No território paraguaio, as frentes de expansão capitalista são principalmente formadas por agricultores brasileiros, que entraram em choque com setores marginalizados da sociedade paraguaia, especialmente os camponeses e os indígenas. Esses conflitos derivam da forma como os brasileiros, em especial os grandes e médios produtores de soja, estão explorando a terra, transformando o meio ambiente e desestruturando as culturas camponesas e indígenas. O movimento fronteira agrícola produz muitas contradições, desigualdades sociais e tensões políticas e culturais. Os conflitos não acontecem apenas entre grandes proprietários rurais e camponeses, mas também há os étnicos entre descendentes de alemães, italianos e comunidades indígenas. Existem disputas nacionais entre brasileiros e paraguaios e choque entre o nacionalismo paraguaio e os processos de integração supranacional. Essas variadas disputas não estão separadas, mas articuladas e combinadas (ALBUQUERQUE, 2005).

Segundo Vasques (2006), nessa região, o sistema econômico apresenta um conjunto difícil de atores, produtos e processos, onde a fronteira internacional tem um papel essencial não como isolamento territorial, mas como delimitador de sistemas jurídicos, econômicos e, principalmente, tributários que produzem grande dinamismo aos movimentos transfronteiriços. Neste ponto, a fronteira é percebida como um benefício e não como uma dificuldade, pois quase não apresenta como um tribunal territorial, mas mais como um “espaço contínuo” com suas próprias variáveis, onde os atores conseguem credibilidade das diferenças fronteiriças (VASQUES, 2006, p. 55, tradução nossa).

Com o avanço do processo de mecanização agrícola, houve melhorias nas condições de trabalho no campo e um aumento bastante significativo da produção. Nesses distritos fronteiriços foram surgindo feiras agrícolas com a venda de implementos de última geração que estimularam a modernização da propriedade agrícola. Um exemplo de feira é a que ocorre todos os anos no mês de maio em Santa Rita, a Expo Santa Rita². Conhecida como a segunda maior feira realizada no país, expõe tudo o que há de novo no mundo do agronegócio, ligado à agricultura, pecuária e gado de leite. Além de outros serviços e comércios, valem-se desse espaço de grande visibilidade regional e nacional para mostrar os seus produtos. As firmas e bancos aproveitam desse espaço para oferecer os seus produtos e benefícios. O distrito Santa Rita, diante do desenvolvimento econômico advindo do setor agrícola, passou a se denominar “Ciudad Progresista”.

² A Expo Santa Rita é uma feira do agronegócio que recebe expositores do Brasil e Argentina. Promovida anualmente no mês de maio, no distrito de Santa Rita, Paraguai. Em 2019 foi teve a sua 27^o edição. A mesma proporciona shows com cantores populares do Brasil. Ainda sobre a feira, segundo o site do governo departamental, a feira é a segunda mais importante do país considerando o número de visitantes, mas quanto ao número de negócios, é a maior, com retorno de 300.000.000 dólares por ano. Na feira pode apreciar a produção agrícola, pecuária e industrial da região. O evento tem como principais objetivos a promoção das tradições culturais do país, danças, músicas e costumes próprios do folclore. Além disso, se orienta a estimular o incremento da qualidade dos produtos elaborados na zona através da cooperação entre os produtores.

Cartaz de propaganda de Expo Santa Rita



Disponível em: <http://iguassunews.com/turismo-el-destinoiguazu-participa-de-la-expo-santa-rita-en-paraguay/>. Acesso em 29 de maio de 2021.

Esse avanço do agronegócio é bastante perceptível dos dois lados da fronteira. Para Szekut, atualmente, “o agronegócio é a principal prática econômica no país, e é composto por redes transnacionais” (SZEKUT, 2018, p. 80). Ou seja, é algo interligado entre grupos dos dois países, que buscam assegurar e aumentar os ganhos econômicos por esse movimento dinâmico. O relato ajuda a entender essa dinâmica:

Todo santo dia, salvo exceções, vai plantadeira, vai carregadeira, vai uniport, são máquinas caríssimas, tudo de R\$150.000, vai trator, vai patrôla, daqui [Brasil] pra lá [Paraguai], carros vão pra lá, equipamentos para silo vão. É o agronegócio de lá. Em contrapartida, eu não tinha essa visão porque a gente está lá, produz e entrega, eu estou na roça no Paraguai, na agricultura, produzo e entrego no silo, ou na cooperativa. Então, depois que eu vim pra cá [Brasil], eu [me] dei [por] conta dos caminhões que vem pra cá e trazem a produção de lá pra cá, aí eu vi de noite, na entrada da noite, centenas e centenas de caminhões que trazem a produção que vai pras cooperativas, pros portos, pra Cascavel, pra moagem, pra completar em Santa Catarina, abastecer o milho em Santa Catarina (Pequeno agricultor, Foz do Iguacu, 14 jan. 2019).

A proximidade com a fronteira leva a essa imensa circulação de riquezas primárias como grão, que passam a mesma e são destinados aos portos, cooperativas e indústrias de beneficiamentos do Brasil. Já, por outro lado, como relata o entrevistado, se percebe uma movimentação intensa de maquinários e equipamentos agrícolas e carros de alto valor econômico que entram no Paraguai. Estes refletem a intensidade da movimentação de capital entre a fronteira dos dois países.

Nestes distritos, o agronegócio aparece como um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico da região. Na foto abaixo, tem-se o pórtico de entrada do distrito de San Alberto, localizado ao norte do departamento do Alto Paraná. Devido à forte influência do agronegócio na economia do município, o mesmo se autodenomina como a capital do agronegócio, exibindo uma réplica da uniport, máquina utilizada para passar veneno nas plantações de monocultivos como a soja.

Pórtico de entrada do distrito de San Alberto



Fonte: Acervo pessoal de Vanucia Gnoatto

Para Silva (2007), a colonização e ocupação da fronteira oriental, estimuladas pelo governo do Paraguai, motivaram não somente colonizadoras brasileiras, mas favoreceram a entrada expressiva de grandes empresas agropecuárias, que possuíam capital mundial. Inicialmente no período pioneiro, essas operavam no setor madeireiro, mas com o tempo foram atuando em outras áreas, como na produção de carne, soja e outras culturas comerciais, levando conseqüentemente a uma diminuição de empregos no campo e, conforme as áreas de mata eram abertas, aumentaram o desequilíbrio na disputa por terras mais férteis, gerando o problema da concentração fundiária.

Contradições desse processo de modernização e agronegócio

Entre os imigrantes colonos sul brasileiros, percebe-se o predomínio de certos modelos agrícolas e o avanço do agronegócio que foi modificando a forma de interação com o território, tanto no Brasil como no Paraguai. Já entre os paraguaios, nota-se muito forte ainda e resistindo a todo o tipo de pressão uma relação com a terra que vem de uma herança milenar indígena. Sobre a forma de cultivo da terra a entrevistada afirma que:

De certa forma a cultura brasileira se impôs à do Paraguai. Talvez pelo maior domínio do brasileiro no cultivo terra, porque o paraguaio, em sua maioria de descendência indígena, respeitava a terra, as matas, os rios e a natureza em geral. Para eles a flora e a fauna só eram utilizadas para o sustento diário. O brasileiro começou mecanizando a terra e destruindo toda a mata, utilizando o espaço para grandes áreas de plantação de soja e milho. Mais tarde criação de gado. Empurrando o campesino para fora de seu habitat (Irmã religiosa, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

Segundo Silva (2007), o embate das duas frentes de expansão tem levado a uma expressiva expulsão e empobrecimento dos colonos paraguaios que não possuem títulos das mesmas. Essas terras, por sua vez, têm sido adquiridas por

agricultores brasileiros, que na sua grande maioria também haviam passado por um processo de marginalização nos seus locais de origem, devido à modernização agrícola e do avanço das monoculturas de exportação.

A frente de expansão brasileira no Paraguai é bastante plural. Por um lado, tem-se os imigrantes que vieram do Sul com poucas ou boas condições e, por outro, grupos que vieram de outras partes do Brasil que chegaram

Com a intenção de comprar um pedaço de terra para sua sobrevivência, a maioria dos pequenos proprietários estabeleciam uma convivência mais próxima com os nativos. Eram pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhavam para terceiros, muitas vezes em troca de meios para sobrevivência (Irmã religiosa, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

O avanço dessa frente agrícola, na segunda metade do século XX, por sua vez levou a um desmatamento desenfreado na região leste do Paraguai. Pela falta de uma consciência ambiental e acima de tudo por interesses econômicos, em poucos anos uma região de mata se transformou em lavouras, ocasionando problemas ambientais sérios. Em sua fala, o ex-vereador de Santa Rita expõe essa problemática e ressalta a necessidade de preservar as áreas verdes presentes no município:

Hoje se está falando muito de meio ambiente e o agronegócio tem muito a ver com isto, mas eu sempre digo não adianta você hoje buscar culpados dessa desmatção e sim, porque eu acho [que] isso era uma época em que todos pensavam [que] era necessária, até bancos, financeiras davam empréstimos para fazer desmatamento. Hoje a mentalidade é diferente. Então não adianta hoje achar culpados, hoje tem que tentar preservar o que restou e tentar recuperar o que foi destruído. Isso eu ainda acho que em Santa Rita e nossa região falta muito essa consciência, até pela cidade, de se preservar áreas verdes e fazer com que isso seja um pulmão para a cidade porque a tendência é que Santa Rita se torne cada vez maior (Ex-vereador de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Os bancos e financeiras disponibilizavam recursos para os colonos poderem realizar as destocas em suas propriedades, em um contexto em que a política de governo visava o desenvolvimento agrícola da região. Com o tempo as políticas de governo se modificaram e começou-se a criar leis ambientais. Porém, como o pequeno agricultor relata, há pouca fiscalização quanto ao cumprimento destas leis.

O Banco [Nacional] do Fomento paraguaio financiou muito a destoca, muito [...]. Uma vez, daí o agricultor começou a dar sobra e com essa sobra ele avançou na destoca. Então, em [19]84 e [19]85 terminou a destoca [...] e onde fica o meio ambiente? Um governo que na época incentivou, financiou a destoca, em [19]78 a [19]85, na década de 90, começa a fazer o contrário, reflorestar as nascentes, começa as leis ambientais, mas ele deixou a sorte, a sorte. Tanto é que nós avançamos muito, os imigrantes avançaram muito sobre o meio ambiente infelizmente [...]. Por que se avançou o sinal vermelho? Porque ninguém falou, os agricultores queriam terras (Pequeno agricultor, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O entrevistado levanta a questão do desmatamento, algo que nessa região do Paraguai se deu de forma intensa e rápida. Ao cruzar-se pela estrada de acesso ao centro de Santa Rosa del Monday, viam-se as marcas desse processo: tratores e esteiras expostos nas ruas, como relíquias de um passado em que a frente pioneira adentra nesses distritos.

Além disso, somam-se também os problemas ambientais e para a saúde das populações devido ao uso excessivo de agrotóxicos. O sociólogo Ramón Fogel afirma que existem evidências conclusivas de que a utilização de herbicidas e inseticidas está poluindo os solos e fluxos de água e prejudica a saúde das comunidades próximas a grandes fazendas; especialmente são apavorantes as pulverizações aéreas sobre pessoas, cultivos camponeses, fauna, flora e água; Devido ao inevitável efeito que resulta, o veneno prejudica locais que não têm plantações, assim sendo, seu uso nas proximidades dos assentamentos é inadmissível, nesse sentido, em países como a Colômbia a utilização não é permitida (FOGEL, 2005, p. 73, tradução nossa).

O processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, impede a permanência dos pequenos agricultores no campo, pois não possuem recursos para investirem em maquinários necessários para os cultivos das monoculturas, em especial da soja. A fala do entrevistado ajuda a se compreender essa realidade, pois consegue-se perceber com bastante clareza como esse processo começou em Santa Rosa del Monday.

Com a queda do Strossner, o capital estrangeiro entrou [...]. [19]89, [19]90 caí o Strossner, muda a economia do país, abre a economia do país, antes nós éramos uma comunidade totalmente rural, Santa Rosa [de Monday]. Em [19]89 e [19]90, já sai a Expo Santa Rosa, o que era a Expo? As firmas daqui [Brasil] foram vender tratores lá [Paraguai] porque o campo de vendas de tratores e máquinas lá é muito! Não parou! A tecnologia chegou lá, mas ela também tirou muita gente da lavoura, inclusive eu, não tive condições de acompanhar isso. Como vou comprar trator com pouca terra? (Pequeno agricultor, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O processo de mecanização foi intenso e impactante, principalmente, para os pequenos agricultores que não conseguiram fazer frente ao mesmo por não possuírem recursos econômicos para isso tendo que, na grande maioria das vezes, retornar para o Brasil, levando ao fim de algumas comunidades no Paraguai criadas por eles. Na fala do ex-vereador de Los Cedrales e de sua esposa professora, pode-se perceber como se deu esse processo naquele distrito:

Los Cedrales começou na faixa de [19]72, começaram a desmatar Cedrales. Daí ela foi, claro trabalhando com muita gente, porque se trabalhava com menta e se precisava de mão-de-obra. Então, a partir dos anos [19]85/[19]86 para cima, essa parte de menta foi saído e as pessoas foram novamente migrando e as terras foram se destocando, a maquinária entrou e o povo saiu, hoje o resultado daquilo lá é que aonde se tinha, no caso 200 famílias tem 2 [família]. A mecanização expulsou esse povo, porque se você morasse em [Los] Cedrales e tivesse 5 alqueires de terra passa[va] fome, passa[va] fome! Pra sobreviver na agricultura, na região do Paraguai, tem que plantar no mínimo de 15 a 20 alqueires, e ser estruturado no mínimo, pra sobreviver, e pra se fazer o fuzuê do Paraguai são de 100

alqueires a cima, [...] porque os custos são altos. Hoje que os bancos lá estão investindo com juros baratos, [...] [naquela época] o banco dava pro grande e o grande repartia com o pequeno. Naquela época, financiava o dono do silo, ia lá pegava o volume do dinheiro grande, repartia. Ele pegava meio por cento e repartia por cinco. Aonde que isso foi esgaçando o povo. E qualquer imprevisto do tempo o pequeno não colhia e ficava com a dívida lá, daí tinha que ir vendendo (Ex-vereador de Los Cedrales e esposa professora, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

A fala do casal traz presente o fim do cultivo da menta em Los Cedrales e o início do processo de mecanização agrícola, que elevou os custos de produção agrícola principalmente para os pequenos agricultores que dependiam de empréstimos com juros altos contraídos junto aos donos dos silos. O que, por sua vez, leva à dependência destes aos seus credores. O fim do cultivo da menta e a mecanização levaram também à diminuição de trabalho braçal no campo. Diante dessa nova realidade, a migração para a cidade ou para outros departamentos paraguaios e, principalmente, para o Brasil foram as opções que estes imigrantes tiveram.

Uma pequena parcela dos agricultores foi se capitalizando cada vez mais no Paraguai e se aproveitando das condições favoráveis, buscando terras entre os próprios brasileiros, lançando ofertas a estes que por muitas vezes não se encontram em condições favoráveis e acabam aceitando as propostas. A fala do ex vereador de Santa Rita ajuda a entender essa realidade:

Quem tem dinheiro faz dinheiro, e daí o pequeno agricultor ele sofre porque é tão acossado, é tão perseguido em ofertas que acaba vendendo a sua propriedade. Porque hoje, é verdade, por exemplo, quem tem área grande, antigamente qualquer um fazia serviço pro outro, prestava serviços, é claro cobrava, mas fazia. Hoje quem tem essas máquinas prefere pagar a renda pra você e eles plantar do que fazer o serviço pra você, e isso porque a arrenda pra eles é maior [...]. Hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante, ele produz emigração (Ex-vereador de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

A fala do entrevistado mostra que, com o processo de modernização agrícola, houve uma mudança nas relações de trabalho. A prática de prestar serviços de forma remunerada, própria de um sistema comunitário onde a entre ajuda para com os vizinhos que não tinham maquinários era praticada, dá lugar a ações capitalistas que visam ao lucro. A constatação do entrevistado de que “hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante produz emigração” possibilita refletir sobre a realidade atual dos emigrantes brasileiros no Paraguai que possuem mais recursos e com isso preferem arrendar ou adquirir as terras de quem pouco possui recursos e terras para trabalhar com o monocultivo. O que, por sua vez, levará a um novo processo migratório desses sujeitos.

Constata-se, a partir da fala, ainda, que existem grupos muito heterogêneos de imigrantes naquele país, somente uma parcela pequena é capitalizada e tende a se beneficiar em situações de crise econômica e avanço do agronegócio, pois os mesmos tendem a expandir as suas propriedades a partir da aquisição de terras ou arrendamentos das dos pequenos agricultores brasileiros que não conseguem mais fazer frente a essa nova realidade. O relato abaixo dá uma ideia da grande oferta de terras que se dá com a saída do pequeno agricultor do campo.

Naquela época não sei o que deu. Quando deu aquela febre eu vendo vou embora, eu vendo vou embora, e muita gente vendeu [e] foi embora. Foi o ano em que as terras eram dadas, o ano em que eram mais baratas, nos anos 90 as terras eram dadas. Porque se tinha 100 brasileiros 90 queria ir embora, e quem ficou se deu bem [...]. Nos anos 90, as terras aqui não valiam nada, se compra 25 hectares a troco de espingarda. Entrou a soja com um preço bom, safra boa e outro comprou, e outro comprou. E hoje pra comprar um pedacinho de terra não tá fácil, ninguém quer vender hoje. Como hoje, aqui no Paraguai, tá um Paraná da vida, não tem o que tirar! (Grande proprietário de terras, San Alberto, 29 jul. 2019).

A fala do entrevistado mostra a intensa migração de retorno para o Brasil, num período em que tem-se o fim da ditadura no Paraguai, o início do processo de mecanização que começa a inviabilizar a permanência no campo. O que levou a uma grande oferta de terras, com preços bastante acessíveis. Por fim, o entrevistado conclui que na sua região do Paraguai está como no Paraná, ou seja, não se encontram mais terras de cultivo para se adquirirem devido ao processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, que supervalorizou as mesmas.

O avanço do agronegócio nesses distritos modificou significativamente essa região, que atualmente é considerada uma das mais desenvolvidas economicamente do Paraguai. Porém, se por um lado o agronegócio e o processo de modernização agrícola trouxeram melhorias para o setor agrícola e distritos como um todo, também conduziram a problemas ambientais, conflitos agrários pela propriedade da terra e a exclusão social dos pequenos agricultores, que possuíam poucos recursos financeiros para permanecer no campo. Forçando-os a um novo processo migratório, seja ele para as cidades, para outros distritos do Paraguai ou de retorno para o Brasil.

Com base nas narrativas coletadas e nos referenciais bibliográficos, conclui-se que o processo de modernização agrícola, que em alguns anos após levou ao surgimento do agronegócio, possibilitou o desenvolvimento econômico dos distritos do Departamento de Alto Paraná onde a presença brasileira é mais intensa numericamente. Porém, esse processo se mostra contraditório, pois, se de um lado o agronegócio aumentou a receita econômica do país, de outro vê-se que apenas uma pequena parcela capitalizada foi beneficiada, o que levou a se acentuar a desigualdade social entre grupos de brasileiros e entre brasileiros e paraguaios. Trouxe problemas ambientais, devido ao desmatamento e à utilização abusiva de agrotóxicos. Acentuou os conflitos no campo. Além disso, inviabiliza a presença do pequeno agricultor brasileiro e paraguaio no campo, levando com que esses busquem recorrer novamente à mobilidade.

Ao analisar-se a frente de expansão agrícola no Paraguai, é importante perceber como o imigrante se coloca nesse processo, pois quem migrou é fruto de uma frente de expansão. No Paraguai produz uma frente pioneira e nesse país, em sua grande maioria, passa a ser vítima da frente de expansão, por isso retorna. Ou seja, é vítima duplamente ou o processo não deu certo. Tanto no Brasil como no Paraguai é o processo de modernização agrícola que vai levar ao agronegócio que, por sua vez, vai impulsionar os movimentos migratórios, tanto para os centros urbanos desses distritos quanto de retorno para o Brasil.

Referências:

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005.

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteirços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Tese (Doutorado em História). 2014. 335f. Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em História, Dourados, 2014.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Rev. Brasileira de Estudos Pop.**, Campinas, v. 1, n. 13, p.87-98, mar. 1996.

SILVA, Henrique Manoel. *Fronteiros: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000*. 2007. 290f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2007.

SZEKUT, Andressa. *Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai: memórias, representações e territorialização*. 2018. 344f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y Población:** nuevas dinámicas regionales en el Paraguay, ADEPO, GTZ, UNFPA, Asunción, 2006.

Le piccole ballerine: o resgate da cultura italiana através da dança em Porto Real/RJ

Alinne Ferreira da Silva

Graduanda em Turismo pela UFRRJ/CEDERJ

Porto Real é um pequeno município localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, na Região do Médio Paraíba, e faz fronteira com as cidades fluminenses de Resende, Quatis e Barra Mansa. O território, que atualmente é considerado um polo industrial significativo no Estado do Rio de Janeiro, conta com uma história única e consolidada, principalmente, a partir de imigrantes italianos que povoaram a região no final do século XIX.

Figura 1 – Localização da cidade de Porto Real/RJ



Fonte: Wikipédia, 2021.

A colônia tem sua origem na década de 1870 quando Clementina Tavernari, conhecida como Adelina Malavazi no Brasil, recebeu do Governo Imperial a responsabilidade de trazer cinquenta famílias da região norte da Itália para povoar um núcleo na então Província de Santa Catarina. Já com 54

anos e com a saúde comprometida, Adelina acaba nomeando o professor italiano Enrico Secchi como responsável pela organização da travessia (LIMA, 2005, p. 44). É importante destacar que é a partir dos relatos do diário de Secchi, que conta a experiência da travessia e de sua vida privada em terras brasileiras, que conhecemos com mais detalhes este fluxo migratório.

Após a escolha das famílias (foram muitas as inscrições) e validação dos documentos e passaportes, a embarcação do navio Anna Pizzorno com os imigrantes das regiões de Módena, Mântova, Ferrara, Parma e Réggio saiu em dezembro de 1874 e chegou no Brasil em fevereiro do ano seguinte, como retratado na arte na sede da Associação Vittorio Emanuele II (Figura 2), em Porto Real. As famílias, já no Brasil, foram transferidas para a Colônia de Porto Real que abrigava naquele momento alguns colonos suíços e franceses que cultivavam cana-de-açúcar, milho, arroz e mandioca em pequena escala (PORTO REAL, 2020, p. 15).

Figura 2 – Painel do Navio Anna Pizzorno, sede AVE II



Fonte: Foto da autora, 27 maio 2021.

De acordo com o texto, na mesma década a Província do Rio de Janeiro estabeleceu na região da Colônia a criação de um engenho de cana-de-açúcar – a Usina Açucareira, como veremos adiante –, objetivando o desenvolvimento do local, no que até então havia sido uma região cafeeira (PORTO REAL, 2020, p. 15). Em 1975, os imigrantes italianos se estabeleceram no núcleo colonial de Porto Real com auxílio do Governo que ajudava com médicos, alimentos e itens de subsistência. Mais tarde, após serem consultados, algumas famílias decidiram retomar a viagem para o sul em função do clima, quando a maioria, já adaptada ao lugar, optou por permanecer ali (LIMA, 2005, p. 46).

Ainda segundo Lima (2005), Porto Real se manteve como Colônia até 1879, quando ocorre a emancipação em relação ao Governo Imperial, se tornando parte do distrito de Resende. Essa condição se mantém por décadas até a criação da Lei Estadual nº 2494 de 1995, que transforma o distrito em município (PORTO REAL, 2020, p. 51). No entanto, os imigrantes italianos continuaram na região ao longo desses anos e consolidaram raízes da cultura de sua terra natal que estão presentes até hoje na cidade.

Um dos principais pilares representativos da cultura e da memória italiana em Porto Real atualmente é a Associação Vittorio Emanuele II (AVE II), uma entidade sem fins lucrativos fundada em 1989 por descendentes de italianos com o objetivo de “resgatar, para preservar e difundir a cultura italiana em toda a região, contribuindo com o desenvolvimento local sustentável, através do turismo, a fim de manter ativos os hábitos e costumes dos imigrantes”¹ (MIGRER, 2021). A Associação também promove oficinas de gastronomia e dança, exibição de documentários, ensino do idioma italiano, além de eventos como almoços e jantares com comida típica, festas e projetos que impulsionam a cultura italiana na cidade.

¹ No original: “salvare, preservare e diffondere la cultura italiana in tutta la regione, contribuendo allo sviluppo locale sostenibile attraverso il turismo, al fine di mantenere attive le abitudini e le abitudini degli immigrati”.

Dentre elas, a Festa da Cultura Italiana de Porto Real, que acontece desde 1998, é a que mais mobiliza a população, começando na sexta-feira com a nomeação da rainha e princesa da festa, se encerrando no domingo, com o famoso Almoço Della Mamma (PORTO REAL, 2020, p. 18). São três dias (do segundo final de semana de junho) com apresentações, shows, exposição e homenagens aos descendentes italianos, além das famosas tendas com culinária italiana.

A Festa é realizada na Semana da Cultura Italiana, estabelecida pela Lei Municipal 051/09 Cacilda Verri Marassi, que prescreve a celebração da cultura italiana no município a partir de atividades de lazer e educação. A Festa também está oficialmente inserida no calendário turístico do Estado do Rio de Janeiro pela Lei Nº 8.069 de 17 de agosto de 2018.

Além disso, de acordo com Porto Real (2020), a AVE II criou o projeto Memória Viva que conta com registros e arquivos de imigrantes e descendentes que marcaram e marcam a formação histórica de Porto Real com suas narrativas e vivências. Fundou também o grupo de dança italiana Le Piccole Ballerine em 1998, que faz parte do projeto e é o objeto de estudo desta pesquisa. O grupo foi criado pensando, segundo a própria Associação, na “transmissão da alegria – característica típica dos italianos – [...] com o objetivo de aproximar o público das manifestações culturais que fazem parte de nossa história” (AVE II, 2021).

Em entrevista, uma das professoras que faz parte desde o início do projeto Le Piccole Ballerine, Catarina Souza² acredita que a criação do grupo é uma iniciativa importante para a cidade de Porto Real. Em suas palavras:

“Sem sombra de dúvidas, Porto Real é conhecida como a primeira colônia italiana do Brasil, e essa cultura não pode acabar, temos que dar continuidade para que os filhos, netos, bisnetos continuem difundindo a cultura italiana através da

² Os nomes e sobrenomes de todos os entrevistados foram alterados para manter o sigilo mediante termo de livre consentimento.

dança. O grupo de dança ficou tão conhecido que no primeiro programa Gente Inocente da Globo fomos convidados para se apresentar no palco do programa, foi na época da novela Terra Nostra. Levamos o nome da cidade para região do estado e fora dele” (SOUZA, 2021).

A professora e coreógrafa, que atualmente coordena o projeto, relata que o grupo de dança é aberto para todos interessados, tendo ligação direta ou não com a descendência italiana, na qual o requisito para participar é “[...] ter compromisso e muita animação” (SOUZA, 2021). A primeira turma do Le Piccole Ballerine contava com oito meninos e doze meninas de 08 a 11 anos e se manteve até 2003, quando a idade das meninas já não era mais compatível com o nome do grupo. Assim, foi criado o grupo Nostra Itália (que atualmente de chama Belle Ballerine) para dar continuidade à primeira formação e, segundo a professora, “[...] como tinha meninas menores interessadas a participar do grupo de dança, foi feita outra formação do Le Piccole. As polentinhas foi [criado] com criança de 05 a sete anos” (SOUZA, 2021).

A também professora Fernanda Costa (2021) assumiu o grupo em 2014 e nos conta que atualmente são três formações no projeto: as Polentinhas e seus Porpetones com crianças de 6 a 10 anos; Le Piccole Ballerine e seus Porpetones, com meninas e meninos de 11 a 14 anos; e o Belle Ballerine composto por meninas com idade superior a 14 anos. São cerca de 30 pessoas que participam do projeto (entre alunas e professoras) que não se encontram por conta da pandemia da Covid-19: “infelizmente não tivemos muito contato nos últimos meses, mantemos o grupo no whatsapp e pretendemos retornar os ensaios assim que possível” (COSTA, 2021).

Quanto ao repertório, nos primeiros anos do projeto eram utilizadas apenas músicas e danças folclóricas italianas, tais como *tarantella*, *funiculì funiculà* e *la bela polenta*. Posteriormente, as músicas foram se mesclando (sem fugir dos passos tradicionais) com outros estilos: forró, valsa, rock e balé. Souza (2021) relata que: “os meninos entraram no grupo quando precisei fazer uma coreografia de *Mérica Mérica*, ela é estilo valsa e precisa de

garotos, aí que eles entraram”. As músicas *quel mazzolin di fiori*, *reginella campagnola* e *su la cita de monte belo* também fazem parte da *playlist* que, segundo Costa (2021), conta com mais de 20 músicas.

A professora Fernanda ainda relata que há uma assimilação da dança com a tradição italiana por parte das dançarinas porque a história por trás das músicas é contada nas aulas. Souza (2021) também reforça que as danças e coreografias tem relação com a história dos imigrantes, já que os mesmos dançavam como forma de se entreter e relembrar de sua terra natal. A partir dos depoimentos, é possível interpretar que a dança é adotada como uma tentativa de montar uma memória passada e que provoca um espaço de troca cultural e atemporal entre os envolvidos (GIRÃO; DADALTO, 2014).

Aqui, tratamos a memória como “[...] um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). No caso da colônia italiana, concordamos com Pollak (1992) quando ele descreve que a memória pode se firmar a partir de acontecimentos não vivenciados pela pessoa, isto é, por meio da socialização histórica o fenômeno de identificação com o passado é tão forte que é como se a memória fosse herdada e transmitida, principalmente entre as primeiras gerações de descendentes.

Na sede da Associação Vittorio Emanuele II, lugar de encontro e ensaios do grupo de dança, nos deparamos com os trajes e figurinos das bailarinas. Souza (2021) nos conta que nos primeiros anos as mães eram muito participativas, ajudando com ideias e custos das roupas, ressaltando o importante papel delas no projeto. Seyferth (2015) afirma que o uso de trajes “típicos” e as danças folclóricas possuem caráter simbólico e estão presentes em festivais e eventos que retratam a imigração italiana no Brasil.

Figura 3 - Figurino das Bailarinas, sede AVE II



Fonte: Fotos da autora, 27 maio 2021.

O projeto, no entanto, encontra alguns desafios no caminho. Um deles é o envolvimento das famílias e crianças na dança, que ultimamente vem diminuindo, além da preocupação mais recente quanto a não realização da Festa da Cultura Italiana por dois anos seguidos (2020 e 2021) devido as consequências que a pandemia tem causado, prejudicando – entre tantos outros segmentos – o setor de eventos:

“Te digo que esse interesse vem diminuindo, antes as crianças e jovens se interessavam mais pela cultura do município. Desde de

2009 a cidade trabalha a cultura italiana dentro das escolas uma semana antes da festa, geralmente na última semana de maio, para despertar esse interesse. Mas vejo hoje que com tantas outras coisas que as redes sociais e a mídia oferece acaba atraindo outros interesses para eles. Uma pena tudo isso, nas reuniões da associação sempre discutimos sobre isso, não podemos deixar apagar essa história no município. Com dois anos sem a festa as coisas tendem a piorar” (SOUZA, 2021).

A falta de envolvimento do público-alvo do projeto, que são as crianças e adolescentes, com as práticas culturais promovidas pela Associação pode ser compreendido pelo distanciamento que os mesmos tem com os imigrantes e as primeiras gerações de descendentes, além de que a industrialização na região provocou novos fluxos migratórios contemporâneos que não possuem ligação e, assim, identificação direta com as raízes italianas.

É importante destacar que o território se transformou ao longo dos anos, assim como os costumes, tradições e valorização da terra, visto que o surgimento da Colônia se deu tendo a agricultura e, em especial, a cana-de-açúcar como principal produto da atividade econômica da época e atualmente o município é um dos principais polos industriais do eixo Rio-SP que conta com inúmeras empresas, principalmente, do ramo automobilístico. O perfil e o caráter rural da cidade permanecem em meio as indústrias que se consolidam através do tempo, realçando os contrastes da ação humana.

Outro fator a ser considerado, presente na citação acima, é o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e de multimídias que moldam o que conhecemos por globalização cultural, resultado do intenso fluxo de informações mais a industrialização do simbólico (cultural) nessas novas dinâmicas de multimídias (ALVES, 2010). Essa expansão trouxe a sensação de homogeneidade e padronização cultural em contraste com a identidade regional que, de acordo com Alves (2010), se torna um movimento pela preservação e promoção da diversidade.

Já a ausência da Festa (que é um dos principais canais de arrecadação de fundos para a Associação) e dos jantares e almoços típicos também traz insegurança financeira. Além disso, a falta de interesse e de apoio de autoridades da região é vista com preocupação, considerando a quantidade de empresas que

se encontram na cidade e o grande potencial existente que poderia auxiliar na promoção de projetos e eventos que a AVE II idealiza para a população de Porto Real e para todos interessados na cultura italiana de forma geral.

Figura 4 – Painele Le Piccole Ballerine



Fonte: Foto da autora, sede AVE II, 2021.



Fonte: Foto da autora, sede AVE II, 2021.

O grupo de dança já participou de inúmeros festivais e apresentações em eventos de Porto Real e de outras cidades, sendo o principal deles a

própria Festa da Cultura Italiana do município. As fotos acima (Figuras 4 e 5), exibidas na sede da AVE II, são de uma apresentação no Horto Municipal de Porto Real, onde está localizada também a Casa do Imigrante, um museu que conta com um acervo de diversos objetos e fotografias da época da colônia e expõe várias histórias em homenagem àqueles que construíram e fortaleceram o município:

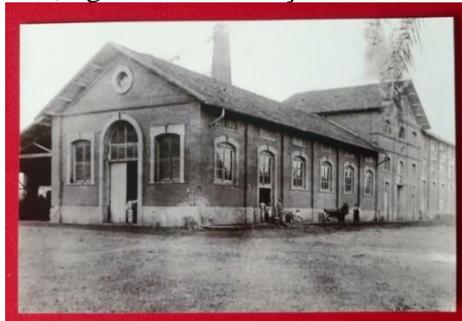
Figura 6 - Casa do Imigrante



Fonte: Fotos da autora, 27 maio 2021.

Porto Real, que possui uma população estimada para o ano de 2020 de quase 20 mil pessoas (IBGE, 2021), teve seu desenvolvimento industrial a partir da Companhia Fluminense de Refrigerantes em 1946, na antiga Usina Açucareira, e a criação de um polo industrial privado na região nos anos de 1970, com a intenção de atrair novas empresas (LIMA, 2005). O prédio da Usina que foi o Engenho Central de Porto Real, primeira indústria local inaugurada em 1889 para a produção de cana-de-açúcar na colônia, fica às margens do rio Paraíba e hoje é um dos principais símbolos da cidade, que retrata bem as diferentes épocas vivenciadas no município.

Figura 7 - Usina Açucareira II



Fonte: Visite o Brasil, 2021.³

Figura 8 - Usina Açucareira II



Fonte: Foto da autora, 27 maio 2021.

³ Site Visite o Brasil disponível em: <<https://www.visiteobrasil.com.br/sudeste/rio-de-janeiro/atrativos/porto-real>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

“Essa progressão que vai da colônia à cidade industrial está presente no monumento em homenagem aos imigrantes italianos onde, além do ideal de desenvolvimento, destaca-se a família, a unidade social primária privilegiada também pela política imigratória brasileira que idealizou a colonização baseada na pequena propriedade agrícola policultora explorada com trabalho familiar” (SEYFERTH, 2015, p. 12).

As famílias emigrantes italianas trouxeram consigo os costumes, valores, danças, músicas, festas e comidas para a nova moradia, reforçando a ideia de que “a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino” (NICOLI, 2016, p. 15). As tradições, que migraram junto com os colonos, permaneceram e se modificaram na nova terra, assim como as “memórias e identidades não são coisas fixas, mas representações e construções da realidade, fenômenos que são mais subjetivos do que objetivos” (SANTOS, 2010, p. 39).

O objetivo desse estudo foi compreender como o projeto Memória Viva contribui para a manutenção da cultura italiana no município de Porto Real, na qual, para além de um histórico do projeto, podemos perceber como a importância dessa manutenção varia de acordo com as gerações, sobretudo quando prestamos atenção nos depoimentos que constatarem que os jovens atualmente possuem interesses diversos que são proporcionados, principalmente, pelas redes sociais. Outra descoberta prevista foi sobre o impacto que as consequências da pandemia de Covid-19 tiveram nas atividades de reavivamento e manutenção dessa herança cultural italiana.

Assim, o grupo *Le Piccole Ballerine*, através do projeto Memória Viva, procura – através da educação e prática da dança para as crianças e jovens da cidade – ressignificar a cultura italiana que está enraizada na formação histórica da cidade, onde entendemos que “por meio da dança, seus membros buscam representar aquilo que a imaginação coletiva local compreende ser a imigração” (GIRÃO; DADALTO, 2014, p. 80). O projeto é uma estratégia adotada pelos descendentes de imigrantes que buscam o reconhecimento de suas raízes e, mesmo com desafios provocados por fatores externos e internos,

se estabelece como uma iniciativa importante para o desenvolvimento cultural e social da cidade.

Referências

ALVES, Elder Patrick Maia. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global.** Soc. estado. [online], vol.25, n.3, pp.539-560, 2010.

AVE II. Grupo LE PICCOLE BALLERINE. **Associação Vittorio Emanuele II**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ave2.com.br/danca.html>>. Acesso em: 21 maio 2021.

COSTA, Fernanda. Entrevista II. [09 jun. 2021]. Entrevistadora: Alinne Ferreira. Porto Real, 2021. 1 arquivo .docx (2 páginas). Entrevista concedida para elaboração da pesquisa “**Le Piccole Ballerine: o Resgate da Cultura Italiana através da Dança em Porto Real/RJ**” da entrevistadora, jun. 2021.

GIRÃO, Filipo C.; DADALTO, Maria Cristina. **Poder e Representação do Passado no Presente na Dança.** Revista Ágora, Vitória, n. 19, p. 78-85, 2014.

IBGE **Cidades.** Porto Real – Panorama, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/porto-real/panorama>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LIMA, Raphael J. da Costa. **Açúcar, Coca-cola e Automóveis: Ação Político-Empresarial na Construção de um “Município Modelo” em Porto Real (RJ).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 163 p., 2005.

MIGRER. **Associação Vittorio Emanuele II** – Porto Real – Rio de Janeiro. Museo Virtuale Dell’Emigrazione Emiliano-Romagnola Nel Mondo, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.migrer.org/associazioni/associacao-vittorio-emanuele-ii/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NICOLI, Sandra. A reterritorialização e a formação do território “italianizado”: entre tradições e costumes. **V SIMPOSIO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – MEIO AMBIENTE E DIREITO À VIDA, PUC Minas, Belo Horizonte (MG),** 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO REAL. Prefeitura Municipal de Porto Real. **Produto 2** – Caracterização Municipal do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Porto Real (RJ), jan. 2020.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. **Revista Inter**. Mob. Hum., Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 27-43, jan./jun. 2010.

SEYFERTH, Giralda. Prefácio. In: SANTOS, Miriam de Oliveira. **Bendito é o fruto**: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos. Rio de Janeiro – Léo Christiano Editorial, 220 p., 2015.

SOUZA, Catarina. Entrevista I. [31 maio 2021]. Entrevistadora: Alinne Ferreira. Porto Real, 2021. 1 arquivo .docx (8 páginas). Entrevista concedida para elaboração da pesquisa “**Le Piccole Ballerine**: o Resgate da Cultura Italiana através da Dança em Porto Real/RJ” da entrevistadora, maio 2021.

As narrativas visuais dentro da discussão territorial da identidade cultural subversiva de Arnaldo Albuquerque.

Cícero de Brito Nogueira – Mestre – UFPI (cicero@ufpi.edu.br)

Núbia de Andrade Viana - Mestra – UFPI

Introdução

Tratar o cotidiano a partir da discussão simbólica no quadrinho de Arnaldo Albuquerque também engloba os limites e fronteiras das migrações culturais. O trabalho construído pelo piauiense desde a década de 1960, passou por um conjunto de multimeios e plataformas. Sua junção de linguagens partiu de uma construção que utilizou a linguagem da cultura de massa para combater a si mesma, literalmente, utilizando as armas do “inimigo” para fazer uma resistência no campo cultural e artístico em um Brasil sitiado pela ditadura militar.

Sua obra é um trabalho que se situa no patamar das fronteiras erguidas por uma luta cultural, vinda da semana de 22 e seu manifesto modernista passa pela tropicália e seu desejo de sincretismo cultural. Mas onde se estabelece essas fronteiras? Nesse ponto trazemos a qualificação do papel da representação dos quadrinhos: *Como o meu Herói matou o Bandido* (1977) e do desenho animado *Carcara Pega, Mata e Come* (1976), duas obras que inferem a cultura frente a identidade. Estas obras serão os fios condutores para a reflexão nesse texto, não serão aqui analisadas em todos os aspectos, mas servirão como exemplificação das estratégias de como o autor trabalha determinadas temáticas. Para tanto vamos apresentar um trabalho de natureza qualitativa, analisando objetivamente os elementos históricos e narrativos dentro da luta simbólica, utilizando os conceitos de Erwin Panofsky (2019) para poder traçar a codificação de sua iconografia e iconologia.

Vamos abordar os conceitos de moderno, a partir da posição de Jacques Le Goff (1990, p. 172), onde “assinala a tomada de consciência de uma

ruptura com o passado”. Arnaldo assinala a tradição, mas em um posicionamento de conjuntura com novos meios e formas para uma atualização. Essa definição é sua dualidade no regime das identidades cosmopolitas e o provinciano de sua busca pelo cotidiano de seu tempo, apresentados nessas duas obras.

Quem é Arnaldo Albuquerque

Arnaldo Albuquerque é nasceu em Teresina em 1952, e faleceu em janeiro de 2015, é considerado (Cirne, 1980) o primeiro quadrinista piauiense, mas se aventurou nos ramos de Planejamento Gráfico, desenho, pintura, fotografia, produção cultural, cinema de animação e no cinema experimental em Super 8. Foi premiado no *I Salão de Artes Plásticas de Teresina* (1969), também recebeu o prêmio em primeiro lugar com o desenho animado *Carcará Pega Mata e Come*, no Maranhão, Sergipe, Acre, Espírito Santo e Japão. Com a coletânea de seus quadrinhos *Humor Sangrento* (1977). Sua produção é de natureza experimentalista, aplicando sua vivencia e subjetividade na materialidade. A partir do trabalho de Arnaldo Albuquerque com um pensamento reflexivo dentro da contracultura brasileira, sendo vanguardista, ele transfigurando em sua matéria prima os produtos da cultura de massa (quadrinhos, animações e cinema), formulando uma critica com humor e protesto.

A trajetória do Artista se inicia através da sua Irmã Maria Natividade que lhe deu o seu primeiro estojo de tintas. Outra forte influência foi Dona Dita Lopes, que lhe transmitiu os caminhos do Reisado e da cultura dos “velhos tempos”, fornecendo conhecimento artístico e da tradição oral da cultura popular (PULSAR, 1998, p.37). Em 1970, participou do *Salão de Verão do Museu de Arte Moderna* no Rio de Janeiro, tornando-se sócio do MAM. Teve seus cartoons publicados no *Pasquim* (1971 e 1977) e no *Jornal O Dia*. Em Teresina participa da elaboração gráfica e diagramação do jornal contracultural *Gamma*, sendo o primeiro jornal mimeografado do Piauí

(1972). Temos a execução do projeto em Super-8 *Adão e Eva: do Paraíso ao Consumo* (1971 - 1972), onde Arnaldo Albuquerque forneceu a base do roteiro a partir de um quadrinho de sua autoria e também filmou a produção (DIÁRIO DO POVO, 1992, p.12). Arnaldo também realiza o filme *Gilete com Banana* (1973) e ganha o prêmio na EXPOCÍVICA 73 em Teresina e tem artigos publicados nas revistas universitárias *Mandassaia* e *Virus*. Organizando o *Show Piauí* (1975), um evento popular de compositores piauienses.

A luta de identidades seus padrões e identidades culturais estão repousados em um circuito fechado, retroalimentando as lutas entre a cultura e política. Essas marcas podem ser encontradas no trabalho de vanguarda de Arnaldo Albuquerque que se faz cotidiano na abra levantada de seu quadrinho, *Como meu Herói Matou o Bandido* (1977) e na Animação *Carcara Pega Mata e Come* (1976). Suas fronteiras são estabelecidas dentro da cultura de massa para discutir a invasão do território local de uma cultura forasteira que se impõe como global e universalizante. Para tanto recorremos a codificação da narrativa como vestígio deixado para determinar o campo histórico desse momento.

Como indica Ursula Prutsch (2013) em um contexto de transformação cultural, os nacionalismos e autodeterminação geram poderes assimétricos. Neste contexto temos o nacionalismo Norte Americano sendo pulverizado pela modernidade e seus agentes (Televisão, cinema, música e quadrinhos), essas novas identidades chegam em um processo identitário, onde o local passa por uma transferência nos seus símbolos (caboclo, o rio, a cidade e o cangaceiro). A fronteira se torna o nível de capacidade integrativa, e se a cultura popular é reconstruída como algo precário, sinônimo de atraso e a recuperação do passado fica como uma negação da modernidade. Essas são as linhas da formação de dois antagonismos simbólicos. De um lado o Cowboy (senhor do velho oeste) de outro o Cangaceiro (flagelo do sertão), esse enfrentamento entre grupos novos *versus* velhos.

Introdução à luta de narrativas – codificação iconológica e iconográfica

Seguindo a abordagem de Irwin Panofsky (2019), analisamos neste tópico os elementos iconográficos e iconológicos presentes nas imagens dos quadrinhos de Arnaldo Albuquerque. Para Panofsky (2019) a Iconografia versa sobre a temática ou a mensagem das obras, e a Iconologia remete à explicação dos símbolos ou ícones visuais baseados o contexto cultural e histórico do objeto.

O homem, diante da velocidade do avanço tecnológico, tem o seu ambiente e os seus hábitos em mudança, com enorme rapidez. Um livro com cinco anos de existência torna-se um clássico já pertencente à tradição. Ao mesmo tempo, há uma necessidade para que o homem adapte sua cultura à novas realidades e pra isso faz-se imperioso um trabalho de vanguarda. A influência da imagem é crescente, no parâmetro da contracultura, com a possibilidade de levar fitas para casa contendo o som e a imagem (ROSZAK, 1972). A vanguarda dos anos 1970 teve relutância em aceitar os quadrinhos e a animação como objetos para o palco das lutas narrativas, onde as considerava de nível inferior, uma ferramenta de alienação burguesa norte americana (CIRNE, 1982). Arnaldo Albuquerque acredita no quadrinho como uma das grandes formas de comunicação do século, que saiu do terreno infantil e fraudulento para ocupar na cultura o lugar que realmente lhe cabe (DIARIO DO POVO, 1992).

Nas representações do velho e do novo, feitas por Arnaldo no quadrinho: *Como meu Herói Matou o Bandido* (1977), há codificações das aspirações do público. Tanto os quadrinhos, cinema de animação ou cordel, são necessidades do homem social (BURKE, 2017). Surge, então uma defasagem que cabe à vanguarda superar de incorporar a visualidade do mundo moderno.

Do ponto de vista narrativo/histórico só sobrevive quem entender esta realidade. Levantando a problemática do subdesenvolvimento, do jovem moderno dentro do complexo industrial e da comunicação visual. Segundo

Jacques Aumont (2002), antes do cinema, um homem que visse 50 imagens sucessivas ficaria muito cansado, pois não estava exercitado a se desprender rapidamente das imagens, sua leitura era simbólica e quase comparativa ao próprio estado-imagem. A lentidão da leitura provocava a confusão da imagem anterior com a seguinte. Por isso as figuras nunca apareciam cortadas ou fragmentadas num close, nem cometiam o ato de virar as costas para o público.

Podemos questionar o que é mais importante: a mensagem ou a forma? A mensagem é o passageiro e a forma é o avião. Significando que a forma é tão importante, que o sujeito vai comer a casca e jogar a banana fora? Não se trata somente de leitura dos processos da imagem no nível prático e analítico, mas no acontecimento se transformando em signo, a mensagem sendo apreendida no instante exato de sua criação, esse novo sendo criado (AUMONT, 2002). É preciso criar novas perspectivas, existe uma barreira entre os olhos e o mundo, como uma cortina invisível. A obra de arte funciona como código para a visão, um entre meios, para ver tudo em olhos livres e fazer com isso sua própria libertação, uma ação coletiva. A narrativa nesse processo dá sentido aberto à participação dos acontecimentos. Para a história (quadrinhos, animação, super-8 ou jornais) não existe valor quando não tem ligação a realidade (NAMA, 2011). A ciência existe como experiência prática de aplicação, nunca de estabilização, em um ritmo da evolução de sua leitura, na busca de meio termo, o homem animal que cria sua própria história.

Os limites e fronteiras de uma cultura local

O homem não é somente um produto da natureza, ele também é resultado de sua liberdade, da cultura que ele criou como continua modificação de seu mundo circunstante. Como fronteira temos a vocação de traçar o limite do estrangeiro/ forasteiro/ estranho e o familiar/ companheiro/ ordinário, esse processo é produzido como ruptura da tradição das convenções e normatizações (BURKE, 2017).

Uma das quebras de barreiras/fronteiras exposta no trabalho de Arnaldo Albuquerque é a influencia vinda dos quadrinhos *Fumetti* do *Tex*, uma personagem criada pelo italiano Gianluigi Bonelli em 1948. As histórias desenvolvem *Tex Willer* (“Águia da Noite” como os nativos o chamavam) um ranger do Velho Oeste, que persegue foras-da-lei (BONELLI, 1993). Esse material chega às mãos de Arnaldo através de seu pai que segue um ritmo de colecionar essas histórias desde a juventude (Nogueira, 2010). A personagem *Tex* trouxe um arranjo no fluxo das imagens onde as acelerações dos efeitos visuais, propostos nos quadros das histórias, constroem o tempo e o espaço em resposta com a leitura e a defesa de um modelo de participação rítmica da fantasia. Esse seria um fator importante para uma migração cultural do fazer em si, e não do espelhar em alguma obra. Arnaldo ativa essa objetividade no campo das imagens que ele escolhe representar, e aquilo que ele não mostra carrega necessariamente a marca da sua presença e da relação que ele constrói com os corpos que desenha. O quadrinho do *Tex* traz o estilo Norte-Americano traduzido pela visão italiana, mostrando um novo olhar regionalizado sobre a cultura Norte-Americana, acrescentando mais dramaticidade e passionalidade.

Arnaldo Albuquerque integra o grupo de cineastas e quadrinistas que, pela continuidade a uma temática comum, passou a evidenciar as fronteiras entre a integração da cultura norte americana (global e universal) e a simbologia da cultura nordestina, colocando em seu trabalho que a luta deveria ser tratada em seus termos e não nos do forasteiro. Para tanto destaca o agreste e a cidade de Teresina para marcar essa fronteira. Sua filmografia e narrativa em geral (não variando do meio utilizado) incorpora obras locais, mitologias, religiosidades e lendas na visão do local, mas construída a partir de um meio da cultura de massa.

Quando trabalha sua narrativa a linguagem é carregada da tradição do Nordeste, visto na cultura dos cordéis, vindos de sua infância através das xilogravuras e passadas pelo filtro das revistas do Mickey Mouse (DIÁRIO DO POVO, 1992, pag. 21). Esteticamente podemos identificar esse conflito

da manifestação da tradição dentro do moderno, uma forma de ruptura em função de que forma e conteúdo onde são inseparáveis, a imagem traduz as intenções, dispensam-se rebuscamentos. O artista persegue o contexto local inflamado pelo pensamento “invasor” da modernidade.

Este irracionalismo do belo de se fazer moderno e ao mesmo tempo negar a modernidade, se torna a chave de entendimento do seu contexto histórico, período onde o Brasil está amordaçado durante a ditadura militar e no Piauí temos em 1975 temos um governo nomeado indiretamente (Alberto Silva/ ARENA) e um artista que vislumbra o seu tempo uma modernidade que significa opressão e limites ao pensamento. Oferecendo um dado contundente da realidade, o que nem sempre acontece, mesmo sob as mais benévolas das intenções. Arnaldo Albuquerque reconhece na tradição, contada pelas senhoras rezadeiras de sua infância, um “lugar” de ordem e sentido de um valor local. Ao eleger o Capitão (cangaceiro) no quadrinho: *De como meu herói matou o bandido* (1977) opta pelo agente que se opõe ao sistema de dominação em favor do pobre. No quadrinho seu desenho segue o estilo dos desenhos em xilogravuras encontrados nos cordéis. Em paralelo, a página é dividida ao meio, para mostrar a sua fronteira no desenrolar da narrativa, agora ocupada pelo Cow-boy que pede Uisque, oferecendo a todos, desenhado a maneira de *comics*. Ao final da página os dois cavaleiros se emparelham e seguem ao encontro um do outro.

Imagem 01 - Quadrinho *De como meu herói matou o bandi*, onde existe paralelo entre os dois estilos de desenho.



Fonte – Albuquerque, 1976, pag. 08.

Essa invasão de território é uma tomada muito presente nos processos imigratórios, onde culturas se chocam e o campo identitário se torna palco das disputas de representação. Os meios de comunicação, em particular a Televisão, chegam trazendo novo padrão de vida e costumes, representados pelas novelas, filmes e séries. Nesse papel o símbolo americano é reforçado pelo alinhamento do governo Brasileiro (FIGUEREDO, 1998). Essa sociedade representada significa a abundância que estava preste a morrer, devido à crise do petróleo (1973-1979), onde a culpa é colocada nos países árabes, imaginando-os como chantagistas, que vinham alterar as projeções econômicas e as atuais relações de poder (VAROUFAKIS, 2016). Fazendo um paralelo temos o Nordeste de Arnaldo Albuquerque, visto na Animação *Carcará Pega Mata e Come* (1976), onde uma cegonha leva em seu bico uma criança e logo é atacada pelo Carcará (águia americana), que depois de derrubar a criança no chão do sertão, devora suas entranhas, para depois se transformar na figura do *Capitão América* (símbolo do imperialismo representado nos quadrinhos). Em seguida um filho de um retirante acerta

uma pedra atirada por uma “baladeira” que o atinge na frente da cabeça, resultando na sua reversão à forma de ave, que posteriormente é assada e comida pela família de retirantes. Essa jornada evidencia a estratégia do autor, de destacar a intencionalidade agressiva do imperialismo norte americano em extrair os recursos dos outros países, mas também que existe uma forma de subverter a dominação se a cultura retornar a sua natividade.

A síndrome do apocalipse que ora acomete as nações ricas, mostra quanto de vontade de poder se ocultava sob o aspecto cultural, sua voluntarista em dividir o mundo em opulentos e miseráveis. Essa necessidade de encontrar um bode expiatório mostra apenas a relutância da sociedade afluyente em renunciar a seus hábitos, mesmo aqueles adquiridos de forma expressa. Herman Kahn e Anthony Wiener (ALIGICA e WEINSTEIN, 2009) apregoaram como um dos valores da futura sociedade pós-industrial, o hedonismo – como um prazer imediato, sem vislumbre ao futuro. Localizamos isso no uso da águia, símbolo que também remonta a Zeus, utilizados nos estandartes das falanges das tropas romanas, e da estrela marcada no escudo do Capitão América, que faz ligação a bandeira do seu país, mas também pode ser associada à grandeza celeste como marca de divindade.

Outro fator importante detectado é a cultura do consumo, uma sociedade de abundância que entra em contado com o retirante, flagelado pela falta de água, comida e terra. Na obra de Arnaldo Albuquerque, esse homem do Nordeste sofre pela tentativa da retirada de sua cultura em uma ressignificação. Na animação é mostrado que, no final da narrativa, o retirante se volta a compartilhar a carcaça do carcará com todos, demonstrando existir uma estratégia possível, além da submissão ao império, que seria utilizar a identidade e tradição para subverter os desejos e planos da cultura, provocando uma circulação, mas com foco em autorizar o local frente a visão globalizante da cultura norte americana.

O farol identitário

A fronteira erguida pelo processo de migração cultural se encontra em uma instância do estético, onde o rural, representado pelo retirante e o cangaceiro, são nomeados como símbolos de resistência personalizando o lugar do natural e cultural, performando como elementos de alerta para o cotidiano em transformação vinda de um modelo externo de modernidade. Arnaldo Albuquerque fornece esse vestígio histórico ao ponto de dispor de uma ferramenta da modernidade para propor uma ação de alerta, simulando uma ação de farol ideológico, contra o movimento de alienação promovido pelos agentes da cultura de massa.

Se fosse reservado tempo para um estudo completo da problemática do processo de imigração dos fatores simbólicos e narrativos, interventores do processo de sistematização dos silenciamentos da cultura popular do Nordeste, teríamos de buscar a visão de cotidiano impressa nessa marca deixada nos quadrinhos e animação de formas de subverter o processo de conversão. Arnaldo Albuquerque se propõe nessas duas obras, em particular, a construir uma pluralidade e multiplicidade de significações, amarradas em aspectos de uma teoria simbólica de fronteiras culturais. Nela é indicada a parte onde o efeito da linguagem do recalçamento é tomado em relação à linguagem de dominação social. A narrativa trabalha com três níveis de estruturação linguística: o real, o simbólico e o imaginário. O primeiro e o último representam dois planos relativamente autônomos, enquanto formações específicas de linguagem na narração e o simbólico um nível de interseção entre estes dois planos, tendo por isso uma função específica.

Para melhor entender essa necessidade de “farol” e situar estes três níveis, retornamos a um naturalismo, formulado historicamente de uma linguagem realista que é a do plano real desta narração, onde a imanência genética e fatalista do comportamento das personagens geram a tragédia sofrida pelo ataque dos valores no exemplo da desqualificação do folclore como algo sinônimo do atraso e primitivo.

Esse vestígio do cotidiano de uma Teresina da década 1970, não é apresentada de forma literal dentro da animação e dos quadrinhos, mas no nível de buscar o movimento de convergência que indica toda uma situação realista dos choques sociais e reflexões para a cultura. A adaptação de seu repertório (trilha sonora na animação que utiliza música regional intercalada com a música *Oh Susanna*¹, tradicional música américa), o nível simbólico destas narrativas representa a condenação do real e do imaginário, sendo uma interpretação, medida em que é produto da fusão destes dois níveis e das consequências desta. Estas falam de sua função específica, qual seja a produção de construções não refratáveis em sua combinação semântica pelo código do plano do real. E isto implica em colocar a figuração do sentido como problema que a linguagem deste nível não pode codificar, pois não a pode formular. Diz do que o real não pode formular, ao alterar os elementos implícitos neste plano. Está para a narração, assim como a metáfora, que trabalha com os mesmos mecanismos da metonímia (só que propondo uma outra ordem de combinação), está para a construção da linguagem ou para a construção da causalidade metonímica psicanalítica. É um instrumento de transformação e de fronteira dentro da migração de culturas que focam em romper os limites identitários do local para torná-lo universal e moderno (PANOFSKY, 2019).

¹ Em 1846, Stephen Foster mudou-se para Cincinnati, Ohio, e tornou-se contador na empresa de navios a vapor de seu irmão. Enquanto em Cincinnati, Foster escreveu "Oh! Susanna", possivelmente para seu clube social masculino. A canção foi tocada pela primeira vez por um quinteto local em um show no Andrews 'Eagle Ice Cream Saloon em Pittsburgh, Pensilvânia, em 11 de setembro de 1847. Foi publicado pela primeira vez por W. C. Peters & Co. em Cincinnati em 1848. Outros grupos executaram o trabalho e, como era comum na época, muitos registraram a canção sob seus próprios nomes. Como resultado, foi protegido por direitos autorais e publicado pelo menos 21 vezes de 25 de fevereiro de 1848 a 14 de fevereiro de 1851. Fonte: acessado em 18 de abril de 2020. <https://americanenglish.state.gov/resources/sing-out-loud-traditional-songs>.

Subversivo e vanguarda na terceira margem

Trabalhar com o humor é seguir em um território onde o que se diz não é considerado válido, ou classificado como mera crítica (social ou política). Nessa coalizão de manifesto dentro de uma luta cultural, utilizando a cultura de massa e traçado limites onde os meios podem valer mais que a mensagem oblíqua. Esse vestígio se utiliza dos processos da comunicação que, em síntese, é uma atividade que é parte integrante da produção de uma sociedade e de outro ela é auxiliar para que esta mesma sociedade realize o seu processo produtivo. Esta dupla vinculação com a produção social é o fundamento objetivo da comunicação e base para um estudo histórico que busque a codificação do imaginário marcado nas pistas no objeto de arte deixados por Arnaldo Albuquerque.

Como indica Marshall McLuhan (1972, p.318) “a palavra impressa criou a uniformidade nacional e o centralismo governamental, mas também criou o individualismo e a oposição ao governo como tal”. A obra de arte que se apresenta em vanguarda a seu tempo propõe-se em atuar com uma ruptura da linguagem, e movimentar o cotidiano e sua estrutura. Para Claude Lévi-Strauss “o princípio fundamental é que a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta” (s/d, p.73).

Nesse sentido a realização da realidade, a vanguarda existe por uma diferença ou diferenciação. Diferença entre o nível da produção cultural (crítico-cultural, inovador, experimental, laboratorial, inventivo) e o horizonte do consumo pelo grande público (passivo, redundante, repetitivo, enquadrado dentro dos padrões vigentes). Mas esse novo em vanguarda segue a margem em oposição ao eleito pelo consumo massificado, ou você esta dentro, ou fora do movimento de aceitação ou de oposição. Essa estrutura fornece uma gama de caracterização que funcionam em oposição (ROSZAK, 1972). No trabalho de Arnaldo Albuquerque como no exemplo nos quadrinhos, uma mídia massificada pela indústria cultural, temos como forma eleita para sua

mensagem, quebrando a caracterização onde se indicava que, meios como teatro, música, poema e cartazes deveriam ser o suporte da mensagem. A animação é outro suporte ainda menos usado para transcourir um protesto de vanguarda no período da ditadura militar, nos 1970 no Brasil. Essa estratégia é um primeiro sinal de quebra do paradigma da vanguarda, onde se utiliza os meios para subverter e atingir o público não restrito aos agentes revolucionário, mas a uma gama maior de indivíduos.

Essas mutações podem ser comparadas à mobilidade em um período pós-moderno. Onde a mobilidade espacial da população se configurou como novas formas de migrações. A capacidade de se movimentar de maneira mais rápida trouxe também interferências culturais mais dinâmicas. O jovem revolucionário foi capaz de se colocar em contato com novos agentes como também em visitar novos centros. Como indica Cunha (2011) as comunidades se organizam para buscar similaridades (guetos, cidades ocultas, etc), na problemática da assimilação e da identidade cultural buscam um organizar que atendam essa liquidez cultural.

Mas o processo de imigração não pode ser entendido nesses sistemas de circularidade como absolutos, pois é necessária uma tensão dos lados e em algum ponto, algum lado deve ceder sua identidade para recepcionar os estrangeirismo. Esse equilíbrio é desleal quando a cultura se estabelece em processo estatal, onde a identidade funciona como agente de desmobilização identitária, como ocorrido nos processo da cultura de massa (MCLUHAN, 1972).

O público tem como matriz de comunicação os códigos da língua, do idioma, da verbalização, da discursividade liner-sequencial (BELLOUR, 1997). Arnaldo Albuquerque (quadrinhos e animação) se impõe no processo de pesquisar/descobrir/inventar a multiplicidade da linguagem misturando códigos da cultura popular implementando no quadrinho e na animação para um sonoro-visual, verbal/visual, gráfico/oral, dos gestos e modos dos objetos e dos não-objetos de um patrimônio cultural da sua identidade.

Conclusão

O meu bandido é melhor que o seu herói. Com essa imagem definida por Arnaldo Albuquerque, temos no espaço simbólico um campo de disputas, mas também um lugar que sofre ações de migrações culturais. Essas disputas são recuperadas nos dois momentos escolhidos tanto na Animação *Carcara Pega Mata e Come* (1976), quanto na história em quadrinhos *Como o meu herói matou o bandido* (1977). Completando com o pensamento de Terry Eagleton (2020) “a comédia representa uma ameaça ao poder soberano não apenas por causa de sua natureza anárquica, mas porque ela não leva a sério questões momentosas quanto o sofrimento e a morte” (pag.83).

A vanguarda se torna fronteira entre as culturas, e o riso uma sanção imposta pela vida, em uma ditadura militar. O riso é social, e atua dentro de um círculo social, partilhando de uma comunidade de língua, o que o torna o cômico dificilmente traduzível, sem perda do vigor de fazer rir, uma comunidade nacional, com seu ambiente histórico, costumes e civilização, que faz com que o cômico num território seja usual e corrente em outro. O círculo é sempre fechado, e, dentro desse fechamento, nasce o cômico que suscita o riso. O riso é, assim, uma função social. E nessa constância a vanguarda traz o contexto e o ritmo dessas apropriações, indicando elementos da vida, quer a sociedade reclamam dos indivíduos e dos sonhos.

A fronteira derrubada pelos contextos da invasão cultural americana trouxe o sonho e desejo de um modo de vida diferente, do sonhado e ambicionado pela tradição local. O homem deve aceitar essa nova forma de futuro e se colocar em aceitação ao moderno americano. O riso de Arnaldo e colocar essa modernidade em contexto de risível, desmerecer seu sonho e por em perspectiva a tradição como caminho para a modernidade.

Não há cômico apenas nas formas, há situações cômicas na vida cotidiana. A comédia de Arnaldo Albuquerque explora, ao eleger o vaqueiro, o homem do campo, a criança explorando e agigantando-as, símbolos e cotidianos da época. Há mesmo continuidade entre a atividade lúdica de se começar a apreciar o Rock in Roll e o Gibi da Disney, são jogos que

provocam o riso, e contentamento nessa migração de tradições visualmente impostas. A fantasia cômica converte o mecanismo material em mecanismo moral (FIGUEIREDO, 1998).

A criatividade artística de Arnaldo Albuquerque em sua modernidade própria, buscou o cotidiano como uma terceira margem de entendimento da vanguarda, fornecer uma visão alternativa e de resistência através do riso. A partir da cultura de massa realiza uma ação de mobilização e de alerta. Sua adaptação ao real, à duração concreta, modificando a inteligência do objeto moderno (americano) representando e caracterizando para decompor e de recompor a tradição do chamado provinciano, o fazendo dentro de seu contexto moderno. A vida é um esforço constante para vencer a subida por onde desce, por força de sua natureza, a matéria, e onde a intuição é exatamente uma simpatia com o real.

Referências

ALBUQUERQUE, Arnaldo. **Humor Sangrento**. Publicações suicidas. Teresina: Corisco: 1977.

ALIGICA, Paul Dragos and WEINSTEIN, Kenneth R. (ed). **The essential Herman Kahn**: in defense of thinking. New York: Lexington Books, 2009.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 7º ed. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

BELLOUR, Raymond. **Entre-imagens**: foto, cinema, vídeo. Tradução de Luciana A. Penna. Campinas: Papyrus, 1997.

BONELLI, Sergio (org.). **Fumetti: O melhor dos quadrinhos italianos**. São Paulo/Milão: Editora Globo S/A e Sergio Bonelli Editore, 1993.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso da imagem como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CIRNE, Moacy. **Introdução política aos quadrinhos**. Rio de Janeiro: Angra/Achiamé, 1982.

CUNHA, José Marcos Pinto da (org). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; 2011.

EAGLETON, Terry. **Humor**: O papel fundamental do riso na cultura. Tradução de Alessandra Bonruquer Rio de Janeiro: Record, 2020.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “**Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada**”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora HUCITEC História Social, USP, 1998.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Ed. Contrix, 1969. Jornal **DIÁRIO DO POVO**. Teresina, domingo/segunda feira. 5, 6, 21 e 22 de dezembro de 1992. Página 12.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia. In: **Revista Tempo Brasileiro** nº 15/16; Rio de Janeiro, s/d, p.73.

McLuhan, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Editora Nacional/ Editora de USP, 1972.

NAMA, Adilifu. **Super-Black**: American pop culture and black superheroes. Austin: University of Texas Press, 2011.

NOGUEIRA, Cícero de Brito. **Sem Palavras**: Humor e cotidiano nas histórias em quadrinhos de Arnaldo Albuquerque. 2010. 415 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

O Pasquim. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – 1969/1977 – Jornal Semanal/ Circulação Nacional.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 4º ed. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PULSAR – Revista de Cultura. Teresina, Piauí, Ano I, nº 2, julho/dezembro de 1998.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocracia e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SAYAD, Abdeldalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução de Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

A memória do trabalho dos imigrantes italianos presente no roteiro turístico caminhos de pedra

Fabiana Tramontin Bonho¹

Roberto Amaral Schinoff²

Judite Sanson de Bem³

INTRODUÇÃO

A memória reflete as lembranças que são construídas ao longo do tempo, podendo ser tanto individual quanto coletiva. É evidenciada pelo juízo de valores que são atribuídos pela maneira de ser e de fazer de um indivíduo ou de um grupo.

O trabalho faz parte da vida de todos os cidadãos, é essencial em todos os aspectos da vida, estando ligado a evolução individual, assim como, o crescimento da sociedade onde está inserido.

O sentido da palavra trabalho como valor é passado de pais para filhos, de geração para geração. Além de aumentar as riquezas, o trabalho representa

¹ Doutoranda em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestra em Desenvolvimento Regional (Faccat). Possui bacharelado em Administração e Ciências Contábeis. E-mail: fabiana.202020242@unilasalle.edu.br. Bolsista Capes.

² Doutorando em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestre em Desenvolvimento Regional (Faccat). Possui bacharelado em Administração com ênfase em Comercio Exterior. E-mail: roberto.200160006@unilasalle.edu.br. Bolsista Capes.

³ Doutorado em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Geografia da UFRGS no Projeto: Direito à cidade, financeirização e transformações no regime urbano na metrópole de Porto Alegre/RS. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais na Universidade La Salle. E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

uma tradição local, onde o conhecimento é retido e colocado em prática no dia a dia como é uma herança cultural. Assim, o mesmo está relacionado às memórias, que faz o registro e o armazenamento das informações recebidas e posteriormente transmitidas.

Como problema de pesquisa, pretende-se investigar se o trabalho dos imigrantes italianos está presente na memória de seus descendentes. Assim a pergunta norteadora deste problema é: o trabalho ensinado pelos imigrantes italianos está presente na memória e sendo demonstrada no Roteiro Caminhos de Pedra?

Desta forma, este artigo tem como objetivo mostrar se o trabalho dos imigrantes italianos permanece vivo na memória e no dia a dia dos descendentes daqueles que chegaram em Bento Gonçalves na Linha Palmeiro, onde desenvolveram seu trabalho desde sua chegada e hoje está instalado o Roteiro Turístico Caminhos de Pedra no local. Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optou-se por utilizar o método de pesquisa bibliográfica.

Os pontos de visitação do Roteiro Turístico Caminhos de Pedra são administrados e dirigidos pelos descendentes italianos, filhos, netos, uma geração que preserva a herança cultural de um povo.

Conceitos de memória e trabalho

Conforme Bastos (1999, p. 34) “o lembrar não   reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.”

Gondar (2008, p.5) destaca que:

pensar a memória é como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza.

De acordo com Halbwachs (2006) a memória se torna coletiva à medida que é partilhada e que só sobrevivem os acontecimentos que possuem força de socialização, ou seja, que continuam a ser partilhados e que, através da troca, refazem-se.

Corroborando com os conceitos sobre memória Badalotti (2014, p.1011) comenta que a memória coletiva é:

base formadora da identidade de uma determinada comunidade é permitido principalmente pelas ações de preservação, possibilitando a população conhecer e interpretar seu passado para no presente constituir sua identidade, compreendendo o espaço urbano, reforçando sua relação como cidadão e cidade e lhe atribuindo o devido valor, muitas vezes perdido ou profanado. O sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade faz parte do exercício de cidadania.

Para Halbwachs (2006) existe uma relação entre a memória individual e a coletiva, evidenciando que as lembranças são coletivas, pois recordamos em função dos outros, mesmo quando presenciamos algum evento sozinho e que vislumbramos objetos sem ter testemunho de alguém. A memória individual ela não está inteiramente isolada e fechada, pois para recordar é necessário recorrer lembranças de outras, que são determinadas pela sociedade.

As culturas, assim como as lembranças, são construídas tanto no espaço como ao longo do tempo. As lembranças coletivas, segundo Freud (1978, p. 200), são construídas como as do indivíduo, só que, enquanto a memória individual visa à felicidade individual, o superego coletivo tem a “função de impor restrições de ordem ética, e que constitui o ponto mais doloroso de uma civilização”

O trabalho tem muitos significados e, conforme Albornoz (2004), seu significado oscila, podendo representar emoção, outras vezes tortura, lembrar dor, fadiga, tendo muitas vezes sentido de fardo, porém, trabalho é o indivíduo em ação para sobreviver e realizar-se.

Perondi (1999, p.53) chama atenção para o trabalho braçal:

[...] que no Brasil era desprezado e passou a ser considerado um traço distintivo da região que se orgulha desta diferença em relação ao restante do Estado, em especial a região Sul. [...] que o trabalho não era assumido como uma atividade escrava, mas como uma ação feita com amor, com paixão profunda pelo colono. A produção, a produtividade para os imigrantes, não se ligava às técnicas de plantio ou a instrumentos mecânicos, mas à capacidade e à força de seu trabalho. O trabalho era o elemento único, necessário, a palavra mágica, para se plantar e produzir.

Neste sentido, tem-se como exemplo os imigrantes italianos que vieram para o Brasil trazendo uma cultura diferente, desde a língua, vestimentas, culinárias dentre outros. A forma de trabalhar, a maneira, os tipos de trabalho devido a suas tradições eram diferentes, como, o tradicional moinho colonial, que processava um dos principais ingredientes da culinária italiana, a farinha de milho para produção da polenta.

A Itália que possui força e da qual extraem sentido e sentimento é a Itália construída através das memórias em solo brasileiro. Além disso, apesar de serem descendentes, muitos foram tratados como estrangeiros na terra de

seus antepassados, o que os desgostou, mas não lhes subtraiu o sentimento de pertencimento à Itália que cultivam aqui, ou seja, a terra de origem dos antepassados. (ZANINI, 2006)

Derenzi (1974, p.162) relata que o italiano ele possui atributos que se sobressaíam sobre os demais, como:

o homem ambicioso, tenaz, que fosse tangido pelo imperativo da sobrevivência, que tivesse no subconsciente séculos de energia criadora, ambição. Só o imigrante poderia realizar essa empresa, porque ele não representava o nômade, o pária, mas sim o descontente de uma civilização saturada de discórdia. O imigrante sonha e persegue o triunfo. Sabe pagar com abstinência e perseverança o preço da vitória.

Os imigrantes italianos – assim como outros imigrantes – procuraram manter sua cultura na nova pátria, tanto no falar como no fazer. O seu fazer diário liga-se tanto às horas do dia como às estações do ano, e consiste no cuidado com os animais e com a lavoura. Sua cultura está vinculada à fé católica e ao trabalho constante. (POZENATO; GIRON, 2007)

Na próxima sessão será apresentado a memória do trabalho dos descendentes dos imigrantes italianos no Roteiro Caminhos de Pedra, através dos pontos de visitação pretende-se demonstrar se a memória do trabalho se faz presente conforme a teoria esplanada até o momento.

A memória do trabalho dos imigrantes italianos presente no roteiro do caminhos de pedra

Pozenato e Giron (2007, p.150) destacam que os imigrantes italianos chegados no Brasil são marcados pelo trabalho, pela família e pela religião. O trabalho e a sua possibilidade de poder fazer era para os italianos a justificativa da vida e da idade. As famílias traziam o espírito de solidariedade, o trabalho era familiar, onde todos trabalhavam juntos na

mesma propriedade, sendo o chefe da família o mentor, aquele que define as atividades e os compromissos familiares. Outro elemento base da vida dos italianos era a religião católica, eram todos de profundo espírito religioso, todas os lotes de propriedade possuíam uma capela no centro, para que todos da família pudessem fazer suas rezas.

Foi o trabalho que povoou e enriqueceu a Região Colonial Italiana, sendo um elemento que determina os outros elementos identitários, como a família e a religião. Trabalho que ganha um aumento de significação, determinando o futuro da economia regional. O trabalho é ao mesmo tempo discurso marcado pelo tempo e delimitador da cultura do grupo, de tal forma que ainda hoje “descendentes ilustres continuam a cantar a epopéia de trabalho, de tenacidade e de heroísmo, na qual o primeiro canto foi escrito no interior, no cume da montanha” (BARBOSA, 1980, p. 16).

Costa (1990) destaca que os italianos trouxeram consigo:

A esperança de fazer sua caminhada, de organizar sua família, de contribuir com seu trabalho para a formação de uma nova cultura. Não implantaram aqui um pouco da Itália, mas deram ao Rio Grande do Sul a marca de sua dedicação a terra, de seu espírito societário, de sua fé, de sua alegria de viver que os tornou os “italianos do Rio Grande do Sul, com vida, costumes tradições próprias.

Quando Posenato (1998, p. 14) idealizou o projeto do Roteiro de Caminhos de Pedras previa “[...] uma concepção inovadora: não apenas prédios mumificados [...] funcionando como no período que foram construídos, com as mesmas atividades, processando os mesmos produtos”.

O autor destaca que “os italianos, além da índole alegre, solidária e participativa, distinguem se pela tenacidade, habilidade e valorização do trabalho braçal” (POSENATO, 1998, p.11).

De acordo o Posenato (1983) relata que devido à ausência de processos industriais e mecânicos, o trabalho os imigrantes italianos provinham de

elaboração artesanal, valorizava-se a atividade braçal. Conforme pode ser visto nas figuras 1 e 4.

O Roteiro Cainhos de Pedra foi idealizado e desenvolvido pelo arquiteto Julio Posenato e o engenheiro Tarcísio Michelin, através de um levantamento do acervo arquitetônico, em 1987, tendo como objetivo o resgate e preservação da herança cultural italiana. Assim na década 1990 o projeto foi colocado em prática e a partir de 1992 o roteiro iniciou as visitas. Devido ao sucesso do projeto em 1998 este começou a contar com a Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Possui atualmente 28 pontos de visitas, os quais demonstram a cultura, os valores, a culinária e outros afazeres dos imigrantes italianos. A maioria dos pontos de visita é administrado pelos seus próprios proprietários e familiares, mantendo as tradições italianas.

Serão apresentados alguns pontos que mantêm na memória o trabalho tradicional dos imigrantes italianos no Roteiro Caminhos de Pedra. Trabalho esse realizados manualmente, sem auxílio da máquina industriais, familiar, o qual retrocede o visitante ao antigo ambiente colonial onde encontra, exatamente como naquela época, as moradias peculiares de pedra e madeira, com até quatro pavimentos, cantinas com produção caseiras, produtos autênticos de artesanatos e culinária italiana (POSENATO, 1998).

A casa da Tecelagem é outro empreendimento que está abrigado em um antigo casarão e mantem suas características originais, desenvolve manualmente a produção de peças, tecidos em antigos teares artesanais. A figura 1 apresenta uma foto do trabalho manual, é possível ver o processo de produção dos tecidos durante a visita na casa.

Figura 1 - Produção manual de tecidos



Fonte: Caminhos de Pedra, 2021.

Na figura 2 pode-se ver a produção manual de erva mate pela Casa da Erva Mate. Este produto faz parte da cultura gaúcha, incorporada aos hábitos dos imigrantes e descendentes italianos. Ela é produzida pela família Ferrar de forma artesanal da erva, sendo é beneficiada em soques movidos a água.

Figura 2 - Produção da erva mate



Fonte: Caminhos de Pedra, 2021.

Outro ponto do Roteiro do Caminhos de Pedra, que o trabalho e a cultura do povo italiano, é o moinho que processa um dos elementos principais da culinária italiana, a farinha de milho (figura 3). Atualmente o moinho não é mais movido pelas forças da água e sim pela energia elétrica.

Figura 3 - Moinho de farinha de milho



Fonte: Fonte: Caminhos de Pedra, 2021.

A Casa da Ovelha também é um exemplo do trabalho no campo, com cuidados dos animais, a ordenha, amamentação, pastoreio com cães, tosquia e também degustação de produtos produzidos pelos proprietários. A casa é um atrativo que aproxima a família, principalmente as crianças por terem o contato direto com os animais, conforme apresentado na figura 4:

Figura 4 - Visitação dos turistas na Casa da Ovelha



Fonte: Fonte: Caminhos de Pedra, 2021.

O Roteiro Turístico Caminhos de Pedra demonstra, através de seus pontos de visitação, que o trabalho trazido e criados pelos imigrantes italianos e está presente na memória de seus descendentes. Neste o turista pode ter contato com os costumes, os valores, com toda a herança cultural gerada pelos imigrantes.

Considerações finais

O trabalho pode ser considerado árduo, cansativo, mas dele vem o fruto da sobrevivência, da transformação e processo tanto da matéria prima quanto da mão de obra. É passado de geração para geração, através dos costumes e valores que se obtêm com os antepassados, e todas essas informações coletadas e armazenadas são processadas pela memória, que em forma de lembranças se pode utilizar ou não.

Como se percebe o Roteiro do Caminhos de Pedra traz viva na memória as recordações e lembranças dos imigrantes italianos, seus descendentes se utilizam delas e continuam desenvolvendo o trabalho da mesma forma com que eram realizados por seus antepassados. Assim, utilizam-se da herança cultural, dos costumes, das tradições, tudo o que foi registrado em suas memórias e que são colocados em prática no dia a dia, atualmente.

Essas práticas fazem com que os turistas do Roteiro Caminhos de Pedra possam conhecer a tradição, o trabalho que os imigrantes italianos trouxeram para o Brasil principalmente Bento Gonçalves onde está sediado o Roteiro. Tudo isso foi possível pelo registro da memória coletiva que permite guardar essas informações e serem processadas e utilizadas ao longo do tempo.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BADALOTTI, Claudine Machado. Arquitetura e etnicidade: patrimônios materiais e imateriais na Rota Turística Caminhos de Pedra. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial. I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.1005-1017.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 1980.
- COSTA, Rovílio. **Assim vivem os Italianos**. Vida, história, cantos, comidas e estórias. 2. ed. EST Edições e EDUCS. Caxias do Sul, 1990.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **Eu – professor – construindo a história da Educação Brasileira: Memoriais de Professoras**. Lajeado, R.S: Caderno Pedagógico, 1999.
- CAMINHOS DE PEDRA. **Associação Caminhos de Pedra**. Histórico. Disponível em: <<https://www.caminhosdepetra.org.br/historico/>>. Acesso em 21 jan. 2021.
- DERENZI, Luis Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S/A, 1974.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: ____; DODEBEL, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006
- PERONDI, Dario Domingos; PERONDI, Neusa. **Família Perondi: 120 anos de Brasil**. Caxias do Sul: Maneco, 1999.
- POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. Identidade: cultura e memória. **MÉTIS: história & cultura**. v. 6, n. 12, p. 137-151, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/840/597>. Acesso em 20 jan. 21.

ZANINI, Maria Catariana Chitolina. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista Usp.** São Paulo, n.72, p. 161-170, 2006. Disponível:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/68487>. Acesso em 20 jan. 21.

La cultura viva degli italiani meridionali nel rio grande do sul: un approccio etnografico

Fabio Ragone

Dottore in Arte ed Educazione

Universitat Oberta de Catalunya

GIUSTIFICAZIONE DI UNO STUDIO STORICO-ANTROPOLOGICO BASATO SU DATI VISIVI

Gli storici stimano che, tra la fine del diciannovesimo secolo e la metà del ventesimo, furono circa 27 milioni gli italiani che emigrarono verso destinazioni europee e transoceaniche (Golini e Amato, 2001). Vista l'ampiezza di questo fenomeno storico, come ricercatore visivo (fotografo e insegnante di fotografia) ho ritenuto interessante indagare il ruolo che, per più di un secolo, le immagini hanno avuto nelle varie comunità italiane sorte nel mondo. In questo senso, al di là della loro varietà tematica, la consultazione delle numerose fonti bibliografiche (De Amicis, 1889; Florenzano, 1874; Franzina, 1995; Sori, 1979; Stella, 2002) ha mostrato come, frequentemente, la storiografia abbia sottovalutato il valore socioculturale e il potere delle immagini che hanno partecipato al fenomeno migratorio. Infatti, a queste è stata assegnata il più delle volte la funzione di supporto informativo; ossia, come evidenza visiva che illustra un documento testuale.

Lo scarso uso delle immagini come fonti documentarie è difficilmente comprensibile se si tiene conto che, dall'inizio del XX secolo, il loro uso nella diaspora sia stato in costante aumento. A tal proposito, l'archivio del Museu Marítim de Barcelona mostra, per esempio, come vari tipi di pubblicazioni grafiche e fotografiche siano state utilizzate massicciamente per promuovere i viaggi offerti dalle compagnie marittime attive nei porti di Genova, Napoli e Barcellona. Manifesti, cartoline e opuscoli illustrati provavano a sedurre visivamente i potenziali emigranti, alimentando immaginari positivi sulla

traversata oceanica e sulle opportunità offerte da ogni destinazione d'oltremare.

Dopo due escursioni realizzate nel 2009 e nel 2011 nelle distese pianeggianti del Rio della Plata, ho deciso di concentrare la mia attenzione su alcune delle colonie originarie del Sud Italia, sorte nelle città di Lobos, Saladillo, Temperley e Florida. Di ritorno in Europa, il graduale transito da un tema di interesse a una ricerca accademica ha dato vita al progetto di dottorato presentato all'Università di Barcellona avente come titolo "La Cultura Visual de los tanos en el Río de la Plata" (Ragone, 2019).

Adottando come metodologia una etnografia visiva collaborativa e multi situata (realizzata in periodi successivi tra Italia, Spagna, Argentina e Uruguay), ho potuto realizzare un gran numero di video-interviste. Poter recuperare le testimonianze orali dei protagonisti della diaspora italiana mi ha permesso di far luce sui processi di produzione, uso e consumo di immagini durante le differenti ondate del fenomeno.

Sul campo ho verificato come gran parte delle immagini che parteciparono al processo migratorio orbitasse intorno a due principali centri di interesse: la famiglia e la patria. Il valore di queste dimensioni socio-culturali è dimostrato, da una parte, dal costante scambio transoceanico di fotografie mantenuto tra chi emigrava e chi restava, e dall'altra, dalla frequente importazione nelle destinazioni migratorie di simboli visivi rappresentativi del luogo d'origine, come immagini di culto di santi e sante patroni.

L'immenso materiale fotografico trovato nelle case di diversi gruppi di emigranti (e rispettivi discendenti) mostra come duplice impegno comune: immortalare i momenti più emblematici della vita familiare e di dividerli, attraverso una assidua corrispondenza, con i parenti rimasti nella terra d'origine. L'analisi di queste immagini private, basata sull'apporto informativo fornito dalle testimonianze orali di coloro che le hanno possedute, mi ha aiutato a "interrogare" il loro contenuto. In questo senso, mettere in discussione la concezione della fotografia come traccia del reale mi ha

permesso di concepire l'uso della macchina fotografica come una pratica socio-culturale che rivela i valori delle persone che, in determinati contesti (storici, sociali, ecc.), hanno immaginato, creato e utilizzato i loro prodotti visivi. Seguendo questa prospettiva, tutte le intenzioni che fondamentano la produzione delle immagini private acquistano un notevole valore antropologico. Al riguardo, basti pensare a quei ritratti solenni prodotti da emigranti desiderosi di mostrare il progresso economico raggiunto nel paese ricevente, circondandosi di beni materiali che possano certificarlo (case, automobili, vestiti, etc.).

D'altra parte, ho considerato importante investigare il ruolo e il potere che diversi tipi di rappresentazioni religiose esercitarono nelle colonie sorte in diverse destinazioni migratorie. Nello specifico, ho cercato di mettere in evidenza i processi attraverso i quali diversi simulacri di divinità d'origine italiana riuscirono a mediare l'adattamento e l'insediamento definitivo dei peninsulari nel paese di accoglienza. Ho potuto ad esempio dimostrare come la riproduzione annuale di celebrazioni folclorico-religiose dedicato al santo patrono abbia contribuito alla creazione di un microclima socio-culturale favorevole; ossia, di uno spazio esperienziale dove fosse possibile mantenere le abitudini, le tradizioni e le credenze del gruppo regionale originario.

Dopo i riconoscimenti ricevuti dal tribunale di valutazione della tesi (*cum laude*) e da alcune delle istituzioni rappresentative delle comunità studiate¹, ho considerato opportuno approfondire lo studio della cultura visiva dell'emigrazione transoceanica italiana, estendendo il mio lavoro etnografico agli altri scenari sociali della cosiddetta rotta atlantica del Sud America (Brasile-Uruguay-Argentina). In questo modo, seguendo l'intero itinerario marittimo che, per quasi un secolo ha avuto come principali porti d'approdo Rio de Janeiro, Santos, Montevideo e Buenos Aires, ho potuto intraprendere

¹ Il progetto è stato dichiarato "di interesse municipale" a Saladillo e "di interesse dipartimentale" in Florida.

uno nuovo studio dedicato al ruolo delle immagini nell'emigrazione italiana diretta nel sud e sud-est del Brasile. Nella pratica, questo progetto sarà realizzato attraverso un lavoro sul campo di sei mesi che avrà come principali unità di studio le colonie di discendenti di italiani del sud Italia, situate nello stato di Rio Grande do Sul e in diverse località dei succitati centri di sbarco.

Rilevanza storico-antropologica della diaspora italiana nel sud e sud-est del Brasile

Tra il 1870 e il decennio del 1970, si stima che siano emigrati in Brasile 1,5 milioni di italiani (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007). La maggior parte di loro, approfittando delle sovvenzioni promosse dalla *Sociedade Promotora da Imigração Brasileira*, si concentrò nel quinquennio 1887-1901. Dopo la fine della schiavitù (1887), l'immigrato europeo fu in effetti chiamato a risolvere la mancanza di manodopera nelle grandi estensioni di terra dedicate alla coltivazione del caffè, presenti negli stati di San Paolo e Mina Gerais. Sotto la pressione dei *fazeinderos*, il governo favorì l'arrivo di italiani, spagnoli, portoghesi, tedeschi e di altri gruppi minori, offrendo loro viaggi transoceanici, alloggio e un lavoro rurale, precedentemente stabilito attraverso un rigido contratto (Angela de Castro Gomez, 2007). Attirati da questi apparenti benefici, solo nel 1888, arrivarono nello stato di San Paolo 80.749 peninsulari, ai quali se ne sarebbero aggiunti altri 124.502 nei tre anni successivi (Schorer, 1991). Non va poi dimenticato che una parte dell'emigrazione sovvenzionata si diresse anche verso i nuclei di colonizzazione situati negli stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

La maggior parte degli italiani che parteciparono alla prima ondata migratoria proveniva dalle regioni del nord (principalmente dal Veneto e dalla Lombardia), tuttavia, all'inizio del XX secolo si registrò un progressivo aumento dell'immigrazione meridionale, guidata principalmente da campani e calabresi. In generale, questi ultimi gruppi regionali riuscirono ad emanciparsi

dallo sfruttamento rurale locale, optando per i lavori urbani offerti in grandi città come Rio de Janeiro e San Paolo. Lì, approfittando delle reti di contatti mantenuti con parenti e compatrioti precedentemente emigrati, i nuovi arrivati riuscirono a trovare lavoro come artigiani, commercianti e operai (Angela de Castro Gomez, 2007).

Per poter capire l'impatto provocato dalla diaspora italiana sul più esteso paese sudamericano, basti pensare che nel 1901 i peninsulari arrivarono a rappresentare il 90% dei lavoratori delle fabbriche pauliste e a creare nelle loro vicinanze delle vere e proprie *little Italy*, come quelle rappresentate dalle comunità di Bras e Bexiga. La presenza italiana in Brasile rimase alta fino al primo dopoguerra, arrivando a costituire il 42% della popolazione immigrata totale (1,4 milioni su un totale di 3,3 milioni) (Angela de Castro Gomez, 2007). Contrariamente, meno massicci risultarono gli spostamenti registrati nel periodo interbellico e postbellico, promosso perlopiù da quelle catene migratorie che, come detto anteriormente, in ogni colonia permisero l'arrivo di parenti e conoscenti (per un totale di circa 200.000 arrivi) (Istituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007).

Quasi un secolo di migrazioni ha permesso agli italiani di giocare un ruolo chiave nella costruzione del Brasile contemporaneo. Questi infatti contribuirono non solo allo sviluppo industriale, politico ed economico del paese, ma anche alla definizione di alcuni tratti culturali considerati tipici delle regioni del sud e del sud-est. La persistenza dell'impronta italiana è tutt'oggi garantita dalla presenza nel paese della più grande comunità peninsulare del Sud America (circa 250 mila persone concentrate nel sud del paese) e della più grande comunità di discendenti al mondo, stimata in 23-25 milioni di persone (15% dell'intera popolazione) (Osservatorio sulla formazione e sul lavoro degli italiani all'estero, 2008).

A livello sociale, non va infine dimenticato il contributo fornito dalle associazioni italiane, la maggior parte delle quali, attualmente, risultano attive nelle province di Porto Alegre (102 organizzazioni), San Paolo (92), Curitiba (73), Rio de Janeiro (68) e Belo Horizonte (30). In totale si stimano più di 350

entità che, pur riflettendo i diversi interessi e orientamenti delle comunità rappresentate (assistenziali, commerciali, culturali, linguistici, sportivi, ricreativi, patriottici, sociali e turistici), nel loro insieme contribuiscono a mantenere viva la memoria storica dell'emigrazione italiana (Osservatorio sulla formazione e sul lavoro degli italiani all'estero, 2008).

Immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul

Come mostra l'ampio lavoro storico di Núncia Santoro (2015), la presenza di italiani nel Rio Grande do Sul è fortemente legata ai piani di colonizzazione rurale promossi nelle aree interne e nei territori confinanti con l'Uruguay. Dall'anno 1875 il governo provinciale dello stato iniziò a incoraggiare l'arrivo di immigrati, offrendo loro la distribuzione di grandi appezzamenti di terreno nelle colonie di Conde d'Eu e Dona Isabel. Un anno dopo, il console italiano di Rio Grande stimava già la presenza di circa 5.000 connazionali, indicando contingenti provenienti dalle regioni di Veneto, Lombardia, Friuli Venezia Giulia, Trentino, Alto Adige, Piemonte, Emilia Romagna, Toscana, Liguria, Campania, Calabria e Sicilia.

Il governo imperiale promosse la formazione di nuove colonie durante l'ultimo quarto del secolo, facilitando l'arrivo di più di 80.000 italiani. Questi si concentrarono nei nuclei di Caxias do Sul, Garibaldi (ex Conte d'Eu), Bento Goncalvez e Silveira Martns (Costa, 1991). Tuttavia, oltre ad essere inquadrata nei programmi di colonizzazione rurale, l'immigrazione dei peninsulari nel Rio Grande do Sul riuscì a interessare soprattutto il settore urbano. Sfruttando infatti le reti di comunicazione stabilite con i compatrioti arrivati in precedenza, molti gruppi colsero le opportunità di lavoro offerte dai grandi poli industriali e commerciali che stavano sorgendo nella regione. In questo senso, risultarono particolarmente attrattive le industrie di grandi città come Rio Grande e Pelotas, e i centri commerciali locali come quelli di Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Triunfo (Santoro, 2015).

L'aspetto che più di qualunque altro definì l'arrivo massiccio di italiani nel Rio Grande do Sul fu senza dubbio, la loro provenienza. Molti immigrati non arrivarono direttamente dall'Italia, ma attraverso un lungo processo di espatrio organizzato secondo multiple tappe. È possibile infatti registrare l'arrivo di italiani provenienti dall'Argentina e dalla vicina Repubblica Orientale dell'Uruguay. Come ricorda Santoro (2015), gran parte di questi contingenti erano originari del Sud Italia e scelsero la città di Porto Alegre come destinazione finale. La presenza di una grande colonia italiana è dimostrata dalla fondazione nel 1877 della Società Vittorio Emanuele II. Si trattava di un'associazione creata da immigrati che, nel decennio precedente, erano riusciti a raggiungere una buona posizione socio-economica nel commercio locale. Così come altre sorte nello stesso periodo in diverse località brasiliane, questa organizzazione manifestò un carattere nazionalista basato sulla celebrazione degli eventi che avevano segnato l'unità d'Italia e di quegli eroi che, come Giuseppe Garibaldi, avevano lasciato un segno indelebile in America Latina.

Secondo i rapporti consolari, nel 1884 la presenza italiana interessava tutte le attività della città. C'erano peninsulari che lavoravano come medici, farmacisti, ingegneri, parroci, commercianti, artisti, fotografi, insegnanti, musicisti, venditori ambulanti, artigiani e operai, sia nel settore industriale che in quello delle costruzioni. In questo modo, si definì una generazione diversificata di lavoratori dalla quale, all'inizio del XX secolo, emerse un gruppo di imprenditori e industriali di successo, capaci di integrarsi nell'élite economica e politica locale.

La massiccia immigrazione di italiani nel Rio Grande do Sul ha vissuto il suo periodo d'oro tra il 1888 e lo scoppio della prima guerra mondiale. A conclusione di questa ondata, nel 1925 le autorità stimarono la presenza nello stato di 40.840 famiglie di peninsulari, rispettivamente composte da 250.000 individui nelle colonie rurali e 45.000 nei centri urbani del Rio Grande do Sul.

La colonia meridionale di Porto Alegre

Secondo gli studi di Santoro (2015), l'aspetto che più di ogni altro caratterizzò l'immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul (e soprattutto a Porto Alegre) fu l'alta percentuale di meridionali provenienti da Campania, Basilicata, Sicilia e soprattutto Calabria. In queste regioni, l'emigrazione transoceanica iniziò intorno al 1870, aumentando vertiginosamente nella decade degli anni 80. Il fenomeno colpì numerosi distretti della provincia di Cosenza, come Paola, Nicastro e Castrovillari. Tuttavia, il maggior numero di espatriati era nativo del comune di Morano Calabro². Questo primato è dimostrato dalla caduta demografica che, tra il 1881 e il 1901, fece scendere la sua popolazione da 9.974 a 6.586 abitanti. Lo spopolamento durò anche durante la prima decade del XX secolo, registrando un'ulteriore perdita di 853 abitanti.

Nel 1893 il console italiano di Rio Grande do Sul segnalò la presenza di 700-800 immigrati provenienti da Morano Calabro. Nel 1914 i Moranesi, insieme ad altri gruppi calabresi, arrivarono a rappresentare a Porto Alegre la comunità più numerosa di una comunità italiana che, nella sua totalità, contava più di 10.000 individui. Questa colonia di meridionali si concentrò principalmente nel quartiere della Cidade Baixa, riuscendo a monopolizzare il commercio locale in settori come il tessile e il calzaturiero. Nel tempo, la crescita e il radicamento locale della comunità moranese arrivarono a determinare due importanti eventi socio-culturali: la creazione della società Moranesi Uniti nel 1924 e, l'istituzione nel 1982 di un accordo di gemellaggio tra i comuni di Morano e Porto Alegre.

² Antico centro urbano situato su una montagna a 694 metri sul livello del mare, con una popolazione di circa 4500 abitanti.

Le immagini come rappresentazioni culturali delle comunità meridionali

Per quasi un secolo, sia nelle zone rurali che in quelle urbane del Rio Grande do Sul, la persistenza di varie comunità italiane è dipesa da catene migratorie che hanno favorito l'arrivo ciclico di parenti e conterranei. In ogni destinazione, queste collettività si caratterizzarono per il desiderio generalizzato di creare un microclima favorevole in cui poter conservare le loro identità regionali, riprodurre codici e norme socio-culturali e perseguire obiettivi comuni. In relazione a questi progetti comunitari, le fotografie di famiglia trovate nelle case di emigranti e discendenti si presentano oggi come delle preziose e inesplorate fonti di dati che, oltre a fornire informazioni attraverso il loro contenuto visivo (e talvolta anche testuale, grazie alla frequente presenza di annotazioni presenti sul loro supporto), permettono di stimolare il ricordo di eventi e persone durante la raccolta di testimonianze orali. In effetti, mostrare immagini fotografiche durante interviste semi-strutturate realizzate a persone che hanno avuto qualche tipo di rapporto con i fatti o gli individui rappresentati, aiuta queste a focalizzare meglio i ricordi, a espandere le narrazioni e, in ogni caso, a fornire dati più accurati (Banks, 2010).

Tra le strategie che gli emigranti e i loro discendenti adottano per preservare la propria identità all'estero riscontriamo il frequente mantenimento di credenze e culti religiosi del luogo di origine. Di fronte al sentimento di incertezza che spesso accompagna l'espatrio, gli emigranti si impegnano a mantenere le devozioni rivolte a santi e sante patroni (Ragone, 2019). Questo *modus operandi* si riflette, nel caso di questa ricerca, nella presenza a Caxias do Sul di circa 650 cappelle dedicate a divinità provenienti da diverse parti della penisola italiana (Cristaldi, 2015).

Sia gli studi di Rovíllo Costa (1991) sugli italiani del Nord che quelli di Santoro (2015) sui peninsulari di origine calabrese hanno dimostrato che in Brasile ha prevalso l'importazione e il radicamento di quei culti diretti alle rappresentazioni mariane. Al di là di questo dato generale, l'interesse

antropologico rivolto verso le pratiche religiose di origine meridionale si basa sulla frequente creazione nelle colonie di immagini di culto che, rendendo possibile l'organizzazione annuale di feste e celebrazioni dedicate alla divinità, aiutavano a mantenere vive le relazioni sociali tra connazionali e, pertanto, a garantire l'unità di tutta la comunità.

In secondo luogo, risulta importante analizzare come e perché, in alcuni casi, le manifestazioni religiose organizzate e promosse dagli espatriati meridionali siano riuscite a dirigere l'interesse devozionale dei membri di altri gruppi sociali presenti nello spazio sociale (quartiere, paese o città) verso le proprie immagini di culto. La rilevanza di questo fenomeno appare legata a quei complessi processi sincretici che, in diverse destinazioni migratorie, hanno reso possibile l'adattamento del potere dei simulacri importati, e della conseguente capacità di azione taumaturgica delle divinità rappresentate, alle richieste dei loro nuovi adepti³.

Con il fine di sviluppare questa seconda parte della ricerca, durante il lavoro di campo che verrà realizzato a Porto Alegre, Rio de Janeiro e Sao Paulo, studierò le principali immagini di culto importate dalle collettività del Sud Italia. Dedicherò una speciale attenzione alle pratiche culturali e sociali che, attraverso esse, si realizzano ancora oggi. Nello specifico, indagherò il ruolo sociale e culturale svolto da rappresentazioni calabresi come quelle della Madonna del Carmine di Morano Calabro, la Madonna del Castello⁴ di

³ Rispetto a questo fenomeno risulta emblematico il caso di San Cono in Uruguay. L'immagine di questo santo italiano venne portata nel paese rioplatense da una comunità di emigranti originari di Teggiano (Salerno) alla fine del XIX secolo. Grazie alla sua fama di dispensatore di numeri fortunati della lotteria e di ispiratore di vittorie sportive, a partire dagli anni cinquanta del secolo scorso, San Cono si è convertito nella divinità più conosciuta e seguita della nazione (Ragone, 2019).

⁴ L'immagine fa riferimento alla rappresentazione affrescata in stile bizantino su un muro dell'antico santuario dedicato alla divinità su un promontorio di Castrovillari.

Castrovillari, di San Francesco da Paola⁵ e di Nostra Signora Achiropita⁶ di Rossano Calabro.

Metodologia e obiettivi della ricerca

Basandosi su un dialogo tra studi storico-antropologici e cultura visiva, il progetto qui presentato mira a indagare il ruolo delle immagini nella comunità di immigrati e discendenti di italiani meridionali che vivono nel sud e sud-est del Brasile. Per raggiungere questo obiettivo, la ricerca sarà concepita come un lavoro di studio non "sugli altri", bensì "con gli altri". In effetti, si tratterà di un'esperienza di costruzione collaborativa della conoscenza, che conterà sulla partecipazione di individui e organizzazioni che condivideranno l'interesse per la sua realizzazione, lo sforzo per svilupparla e la proprietà morale dei risultati ottenuti.

L'idea centrale di questo lavoro sarà quella di considerare gli ambienti domestici e associativi, di coloro che direttamente (emigranti) o indirettamente (discendenti) hanno partecipato alla diaspora italiana, come un deposito di immagini inedite e di testimonianze. Più concretamente, mi riferisco alla raccolta di dati visivi (immagini materiali) e audiovisivi (videointerviste) che, nel loro insieme, possono contribuire ad approfondire la conoscenza del fenomeno in relazione a concetti chiave come identità, memoria, sradicamento e integrazione. Tenendo conto della difficoltà che implica l'accesso allo spazio più intimo e privato dei soggetti coinvolti, ho

⁵ L'immagine scultorea portata in processione annualmente rappresenta il santo eremita fondatore dell'Ordine dei Minimi, nato a Paola (Reggio Calabria) nel 1416.

⁶ Il termine di origine greca *achiropita* significa "non fatto a mano". In questo caso si utilizza per indicare un'immagine affrescata di epoca bizantina, che la tradizione locale attribuisce a un intervento miracoloso. Attualmente, l'icona mariana rossanese si presenta affrescata su un pilastro della navata centrale della Cattedrale cittadina.

considerato fondamentale realizzare lo studio attraverso un'etnografia visiva. Immergendomi nella vita quotidiana delle comunità in esame, questa metodologia mi permetterà infatti di: conversare a lungo con i loro membri; video-intervistarli; contrastare ciò che dicono con ciò che fanno; recuperare fotografie di famiglia (digitalizzandole); e documentare, per mezzo della macchina fotografica, ambienti e attività sociali e culturali (celebrazioni, riti, ecc.).

Nel mio iniziale approccio antropologico alla cultura visiva degli italiani del sud, sarà rilevante indagare quali siano stati gli immaginari e le visioni egemoniche che hanno segnato l'esperienza migratoria delle diverse generazioni di emigranti che arrivarono in Brasile, tra la fine dell'Ottocento e la metà del Novecento. Più specificamente, nel caso di ogni flusso temporale, considererò importante sapere come l'immigrato meridionale era visto dalla comunità ricettrice e come egli stesso percepiva la terra ospitante, sia prima che dopo il suo arrivo.

Successivamente, mi interesserò a ciò che gli emigranti hanno fatto con le immagini, enfatizzando le relazioni mantenute con e attraverso di esse. Utilizzando le immagini fotografiche private come principale fonte di dati sulla dimensione sociale più personale degli immigrati, cercherò di scoprire il ruolo della fotografia di famiglia nelle comunicazioni transnazionali mantenute con i familiari residenti nel luogo di origine e in altre destinazioni migratorie. Spostando l'attenzione analitica dal contenuto visivo dei documenti fotografici alle funzioni che questi svolsero, sarà importante indagare come si articola la visione dell'altro con la visione di sé stessi. Al riguardo, sarà utile analizzare come, attraverso la macchina fotografica, gli immigrati siano riusciti a costruire la propria immagine e, più in generale, la narrazione visiva dell'esperienza migratoria diffusa attraverso le corrispondenze mantenute con i familiari lontani.

Per la ricerca sarà infine importante ottenere dati sulle molteplici motivazioni che fondamentarono la produzione, l'uso e il consumo di immagini nella sfera pubblica e comunitaria delle colonie originarie del Sud

d'Italia, identificate nello stato di Rio Grande do Sul e nelle città di Rio de Janeiro e Sao Paulo. In questa seconda fase dell'etnografia, grazie alla collaborazione stabilita con i membri delle associazioni italiane ancora attive nelle diverse unità di studio, indagherò il ruolo svolto dalle immagini religiose, protagoniste tutt'oggi di devozioni e celebrazioni. Per quanto riguarda i casi già documentati della Vergine del Carmen di Morano Calabro, della Vergine del Castello di Castrovillari, sarà opportuno svelare come e perché queste immagini siano arrivate a Porto Alegre, e come si siano manifestati, conservati e trasformati nel tempo il loro significato, potere e capacità di azione nella locale colonia italiana. Da una prospettiva comparativa, sarà inoltre rilevante studiare il diverso successo devozionale che queste vergini manifestano rispetto a divinità più notorie come quelle di San Francesco a Rio de Janeiro e *Nossa Senhora Achiropita* a Sao Paulo; due immagini di culto calabresi che, nel tempo, sono riuscite a catalizzare la partecipazione devozionale e festiva dell'intera collettività di origine italiana (indipendentemente dalle diverse appartenenze regionali) e di un ampio settore della comunità brasiliana locale (Aristodemo, 2010; Cappelli, 2013).

Impatto didattico e sociale del progetto

Oltre al lavoro sul campo succitato, ritengo che l'instaurazione di una collaborazione con la *Pontificia Universidade Católica de Rio Grande do Sul* mi consentirà di svolgere un'attività didattica che possa presentare e promuovere le basi teoriche e metodologiche che hanno segnato la mia precedente attività di etnografo e studioso di immagini. In questo senso, credo che l'esperienza acquisita come ricercatore e insegnante in diversi paesi (Italia, Spagna, Argentina e Uruguay) potrebbe contribuire alla formazione degli studenti dell'istituzione, potenziando la loro visione e capacità interpretativa nello spazio sociale contemporaneo.

Parallelamente, è importante sottolineare che, al di fuori dell'ambito accademico, il progetto post dottorale qui presentato potrebbe favorire la

creazione di un museo virtuale dedicato alle migrazioni meridionali verso l'America Latina. Nel quadro della rotta atlantica che ebbe come centri nevralgici i porti di Rio de Janeiro, Santos, Montevideo e Buenos Aires, l'etnografia che verrà realizzata in Brasile potrà infatti aggiungere nuovi documenti e narrative alla collezione preesistente, prodotta durante la mia precedente ricerca dottorale. Basti considerare che, attualmente, tale archivio riunisce più di 500 documenti originali (fotografie, giornali, dépliant, manifesti, passaporti, lettere, ecc.), circa 5000 immagini private digitalizzate e 55 video-interviste realizzate a emigranti e loro discendenti, protagonisti dell'ultima fase migratoria del secondo dopoguerra.

Al di là della sua più ovvia funzione divulgativa, il futuro Museo Virtuale delle Migrazioni Meridionali (MUVIMM) si propone come strumento d'intervento sociale, capace di apportare un beneficio a tutti i suoi collaboratori. In questo senso, è possibile prevedere che, la costruzione cooperativa di un percorso narrativo dedicato alla diaspora transoceanica del Sud Italia, possa aiutare ogni suo partecipante non solo ad approfondire la conoscenza globale di un fenomeno che ha segnato la propria biografia familiare, ma anche a riconoscersi come membro di una ampia e culturalmente ricca comunità transnazionale, che comprende molteplici luoghi di origine e destinazione. In questo modo, i soggetti coinvolti potranno riflettere su come i processi di incontro, influenza e integrazione tra le diverse comunità presenti nella società ricettrici, siano riusciti a plasmare la cultura contemporanea di ogni paese.

Da una prospettiva più didattica, il museo potrebbe infine rappresentare uno strumento educativo in grado di offrire ai suoi visitatori l'opportunità di analizzare criticamente la società odierna e, guardando al futuro, di avvertire la necessità di costruirne un'altra più aperta al dialogo tra diverse culture. In questo modo, specialmente le nuove generazioni di spettatori, avrebbero a disposizione le conoscenze necessarie per poter riconoscere e interpretare le analogie tra le migrazioni del passato e quelle contemporanee che, seguendo percorsi opposti, hanno come terra promessa l'Europa.

Bibliografia

- ARISTODEMO, L. (2010). La Madonna divorata La festa della Nossa Senhora Achiropita: un culto calabro-bizantino in Brasile. En V. Cappelli y A. Hecker (Coord), **Italiani in Brasile: Rotte migratorie e percorsi culturali** (pp. 49-72). Italia: Rubbettino Editore.
- BANKS, M. (2010). **Los datos visuales en investigación cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata.
- CAPPELLI, V. (2013). **La belle époque italiana di Rio de Janeiro**. Italia: Rubbettino Editore.
- COSTA, R. (1991), Il culto di Maria fra i discendenti nel Rio Grande do Sul. En R. COSTA y L. A. DE BONI (Coord), **La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile** (pp.221-237). Torino: Edizioni della Fondazione Agnelli.
- Cristaldi, F. (2015). **E andarono per mar a piantar vigneti: gli italiani nel Rio Grande do Sul**. Italia: Tau Editrice.
- DE AMICIS, E. (1889). **Sull'Oceano. Milano**: Fratelli Treves Editori.
- DE CASTRO GOMES, A. (2007). Inmigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. En Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Coord), **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE.
- DUARTE LANNA, A. L. (2010). Gli italiani di Bexiga: calabresi a São Paulo, 1870-1930. En V. Cappelli y A. Hecker (Coord), **Italiani in Brasile: Rotte migratorie e percorsi culturali** (pp. 31-48). Italia: Rubbettino Editore.
- FLORENZANO, G. (1874). **Della emigrazione italiana in America comparada alle altre emigrazioni europee**. Napoli: Giannini.
- GOLINI, A. e AMATO, F. (2001). Uno sguardo a un secolo e mezzo di emigrazione italiana. En P. Bevilacqua, A. De Clementi y E. Franzina (eds.), **Storia dell'emigrazione Italiana. Partenze** (pp.45-60). Roma: Donzelli Editori.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE.
- Osservatorio sulla formazione e sul lavoro degli italiani all'estero (2008). *Rapporto Paese "Gli Italiani in Brasile"*. Italia: Ministero degli Esteri. Disponibile en: https://www.esteri.it/mae/doc_osservatorio/rapporto%20paese%20brasile.pdf
- RAGONE, F. (2019). **La cultura Visual de los Tanos en el Río de la Plata**. Universidad de Barcelona: Barcelona.

SANTORO DE CONSTANTINO, N. (2015). **L'italiano di Porto Alegre**. Luigi Pellegrino Editore: Cosenza.

SCHORER PETRONE, M. T. (1991). Abolizione della schiavitù e immigrazione italiana nello stato di Sao Paulo. En R. Costa y L. A. De Boni (Coord), ***La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*** (pp.221-237). Torino: Edizioni della Fondazione Agnelli.

SORI, E. (1979). **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale**. Bologna: Il Mulino.

STELLA, G. A. (2002). **L'Orda quando gli albanesi eravamo noi**. Milano: Rizzoli.

Novas mobilidades no novo milênio: a migração italiana no Sul do Brasil (2000-2018)

Leonardo de Oliveira Conedera⁷

Introdução

Os primeiros anos do Novo milênio estão acompanhados por mudanças de grande impacto, que fazem com que pesquisadores, políticos e cidadãos comecem a repensar as suas visões acerca do mundo e a vislumbrar novos desafios. As transformações ocorrem em vários níveis: no tecnológico, no econômico, no político, no ambiental. É natural que, a partir de um cenário de intensas e profundas modificações, também os movimentos de populações, incluindo as migrações, se alterem, proporcionando a necessidade de novos estudos e entendimentos a respeito do assunto (PEIXOTO, 2019).

Então, em meio ao panorama de grande mobilidade global das últimas décadas, o presente texto trata acerca das migrações italianas no Brasil. Especialmente, as estatísticas não revelam um volume de fluxo realmente catastrófico; entretanto, a tendência de elevação de indivíduos partindo é real e abrange, sobretudo, a faixa etária de sujeitos abaixo dos quarenta anos (SANFILIPPO, 2017).

Portanto, este texto pretende tratar sobre a mobilidade de jovens italianos nessas duas primeiras décadas (2000-2018). No início do século XXI, observou-se um aumento gradual de peninsulares deixando a Península para diversos destinos. Utilizando-se a metodologia da História Oral foram

⁷ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é bolsista PNPd-Capes no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: leocone5@hotmail.com.

realizadas duas entrevistas com italianas que migraram para Porto Alegre. A partir dessas entrevistas, juntamente com o uso dos dados do *Ministero Affari Esteri* (Ministério das Relações Exteriores da Itália), pretende-se compreender as novas nuances (causas, características, relações identitárias, entre outras) dos deslocamentos de migrantes italianos para o Brasil nos últimos anos.

A migração italiana no século XXI

O fenômeno migratório, nas últimas décadas, recebeu grande destaque no campo acadêmico internacional. Além disso, de acordo com os dados divulgados pelas Nações Unidas, a quantidade de indivíduos participando das migrações internacionais era de 75 milhões em 1965, enquanto no último decênio do século passado já alcançava 175 milhões de indivíduos. Em 2015, foi registrada a cifra de 244 milhões. Comprova-se, por intermédio desses dados, que, nos últimos anos, inúmeros investigadores atentaram para o fato de que se está observando uma evidente *Age of Migration* (Era das Migrações), isto é, o recrudescimento de sujeitos em deslocamentos pelo globo (ZANFRINI, 2016).

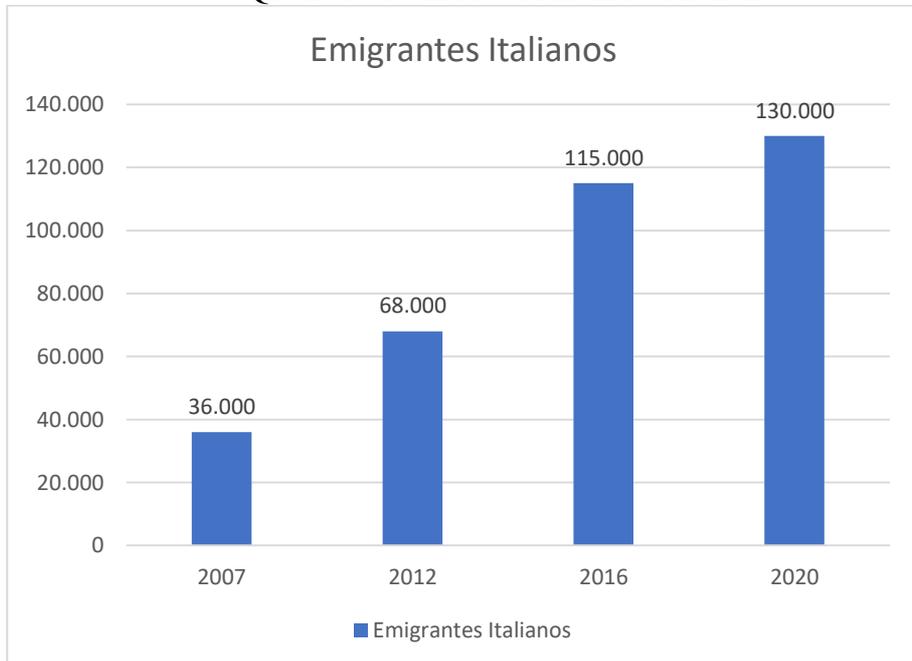
Sabe-se que a migração é um fenômeno sociocultural multifacetado e histórico, haja visto que a História é uma ciência do particular. Cabe ao historiador da migração constatar e examinar as dinâmicas da mobilidade que sempre constituem suas peculiaridades nos espaços e períodos em que se processam. Então, no início do século XXI, notou-se um aumento gradual de italianos deixando a Península Itálica para os mais diversos destinos (ver o quadro 1), a saber, a chamado de “nova migração italiana” (SANFILIPPO, 2017), concomitantemente, o número de imigrantes peninsulares vem crescendo no Brasil em detrimento da concessão de cidadanias por parte do governo italiano, como também pela mobilidade de novos migrantes desembarcando no país.

Os deslocamentos são processos sociais que abrangem uma pluralidade de fatores. No caso italiano, inúmeros aspectos viabilizaram a migração de

seus cidadãos mais recentemente, segundo Matteo Sanfillippo (2017). A Itália, na segunda metade do século XX, transformou-se em um país industrial e desenvolvido, tornando-se um destino para os movimentos migratórios internacionais. Contudo, sem ter deixado a sua característica de “país de emigração”, ao mesmo tempo que adquiria um novo caráter de “país de imigração” (PUGLIESE, 2003).

Nesse panorama migratório da emigração do princípio do século XXI é preciso destacar que a crise econômica internacional, desencadeada em 2007-2008, impactou impiedosamente sobre a estrutura produtiva italiana, trazendo circunstâncias mais duras para uma realidade já complicada e produzindo danosas consequências no mercado de trabalho da Península. Tal cenário acarretou um contexto de desemprego, que aumentou nos últimos tempos (sobretudo para os mais jovens) (GIERGJI, 2015).

Quadro 1 – Números da Mobilidade Italiana



Fonte: ISTAT.

De acordo com o ISTAT (Instituto Nacional de Estatística da Itália), as partidas da Península começaram a recrudescer no começo do século XXI. O Instituto aponta em seus levantamentos um aumento do número de italianos deixando o país ano após ano com a chegada do terceiro milênio. Além disso, essa nova fase de mobilidade caracteriza-se por uma migração espontânea e motivada por múltiplos fatores. A partir do contato com italianos no andamento da pesquisa⁸, infere-se que alguns vieram por questões relacionadas à busca de novas perspectivas profissionais, enquanto outros se deslocaram por uma motivação afetiva (por ter um namorado/a que se encontrava no Brasil), novas experiências de vida, entre outras circunstâncias.

Nessa nova etapa da emigração italiana destaca-se a participação feminina, que representa mais de 40% daqueles que partem da Península. Outro dado significativo é que mais de 60% daqueles que emigraram nos últimos anos se encontra entre a faixa etária de 20 a 45 anos⁹, indivíduos que estão em uma idade de formação universitária, bem como de jovens profissionais recém-formados (que concluíram uma graduação ou uma pós-graduação), sendo um grande contingente de migrantes que buscam formação especializada ou se inserir em um mercado de trabalho internacional (GIERGJI, 2015).¹⁰

Entretanto, ao lado daqueles que se deslocam no presente à procura de novas oportunidades de formação e trabalho encontra-se também um outro

⁸ Refere-se à investigação de pós-doutorado, Da Península Itálica para o Brasil: as migrações no tempo presente (2000-2018), que se desenvolve na PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e que trata acerca desses novos fluxos de italianos no Brasil.

⁹ As migrantes italianas cujas trajetórias se apontam neste texto inserem-se nessa faixa etária.

¹⁰ Entre aqueles que emigram existem obviamente também os chamados “cérebros em fuga” (expressão limitante), mas que resulta também enganadora no seu conteúdo essencial, porque se sabe onde se encontram braços há também cérebros, e vice-versa (GIERGJI, 2015). Além disso, muitos jovens italianos condenam esse termo, pois não se percebem representados por essa denominação.

grupo. Precisa-se enfatizar que um novo fenômeno, mesmo não sendo quantitativamente muito numeroso, é aquele da mobilidade dos aposentados peninsulares em direção aos países do Leste e Sul do globo, onde o custo de vida é menor e possibilita uma maior perspectiva para muitos viverem de uma forma mais cômoda com as suas aposentadorias resultantes dos seus anos de trabalho na Itália.

Sobre a presença italiana no território brasileiro na atualidade vale lembrar que com o advento da possibilidade do processo de dupla cidadania para os cidadãos brasileiros, após a Constituição de 1988, inúmeros ítalo-descendentes começaram a solicitar para o governo italiano o reconhecimento de sua dupla cidadania¹¹. Então, atualmente, a comunidade italiana residente no país é constituída tanto por ítalo-descendentes¹² (com dupla cidadania) e migrantes que desembarcaram aqui desde o pós-Segunda Guerra Mundial, bem como por novos indivíduos que chegaram ao país nos últimos 20 anos. E convém lembrar que, ao longo do oitocentos e o novecentos, a maioria dos peninsulares residentes no Brasil era composto apenas por migrantes.

A partir do estudo em curso, sabe-se que o migrante italiano que se instala no Brasil nos últimos anos trata-se de um indivíduo que se relaciona com uma modalidade crescente no país e no mundo, a saber, aquela relacionada com a da migração qualificada. Desde o oitocentos, migrantes qualificados de inúmeras nacionalidades ingressaram no território brasileiro. Mas esse processo – que na atualidade se observa como uma tendência presente entre muitos dos recém-chegados do exterior – já é processo que se

¹¹ A cidadania italiana pode ser requerida por um descendente de qualquer geração através do *Jus Sanguinis*, por via administrativa ou judicial, perante as autoridades italianas. Sobre essa temática ver COSTA, Jamile; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. REMHU, Brasília, v. 27, p. 165-180, 2019.

¹² Sobre a migração de ítalo-descendentes na Itália ver ZANINI, 2015; DADALTO, 2015.

evidencia com maior volume a partir do pós-Segunda Guerra e que se percebe a escalada nos decênios ulteriores.

Segundo os levantamentos do IBGE (2012), entre os anos de 1986 e 1991, 57,2 % dos estrangeiros residentes no país tinham 12 anos ou mais de estudos. E, entre 1995 e 2000, o número de qualificados correspondia a 58,1%. Mesmo que seja um crescimento lento já revela uma tendência que se verifica no perfil de muitos migrantes no novo milênio no Brasil e no mundo.

Alguns estudos recentes¹³ a respeito da migração internacional destacam um número significativo de profissionais qualificados¹⁴ em seus moldes distintos e complexidades, sobretudo quando se leva em consideração a influência de uma série de elementos diversificados de indivíduos no cenário internacional e o protagonismo dos fluxos migratórios nas dinâmicas dos mercados em escala global (DOMENICONI; BAENINGER, 2017, p. 752).

Rosana Baeninger (2014, p. 10) comenta que “[...] à medida que as localidades se inserem na lógica global” é possível observar uma maior intensidade e pluralidade dos deslocamentos em escala internacional. Nesse sentido, o processo de mobilidade hodierno segue o ritmo equiparado ao da mobilidade do capital, o que acarreta alterações também nos movimentos do desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho, assim como na

¹³ Ver Baltar (2020); Domeniconi (2021).

¹⁴ Sabe-se que o Manual Camberra foi elaborado com o intuito de criar um aparato de análise e delimitação dos “Recursos Humanos dedicados à Ciência e Tecnologia (RHCT)” pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1995. O Manual define trabalho qualificado com base tanto no nível de formação, quanto na ocupação exercida pelos profissionais, e existem distinções na delimitação do termo “qualificado”, pois, no que diz respeito às colocações em relação à migração internacional, refere uma “[...] qualificação formal e corresponde a uma classificação internacional existente e extensivamente citada, a Classificação Internacional de Educação (CIE)” (DOMENICONI; BAENINGER, 2017, p. 753).

ampliação dos contextos de migração interna e internacional dos fluxos contemporâneos.

Nos últimos tempos, os jornais italianos começaram a destacar algumas histórias dessa nova emigração, ou melhor, apontar uma série de indivíduos peninsulares que partiram para o exterior. Por exemplo, o Jornal L'Espresso, em 23 de dezembro de 2019 publicou uma edição intitulada: "*Cara Italia, ora ascolta noi espatriati*": *le storie di chi è dovuto fuggire per realizzarsi*¹⁵ (Querida Itália, agora escuta nós expatriados: as histórias de quem teve que fugir para se realizar), expondo a trajetória de 10 jovens italianos que migraram para outros países em busca de seus projetos profissionais e pessoais. A reportagem realizada pela jornalista Gloria Riva alude com preocupação a essa nova geração e a esse novo momento de mobilidade italiana.

Dentre os estudos e dados levantados acerca dos aspectos singulares dessa recente emigração italiana pode-se frisar os seguintes: uma diversidade na composição social dos movimentos migratórios, que se transformou muito mais heterogêneo em relação aos fluxos passados; uma participação feminina mais visível, quantitativamente, entre os novos migrantes; uma maior escolarização dentre aqueles que se transferem para o exterior; a maioria dos emigrantes provenientes das maiores cidades da Itália; por fim, o surgimento de novos destinos, como a China, a África do Sul e diversos outros países africanos, sul-americanos e asiáticos em pleno *boom* econômico (SANFILIPPO, 2017).

Portanto, quando se trata da mobilidade italiana da atualidade, significa se confrontar com um projeto ainda indefinido e em elaboração para muitos migrantes. Vislumbram-se trajetórias migratórias em formação que se alteram em velocidades impensáveis pelos motivos mais diversos: como o nascimento de um filho, o aparecimento de um problema de saúde, uma promoção na

¹⁵ Ver Riva (2019).

carreira, uma oportunidade de trabalho, a busca de novas experiências de vida, entre outros. O fenômeno da mobilidade no novo milênio configura-se mais dinâmico e apresenta novos desafios para os seus estudiosos.

História oral no contexto da pandemia do covid-19

Para melhor compreender o contexto migratório dos italianos no Brasil nos últimos anos pensou-se numa abordagem qualitativa para a pesquisa. Nesse sentido, optou-se pela elaboração de entrevistas com migrantes, empregando-se a metodologia de História Oral, que permite a intermediação entre a micro e a macro história, viabilizando a análise das experiências de vida em relação às estruturas do contexto social, criando-se conexões entre a história narrada e os eventos sociais, econômicos e políticos no qual o indivíduo se encontra, para assim se avaliar a narrativa propriamente dita sobre o presente do depoente (CONEDERA, 2020).

Assim, para a organização e realização das entrevistas optou-se pela História Oral Temática. Segundo Núncia Santoro de Constantino (2004b), essa modalidade se foca no testemunho acerca de algum tema particular. Esse testemunho é utilizado como qualquer outro documento, com um recorte temático específico. Logo, procura-se, sobretudo, a informação do entrevistado.

A partir da a metodologia da História Oral, o investigador das migrações mais contemporâneas tem a oportunidade de estudar os processos migratórios, vislumbrando a complexidade do fenômeno social por intermédio da narrativa do indivíduo que vivencia a experiência de mobilidade e como ele comenta e interpreta a respeito do seu deslocamento para uma nova sociedade.

Como lembra Alessandro Portelli (2010), a História Oral possibilita examinar aspectos relativos à memória e como a narrativa de acontecimentos (que várias vezes se encontra repleta de subjetividade) viabiliza a reconstrução histórica de eventos, principalmente aqueles da

contemporaneidade, ou mesmo de como determinado depoente recorda ou interpreta um determinado fato histórico. Então, a História Oral é uma metodologia que possibilita explorar a narrativa oral, como fonte histórica para se analisar um contexto.

Além disso, as histórias expostas pelos entrevistados proporcionam, como outras fontes, a observação de indícios por parte dos pesquisadores. Carlo Ginzburg (2007, p. 178-179) destaca que “[...] a realidade é opaca, mas existem certos pontos privilegiados – indícios, sintomas – que nos permite decifrá-la”. As trajetórias narradas por migrantes encontram-se impregnadas de indícios que podem apontar fenômenos sociais mais abrangentes e complexos. Nessa mesma perspectiva, Constantino (2004a) enfatiza que a narrativa cruza dois imprescindíveis elementos, visto que ao longo da entrevista:

[...] narra-se uma vida concreta, uma existência, uma trajetória pessoal. Narra-se também os nexos e os símbolos, que medeiam culturalmente a vivência relacionados à memória coletiva que, construída sobre vivências comuns adquire sentidos e reorganiza temporalidades.(CONSTANTINO, 2004a, p. 34).

Então, os pressupostos da metodologia de História Oral foram utilizados na organização, durante e no pós-entrevista com o intuito de se poder compreender melhor os aspectos particulares dessa nova migração italiana no Brasil. As duas entrevistadas apresentam algumas diferenças e semelhanças em suas trajetórias para Porto Alegre, possuem formação superior e se enquadram no perfil da migração internacional qualificada. Segundo Peixoto (2001), esse tipo de migração internacional seria resultante,

[...] não somente de seu menor volume e visibilidade social, quando comparado com outros movimentos migratórios, mas também de sua relação direta com os movimentos de capitais e das estratégias provisórias que frequentemente empregam. (PEIXOTO, 2001, p. 1049).

Ainda em relação às entrevistas lembra-se que o critério de seleção na busca das migrantes-participantes eram: imigrantes italianos maiores de 18 anos, que se radicaram no contexto urbano brasileiro entre 2000 e 2018. Ademais, incluiu-se a possibilidade de partícipes que tivessem disponibilidade de tempo para compartilhar informações a respeito de suas experiências de deslocamento. Outro aspecto importante que cabe enfatizar é a questão que as entrevistas foram todas realizadas em língua portuguesa¹⁶. Todavia, as conversas prévias com os depoentes via e-mail e por WhatsApp foram realizadas em língua italiana.

O contato com as entrevistadas aconteceu por meio de e-mail, telefone e WhatsApp. As depoentes foram encontrados a partir de páginas nas redes sociais do Facebook (como *Italianos em Porto Alegre*). Além disso, contou-se também com a indicação de pessoas da coletividades italiana da capital gaúcha que conheciam peninsulares recém-chegados que poderia colaborar com a pesquisa.

Em virtude da pandemia do Covid-19, as entrevistas e gravações foram feitas somente por via *online* com o emprego do software *Skype*¹⁷, com a finalidade de preservar o pesquisador e os participantes que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa. Vale lembrar que a pandemia, nos últimos meses, está impactando a sociedade global. Em vista disso, esclarece-se que no desenvolvimento do presente estudo procurou-se, mesmo com as adversidades impostas pela realidade *sui generis*, encontrar o meio digital para se empreender uma investigação, seguindo todas as orientações sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério

¹⁶ Optou-se pelas entrevistas em língua portuguesa para facilitar a transcrição dos depoimentos, bem como com a intenção de observar o grau de interação desses migrantes com a língua portuguesa. Além disso, todos os depoentes não tiveram problema em falar de suas histórias e experiências na língua do país de acolhimento.

¹⁷ A escolha entre o uso dos softwares *Skype* foi utilizada a partir da disponibilidade e preferência e familiaridade do entrevistado em utilizar essa plataforma.

da Saúde do Brasil, com a intenção de preservar todos os indivíduos envolvidos no estudo (pesquisador e participantes).

A utilização da história oral a partir do ambiente digital foi uma experiência, dado o contexto pandêmico¹⁸. Sabe-se que, nos últimos decênios, observa-se um mundo muito mais globalizado e interligado, assim como ambientado pelo universo *online* como um meio de interação e de produção de relatos de memória que acarreta uma realidade onde se presencia tanto rupturas quanto determinadas continuidades. Assim, as inovações tecnológicas reorganizaram hábitos, costumes e práticas medulares para a comunicação humana; e novas tendências de comunicação alteraram gêneros do discurso, seus conteúdos e modos de como expressá-los (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020). Em meio a esse novo contexto, segundo Santhiago e Magalhães (2020):

À história oral, felizmente incapacitada de se destacar do fluxo temporal, cabe apreciar criticamente tais mudanças, sem passar ao largo delas, propondo considerações sobre a mudança efetiva no pensamento, na memória e na cultura a partir da incorporação de novas tecnologias, e sobre o impacto destas sobre a forma de se contar histórias. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 4).

Assim, vislumbram-se vantagens e desvantagens, bem como uma postura e atuação diferenciada por parte do pesquisador que realiza uma entrevista de forma presencial (isto é, frente a frente) e aquele que precisa efetuar a coleta de um depoimento *online* à distância. A questão é apresentar a possibilidade encontrada e empregada, que foi a produção de entrevistas seguindo-se os pressupostos da história oral por via *online*, em meio ao contexto pandêmico, para se empreender uma entrevista, contato e acesso à narrativa do depoente. Nessa perspectiva, o número de estudos com a prática

¹⁸ As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

da realização de entrevistas em interações à distância, síncronas, por meio de videoconferência, ainda está em crescimento (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020).

Durante a experiência de pesquisa cabem algumas considerações. Então, a coleta de depoimentos à distância por *softwares* demonstra seus aspectos positivos e negativos. Por exemplo, como vantagem, permite a realização da entrevista com um participante que se localiza em outro bairro, cidade, estado ou país. A saber, viabiliza alcançar um possível entrevistado do qual não seria viável o registro de seu testemunho presencialmente. Sob esse prisma, o emprego dos programas já referidos propicia a gravação das entrevistas com segurança para entrevistador e entrevistado em tempos de pandemia (como a atual provocado pelo Covid-19), onde os protocolos para contato e interação social entre pessoas são bastante restritivos para se promover uma maior segurança sanitária.

Outro elemento positivo observado foi o custo econômicos e de tempo. Quando se realiza uma entrevista por via *online* o entrevistador pode conduzir com menor gasto como deslocamento (qualquer meio de transporte que se utilize para se deslocar até o entrevistado), estrutura de captação (com gravadores e filmadoras, entre outras estruturas), pois necessita de um bom computador e acesso à internet. E, quanto ao tempo, torna-se mais cômodo, tanto para o entrevistador como para o depoente, a entrevista à distância, pois não exige uma maior preocupação e demanda de tempo. Pois, no caso do pesquisador, ele precisaria cuidar o tempo para chegar no horário acordado com o seu entrevistado. E, quanto ao depoente, ele não precisa se preocupar em arrumar, ou mesmo grandes preparativos para receber alguém em sua casa ou trabalho, como precisaria preparar o local para acolher aquele ou aquela que o entrevistaria.

Mas claro que também emergem alguns prejuízos e dificuldades, quando se trabalha com a História Oral por meio digital. Por exemplo, não é possível conhecer os espaços nos quais vivem e transitam nossos entrevistados, que, em muitas ocasiões, revelam aspectos culturais, sociais,

entre outros, a respeito dos indivíduos com quem se está entrando em contato por meio do testemunho oral. Logo, parte da observação participativa ou mesmo uma perspectiva etnográfica que poderia ser explorada na investigação e contato com os migrantes-participantes permanece em parte comprometida na alternativa do emprego da entrevista *online*.

Além disso, ao longo das duas entrevistas percebeu-se a necessidade de os depoentes saberem manusear os programas que viabilizam a comunicação e captação da entrevista. Então, a familiaridade com o uso dos programas (ou a presença de alguém próximo do/a entrevistado/a) para se realizar a entrevista à distância é fundamental. Vale destacar que, entre os migrantes italianos dos últimos anos, há uma intimidade com o uso das tecnologias. Muitos utilizam os novos aplicativos para manterem o contato com os seus parentes e amigos que permaneceram no país de origem.

Lembra-se que, em tempos *sui generis*, como estes anos de 2020/2021, enquanto o mundo enfrenta uma pandemia provocada pelo vírus do Covid-19, percebe-se que muitos investigadores precisaram buscar e se ajustar a novas ferramentas para lidar com as adversidades que se espera sejam passageiras. Então, planejar e fazer entrevista à distância por meio de um programa está sendo algo novo e desafiador, que, apesar de algumas limitações, também se viu que é possível captar uma entrevista com qualidade e prosseguir trabalhando com a metodologia de História Oral.

A partir da experiência que se vivenciou com o uso do recurso virtual, ele precisa ser compreendido como mais um instrumento para aproximar entrevistador e entrevistado, um veículo para o entendimento dos complexos contatos e das distintas possibilidades sobre a história que não seriam viáveis de outra forma. Assim, a utilização de *softwares* permite a produção de entrevistas por meio digital e viabiliza o seguimento de pesquisas com a metodologia da história oral em um panorama pandêmico e, ao mesmo tempo, proporciona o acesso a determinados depoentes dos quais não seria viável coletar o testemunho de outro modo. Por exemplo, a entrevistada Ambra Palazzi encontrava-se na Itália quando se fez a coleta do seu depoimento.

Entende-se também que a História Oral precisa dialogar com as transformações tecnológicas. E nota-se que, no panorama pandêmico, essa modificação e adequação do uso da metodologia são muito indispensáveis. Pondera-se que, dependendo do projeto de pesquisa, o emprego da História Oral por via virtual não seja a mais adequado; no entanto, em muitas ocasiões ela se revela a mais pertinente sanitariamente e economicamente.

Portanto, empreender entrevistas com a metodologia de História Oral por via *online* com as migrantes peninsulares foi um novo desafio com esse formato de abordagem digital, a qual, sobretudo nos últimos meses, está sendo empreendida por vários estudiosos, ao mesmo tempo em que se observa as novas nuances dessa migração contemporânea no contexto brasileiro, cujo emprego de entrevistas pode contribuir substancialmente para as investigações hodiernas.

As trajetórias de patrizia e ambra

Como já apresentado na primeira seção deste texto, a migração italiana recrudescceu nas duas últimas décadas. Pode-se ter como exemplo dessa nova mobilidade para o Brasil os percursos de Patrizia Cavallo e Ambra Palazzi, que se transferiram da Península para a capital do Rio Grande do Sul.

Patrizia Cavallo, proveniente de Trani – província de Barletta-Andria-Trani, *Regione Puglia* – migrou para o Brasil em 2011. A motivação para o seu deslocamento foi uma questão pessoal. O seu destino no Brasil foi Porto Alegre porque era a cidade na qual morava o seu noivo, que se tornaria seu futuro esposo. Acerca da sua chegada ao novo país, Patrizia (2020) comenta que:

Antes de me mudar em 2011, eu vim para uma viagem de quase 2 meses. Mas foi uma viagem de turismo, lazer, e também para eu conhecer a cidade onde eu já estava pensando em morar, que era Porto Alegre. Então, no verão de 2010 na Itália, durante o inverno aqui, nos meses de julho e agosto, eu fiquei aqui uns 2 meses, tratando-se então da primeira viagem, esse do primeiro

impacto com um Brasil, que eu desconhecia. Claro que o Brasil é um país imenso, e eu quase não conheço nada! Exceto, alguns lugares do Sul. Então, cheguei nesta viagem pelo Rio de Janeiro, que é o que a gente tem como estereótipo do país na Europa, eu passei alguns dias lá, e depois eu vim para o Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E esse primeiro impacto, depois desta primeira viagem, e que se confirmou depois que eu me mudei definitivamente, em março de 2011, que eu, e lembro de ficar muito surpreendida, pois eu não esperava encontrar pelo menos no Rio Grande do Sul, que digamos uma situação, um clima de quase europeu, digamos desta forma. Eu não imaginava que existissem tantas cidades e regiões do Rio Grande do Sul com esta forte marca da imigração tanto italiana quanto alemã.

A visão de Patrizia alterou-se a respeito do Brasil após a sua primeira experiência de viagem ao país e no período subsequente à sua mudança para o novo destino. A entrevistada frisa que: “[...] percebi ser muito europeu e logo ver que era bem longe dos estereótipos que ouvimos e vemos no exterior de futebol, samba e [...]”. Além disso, sentiu-se bem aceita pela comunidade brasileira e universitária que pode conhecer após a sua chegada à nova cidade.

Assim como Patrizia, Ambra Palazzi originária de Loreto – província de Ancona, *Regione Marche* – também escolheu viver uma experiência de mobilidade no Brasil e para cá transferiu-se em 2013. A motivação para o seu deslocamento foi uma questão pessoal e, da mesma forma que Patrizia, relacionada a um relacionamento, já que seu namorado também italiano veio para Porto Alegre fazer um pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acerca da sua vinda, Ambra (2021) refere que:

A gente já estava namorando há bastante tempo. E, também, eu mesma estava trabalhando na Itália há tempo, eu sempre tinha vontade de fazer uma experiência no exterior. E aproveitei esta oportunidade. E a gente se mudou junto. Ele se mudou em 2012, e eu fui lá naqueles meses.

Nesse contexto do século XXI, dentre os migrantes peninsulares vislumbra-se uma maior participação feminina, como são os casos de Patrizia e

Ambra. Além disso, observam-se deslocamentos vinculados a questões afetivas, assim como por uma predisposição de ter uma experiência de vida fora de seu país natal. Tanto Ambra como Patrizia, antes de se transferirem para o Brasil, não tinham vivenciado uma mobilidade superior há um ano fora da Itália.

Outro aspecto que se pode inferir é um número significativo de migrantes apresentarem uma migração qualificada e um vínculo com a esfera universitária brasileira. Patrizia e Ambra, depois de desembarcarem em Porto Alegre, procuraram ampliar suas formações. Patrizia realizou cursos em nível de pós-graduação em Letras *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na UFRGS, da mesma forma que Ambra seguiu o mesmo caminho de formação, no entanto no curso de pós-graduação em Psicologia também na UFRGS.

De acordo com o Atlas das Migrações organizado e publicado pelos Observatórios das Migrações de São Paulo e Paraná, dentre os mais de 35 mil migrantes originários de países da Europa com Registro Nacional Migratório (RNM), a ocupação de estudante aparece como a mais recorrentes (13.658, aproximadamente, 38%) entre os europeus que se encontram no Sul do Brasil (BALTAR, 2020).

Um aspecto importante das migrações atuais é a questão de os trâmites administrativos e burocráticos para um estrangeiro ingressar em um determinado país. As leis relativas à permissão e permanência de estrangeiros em território brasileiro é um tema que vem sendo tratado e que sofreu alguns ajustes a partir do início de 2010 com algumas modificações. Acerca dessa temática as duas entrevistadas tiveram experiências distintas no Sul do Brasil. Ambra comenta que

Então, a burocracia não é a coisa mais simples. [...] Isso no geral e, em especial, para os migrantes. E eu me lembro que nos primeiros 2 a 3 anos eu sempre tive um visto de estudante. [...] E cada ano eu tinha que prorrogar. E isso é um pouco chato. Porque a cada ano você tem que ir lá de novo na Polícia Federal e fazer todo o processo.

Como Ambra refere acerca da sua experiência, muitos estrangeiros, independentes de sua nacionalidade, necessitam prestar contas sobre sua situação junto à Polícia Federal para se encontrar em uma situação legal junto às autoridades brasileiras. Mas, se para Ambra, os aspectos junto à Polícia Federal eram recorrentes, para Patrizia foi mais tranquilo. A entrevista fala que:

No âmbito administrativo foi bastante razoável em termos, falando do ponto de vista temporal. Claro, provavelmente foi fácil, porque talvez eu cheguei e logo depois casei no civil. Até antes que aquele meu visto de turista de 3 meses vencesse, eu já estava casada. Então, como já teve casamento, deste ponto de vista foi fácil para se solicitar o documento, o visto de permanência. Claro que demorou o tempo necessário. Acho que foi mais de um ano, mais ou menos um ano e meio, mas nada muito complicado.

Para os migrantes que chegaram ao Brasil nos últimos decênios, o caminho mais tranquilo em termos burocráticos para conseguir um visto de permanência é foi um cônjuge com situação regular no país, ou ter um contrato de trabalho com empresa estabelecida no território nacional, visto de estudo por intermédio de uma matrícula em instituição do Ensino Básico ou Superior reconhecida pelo MEC. Ainda é possível conseguir um visto como investidor a partir de um investimento (normalmente, de elevado valor financeiro) para a abertura de um empreendimento no país.

Sabe-se que – a partir do aumento gradual de italianos partindo para o exterior desde o princípio do novo milênio, assim como nos casos de Ambra e Patrizia – inúmeros italianos estão optando por vir para o Brasil por vários fatores. Então, a mobilidade é motivada por questões afetivas, novas oportunidade de estudos e trabalho, em busca de uma nova experiência de vida, entre outras circunstâncias. E, dentre os peninsulares, observa-se a migração de italianos qualificados (muitos deles com formação superior) e que ainda no país de migração procuram se especializar ainda mais (em

muitos casos fazer um curso de pós-graduação), como nos casos de Ambra e Patrizia.

Em síntese, as trajetórias de Patrizia Cavallo e Ambra Palazzi possibilitam vislumbrar o novo contexto migratório de italianos no Brasil, que apresenta novas nuances e distinções de outros momentos migratórios de peninsulares no país. Além disso, precisa-se destacar que o Brasil prossegue sendo um destino procurado e viável para muitos habitantes da Península que pensam em partir de sua cidade natal.

Considerações finais

A partir da metodologia da História Oral, a investigação das migrações contemporâneas oportuniza ao historiador observar a complexidade do fenômeno social por intermédio da narrativa dos próprios migrantes que vivenciam a mobilidade. Patrizia Cavallo e Ambra Palazzi integram os fluxos recentes da Itália para o Brasil nas duas últimas décadas.

A narrativa das migrantes italianas possibilita conhecer o novo contexto de deslocamentos dos italianos no Brasil e pelo globo, pois, a partir dos seus relatos, entendem-se os motivos e elementos que permitem conhecer as nuances cujos dados demográficos não podem informar a respeito dos indivíduos que experimentam a migração. Os relatos de Patrizia e Ambra humanizam e viabilizam inferências mais amplas sobre o cenário atual da migração italiana no Brasil.

Além disso, Patrizia e Ambra demonstram que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul prosseguem sendo um destino para os peninsulares que migram para a América do Sul. No século XXI, os migrantes italianos transferiram-se para o Brasil por inúmeras circunstâncias, como em virtude de um relacionamento amoroso, oportunidade de estudos, de trabalho, a vontade de viver uma experiência no exterior, entre outras.

Em síntese, buscou-se apresentar duas migrantes italianas no contexto dos últimos anos. Assim, procurou-se reconstruir a trajetória de peninsulares

que carregam consigo seus referências culturais nessa nova fase migratória. Sabe-se que as duas entrevistadas integram um novo panorama de mobilidade internacional, requerendo dos pesquisadores das migrações investigações constantes compreender as dinâmicas dos deslocamentos contemporâneos.

Referências

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. *In: VI CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE POBLACIÓN. Anais...*, Lima-Peru, 2014.

BALTAR, Claudia Siqueira et all. **Atlas temático das migrações internacionais** – Região Sul. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020.

BRESCIANO, Juan Andrés. **Clío en red**. El acontecer histórico en contextos virtuales. Montevideo: Cruz del Sur, 2015.

BRESCIANO, Juan Andrés. La historia oral en contextos digitales. Transformaciones recientes de un subcampo disciplinario. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 11-31, jul./dez., 2010.

CAVALLO, Patrizia. **Entrevista sobre a trajetória migratória** [dez. 2020]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Um lucano no Novo Mundo: a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco em Porto Alegre. *In: DE RUGGIERO, Antonio; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (org.). Entre a Itália e o Brasil: história oral e narrativas de imigrantes*. Porto Alegre: Fi, 2020. p. 138-157.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Músicos no Novo Mundo**: a presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950). 278 f. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão**: vozes, imagens, histórias. Porto Alegre: Biblos, 2004a.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo. Pesquisa. *In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). A aventura (auto)biográfica: fundamentos e metodologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 37-74.

COSTA, Jamile; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade.

REMHU, Brasília, v. 27, p. 165-180, 2019.

DADALTO, Maria Cristina. Representações na imigração de retorno a Itália. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul. v. 14, p. 311-321, 2015.

DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. **Migrações qualificadas**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2021.

DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos; BAENINGER, Rosana. A dinâmica da migração internacional qualificada para o estado de São Paulo no século XXI. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 749-775, set./dez., 2017.

ESCUADERO, Camila. Imprensa imigrante: uma fonte de representação de identidades reais e simbólicas. **Revista Investigación Cualitativa**, v. 1, p. 26-40, 2016.

GIERGJI, Iside (a cura di). **La nuova emigrazione italiana**: cause, mete e figure sociali. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, Digital Publishing, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Relação Anual de Informações Sociais**. Comitê de Estatísticas Sociais. 2012. Disponível em: <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA – ISTAT. **Gli Spostamenti sul territorio**. Disponível em: <https://www.istat.it/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

RIVA, Gloria.. “Cara Italia, ora ascolta noi espatriati”: le storie di chi è dovuto fuggire per realizzarsi. **L'Espresso**, 23 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://espresso.repubblica.it/attualita/2019/12/23/news/cartoline-all-italia-1.341978>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PALAZZI, Ambra. **Entrevista sobre a trajetória migratória** [fev. 2021]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre/Loreto.

PEIXOTO, João. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU, Brasília**, v. 27, n. 57, p. 141-158, 2019.

PEIXOTO, João. The international mobility of highly skilled workers in transnational corporations: the macro and micro factors of the organizational migration of cadres. **International Migration Review**, v. 35, n. 4, p. 1030-1053, 2001.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Contexto, 2010.

PUGLIESE, Enrico. L'Italia tra migrazioni internazionali e migrazioni interne. Bologna: Il Mulino, 2003.

SANFILIPPO, Matteo. La nuova emigrazione italiana: il quadro storico e storiografico. **Rivista Studi Emigrazione**, Roma, n. 207, p. 359-378, 2017.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020.

ZANFRINI, Laura. Introduzione alla sociologia delle migrazioni. Bari: Laterza, 2016.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Glaucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando. Cidadãos de direito, estrangeiros de fato: os ítalo-brasileiros na Itália. **Revista Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro. v. 18, p. 117-145, 2015.

Germanidade e memória: o clube do lar da associação linha do rio

Luana Isabel Klatt

Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria

Maria Catarina Chitolina Zanini

Professora Titular Departamento de Ciências Sociais da Universidade

Federal de Santa Maria

Introdução

Este artigo se propõe a pensar de que modo se estruturou o Clube do Lar da Associação Linha do Rio, conforme organização histórica e cultural desse contexto, representativa das mulheres colonas. O meio geográfico em destaque é o município de Santo Cristo, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e a comunidade rural de Linha do Rio. As mulheres que constituem essa história, seja por meio de suas experiências, registros e/ou memorações, são mulheres brancas, descendentes de famílias germânicas, com escolarização entre nível básico e médio que se reconhecem enquanto *Kholnistã*¹.

Trata-se de 28 interlocutoras, cis, brancas, casadas em relações heterossexuais que têm como principais atribuições cotidianas o trabalho na agricultura familiar, na produção leiteira, no trabalho na roça, na casa, e no cuidado com as crianças, quando ainda pequenas. Nas últimas décadas,

¹ Colonas. Termo traduzido do dialeto alemão conhecido como *Hunsrück*, falado no cotidiano de santocristenses. Entendemos enquanto colona, mulheres que trabalham na agricultura e reivindicam para si uma categoria que apresenta reconhecimento étnico e social, conforme destaca Seyferth (2018). A autora observou em seus estudos realizados especialmente em Santa Catarina com descendentes europeus que se estabeleceram no sul do Brasil desde o século XIX.

tornou-se mais efetiva a participação dessas mulheres em diferentes organizações sociais, seja sindicais ou de cooperativas em nível municipal.

Com o intuito de conhecer a organização deste grupo, as dinâmicas que modelam e movimentam o coletivo, o presente artigo tem como objetivo refletir acerca da constituição do Clube do Lar da linha do Rio, em Santo Cristo. Por meio de uma etnografia caracterizada pela análise documental e acompanhamento por meio da mídia digital *WhatsApp*², é que ocorreram as observações e interações até o momento, pois a pesquisa ainda está em andamento. Visto que o estudo é um desdobramento de pesquisa do mestrado em Ciências Sociais (2020-2022) da autora Luana Klatt, e nos encontramos em um período de pandemia, as interações foram adaptadas às técnicas e possibilidades de contato e negociação com as interlocutoras que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa. A pandemia de Covid-19 trouxe impedimentos de interações sociais, de pesquisa presencial e uma série de contingências à convivência fora dos domínios domésticos. Nesse sentido, tivemos que criar formas alternativas de acesso ao universo de nossas interlocutoras de pesquisa.

Desse modo, apresentaremos o que foi pesquisado até momento, referente também à constituição histórica e social do município em questão, a fim de que possamos compreender melhor o contexto nos quais nossas interlocutoras de pesquisa estão inseridas. Apresentaremos a comunidade de Linha do Rio, localidade na qual residem grande parte as mulheres, assim como os registros e memórias relacionados ao Clube do Lar.

² Um programa utilizado em aparelhos eletrônicos que tem como finalidade de estabelecer formas de comunicação individual ou coletiva (por meio de grupos), entre pessoas. Utilizaremos durante o texto a palavra como *WhatsApp*.

Santo cristo, suas particularidades e historicidade

Contando com cerca de 14.378 habitantes (IBGE, 2010³), Santo Cristo foi destino de colonizadores descendentes de imigrantes alemães⁴, desde 1910, vindos da Colônia Velha⁵. Antes da formação colonialista, a presente cidade e região eram habitadas por povos indígenas. Segundo o documento organizado por Beatriz e Clovis Schmitz [19--], ao falarem sobre memórias e a constituição de Santo Cristo, destaca-se que:

Os primeiros habitantes de nossa região, nos tempos longínquos passados, foram os índios. Assim os índios que habitavam as regiões do Caaró e São Miguel, também no atual Santo Cristo viviam os índios. A prova deste fato é que nossos colonos encontraram utensílios de barro, lâminas de machado, afiadores de flechas, vasilhames de cerâmica e uma cruzadinha, feita de chumbo, nas terras da Linha Bernardo, na cascata do Bugre. Na costa do Rio Uruguai, no Alecrim, foi encontrado um cemitério indígena, pois foram localizadas urnas funerárias (SCHMITZ, SCHMITZ, [19--], p.4).

Décadas mais tarde, essas terras seriam mensuradas e divididas em linhas⁶ por companhias colonizadoras particulares, por engenheiros e medidores de terras e, posteriormente, vendidas para os descendentes de

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/historico>> Acessado em: 29 jun. 2021.

⁴ O presente estudo não busca traçar um histórico único e factível sobre o contexto em estudo, mas que se baseia nas informações até o momento encontradas e analisadas, muitas delas de cunho memorialista e elaborado por intelectuais locais.

⁵ Foram denominadas como Colônia Velha as primeiras cidades que receberam imigrantes alemães, como São Leopoldo e Novo Hamburgo.

⁶ Por linhas se denominam os traçados que eram feitos nas Colônias. Cada linha possuía um número de lotes e uma estruturação baseada nas características naturais e culturais daqueles que vinham ali habitar. Pode-se dizer que havia uma geopolítica que orientava a divisão das linhas. Na área rural de Santo Cristo há várias linhas, tais como Linha Torta, Linha 12 de maio, Linha Orion, Linha Júpiter, Linha Rolador, Linha das Antas, entre outras.

imigrantes europeus. Como destaca Giralda Seyferth (2000), a intensificação da colonização no Brasil ocorreu depois da Lei de Terras (Lei 601, de 1850), estabelecendo formas de acesso distinto à terra (SEYFERTH, 2000, p.146). Ficou então a encargo das províncias organizarem esse processo demarcatório e comercial, realizado por companhias coloniais particulares (SEYFERTH, 2000, p.146).

Santo Cristo é um município que compõe a microrregião de Santa Rosa⁷, e teve suas terras demarcadas por meio de uma dessas companhias, como acima destacado. Seyferth (2000), em seus estudos sobre a imigração de italianos, poloneses e alemães no sul do Brasil, considera que houveram lugares que objetivavam separações étnicas.

As denominações são claras: houve áreas de predominância de imigrantes alemães, entre as quais se destacam toda a bacia do Jacuí (no Rio Grande do Sul), o vale do Itajaí e o nordeste de Santa Catarina, assim como existem regiões ocupadas predominantemente por italianos; além de colônias onde se estabeleceram diferentes grupos europeus, como Ijuí e Venâncio Aires, ambas no Rio Grande do Sul. (SEYFERTH, 2000, p.146).

A formação étnica de Santo Cristo, em grande medida, foi composta por grupos de famílias germânicas e católicas. Ao buscarmos e conhecermos a constituição documentada da história do município, pois uma das autoras é oriunda da cidade, também se acendem lembranças do que essa aprendeu sobre sua formação ao longo dos anos de estudos escolares, com ênfase em uma pesquisa que foi efetuada junto aos colegas de ensino médio, em 2014⁸,

⁷ Também identificada por Colônia Nova, Grande Santa Rosa é formada por municípios que foram tardiamente colonizados por imigrantes europeus e demais grupos presentes no território nacional.

⁸ Esta pesquisa intitulada “Desenvolvimento Industrial, Desenvolvimento industrial em Santo Cristo”, foi resultado de um projeto político de ensino médio conhecido como Ensino Médio Politécnico, perdurando entre os anos de 2011-2014. O governador responsável pela gestão na época, era Tarso Genro (PR-RS). Os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes no período não foram publicados, mas tinham o

na qual se buscava relacionar histórias do surgimento e afirmação das indústrias na urbe, avaliando essa cadeia industrial que teria se iniciado a partir de 1910.

Fotografia 01: Pórtico de Santo Cristo que destaca aspectos arquitetônicos germânicos.



Fonte: Clic RBS. Disponível em:

<http://wp.clicrbs.com.br/santarosa/files/2011/06/p%C3%B3rtico-cidade.jpg>.

Acessado em: 12 ago. 2021

Desse modo, pensamos em Michael Pollak (1992), quando destaca que os elementos constitutivos da nossa memória podem ser pessoalmente vividos, como também “por tabela”, vividos pelo grupo ou coletividade em que a pessoa se encontra (POLLAK, 1992, p.2). Ao lembrar e compartilhar esses momentos, observamos que, para o autor, essas memórias construídas estão diretamente relacionadas à formação de identidade social, tanto coletiva como individualmente. Há muitas memórias coletivas partilhadas que vivemos e experimentamos como se fossem nossas, tamanha sua força e sentido.

intuito de incentivar a formação por meio da politecnicidade de áreas como tecnologia, cultura, entre outras. A pesquisa era assessorada pelo/a professor/a responsável por ministrar a matéria de “seminário integrado”.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p.5).

A identificação germânica ainda pode ser observada na “preservação” e construção de casas ou monumentos que simbolizam a constituição germânica da cidade. Em seus estudos, a arquiteta Rocheli Diel (2015) apresenta o patrimônio arquitetônico enxaimel, característica construção de grupos germânicos, no meio rural de Santo Cristo. Diel (2015) propõe um “suporte teórico para ações do poder público, na sua preservação e conservação” (p.58), visto que, até o momento de sua pesquisa não havia uma regulamentação específica com este fim de preservação.

Fotografia 02: Casa da Cultura.



Fonte: acervo da autora Luana Isabel Klatt. 2021.

No ano de 2017, entrou em vigor no município de Santo Cristo, a normativa que concede a cedência de terrenos de modo gratuito à construção de unidades culturais:

No início de maio entrou em vigor a lei que autoriza a cedência gratuita de terrenos do parque de exposições José Reinoldo Steffen para construção de sedes próprias de entidades culturais e esportivas do município. As construções, em sua arquitetura, devem observar o estilo germânico, com fachada em enxaimel. A primeira entidade a se habilitar é o grupo de danças folclóricas alemãs *Blumengarten* [...]. (MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO - RS, 2017).

Considerando a importância histórico-social, as construções ou preservações revelam a manutenção de tradições e costumes culturais locais. Além desses, destacam características memorialísticas de determinado grupo social e modo de vida. E assim, pensamos conforme Halbwachs (1990), que as memórias trazidas no presente, reconstituem o passado, constituindo não apenas um ato individual, mas que forma sentido por meio de partilha e lembrança coletiva. Ou seja, as narrativas memorialistas são o passado contado no presente, por meio das condições possíveis dessas construções e partilhas coletivas.

Fotografia 03: Casa Cultural do grupo de danças *Blumengarten*⁹, localizada no parque municipal de Santo Cristo.



Fonte: acervo da autora Luana Isabel Klatt. 2021.

⁹ O grupo de danças folclóricas *Blumengarten* (flores de jardim) foi fundado o ano de 1989 em Santo Cristo, tendo como objetivos a valorização cultural de seus antepassados germânicos. A principal incentivadora deste grupo foi a professora Jacinta Ruedell.

Desse modo, compreendemos que em Santo Cristo há construções e aspectos culturais que reforçam e cultivam a história de migrantes germânicos que ali se estabeleceram. Esses elementos não destituem outros grupos e/ou culturas que ali estão ou estiveram, no entanto, são ressaltados com mais ênfase, como sinal diacrítico da localidade, que tem buscado ressaltar o passado migrantista germânico. Tanto a preservação das construções, como também o incentivo municipal e espaços de práticas artísticas ressaltam valores revividos e memorados nesse meio, fortalecendo, desse modo, os vínculos de identificações e partilha da germanidade dos antepassados colonizadores do local.

Linha do rio e o clube do lar da associação

Linha do Rio é uma das comunidades santocristenses que faz limite físico entre os municípios de Santo Cristo e Cândido Godói. Assim como a constituição da cidade, sua configuração social foi, em grande medida, estabelecida por famílias germânicas e católicas, descendentes dos imigrantes germânicos que estavam nas Colônias Velhas. E é nela e seu contexto social, da década de 1990, que emerge o grupo de mulheres que depois se transformaria em Clube do Lar da Associação Linha do Rio, impulsionado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS-Ascar).

No documento *Santo Cristo - o sabor do saber* (2019), apresenta-se que o nome da comunidade de Linha do Rio teria sido dado em virtude do Rio Boa Vista que faz divisa com Cândido Godói. Segundo relatos locais, essa história se confirma, porém, o nome do rio é reconhecido como Amandaú e popularmente como Boa Vista.

Fotografia 04: Associação Linha do Rio. Ponto de encontro das reuniões.



Fonte: acervo da autora Luana Isabel Klatt. 2020.

Segundo relatos locais, desde a década de 1950/1960, mulheres colonas passaram a se organizar coletivamente no interior e na cidade de Santo Cristo, com diferentes objetivos. O primeiro grupo a surgir teria sido o de Rolador Baixo, enquanto Clube de Mães, com características e mobilizações religiosas. Os Clubes de mães também são frutos de uma organização político religiosa mais ampla, que fez parte de um período da consolidação de uma consciência de pertencimento baseada na busca por cidadania.

Já os Clubes do Lar, tinham e possuem um caráter de emancipação social rural coletiva e individual que se volta para as mulheres do campo. O Clube do Lar da Associação Linha do Rio é um dos grupos que recebeu assessoria da Emater-RS-Ascar para sua constituição. Durante mais de 50 anos, a instituição filantrópica vem trabalhando com a assistência técnica e extensão rural na comunidade de Santo Cristo, contribuindo, de forma ativa,

no assessoramento da produção agrícola, assim como no engajamento dos Clubes do Lar.

As mulheres colonas que integram o Clube do Lar da Associação linha do Rio, até a eclosão da pandemia, encontravam-se mensalmente, a cada terceira terça-feira de cada mês, no período da tarde. Com o decreto dado em nível internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, de que estaríamos vivendo em uma pandemia, os encontros presenciais foram suspensos. Desse modo, em abril de 2020 a extensionista que acompanha esse e demais grupos da cidade, solicitou junto aos clubes a organização de grupos de WhatsApp, e entre eles, o da Associação Linha do Rio.

Em virtude dessa situação, depois de conversar com integrantes da diretoria do Clube que oportuniza este estudo, assim como ter contatado por meio de WhatsApp a extensionista da Emater-RS-Ascar, a pesquisadora Luana Isabel Klatt foi inserida no grupo. Compreendemos, conforme Cardoso de Oliveira (2004), que nossa interação no campo deve ser negociada junto ao grupo com quem pesquisamos. E por meio da minha inserção na mídia digital, tivemos acesso a um número maior de mulheres, podendo não apenas falar da pesquisa, sua finalidade e expectativas, bem como também receber a aprovação das mesmas para que essa pudesse ser desenvolvida junto a elas e com elas. Além disso, as preocupações éticas da pesquisa sempre estiveram presentes, permitindo que essas mulheres se sintam parte integrante do processo de elaboração e construção da mesma.

Observamos, desde a inserção da pesquisadora Luana Isabel Klatt no grupo de WhatsApp, que ocorreu em junho de 2021, que as interações das mulheres se baseiam por meio de comunicações precisas, em grande medida realizadas pela extensionista, respondida de modo breve. Mas há determinados momentos que compartilham imagens de lanches ou receitas

preparadas por elas, como bolos, rosquinhas¹⁰, cuca, fotos da sua horta, das conservas preparadas ou demais trabalhos realizados.

Ainda compartilham vídeos engraçados, vídeos ou imagens quando há uma data comemorativa, como dia do colono e motorista, celebrado em 25 de julho no município, assim como músicas cantadas em alemão. As músicas trazem pessoas ou grupos de outros países, e ainda bandas brasileiras que rememoram características vinculadas à germanidade. É interessante destacar que neste grupo também foram inseridos homens e demais moradores/as locais.

Cabe destacar que muitas dessas mulheres passaram a se comunicar no período da pandemia por meio de redes sociais ou pelo WhatsApp propriamente dito. Essa necessidade e forma de comunicação proporcionou e exigiu novas aprendizagens sobre o contexto local durante a pandemia e as mudanças em suas rotinas. A pouca interação das mesmas pode ser compreendida de diferentes formas, ligadas a possibilidade de acesso às novas tecnologias de comunicação, o que nos leva a refletir quanto a questões de acesso a elas no meio rural, as questões relativas à geração, assim como a não utilização dessas ferramentas como instrumentos centrais no seu trabalho e vida cotidiana.

Considerações finais

Este estudo teve como propósito destacar o histórico de Santo Cristo, município localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, seu contexto social que esboça a construção de uma memória da localidade relacionada à germanidade, baseada no processo colonizador de seus antepassados que lá chegaram em 1910. E em específico, como foi constituído o Clube do Lar da

¹⁰ Nesta região, as rosquinhas são preparadas com polvilho azedo, sal, água ou leite e óleo de cozinha. Seu formato se assemelha a pães de queijo.

Associação Linha do Rio, como esse manteve e mantém suas atividades durante o contexto de pandemia. Esse Clube é composto por 28 mulheres que desenvolvem encontros, atividades e trocas que podemos classificar como formas de sociabilidade, ou seja, um momento no qual elas não estão somente envolvidas com o trabalho doméstico ou nas lavouras, mas podem também, encontrar outras moradoras e partilhar sentimentos, saberes e preocupações diversas. Nesse sentido, a questão geracional é também muito importante e pretendemos olhar mais atentamente para ela ao longo da pesquisa que ainda está em andamento.

É importante ressaltar que as mulheres, assim como o contexto social teve que realizar adaptações e desenvolver novas aprendizagens durante a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, especialmente quanto ao manuseio de aplicativos digitais, celulares e novas tecnologias de comunicação. Aqui falamos especialmente do uso do celular e do aplicativo WhatsApp que tem possibilitado a manutenção dos vínculos agregadores estabelecidos pelo Clube do Lar Linha do Rio. Por meio dessas interações essas mulheres partilham informações, receitas culinárias, músicas e celebrações, fato também vinculado à valorização do passado germânico e camponês.

Agradecimentos

Agradecemos às mulheres que aceitaram a ideia de realizar um estudo em (con)junto a história do Clube do Lar da Associação Linha do Rio, o qual as envolve diretamente. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível -CAPES- pela concessão de bolsa e incentivo a pesquisa, sem a qual este estudo não seria possível. Aos professores e todos que enriqueceram as discussões do ST 5 - Imigração, Memória e Cultura, no V Simpósio Internacional e XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro, na Universidade de Caxias do Sul/RS, ocorrido entre 06-09 de julho de 2021.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. In: **Antropologia e ética: O debate atual no Brasil.** (org) VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben. George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. Niterói: Editora da Universidade Federal. Fluminense – 2004. pp 33-44.

DIEL, Rocheli Andréia. **O inventário do patrimônio arquitetônico enxaimel da área rural de Santo Cristo.** 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)- Universidade Federal de Santa Maria. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11055/DIEL%2c%20ROCHELI%20ANDREIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 14 ago. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Vértice. São Paulo. 1990.
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades Brasil/Rio Grande do Sul/Santo Cristo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/panorama>>. Acessado em: 04 ago. 2021.

MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO - RS. Blumengarten terá sua sede. Lei autoriza a cedência gratuita de terrenos no parque. Disponível em: <https://www.santocristo.rs.gov.br/site/noticias/cultura/21857-blumengarten-tera-sua-sede>>. Acessado em: 14 ago. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO CRISTO. **Santo Cristo - o sabor do saber.** Coordenadoria municipal de Ensino e Desporto. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 200-212, 1992.

SCHMITZ, Clovis; SCHMITZ, Beatriz; SCHMITZ, Bertilo. Santo Cristo 1910 Colonização; Histórico e Memórias de Santo Cristo. [19--].

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, 143-176, nov. 2000.
SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, 16(1), 31–63, 2018. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465>>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465/7590>>. Acessado em: 14 ago. 2021.

Reflexos da fomentada imigração italiana em colônias imperiais situadas na serra gaúcha

Paola Marina Pessoa

Introdução

É de amplo conhecimento que o Brasil foi colonizado por imigrantes oriundos de diferentes culturas, que acabaram por contribuir direta e indiretamente para a consolidação da cultura brasileira, da forma como a conhecemos hoje, pois temos no esteio de nosso país a presença do resultado da modificação ocorrida ao longo dos anos de diversas culturas, variando de acordo com cada local, havendo ainda a marca deixada pelos processos históricos vivenciados por cada um destes lugares.

Hoje, cada “cantinho” do nosso Brasil tem história, tem evolução, tem adaptação, tem o produto da bagagem resultante ao longo dos anos e esta pesquisa destina-se a analisar mais especificamente um desses “cantinhos”, localizado na área que hoje corresponde à serra gaúcha, no Rio Grande do Sul.

Após o processo de povoamento da área que anteriormente correspondia à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, processo este que foi incentivado e fomentado pelo Governo Imperial, inúmeros foram os desdobramentos de tal situação. O referido processo teve início em algumas colônias imperiais que situam-se na serra gaúcha.

Considerando as informações acima narradas, a presente pesquisa possui o objetivo de analisar quatro das primeiras colônias imperiais, observando a qual cidade o território corresponde atualmente, tendo como escopo a pretensão de verificar de que forma a imigração italiana, permitida e fomentada pelo Governo Imperial, interferiu no processo de colonização de cada uma destas áreas correspondentes às colônias, além de analisar qual o

impacto da imigração para a configuração cultural existente nas cidades nos dias de hoje.

Será utilizado o método hipotético-dedutivo, com procedimento de pesquisa bibliográfico para a realização da pesquisa, coletando-se material principalmente nos sites institucionais dos municípios, para verificar de que maneira eles mesmos se referem interna e externamente, tendo em vista que é uma das formas mais breves de realizar tal análise.

Hipoteticamente, acredita-se que os locais anteriormente correspondentes às colônias imperiais, que tiveram em seu território a marca decorrente do processo de colonização, representam atualmente cidades caracterizadas predominantemente pela cultura italiana, havendo traços destas marcas nos aspectos culturais das cidades, bem como, nas atividades econômicas desenvolvidas nos territórios.

Desta forma, esta pesquisa analisará brevemente cada uma destas cidades, utilizando as informações constantes em seus sites institucionais oficiais, bem como, imagens obtidas através do mapeamento de satélite, para obter as informações acerca da como as mesmas se consideram interna e externamente, acerca dos aspectos referidos, considerando a predominância cultural e a economia.

Colônia santa isabel

Conforme demonstrado no site institucional do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, elaborado e administrado pela Universidade Federal de Pelotas e Prefeitura Municipal de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, tal processo de colonização teve início no ano de 1874 e o seu território correspondente atualmente ao município de Bento Gonçalves.

O município supramencionado ainda possui até os dias atuais notadamente aspectos ligados à cultura italiana, havendo ainda grande interferência na arquitetura, que em algumas edificações da cidade também

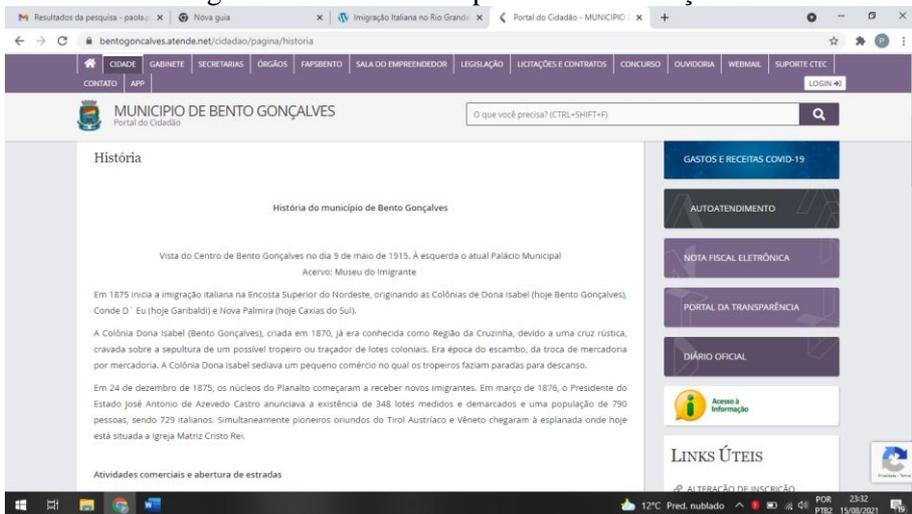
possui elementos característicos e possivelmente derivados do processo de colonização italiana que ocorreu no local.

A economia da cidade, por sua vez, é amplamente ligada aos costumes culturalmente característicos da colonização italiana, girando a parte turística em torno de vinícolas que além de conter diversos tipos de vinhos produzidos no local, também contam com toda uma experiência que remetem diretamente à cultura italiana como esta é mundialmente conhecida.

Outros setores que também são marcados por estas características são os ramos da hotelaria e da gastronomia, que novamente fomentam características específicas da colonização, havendo além dos já mencioandos vinhos, pratos típicos e em alguns casos até mesmo o layout dos ambientes é projetado remontando às cidades italianas, em decorrência das semelhanças.

Tais informações podem ser evidenciadas até mesmo em uma imagem extraída do site institucional oficial do município, onde há um trecho versando acerca da história do município:

Figura 1: Site do Município de Bento Gonçalves



Fonte: <https://bentogoncalves.atende.net/cidadao/pagina/historia>

Cabe ressaltar que a forma como o município se descreve e se define é de exponencial relevância para esta análise, sendo o site oficial o local institucional mais confiável para a obtenção de tais informações.

Colônia conde d'edu

Atualmente, o local onde se desenvolveu a Colônia Conde D'Edu corresponde ao município de Garibaldi, que possui um aspecto interessante em seu processo de colonização, pois além da imigração italiana recebeu também imigrantes franceses e sírio-libaneses, contendo a predominância de mais de um povo como colonizador direto.

A cultura no município de Garibaldi é marcada principalmente por aspectos da colonização italiana e francesa, de forma que a contribuição sírio-libanesa é mais visível nas questões econômicas, ligadas ao comércio local, uma vez que a economia de forma geral é predominantemente movimentada pelo comércio.

A arquitetura existente nas edificações mais antigas é mista, havendo edificações onde é mais visível a influência da imigração italiana e outras em que é mais fácil a verificação de elementos da colonização francesa. Garibaldi é um município marcado ainda pela produção de espumantes, sendo o primeiro município no Brasil em que foi produzido um espumante. A hotelaria e a gastronomia também possuem forte influência francesa.

Figura 2: Site de Garibaldi/RS



Fonte: <http://www.garibaldi.rs.gov.br/a-cidade/historia-de-garibaldi/>.

Na imagem extraída do site da Prefeitura Municipal de Garibaldi, é possível verificar um trecho da história, da forma como ela é contada pelo próprio município, havendo parte das informações acima aduzidas.

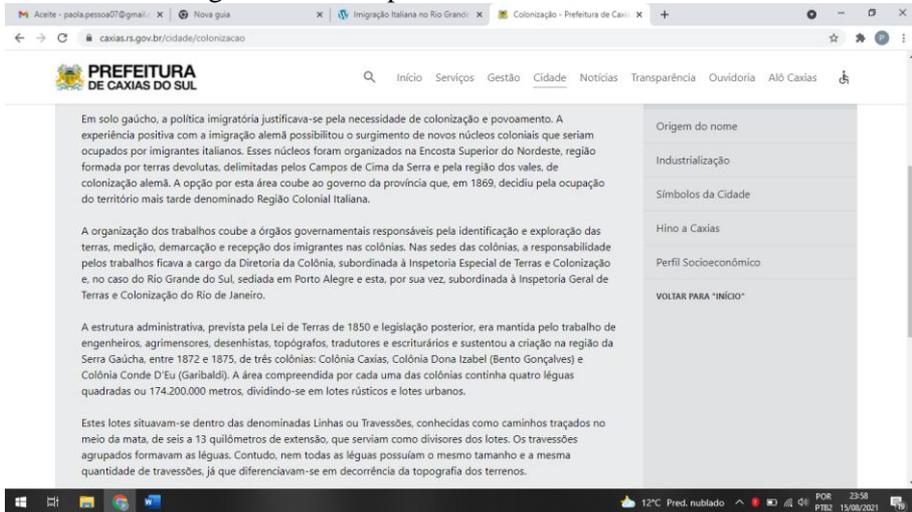
Colônia fundos de Nova Palmira

Esta Colônia está situada no território que atualmente corresponde ao município de Caxias do Sul, tendo iniciado no ano de 1875 o processo de colonização realizado através da imigração italiana. O município de Caxias do Sul possui em suas edificações mais antigas notáveis componentes da cultura italiana, possivelmente trazidos com o processo de colonização.

Quanto à cultura, esta é marcada também pela colonização italiana, podendo ser denotada até mesmos nos eventos culturais de grande porte realizados no município, como a “Festa da Uva”, que conta com a presença também de vinhos, comidas típicas e vestimentas típicas, inclusive existem traços da cultura italiana nos modelos de vestimentas normalmente utilizados pelas soberanas da festa.

Antes do início do processo realizado pela imigração italiana, a cidade era habitada por tribos indígenas e era conhecida como “Campo dos Bugres”, havendo posteriormente a miscigenação de diferentes etnias, que ocorreu no município com o passar dos anos. Sobre a questão econômica, a cidade possui grandes indústrias que estão entre os principais responsáveis por movimentar a economia local.

Figura 3: Site da prefeitura de Caxias do Sul/RS



Fonte: <https://caxias.rs.gov.br/cidade/colonizacao>

Na imagem acima, denota-se parte da história relativa ao município, constante no site institucional da Prefeitura Municipal.

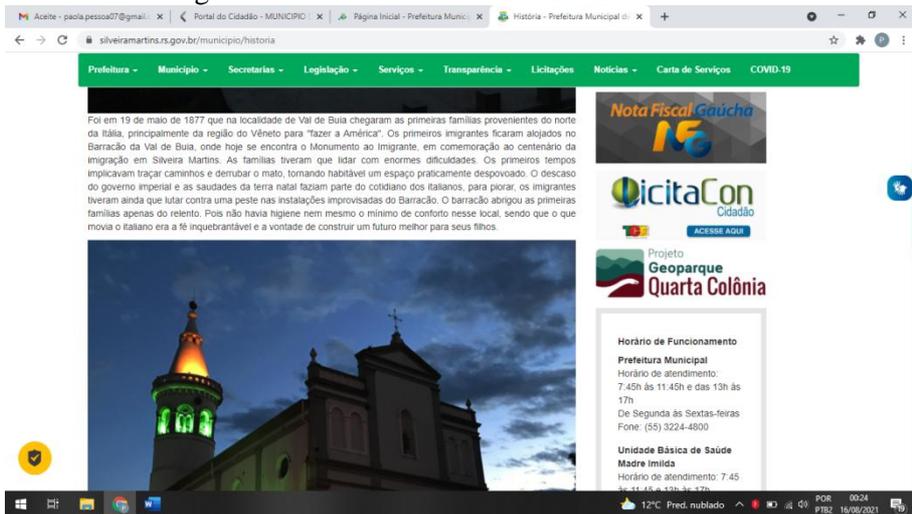
Colônia dona Isabel

O processo imigratório que originou a presente colônia teve início no ano de 1874 e o seu território corresponde atualmente ao pequeno município de Silveira Martins. O município em questão é marcado de forma

predominante pela influência da colonização italiana no que tangem os aspectos culturais.

A arquitetura, por sua vez, também possui elementos que nos repontam a algumas características da colonização italiana, em sua forma de construir. A economia da cidade também se assemelha e possui forte influência, uma vez que a economia local é movimentada precipuamente pela atividade agrícola e turística local.

Figura 4: Site da Prefeitura de Silveira Martins/RS



Fonte: <https://silveiramartins.rs.gov.br/municipio/historia>

A imagem acima fora extraída do site institucional da Prefeitura Municipal de Silveira Martins, contendo parte do trecho em que é relatado o início do processo migratório que posteriormente resultou na colonização da cidade, conforma mencionado anteriormente.

Considerações finais

Através das breves e singelas análises pode-se observar que dentre as colônias analisadas, todas possuem influência que é marcada pelo processo de colonização através da imigração italiana, seja no campo cultural, seja no campo relativo às atividades econômicas desenvolvidas nas cidades.

De certa forma, pode-se dizer que é visível o reflexo palpável da presença de elementos culturais oriundos dos colonizadores, quando o processo de colonização foi não apenas permitido, como também fomentado pelo Governo Imperial, não havendo qualquer óbice para que esta se concretizasse à época, pois o processo de colonização era de interesse do Governo Imperial.

Em alguns municípios as características são mais marcantes, em outros são mais singelas, mas o principal fato é que em nenhuma destas houve o desaparecimento de qualquer legado deixado pelo colonizadores, processo este que pode não ocorrer com tanto êxito quando as colonizações não eram realizadas por povos que possuíssem a aprovação do império.

A importância do processo colonizatório torna as cidades esse produto como as conhecemos atualmente, marcadas, é claro, por posteriores instalações de outros povos e também por todos os processos ocorridos pelo advento do tempo, o que acaba por interferir em qualquer situação.

Em algumas cidades é mais palpável a presença dos elementos culturais tanto nos eventos realizados na cidade, quanto em outras, é mais palpável na questão da economia. Fica evidente também, acerca do município de Garibaldi, como a forte presença de outro povo colonizador também influi nas características de desenvolvimento do local e na forma como o conhecemos hoje.

Desta forma, a hipótese de que ainda nos dias atuais haveriam fortes traços resultantes dos processos de colonização decorrente da imigração italiana fora comprovada, demonstrando nos casos analisados tal característica, denotada de diferentes formas, mas presente em todos os lugares.

É imprescindível que reconheçamos ainda a importância destes processos colonizatórios para a diversidade cultural que torna o Brasil um país tão rico neste aspecto, possuindo diferentes características ligadas aos colonizadores de cada local e também às épocas em que as imigrações ocorreram.

Referências

MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL. Universidade Federal de Pelotas. Prefeitura Municipal de Pelotas. Disponível no endereço: **<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciел/imigracao-italiana-no-rio-grande-do-sul/>**. Em: 14 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. Disponível no endereço: **<https://bentogoncalves.atende.net/cidadao/pagina/historia>**. Em 14 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI. Disponível no endereço: <http://www.garibaldi.rs.gov.br/a-cidade/historia-de-garibaldi/>. Em 14 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Disponível no endereço: <https://caxias.rs.gov.br/cidade/colonizacao>. Em 14 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS. Disponível no endereço: **<https://silveiramartins.rs.gov.br/municipio/historia>**. Em 14 de agosto de 2021.

A memória dos imigrantes italianos de Bento Gonçalves/RS presente na ferrovia do vinho

Roberto Amaral Schinoff

Fabiana Tramontin Bonho

Judite Sanson de Bem

Introdução

A memória é tida como individual e coletiva, mas em algum momento as duas irão se encontrar, para transformar um determinado momento em reconstrução de algo vivenciado socialmente no passado. Assim, pode-se perceber que a memória coletiva, gera elos de vários pensamentos e lembranças, que retém momentos do passado e que estas se mantem presente nos grupos sociais, os quais garante o sentimento e as características de identidade dos indivíduos.

O termo memória se torna relevante quando se quer manter, preservar e incentivar algum tipo específico de cultura. Fazendo com que os momentos se tornem significativos, e gerando no indivíduo um sentimento de pertencimento àquele grupo. Como exemplo a cultura trazida e mantida pelos imigrantes italianos. Desta forma, trabalhar com a memória é impedir que aconteça o esquecimento de lembranças ao longo prazo, pois ela é essencial para a preservação do passado, e das heranças culturais. Se faz necessário para que a memória permaneça presente ou viva, que as relações entre os elementos do grupos não se rompam, pois a separação do elo do grupo, corre-se o risco de a história perder o sentido.

Neste sentido, o presente artigo busca tratar sobre a questão da memória da cultura trazida pelos imigrantes italianos à Bento Gonçalves e de que forma ela está presente no local nos dias atuais.

Para atingir o objetivo deste artigo será realizada uma pesquisa bibliográfica na literatura, em periódicos, teses e dissertações que retratam o tema memória, as ferrovias e a ferrovia do vinho de Bento Gonçalves.

Assim, o leitor primeiramente irá encontrar conceitos e contextualização sobre o tema memórias, logo um breve histórico das ferrovias desde seu início até os dias atuais e sua utilização nos dias atuais. E, por último, as considerações finais que foram construídas com a finalização desta pesquisa.

Conceitos de memória

O indivíduo está inserido em um meio social, onde as relações em grupo o direcionam para o seu desenvolvimento e crescimento. As vivências, o conhecimento, a interação, o trabalho movem o homem neste mundo social.

De acordo com Izquierdo (2002), os indivíduos tem a tendência de viver em grupos, estruturando-se e ajustando-se em sociedade, pois não conseguem viverem sozinhos e isolados. Para esse fim, interação socialmente, criam laços, procuram por pessoal que possuem maior afinidades, que tenham memórias comuns e, a partir disso, geram uma identidade coletiva ou uma memória social, pois foi vivida em grupo. Assim, percebe-se que a memória pessoal, e em consequência a identidade pessoal, recebe informações gerando interferências coletivas.

Pollak (1992) traz que a memória assemelha-se a um acontecimento individual, algo parcialmente íntimo, que seja próprio da pessoa, porém que Halbwachs teria afirmado que a memória deve ser entendida como um evento coletivo e social ou, em, como um acontecimento gerado através do coletivo e sujeito a mudanças, transformações, modificações constantes. E se entender que essas características inconstantes e mutante da memória, seja individual ou coletiva, deve-se então lembrar que na maioria das memórias há fatos ou acontecimentos parcialmente constante e transformáveis.

Segundo Halbwachs (apud Schmidt e Mahfoud, 1993, p.288), “a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”. Neste sentido, percebe-se que a memória transpõe passado, trazendo para o presente, o pensamento que de cada indivíduo e grupo social, colaborando assim para a formação da história dos grupos sociais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ainda conforme Halbwachs (2006), a memória passa a ser coletiva quando ela é compartilhada e que somente sobrevivem os acontecimentos que foram socializados, ou seja, aquelas que continuam a ser transmitidos, e que através das trocas, e dos elos, eles irão se refazer. O autor ainda relata que a memória coletiva, pode ser considerada como a participação da memória individual de cada pessoa para com a situação, segundo o mesmo autor, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.” (HALBWACHS, 2006, p. 51).

Corroborando Bastos (1999) traz que o lembrar não é renascer, mas reorganizar, reconstituir, relembrar, com imagens, cenas, ideias dos dias de hoje, o aprendizado e experiências do passado.

Gondar (2008, p.5) destaca que:

pensar a memória é como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles

são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza.

Pode-se então diante dos autores estudados neste trabalho, entender que a memória é o vínculo, a mistura de diversas memórias, pois, é devido as trocas, do que foi vivenciado, vivido, que o passado poderá ser transmitido para as novas gerações. Atualmente, ocorrem no mundo diversas mudanças tecnológicas e é em decorrência dessa rápida e acelerada evolução, que a cultura social busca se manter e reestruturar a memória social, com a finalidade de ser repassada para gerações futuras.

A memória de um país, da família, das épocas, das instituições integram o conjunto a que chamamos de memória social. Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guardam nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais (DEBRAY, 2000, p. 16).

Neste sentido, as informações do passado para serem lembradas e vivenciadas no presente precisam ser trazidas pela memória, é este processo de lembrar, recordações é que possibilitam que novas descobertas aconteçam, pois o conhecimento, o aprendizado ele mantem-se entre o passado e o presente. Desta forma, a continuação dos grupos sociais acontece a partir da eternização da memória, onde, a memória representa um arquivo de lembranças acumuladas e as transfere através de experiências vividas pelas diferentes gerações.

Também na mesma perspectiva, Halbwachs (2006), acredita que o tempo de duração de uma memória restringe-se ao período da memória do grupo. Para a memória permanecer presente ou viva, é preciso que as relações entre os elementos do grupos não se rompam, se desfaçam, pois a separação do elo do grupo, corre-se o risco de a história perder o sentido, através da geração de lacuna que podem ser abertas entre estas memórias.

Seguindo esta linha de raciocínio, a próxima sessão irá apresentar a evolução das ferrovias até os dias atuais, passando por uma prévia de seu

início ainda na Inglaterra no século XIX, no Brasil passando pelo início das ferrovias no Rio Grande do Sul até chegar em Bento Gonçalves e suas atividades atualmente.

As memórias através dos trilhos da ferrovia do vinho

No século XVIII e sobretudo ao longo do século XIX, a Inglaterra foi marco do surgimento e expansão das ferrovias. Rapidamente as ferrovias foram se espalhando para outros continentes, o que fortaleceu a economia, através da diminuição dos trajetos e da geração de novas fontes de renda e riquezas.

Segundo Ransolin (1999), o surgimento das ferrovias estão diretamente associada ao transporte de minérios, com início das operações na Europa para transportar o carvão das minas e leva-lo às fundições.

No Brasil, a implementação das ferrovias foi possível através da concessão de vantagens econômicas e comerciais para investidores estrangeiros que custeassem a construção e a manutenção de estradas de ferro. Durante o Brasil Império, período em que o governo central procurava unificar os territórios do país, foi autorizado o início da construção das primeiras estradas de ferro do país (consideradas estratégicas para essa finalidade). O primeiro trecho foi inaugurado em 1854, na província do Rio de Janeiro através da iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, que veio a se tornar Barão de Mauá.

De acordo com Dias (1986), a história das ferrovias do Rio Grande do Sul, iniciou-se em 1866, quando a assembleia provincial pleiteou novas alternativas para resolver e enfrentar os desafios de efetuar o escoamento de gêneros das zonas colônias alemãs do vale do rio dos Sinos.

Após muitos debates, a primeira ferrovia foi instalada em 1874, entre Porto Alegre e São Leopoldo, através da empresa New-Hamburg. As estradas de ferro surgiram em solo gaúcho, atendendo a demanda de distribuição da produção agrícola da região colonial do Vale do Rio dos Sinos até o porto da capital Porto Alegre.

Dando continuidade na expansão territorial das linhas férreas e abordando o local de estudo desde trabalho, em 1909 começa a ser construída a linha férrea que liga os municípios de Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves, concluída em 1919, que ficaria conhecida como a Ferrovia do Vinho. A figura 1 demonstra a estação de Bento Gonçalves logo após a sua inauguração ainda em 1919.

Figura - 1 Estação de Bento Gonçalves – 1919



Fonte: Acervo Museu do Imigrante / divulgação

A Estação de Bento Gonçalves está localizada no Vale dos Vinhedos e após a sua desativação comercial na década de 70, teve suas atividades voltadas exclusivamente ao turismo. O trecho que liga Bento Gonçalves a Garibaldi e Carlos Babosa é chamado de ferrovia do vinho, ou o Trem do Vinho, uma linha ferroviária turística que teve como objetivo inicial na década de 1990 o passeio turístico à vapor, o qual ao longo dos anos foi se remodelando e criando novos atrativos à viagem.

O trem do passeio acontece em uma locomotiva a vapor do século XIX. Para a realização deste passeio, a empresa dispõe de dois modelos de locomotivas, a americana Mikado 156 e a alemã Yung 4 que se revezam de acordo a necessidade de cada momento. As duas locomotivas são abastecidas por lenha ou carvão mineral que aquece a água e a transforma em energia através do vapor.

Em sua composição, cada locomotiva é composta por seis vagões temáticos (figura 2).

Figura 2 – Locomotiva Mikado 156



Fonte: Ferrovia do Vinho, 2020

Conforme Batista (2005), no turismo cultural a relevância de revitalização de áreas urbanas e comunidades com expressões artísticas tem acelerado com o intuito de divulgar, de preservar suas origens, oferecendo assim, um maior envolvimento do local com os visitantes.

Corroborando com Batista, a Ferrovia do Vinho passou por outra fase antes de chegar na configuração atual, onde não haviam participações de grupos artísticos externos. O turista que realizar este passeio irá conhecer e aprofundar aspectos da cultura local, uma vez que o passeio é composto por

encenações lúdicas e diversas animações culturais, além do turista poder degustar produtos típicos da região como vinho, champanha, suco de uva e queijo. As animações acontecem no interior do trem e nas plataformas das estações ferroviárias. Tais atividades são realizadas por artistas da própria região, que dividem com os turistas as músicas, os cantos e as histórias lúdicas através do teatro. Os turistas advêm de diferentes regiões do país, inclusive do exterior, em sua grande maioria através de grupos de excursões que adquirem o pacote turístico. Outra parte dos turistas, chegam até o local de forma individual, com suas famílias sem o pacote turístico, uma vez que o local é aberto a todos os públicos.

Todo este cuidado para com os detalhes e recepção dos visitantes e turista, fazem parte de um resgate as memórias culturais de um povo que ali viveram e para sua preservação.

Segundo Batista (2005), a memória é ativa para uma cultura que deseja preservar e manter suas tradições, e como é fortemente ligada à identidade; pode fornecer subsídios para que essa memória e identidade se fortaleça e consolide a partir de ligações comuns.

Considerações finais

A memória é essencial para manter viva as lembranças, os conhecimentos obtidos, as práticas vividas. A memória é a responsável por fazer perdurar informações que são vivenciadas por um grupo social, e por estas não se apagarem, pois, esse poder de recordar é o que faz com que se possa transmitir para outros indivíduos o que foi aprendido, permanecendo nesta forma com a identidade social do grupo ativa.

Como exemplo de memória viva, tem-se os imigrantes italianos que chegaram no Brasil, com sua própria cultura, alguns se estabeleceram em Bento Gonçalves, e transmite através da memória e das práticas de suas heranças culturais a sua tradição.

A Ferrovia do Vinho é um roteiro turístico de memória viva, que através do passeio de trem, das apresentações tipicamente italianas, das vestimentas, da culinária servida transmite aos seus visitantes um pouco do conhecimento, da sua cultura, possibilitando que memória dos imigrantes italianos continue viva nos dias atuais.

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara. **Eu – professor – construindo a história da Educação Brasileira**: Memoriais de Professoras. Lajeado, R.S: Caderno Pedagógico, 1999.

BATISTA, Claudio Magalhães 2005 **Memória e Identidade**: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural/ CULTUR, ano 09 -nº 03 out.2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org>. Acesso em 12 out. 2019;

DEBRAY, R. **Transmitir**: o segredo e a força das ideias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS, Jose Roberto de Souza. **Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul**: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Rios, 1986.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: ____; DODEBEL, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

RANSOLIN, Antonio Francisco. **As ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai(1870-1920)**: um estudo comparativo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Dissertação (Mestrado), 1999, 195p.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Instituto de Psicologia- USP, p. 285-298. São Paulo, 1993. Disponível em: 145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul

file:///C:/Users/ALEX%20MARIN/Downloads/34481-40433-1-PB.pdf. Acesso em:
12 out. de 2014.

Italianidade e metodismo no Rio Grande do Sul

Vicente Dalla Chiesa

Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS

Instituto Teológico João Wesley-IPA

Ao se ler muitas das obras que abordam a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, tem-se a impressão de que nas regiões coloniais só vivam católicos romanos. Menções a outras religiões não são comuns. Quando ocorrem, particularmente em relação ao protestantismo, passa-se a ideia de que eram grupos quase inexistentes e que viviam completamente à parte (RIZZARDO, 1990, p. 268; D'APREMONT e GILLONAY, 1976, p. 118). De forma semelhante, nos livros clássicos sobre a história do metodismo no Rio Grande do Sul, as comunidades da região colonial italiana são descritas como ilhas isoladas dos fanáticos lá residentes, com os quais os crentes parecem não ter contato (JAIME, 1963, p. 89-90; LONG, 1968, p. 69). Nessas narrativas, as colônias italianas, em certos momentos, parecem estar tão vazias de metodistas na perspectiva de uns como de católicos na visão dos outros. Tal aspecto da bibliografia sobre a imigração italiana é curioso diante dos resultados que emergiram das pesquisas que o autor vem empreendendo ao longo dos últimos anos, as quais demonstram que as comunidades das duas confissões cristãs, na vida cotidiana, conviviam de uma forma muito estreita. O objetivo deste texto é investigar as razões que levaram a situação regional¹ a ser retratada da forma acima descrita. Já existem obras que abordam como a construção historiográfica da colônia italiana gaúcha foi marcada pela Igreja Católica e pelos seus processos de instalação, adaptação e expansão na zona

¹ É interessante notar que a conflitiva existente entre a profissão de fé evangélica e uma identidade italiana marcada pelo catolicismo está presente também na própria Itália, sendo o fio condutor da obra do pastor valdense Giorgio Tourn intitulada *Italiani e protestantesimo: un incontro impossibile?* (TOURN, 1998).

colonial (POSSAMAI, 2005). O foco aqui é verificar especialmente como tal situação repercutiu em relação à Igreja Metodista instalada na mesma região², tanto institucionalmente como em relação a seus membros.

A maioria absoluta dos habitantes da Itália, no período da grande emigração transoceânica, era composta por católicos romanos, cuja estrutura eclesial inclusive se envolveu no fenômeno emigratório (FRANZINA, 2006, p. 407-418). Isso se refletiu na presença de imigrantes de língua italiana estabelecidos no Rio Grande do Sul, cujas comunidades foram compostas, também em grande maioria, por católicos. O autor não tem conhecimento de estatísticas específicas acerca da distribuição confessional entre os imigrantes italianos, à semelhança das que foram elaboradas sobre a origem provincial deles (FROSI; MIORANZA, 1975). No entanto, os mapas estatísticos existentes, como aqueles apresentados Conde D'Eu e Dona Isabel para a década de 1880 (COSTA et alii, 1992, p. 38 e 41), indicam a prevalência de católicos romanos sobre as demais confissões, ainda mais considerando que tais dados englobam todos os habitantes das referidas colônias, e não somente a população de origem italiana.

Só um grupo não católico foi efetivamente atuante entre a população gaúcha de origem italiana até meados do século XX, a Igreja Metodista, a única denominação evangélica que possuía comunidades, templos e pastores em boa parte da colônia italiana da Serra Gaúcha³. Tanto é assim, que essa presença do metodismo como o grande oponente em uma área de predomínio católico não passou despercebida entre o clero. Na obra dialetal *Togno*

² Embora o título deste trabalho se refira a todo o Estado do Rio Grande do Sul, as fontes utilizadas se referem essencialmente à região colonial italiana do Nordeste desse estado e à cidade de Porto Alegre, locais onde a Igreja Metodista atuava mais intensamente entre a população de origem itálica.

³ Pelo que se observa da bibliografia e das fontes consultadas, os outros grupos religiosos atuantes na região e proximidades, como luteranos e espíritas, congregavam essencialmente pessoas de outras etnias, enquanto a maioria dos membros da Igreja Metodista era de origem italiana, ao menos até a década de 1940 (SOBROZA, 2020).

Brusafrati, publicada originalmente em 1941, o autor, um sacerdote católico, ao relatar a aproximação de seu protagonista anti-herói com o protestantismo, diz que ele se tornou “protestante metodista” (LIBERALI, 1975, p. 60-61). Em uma obra de ficção escrita em italiano por um scalabriniano que atuou no Rio Grande do Sul nas décadas de 1910 e 1920, *Masticapolenta*, a Igreja Metodista é apontada como primeiro exemplo de igreja protestante, após digressão onde o personagem principal explica que, como italiano residente no Brasil, devia fidelidade à fé católica (PORRINI, 1978, p. 180-187).

A Igreja Metodista foi, por longo tempo, a única opositora protestante efetiva da Igreja Católica nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Contudo, mesmo essa presença não alterou a prevalência católica, porque o número de metodistas era realmente pequeno. Em estudo anterior realizado por este autor, onde são citados dados de meados da década de 1920, o percentual de metodistas nos municípios de colonização italiana da Serra Gaúcha variava de 0,02% a 0,44% da população (DALLA CHIESA, 2015, p. 283). Dessa forma, o percentual de católicos entre os colonos italianos e descendentes era superior a 99%, mesmo considerando eventuais pessoas ligadas a outros credos ou não vinculadas a religião alguma.

Apesar desse evidente predomínio da fé católica entre os italianos, isso não impediu que houvesse o cultivo de traços culturais trazidos do país de origem entre os imigrantes ítalos que, no Brasil, se tornaram membros da Igreja Metodista. Até fins da década de 1920, o idioma italiano era utilizado de forma predominante nas atividades desenvolvidas nas igrejas metodistas da região de colonização italiana. Membros destacados das comunidades metodistas faziam parte de sociedades italianas⁴, cujo papel na conservação da identidade étnica é conhecido (CINQUANTENARIO, 2000, Volume I, p. 364-397; POSSAMAI, 2005, p. 66-69).

⁴ Em Alfredo Chaves, por exemplo, a sociedade *Principe di Piemonte* contava entre seus fundadores, em 1891, os metodistas Michele Marcon, Francesco Goron e Ambrosio Baccin (FARINA, 1992, p. 213).

O órgão de divulgação da Igreja Metodista no Rio Grande do Sul no período de 1904 a 1917, o jornal *O Testemunho*, tinha uma linha editorial francamente favorável à Itália, prezada como país laico que colocou fim ao poder temporal do Papa, e à colônia italiana, que tinha um peso relativo considerável dentro do conjunto do metodismo gaúcho. Em cerimônias cívicas, a bandeira italiana era hasteada junto com a brasileira e a norte-americana, e a data de 20 de Setembro, celebrativa da tomada de Roma em 1870, era sempre comemorada pelos membros italianos da igreja, sendo celebrada, no ano de 1904, nas próprias dependências do Colégio Americano, tradicional educandário metodista de Porto Alegre (NO DIA, 1904). Em 1907, a data é saudada com um longo texto em língua italiana em primeira página, única vez em que um artigo aparece em idioma estrangeiro no referido periódico (SALATINO, 1907). Até a década de 1910, não parece haver qualquer incompatibilidade entre ser um patriota italiano e um membro da Igreja Metodista. Certamente, isso também decorre de ainda haver um discurso em elaboração entre Itália e catolicismo, decorrente da unificação recente, da Questão Romana, e dos conflitos existentes entre um Estado Italiano laico e a Igreja Católica (POSSAMAI, op. cit., p. 10-27). O debate nessa época está aberto, não há uma interpretação coesa ou prevalente sobre o que é a colônia italiana gaúcha, havendo diferentes agentes atuando no sentido de se tornarem representantes dela e seus porta-vozes, entre eles pessoas ligadas à Maçonaria e/ou identificadas com o ideário liberal do governo italiano.

O jornal étnico mais representativo desse período, *Stella D'Italia*, que circulou de 1902 a 1925, significativamente não é um jornal religioso. Possivelmente seja a partir dos seus artigos que se comece uma tentativa de interpretar o que seja a italianidade rio-grandense. O periódico não era publicado na região colonial, mas em Porto Alegre, onde provavelmente havia mais representantes de diferentes posicionamentos ideológicos. Além disso, fica evidente que havia divergências entre os jornais de língua italiana. Há referência de que o padre Giovanni Costanzo, um dos redatores do jornal católico *Corriere D'Italia*, publicado em Bento Gonçalves de 1913 a 1927, se

referia a seu colega porto-alegrense como *Stalla D'Italia*⁵, em crítica a seu posicionamento “maçônico” (RIZZARDO, op. cit, p. 177).

A Primeira Guerra Mundial é o primeiro momento onde a colônia italiana gaúcha se enxerga efetivamente como conjunto, e é construída uma visão mais global dessa coletividade, decorrente de um amálgama dos diferentes grupos, surgindo de forma mais premente a necessidade de definições conceituais. A vitória dos Aliados é celebrada como um triunfo do espírito latino e católico sobre o protestantismo germânico (GARDELIN, 1988, p. 118). Não obstante, há indicativos de que o patriotismo dos italianos evangélicos durante o conflito não foi menor do que o dos católicos. Em foto datada de 1915, ano da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, tirada em frente à Sociedade Regina Margherita, de Bento Gonçalves, seus membros posam com a bandeira italiana, e entre eles estão tanto o padre Giovanni Costanzo como três membros metodistas da entidade, Dionisio Baccin, Antonio Premaor e Michele Cabrillo (CINI, 2013, p. 82-83). Cabrillo foi o tesoureiro nomeado pela comissão encarregada de angariar doações para o esforço de guerra italiano, notícia publicada no jornal católico local⁶.

No entanto, os anos finais do conflito coincidem com mudanças no metodismo no Rio Grande do Sul, motivadas pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial nos Estados Unidos, em particular sobre o uso de línguas estrangeiras. A Igreja Metodista dos EUA, umbilicalmente ligada à criação da identidade norte-americana (MESQUIDA, 1994, p. 101-104), adotou uma postura rígida e nacionalista, no sentido de não mais permitir a utilização de idiomas estrangeiros no culto, o que atingiu em particular o seu ramo de língua alemã (HOLLINGSEAD, 2006). Argumentava-se que pertencia ao passado a época dos grandes fluxos imigratórios, a qual justificava o emprego de outras línguas que não o inglês, e que já era tempo de os imigrantes e seus

⁵ Jogo de palavras entre os termos *stella* e *stalla*, que significam, respectivamente, estrela e estábulo.

⁶ *Corriere D'Italia*, 09/07/1915, p. 2.

descendentes se assumirem de forma exclusiva como norte-americanos. Como o metodismo brasileiro era, à época, uma missão da Igreja Metodista Americana, os líderes metodistas no Brasil seguiam diretrizes específicas emanadas dos Estados Unidos.

No caso do Rio Grande do Sul, não foi encontrada documentação que indique uma data específica onde a língua italiana tenha deixado de ser utilizada, havendo indicativos de seu emprego ainda em 1919, em Alfredo Chaves, atual Veranópolis. No entanto, na década de 1920 é evidente que apenas a língua portuguesa era utilizada nos cultos, até porque as referências ao idioma italiano somem completamente dos livros de registro, o que sugere que tenha havido algum tipo de orientação nesse sentido. Em seu diário, o pastor John Watkin Price, que atuou em Bento Gonçalves de 1904 a 1905 e em Caxias de 1922 a 1926, menciona que se considerava provisório o uso da língua italiana, até que a atividade missionária pudesse ser reforçada e os imigrantes se abrasileirassem (GORSUCH, 1984, p. 36). Nesse contexto, em que se dá a entender que a integração ao país de destino dos imigrantes era algo desejado pela igreja, não parece mais haver espaço para cultivo de etnicidades no âmbito metodista.

O passo temporal seguinte é a comemoração do cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, no ano de 1925, que foi objeto de intensos festejos, tanto nas cidades das áreas de colonização italiana como em Porto Alegre. Mesmo com toda a movimentação ocorrida em torno dessas festividades, nada consta sobre elas nas publicações metodistas consultadas, em particular nos relatórios das conferências anuais relativas ao período⁷. Na extensa monografia que foi publicada em 1925 em dois volumes, comemorativa

⁷ Ainda que tais publicações fossem destinadas preferencialmente à publicação de atos administrativos da Igreja Metodista, eventualmente assuntos externos de relevância eram mencionados em suas páginas. No entanto, no biênio 1924-1925, não são citadas as comemorações do cinquentenário da imigração italiana nem as do centenário da imigração alemã.

à efeméride, não há menção específica à presença metodista na região colonial, nem de autoridades metodistas nas diversas solenidades que ocorreram naquele ano. No segundo volume, onde há propagandas referentes a inúmeros empreendimentos, representativos das diversas atividades econômicas e culturais desenvolvidas pelos italianos, divididas por município, consta somente um metodista, o médico Giulio Motti⁸, residente em Garibaldi.

Por outro lado, a participação católica, na mesma publicação, é muito destacada. No primeiro volume, há a extensa parte religiosa da monografia, elaborada em boa parte pelo futuro primeiro bispo de Caxias, José Barea, diocese cuja criação, na década seguinte, foi marcada por um forte distintivo de etnicidade (PINZETTA, 1995, p. 546-549). Naquele longo texto a história da colonização italiana é contada através dos relatos que vão sendo feitos sobre a criação de paróquias, havendo, em muitas ocasiões, menções à marcha da colonização no território gaúcho. Na verdade, é exatamente na parte religiosa da monografia que se apresenta um discurso mais coeso e unificado sobre o processo colonizatório por imigrantes italianos (CINQUANTENARIO, Volume I, p. 60-128). Esse texto pode ser considerado a matriz de muitas obras que se seguirão no tempo, que apresentam a convicção religiosa católica do colono como o maior suporte para sua jornada vencedora na nova terra (MANFROI, 1975). Essa narrativa é também, a nosso ver, o primeiro grande produto do discurso que enlaça italianidade e catolicidade, que foi sendo estruturado ao longo do século.

O artigo *A vida espiritual nas Colônias Italianas do Estado* inicia dizendo que a presença de um texto sobre o aspecto religioso da colonização é um ato de estrita justiça. O primeiro subcapítulo se chama *A obra do sacerdote* e é aqui apresentada uma versão dele:

⁸ Giulio (Júlio) Motti, médico nascido e formado na Itália (SCHWARTSMANN, 2017, p. 89), pertencia originalmente a uma família católica. Estabelecido em Garibaldi em 1913, casou-se em 1914 com Italia Canini, que pertencia à Igreja Metodista, da qual ele se tornou membro em 1918.

O sacerdote que, desde o princípio da colonização, veio estabelecer-se nestas plagas rio-grandenses, até hoje é um dos mais eficazes laços de união entre o nosso emigrado e a mãe pátria. Ele fala ao emigrado na sua língua, lhe recorda o querido vilarejo que deixou além do oceano, lhe conta os eventos históricos da Itália, lhe recomenda a ser fiel às tradições da família, da Pátria, da Religião, o exorta a se ater aos ensinamentos de virtude e de moralidade saídos dos lábios do padre, da mãe, do sacerdote, do professor.

Pobre colono, que vieste sepultar-te nas florestas de uma terra estrangeira, tu vês este sacerdote que anda de dia e de noite, com vento e chuva, sob frio e calor, varando rios impetuosos, passando por trilhas e precipícios, afrontando toda sorte de perigos? Tu sabes que ele faz tudo isso por ti, que o seu objetivo é conservar-te bom, laborioso, morigerado, obediente às autoridades da tua nova pátria? Tu compreendes que, depois de haver feito do trabalho e da virtude o objetivo da tua vida, toda a tua aspiração, longe da balbúrdia, do vício e da corrupção, o Senhor te manda este sacerdote para que tenhas a felicidade suprema?

E esse teu amigo, tu o busca com fidelidade filial nas tuas dificuldades, nos teus negócios e interesses, nas divergências de família, nas dificuldades com o próximo, mas injustiças que sofreste. E por isso sempre viste como teu inimigo o inimigo do teu sacerdote. Por isso nunca te deixaste enganar por aqueles que, comodamente instalados nas cidades ou nos centros feitos com o teu suor, te pregavam uma doutrina diferente daquela que te ensinava o sacerdote, vindo desde o princípio para dividir contigo a mesma vida plena de dificuldades, de dores e de sacrifícios. Por isso sempre repeliste, com toda a força da tua alma crente de vêneto-lombardo, qualquer manobra tendente a subtrair-te o tesouro mais precioso que trouxeste da Itália: a religião católica apostólica romana. (CINQUANTENARIO, Volume I, p. 56-57)

A proposta não é analisar a visão do autor acerca da missão da Igreja Católica na região colonial, mas sim o que se depreende, do texto e de suas entrelinhas, acerca do que era essa visão em relação às demais religiões. A leitura do trecho dá a entender que há uma ameaça do protestantismo, fenômeno alheio à realidade da colônia italiana, e hostil à tradição dos colonos. Se diz também que essa inserção protestante é algo recente, e que

seus agentes se instalam comodamente nas áreas mais urbanizadas para roubar as almas dos colonos, enquanto os bons sacerdotes católicos, verdadeiros guardiões da tradição itálica, acompanharam os pobres imigrantes desde as agruras iniciais, os orientando em assuntos temporais e espirituais.

Analisando as afirmativas objetivamente e em bases históricas, pode-se afirmar que a argumentação desenvolvida parte de premissas falsas. Quanto à temporalidade, a presença metodista entre os italianos não era recente, ela remontava a 1887, quando o processo imigratório ainda estava em curso, e apenas as colônias mais antigas, à margem direita do Rio das Antas, estavam quase integralmente povoadas. Além disso, o protestantismo não era um fenômeno totalmente estranho à realidade dos colonos. A atuação metodista iniciou entre pessoas que tinham ligações na Itália com a Igreja Valdense (DALLA CHIESA, 2017, p. 1004-1007), e foram formadas comunidades atendidas por pastores italianos, em seu idioma nativo. Quanto ao local de inserção, a maioria dos metodistas residiu inicialmente em zona rural, sendo que uma comunidade, a da Forqueta Baixa, permaneceu puramente rural. Os relatos dos pastores metodistas, em suas viagens a cavalo pelas diversas linhas coloniais, relatadas nas páginas do jornal *O Testemunho*, não diferem das descrições feitas pelos sacerdotes católicos.

Tais constatações levam a um questionamento: há no texto uma distorção deliberada da realidade, ou ele reflete efetivamente a visão que os padres católicos tinham do protestantismo na zona colonial italiana na década de 1920? Não se questiona aqui a falta de menção específica a uma igreja concorrente, que certamente não ocorreria em um texto dessa natureza, mas sim a maneira como esse perigo protestante é descrito. Se vê que as informações apresentadas no álbum, inclusive as que constam da parte religiosa, foram coletadas em amplo trabalho de pesquisa na região colonial, onde a presença metodista já tinha mais de trinta e cinco anos. Eventualmente, podem também ter sido coletadas informações orais referentes à atuação metodista e, com toda certeza, os sacerdotes católicos estavam atentos à movimentação dos metodistas na colônia. No entanto, o acesso a outros tipos

de fontes sobre a história da penetração metodista no Rio Grande do Sul parece improvável, até porque elas só apareciam esporadicamente em publicações destinadas ao público metodista, como jornais e almanaques. O primeiro livro referente à história da Igreja Metodista no Brasil surge somente alguns anos depois, em 1928 (KENNEDY, 1928).

Independentemente do que se sabia e se optou por não mencionar, é possível concluir que a visão apresentada no texto não é dissociada do contexto fático da época em que foi escrito. Em 1925, a Igreja Metodista na Serra Gaúcha estava estabelecida essencialmente em núcleos urbanos, com exceção da já mencionada comunidade de Forqueta Baixa, interior de Caxias. A membresia passou por uma transformação significativa desde a década de 1890, quando a maior parte dos metodistas eram agricultores. Ela passou a ser basicamente urbana, e uma boa parte dos membros da igreja já não é de origem italiana, especialmente em Caxias e Garibaldi. Além disso, a década de 1920 é um período de reforço na atuação metodista em todo o Rio Grande do Sul⁹ e também na colônia italiana da Serra, com envio de novos trabalhadores, abertura de novas igrejas (Caxias em 1916, Garibaldi em 1923, Farroupilha em 1924), e surgimento de escolas paroquiais na maior parte das comunidades (DALLA CHIESA, 2019, p. 166-170). Parece ser essa a perspectiva católica apresentada no texto acima transcrito, não uma visão retroativa e histórica - talvez deliberadamente -, mas sim a percepção do que estava sendo a presença metodista naquele momento: atividade dinâmica e recente, em cidades, lideradas por pessoas que não tinham origem no processo imigratório.

Da parte metodista, a convergência desses elementos - diminuição de características italianas nas comunidades, e crescente dinamismo e expansão do trabalho - fez com que não houvesse mais incentivo ou mesmo espaço para afirmação de uma identidade étnica particular, muito menos uma utilização

⁹ Exemplo disso é a criação de três escolas secundárias metodistas no curto período de 1919 a 1923, em três diferentes cidades gaúchas: Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre.

disso como veículo de reforço das atividades da igreja, como no período anterior à Primeira Guerra Mundial. É um momento de ofensiva geral unificadora, não de expansão pelo reforço de particularidades locais.

Já para a Igreja Católica, o mesmo período é um momento nacional e estadual de entrada na arena política, sendo que, na região colonial italiana, ela passa a jogar seu peso nas eleições municipais, com um discurso étnico de apoio aos descendentes de italianos como candidatos a cargos públicos (VALDUGA, 2012; RELA, 2004). Nesse cenário, os dois elementos se entrelaçam, há um projeto de poder regional e estadual, onde é útil à Igreja Católica se apresentar como parte do mito fundante da zona colonial. Se já existia uma visão e uma tentativa interpretativa da história da colonização italiana no Rio Grande do Sul a partir de um viés católico, isso só vai se intensificar a partir de então.

Por outro lado, ao longo da década de 1920, os acontecimentos políticos da Itália também influenciam a situação regional, em particular a ascensão do fascismo e os tratados de Latrão, que transformam o catolicismo em religião oficial e dificultam a atuação dos evangélicos na península (TOURN, 1998, p. 164-166). A Itália deixa de ser o país laico que terminara com o poder temporal do Papa para ser um estado confessional. O jornal *O Testemunho* não circula mais desde 1917, então não há uma voz oficial metodista na imprensa gaúcha, mas a impressão que fica é de que a Itália deixa de ser uma referência para os metodistas, como era no período anterior. Além disso, os italianos natos que são membros da igreja vão envelhecendo, e parte significativa daqueles líderes comunitários que fundaram as comunidades metodistas da RCI faleceu ao longo das décadas de 1920 e 1930. Em que medida permaneceu o espaço para a coexistência do cultivo de uma fé metodista e um patriotismo italiano?

Os vestígios para que se possa responder à pergunta não são muitos, o que, por si, pode ser um indicativo de que esse espaço estivesse reduzido. No material deixado pelo imigrante italiano metodista Antonio Premaor, que abrange anotações referentes ao período de 1895 a 1932, nada consta a esse

respeito, embora ele tenha sido um dos doadores na mencionada coleta de 1915. A posição oficial da Igreja Metodista continua alheia à questão¹⁰. Em junho de 1936, pela primeira vez é realizado um Concílio Regional em uma cidade da zona colonial italiana, Caxias. A região vive a euforia da vitória italiana na guerra contra a Abissínia, cujo término ocorrera no mês anterior (GIRON, 1994, p. 92), mas nada consta nas atas a esse respeito, nem há menção sobre a situação regional. É uma hipótese em que o silêncio das fontes fala por si.

No entanto, foi localizada a ocorrência de um fato interessante. Durante o conflito da Abissínia, o governo italiano promoveu uma campanha de arrecadação de recursos, incitando seus cidadãos a doarem suas alianças de casamento para financiar o esforço de guerra. A Igreja Católica deu apoio ao movimento, aceitando benzer alianças de ferro em substituição às de ouro (GIRON, op. cit., p. 98-99). A campanha se espalhou pelas comunidades de imigrantes espalhadas pelo mundo, inclusive no Rio Grande do Sul. Em Garibaldi, o jornal *Staffetta Riograndense*, pertencente à Ordem dos Capuchinhos, na edição de 11/02/1936, publicou a nominata dos doadores de alianças da cidade, entre os quais constam quatro metodistas: Giulio Motti e sua esposa Italia Canini, Cesare Girondi e Hortênsia Canini (BENEDUZI, 2011, p. 109-110). Isso é curioso, porque o trecho do jornal que trata da doação das alianças é publicado em artigo que trata do amálgama entre italianidade, fascismo e catolicidade que surge nos anos 1930. No entanto, há também quatro metodistas contribuindo para o esforço de guerra da Itália fascista numa comunidade de origem italiana, e isso é noticiado em um jornal católico. Parece que a euforia nacionalista do período fascista, ao menos

¹⁰ É interessante notar que houve, na década de 1930, incentivo ao ensino da língua italiana no Colégio Americano de Porto Alegre, pertencente à Igreja Metodista (RECH; TAMBARA, 2015), mas isso em nada alterou o posicionamento institucional quanto à questão linguística nas igrejas da zona colonial italiana.

temporariamente, fez transpor os fossos confessionais e reavivar os laços de todos os italianos com a antiga pátria.

Conclusão

Ao longo do século XX, e em especial a partir dos anos 1920, houve o desenvolvimento de uma historiografia regional da imigração italiana dominada por um viés católico, constituída por obras escritas por religiosos ou por pessoas a eles ligados. Independentemente de seus posicionamentos ideológicos, o trabalho desenvolvido por esses grupos foi muito importante, atuando muitas vezes como guardiões da memória e preservadores de fontes que, sem sua atuação, teriam possivelmente se perdido (VALDUGA, op. cit., p. 35).

Isso tem vários desdobramentos, mas um deles é a invisibilidade da Igreja Metodista como parte da história colonial. Se esquece que ela é a única denominação evangélica a ter atuado desde a época da imigração entre os italianos, que houve pastores - ítalos e não ítalos - que pregaram as colonos na sua língua de origem, que houve circulação de literatura religiosa em italiano, que havia famílias pertencentes a confissões cristãs diversas. Não há lembrança de que existiu uma igreja protestante profundamente identificada com a realidade da Serra Gaúcha, que seus pastores acompanharam a formação das comunidades, a realidade da pessoa que trabalhava no campo, e que foi muito afetada por um fenômeno típico dali, o deslocamento de famílias para novas frentes de colonização.

Cabe questionar as razões desse esquecimento. Em primeiro lugar, os potenciais aliados da Igreja Metodista nesse processo de criação de narrativas, os círculos liberais, maçônicos e anticlericais, perderam para os católicos a primazia no relato da colonização (POSSAMAI, op. cit., p. 201), dando espaço para a criação desse amálgama entre catolicidade e italianidade. Essa

simbiose católico-italiano é assumida não apenas como sempre existente, mas como algo real, absoluto e natural, é um pressuposto do qual se parte.

Pesou também o fato de a presença metodista ser pequena numericamente, frente à esmagadora maioria católica, o que pode ter gerado desconhecimento real sobre sua existência. Além disso, quase não houve uma continuidade de tradição metodista, porque a maioria das famílias fundadoras das comunidades deixou a igreja ou a região colonial ao longo do século XX, e a maior parte dos membros que ingressaram nas igrejas locais não era de origem ítala, de forma de que a identificação com a identidade regional que vem sendo construída - onde há um denominador comum de raiz católica-italiana - não é imediata, gerando um círculo vicioso, dificultando que os metodistas se enxerguem como parte da história regional.

Mas há também uma participação ativa metodista nesse processo de invisibilidade, uma vez que suas lideranças, em grande medida, permaneceram insistindo no discurso de diferenciação da realidade circundante, em um constante auto-referenciamento que dá a impressão de isolamento em relação ao mundo externo às comunidades. Esse aspecto é muito visível nos livros de registro das comunidades e nas publicações metodistas do período. Isso, aliás, parece ter sido uma característica do protestantismo missionário de origem norte-americana no Brasil, um reforço da distinção das comunidades como grupos escolhidos e diferenciados, diante de uma realidade nacional considerada corrompida, pautada por comportamentos diversos dos esperados de um verdadeiro cristão (MENDONÇA, 1995, p. 148-149). Somado a isso, há também a adesão, possivelmente compulsória, à diretriz de assimilação a um trabalho nacional e estadual uniforme efetuado em língua portuguesa. Todos esses elementos fizeram com que não existisse um real interesse metodista em participar da construção dessa história regional, particular, onde o componente da etnicidade é muito forte. Essa dificuldade de entrar na arena da construção da história colonial gaúcha decorre, portanto, de razões orgânicas e estruturais, mas também ideológicas. Como consequência, vai haver um avanço católico

que se transformou, durante um certo tempo, em domínio sobre a produção da historiografia e do imagético da imigração italiana do Rio Grande do Sul, enquanto os metodistas, em certa medida voluntariamente, se retiraram do debate.

Referências

BENEDUZI, Luis Fernando. **Uma aliança pela pátria**: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. Revista Dimensões, vol. 26, p. 89-112, 2011.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD (1875-1925). Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CINI, Aldo. **Século XX - Memórias de Bento Gonçalves**. São Paulo: Auana Editora, 2013.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu**. Porto Alegre: EST Edições, 1992.

DALLA CHIESA, Vicente. As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana da Serra Gaúcha. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia (Orgs.). **140 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul - IV Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros** (Anais eletrônicos). Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

_____. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis (orgs.). **Migrações: religiões e espiritualidades**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

_____. Breves registros sobre as escolas paroquiais ligadas à Igreja Metodista na Região Colonial Italiana do Nordeste Gaúcho. In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; DOS SANTOS, Rodrigo Luis (Orgs.). **Migrações: Perspectivas e avanços teórico-metodológicos**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/EST, 1976.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis**. Veranópolis: Edigraf, 1992.

FRANZINA, Emilio. **A Grande Emigração**: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

GARDELIN, Mário. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**: *Fontes Literárias*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1988.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Parlenda, 1994.

GORSUCH, Elizabeth Price. *John Watkin Price and Elizabeth Wittmann Price and Forefathers and their Descendants*. 1984. (Compilação de trechos dos diários do casal John Watkin Price e Elizabeth Price, realizada por sua filha Elizabeth. Depositada na biblioteca do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA).

HOLLINGSEAD, Joshua. *Prejudice and Purging: World War I and the demise of the German Methodist Church in America*. In: <<https://www.mckendree.edu/academics/scholars/issue7/hollingsead.htm>>. Acesso em 20/05/2021.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. **História do Metodismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.

LIBERALI, Ricardo Domingos. **Togno Brusafrazi: Braúre de dô compari**. Porto Alegre: EST, 1975.

LONG, Eula Kennedy. **Do meu velho baú metodista**. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, 1968.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: GRAFOSUL/IEL/DAC/SEC, 1975.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 1995.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

NO DIA 20 DE SETEMBRO. “O Testemunho”, 01/10/1904.

PINZETTA, Álvaro Luiz. A criação da Diocese de Caxias do Sul. In: DE BONI, Luis A. (org.). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Volume III. Porto Alegre/Torino: EST Edições/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

PORRINI, Carlo. **Masticapolenta**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.
POSSAMAI, Paulo. "**Dall'Italia siamo partiti**": A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

RECH, Gelson Leonardo; TAMBARA, Elomar A.C. Professor Gino Battocchio e as aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital do RS. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia (Orgs.). **140 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul - IV Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

REILY, Duncan Alexander. **Os metodistas no Brasil (1889-1930)**. Revista Estudos Teológicos, São Leopoldo, Ano 20, n.º 1, p. 100-122, 1980.

RELA, Eliana. **Nossa fé, nossa vitória**: Igreja Católica, Maçonaria e Poder Político na formação de Caxias do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RIZZARDO, Redovino. Raízes de um povo - Missionários scalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888-1938). Porto Alegre: EST, 1990.

SALATINO, Carmine. **XX Settembre**. "O Testemunho", 01/10/1908.

SCHWARTSMANN, Leonor Baptista. **Médicos Italianos no Sul do Brasil (1892-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SOBROZA, Lucas. "Católico sem jornal é como soldado sem armas!": O protestantismo e o espiritismo nas páginas do Correio Riograndense (1941-1944). **Métis História & Cultura**, v. 19, n.º 28. Caxias do Sul, 2020.

TOURN, Giorgio. Italiani e protestantesimo: Un incontro impossibile? Turim: Claudiana, 1998.

VALDUGA, Gustavo. Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945). In:

[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3827/1/000441315-](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3827/1/000441315-Texto%2BCompleto-0.pdf)

[Texto%2BCompleto-0.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3827/1/000441315-Texto%2BCompleto-0.pdf).

Acesso

em

20/05/2021.

A Igreja de São João da Cruz: relatos e memórias

Henrique Bondan Rampazzo
Mestrando em História
Universidade de Caxias do Sul

O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior, intitulada *A Igreja de São João da Cruz e sua importância na comunidade de Cinco Alto da Boa Vista*, apresentada como trabalho de conclusão do autor para o curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul em 2019. O tema da pesquisa consistiu na importância da igreja de São João da Cruz para a comunidade do Cinco Alto da Boa Vista, localidade de descendentes de colonos italianos, pertencente ao município de Carlos Barbosa, Rio Grande do Sul. Nela, visando à delimitação da relevância do edifício para a comunidade, e da igreja para as antigas colônias italianas de forma geral, foi utilizada uma metodologia pensada a partir dos pressupostos da História Local e da Micro-História, valendo-se de um método de pesquisa qualitativo e exploratório-descritivo, por meio da consulta a fontes escritas, como as pesquisas já realizadas sobre Carlos Barbosa, os jornais municipais, ou os livros-tombo da paróquia, bem como relatos orais para responder a seus objetivos.

O terceiro capítulo da pesquisa, aqui revisitado e atualizado em forma de artigo, “Relatos e Memórias”, diz respeito à aproximação com a História Oral e os resultados das entrevistas individuais semiestruturadas e da roda de conversa realizadas com os moradores, padres e pesquisadores do local. Além das precauções e especificidades do tratamento com a História Oral, brevemente explanadas no artigo, outros pontos específicos de abordagem incluem, seguindo as análises das respostas, presentes nas transcrições da pesquisa original, a importância da religião e da igreja para a população, sua atuação na capela como estrutura física, especialmente no que tange à reforma e ao subsequente restauro da estrutura, assim como a importância do edifício

religioso, de sua memória e da religiosidade dos habitantes do Cinco Alto da Boa Vista.

Ao utilizar como fonte de estudo a oralidade, é importante ressaltar que ela depende da memória, e esta, por sua vez, é que constitui a história. Pode-se dizer, portanto, que história, memória e história oral são interdependentes, ou seja, uma não se personifica sem as demais, e tanto a memória individual como a coletiva dependem primordialmente do indivíduo. De acordo com Bosi (2004, p. 411), “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

Ao apresentar apenas os relatos orais, chega-se à conclusão de que a igreja deteve, e ainda mantém, primazia como elemento unificador da comunidade, esta altamente religiosa, que cuida da capela com seus próprios recursos, vendo nela o símbolo maior de sua história local, de sua herança e de união. Apesar de haver algumas discrepâncias entre as fontes escritas e orais, as conclusões finais se mostram similares o bastante a fim de gerar um consenso. Para uma análise mais aprofundada das outras fontes, recomenda-se buscar a pesquisa original no repositório da Universidade de Caxias do Sul.

Relatos e memórias

As descrições, pesquisas e anotações escritas acerca da capela de São João da Cruz podem levar o pesquisador apenas até um certo ponto. Diversas informações não foram anotadas nos livros-tombo ou pesquisadas nos poucos trabalhos presentes sobre a região. Deste modo, faz-se imprescindível o uso de fontes orais para a complementação das informações, e é neste aspecto que a História Oral se faz necessária. Os registros orais de moradores, padres, pesquisadores e, de um modo geral, pessoas a eles relacionadas, chegam até onde os registros escritos não alcançam, especialmente ao se tratar de uma comunidade tão pequena. No entanto, é preciso cautela no uso de tais fontes,

pois a fala é carregada de sentimentos e interesses, embora, como afirma Thompson (2002), a escrita tampouco deve estar isenta de tal cautela, pois ela não se estruturou sem a intervenção de um ser humano com interesses.

Dentre diversos autores, Thompson (2002), Alberti (2005) e Delgado (2006) foram os mais importantes na confecção deste artigo. O *Manual de história oral*, de Alberti, providenciou importantes concepções acerca da realização de uma entrevista e da escolha dos entrevistados, enquanto a obra de Thompson, *A voz do passado: história oral*, forneceu uma base histórica e uma justificativa para o uso da fonte oral no trabalho. Já o artigo de Delgado facilitou o entendimento do pensamento de diversos autores, especialmente no que tange à importância que tem a memória para a pesquisa histórica.

Como a igreja de São João da Cruz tem menos de cento e cinquenta anos, os pais e avós de boa parte das pessoas que moram na comunidade hoje estavam vivos durante a construção e a reforma da igreja, isso quando eles mesmos não participaram destes processos. Nesse sentido, a presente pesquisa utilizou-se de entrevistas e roda de conversa, onde diversos entrevistados, no caso, todos moradores da localidade, se reuniram para responder a uma série de perguntas sobre a religiosidade da comunidade e sobre a igreja.

Para a realização das entrevistas, foi seguido um roteiro¹ semiestruturado para abordar essas pessoas, seus conhecimentos, vivências e memórias sobre o local, bem como as histórias passadas a eles por seus pais, avós e bisavós. Ainda, foram entrevistados alguns dos padres que atenderam à paróquia e à comunidade, normalmente em períodos mais recentes. Para facilitar o entendimento, serão referidas essas pessoas apenas como entrevistadas; leia-se, aqui, os moradores, padres e pesquisadores entrevistados. Desse modo, a memória de cada pessoa acerca da igreja foi inestimável para o trabalho. De acordo com Delgado (2006, p. 19):

¹ Os roteiros das entrevistas, ainda que semiestruturadas, estão presentes nos anexos da pesquisa original, presente no repositório de trabalhos da Universidade de Caxias do Sul.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Quanto aos entrevistados, foram escolhidas doze pessoas relacionadas à comunidade. A seleção se deu em função dos objetivos da pesquisa. Segundo Alberti (2005, p. 31):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fazer depoimentos significativos.

Por conseguinte, a escolha de cada uma das pessoas foi pensada por uma razão. Os moradores da comunidade viram e viveram diretamente as transformações da igreja; os padres e religiosos ministraram sacramentos e missas na capela, e tiveram contato direto com a comunidade e sua faceta religiosa; o pesquisador, por sua vez, trabalhou com documentos religiosos das paróquias da região e tem experiência com a pesquisa local.

Todos os entrevistados nascidos no local, somando sete, ao todo, viveram mais de quarenta e cinco anos na comunidade, com idades variando entre 46 e 65 anos. Dois dos entrevistados não nasceram na localidade; um deles é natural do Cinco Baixo, comunidade vizinha, tendo morado mais de cinquenta anos no Cinco Alto, enquanto o outro é de Arcoverde, sede da

paróquia. Dos sacerdotes, um deles trabalhou durante seis anos no local, onde foi vigário e pároco; outro trabalhou durante um ano e meio; e um terceiro nasceu na localidade e viveu lá durante sua infância, retornando periodicamente e auxiliando os padres locais por diversas vezes. Todas as pessoas que colaboraram com as entrevistas assinaram uma autorização para o uso de seus depoimentos, mediante a condição de que seus nomes não fossem expostos. Assim, eles serão tratados como entrevistados seguidos de uma letra, como, por exemplo, “entrevistado A”. A importância do sigilo é ressaltada por Thompson (2002, p. 90), ao dissertar sobre o *Imperium War Museum*:

Quer se chegue ou não a um acordo formal desse tipo, continua a existir uma responsabilidade ética para com o informante que, provavelmente, é mais importante. Ants de mais nada, se a gravação foi feita com um pressuposto implícito de confidencialidade, isto deve ser respeitado. Qualquer citação a partir dela que possa causar transtornos ao informante deve ou ser feita anonimamente, ou com permissão subsequente.

As datas acerca da construção da igreja, por sua vez, variaram com cada resposta. Com uma exceção, a maioria das pessoas estima a construção por volta de 1900, corroborando as informações de Scaratti (2018) e Migot (1989). Estimativas traçadas variam entre 118, 120 e 122 anos. Parece haver um consenso entre as pessoas da comunidade, excluindo-se aqueles que não têm residência no local, levando em conta que ela foi construída em 1896. Um dos habitantes discorreu acerca da existência de um tijolo com a datação 1900 nele, e supõe que seja da construção da igreja. Segundo o morador, o primeiro capitel teria sido construído em 1887, de madeira, e depois teria sido construída a igreja, cuja finalização estaria datada no ano do tijolo. Apesar dessa informação não aparecer em outros locais, ela pode ter mérito, considerando que os primeiros imigrantes chegaram à região no início da década de setenta do século XIX. Segundo o entrevistado A, morador da comunidade:

Se falava muito que começou em 1887, que vieram as famílias, construíram a primeira parte, que teria sido um capitel, um capitelzinho, e depois foi construindo. Mas a princípio ela terminou em 1900, 1800... não, 1900 ela terminou, porque acharam um tijolo com o número 1900 quando eles chegaram em cima, que botaram um carreiro de tijolo. Primeiro foi de pedra, de pedra, de pedra, chegaram em cima botaram um carreiro de tijolo e estava escrito 1900 no tijolo, deve ter guardado meu irmão ali. Que a princípio ela terminou em 1900, mas começou antes (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Outras partes da igreja também foram construídas depois ou até mesmo demolidas. No que se refere ao campanário, há indícios de que tenha sido construído no final da década de 1950, ou início da de 1960; sua construção em tijolo também prova uma técnica de construção diversa do resto da capela. Segundo os membros da comunidade, havia ainda uma pequena sacristia de tijolos ligada à igreja, não sendo da construção original e tendo sido demolida pelos padres.

Os materiais, por sua vez, parecem provir da região. De acordo com os habitantes, as pedras são de basalto, e também são oriundas da região, embora não haja um consenso se a procedência é do Cinco Alto ou de alguma localidade próxima; conforme suas falas, existe uma pedreira no local, mas os padres e pesquisadores parecem concordar que as pedras devem ter vindo de alguma localidade próxima, como Arcoverde ou Carlos Barbosa. Os moradores também citam a construção de outras casas de pedra na localidade, muitas dos primeiros colonos, o que, embora fosse uma prática não muito comum nos primeiros anos da imigração, possui algum fundamento². Segundo eles, o modo de construção teria vindo da Itália, onde os habitantes de

2 Para maiores informações a respeito das moradias dos primeiros imigrantes, ver Giron; Herédia (2007).

Bérgamo e do Vêneto costumavam fazer uso de pedras semelhantes para edificação de suas habitações.

A construção, em consenso dos entrevistados, concordando com as pesquisas existentes sobre a localidade realizadas por Migot (1989) e Scaratti (2018), foi feita de maneira braçal. A partir dos relatos, carroças de boi parecem ter sido usadas para levar as pedras maiores, enquanto os homens carregavam as menores e as mulheres levavam os retalhos nas dobras de seus vestidos. Estes eram postos entre as pedras da igreja. Um dos entrevistados afirmou que as paredes da igreja são duplas, preenchidas com esses retalhos, mas não há confirmação disso. A argamassa, por sua vez, parece ter sido uma mistura de barro e esterco, seguida de areia e cal, conforme reformas foram feitas na estrutura original.

Nenhum deles, no entanto, foi capaz de precisar a quem pertenciam as terras. A narrativa do quinto lote é confirmada, apesar de um dos padres ter falado sobre um travessão do exército, que uma vez passaria sobre onde hoje está a igreja e a dividiria em duas; no entanto, esta informação não está presente nas pesquisas escritas ou nos livros-tombo, e não reapareceu em outros relatos. Segundo o entrevistado B, antigo pároco da comunidade:

Não. O pessoal comenta que existe ali um travessão feito pelo exército, numa época, e ela é construída metade de cada lado, em cima desse tal de travessão. Então ela foi pensada, na hora da construção, também não sei que que era esse travessão, enfim, mas o pessoal comentava bastante dessa, dessa construção bem em cima do travessão, sendo que metade ela está dum lado e metade da outra (Entrevista feita pelo autor, em 18 de outubro de 2019).

Possivelmente, o travessão seja outro nome para a Linha e o lote dos agrimensores imperiais. Quanto ao como as terras acabaram nas mãos da Igreja, as afirmações variaram entre a incerteza e a doação, sendo que, segundo os locais, as terras foram certamente doadas. Ainda em concordância com esses relatos, haveria uma escritura da igreja, onde seria especificada a

doação da terra. Inicialmente, a terra teria estado extraoficialmente nas mãos da Igreja, passando depois para a administração da mitra, que doou uma pequena fração para a construção do colégio, onde o professor morava e cuidava do local. É provável que a escritura tenha sido feita durante a troca oficial de administrações, mas os habitantes não sabem precisar quando isso ocorreu.

Ao se tratar da religiosidade e da própria importância da igreja para a comunidade, diversos aspectos foram abordados. São exemplos da importância da capela: os serviços religiosos realizados dentro da igreja e sua frequência; os eventos e festas comemorados no local e nas comunidades vizinhas, em sua maioria religiosos; a reforma e restauração da igreja, que partiram da própria comunidade; a frequência dos locais nas missas e cultos; e suas percepções acerca da importância da capela para a comunidade e para si próprios.

Enquanto os entrevistados falavam, especialmente quando de suas experiências particulares, as entrevistas foram além do proposto nas perguntas para a religiosidade da comunidade. Por conta disso, embora seus relatos não tenham sido interrompidos, boa parte das informações não foi utilizada. Processo semelhante se deu quando das falas acerca da restauração, que serão abordadas a seguir. Era, porém, esperada tamanha quantidade de informações, pois estão presentes nas entrevistas propostas pela História Oral os atos de lembrar, falar e escutar. A este respeito, Delgado (2006, p. 23) afirma:

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e lembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado.

Os principais eventos e serviços ocorridos na igreja são casamentos, enterros e batizados, bem como velórios, missas de sétimo dia e de corpo presente, catequese e missas dominicais. Bodas de prata e de ouro, bem como festas de aniversário e crismas, ocorrem periodicamente na igreja, sendo esta última não mais realizada na capela, de acordo com os moradores. Também segundo os relatos, a missa era rezada em latim e havia um coral estabelecido. O coral é mantido até hoje, porém seus cânticos são em português e no dialeto local, pertencente à vertente de Bérghamo, - diversa da vertente veneta do talian -, ao invés de latim, que foi deixado de lado pouco tempo após o Concílio do Vaticano II.

Segundo os padres, as missas dominicais são bem frequentadas, e as missas festivas atingem grande quantidade de pessoas, muitas de fora da comunidade. Os cultos, de acordo com os moradores entrevistados, são menos proeminentes, mas têm participação efetiva da comunidade, especialmente na reza do terço. Seus relatos, corroborados por todos os entrevistados, também dão conta de explicar a presença das pessoas de fora da comunidade; em sua maioria, são pessoas que habitavam a localidade, porém migraram para os centros urbanos, como Porto Alegre ou Novo Hamburgo, e tendem a retornar durante as missas festivas. Outra explicação acerca das pessoas é a presença de integrantes das comunidades vizinhas, uma vez que as localidades de Quinze da Boa Vista, Linha Trípoli, São José, Linha Trípoli Nossa Senhora de Lourdes e Cinco Baixo da Boa Vista já tiveram seu centro no local. Por fim, pessoas que visitam o roteiro turístico Bergamasco costumam passar na igreja e, desde a reforma de 2007, os moradores perceberam um maior número de turistas e o aumento de casamentos de pessoas de fora da comunidade na capela.

Um aspecto de grande vulto no quesito religioso da comunidade é a relevância que é dada às festas, destacando novamente a importância da memória dos entrevistados (THOMPSON, 2002). Duas delas são celebradas particularmente na igreja de São João da Cruz, embora outras aconteçam rotineiramente na comunidade. São elas: a Festa de São João da Cruz,

padroeiro da comunidade, e a Festa de São Valentim. A primeira delas, de São João, tem menor vulto, sendo uma festa de caráter mais comunitário, onde apenas membros da comunidade costumam aparecer. Ela é realizada em novembro, no domingo mais próximo do nono dia do mês, e os moradores calculam uma participação de cerca de quatrocentas a quinhentas pessoas, havendo uma missa que celebra a história do santo, seguida por um almoço com pratos tradicionais da imigração italiana. A menor participação em relação à festa de São Valentim não é creditada apenas à popularidade do santo, mas também à falta intencional de divulgação e à época, uma vez que fevereiro poria juntas as férias escolares e o Carnaval, facilitando a vinda das pessoas que não mais moram na comunidade, o que infla o número de pessoas. Como diz o entrevistado C, morador da comunidade:

A divulgação e a época, acho que a época facilita bastante. É porque o pessoal está de férias, se pegar agora, por exemplo, o mês de dezembro, festa em tudo que é lugar, apesar que fevereiro também tem, mas quando tem as crianças? É colégio, é... tem, por exemplo que agora começa, semana passada teve a primeira comunhão, logo vai ter crisma, aí depois vai chegar fim de ano, vai chegar férias e tal, e o dinheiro... (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Já a festa de São Valentim tem maior comparecimento. Apesar de, em outras partes do mundo, o santo ser visto como patrono do amor, na comunidade, ele é tido como padroeiro daqueles que sofrem com males epiléticos, tendo forte adoração. Como maneira de abrir as celebrações, é feita uma procissão que parte de um trevo rodoviário próximo, localizado na Rota do Sol, e que vai até a capela, com a imagem de São Valentim sendo carregada pelos fiéis ou levada de caminhonete por volta das nove horas da manhã. Em seguida, é realizada a bênção dos carros e dos devotos, auxiliada pelos ministros, e a celebração religiosa dentro da igreja. Após o evento religioso, o grande número de pessoas se dirige ao salão para comer um churrasco ou, segundo uma tradição local, compra um espeto e come em

mesas postas ao redor da capela e do salão comunitário. Os moradores afirmam serem demasiados os participantes para contar, mas nenhuma de suas estimativas fica abaixo de mil pessoas.

Outras festas locais incluem: uma festa conjunta entre as comunidades do Cinco Alto e do Cinco Baixo da Boa Vista, que ocorre em uma gruta no limite dos dois municípios e tem uma cavalgada proporcionada por grupos tradicionalistas, seguida de uma missa campeira; a festa de Nossa Senhora de Caravaggio, que foi deixada de lado por um tempo por conta da construção de um novo capitel para a santa. Ela tem comparecimento expressivo de pessoas e o autor deste trabalho esteve pessoalmente na inauguração do capitel, onde foi celebrada uma missa com grande vulto comunitário; e as festas religiosas tradicionais, como Natal e Páscoa. Embora festas dessa natureza, juntamente com Corpus Christi e outras de mesmo gênero, ocorram majoritariamente na igreja matriz em Arcoverde, os padres entrevistados destacam a requisição de celebrações periódicas durante as datas festivas, e os moradores fazem questão de expor que, mesmo que não haja uma missa na localidade, há sempre uma pequena celebração além da missa na matriz, seguida de confraternização no salão comunitário, especialmente durante o Natal. Como diz o entrevistado D, morador da comunidade:

O Natal também; nós temos uma festa grande no Natal. Aqui o natal é bem grande. Durante o ano a gente faz alguns eventos, o grupo, o grupo, tem um grupo que coordena, de cada um os valores, e depois no Natal a gente faz encenação, e faz coquetel, enfeita a rua toda ali, a avenida, aqui ao redor da igreja, olha... (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

A frequência com que as pessoas vão para a igreja também parece ser elevada. Segundo os padres, a comunidade é muito religiosa, com forte tradição católica. Segundo os próprios moradores, as missas têm grande comparecimento, enquanto os cultos e rezas têm menor vulto, porém ainda contam com participação expressiva da comunidade. Em sua quase totalidade, os entrevistados do local afirmaram ir à igreja com frequências variando de

“regularmente” até “todos os domingos”. O próprio fato de haver uma equipe de pessoas, composta e organizada pelos ministros, presente todos os domingos na capela, já evidencia um comparecimento forte dentro da comunidade. Dentre as razões citadas para um eventual não comparecimento, a mais prevalente é a de festas, muitas vezes religiosas, nas localidades vizinhas. Das pessoas presentes na própria localidade, um número mínimo foi indicado como não católico. De acordo com o entrevistado A: “Toda católica. Ah! Tem um que outro que não são agora aqui, aqui debaixo, mas isso é, eu te diria uma, ou duas, três pessoas, dá pra contar nos dedos aí. Muito pouco” (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Ao serem questionados acerca do porquê de tamanha religiosidade, os entrevistados citaram principalmente a tradição, legada de seus ancestrais, com forte vinculação à Igreja. Além disso, o monoteísmo católico apareceu em declarações de fé, e a capela física como local de congregação comunitária e cultural. Ela aparece nas narrativas dos moradores como ponto de encontro da população local, sendo que a missa é onde as pessoas se encontram e o almoço após a missa toma o papel social ao promover uma interação interpessoal entre grupos que, normalmente, por conta da distância entre suas casas, não se encontrariam. A própria voluntariedade das pessoas em relação às obras da igreja, que serão abordadas a seguir, em comparação com as esportivas, é indicativa, bem como a presença de diversos padres e freiras nascidos no Cinco Alto. Como diz o entrevistado D:

[...] Mas mesmo assim é uma coisa assim que, por exemplo, se é pra fazer a catequese, é muito mais fácil angariar fundos para fazer a catequese, se houver a necessidade, agora se é pra fazer um jogo de futebol, levar essa gurizada pra um torneio também, um campeonato, uma coisa ou outra, já se sente que as pessoas não estão mais assim tão dispostas, ou não tem aquela, aquele sentimento, aquela conscientização que também é um trabalho bom, não é só vir aqui, rezar, dizer amém, bah, então essa é a pessoa boa, não, tem que ver também o trabalho que é feito não só dentro da igreja, mas fora [...] (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Apesar disso, houve algumas contestações. O sentimento religioso da comunidade foi posto em dúvida não por conta da população local, mas do êxodo que acontece hoje nas regiões rurais. Diversas pessoas, especialmente os mais jovens, tendem a sair da localidade para morar nos centros urbanos, como é o caso daqueles que migraram para Porto Alegre e retornam nos dias festivos. Isso faz com que o número de jovens na comunidade, em porcentagem, seja relativamente pequeno se comparado ao da sede municipal. Quanto ao sentimento destes jovens, são dúvidas as percepções. Os padres entrevistados mantêm um discurso de que, apesar da pouca presença, os jovens locais são participativos, e relatos acerca das comunhões parecem atestar isso. Por outro lado, os moradores e as pessoas vizinhas têm opiniões mais diversificadas; alguns falam que, apesar de a comunidade já ter sido mais religiosa, ela ainda permanece assim, enquanto outros dizem que a religiosidade está visivelmente diminuindo e pode vir a ser substituída por objetivos de natureza mais seculares. Segundo o entrevistado E, pesquisador da região:

Sim, ela vai diminuindo e continua diminuindo. Permanecem os prédios, e precisam ser mantidos, então ainda há pessoas que tem esse interesse, por terem aquele sentimento que nem eu tenho, que foi passado pelos pais, que tem que manter, tem que construir, que tinha que obedecer, que tinha que fazer, mas que as gerações novas não fazem mais isso, não fazem mais isso. Tanto é que você ouve falar assim... as crianças fazem crisma lá por doze anos, por aí, treze anos, talvez menos, até dez agora, aí eles dizem assim “ah, ainda bem que terminou, não vão mais me enxergar”. Então a catequese não funciona, que se você foi bem catequisado, você foi bem convencido espiritualmente, você jamais falaria isso. Então você tá vendo que eles não... nem pensar, então eles vão até essa idade, e depois você não vê mais, você não consegue mais arrastar. Talvez no Natal, na Páscoa, aí porque a comunidade toda se envolve, aí tem alguma coisa diferente, então eles podem até ir na missa, aí enche as igrejas, mas no mais... Então a religiosidade, ela está perdendo o campo por outras, que estão por aí, novidades que acabam assimilando, conquistando a juventude (Entrevista feita pelo autor, em 17 de outubro de 2019).

Apesar disso, e procurando não se alongar em previsões, historicamente e atualmente, mediante os relatos da maioria dos entrevistados, a religiosidade da comunidade parece sólida. Ao serem questionados acerca da importância da igreja para a comunidade e na vida de cada um deles, os entrevistados, de modo geral, falaram sobre a centralidade da capela para a comunidade e suas vidas; por muitas vezes se detiveram em outros aspectos não relacionados à igreja, mas além de isto ser uma forma de demonstrar o entrosamento entre igreja e comunidade, deve-se pacientemente levar o entrevistado de volta ao assunto da discussão (ALBERTI, 2004). Este papel, por sua vez, seria agregador, pelas razões já mencionadas acima, e também parte da história de cada um deles, pois, em sua grande maioria, os moradores se casaram ali, e muitos foram batizados, fizeram a primeira comunhão ou foram crismados na capela, sendo que a maioria possui familiares ali sepultados. Ainda na questão de memória, casamentos de familiares também foram ligados à capela e sua importância, assim como uma aguda percepção de que ela pertenceria à comunidade, e a mais ninguém. Os argumentos religiosos da manutenção da fé e da própria crença, expressa na necessidade da manutenção da casa de Deus e na preocupação com uma vida espiritual e pós-morte, também apareceram.

Dentre os padres, uma visão do respeito proferido ao sacerdote, a despeito das anotações presentes nos livros-tombo da paróquia, foi marcada, assim como uma forte relevância da capela na centralidade da vida cristã, o que, por sua vez, implica, indiretamente, o reconhecimento da filosofia de origem católica que marcou a imigração. Historicamente, os moradores também denotaram a importância da preservação da capela enquanto parte da vida de seus avós e bisavós, reconhecendo o grande valor da história do edifício em sua comunidade. Entre aqueles não pertencentes à comunidade, essa perspectiva também foi mencionada, em conjunto com a importância social, já retratada anteriormente. O maior indício da centralidade da igreja para a comunidade possivelmente veio na forma da reforma, feita em 1963, e da restauração, realizada em 2007.

A reforma de 1963 foi efetuada em virtude, de acordo com os moradores, de uma troca de diretoria que imaginou, segundo os padrões estéticos da época, que a igreja deveria ser pintada. Existem discrepâncias acerca das cores internas da igreja, especialmente porque cada mudança de diretoria que ocorria vinha seguida de uma nova mão de tinta; externamente, o branco e os tons claros parecem ter sido padrões. Os materiais utilizados durante as primeiras pinturas foram cal e tinta, seguidos de cal de barril e areia; há pouco tempo, foi posta uma camada de granilha ao redor da parte interna da igreja, em conjunto com uma nova pintura em cima das antigas. Como fala o entrevistado A:

Quando foi feito os rebocos? Quando foi feito, quando eles passaram a primeira... a primeira vez eles passaram cal com tinta; eu não vi. Depois passaram a cal pura, que é a cal de barril, passaram e com um reboco de, um reboco assim de... cal de barril que eles passavam com os dedos assim, com as mãos, e o último reboco que, o antepenúltimo reboco foi com cimento e areia. Esse male mal me lembro, não sei se foi uma reforma, ou se foi o reboco mesmo. Agora, quando depois do reboco, de areia e cimento, passaram a granilha daí eu me lembro da granilha... a granilha não é muitos anos, faz uns quinze anos, por aí (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Em algum ponto posterior, como já mencionado, foi construído o campanário da igreja, que aparece nas fotos mais recentes pintado com as mesmas cores da capela. Em conjunto, foram adquiridos os sinos que substituiriam o antigo, improvisado em um ramo de plátano; foi trocado o assoalho de madeira por um assoalho de ladrilhos hidráulicos que permanece até hoje; e foram trocados os antigos bancos e portas de madeira por substitutos mais contemporâneos. Infelizmente, a falta de anotações e de memória acerca da reforma impossibilita uma análise mais aprofundada sobre esta.

A restauração de 2007, por sua vez, partiu de uma iniciativa comunitária. Após uma reunião do conselho da comunidade, foi marcada uma

nova pintura para a igreja, pois o reboco anterior estava ondulado e caindo. Ao retirarem o reboco, os pintores contratados perceberam que havia pedra embaixo, e, conforme retiravam um pedaço da pintura, outro caía, de modo que uma parte inteira da parede ficou exposta. Isto, por sua vez, gerou a convocação de outra reunião comunitária, onde foi proposta a ideia de se retirar toda a pintura e deixar novamente a igreja de pedra, como ela era quando foi construída. Aparentemente, essa restauração teve aconselhamento de pessoas especializadas, mas os mesmos pintores que haviam sido contratados anteriormente, ainda que não totalmente capacitados, ficaram ao encargo dela por terem feito trabalho semelhante na igreja matriz de Carlos Barbosa.

A restauração parece ter gerado uma profunda divisão da comunidade. Segundo os entrevistados, um grande grupo de pessoas, incluindo as mais idosas, foi contra a reforma. Inicialmente por conta de uma questão monetária, uma vez que o orçamento chegou a ser cerca de dez a trinta vezes maior que seu valor original, mas também em decorrência de um sentimento de que a reforma estaria retirando a beleza da capela e destruindo o trabalho que elas haviam feito. Houve pessoas que, mesmo após o convencimento da maioria da comunidade e a decisão final de reformar a igreja, recusaram-se a sequer ir à capela por um certo tempo. Após sua finalização e o aumento do fluxo de turistas, porém, elas parecem ter voltado à comunidade religiosa. Essa informação não aparece em outras fontes e, apesar de plausível, como diz Thompson (2002), é necessário cuidado ao analisar uma evidência dessa natureza.

O processo realizado deu conta dos altares, das paredes, do teto e de toda construção de um modo geral. Poucas coisas foram substituídas, como algumas tábuas no teto, a base das janelas, que era feita de tijolo e já estava erodida demais para recuperação, os vidros destas, e algumas partes dos altares, como o ambão. As imagens dos santos, incluindo aquela de Nossa Senhora de Caravaggio, que hoje se encontra no capitel na entrada da cidade e que possivelmente veio da Itália, foram restauradas, configurando cinco

presentes na igreja atualmente: São João da Cruz, São Valentim, São Roque, Santa Terezinha e outra imagem de Nossa Senhora de Caravaggio, que, segundo pesquisas dos próprios moradores, pode ter sido a primeira padroeira da igreja.

O custo, orçado inicialmente em cerca de dez a quinze mil reais, acabou aumentando exponencialmente conforme novas obras eram realizadas e novos serviços eram requeridos, acabando em cerca de trezentos mil reais. A devoção da comunidade e sua preocupação com a capela também aparecem fortes aqui, onde a questão econômica se evidencia com maior força, pois, segundo os entrevistados, a imensa maioria dos recursos utilizados para a restauração, incluindo materiais brutos, foi obtida de doações ou arrecadações monetárias na forma de festas e rifas, amplamente divulgadas pelo esforço comunitário. Boa parte dessa quantia parece ter vindo da própria comunidade, incluindo aqueles que se mostraram relutantes, a princípio, em relação à ideia da reforma. Portanto, ao menos uma preocupação dos membros da comunidade com a capela fica evidenciada nessas ações, que tanto custaram à população local. Como afirmou o entrevistado D:

Mas aí depois, com o tempo, aí, hoje, te digo eu que todo mundo tem orgulho. Chega ali o pessoal, se eu chegasse ali pegasse qualquer pessoa ali, “a gente gostaria de ver a igreja”, “sim senhor, vou mostrar pra vocês, deixa eu pegar a chave lá no salão”. Então é uma coisa que tu tem que conquistar, sabe que essas coisas são assim (Entrevista feita pelo autor, em 28 de outubro de 2019).

Considerações

Ao analisar as fontes orais coletadas para a pesquisa, pode-se inferir acerca da importância da História Oral no preenchimento de lacunas quando não existem muitos documentos escritos ou vestígios arqueológicos para análise; de forma semelhante, pode-se delinear as precauções necessárias no

emprego dessa metodologia. Para além disso, é possível tirar conclusões sobre diversos pontos de importância da trajetória da igreja na localidade.

Pode ser, também, inferido sobre a datação da construção do edifício, no início do século passado, e sobre os meandros de sua reforma e restauro, respectivamente na segunda metade do século XX e no início desse século; seu custo, seu processo, o engajamento da comunidade e sua repercussão. É possível abordar a origem do material da construção, em sua grande maioria local, bem como o processo empreendido pelos habitantes para a construção de seu santuário, primeiramente de forma artesanal a partir do esforço deles. Acerca da propriedade da terra, tem-se contradições, mas os aportes escritos presentes na pesquisa original permitem a confirmação da narrativa do “quinto lote” e do pertencimento da igreja à comunidade.

Igualmente, os relatos permitem o delineamento dos principais eventos ocorridos na igreja, como casamentos, velórios, comunhões, crismas, festas e, é claro, missas. Essas são normalmente bem frequentadas e, em conjunto com as entrevistas, é possível concluir que a comunidade dá grande importância para a igreja e vê nela seu grande nexo de união, tanto histórico como cultural, sendo, nesse aspecto, as festas de São Valentim e São João da Cruz as mais importantes manifestações para os moradores.

A análise exclusiva dos relatos orais demonstra, pois, uma população consciente de seu patrimônio, que vê a igreja como um dos, senão o, centro de sua vida comunitária, nexo central de suas expressões culturais, festejos e de sua identidade local, seguindo o padrão das comunidades de descendentes de italianos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul
V Simpósio Internacional XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro

DELGADO, Lucília de A. N. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MIGOT, Aldo Francisco. **História de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa: Prefeitura Municipal; Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdUCS, 1989.

SCARATTI, Senir Antonio. **Arco Verde e a Linha Boa Vista**. Carlos Barbosa: Ed. Do Autor, 2018.

THOMPSON, Paul R. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Brincadeiras e imigração italiana: vivências no sul e sudeste do Brasil

Manoela Grazziotin Rodrigues
Universidade de Caxias do Sul - UCS
mgrodrigues3@ucs.br

Introdução

Os imigrantes italianos, atravessando o Atlântico, trouxeram consigo sua cultura e costumes, instalando-se principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, muito influenciaram nas vivências do país, espalhando seus hábitos europeus entre os brasileiros e posteriormente, ítalo-brasileiros.

As crianças em especial, trouxeram sua maneira de ver o mundo através de suas brincadeiras, esses pequenos viajantes chegaram num novo lugar trazendo suas referências de infância da terra natal. Dentro dos limites do estudo, buscar-se-á compreender um pouco sobre o modo de vida das crianças imigrantes italianas e dos ítalo-brasileiras, percebendo como as brincadeiras foram e são importantes na cultura infantil, assim também para o restante do grupo, como memória social e afetiva.

Conhecer mais sobre as brincadeiras que fizeram parte da vida dos antepassados da região sul e sudeste, nessa perspectiva da imigração italiana, e que compõem a nossa história, cultura e memórias, é uma curiosidade que surge na temática da revisão. Sabendo da importância do ato de brincar para a criança, sendo seu momento de aprendizagem e construção de visão de mundo, assim como produção de cultura, essas memórias de brincadeiras, objetivam perceber a criança como sujeito social ativo, transformador do meio em que vive. É objetivo também, enxergar as brincadeiras como reflexos sociais, desde a imitação, o faz de conta, até as denúncias que carregam, concomitante a serem exposição ingênua e sincera da realidade do local e da época.

Ao olhar a criança como parte fundamental da sociedade, será visto como foi a chegada dos filhos e filhas de imigrantes italianos numa nova e estranha terra, também alguns registros de memórias de infâncias nas colônias, para breve compreensão dessas experiências de vida. Dessa forma, a metodologia utilizada para o estudo é a revisão bibliográfica de algumas obras, principalmente, “Bambini Brasiliani”, organizada por Eliane Mimesse, e outras produções acerca do tema, assim como pesquisa em sites, sobre as brincadeiras ditas de origem italiana, por exemplo, *italiaequi.com.br*.

A metodologia utilizada para o estudo, é a revisão bibliográfica primordialmente do livro *Bambini Brasiliani: A Infância das Crianças Italianas e Ítalo-Brasileiras* (2014), organização de Eliane Mimesse, com memórias registradas através de entrevistas. Trabalhos, como o de Heron Fernandes (2011), também contribuem para a compreensão. Compõe o texto também, pesquisa em sites: *italiaequi.com.br.*, revista *super abril*, e *BBC News Brasil* (2015), entre outros.

Antes de tudo, para compreender essas infâncias do fim do século XIX e início do século XX, é preciso saber que são muito distintas das que se vivenciam hoje, em modo geral, eram infâncias apressadas, com famílias populosas, casamentos precoces e com a rotina de constante trabalho. Os conceitos de infância passaram, no século XX principalmente, por significativas reflexões, desde o modo de como perceber as crianças até nos métodos utilizados para a promoção da sua educação como sujeito de direitos. A brincadeira e a ludicidade ganham visibilidade nesses estudos, as crianças ganham atenção no meio social, desse modo, busca-se mostrar que o ato de brincar além de ser sua principal e espontânea forma de expressão, fora também em tempos de colonização, ato de resistência às dificuldades por elas encontradas. A brincadeira é uma herança cultural.

Como resultado da revisão, o texto reúne algumas das brincadeiras, jogos e cantigas consideradas de origem italiana, possivelmente trazidas nessa instalação desse povo, que serão compartilhadas nas escolas como sugestões de propostas lúdicas, a fim de não caírem no esquecimento de planejamentos

pedagógicos e momentos familiares, sendo elementos constitutivos de parte da cultura da região sul e sudeste do Brasil. O texto é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul/RS.

Conceitos de infância (s)

Crianças sempre existiram, independentemente das concepções que se tinham delas. O que vem se modificando ao passar do tempo, são as percepções que se tem sobre elas e as funções sociais a elas atribuídas. A infância nem sempre foi tratada com especificidade, teórica e metodológica, acerca de suas necessidades e direitos. Pelo contrário, são relativamente recentes os estudos que se dedicam a ela, atentos ao desenvolvimento integral dessa fase da vida humana.

Envolvendo questões biológicas, religiosas, culturais e as transformações sociais, esse período e o entendimento sobre ele, foram concomitantes se reestruturando. Sendo considerada, a criança na Idade Média, um mini adulto com funções praticamente iguais aos adultos efetivos, após vista como continuidade da família, evidenciando-se a falta de sentido de infância.

A origem etimológica da palavra infância, em latim, vem de “*in-fan*” que significa “ausência de fala” *fan* – falar, *in* – sua negação. (PAGNI, 2010, p. 100). Ou seja, aquele que está em período de infância não tem voz, não possui as capacidades necessárias de formular uma fala articulada o suficiente para interagir com os demais do grupo, apenas ouvia e obedecia.

Segundo, NIEHUES e COSTA (2012) amparadas por Heywood (2004), o sentimento de infância surge por volta do século XVIII no discurso cristão do “culto ao menino jesus” e do “massacre dos inocentes” praticado por Herodes (NIEHUES e COSTA, 2012, p. 285), onde a ideia de criança mediadora entre o céu e a terra é disseminada, e que dela poderiam vir falas de sabedorias. Após o sentimento surgir, vieram também as teorias. “A partir

daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios.” (NIEHUES e COSTA, 2012, p. 285). As autoras ainda afirmam que nesse contexto, a criança é vista como um ser para ser amado e educado, englobando concomitante o sentimento de família.

E desse modo, sucessivamente, diversos pensadores estudaram as formas da aprendizagem infantil, sendo diferentes do adulto, com suas especificidades de desenvolvimento, como **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778), Friedrich Froebel (1782-1852), *Jean Piaget* (1896-1980), *Lev Vygotsky* (1896-1934), *Henri Wallon* (1879 - 1962), entre outros estudiosos que contribuíram para os conceitos que ainda fundamentam as práticas pedagógicas e estudos infantis hoje.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, descrevem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009, art. 9º, apud BNCC, 2018, p. 37).

De maneira breve, é possível perceber que a visão social e cultural que se possui sobre a criança e sua fase de infância, veio ao passar dos séculos, se ressignificando. No entanto, quanto ao estudo da imigração dos pequenos italianos, se tratando do fim do século XIX, e início do século XX, ainda se percebe que os direitos das crianças ainda não estavam totalmente em vigor, nitidamente com trabalho em primeiro plano e suas necessidades em segundo.

Leite (2006), afirma que a infância está marcada pelos conceitos atribuídos a ela em cada determinado tempo, não seguindo uma norma de padrões biológicos, mas culturais e sociais. “[...] a infância não é uma fase

biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica.” (LEITE, 2006, p. 21 apud MIMESSE, 2014, p. 8).

Para conscientização, por que será referido a palavra infância no plural, *infâncias*? A publicação da rede marista simplifica bem essa escolha gramatical, quando afirma: “estamos nos referindo a um universo complexo e vasto. As crianças compreendem o mundo de um jeito bastante próprio.” (redemarista.org.br, s/d., s/p.)¹.

Essa forma, garante que se trate dessa fase com suas particularidades, cada história é única, as experiências são distintas, a infância das crianças imigrantes italianas não foi a mesma de crianças filhas de escravos negros no Brasil, assim como não são as mesmas dos filhos da elite, ou das crianças do ano de 2000 e as que hoje vivenciam um período de pandemia e de distanciamento social, as infâncias brasileiras não são as mesmas nem no decorrer do território brasileiro, modificam de costumes, dialetos, climas, fatores sociais, econômicos e afins.

Não há uma maneira de vivenciar esse período da vida. Por isso, refere-se a *infâncias*, com s. No plural.

A imigração das crianças italianas

Sobre a imigração italiana, é possível constatar impactos culturais no cotidiano brasileiro, principalmente na região sul e sudeste. Dos diversos povos que adentraram o país em busca de trabalho, os italianos foram um destes, chegaram trazendo sua língua, culinária e religião, traços presentes nos dias atuais e que marcam a história do país e de sua população.

¹ Disponível em: <https://social.redemarista.org.br/nossas-noticias/por-que-falar-de-inf%C3%A2ncias-no-plural>. Acesso em 18 mai. 2021.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², “A imigração subvencionada se estendeu de 1870 a 1930 e visava estimular a vinda de imigrantes: as passagens eram financiadas por fazendeiros e pelo governo brasileiro, bem como o alojamento e o trabalho inicial no campo ou na lavoura.” (IBGE, s/d., s/p.). Os contratos eram referentes não somente ao local de instalação, mas determinavam também as condições de trabalho, que geralmente eram duras. Ainda no site é possível compreender “A imigração subvencionada estimulava a vinda de famílias, não de indivíduos isolados, nesse período chegavam famílias numerosas, de cerca de uma dúzia de pessoas, integradas por homens, mulheres e crianças de mais de uma geração.” (IBGE, s/d., s/p.).

Com a vinda dessas famílias, destaca-se a chegada de “*crianças de mais de uma geração*”, estas viajaram um longo percurso, tiveram que se adaptar a mudança de vida com a imigração para o Brasil, mas também trouxeram suas memórias e referências da sua nacionalidade, são provavelmente propagadoras de algumas brincadeiras presentes até hoje na rotina infantil brasileira.

Eliane Mimesse, em seu livro “Bambini Brasiliani: A Infância das Crianças Italianas e Ítalo-Brasileiras”, aborda a imigração de italianos da região do Vêneto que se instalaram na cidade de São Caetano - SP, explica que “Os entraves por eles vividos podem ser listados a partir da viagem de vinda para o Brasil, quando grande número dessas crianças não resistiu às intempéries do trajeto. Como também às condições climáticas, às moléstias e às diferenças alimentares encontradas quando da chegada na nova terra.” (MIMESSE, 2014, p. 5 - 6.). É possível ainda ler na obra que apesar dessas dificuldades encontradas pelos pequenos, muitos adaptaram-se às novas condições e forma de vida, mas “são obrigadas a negociar com as novas

² Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/razoes-da-emigracao-italiana.html>. Acesso em 25 de abr. 2021.

culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (LUCHESE; MIMESSE, 2014, p. 17).

Segundo ainda a autora, as infâncias dos imigrantes italianos, eram marcadas pelas moléstias e pela morte, a alta taxa de mortalidade infantil, principalmente no primeiro ano de vida, a rara comemoração de aniversários, as práticas alimentares, a recorrência a amas de leite (mães que perderam seus bebês e podiam amamentar outros, tornando-se um problema, algumas preferiam a venda do leite materno e acabavam desnutrindo os próprios filhos), a pouca frequência na escola. (MIMESSE, 2014, p. 30).

Quando o falecimento era dos irmãos mais velhos, os mais novos sobreviventes, acabavam ocupando muito cedo os papéis desses irmãos falecidos, os registros eram tardios, podendo ser de até anos após o nascimento, registros de nomes e sobrenomes errados também foram comuns, pelas diferenças da língua e a dificuldade de compreensão dos povos diferentes.

No entanto, apesar das adversidades que rondavam suas infâncias, a brincadeira, não foi dissociada das outras práticas cotidianas dos imigrantes italianos. Com isso, essas brincadeiras possibilitaram, em tempos mais duros para as crianças, alegria e imaginação para enfrentar a dura rotina nas colônias.

Brincar é uma forma de viver

O ato de brincar além de ser a forma natural de expressão das crianças, fora também em tempos de colonização, ato de tenacidade às dificuldades por elas encontradas, “[...] falar da brincadeira das crianças é também falar de suas práticas de resistências e enfrentamento” (CARVALHO; MIMESSE, 2014, p. 12).

Percorrendo grandes distâncias a pé para irem à escola, o trabalho constante, na segregação de gênero, os meninos saíam com o pai para o

trabalho da roça, enquanto as meninas auxiliavam a mãe no serviço da casa e no cuidado com os irmãos menores, trabalhos estes que determinavam a carga horária destinada às atividades escolares “[...] mesmo assim, ainda existia a possibilidade de as crianças se divertirem, brincando com os amigos em frente de suas casas, no local que poderíamos denominar de rua, [...]”. (MIMESSE, 2014, p. 26). Destaca-se a brincadeira, independente da época ou regionalidade, a ação espontânea da criança é brincar.

As crianças nas colônias adaptavam aos afazeres diários, incorporando suas brincadeiras, “ainda existia a possibilidade de alegrarem seus trabalhos, incorporando algumas brincadeiras nesse cotidiano”. (MIMESSE, 2014, p. 41). Heywood (2004, p. 164) completa a ideia quando traz “as próprias crianças costumavam dar um jeito de aliviar seus fardos, combinando o trabalho e as brincadeiras, fosse por conta própria, fosse com os outros.”. (HEYWOOD, 2004, p. 164, apud MIMESSE, 2014, p. 41).

Heron Fernandes (2011, p. 40), analisando as contribuições dos descendentes italianos nas brincadeiras e jogos do município de Nova Veneza – SC, demonstra que nessa região, na década de 40, os domingos eram dias guardados, conforme a igreja ordenava, sendo o dia da semana que se reuniam para brincar com os primos e amigos, após o terço.

Em “Bambini Brasiliani”, pode-se constatar, que a diversão encontrava maneiras de acompanhar as crianças e seus trabalhos, “ainda existe alguma dúvida de que não era divertido esmagar as uvas com os pés? Ou lançar tijolos uns para os outros? Ou mesmo quando cuidavam dos irmãos mais novos, a brincadeira de *Mamãe e Filhinho* era concreta!” (MIMESSE, 2014, p. 50.) A autora afirma que os entrevistados ao recordarem da infância “demonstravam muita felicidade e alegria quando o assunto era referente às brincadeiras.” (MIMESSE, 2014, p. 50.)

Hoje nas Escolas de Educação infantil, sabendo de todo o planejamento e preparo para o cuidado com os momentos de lazer, de expressões livres, é intrigante pensar numa rotina de trabalho dos pequenos, mas ao mesmo tempo

um pouco mais confortante saber que, para a realidade da época tratada, eram felizes, pelos relatos trazidos no livro, era o normal.

Como aponta Maschio (2014), a casa, o trabalho, a escola e a religião eram elementos socializadores da infância *contadina*³, reforça a ideia de que “ao contrário do que possa parecer, a condição do *ser* criança não foi negada nas comunidades camponesas imigrantes e descendentes.” (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 81). A autora realiza pesquisa de infâncias camponesas nas colônias italianas de Curitiba – PR.

Brincadeiras, brinquedos, jogos e cantigas encontrados como oriundos e/ou praticados nas colônias italianas

Há muito tempo, os jogos e entretenimentos ganham espaço notório nas civilizações, como na Roma Antiga, a. C. Com funções e operacionalidades distintas das de hoje, os jogos e brincadeiras acompanham o ser humano perpassando os séculos. Com raízes às vezes desagradáveis, as brincadeiras são disseminadas de cultura para cultura, de geração em geração.

Em pesquisa no site italiaequi.com.br⁴ e no blog coisadeitaliano.com.br⁵ em publicação intitulada “*Brincadeiras populares com origem italiana*”, encontram-se registros de supostas brincadeiras oriundas desta região da Europa que se espalharam pelo Brasil através das imigrações e miscigenações de culturas.

A primeira brincadeira apresentada pelo site é “Cara ou Coroa”, que consiste num jogo de sorte, segundo o site, “Ela até pode ter sido criada com a intenção de ser uma brincadeira, mas hoje é utilizada para ajudar a tomar

³ Camponesas.

⁴ Disponível em: <https://italiaequi.com.br/brincadeiras-populares-com-origem-italiana/>. Acesso em 25 abr. 2021.

⁵ Disponível em: <https://coisadeitaliano.com.br/2019/12/27/brincadeiras-populares-com-origem-italiana/>. Acesso em 25 abr. 2021.

decisões.”, para jogar, se escolhe um dos lados de uma moeda, cara ou coroa, cara é a figura estampada na moeda e coroa é o lado com o valor destacado. Ao arremessar para cima a moeda e após pegá-la, se exhibe na mão “a sua resposta”, o lado exposto determina o vencedor. Na fonte ainda é possível destacar “[...] surgiu na Roma antiga conhecida como *navia aut caput* que significa “cara ou navio” em referência as imagens da moeda utilizada na época. De um lado o navio, de do outro, a cara do deus da mitologia Janus.” (italiaequi.com.br, s/d., s/p.).

Informação semelhante encontra-se no site da revista Super Abril, na publicação de Jessica Soares, em 25 Maio 2017, “*Conheça a origem de 6 brincadeiras populares*”, onde destaca-se que a brincadeira seria praticada desde aproximadamente 300 a. C. e reafirma a referência do deus mitológico Janus, a embarcação e os usos da brincadeira, sendo praticada antes de uma partida de futebol, por exemplo.

O segundo registro é a brincadeira “Par ou ímpar”, que também é baseado na sorte e escolha predeterminada, se escolhem par ou ímpar, utilizada para decisões de quem será o primeiro a jogar em outra brincadeira, por exemplo. Num círculo, ao apontar alguns dedos da mão no centro, a soma desses, podendo ser de números pares (0, 2, 4, 6 e 8) ou ímpares (1, 3, 5, 7 e 9), resulta em quem vence a aposta, “uma derivação de um jogo muito popular na Roma antiga, a Morra.”

O site afirma que ainda é um jogo muito popular na Itália, e explica seu funcionamento “em uma roda, mostrar os dedos de uma das mãos e tentar adivinhar a soma dos mesmos, por primeiro. Quem falar primeiro a soma e acertar ganha a rodada.” (italiaequi.com.br, s/d., s/p.). Sendo bem semelhante, o jogo “dois ou um”, também conhecido popularmente como “discordar”, dependendo da região, nasce da derivação da brincadeira par ou ímpar.

Mimesse (2014), traz relato de uma senhora que lembra do pai jogando “Mora” (no livro escrito com um r) com outros homens e meninos na sua colônia. “eles se juntavam nas vendas [...] jogavam com os dedos, e iam

contando, due, tre, depois apontavam a mão, quantas vezes, não sei [...] a gente só ouvia o barulhão, porque um gritava, outro gritava, porque era um jogo rápido.” (MIMESSE, 2014, p. 46, depoimento de Serena Moretti Perrela).

Ressalta-se que o ato de brincar e jogar não era somente uma manifestação infantil nas colônias, eram praticadas também pelos homens adultos, Mimesse ainda destaca que pelos relatos, as mulheres não participavam desses momentos, provavelmente, estando ocupadas com os afazeres domésticos. (MIMESSE, 2014, p. 46).

“As crianças, mesmo sendo muito ocupadas, ainda tinham tempo para brincar. Mas, pelo que se pode extrair dos depoimentos, os adultos, também se divertiam. Na verdade, os homens adultos [...]” (MIMESSE, 2014, p. 45). A diversão das brincadeiras envolvia os homens adultos, que tinham o costume de andar com os meninos após o jantar, de jogar bocha aos domingos (bocha é um esporte de precisão em que os jogadores lançam bolas coloridas o mais próximo possível de uma bola branca)⁶.

Também é possível encontrar no site, o “Jogo da velha”, com uma espécie de tabuleiro desenhado no papel, o jogo consiste em completar primeiro uma linha de três elementos iguais, podendo ser X ou O. Segundo o site, a origem do jogo vem do império Romano, mas alguns historiadores apontam que este deve ter mais de 4000 anos, sendo criado no Egito Antigo. (italiaequi.com.br, s/d., s/p.).

A quarta brincadeira é “Bola de gude”, gude, segundo o TV Cultura⁷, foi o nome dado às pedrinhas redondas e lisas retiradas dos leitos dos rios. “É um jogo muito antigo, conhecido desde as civilizações grega e romana. O

⁶ Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/educacao-fisica/bocha>. Acesso em 24 mai. 2021.

⁷ Disponível em: <https://tvcultura.com.br/busca/?q=bolinha+de+gude> Acesso em 10 mai. 2021.

nome “gude” tem origem na palavra “gode”, do provençal, que significa “pedrinha redonda e lisa” (italiaequi.com.br, s/d., s/p.).

Atualmente a bola de gude é feita de vidro colorido, existem várias possibilidades de jogar, sendo a mais conhecida o triângulo. “Risca-se um triângulo na terra e coloca-se uma bola de gude em cada vértice. [...]. Posicionando-se perto do triângulo, cada participante joga uma bola procurando fazer com que ela pare o mais próximo da linha riscada no chão. [...]”. (italiaequi.com.br, s/d., s/p.). Ainda é possível compreender na explicação do site que ao jogar as bolinhas, tenta-se acertar nas posicionadas no triângulo, se conseguir, continua, se errar fica “preso” na delimitação e espera a próxima rodada. No revezamento, tentam “matar” as bolinhas dos adversários, utilizando o polegar e indicador para empurrar a bola. O vencedor será quem ficar com mais bolinhas. (italiaequi.com.br, s/d., s/p.).

Elaine Maschio (2014), complementa, “Relacionados ao universo masculino, os brinquedos eram as *bulica* (bolinhas de gude), o peão⁸, a bola de futebol, entre outros.” (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 83). Em depoimento recolhido pela autora, João, neto de imigrantes, provenientes de *Cismon Del Grappa*, província de Vicenza, lembra que fazia bola com meia e qualquer material duro para encher e poder chutar e explica sobre as bolinhas de gude:

“[...] era a bolinha de bulico. Andava com aquele bolso cheio daquelas bolinhas que nos jogava e perdia. Tinha em Colombo um barzinho que vendia da fábrica de vidro. Com um canudo de taquara despejava um pouco de vidro e fazia assim, ela arredondava depois tirava colocava na toalha e deixava esfriar e fazia assim.” (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 83).

⁸ Brinquedo com uma corda enrolada, afunilado, geralmente de madeira ou plástico e com uma ponta de ferro, onde é puxada a corda e colocando-o em rotação no solo, mantendo-se erguido.

A última brincadeira, destacada nessa fonte, é a “Amarelinha”, é realizada com desenho no chão, de um caminho de 1 a 10, após o último o número, desenha-se o ponto final do trajeto que é o “céu”. Com uma pedrinha, arremessada no primeiro espaço do percurso, pula-se pelas casinhas, evitando encostar na casa onde a pedra está. No retorno do trajeto, deve-se pular da mesma maneira e recolher a pedra do chão. A brincadeira continua até chegar no fim do trajeto.

“Acredita-se que amarelinha teria sido inventada pelos Romanos, gravuras mostram crianças brincando de amarelinha nos pavilhões de mármore nas vias da Roma Antiga.” (superabril, s/d., s/p.) O site ainda afirma que as primeiras referências ao jogo, que se tem registro confirmado, datam do século 17 no manuscrito “Book of Games”, Livro de Jogos, realizado entre os anos de 1635 e 1672, pelo estudioso inglês Francis Willughby, este já descrevia uma brincadeira em que crianças pulavam sobre linhas no chão no percurso que simbolizava a trajetória do homem através da vida.

No site BBC News Brasil⁹, encontra-se coluna redigida por Guilherme Aquino, salienta-se, “Durante o Festival Internacional de Jogos de Rua, o Tocati, o romantismo de Verona abre espaço para estilingues, carrinhos de rolimã, bolinhas de gude e corridas de chapinha (aquelas com tampas de garrafa).” (BBC News Brasil, 2015, s/p.). O texto apresenta um festival realizado na cidade de Verona, onde jogos tradicionais são revividos por adultos, a fim de reatar os laços com a infância e apresentar as brincadeiras aos filhos e netos, acompanhados por responsáveis.

Nota-se algumas brincadeiras já destacadas, como a bola de gude, mas também se acrescentam outras, o estilingue (graveto em formato de Y com um elástico ou borracha que arremessa pedras, utilizado para caçar) e os carrinhos de rolimã (montado geralmente de madeira), até hoje, presentes nas

⁹ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150919_festival_verona_ga_ab. Acesso em 20 maio 2021.

ruas do sul do país. Mimesse (2014) confirma, “os meninos tinham coragem de se aventurarem pelos bosques para caçarem pássaros. O instrumento mais utilizado por eles para essa empreitada era o estilingue, mas também faziam uso da ‘técnica da gaiola’”. (MIMESSE, 2014, p. 48).

Algumas brincadeiras eram experienciadas por ambos os sexos, outras ainda eram praticamente exclusivas dos meninos, como a pesca e a caça. Fernandes (2011, p. 40), traz que as meninas possuíam bonecas de tecidos fabricadas por suas mães.

Sobre os carrinhos de rolimã, Paolo Avigo, presidente da Associação dos Jogos Antigos, organizadora do evento, explicou: "Os filhos de famílias ricas, dos antigos romanos, já faziam brinquedos semelhantes, puxados por animais domésticos na tentativa de imitar as corridas de bigas". (BBC News Brasil, 2015, s/p.).

Retornando à região sul do Brasil, Heron Fernandes (2011), aponta “As crianças da década de 40 brincavam por meio de seu corpo, corrida, esconde-esconde, saltar barranco e subir em árvores. A grande maioria dos idosos de sexo masculino jogavam bola ou brincavam de tomar banho no rio, pescar e caçar.” (FERNANDES, 2011, p. 37).

O autor que realizou entrevistas com idosos da cidade de Nova Veneza – SC, constatando que muitos brincavam através dos seus movimentos correndo, saltando, jogando bola, acrescenta as ações de nadar e pescar. Evidenciando também a interação com elementos da natureza e animais, fabricar bola com bexiga de porco ou do boi. Mimesse complementa com relato “*pegar bexiga do porco, encher de vento e ir chutar bola*”. (MIMESSE, 2014, p. 48).

Elaine Maschio (2014), acrescenta sobre os brinquedos confeccionados pelas crianças *contadina* percebendo-os como “fonte privilegiada para a compreensão da produção histórica de uma cultura material infantil.”. (GOUVEA, 2009, p. 113, apud MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 81).

Relatando de brinquedos improvisados, produzidos com materiais recolhidos da natureza, *filastrocche*¹⁰ histórias e rimas infantis, superstições e crenças populares concebidas nas regiões de origem daquelas famílias. (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 82).

Além de brincadeiras livres e regradas, com participação ou não das figuras adultas masculinas, Maschio apresenta que a precariedade dos materiais para a fabricação de brinquedos não era empecilho, “A palha seca do milho, [...], era utilizada na produção de [...] bonecas e a peteca.” (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 83). Ângela Simioni (2003), em depoimento à Maschio (2014), explica que para a peteca eram utilizados os grãos do cereal, montando uma espécie de bolsa com as palhas e depois enchendo com os grãos, formando a base de onde iriam algumas penas de galinha. (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 83). Maschio (2014) ainda traz na sequência “Os meninos também construíam seus carrinhos com pedaços de madeiras, aproveitados no corte da lenha [...]”. (MASCHIO; MIMESSE, 2014, p. 83).

Por fim, Mimesse (2014) ainda destaca algumas outras brincadeiras nas colônias e confirma outras já mencionadas, “as crianças tinham uma relação de atividades alegres e divertidas, como o jogo da amarelinha; brincar de roda¹¹; de esconde-esconde; de pegador¹²; de pular corda¹³; de passar anel¹⁴;

¹⁰ Poesia infantil, em língua vêneta.

¹¹ Crianças em círculo de mãos dadas, cantando e girando.

¹² Brincadeira com muita corrida, onde um tenta pegar (encostar) no outro. Alterando-se assim quem é o “pegador”. Podendo outras variações.

¹³ Duas crianças seguram a corda, uma de cada lado, as outras vão pulando e entrando na brincadeira, sem encostar na corda.

¹⁴ Crianças em roda, com mãos juntas, uma delas vai passando suas mãos por dentro das mãos dos outros, em uma delas deixa um anel ou pequeno objeto. O restante deve adivinhar com quem está o objeto.

de esconder o lenço atrás¹⁵; jogar bola e de empinar pipa¹⁶.” (MIMESSE, 2014, p. 46 – 47).

Na pesquisa de cantigas, foram encontradas as músicas “Gigino e Gigetto”¹⁷ e “O anão”¹⁸, destacadas como de origem italiana, nelas se percebe uma possível adaptação da língua para cantá-la. Gigino e Gigetto são dois pássaros na canção, no link disponibilizado, o grupo Tiquequê mostra os sons e gestos da brincadeira cantada. A cantiga do anão, também acompanhada por movimentos, fala sobre um anão que está dormindo na montanha.

Músicas que também compõem o repertório de vivência dessas crianças são “Músicas como La Bella Polenta e La Mérica fazem parte de todos os descendentes italianos da região de Nova Veneza.” (FERNANDES, 2011, p. 38). Maschio (2014), apresenta algumas cantigas compartilhadas das memórias dos senhores e senhoras que entrevistou no livro *Bambini Brasilani*, pode-se notar rimas de cunho religioso, interativo e de caráter lúdico.

Assim, percebe-se que a ludicidade, apesar de competir espaço e tempo com o trabalho e a responsabilidade precoce, não foi ausente nas infâncias de colônias de imigrantes italianos. As crianças imigrantes e ítalo-descendentes, para a sua realidade, viveram essa fase com felicidade e com a essência da infância presente. O imaginar, o brincar, o conviver e explorar, também compuseram sua rotina *contadina*.

¹⁵ Uma variação da brincadeira atual “Ovo choco”, onde todos sentados em círculo, uma criança deixa o lenço atrás de outra escolhida, esta deve correr atrás para alcançar quem deixou o lenço.

¹⁶ Brinquedo feito de papel ou tecido que voa, contra o vento, apoiada pelo anzol de quem a segura.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skAcvOz2IU4>. Acesso em 10 mai. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MBv7XuFGwJk&t=46s>. Acesso em 10 mai. 2021.

Considerações finais

Com o estudo nos sites de pesquisa e a revisão de bibliografia, é possível constatar que as infâncias das crianças imigrantes italianas e dos ítalo-brasileiros, apesar de enfrentarem dificuldades, foram infâncias felizes, os entrevistados das literaturas selecionadas, recordam dessa fase da vida com alegria e afeto.

Mimesse (2014, p. 49) afirma que apesar dos impasses do dia a dia, as crianças sempre encontraram tempo para brincarem, tornando as situações mais inusitadas, em momentos de entretenimento. “Eles se divertiram muito, [...] eles viveram felizes suas infâncias.” (MIMESSE, 2014, p. 50). Fernandes (2011, p. 42) corrobora refletindo sobre essas infâncias do século XX, onde sob sua visão, as crianças brincavam mais, podiam explorar o ambiente com mais liberdade, em maior contato com a natureza e os animais, famílias numerosas, possibilitaram um espaço com muitas crianças para brincar.

As tecnologias hoje, marcam presença como em nenhuma outra geração de infâncias, oferecem outras e novas informações, brinquedos, formas de interações e, conseqüentemente, novas configurações de vivenciar essa infância. Assim, ao explorar o tema, ocorreu o desejo de compartilhar com instituições educacionais as brincadeiras e jogos encontrados, como resgate de memória de um passado não tão distante, onde as vivências infantis foram diferentes das atuais. As crianças do século XXI possuem direitos estabelecidos, onde o trabalho já não os acompanha, a escola está presente desde cedo, as famílias já não são tão numerosas e o contato com o meio ambiente também é reduzido, principalmente em época de pandemia, o que sequestra muito do que as crianças precisam, brincar com outras crianças, interagir.

Entende-se, ao fim do texto, que a infância é uma fase do ser humano onde são construídas memórias afetivas, carregadas pelo resto da vida, ficam guardadas no íntimo, com cheiros, imagens, sons, gostos, rostos e principalmente brincadeiras, da especificidade de experiências cada uma. É

parte fundamental da sociedade e pode ser ponto de partida para muita produção de conhecimento histórico.

Referências

BBC NEWS. **A cidade de Verona invadida por carrinhos de rolimã, estilingues e bolas de gude.** Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150919_festival_verona_ga_ab.

Acesso em 17 maio 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **BNCC: Base Nacional Comum Curricular.**

Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 20 mai. 2021.

COISA DE ITALIANO. **Brincadeiras populares com origem italiana.** Disponível em: <https://coisadeitaliano.com.br/2019/12/27/brincadeiras-populares-com-origem-italiana/>. Acesso em 25 abr. 2021.

FERNANDES, Heron Felipi Salvaro. **Os Descendentes Italianos e sua Influência nas Brincadeiras e Jogos na cidade de Nova Veneza – SC.** UNESC, Criciúma, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/razoes-da-emigracao-italiana.html>. Acesso em 25 de abr. 2021.

ITALIA É AQUI. **Brincadeira populares com origem italiana.** Disponível em:

<https://italiaequi.com.br/brincadeiras-populares-com-origem-italiana/> Acesso em 25 abr. 2021.

MIMESSE, Eliane (org), et al. **Bambini Brasiliani: A infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras.** 1. Ed. – eBook – Jundiá, SP: Paco Editorial, 2014.

_____; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Bambini Brasiliani: A infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras.** 1. Ed. – eBook – Jundiá, SP: Paco Editorial, 2014.

_____; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **Bambini Brasiliani: A infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras.** 1. Ed. – eBook – Jundiá, SP: Paco Editorial, 2014.

NIEHUES, Mariane Rocha. COSTA, Marli de Oliveira. **Concepções de infância ao longo da História.** Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1. 2012.

PAGNI, Pedro Angelo. **Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si.** Revista Educação Realidade. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, set./dez. 2010.

REDE MARISTA. **Por que falar infâncias no plural?**. Disponível em: <https://social.redemarista.org.br/nossas-noticias/por-que-falar-de-inf%C3%A2ncias-no-plural>. Acesso em 18 mai. 2021.

SUPER ABRIL. **Conheça a origem de 6 brincadeiras populares.** Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/conheca-a-origem-de-6-brincadeiras-populares/>. Acesso em 02 mai. 2021.

A vida e quase morte do trem de ferro de Bento Gonçalves/RS

Cristina Pasquetti Massutti¹

Introdução

Progresso, conforto e charme, essas são as palavras que a ferrovia com suas locomotivas, os vagões e carros de passageiros trazem na lembrança, através de marcantes recordações de um período que movimentou a riqueza e a economia do município e da região através do transporte ferroviário.

Esta pesquisa pretende demonstrar a evolução da viação férrea em Bento Gonçalves/RS e região no período de 1918 até os dias atuais e ainda a decadência do uso da Maria Fumaça como meio de transporte e sua posterior utilização como meio de divulgação de pontos turísticos. A metodologia utilizada é de natureza exploratória em que consiste a uma consulta bibliográfica e ao acervo do Arquivo Histórico da prefeitura de Bento Gonçalves/RS.

Este trabalho é relevante visto que foi constatado pela autora do artigo em suas aulas de História que seus alunos do Ensino Médio e Fundamental não conhecem a história do trem da cidade. Espera-se que, com este trabalho, seja possível aproximar o leitor mais jovem da história regional, a fim de valorizar o passado e as pessoas que dela fizeram parte.

¹ Mestra em Letras e Cultura (UCS). Especialista em Orientação Educacional (Aupex). Licenciada em História (UNIASSELVI) e Letras – Inglês (UCS). Acadêmica da licenciatura em Letras – Espanhol (UCS) e Licenciatura em Geografia (UCS).

Origem da locomotiva

Foi com o advento da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, por meio da criação do motor a vapor, do inglês James Watt em 1769, é que muitos aperfeiçoamentos puderam ser realizados na indústria para intensificar a circulação de mercadorias e pessoas nas décadas seguintes, uma vez que os meios de transporte da época já não abarcavam tal demanda. Reconhece-se que houve várias tentativas de criação desse motor a vapor por outras pessoas, até mesmo antes de Watt, mas o dele é considerado o modelo precursor pois foi utilizado para o funcionamento de muitas outras máquinas, incluindo a locomotiva, que é o foco desta pesquisa.

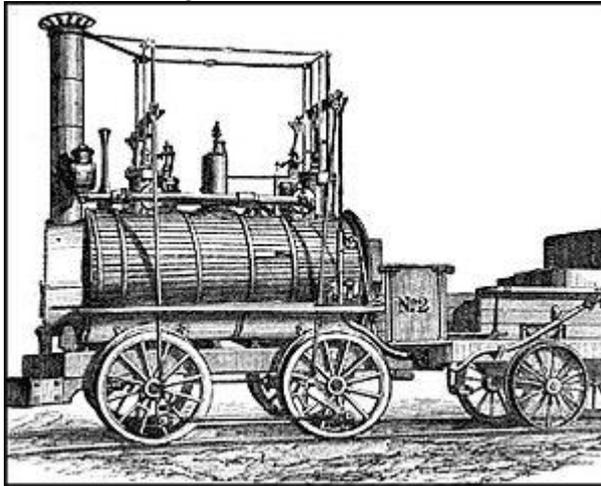
Civita (1974) explica que o engenheiro de mineração britânico Richard Trevithick foi quem teve a ideia de colocar um motor a vapor em cima de rodas para substituir os cavalos que puxavam os vagões. Em 13 de fevereiro de 1804 foi realizado o primeiro teste dessa invenção. O fato de substituir a tração animal pelo uso do carvão provocou uma verdadeira revolução na época porque isso teria como uma consequência positiva um deslocamento mais rápido e em maior quantidade das mercadorias.

Trevithick construiu duas carruagens a vapor e em seguida, uma locomotiva para que deslizassem pelas chamadas primeiras vias férreas. Segundo Civita (1974) essas vias, que no começo tinham trilhos de madeira, depois sim, substituídas pelo ferro, puderam receber essa locomotiva, porém ainda não conseguindo substituir o trabalho pesado dos cavalos que puxavam os vagões de carvão das minas. Porém, até esse momento, a locomotiva de nada servia quando se tratava de transportes pesados. Dizia James Watt que o motor a vapor que havia criado não funcionaria bem se fosse usado em um veículo maior em movimento.

Quem foi capaz de desmentir o pensamento de Watt foi outro engenheiro de mineração, George Stephenson, em 1814, quando conseguiu complementar a locomotiva a vapor a quem chamou de *Blucher* (Figura 1). Civita (1974) esclarece que o aperfeiçoamento tinha uma força motriz que

realmente conseguia operar no transporte dos materiais da mina que trabalhava, puxando uma carga de trinta toneladas à velocidade de seis quilômetros por hora. Essa locomotiva foi também quem puxou os vagões sobre a primeira via férrea pública do mundo, entre Stockton e Darlington no dia 27 de setembro de 1825.

Figura 1 – Locomotiva Blucher



Fonte: Graces Guide².

A partir daquele momento, todas as locomotivas a vapor que se seguiram embasaram-se em seu invento. Contudo, Civita (1974) salienta que:

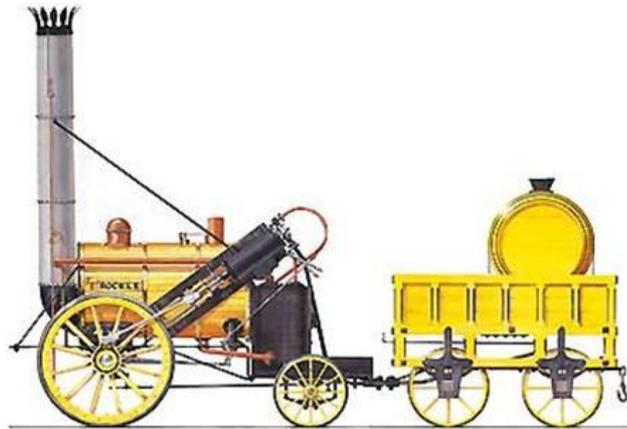
[...] o motor que acionava as locomotivas carecia de muito aperfeiçoamento e o invento não se difundiu imediatamente. Ainda em 1856, era necessário o uso de cavalos em certos trechos da estrada de ferro entre Stockton e Darlington; em outros, os vagões eram puxados com cabos. Dessa, maneira, três

² Disponível em: https://www.gracesguide.co.uk/File:1814_Blucher.jpg Data de acesso: 06.jun.2021.

forças de tração trabalhavam em conjunto naquela ferrovia. (CIVITA, 1974, p.161)

Apesar de a locomotiva existente ser econômica e segura, o que mais lhe faltava era velocidade e era difícil solucionar o problema. Em 1829, no entanto, o grupo de diretores da estrada de ferro de Liverpool até Manchester promoveu uma competição de velocidade entre as pequenas locomotivas da época a fim de buscar por uma melhor engenharia de velocidade. O primeiro lugar foi para Robert Stephenson com sua locomotiva de nome *Rocket*. Civita (1974) elucida que a proposta de Stephenson era de que a carga a ser carregada pela locomotiva tinha que ser proporcional ao peso dela para ter uma maior velocidade.

Figura 2 – Locomotiva *Rocket*



Fonte: Centro Storico Culturale Ferroviario Leopolda³.

Foi a partir do projeto da locomotiva “Rocket” que a rede ferroviária inglesa conseguiu expandir-se e suas locomotivas puderam ser exportadas

³ Disponível em: <http://www.leopolda.eu/cenni/cennistorici.html> Data de acesso: 06.jun.2021.

para muitos países, inclusive para o Brasil. O uso dos trens como meio de transporte permitiu a movimentação de insumos dos mais diversos setores de uma forma mais simples e eficaz, para que pudessem ser finalizados e entregues às populações de locais mais distantes. A locomotiva também favoreceu o surgimento de vilas e cidades próximas às estações férreas, além de empregar muitas pessoas para fazerem o deslocamento dos trens, construção e manutenção das linhas férreas.

As locomotivas chegam ao Brasil

O transporte ferroviário chegou ao Brasil em 1850, quando o nosso país estava procurando desconstruir o forte vínculo que ainda possuía com Portugal. Perez (2006) explica que a primeira estrada de ferro do Brasil foi criada em 1854, no Rio de Janeiro empreendido por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Já a primeira locomotiva do Brasil foi apelidada de “Baroneza” (Figura 3). Ela fazia parte de um conjunto de quatro locomotivas que foram encomendadas pelo Barão de Mauá e recebeu esse nome como uma homenagem feita por D. Pedro II para a mulher do barão, a baronesa Dona Maria Joaquina.

Figura 3 – Selo com a imagem da locomotiva Baroneza



Fonte: Selos Filatelia⁴

Construída em 1852, a locomotiva percorria uma distância de 14 km de ferrovia que ligava a Baía de Guanabara à Raiz da Serra. Nos dias atuais essa locomotiva se encontra no Museu do Trem, no Rio de Janeiro. Com o tempo, as ferrovias e os trens começaram a ser implantados em outras partes do Brasil, como o Rio Grande do Sul, por exemplo. Para Perez (2006) e Civita (1974), a chegada do trem representava uma evolução nas redes de iluminação, escolas, criação de jornais e revistas, desenvolvimento político, atividades na área de cultura, entre outras, isto é, um resumo do que na época representava o conceito de modernidade e progresso para as pessoas que viviam próximas ou dependiam do trem de alguma forma.

⁴ Disponível em: <http://www.selosefilatelia.com/PastaBrasil/Album/2002-28-selo1.jpg> Data de acesso: 06.jun.2021.

O trem no Rio Grande do Sul

De acordo com as informações do inventário do Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul (2002) foi no ano de 1866 que o Rio Grande do Sul iniciou a sua história em relação ao transporte ferroviário. Naquele ano, houve uma série de debates sobre a questão de transportes em geral, sobre a conexão de uma área de colonização de origem alemã, localizada num vale próximo ao do Rio dos Sinos, ligada à capital do estado do RS por meio de uma linha férrea. Nesses debates permaneceu a dúvida se o investimento deveria ser realizado por meio de linhas férreas ou por meio fluvial.

Três anos depois, os representados do RS assinavam um contrato com o inglês John Mac Ginity, para iniciar a primeira via férrea do estado. Em 14 de abril de 1874 foi inaugurada a primeira estrada de ferro que ia entre a Capital e São Leopoldo, chegando a 33.756 metros em sua extensão total. Essa ferrovia contribuiu muito para a produção da colonização alemã, assim como afirma Paris (1999, p.19) ao dizer que: “[...] foi acompanhada pela multiplicação de núcleos urbanos e pela própria extensão da estrada: inicialmente até São Leopoldo foi sendo ampliada até atingir o município de Canela em 1922.”

Basicamente, Paris (1999) ainda destaca que todos os primeiros investimentos nas linhas férreas foram de capitais ingleses como, por exemplo, para a construção da linha Porto Alegre – Novo Hamburgo e do emprego de capital belga através da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Qués Brésilien*.

Houve quatro linhas principais de ferrovias que foram implantadas: Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana, Estrada de Ferro Rio Grande - Bagé, Estrada de Ferro Santa Maria - Marcelino Ramos e Estrada de Ferro Barra de Quaraí – Itaqui.

A primeira, Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana, foi criada pensada em desenvolver a economia local. Porém, Vasquez (2007) ressalta que ela também foi pensada para proteger as fronteiras do império na região

do Uruguaiana, já que o local não tinha desenvolvida a agricultura e a quantidade de pessoas era muito pequena. Perez (2006), também destaca que em 1883, a linha férrea atinge o município de Cachoeira e dois anos depois, o município de Santa Maria até que em 1887 teve-se a autorização para completar o trecho até a cidade de Uruguaiana.

A segunda, Estrada de Ferro Barra De Quaraí – Itaqui, Perez (2006) informa que no mesmo ano que estava sendo construída a estrada até Uruguaiana, iniciou-se o processo de construção da Estrada de Ferro Barra de Quaraí – Itaqui que, tempos mais tarde, foi estendida até a cidade de São Borja/RS.

A terceira, Estrada de Ferro Rio Grande – Bagé, segundo Perez (2006), a autorização para a construção dessa ferrovia deu-se em 1873 pelo governo imperial. Sua construção dessa linha férrea partiu da cidade de Rio Grande/RS chegando até a cidade de Bagé/RS em 1884. A linha foi criada seguindo a fronteiras com o Uruguai e passou por uma região que, na época, era uma das mais ricas do RS, tendo como base econômica regional a criação de gado.

Ainda de acordo com Regina Perez (2006):

As cidades de Rio Grande, Pelotas e Bagé, interligadas pela ferrovia a partir de 1884, representavam o tripé econômico porto – charque - gado. Alguns anos depois de ter sido inaugurada, a estrada foi estendida para ligar-se com a linha Porto Alegre – Uruguaiana, sendo estabelecido o tráfego mútuo entre as duas linhas. (PEREZ, 2006, p.21).

A quarta, Estrada de Ferro Santa Maria - Marcelino Ramos, chegou em Passo Fundo/RS quatro anos depois, e em 1910 chegou à fronteira norte do estado chegando a Marcelino Ramos/RS.

Trilhando o caminho para a chegada do trem em Bento Gonçalves/RS

Para Paris (1997) o desenvolvimento de uma região está conectado à forma de como ela lida com seus produtos e escoamento. A primeira etapa de construção da linha férrea que permitiu a chegada do trem, ocorreu por volta do ano de 1890, partindo de uma série de problemas que envolvia a economia do município: altos impostos sobre o vinho, falta de meios de transporte adequados para a circulação de produtos, que chegavam a estragar nos armazéns e depósitos. A irregularidade dos transportes de mercadorias de origem animal ou vegetal também era um transtorno. Paris (1997, 1999) explica que, inicialmente, era transportada até São João de Montenegro, depois seguia via barcos até a capital do Estado. Devido ao péssimo estado das estradas, muitas vezes não era possível fazer mais de uma viagem por semana.

Foi então que o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior faz a primeira tentativa para trazer a linha férrea para o município. A partir dele, propuseram um estudo geográfico do terreno onde supostamente passaria a via férrea de cerca de 20 km, contando a partir da vila de Bento Gonçalves.

Carvalho Júnior envia uma carta para a Secretaria do Estado explicando a situação dos moradores e a solicitação para que o trem chegasse até a vila. O secretário do estado permitiu que fosse construída e utilizada uma estação férrea durante os próximos 30 anos ou até que a decisão fosse revogada. Apesar da autorização, uma outra preocupação surgiu: a de que a estrada de ferro fosse construída longe da área central de Bento Gonçalves/RS e das estradas principais, dificultando o embarque e desembarque das mercadorias. Demorou ainda algum tempo até que a estrada de ferro e o trem fossem definitivamente efetivadas, chegando, primeiramente, em cidades próximas:

Com a chegada da linha férrea, 27 de dezembro de 1910 até Carlos Barbosa, o progresso de escoamento tornou-se mais fácil, embora a aguda e angustiante condição de ser vencido por aqueles primitivos veículos de 20 km que separavam Bento

Gonçalves daquela estação. Compreenderam então, os nossos homens de negócios, a necessidade de se unirem em busca de soluções. (PARIS, 1997, p.68)

Em 1918 iniciou-se a construção da estrada de ferro que ligava até Bento Gonçalves/RS. Ainda de acordo com Paris (1997), em 10 de agosto do ano seguinte, o sonho do tão esperado trem chega ao município, sendo Bento Gonçalves/RS (Figura 4) o ponto final do ramal que já passava por outras cidades. Com isso, estabeleceram muitos pontos comerciais ao redor da linha férrea, ajudando no crescimento da região.

Figura 4 - A estação de Bento Gonçalves logo após sua abertura, em 1919



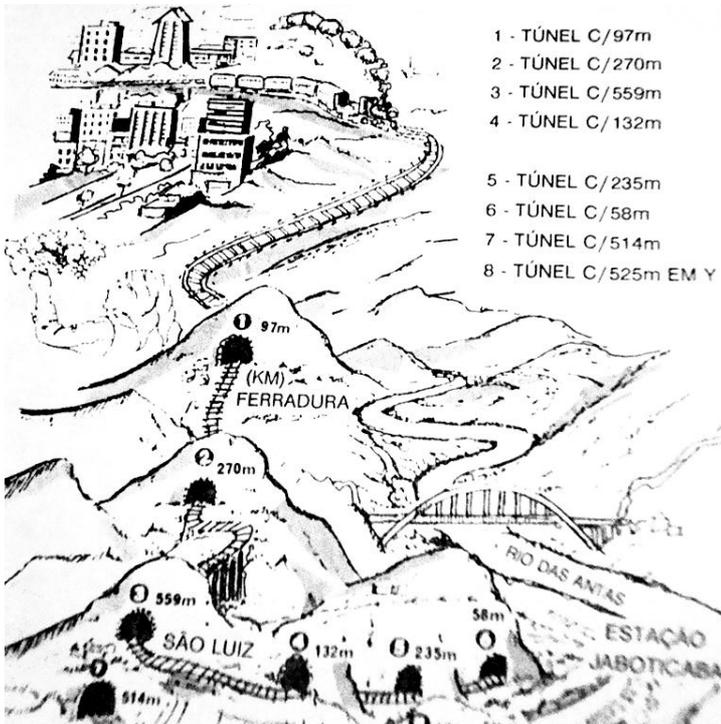
Fonte: Acervo histórico de Bento Gonçalves/RS.

Uma segunda etapa na construção da linha férrea ocorreu com a chegada do Primeiro Batalhão Ferroviário em 1943. Para Prado (1997) o objetivo era prolongar a estrada por onde o trem passava até Jaboticaba, criando um entroncamento com o Tronco Principal Sul principal ferrovia que liga o RS ao centro do país.

O Primeiro Batalhão Ferroviário construiu túneis nº 1, com 560 m, nº 2ª com 135m, nº 3, com 236 metros, nº 4 com 60 metros, e as seguintes pontes: no quilômetro 3, Viaduto nº 1 – Arroio do Passo, ponte com 120 metros, no

quilômetro 7, o Viaduto nº 2, Arroio do Bucco, uma série de 9 pontes, no quilômetro 8,- Viaduto nº 3 – uma série de 13 pontes. (PRADO, 1997). A Figura 5 ilustra a ideia de um mapa que representava a localização dos túneis:

Figura 5: Roteiro Ferroviário



Fonte: Prado, 1997.

Prado (1997) ainda informa que esse Primeiro Batalhão Ferroviário construiu em torno de 1.500 km de ferrovias em 40 cidades diferentes, chegando em 1943 vindo de Santiago/RS, permanecendo aqui por cerca de 28 anos. Aqui, eles encontraram certas dificuldades em relação à água potável e transporte. A água não era encanada e ainda o transporte era feito por tração animal, pois o combustível era racionado devido à Segunda Guerra Mundial. Ficou sediado em nossa cidade até fevereiro de 1971, quando foi transferido para Lages em Santa Catarina.

A seguir, apresentaremos o Quadro 1 com algumas descrições a respeito dos túneis representados pela Figura 5:

Quadro 1 - Características dos túneis

Nº do túnel	Metragem	Nome recebido	Outras características
1	97 m	Túnel Bartira	Neste local, nos início da colonização, quando a região era habitada por índios e animais selvagens.
2	270 m	Túnel Bambino	Foi localizada neste lugar uma imagem de um menino entalhado em madeira, por uma família de imigrantes, que a colocaram numa gruta de pedra e permaneceu lá por muitos anos.
3	559 m	Túnel do Beijo	Diz a história que todas as pessoas que se beijarem neste túnel conquistam a felicidade para sempre.
4	132 m	Túnel Piemonte	Neste local foi encontrado um pedaço de madeira onde estava escrito Piemonte (ao pé do monte). Conta a

			<p>lenda que os imigrantes italianos, ao chegarem ao local, apelidaram-no de Piemonte, lembrando de seu local de origem, na Itália.</p>
5	235 m	Túnel de la Collación	<p>Os primeiros moradores da região ao se dirigirem ao rio para pesca ou para a floresta para caçar, paravam neste local onde havia uma pequena gruta para comerem ou se abrigarem durante a noite dos animais selvagens.</p>
6	58 m	Túnel Sabiá	<p>Região rica em fauna; muitos ninhos de sabiá.</p>
7	514 m	Túnel do Morcego	<p>Devido aos problemas encontrados por causa das rochas, o lugar passou a abrigar famílias de morcegos, fazendo com que todo o dia, ao reiniciar o trabalho, houvesse a necessidade de serem espantados.</p>
8	525 m	Túnel do Corujão	<p>Era um lugar onde as corujas faziam seus abrigos durante o dia.</p>

Fonte: Prado, 1997.

O ramal de Bento Gonçalves serviu para o tráfego de trens regulares até meados da década de 1970.

A quase morte do trem de ferro de Bento Gonçalves/RS

Utilizamos a expressão “quase morte” para tratarmos da decadência do uso do trem como meio de transporte em Bento Gonçalves (Figura 6), bem como no RS como um todo e, de certa forma, em grande parte do Brasil. A exportação do café foi muito importante para a manutenção dos ferrovias no Brasil, visto que os recursos eram providos por esse meio.

Figura 6 - Estação férrea em Bento Gonçalves (ano de 1920 aprox.)



Fonte: Camillo Pasquetti. Acervo: Museu do Imigrante.

O uso das estradas de ferro passou a entrar em decadência na década de 1960, no então governo Juscelino Kubistchek, pois este incentivou a indústria automobilística em detrimento dos setores ferroviários e marítimos. Nos governos militares, a situação não foi diferente. Investiu-se na abertura de rodovias do que aberturas de ferrovias. A imagem do progresso passou a ser

associada, principalmente, ao asfalto e as altas velocidades das pistas se comparada à velocidade dos trens. Com isso, a decadência do transporte ferroviário no Brasil terminou por atingir o trecho correspondente ao de Bento Gonçalves e região.

A responsabilidade pela manutenção da rede ferroviária era da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA – vinculada ao Ministério dos Transportes. No início da década de 1980 a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização que recomendaram a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga, tendo na privatização uma alternativa para manter ou retomar os investimentos no trem e na linha férrea.

Quase que totalmente as malhas ferroviárias que ainda permaneceram ativas foram destinadas ao turismo. Em 1993, por exemplo, foi retomada a operação da linha férrea no trecho Bento Gonçalves - Garibaldi - Carlos Barbosa pela empresa Giordani Turismo, que passou a realizar um passeio turístico com a Maria Fumaça – “Um Retorno ao Passado” (Figura 7), hoje um tanto prejudicado pela pandemia da COVID-19.

Figura 7 – Um retorno ao passado



Fonte: Dicas de viagens e cia⁵

De acordo com o Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul (2002), Paris (1997, 1999) e Prado (1997), em 05 de junho de 1993 foi reativado a parte ferroviária destinado ao turismo e, com o passar do tempo, ampliou de Carlos Barbosa/RS para um maior trajeto: Bento – Barbosa e Garibaldi.

As locomotivas usadas pela empresa são a Mikado nº 156, que foi fabricada em 1941 nos Estados Unidos e trabalhou na estrada de ferro Tereza Cristina em Tubarão/SC; e a segunda é a Young nº 4, fabricada na Alemanha, vinda para o Brasil onde puxava onze vagões de minérios nas minas de carvão da Siderúrgica Nacional. Suas composições são formadas pela locomotiva em si, vagão de correio, vagão de 2ª classe e quatro vagões de 1ª classe.

⁵ http://dicasdeviagenscia.blogspot.com/2010_07_01_archive.html Data de acesso:06.jun.2021.

Considerações finais

Infelizmente, nos dias de hoje, as gerações mais novas de Bento Gonçalves/RS e região dificilmente conhecem a história do trem da cidade, a não ser com finalidade turística. Com esta pesquisa, esperamos ter contribuído para lembrar e compreender que em algum momento da história da Maria Fumaça da nossa cidade, ela pode auxiliar no escoamento de sua produção e conseqüentemente trazer progresso para o lugar. Não foi uma tarefa fácil e muito menos rápida, passaram-se anos até que o tão sonhado trem chegasse à região.

O material disponibilizado tanto na biblioteca pública de Bento Gonçalves quanto no seu acervo histórico que foram um tanto controversos em relação a datas, visto que não deixamos muitas delas presentes no artigo. Por uma questão escopo e de quantidade de páginas a serem utilizadas, algumas informações não foram escritas de forma profunda, apenas para que o leitor tivesse uma ideia dos fatos. Acreditamos que, o trabalho de um historiador, principalmente enquanto professores de História, é manter sempre viva as memórias que o tempo trata de apagar.

Na vida, tudo se torna tão passageiro, rápido, quase imperceptível. As informações que hoje se modificam a cada segundo, para a história, em especial para a história regional, o maior desafio é transformar esses fatos passageiros em marcas para serem lembrados pela humanidade. Como historiadores não podemos deixar que elas se apaguem pois elas são como luzes que servem para iluminar as ideias que podem reger novos tempos para que não se cometa os mesmos erros que foram feitos no passado.

Referências

CIVITA, Victor. **Pequena História das Invenções**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

GIACOMELLO, Itacyr Luiz. *Cidade Alta Raízes de um povo: Memórias e Histórias* Bento Gonçalves, 1999.

PARIS, Assunta de. **A trajetória do comércio de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves: CDL Sindilojas, 1997.

PARIS, Assunta de. **Memórias Bento Gonçalves- RS**. 2ª Edição, Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 1999.

PATRIMÔNIO Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

PEREZ, Regina. **Inventário das Locomotivas a Vapor no Brasil**: Memória Ferroviária. Rio de Janeiro: Notícia & Cia, 2006.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz. **Primeiro Batalhão Ferroviário – Histórico das principais atividades desenvolvidas em 142 anos de criação**. Lages/SC: 1997.

VASQUEZ, Pedro Karp. **Nos trilhos do progresso: a ferrovia no Brasil imperial vista pela fotografia**. São Paulo Metalivros, 2007.

O tiro de guerra de São Francisco de Paula e região serrana 1920-1943

Amanda Scalcon Bittencourt¹

Diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força. [...] Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas. (Sun Tzu)

Introdução

Cabe ao historiador, mostrar diferentes maneiras de ver situações do nosso cotidiano e acontecimentos do passado, nosso ofício requer humildade de coração e a abertura da mente, isto é indispensável para que possamos compreender a História, a qual tem como uma de suas principais funções, mostrar a trajetória da humanidade, não deixando valores, tradições e crenças se perderem com o tempo.

O presente artigo tem como objetivo analisar as práticas do Tiro de Guerra na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, a partir de memórias e de artigos e reportagens sobre os mesmos encontrados nos exemplares do Jornal Correio do Povo.

Pode-se afirmar que são poucos os livros ou até mesmo reportagens que remetam aos Tiros de Guerra, muitas coisas que tem sido escrita referente a este assunto, testemunham a experiência de seus autores, alguns que foram soldados e outros que tratam sobre experiências vividas por familiares,

¹ Historiadora (FACCAT), Mestranda em Desenvolvimento Regional do PPGDR-FACCAT (Taquara-RS) amandabittencourt@sou.faccat.br

daqueles que tiveram participação em campo ou em atividades não combatentes dos efetivos dos Tiros de Guerra.

No primeiro momento devemos saber o que significa TIRO DE GUERRA, que ao buscarmos em dicionários ou até mesmo na internet, encontramos o seguinte significado: “O Tiro de Guerra” (TG) é uma instituição militar do Exército Brasileiro, a qual está encarregada de formar atiradores e, ou cabos de segunda linha, ou seja, outra forma de prestar serviço militar, assim formando pessoal preparado para a reserva das Forças Armadas Brasileiras.

Quando falamos em Tiro de Guerra, muitas pessoas não sabem ao certo como os mesmos funcionavam ou, quais eram suas localizações e que em suas cidades podem ter havido Tiros de Guerra. Porém, isso vai muito além, o Tiro de Guerra envolvia interesses tanto de questões políticas quanto do próprio exército, as cidades que tinham os tiros, cediam localidades para que os mesmos fossem implantados e o exército disponibilizou os armamentos para esse treinamento, cabia às famílias entrarem com um valor simbólico para a compra do fardamento de seus filhos (deviam ser sempre os mais velhos).

Devemos saber que por ser uma Instituição nacional de raízes profundas e base sólida, o Exército Brasileiro faz-se presente de norte a sul do Brasil. Sob a égide da Lealdade e da Ética, dissemina a bravura, a coragem e honradez de homens e mulheres incansáveis na busca por uma Nação justa, pacífica e soberana. Inserido neste contexto, o TG 05.006 (que foi o primeiro tiro de guerra a ser criado) o qual está e estará sempre engajado no grande desafio de bem formar cidadãos brasileiros, militares ou civis, sem abandonar, jamais, o culto aos valores éticos e morais.

O jornal como fonte sobre os tiros de guerra

Quando estamos realizando pesquisas com imprensa, estamos trabalhando a história através de novas perspectivas de estudo, onde encontramos uma pluralidade de assuntos e abordagens. Essas informações são necessárias e de suma importância no trabalho de pesquisa em jornal,

principalmente por sabermos que "a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados (Zicman, 1985, p. 90)".

Qualquer historiador, ou jornalista-historiador, está na posição do "grande homem" nietzscheano, potencial criador do passado a ser lembrado e estudado, e de pertinentes "momentos decisivos". A História é um campo mutante, indefinido, como definiu Nietzsche na conclusão do aforismo já citado: "Não há como ver o que ainda se tornará história." Talvez o passado esteja ainda essencialmente por descobrir! Tantas forças retroativas são ainda necessárias. (GRIJÓ, 2004, p. 247).

Por tal motivo devemos conhecer bem o Jornal o qual estamos usando como fonte, e principalmente compreender o contexto e o tempo histórico em que o mesmo estava inserido, assim conhecendo melhor os rumos que o mesmo estava seguindo.

Nessa época o principal meio de comunicação eram os jornais, tanto para saber notícias das cidades, do estado, do país e até da Guerra após seu início, o meio de maior alcance eram os jornais, principalmente nas cidades mais longe, por mais que nem todos tivessem condições financeiras para ter acesso ao mesmo, às pessoas passavam as informações lidas adiante, assim chegando ao conhecimento de todos, ou quase todos o que se sucedia.

Com isso é importante termos alguns conhecimentos básicos relacionados à **comunicação, comunicação de massa, representação simbólica**, e outros, conforme Blikstein, comunicação é a "operação de transferência por meio da qual um indivíduo torna as suas ideias e necessidades *comuns* a outros indivíduos a fim de obter uma resposta" (Blikstein, 1992, p. 92, Grifo do autor). Esta comunicação, por sua vez, pode ser através de variadas formas, entre elas a Imprensa.

Os tiros de guerra no Brasil

Os Tiros de Guerra (TG) são uma experiência bem sucedida entre o Exército Brasileiro e a Sociedade Brasileira, representados pelo poder público municipal e os milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e formação do povo brasileiro por mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade em que é inserida.

Abordar os Tiros de Guerra é algo um tanto quanto complexo, existem muitas informações, porém, poucas publicações relacionadas a esse assunto, devido a esse fator o estudo sobre os TG's se enquadram como História Nova, Bourdê e Martin (1983) quando escrevem sobre a história nova afirmam que:

O historiador deve proceder arquitetando hipóteses, que submete em seguida à verificação e que rectifica conseqüentemente. Porque não há fato histórico em si que bastaria extrair dos documentos e ligar a outros factos para construir uma série cronológica "natural" mas há "inventado e fabricado, com o auxílio de hipóteses e de conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante" (Bourdê, Guy; Martin, Hervé. 1983. Pág. 142).

Ainda destacam que:

Como seus colegas das outras disciplinas, o historiador constrói seu objeto de análise ao construir um *corpus* de documentos de naturezas diversas (textos escritos, objectos, fotografias, imagens, entrevistas, etc.), com o fim de responder a uma questão colocada no passado [...]. É a *história-problema*, obra de um analista e já não de um narrador ou de um profeta (Bourdê, Guy; Martin, Hervé. 1983. Pág. 142. Grifo do autor).

Uma das principais fontes onde podemos encontrar informações as quais estejam ligadas aos Tiros de Guerra além da oralidade, são os periódicos, no qual os jornais da época abordada se enquadram, ou seja com

imagens que representem os TG's ou com propagandas referentes aos mesmos, é importante destacar a escrita de Zicman (1985), a qual diz que:

[...] a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns periódicos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias (Zicman, 1985, p. 89).

Os tiros de guerra na serra gaúcha

Somos soldados de nós mesmos. A vida dá as batalhas mais difíceis aos soldados mais fortes. Somos o exército de um homem só. A vida é feita de lutas é por isso que somos todos soldados até o fim de nossos dias. Vivemos, Sonhamos e Morremos. (Conde Von Noble)

Na serra gaúcha haviam alguns Tiros de Guerra, dos quais podemos citar os Tiros de Guerra (TG`s) TG 311 Garibaldi, TG 248 Caxias do Sul , TG 357 Bento Gonçalves , TG 276 Venancio Aires , TG 298 Corvo – Canela , TG 320 M. Vêneto - A. Chaves - Santa Maria, TG 404 Vacaria, TG 412 Gramado – Tapera, TG 460 V. Alegre - São Francisco de Paula , TG 334 São Francisco de Paula, TG 395 Carlos Barbosa. Esses Tiros de Guerra tinham o intuito de ter uma espécie de reserva para o exército caso necessário.



Imagem dos primeiros atiradores do Tiro de Guerra no Rio Grande do Sul

Em 7 de setembro de 1902, Antônio Carlos Lopes fundou na cidade de Rio Grande-RS uma sociedade de Tiro ao Alvo com finalidades militares e eu, depois de 1916, foram impulsionados pela pregação patriótica de Olavo Bilac – Patrono do Serviço Militar – Sendo consequência, sobretudo, de um esforço comunitário municipal.

Os tiros de Guerra (TG) Órgãos de Formação da Reserva (OFR) que possibilita a prestação do Serviço Militar inicial, no município sede do TG, dos convocados não incorporados em Organizações Militares da Ativa (OMA) de molde a atender a instrução, conciliando o trabalho e o estudo do cidadão.

Além de propiciar a prestação do serviço militar inicial, os TG devem:

- 1) Contribuir para estimular a interiorização e evitar o êxodo rural;
- 2) Constituir-se em pólos difusores de civismo, da cidadania e do patriotismo;
- 3) Colaborar em atividades complementares, mediante convênio com Órgão Federais, Estaduais e Municipais no funcionamento de ensino

profissionalizante em suas dependência e na utilização das mesmas em práticas cívicas, esportivas e sociais em benefício da comunidade local;

- 4) Mediante autorização dos Comandantes Militares de Área:
 - a) atuar na Garantia da Lei e da Ordem e na Defesa Territorial
 - b) participar na Defesa civil; e
 - c) colaborar em projetos de Ação Comunitária

Os tiros de guerra em sua essência tinha como objetivo:

1. Municípios conhecedores dos problemas locais, interessados nas aspirações e realizações de sua comunidade e cidadãos integrados na realidade nacional.
2. Reservistas de 2ª categoria (Combatente Básico da Força Terrestre) aptos a desempenharem tarefas limitadas, na paz e na guerra, nos quadros de Defesa Territorial, Defesa Civil, Defesa Interna e Ação Comunitária, e
3. Líderes democratas, atentos às influências ideológicas contrárias aos ideais da nacionalidade.

O historiador tem papel de destaque, ao mostrar diferentes maneiras de ver situações do nosso cotidiano e acontecimentos do passado, temos em vista de que a História em si não muda, ela repete seu ciclo de tempos e tempos com outros personagens. Nosso ofício requer humildade de coração e a abertura da mente, isto é indispensável para que possamos compreender a História, a qual tem como uma de suas principais funções, mostrar a trajetória da humanidade, não deixando valores, tradições e crenças se perderem com o tempo.

A Primeira Guerra² trouxe consigo a necessidade de uma maior profissionalização no Exército, com uma reserva mais eficiente e preparada, embora o Exército não estivesse em condições financeiras de desenvolvê-lo neste momento. Segundo Oliveira e Castro:

O interesse do Exército Brasileiro pelos tiros-de-guerra foi claramente demonstrado em 1917. Nesse ano, foi criada a Diretoria Geral dos Tiros-de-Guerra, subordinada diretamente ao então Ministério da Guerra. O número de tiros-de-guerra nesta época atingiu a cifra de 572 organizações, abrigando um efetivo de cerca de 50 mil atiradores (Oliveira e Castro, 2007, p. 4).

A organização conhecida como *Tiro de Guerra* vem de um desejo primeiro do Exército Brasileiro de organização e da formulação de reservas para a proteção do país. A origem do TG remonta ao Tiro Nacional³, criado em 1899 durante o governo do presidente Campos Sales e que objetivava a prática do tiro ao alvo, como um curso aos militares e civis autorizados (Batista, 2005, p. 49).

Antônio Carlos Lopes criou no Rio Grande do Sul a Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, que seria chamada mais tarde de Tiro de Guerra Brasileiro no ano de 1902.

Em 1906 foi reativada pelo Marechal Hermes da Fonseca a Confederação Brasileira de Tiro, fundada em 1826, mas que até aquela data, não havia atingido os objetivos propostos. Estava sediada no Rio Grande do Sul e contemplava as demais sociedades espalhadas pelo Brasil. Durante a gestão de Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra – 1906 a 1909 – a sede da Confederação passou para a capital da República, a cidade do Rio de Janeiro.

² Primeira Guerra: Conhecida como a Grande Guerra teve início em 28 de julho de 1914 e terminou em 11 de novembro de 1918.

³ Tiro Nacional: Foi uma reestruturação do exército nacional criada em 1899, tornou-se realidade através de uma elite de profissionais militares.

No ano de 1908 é criada a lei do Sorteio Universal, o que acaba tornando assim o Serviço Militar obrigatório, iniciam os primeiros trabalhos de uma organização envolvendo um contingente mais homogêneo da sociedade, a lei de recrutamento de 1874 tinha muitas brechas como dispensa por pagamento, substituição, isenção para bacharéis, empresários, padres, entre outros, resultava no recrutamento das classes que não possuíam recursos financeiros ou políticos (Batista, 2005, p. 45).

Foram muitas as mudanças originadas com o recrutamento por sorteio universal. Esse mecanismo serviu para abrir as portas da corporação para parcelas mais amplas da sociedade. As campanhas cívicas foram fundamentais para modificar a opinião pública sobre as forças armadas, assim, a ideia de soldado-cidadão e do cidadão-soldado ganhou espaço no seio população (Fagundes, 2010, p.132).

Em 1916 é fundada a Liga de Defesa Nacional. Liderada por Olavo Bilac, divulgava a ideia do serviço militar obrigatório e do cidadão-soldado, como sendo essencial para o desenvolvimento do país. É através desta campanha de opinião pública que a população adere e acontece o primeiro sorteio militar entre os jovens de 21 anos de idade:

Era o triunfo definitivo da gloriosa campanha de Bilac, o mais empolgante e mais amplo de todos os movimentos cívicos da nossa História, vitorioso em todos os quadrantes do País, apenar dos obstáculos e dos problemas enfrentados, inclusive o criado por uma pequena, mas vigorosa, oposição no Congresso Nacional, sem contar alguns recursos impetrados na Justiça por cidadãos que pretendiam eximir-se da prestação do Serviço Militar, razão por que a sua constitucionalidade foi apreciada e reconhecida, em caráter definitivo, pelo Supremo Tribunal Federal (Tavares, 1985, p. 79).

Em 1918 adotou-se a Carteira de Reservista como um documento de controle, sendo exigida principalmente para admissão em cargos públicos. Os TG passaram para o controle do Exército, assim como aconteceu com o

Alistamento Militar em 1919, que até então era coordenado pelas juntas locais, ligadas ao governo municipal e, portanto, passíveis ao jogo político existente (Batista, 2005, p.48).

Os TGs precisavam de autorização para o funcionamento, recebiam armas, munição e um instrutor designado pela região militar para a instrução. Após o exame, os reservistas aprovados recebiam a carteira de reservista, que os classificava como combatentes de segunda categoria, e com isso, não precisavam prestar o serviço militar nos quartéis. Os Tiros eram preferidos nas regiões interioranas, pois propiciava aos jovens permanecer em suas localidades, afastando o perigo do encantamento pelas grandes cidades onde estavam localizados os quartéis. Assim, essas sociedades tornaram-se entidades prestigiadas em suas cidades.

Segundo Bergesch (2000), os TG eram espaços de treinamento onde os jovens obtinham, ao ser aprovados no exame, a Carteira de Reservista do Exército, assim tornando-se soldados de segunda classe¹. Por terem concluído o treinamento e serem aprovados no exame, não havia a necessidade desses jovens prestarem o Serviço Militar no Exército, porém, era o que muitos queriam, davam continuidade entrando no exército, principalmente os da zona rural, que auxiliavam a família no cultivo da terra.

Outro fato que se deve destacar, é que muitos destes jovens ainda tinham dificuldades de se expressar pela língua portuguesa, pois com sua família o que mais falavam eram os dialetos italianos.

As organizações dos tiros de guerra transcorrem com o apoio das administrações municipais e o comando militar da região, sendo por esses fornecido o armamento e fardamento necessários para os treinamentos, além dos instrutores e ao município cabe o dever de fornecer uma localidade ou instalações adequadas para tal empreendimento. Logo que foram instituídos os tiros de guerra, as famílias que enviavam seus filhos eram as que tinham maiores condições financeiras pois, era necessário pagar uma taxa mensal ou anual para manter o filho homem mais velho no tiro de guerra, segundo informações de familiares de ex-atiradores do Tiro de Guerra, nas localidades

mais rurais, as famílias pagavam com uma certa porcentagem do que produziam nas suas plantações.

Os tiros de guerra são responsáveis por constituir importantes polos de civismo, da cidadania e do patriotismo, o que se formos parar para analisar está fora de moda na atualidade, porém, procura deixar esses cidadãos integrados à realidade nacional.

Um dos objetivos dos Tiros de Guerra é a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade onde estão inseridos, transformando-se como verdadeiros elementos modificadores das duras condições das regiões em que residem, consistindo-se como centro de formação das futuras lideranças comunitárias e municipais no campo da política, da educação, da governança, da iniciativa privada.

Ou seja, cidadãos que terão franca e intensa participação no desenvolvimento regional e nos benefícios sociais que se desdobram com essa possibilidade, assim tendo a possibilidade de formar possíveis líderes democratas atentos aos ideais da nacionalidade brasileira e a defesa do estado democrático por direito.

São Francisco de Paula e um pouco da sua história

Para que se possa compreender um pouco melhor a formação e a história na qual o Rincão dos Kroeff e São Francisco de Paula estão inseridos, devemos voltar no tempo, mais precisamente em meados de 1600, cerca de 300 anos antes das ondas imigratórias. O chamado “Município Mãe”, ou seja, o município que deu origem a formação dos demais, é Santo Antônio da Patrulha, que nos anos 1600 era conhecido como Guarda Velha. Este recebeu tal denominação devido a uma ordem da Coroa Portuguesa, para que fosse feita a instalação de uma guarda para controle da passagem de pessoas e animais, a qual foi uma das primeiras guardas do sul da colônia.

Durante muito tempo o gado era levado pelo litoral, costeando até Laguna em Santa Catarina e depois por outro caminho até São Paulo, como o

movimento das tropas era grande e o tempo que se levava era demorado devido ao longo caminho. Essa intensa movimentação fez com que por volta de 1731, o caminho para as tropas fosse melhorado, assim surgindo uma nova rota.

Essa rota que havia sofrido melhorias ia da Guarda Velha, passando pela Serra Geral (atual Serra do Umbu), seguindo por dentro do atual município de São Francisco de Paula, mais precisamente pela Avenida Júlio de Castilhos (há um monumento aos tropeiros nesse local). Seguiu pela atual ERS 020, passando por Vacaria dos Pinhais (atual município de Vacaria) e indo até Santa Catarina. Onde posteriormente eram enviados para São Paulo ou Minas Gerais.

Essa região também foi chamada de “Caminho dos Tropeiros” e “Serra Velha” e sempre teve grande importância para a Coroa. Por ali transitavam as tropas de gado e cavalos, entre outros animais, que eram de grande importância devido ao seu uso na região de São Paulo e Minas Gerais nas atividades mineradoras.

Devido a essa intensa movimentação, não demorou muito para que fossem surgindo povoados e gente interessada em adquirir as Sesmarias aos redores dessa via. Pedro da Silva Chaves foi o Capitão que comprou as terras onde atualmente é o município de São Francisco de Paula. Como o mesmo era muito devoto ao santo São Francisco de Paula, doou o terreno e algumas cabeças de gado para que fosse construída a igreja e assim entronizou o santo.

Em 1835 o lugar ficou conhecido como Capela de Cima da Serra, anteriormente era chamado de Povoados de Cima da Serra e em 1856, pela lei provincial nº 226, em 30 de novembro, a localidade de Capela de Cima da Serra foi elevada a Freguesia de Cima da Serra, mas ainda pertencia a Santo Antônio da Patrulha. No ano de 1878, foi elevada a categoria de Vila, ficando denominado de São Francisco de Paula de Cima da Serra, dez (10) anos depois em 1889, através da lei nº 1.750 foi mandada sua extinção e anexação ao Município de Taquara do Mundo Novo.

Porém, em dezembro do mesmo ano, o estado revogou a lei através do ato nº 26. Já em 1892, novamente o município é anexado a Taquara através do ato nº 302 e pelo decreto nº 563 de 23 de dezembro de 1892, definitivamente São Francisco de Paula foi estabelecido como município. Após uma trajetória um tanto quanto conturbada, o município de São Francisco de Paula atualmente é chamado carinhosamente de “São Chico” pelo seu povo.

Tiro de guerra de São Francisco de Paula e os homens como orgulho das famílias

Sobre os amantes e os soldados, sobre os homens condenados à morte, sobre todos aqueles que o poder cósmico da vida preenche, o poder do destino desce por vezes imprevisto numa súbita iluminação que será a sua graça e o seu fardo. (Heinrich Boll)



Foto: Acervo pessoal da autora

Para as famílias era muito importante a participação do filho mais velho homem no Tiro de Guerra, isso de certa forma representava um status, o qual

dava um destaque e visão maior da família perante a sociedade regional, além do que na época participar dos TG's era como uma espécie de sonho para muitos jovens entre os anos de 1920 e 1943 pois, fazendo parte do Tiro de Guerra o mesmo não precisaria trabalhar nas plantações ou propriedades familiares.

Através da pesquisa é possível destacar que nem sempre entre os anos de 1920 e 1943 o Tiro de Guerra esteve sempre presente nas localidades serranas, como um forte indício dessa afirmação podemos usar o exemplo dos TG's 460 e 334, ambos localizados na cidade de São Francisco de Paula.

O Tiro de Guerra 460 - V. Alegre- São Francisco de Paula esteve em funcionamento nos anos de 1920- 1921-1922-1926-1927-1935-1936-1937-1938-1939-1941- e 1943.

Já o Tiro de Guerra 334- São Francisco de Paula funcionou em 1921-1922-1926-1927-1928-1929-1930-1931-1932- 1933 e 1934. Muitos podem ter sido os fatores que levaram ao não funcionamento desses TG's durante os anos de 1923-1924-1925 e 1942, talvez a falta de patrocínio, falta de mão de obra especializada do exército para trabalhar na região serrana do estado, ou em algum momento o município possa ter vindo a não ceder as terras para que os mesmos pudessem ocorrer.

Todas as informações relacionadas aos Tiros de Guerra na Região Serrana sempre foram muito escassas, pois, essa região não era tão importante para o governo da época, e quem mais recebeu destaque nos jornais (Correio do Povo) da época foram os Tiros de Guerra de Porto Alegre e região mais próxima a capital do estado.



Tiro de Guerra na Região Serrana do Rio Grande do Sul- Acervo Marcelo Peretti

Durante um tempo os TG's no Rio Grande do Sul receberam devido valor, não apenas por terem sido idealizados no nosso estado, mas também pelo treinamento que proporcionavam aos jovens da época, além das experiências que os mesmos adquiriram com esses treinamentos, porém, o interesse relacionado aos Tiros com o tempo vai se perdendo e isso é o que ocorre em relação ao Tiro de Guerra, por ter sido uma prática a qual após os anos 1945 não ocorreram mais em nosso estado, mesmo que este tenha sido o precursor desse movimento preparatório e de alistamento ao serviço militar.



Tiro de Guerra na Região Serrana do Rio Grande do Sul- Acervo
Marcelo Peretti

Durante os Tiros de Guerra eram realizados diversos treinamentos, não apenas de tiro, mas também físicos, os quais podemos observar na imagem anterior, onde vemos um grupo de jovens os quais faziam parte dos grupos de Tiro de Guerra da Região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul realizando atividades físicas, a qual teria como objetivo o aumento do condicionamento físico e resistência desses jovens frente às adversidades que poderiam encontrar caso fossem fazer parte de um conflito armado.

Devemos saber a importância desses Tiros de Guerra, tanto histórica quanto no desenvolvimento dessas cidades interioranas que os sediaram, é importante abordar os TG's da região serrana do estado do Rio Grande do Sul, principalmente o TG 248 o qual estava instalado na cidade de Caxias do Sul. A presença do Exército Brasileiro em Caxias do Sul ocorre desde 1918, quando foi instalado o Tiro de Guerra n° 248.

A construção do quartel que é conhecido nos dias atuais foi iniciada em 1922 e concluída um ano depois, em 1923. Entre os anos de 1927 e 1949, o lugar sediou o antigo 9º Batalhão de Caçadores, seguido do 1º Grupo do 4º Regimento de Artilharia Antiaérea, esse por sua vez, instalado em 15 de abril de 1950.



Fachada do Pavilhão de Comando. Foto: Studio Geremia, coleção Hildo Boff

Após muita pesquisa foram encontradas algumas imagens que fazem referência ao Tiro de Guerra 248, reportagens e anúncios de jornais que falassem sobre o mesmo não foram encontrados, isso provavelmente pelo fato de os Tiros de Guerra da região serrana do estado do Rio Grande do Sul, não serem o ponto mais interessante para o Exército.



Foto: Studio Geremia, coleção Hildo Boff, divulgação

Conclusão

Muitos desses Tiros de Guerras foram responsáveis por trazer uma maior movimentação para os centros urbanos dessas cidades, como muitos desses jovens residiam no interior e trabalhavam no campo, para que os mesmos pudessem participar dos treinamentos, eles tinham a necessidade de se deslocar até o centro das cidades, ou, até onde estava situado os lugares para o treinamento.

Tendo em vista que esses jovens militares da reserva poderiam fazer girar um lucro na região, principalmente pela questão do consumo, convenhamos que naquela época a alimentação oferecida talvez não fosse boa, muitos comerciantes viram ali uma possibilidade para expandirem seus negócios.

Assim abrindo lojas, mercearias, até mesmo bares, os quais passaram a serem frequentados por esses jovens rapazes, que estavam entrando em

contato com a sociedade da época e tornando-se seres atuantes, principalmente os que após prestarem o tempo obrigatório dos Tiros de Guerra, ingressaram na carreira militar, por ver ali uma possibilidade de crescimento.

Esse assunto (Tiros de Guerra) por fazer parte da Nova História, tendenciosamente poderá ser uma ótima área de estudos para a historiografia, principalmente no meio acadêmico, suas inúmeras vertentes e o porque os mesmos foram extintos do Rio Grande do Sul, o qual foi o seu berço.

Cabe ao historiador compreender as suas fontes e principalmente saber trabalhá-las com cautela, não pregando as informações que são sempre ditas pelo exército nacional, pois, devemos ser neutros quanto ao nosso objeto de estudo.

Referências:

ACKER, Celso Henrique. Serviço Militar e Nacionalidade: Os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul- O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944), Porto Alegre, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 51-68 (“A história, os homens e o tempo”).

BUFFÃO, Marcio Paffrath. Muito prazer! Eu me chamo... Rincão dos Kroeff. Mais do que uma História, uma lembrança, São Francisco de Paula- RS, Evangraf, 2011.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs). **Capítulos de História do RS**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
<http://www.cacador.net/portal/Noticias.aspx?cdNoticia=7402&cdNoticiaDivisao=2>
Acesso em 17 de maio de 2021

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

REICHEL, H Eloisa Jochims. **A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha**. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.) **RS: economia e política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 255-275.

SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro: Ontem, Hoje, Sempre.** São Paulo: EGGCF, 2000.

WEBER, Daniela Maria. *A imagem dos Tiros de Guerra no Jornal O Paladino (1921-1939)*, Lajeado, 2010.

Apontamentos sobre a colônia Princesa Dona Isabel

Carlos Henrique Monschau Funck

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Bolsista PROSUC/CAPES.

Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Bento
Gonçalves.

E-mail carlos.funck@bento.ifrs.edu.br

Considerações iniciais

A antiga Colônia Princesa Dona Isabel - hoje Bento Gonçalves, teve sua fundação em 24 de maio de 1870 por meio de Decreto exarado pelo Presidente da Província como resultado da política imigratória do Governo Imperial. Em 12 de abril de 1884 foi elevada à distrito de Montenegro, denominada Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel por meio do Decreto n. 9183 (MANFROI, 1975) passando “ao regime comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial” de Colônia. (IOTTI, 2001, p. 434).

Inicialmente chamada de “Cruzinha”, a Colônia Princesa Dona Isabel era “limitada ao norte pelo Rio das Antas; [...] ao sul pela Colônia Conde D’Eu; a leste, pela Colônia Caixas [...] e a oeste pelo rio das Antas e rio Taquari”. (PARIS, 1999, p. 50).

Na Colônia Princesa Dona Isabel, destino de muitos imigrantes, principalmente do norte da Itália, coube aos “engenheiros e o Diretor da Colônia [...] determinar, após o mapeamento hidrográfico topográfico, terras para a construção de ruas, praças, Igreja, escola, cemitério, cadeia, casa de administração”. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 32). Ao Diretor da Colônia também ficava a incumbência do acolhimento dos imigrantes nos Barracões, no primeiro momento, até o dia em que fossem para seus lotes, dentre outras responsabilidades.

O presente estudo tem como objetivo trazer dados da formação e o desenvolvimento de um dos maiores destinos turísticos do Rio Grande do Sul, o município de Bento Gonçalves ainda na condição de Colônia Imperial. Pesquisar este período é significativo para o entendimento da formação identitária local, pois “a identidade de um povo se processa de múltiplas formas, e o momento de sua formação é condição de estruturação.” (HERÉDIA, 2004, p. 17).

Nascida como Colônia Imperial, hoje Bento Gonçalves se destaca no cenário nacional como o principal destino do Enoturismo do Brasil. Explorar os primeiros anos desta colônia pode jogar luzes sobre o turismo, setor que movimenta a economia da cidade.

Essa pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, pretende contribuir acerca da história do município e do turismo, uma vez que o setor tem se valido da história e da cultura como atrativos turísticos e formação de novos roteiros. O estudo investiga as primeiras hospedagens e discute o papel dos barracões na ocupação inicial da imigração italiana na região.

A colônia Princesa Dona Isabel de 1870 a 1884

O governo imperial brasileiro adotou políticas diferenciadas relativas a imigração e a implantação de colônias em diferentes épocas. Segundo Herédia e Paviani (2003, p.23) “pela Lei 514, de 1848, o governo imperial cedia [...] terras devolutas [...] à colonização, proibia o emprego de escravos, e os imigrantes deveriam explorar as terras para receber o título de propriedade”. Com o amparo desta lei e da Lei Provincial de 4 de dezembro de 1851, criaram-se colônias e normatizaram a concessão de terras no Brasil.

Na Colônia Princesa Dona Isabel, criada em 1870 numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial, os primeiros tempos foram muito difíceis pois havia a necessidade de tudo fazer: cabia aos engenheiros e agrimensores demarcar as terras; abrir picadas no meio da vegetação densa com a utilização de instrumentos simples; pensar e planejar onde seria o

melhor local para a sede e nesta o espaço da diretoria, igreja, escola, os barracões ou “casas de recepção” (SEYFERTY, 2015) e demais estabelecimentos necessários para consecução da implantação da Colônia Princesa Dona Isabel.

A entrada do imigrante no Brasil fez parte de um processo de mudanças nas estruturas sociais e econômicas que se processavam no Brasil e na Itália do século XIX. Das diversas levas de emigrados ao Rio Grande do Sul que aportaram nas terras do Nordeste gaúcho, região onde se localiza o município de Bento Gonçalves, podemos destacar que foram das “províncias do Vêneto, da Lombardia, do Trentino-Algo Ádige e do Friuli-Venécia Júlia os maiores contingentes”. (PARIS, 1999, p.20).

A Itália teve seu processo de unificação nacional em 1870. Sobre este período é necessário observar “mudanças das relações de produção, das fronteiras e da cobrança de impostos” (PARIS, 1999, p. 18) que se processaram. Mudanças administrativas, desdobramentos da Revolução Industrial, excedente de mão de obra, conflitos e doenças que assolavam os habitantes da península itálica no século XIX. Nesta esteira, Paris (1999, p.20) é assertiva ao afirmar que

As massas populares italianas encontravam-se condenadas à miséria e à fome. Embora se possa dizer que o esgotamento das terras, as crises agrícolas, a política fiscal e o desflorestamento, a política comercial, entres outros, foram motivos que levaram tantos *contadini* (agricultores), em sua maioria, a deixarem sua terra natal e partirem em busca de melhores condições de vida, deve-se estar ciente de que a principal motivação está no bojo das transformações que a expansão do capitalismo ocasionou. As mudanças de um modo de produção são longas e graduais, e a emigração de italianos pode ser inserida como consequência dessas transformações.

O Primeiro-ministro italiano Francesco Crispi – (de 1887 a 1891), considerando a emigração “um mal, mandou estudar suas causas, que foram identificadas com a miséria, o desemprego, os baixos salários, o espírito de

aventura, o excesso de mão de obra. Entendeu que não podia freá-la e decidiu então regulamentá-la”. (CERVO, 1992, p. 12). Logo, não podendo cessar o processo emigratório, as autoridades passaram a instituir uma política migratória “que se caracterizava por duas orientações de Governo: tutelar ou proteger os italianos no exterior e mantê-los vinculados à pátria”. (CERVO, 1992, p. 12).

Para o Brasil “o imigrante foi a solução de grandes problemas no Brasil, como a substituição da mão-de-obra escrava pela livre”. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 13), pois os ventos de mudanças que ocorriam no mundo começaram a provocar mudança em nossa estrutura econômica firmada nos pilares do latifúndio, da monocultura e na mão de obra escrava.

A política imigratória, iniciada por D. João VI, ainda na primeira metade do século XIX recairia sobre os europeus calcada na política de inserção de homens livres. Mais especificamente, em se tratando da província de São Pedro, o objetivo era instalá-los em núcleos coloniais onde a pequena propriedade e a agricultura familiar fossem as principais características.

Aos governos imperial e provincial interessava a imigração europeia e a colonização, também, para “aumentar a produção agrícola [...] no contexto maior da mudança da política de terras e da política de mão-de-obra, [...] que visavam adaptar o Brasil ao desenvolvimento do capitalismo europeu”. (GIRON, 1994, p. 25).

Esses imigrantes eram cooptados na Europa, por meio de propaganda dos benefícios que teriam se emigrassem para o Brasil. Dentre eles: “transporte gratuito, a concessão de um lote rural, instrumentos de trabalho e ajuda financeira, no processo inicial de ocupação”, (HERÉDIA, PAVIANI, 2003, p.18) hospedagem e alimentação.

Em 1818, deu-se a assinatura de um contrato para introdução de suíços no Rio de Janeiro na localidade que passou a chamar-se Nova Friburgo. Os colonos chegaram em 1819, após longa e dificultosa viagem marítima. Essa primeira tentativa mostrou-se infrutífera devido, entre outros fatores, à má administração colonial. Essa política imigratória contribuiria “para o

povoamento de áreas vazias e [criaria] classes intermediárias entre o senhor e o escravo, estimulando o trabalho livre e o fomento à criação de serviços de infraestrutura [...] com fins de desenvolver o país”. (HERÉDIA, PAVIANI, 2003, p. 22).

Em 1824 o governo Imperial com “os interesses relacionados com o povoamento e colonização [...] e com a possibilidade de que os núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar [...] o poder da oligarquia regional” (PESAVENTO, 1994, p.25) iniciou um processo de colonização alemã na Província São Pedro do Rio Grande do Sul.

Essas terras que os imigrantes alemães receberam, no primeiro momento, eram doações governamentais que, depois de 1854, passariam a ser adquiridas por meio da compra dos lotes. Os primeiros colonos formaram Colônias às margens do Rio dos Sinos. Segundo Herédia e Paviani (2003, p. 19) “A colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi uma das experiências de núcleos colônias de maior sucesso de colonização oficial.”

A fim de se garantir um fluxo migratório e as condições para a manutenção deste, o Governo Imperial elaborou uma série de leis e decretos. Destaca-se a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que dispôs sobre as terras devolutas do Império “para o estabelecimento de colônias, e sobre a compra e a venda dos lotes”. (PARIS, 1999, p. 23).

Outro documento importante nesta esteira regulamentatória foi o Ato de 08 de maio de 1854 que “dispunha sobre os marcos e demarcações de léguas, travessões e lotes. Além disso, possibilitava o acesso a terra a qualquer indivíduo independente de sua nacionalidade, e concedia auxílios em favor da colonização”. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 16). Cumpre destacar, também, o Decreto Imperial nº 3784, de 19 de janeiro de 1867 que regulou e uniformizou a Fundação das colônias, distribuição de terras e condições de propriedade.

Nota-se que, durante o Império, houve inúmeras alterações nas legislações que versavam sobre as terras devolutas do império, a colonização

e a imigração. No bojo destas mudanças, ora se concediam vantagens aos imigrantes, ora as suprimiam.

Importante ressaltar que, independentemente se a imigração foi por vias oficiais ou particulares, a entrada de imigrantes europeus contribuiu “de forma decisiva para o processo de crescimento e diversificação da economia” (HERÉDIA, PAVIANI, 2003, p. 21) e, para além do aspecto econômico, a entrada dos imigrantes “teve repercussão na estrutura da sociedade brasileira” (HERÉDIA, PAVIANI, 2003, p. 21) e na composição heterogênea da cultura nacional, principalmente no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul apresentou, em diversos momentos, conflitos entre forças políticas. Este território, após longo período entregue aos indígenas e às reduções jesuíticas castelhanas teve, a partir de 1726, o início de “uma exploração sistemática e oficial do território com o objetivo de descobrir caminhos e de conquistar o gado solto. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 18). Nesse processo de “exploração oficial” avançou-se para o interior, com levas de homens oriundos, principalmente, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e, também, de português da Ilha dos Açores.

Tivemos, ao longo de todo o século XVIII, a abertura de caminhos, criação de fortes e o início de muitos povoados.

A Província de Pedro do Rio Grande do Sul, com o passar dos anos e o aumento das charqueadas e da importância do charque para o abastecimento do comércio no Sudeste, ligados ao sucesso de outras atividades agropecuárias e à produção de trigo apresentava-se como umas das mais promissoras. Esse período de prosperidade foi abalado a partir de 1820 com a Revolução Farroupilha e as pragas agrícolas.

Percebe-se que, de um período de dominação das terras; conquista do gado solto; implantação de atividades agropecuárias; cultivo do trigo e povoamento do interior, sobrevém outro, com perdas agropecuárias e guerra que desestabilizaria a região.

No final do século XIX, a imigração alemã para o Brasil sofria declínio enquanto a imigração italiana passava a ser a que constituía o maior número

de imigrantes. No Rio Grande do Sul estes emigrados da Itália, que para cá se dirigiam, começaram a receber terras na Encosta Superior Nordeste da província do Rio Grande do Sul. Cooptados por “agentes da propaganda [...] que prometiam viagem gratuita, auxílio nos primeiros anos, nacionalização imediata e a possibilidade de serem proprietários de terra”. (PARIS, 1999, p. 23).

O governo imperial brasileiro adotou políticas diferenciadas relativas a imigração e a implantação de colônias em diferentes épocas. Segundo Herédia e Paviani (2003, p. 23) “pela Lei 514, de 1848, o governo imperial cedia [...] terras devolutas [...] à colonização, proibia o emprego de escravos, e os imigrantes deveriam explorar as terras para receber o título de propriedade.” Com o amparo dessa e da Lei Provincial de 4 de dezembro de 1851, criaram-se colônias e normatizaram a concessão de terras no Brasil.

Apesar de criadas as Colônias Princesa Dona Isabel e Conde D’Eu isso não garantiria seu sucesso de imediato. De acordo com Herédia e Paviani (2003, p. 25) “em 1871, os sintomas do fracasso na ocupação dessas terras eram visíveis, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde d’Eu e nenhum em Dona Isabel.” Dentre as dificuldades encontradas estava, principalmente, a precariedade ou falta completa de estradas que propiciassem o acesso dos colonos às vilas e cidades.

Percebe-se que, apesar dos esforços governamentais para a efetivação da colonização, a falta de infraestrutura viária, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, dentre outros motivos, foi decisiva para o insucesso inicial da colonização em Dona Isabel e, em grande medida, em Conde d’Eu. Para resolver esta situação e, efetivamente, colocar em prática a política de ocupação do território da Encosta Superior Nordeste da Serra Gaúcha, o governo imperial não olvidou esforços, dentro de sua política de efetivação da imigração europeia, para que os imigrantes pudessem ter condições de chegar à terra e iniciar a colonização.

Dentre os esforços para a efetivação da colonização na Colônia Princesa Dona Isabel foi a construção dos barracões que seriam destinados a

hospedar os imigrantes até que fossem direcionados aos lotes coloniais. Este equipamento público, em Dona Isabel, apesar das críticas quanto às demais casas de recepção ao longo da viagem até a Colônia, eram de suma importância pois seriam o local do acolhimento, da alimentação, do descanso, da socialização e segurança até que fossem designados aos lotes coloniais.

O porto de Gênova foi um dos principais portos para a emigração de Italianos para as terras do Rio Grande do Sul, mas sem antes aportarem nos portos do Rio de Janeiro ou de Santos, principalmente. No interregno da chegada à Porto Alegre e sequência da viagem rumo às terras da colônia Dona Isabel, eram alojados em uma hospedaria, na capital gaúcha, em precárias condições. De Porto Alegre, os italianos que eram remetidos,

via Montenegro para as Colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel, desembarcavam no porto de Montenegro, sobre o rio Caí, e eram conduzidos provisoriamente para um grande galpão existente em uma chácara situada no arrabalde do agora bairro Taninópolis, [...] em parte do qual está instalado o Parque Centenário. Neste galpão, os imigrantes acomodavam-se como podiam, com poucos recursos, até que as carretas de mulas ou tropas de animais(burros) cargueiros os levassem serra acima ou ao seu destino. (PARIS, 1999, p. 31).

Nesta “casa velha sem cômodos”, é que se materializava a prometida hospedagem para imigrantes que já estavam exaustos da longa jornada. Após esta estadia em Montenegro, os imigrantes que se destinavam a Colônia Princesa Dona Isabel “prosseguiram por terra, via Maratá, ponto inicial das caminhadas pelas matas, cujo percurso era feito a pé, com os filhos nas costas, e raramente dispoendo de muares para o carregamento de bagagens”. (ZARDO et al., 1995, p. 17).

Após exaustiva jornada, assim que os imigrantes chegavam à Colônia Princesa Dona Isabel “eram recebidos por uma comissão incumbida de demarcar e construir barracões para abrigar os colonizadores. [Nesses barracões alimentavam-se] de caça, pesca, frutos silvestres e do pouco que era

fornecido pelo governo”. (PARIS, 1999, p. 41). Dos barracões eram designados aos lotes coloniais, onde “iniciaram uma agricultura de subsistência representada pelo cultivo do milho, trigo e videira”. (PARIS, 1999, p. 41).

Na literatura sobre estas hospedagens, há menção ao relatório do ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, datado de 1879. Nesse relatório menciona que na Colônia Princesa Dona Isabel, havia “casa do diretor, regularmente conservada; do ajudante, de sólida construção e boa aparência; do professor, do médico, capéla provisória, e um barracão na Linha Palmeiro, para agasalho dos imigrantes”. (PARIS 1999, p. 48).

De acordo com Zardo et al, (1995, p. 22) esse Barracão da linha Palmeiro era “uma habitação rústica, mal vedada, construída com barro e taquaras, e coberta de capim, que abrigou os imigrantes”. Outra casa de recepção dos imigrantes localizava-se à Rua Saldanha Marinho, que situava-se nas proximidades da antiga Linha Geral. Este barracão “de madeira servia de alojamento provisório a novos imigrantes”. (LORENZONI, 1975, p. 122).

A linha Palmeiro, demarcada em 1871, localizada entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves, possuía 28 km, era uma das principais linhas por onde se distribuía os lotes coloniais e moravam os imigrantes. Em termos numéricos, moravam na Linha “Palmeiro, 1666; Argemira, 65; Armênia, 206; Estrada Geral, 143; Zamith, 311; Jacinto, 426; Faria Lemos, 99; Leopoldina, 589; Sede, 50; Lima Fernandez, 26; Eulália, 110; Alcântara, 2016; Paulina, 323 e Jansen, 945”. (DE BONI, 1985, p.29).

Os principais produtos coloniais comercializados eram o feijão, o trigo, a carne de porco e a banha dos quais sua venda era necessária para a aquisição do “açúcar, café, sal e o indispensável para vestir”. (PARIS, 1999, p. 42).

Apesar da produção local, havia produtos que não eram produzidos pelos colonos e precisavam ser comprados na sede da Colônia. Nessa, ao mesmo tempo que compravam o que não produziam comercializavam o excedente produzido na propriedade rural. Outra necessidade era a moagem do trigo. Como não existiam moinhos na região de Dona Isabel os colonos

iam “no lombo do cavalo ou mesmo à pé, [...] até Montenegro para moer a farinha. (PARIS, 1999, p. 41).

Em 1879, as condições da Colônia Dona Isabel são relatadas da seguinte maneira:

Existe escola missa de ensino elementar, cuja frequência foi no último ano de 62 alunos do sexo masculino e 39 do sexo feminino. Contem-se: a casa do Diretor, regularmente conservada; do ajudante de sólida construção e boa aparência; do professor, do médico; capela provisório e um barracão na linha Palmira, para agasalho dos imigrantes recém-chegados.” Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 22º relatório, em 1879. (PARIS, 1999, p. 124 - 125).

Com algumas melhorias na Colônia Princesa Dona Isabel e o aumento populacional, já em 1884 relatava-se “muitas casas de negócios, moinhos, cervejarias, farmácias, sapatarias, selarias, serrarias, ferrarias, hotéis e muitos teares para linha e seda” (DE BONI, 1985, p. 41). Neste período já havia inúmeros parreirais na terra que viria a ser o primeiro destino do Enoturismo do Brasil bem como diversas plantações, lavouras e diversificada criação de animais. (DE BONI, 1985).

Assim, toda essa prosperidade da Colônia Princesa Dona Isabel criou condições para, por meio do Decreto nº 9183 de 12 de abril de 1884, passá-la à condição de Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel como o 4º Distrito de São João de Montenegro aumentando seu status e dotando-a de relativa independência administrativa.

Considerações finais

Pesquisar os primeiros anos de Bento Gonçalves, que tem no Enoturismo e em seus roteiros turísticos forte apelo pela história do município, pela cultura de seu povo e por tudo que envolve a cultura da uva e

do vinho é descortinar parte da história da imigração italiana dos que se destinaram a Colônia Princesa Dona Isabel e que constituíram as bases para o que hoje o município se transformou.

Fundada em 24 de maio de 1870, a Colônia passou a receber levas de imigrantes italianos a partir de 1875. Esses, no primeiro momento, hospedavam-se nos Barracões até sua ida, em definitivo, para os lotes onde iniciaram o plantio e o cultivo do trigo, do milho e das primeiras videiras daquela que se tornaria o primeiro destino do Enoturismo do Brasil.

A partir de 1875 os imigrantes continuaram a chegar ano após ano. A Sede se desenvolve bem como as linhas e a abertura de novas estradas. Novos cultivos são introduzidos e o comércio de produtos produzidos na Colônia se intensifica, assim como a abertura de novas casas de negócio, selaria, ferrarias, cervejaria, venda de vinhos, hotel e albergue.

Assim, em meio à prosperidade da Colônia Princesa Dona Isabel, em 12 de abril de 1884 foi elevada à distrito de Montenegro, denominada Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel por meio do Decreto n. 9183 (MANFROI, 1975) passando “ao regime comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial” de Colônia. (IOTTI, 2001, p. 434).

Referências bibliográficas

DE BONI, L. A. **Bento Gonçalves era assim**. Porto Alegre: EST, 1985.

CAPRARA, B. S.; LUCHESE, T. A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves 1875 a 1930**. Bento Gonçalves: VISOGRAF, 2005.

CERVO, A. L. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

GIRON, L. *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. Parlenda, 1994.

HERÉDIA, A. C. G. *Humanismo de hoje: ser imigrante no universo da vida*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

HERÉDIA, V. B. M.; PAVIANI, N. M. S. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

IOTTI, L. H. (org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

LORENZONI, J. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

PARIS, A. **Memórias: Bento Gonçalves – RS**. Bento Gonçalves: Arquivo Público e Histórico Municipal, 1999.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Parlenda, 1994.

SEYFERTH, G. *A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo*. 35-37. In: HERÉDIA, V. B. M.; RADUNZ, R. (org). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

ZARDO, M. F. D.S.; ZANATTA, M. F.; LUNELLI, M. D.M.;

POMPERMAYER, C. M. C. **Barracão: um pedaço esquecido da história.**

Caxias do Sul: EDUCS, 1995.

A culinária dos orixás: religiosidade e gastronomia africana na serra gaúcha

Matheus Troglio*

Cristine Fortes Lia**

Nós não nos convidamos uns aos outros para comer e beber simplesmente, mas para comer e beber juntos! Plutarco

Considerações iniciais

Assim como as receitas de família são passadas de geração em geração, o jeito de cozinhar e a maneira de sentar à mesa revelam aspectos da nossa cultura, fatores de ordem ecológica, histórica, social e econômica dos mais diversos sistemas alimentares que temos no mundo, mostrando a relação dos seres humanos entre si e com a natureza. Nesse aspecto, a alimentação está diretamente ligada à cultura e à identidade de um povo, afinal, comer pode ser um gesto de celebração, de afirmação social e de resistência.

Desta forma, Montanari (2013) nos diz que o modo mais fácil de penetrar as diversas culturas, mais que decifrar a linguagem, por exemplo, é comer a comida do “outro¹”. Assim, pode-se dizer que o sistema alimentar de uma cultura se organiza em um código de valores. Além disso, quando percebido além do contexto cotidiano de sobrevivência, ganha traços simbólicos bastante significativos, que por sua vez representam determinada cultura.

*Graduado em Gastronomia. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Professor na escola SENAC de Caxias do Sul.

**Doutora em História. Professora e pesquisadora da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

¹O outro, para a antropologia, se refere a construções identitárias diferentes da que o observador tem.

De acordo com Silveira (2020), entre as diversas religiões afro-brasileiras, o Batuque é uma das mais desconhecidas. Essa religiosidade abrange os países vizinhos da região sul do país, como é o caso da Argentina, do Uruguai e de parte do Paraguai. No Brasil, tais religiões começam a se organizar por volta do século XIX. Entre eles, povos de etnias: iorubás, fons, bantos, sudaneses, por exemplo. Cada qual com sua própria religião e cosmogonia².

No Rio Grande do Sul, a tradição de matriz africana se funde de diversas vertentes e de diversos subgrupos étnicos dos iorubás, formando uma espécie de resistência, de modo a manter suas tradições vivas, constituindo “mini Áfricas” nas terreiras. Sendo assim, tais reestruturações se deram através de adaptações, de apropriações e da extinção de elementos que já não faziam sentido na nova terra, mas se mantiveram vivos nas senzalas e, após a abolição, foram se expandindo por todo o estado (SILVEIRA, 2020).

Corrêa (2017, p. 117) ressalta que “apesar de ser numericamente muito expressiva [...], a comunidade das religiões afro-rio-grandenses compõe uma espécie de rede subterrânea na sociedade gaúcha”. Também foi reconhecida como o modo de dar voz aos que não têm voz, ou a história dos vencidos. Por se tratar de uma tradição oral, a utilização de métodos de história oral contribui para a construção desse artigo. Podemos definir história oral como uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas, gravadas por meio de áudio e/ou vídeo, com os próprios atores das ações a serem estudadas.

A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da

²Corpo de doutrinas e princípios (religiosos, míticos ou científicos) que se ocupa em explicar a origem, isto é, o princípio do universo. Dicionário Online, Disponível em <<https://www.dicio.com.br/cosmogonia/>> Acesso em 18/09/2021

identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, isso é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada através de entrevistas de história oral. (ALBERTI, 2004, p. 24)

O estudo se justifica, pois no Rio Grande do Sul e, principalmente, na região da serra, isto é, locais considerados como os mais “europeus” do país, os dados apontados no Censo de 2010³ acabam por nos mostrar que, no Brasil, os praticantes de religiões de matriz africana somam pouco mais de 0,3% da população. O estado Rio Grande do Sul soma cerca de 1,6% da população, ou seja, enquanto o número de afro-religiosos diminuiu no país, em nosso estado, esse número aumenta. Qual a razão que faz com que exista uma “África de bombachas” justo onde se enaltece a colonização europeia?

Pontos “sagrados”

Um ponto importante a ser observado são os lugares considerados sagrados para tais comunidades religiosas, pontos esses que constantemente estão atrelados a roteiros turísticos diversos. Esses locais são referência para a crença e se sustentam na memória coletiva dos praticantes de religião, que é reforçada na confiança da eficácia mágica que representa os rituais feitos nesses pontos. Algo que seria muito bem aproveitado para introduzir as contribuições dos negros na cultura do nosso estado (SILVA, 1999).

O Mercado Público de Porto Alegre foi construído em 1869, entretanto suas paredes guardam muitos mistérios. Em algum lugar do mercado, foi feito um “assentamento” para Exu/Bará, a fim de proteger Porto Alegre. A ideia era

³Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 9 nov. 2020.

que esse Orixá provesse a cidade sem deixar faltar nada, protegendo-a. Existem duas possíveis histórias a respeito de quem teria feito esse ritual: uma das versões diz que os escravos que construíram o mercado o fizeram para protegê-los na nova terra. Já a outra versão sugere que um “príncipe” negro, Joaquim Custódio de Almeida, teria posto lá para proteger a cidade, a pedido de influentes políticos da época (SILVA, 1999).

Em Caxias do Sul, temos a Praça Lauro de Oxum, localizada na perimetral sul. Segundo Saul de Medeiros⁴, esse é o único município brasileiro com um local público que homenageia um babalorixá. Vale lembrar que a cidade também conta com um monumento a Ogum, eleito pela comunidade Umbandista como patrono de Caxias do Sul. Ogum é o Orixá do ferro, então, no sincretismo com o catolicismo, seria o equiparado a São Jorge, a divindade que ergue a espada e a fábrica o ferro, transformando-o em instrumento de luta. É o padroeiro de todos os que manejam ferramentas e é o Orixá da tecnologia.

⁴Presidente da Associação Umbanda Caxias, de Caxias do Sul-RS. Informação apresentada no evento “Alimentos sagrados”, promovido pelo Instituto Religare – UCS – em maio de 2020.

Imagem 1: Estátua de Ogum



Fonte: Google⁵

Maria Cecília Pozza⁶ (2018), à época, presidente do Conselho Municipal de Política Cultural da cidade, salienta a importância desse reconhecimento aos praticantes da religião, comenta ser fundamental tornar esse bem um patrimônio cultural em respeito à diversidade religiosa e, de certa forma, fazendo valer a laicização do país. Outro ponto que podemos levantar é o da riqueza cultural que pode ser explorada através de rotas turísticas não convencionais.

⁵Disponível em: <https://images.app.goo.gl/pouA283w8HpqdSKW6> . Acesso em: 26 mar. 2021.

⁶Disponível em < <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/17240>> Acesso em 16/09/2021

Em Caxias do Sul não há muitos locais destinados a professar a sua crença. Segundo Jeferson de Andrade:

Algum lugar de referência, olha assim, só um monumento a Ogum, na Perimetral que eu conheço, tinha o Jardim dos Orixás, que era um lugar cedido pela prefeitura lá no bairro Cruzeiro que era para pessoal fazer as suas oferendas, mas não funcionou muito bem, a prefeitura não fazia a coleta de lixo, então o local se tornou não muito bem visto. Não conheço outro local que pudesse ser considerado “sagrado” em Caxias⁷.

Contudo, o entrevistado nos dá uma possibilidade que poderia ser explorada em nosso município, uma vez que ele possui um número significativo de adeptos a essa crença.

[...] assim como na Bahia, óbvio que tendo um empoderamento, ou uma quebra de paradigmas da população, essas casas estarem abertas à visitação, enfim, e não somente no dia de festa, de gira, naquele dia de Batuque. Porque se consegue verificar lá na Bahia, por exemplo, que alguns terreiros referências acabam sendo roteiros turísticos, e aqui não. Eu não sei se é porque a comunidade é um pouco mais fechada para isso [...]⁸.

Diferente do que ocorre no estado da Bahia, no Rio Grande do Sul, Silveira (2020) observa o fato de não existirem terreiras muito antigas, pois na Tradição do Batuque, quase que majoritariamente a terreira é fechada após a morte do babalorixá, somente em raras exceções isso não acontece. Lody (2009) explica que as terreiras são máquinas sociais e de confraternização, o que contribui para o entendimento dessa expressão religiosa.

Mattos (2012) evidencia que os negros escravizados que vieram de diversas origens culturais, em sua grande maioria bantos, sudaneses e iorubás, chegaram mais tarde no Rio Grande do Sul que no resto do Brasil. Eles

⁷Entrevista realizada pelos autores em 8 nov. 2020.

⁸Entrevista realizada pelos autores em 8 nov. 2020.

vieram com o intuito de aumentar a força de trabalho na próspera produção de charque em Pelotas e encontraram-se com uma diversidade de grupos sociais, como os portugueses, os mestiços e os indígenas de diversas origens culturais. A criação das associações de origens religiosas foi uma das maneiras de resistência e sobrevivência, assim como a miscigenação entre etnias e suas respectivas culturas, criando releituras de práticas e costumes, inclusive alimentares e culinários.

Dessa forma, a gastronomia se torna um dos modos mais fáceis de fazer com que as pessoas não apenas observem a cultura, mas também interajam, havendo a troca de experiências, fazendo com que se sintam parte da comunidade, afinal, “comer dendê é comer um pouco da África” (LODY, 2012, p. 27).

Pode-se dizer, utilizando mais uma vez as palavras de Raul Lody (2012), que:

Comer é, antes de tudo, se relacionar. O que é codificado na complexa organização do terreiro, assim circulando e se nutrindo. Há sentido e função em cada ingrediente, e há significado nas quantidades, nos procedimentos, nos atos das oferendas, nos horários especiais e dias próprios ao som de cânticos e de toques de atabaques. (LODY, 2012, p. 29)

“A cozinha é a base da religião”

Sem dúvida, a cozinha de terreira é um dos lugares mais importantes e cheios de “magia” no Batuque. Não é à toa que as pessoas entram na religião pela cozinha, pois é na cozinha onde tudo começa. O Batuque tem seus fundamentos teológicos fundados em uma alimentação “bio-mítica”, onde o praticante nutre o corpo e também a sua conexão com o Orixá, reafirmando seus laços de ancestralidade. Pratos que são preparados por mãos habilidosas e, primeiro, temperado com a fé, uma gastronomia diversificada e cheia de sabores, especiarias e perfumes, presente não só nas terreiras, mas também presente no cotidiano dos praticantes dessa religião (CORRÊA, 2017).

O cotidiano é outro ponto que podemos destacar, pois o tempo é um elemento essencial nas manifestações dos seres humanos e dos Orixás. As preferências e as adequações na alimentação fazem parte deste cotidiano, sem tais adaptações dificilmente os rituais teriam se mantido e, provavelmente, os mitos dos Orixás não fariam sentido em numa terra distante do berço, onde não seriam cultuados, se não houvesse práticas do cotidiano nas terreiras. A importância dessas ações mantidas por meio da memória foi sintetizada por Certeau, Giard e Mayol (1996) como um mundo invisível e fundamental à existência desses grupos. Jeferson da Iansã⁹ menciona:

Então, muitas vezes, uma comida que tenha uma outra origem é incorporada no terreiro, Nos Ilê, nas Casas de Axé, como um propagador das bênçãos que podem ser recebidas, porque a intenção da comida ritualística pode ser dividida de duas formas.[...] A primeira, de se ofertar à divindade, o Orixá não vai comer daquele alimento, ele se alimenta da energia do alimento. Logo, se a pessoa está com uma deficiência energética [...] identificada através dos búzios, entidades, etc., um determinado Axé, que a gente fala um ebó, e através de uma determinada comida, se utiliza disso pra nivelar aquela energia. Em um segundo momento, as festas são propagações do Axé, é como se aquela comida estivesse benta.

Podemos perceber que o Batuque, assim como as demais vertentes africanas, é uma das poucas religiões que distribui comida de forma totalmente gratuita em suas comemorações religiosas. Além disso, o próprio ato de comer e compartilhar o alimento é um preceito sagrado da cultura. Cada uma das combinações, seja de carnes, seja de folhas, tem uma finalidade específica, de acordo com o contexto do ritual em que ela se insere. Isso fica nítido em todas as falas ditas por nosso entrevistado, bem como nas observações participantes realizadas e nas leituras feitas para a construção do

⁹Entrevista realizada pelos autores em 8 nov. 2020.

texto. Comer é um ato hospitaleiro, a mesa sempre aproxima as pessoas e os deuses (MONTANARI, 2013).

O gosto alimentar é determinado não apenas pelas contingências ambientais e econômicas (BOURDIEU, 2007), mas também pelas mentalidades, pelos ritos, pelo valor das mensagens trocadas quando se consome um alimento em companhia ou, até mesmo, pelos valores éticos e religiosos. Dessa forma, podemos perceber que em nosso estado alguns orixás recebem alimentação diferente do que em outros pontos do Brasil. Assim, foram feitas diversas adaptações da comida africana, com presença em seu contexto religioso, de modo a manter a tradição mesmo longe da terra mãe, mas que, para além desse contexto, marca presença na tradição das diversas etnias que formam a cultura gastronômica que conhecemos no país (VERGER, 2018). De acordo com Corrêa (2016), certas entidades, por exemplo, Ogum, Oxum, Bará, e os Eguns, recebem, ou seja, lhe são oferecidas, comidas como churrasco, polenta, batatas e erva-mate, nos mostrando as “trocas” entre as diversas culturas formadoras do estado do Rio Grande do Sul.

A Ogum é atribuído o churrasco. Essa tradição remonta à época da Revolução Farroupilha. Trata-se de um prato absorvido da tradição gaúcha e que, por sua vez, foi apropriado dos guaranis, catequizados por jesuítas no século XVII (LESSA, 1999). Ao verem a carne ser assada em uma estaca de madeira, os lanceiros negros, em seu imaginário mítico, viram a lança utilizada pelo orixá. Antes das batalhas era comum a "comunhão" com o Ogum através do churrasco que, por vezes, era preparado e servido primeiro para essa divindade, a fim de se alcançar o êxito nas batalhas. Assim, o churrasco servido com farofa se torna um prato sacralizado e fundamental nos cultos a esse Orixá (SOUZA, 2014). Vale lembrar que a palavra “farofa” vem do iorubá.

Imagem 2: Ogum dança com o churrasco



Fonte: Norton Correia¹⁰

Exu ou Bará é o orixá considerado mais humano, senhor dos caminhos e das encruzilhadas, também conhecido como o porteiro dos demais orixás. Transitando entre os dois mundos, ele é o guardião das casas, das cidades e das pessoas, é quem tem o privilégio de receber primeiro as obrigações, justamente por ser quem abre o caminho para os demais orixás. Gosta de farofa e dendê. Segundo Corrêia (2016), a esse Orixá Ihe é servido um prato de farofa com linguiça ou Opaté. Opaté é uma espécie de purê de batatas, servido em formato de pirâmide, de chave ou de outros símbolos referentes a esse Orixá, que podem mudar de acordo com a necessidade energética que o ofertante busca.

Òia/Iansã é a Orixá dos ventos, mulher de Xangô, a ela é oferecido o acarajé, um bolinho feito à base de feijão-fradinho ralado na pedra ou com a

¹⁰Disponível em: <https://www.profnortonfc.com/post/a-cozinha-%C3%A9-a-base-da-religi%C3%A3o>. Acesso em: 9 nov. 2020.

ajuda de um processador, originário da África e chamado de Àkàrà-je: “Akàrà” significa “bola de fogo” e “jé” significa “comer” (LODY, 2009). Diferente do acarajé baiano, o alimento ofertado pelos “bатуqueiros” não é recheado, trata-se apenas da massa de feijão frita no dendê.

Imagem 3: Acarajé



Fonte: Amigos do Batuque¹¹

Por ser considerado o “dono da festa” ou do “barulho”, outro prato indispensável nas festas de batuque é o Amalá de Xangô, prato feito de pirão de farinha de mandioca, onde se colocam um ensopado de carne e de folhas de mostarda, muito semelhante a um cozido de cordeiro tradicional na região

¹¹Disponível

<https://www.facebook.com/amigosdobatuque/posts/2179902255455630/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

do pampa gaúcho. Contudo, devido a um castigo sofrido, quando esse prato é ofertado a esse Orixá deve ser posto em uma gamela e, em suas bordas, são colocadas seis bananas que devem estar descascadas até a metade e com as pontas molhadas no dendê (CORRÊA, 2016).

Ibejis, Orixás que são representados por crianças gêmeas que, na tradição do Batuque, recebem apenas balas e doces. Trata-se de uma prática muito difundida e conhecida, pois há um processo sincrético com essa tradição na cultura popular, onde as balas e os doces também são distribuídos em “homenagem” a São Cosme e a São Damião (SPERONI, 2018).

Imagem 4: Mesa de Ibeji da Sociedade Beneficente Africana São Gerônimo, Porto Alegre-RS.



Fonte: Google¹²

Na Nigéria, Obá, senhora do rio, é uma guerreira. Em algumas casas é considerada uma Iansã velha, mais forte que muitos orixás masculinos. Prefere receber frutas, tendo o abacaxi como seu prato preferido (SPERONI, 2018). Segundo Corrêa (2016), há quem lhe sirva milho cozido com lascas de

¹²Disponível em: <https://images.app.goo.gl/eiiR38pxJYRjrpVp6>. Acesso em: 2 fev. 2021.

coco por cima, o chamado Axóxó, prato quase desaparecido das celebrações. Silva (2017) revela que se oferece um prato composto de canjica amarela, feijão fradinho e temperos refogados com mel.

Outro prato que apresenta ligação com o cotidiano de casas de nosso estado é aquele preparado com costelas de porco fritas, servidas para o “casal” Odé (homem) Otím (mulher) (SPERONI, 2018). A referência a esses Orixás guerreiros e inseparáveis, protetores das florestas, provedores das colheitas e de todos os alimentos faz com que todos os iniciados devam reverenciar esse orixá na hora de comer, seja no contexto sagrado, seja no contexto do cotidiano. Na grande maioria das celebrações, lhe são servidas as costelas de porco acompanhadas de farofa, mel e frutas.

Xapanã, também conhecido como Omolu ou Obaluaiê, recebe, nas palavras do babalorixá Phil, “um dos poucos doces originários do Batuque”. A farofa de Xapanã é feita com farinha de mandioca pilada com amendoim torrado e açúcar. De acordo com Corrêa (2016), uma comida que era vendida pelas escravas nas ruas de Porto Alegre, com o nome de “farinha-de-cachorro”. Pode-se dizer que outro doce característico desse orixá é o pé de moleque. Outro preparo para esse Orixá é composto por pipocas, que fazem referência a sua história mítica¹³.

Osanha é o Orixá das plantas medicinais e litúrgicas. O animal sacralizado em seu nome, em algumas tradições, é o cágado. Também recebe figo em calda, pois é sua fruta predileta. É ele quem detém o segredo de todas as folhas e, conseqüentemente, a cura de todas as doenças. De acordo com seu mito, ele não possui uma das pernas, sendo representado dessa forma. Por isso, nas possessões, geralmente o iniciado caminha sem apoiar uma das pernas no chão. Seu arquétipo e suas representações podem lembrar a figura folclórica do Saci.

¹³Ver Lenda de Xapanã | Rede Batuque RS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QagYUKOlfq8&ab_channel=BATUQUERS. Acesso em: 29 fev. 2021.

Outro Orixá que parece gostar muito de doces é Oxum, por ser “a dona da quitanda”. De maneira geral, as frutas, geralmente amarelas, a pertencem, salvo exceções, tais como as citadas anteriormente. De acordo com os praticantes, lhe é servido pudim de leite, prato muito presente nas casas do Brasil. Outros pratos que não podem faltar em sua festa são a canjica amarela doce e o quindim (CORRÊA, 2016). Porém, não é apenas de doce que esse Orixá se alimenta, na cultura do Batuque, ela também se alimenta de polenta mole salgada, servida e acompanhada de molho feito à base das aves sacralizadas.

Imagem 5: Homenagem a Oxum em Viamão



Fonte: Batuque RS¹⁴

No Brasil, Iemanjá recebeu a atribuição de dona do mar, mas também é considerada a mãe dos Orixás. Para Iemanjá faz-se canjica branca refogada na banha e com sal, cebola e tempero verde. Conforme a tradição, os pratos oferecidos a essa entidade também podem ser atribuídos a Oxalá, e vice-versa,

¹⁴ Disponível em: <https://site.batuquers.com.br/noticias/homenagem-a-oxum-em-viamao/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

por serem considerados os pais dos demais Orixás. Também são atribuídos diversos doces, como é o caso da cocada branca (SPERONI, 2018; CORRÊA, 2016).

Figura 5: Torta servida na festa de Iemanjá



Fonte: Acervo dos Autores

Oxalá é o Orixá da paz, da união e da fraternidade, responsável pelos demais Orixás, é conhecido por ser o Orixá do entendimento, isto é, aquele que dá fim aos mal-entendidos. Um de seus pratos é a canjica branca doce, muito parecida com a de Oxum. Essa canjica branca também pode conter coco ralado. Outro prato que costuma ser ofertado é o Acaçá, prato feito com canjica branca ralada, que depois é enrolada em folhas de bananeira e cozida no vapor. Além disso, em algumas casas, Ihe é servido canja de galinha acompanhada de pão caseiro.

Um aspecto que é importante destacar é o zelo e a concentração na preparação das comidas. Segundo a crença, as pessoas ocultam-se dos olhares alheios quando batem o acarajé, pois a massa pode “desandar” se outros “botarem os olhos em cima”. A comida deve ser feita com olhares altivos e pensamentos nobres, afinal, na crença, a alimentação é dedicada a reis e rainhas, sendo servida aos seus convidados.

Existem preparações onde apenas as entidades se alimentam e aquelas que os homens também podem degustar. Dessa forma, podemos pensar o alimento não apenas como fonte de energia vital, mas ainda como algo simbólico, onde os alimentos estão impregnados de cultura, interação social e interditos religiosos. Ainda nesse sentido, Corrêa (2017) aponta:

A lógica que comanda a ação de doar, aqui, é oposta à ocidental capitalista: nesta, tem prestígio quem acumula bens. Na visão batuqueira é o contrário: tem prestígio quem distribui, porque se o faz é porque pode. Por trás dessa lógica, há uma razão mística: o êxito de um templo e de seu dirigente é atribuído ao seu orixá protetor. Ter condições de dar uma grande festa com muita comida, então, é algo percebido pelos seguidores do batuque como demonstração cabal de poder por parte do orixá deste e, simultaneamente, da excelência e eficácia ritual do dono da casa. (CORRÊA, 2017, p. 6)

Outro detalhe é que as comidas são preparadas com zelo, sem poupar ingredientes. É possível perceber que, aqui, por mais que a distribuição desse alimento seja gratuita, a intenção é agradar ao máximo os presentes, a fim de que os deuses também se agradem. A esse respeito, Durkheim (Apud WEISS, 2013) sugere que o homem é, ao mesmo tempo, fiel e deus. “As comidas não podem ser comidas de hospital”, conforme costuma ser dito popularmente.

Vale lembrar que os doze Orixás cultuados no Batuque foram mencionados nesse texto. Além disso, as comidas não se limitam a essas que foram listadas, de modo que as descrições apresentadas, não apenas das comidas, quanto dos Orixás, são “genéricas”, pois podem variar em diversas outras representações. Os Orixás, por exemplo, podem aparecer como jovens

e velhos, cada nação que os cultuam podem mudá-los e, até mesmo, apresentar pratos diferentes para o mesmo Orixá.

De acordo com Corrêa (2017), o

[...] alimento vai nos levar a pensar, quanto a um prato específico, sobre quem o faz, como faz, com quê, para quem, como e quando é consumido. No caso, estamos em presença de pratos étnicos, digamos, que devem ser ingeridos de forma também étnica, sem talheres. Consumir, assim, determinado alimento, e de certa forma especial, corresponde também a uma expressão simbólica que identifica categorias sociais, não apenas quanto ao interior do templo (prontos/não prontos), mas também com relação à sociedade inclusiva: batuqueiro/não batuqueiro. (CORRÊA, 2017, p. 6).

Como exemplo disso, a culinária rio-grandense de origem negra tem uma característica especial, uma parte dela é muito popular e foi adotada também pelos não descendentes africanos, pratos como quibebe, mondongo ou buchada, mocotó e feijão campeiro estão presentes em muitos Centros de Tradições Gaúchas (CTG's) do Rio Grande do Sul e, até mesmo, fora do estado. Quando falamos em pratos típicos, podemos dizer que os índios são responsáveis por grande parte da “nossa” tradição, pratos como o churrasco, carne assada na brasa e outros pratos que levem farinha de mandioca (CORRÊA, 2016).

Considerações finais

Por terem função no sagrado, tais pratos não podem ser desrespeitados, muito menos apagados de sentido e comercializados como meros adornos. Também não devem ser tidos como exóticos, é preciso lembrar que são parte fundamental da cultura de um povo. Suprimir os ritos da herança africana desses pratos para inseri-los numa lógica que preserva a intolerância e o

racismo é algo que pode ser observado quando os tratamos apenas como alimentos do cotidiano.

Desta maneira, podemos pensar que além de propagar valores simbólicos e significados variados, a alimentação é uma ferramenta comunicativa mais acessível para conhecer a cultura do outro. É mais fácil acessar essa cultura partilhando o seu alimento, do que, por exemplo, tentar aprender sua língua. O alimento e a gastronomia “típica” configuram-se como deliberativo da identidade, assim como instrumento de comunicação. Dessa forma, esperamos que essa ferramenta de comunicação possa ser utilizada na luta e na constante reafirmação dos direitos negros.

Desse sincretismo surgiram pratos típicos da gastronomia regional do sul do Brasil, como é o caso do feijão campeiro, do mocotó, o mondongo, também conhecido por buchada em algumas partes do estado, e do quibebe. Esses são apenas alguns exemplos de pratos que surgiram nesta época, que figuram no cardápio típico do Rio Grande do Sul e que estão presentes nas mesas da serra gaúcha.

A influência africana na culinária do Rio Grande do Sul se refere principalmente às comidas para os orixás. A culinária de origem africana tem forte apelo religioso, mas muitos dos pratos tradicionais do nosso estado são adaptações de pratos religiosos para a “cozinha laica”, isto é, para a cozinha que não tem ligação com a religião.

Esse processo de laicidade é o próprio embranquecimento da cozinha afro, a qual vai deixando as características de caráter religioso, que se perdem ou são invisibilizadas, de modo que, aos poucos, a comida deixa de ser considerada dos orixás e vai se tornando uma culinária do cotidiano contemporâneo, isto é, que não é nem religiosa, nem abordada de forma turística, muito menos apresenta caráter identitário.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 376 p. Trad. Aphraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **Batuque: uma religião afro-rio-grandense em oposição à cosmovisão cristã**. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/28848-batuque-uma-religiao-afro-rio-grandense-em-oposicao-a-cosmovisao-crista-entrevista-especial-com-norton-figueiredo-correa>. Acesso em: 26 out. 2020.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **O Batuque do Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-rio-grandense**. 2. ed. São Luiz: Cultura e Arte, 2016.

CORRÊA, Norton. “A COZINHA É A BASE DA RELIGIÃO”: a culinária ritual no batuque do Rio Grande do Sul. **Aba: Arquivos Brasileiros da Alimentação**, São Luiz, v. 2, n. 1, p. 116-127, jan. 2017. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/ABA/article/view/1212#:~:text=O%20artigo%20aborda%20a%20comida,maioria%20de%20adeptos%20s%C3%A3o%20afrodescendentes.&text=A%20polenta%2C%20de%20origem%20italiana,%C3%A9%20oferecida%20ao%20orix%C3%A1%20Bar%C3%A1>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FAGLIARI, Gabriela Scuta. **Turismo e alimentação: análises introdutórias**. São Paulo:

IPHAN. **Ofício das Baianas de Acarajé (Brasil)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OKlx4b9cyuY>. Acesso em: 30 out. 2020.

LESSA, Barbosa. **Do Pampa à Serra: os sabores da terra gaúcha**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1999.

LODY, Raul. **Dendê, símbolo e sabor da Bahia**. São Paulo: Senac, 2009.

LODY, Raul. **Santo também come**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 176 p.

MONTANARI, Massimo. **A comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2013. 208 p. Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em:

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Maria Helena Nunes. **O “Príncipe” Custódio e a “Religião” Afro-Gaúcha**. Recife: UFPel [Dissertação de Mestrado em Antropologia], 1999.

SILVA, Paulo Roberto S. da. **Batuque: seus encantos e rituais**. 2. ed. Porto Alegre: Legião Publicações, 2017. 136 p.

SILVEIRA, Hendrix. Não somos filhos sem pai: História e teologia do Batuque do Rio Grande do Sul. São Paulo: Arole Cultural, 2020. 189 p.

SOUZA, Patrícia Rodrigues de. **Religião e comida: como as práticas alimentares no contexto religioso auxiliam na construção do Homem**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. 181 f.

SPERONI, Aline. **Religiões Afro-gaúchas no Ensino de História: batuque, umbanda e linha cruzada**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

VEREADOR, Gabinete do (org.). **Monumento a Ogum é considerado Patrimônio Cultural de Caxias do Sul**. 2018. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/17240>. Acesso em: 12 out. 2020.

VERGER, Pierre. **Órixas: Deuses iorubas na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Nacional, 2018.

WEISS, Raquel Andrade. **Efervescência, dinamogenia e ontogênese social do sagrado**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 157-179, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000100006>

Um descendente de espanhóis entre italianos no interior do estado do Rio Grande do Sul: etnicidade e religiosidade em Francisco Sanchez Filho, o Paco

Cristiane Bondan Rampazzo
Mestranda em História
Universidade de Caxias do Sul

Este artigo representa um recorte dos estudos sobre Francisco Sanchez Filho, mais conhecido como Paco, cuja vida foi breve, mas seus feitos não, razão pela qual permanecem vivos na memória regional. Tal fato induziu vários autores a escreverem sobre sua trajetória, motivados pelo interesse em tentar melhor compreender quem realmente foi Paco, um espanhol entre italianos, no início da época conhecida no Brasil como República Velha.

Francisco Sanchez Filho, o Paco, de ascendência espanhola, nasceu na Serra Gaúcha¹, região de colonização italiana, mais precisamente no distrito de Nova Pompéia, atual município de Pinto Bandeira², então distrito de Bento Gonçalves, no dia 29 de maio de 1889, poucos meses antes da proclamação da república brasileira. Era casado com Maria Facchini, com quem teve dez filhos, tendo também outra companheira, de nome Olimpia Frattini, com

¹ A Serra Gaúcha é uma região localizada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, está subdividida em três microrregiões que são: Região das Hortências, Região da Uva e do Vinho e Região dos Campos de Cima da Serra. Sua população é formada por diversas etnias: Italianos, Poloneses, Espanhóis, Portugueses, Alemães entre outros (SEGUE VIAGEM, 2021; ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

² A primeira denominação do atual município de Pinto Bandeira foi Silva Pinto. Em 1902, passou a chamar-se Nova Pompéia e, em 1913, foi elevada à condição de distrito do município de Bento Gonçalves. Em 1938, passou a denominar-se Pinto Bandeira e, em 16 de abril de 1996, emancipou-se do município de Bento Gonçalves, tendo mantido no novo município a denominação anterior (PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA, [s.d.]).

quem teve três filhos. Ambas companheiras eram descendentes de italianos. Foi assassinado numa emboscada ocorrida na localidade denominada Linha Parreira Horta, no interior do município de Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, em 19 de fevereiro de 1931.

Paco – contextualizando Francisco Sanchez Filho

A base da vida pessoal e profissional de Paco era os municípios de Bento Gonçalves, Veranópolis e suas adjacências, locais que ficavam distantes da capital do Estado cerca de 120 km o primeiro e 160 km o segundo. As estradas eram precárias – em alguns trechos, não passavam de picadas, muitas vezes inexistentes pontes, dependia-se do uso de balsas³.

Por suas atitudes, Paco parece ter sido pessoa que não se conformou com a situação vivenciada por ele e sua família, pois assim como boa parte dos imigrantes da região, nos primórdios, não contavam com apoio do governo, a instrução escolar e o socorro médico eram raros ou nenhum, não havia auxílio policial, e, se houvesse, era comum que agissem arbitrariamente, explorando os camponeses.

A economia local era baseada na pequena propriedade rural e na produção de subsistência, sendo que, se houvesse algum excedente na produção, seu comércio não era tão fácil, razão pela qual muitas vezes eram trocados entre os próprios colonos, outras eram trocados no comércio da vila por outros produtos e era comum também, utilizar os tropeiros para a venda da produção. Além dessas dificuldades, ainda tinham que arrecadar fundos para efetuar o pagamento dos lotes onde residiam para o governo.

A atuação da igreja demonstra não ter ajudado muito também, pois, na maioria dos casos, ao invés de encorajar uma mudança de atitude do povo,

³ Balsa: embarcação para travessia em rios onde não existem pontes; embarcação para transporte de pessoas, cargas, carros, animais; Barca rudimentar para travessia de pessoas e carros em lugares sem pontes [...] (DICIO, 2021).

atuava como mantenedora da situação existente, de modo que os fiéis se acomodassem com a situação, pregando que, por meio do trabalho e da fé (*Ora et labora*), mudariam a situação de abandono e exploração em que se encontravam.

Enfim, toda essa situação – geográfica, econômica, social e religiosa – colocava os colonos numa posição de abandono, relegados a segundo plano pelo governo central da província, dificultando, assim, seu progresso e melhoria nas condições de vida e trabalho.

Essa conjuntura foi decisiva no modo como Paco conduziu suas ações e escolhas no decorrer dos anos. Dentro dela, conforme já mencionado, dois aspectos são evidenciados no presente artigo, a etnicidade e a religiosidade, o que requer, antes de tudo, uma abordagem acerca de sua origem e de sua trajetória.

Para chegar ao Brasil, a família Sanchez passou por todas as dificuldades de quem deixa sua pátria natal, onde vivia miseravelmente, para buscar uma vida mais digna num país distante. Assim como milhares de europeus, das mais diversas etnias, enfrentou uma longa e penosa viagem de navio, onde tudo era precário: alimentação, higiene, acomodação etc.

Os Sanchez não foram os únicos oriundos da Espanha a se dirigirem ao interior da Serra Gaúcha, mais precisamente para a Quinta Seção do Rio das Antas. De acordo com Jung (2009, p. 25), conterrâneos das famílias Barrionuevo, Cassel e os De La Torre também os acompanharam nessa jornada; porém, a sua procedência ainda não está clara na historiografia. Guertler (2006, p. 22) cita que “Apareceram junto com o grupo de Gênova, embora sua origem fosse o Chile”.

Antônio Jesus Pfeil, outro autor que escreveu sobre Paco, não menciona a origem da família Sanchez, porém Jung (2009, p. 23-24) dá conta que seriam provenientes de Tíjola, região da Andaluzia, na Espanha. Também relata que Francisco Sanchez (pai), na Espanha, era jornaleiro, ou seja, trabalhava no sistema de diárias. Já Antonia Foan, sua esposa, pertencia a uma família de melhor condição social.

Paco é o terceiro filho do casal de imigrantes espanhóis Francisco Sanchez Collados e Antonia Buenagella Foan, - o primeiro a nascer no Brasil -, tendo recebido o nome de Francisco em homenagem ao seu pai, e apelidado pela família como Paco, codinome pelo qual ficou conhecido e utilizou pelo resto de sua vida.

Os estudos indicam que não há nada que desabone o comportamento de Francisco (pai) e Antonia, ao contrário, eram bem vistos no local onde residiam, de acordo com os costumes da época. Havia, sim, uma diferença de hábitos, pois eram espanhóis residentes em uma região povoada majoritariamente por italianos e seus descendentes, tanto que o Sr. Francisco chegou a ser inspetor de quarteirão⁴, função que era exercida pelas pessoas mais cultas e de boa índole de uma localidade.

Não havia escolas onde Paco residia, mas ele se defendia tanto na escrita quanto na leitura. Aprendeu a falar, além do espanhol, língua da família, o português e o dialeto italiano, o que facilitava a comunicação com os demais moradores da região. Nem adulto ainda, passou a residir junto com sua irmã mais velha, Maria de Jesus, que era casada com um italiano, com o qual tinha um boteco em Nova Pompéia, onde Paco começou a trabalhar, e, também, descobriu os jogos trazidos pelos imigrantes e praticados na nova pátria: mora, carteados, bochas e o famoso jogo das tampinhas, que futuramente lhe renderiam algum dinheiro, mas, também, muita confusão.

Jovem, raptou sua esposa da casa dos pais, visto que estes não aprovavam o relacionamento; a jovem Maria, descendente de italianos, proveniente da família Facchini, fugiu com ele e, posteriormente, no ano de 1911, se casaram e tiveram dez filhos, como já mencionado anteriormente.

⁴ Os inspetores de quarteirão eram imigrantes que assumiam o papel de representantes das autoridades nas diversas localidades que compunham a região colonial. A eles cabia comunicar os subdelegados sobre delitos e eventos que perturbavam a tranquilidade dos locais afastados das sedes das Colônias (VENDRAME, 2013, p. 16).

Paco, porém, gostava de festas, jogos e bailes, e se envolveu com uma outra moça, chamada Olímpia, também descendente de italianos, com quem teve mais três filhos. Escreveu Pfeil (1990) que de uma “estrutura meã, fisionomia alegre e simpática, tinha ele, sempre, a bailar-lhe nos lábios um sorriso tranquilo e cordial (...)” (p. 9).

Pode-se considerar Paco como um sedutor; teve também outros namoricos de menor importância, mas o fato de possuir concomitantemente duas famílias era algo que gerava estranhamento entre as pessoas, destoava totalmente da moral rígida da época. Tratava-se de uma afronta aos mandamentos da igreja e da convivência em sociedade. Paco, todavia, nunca escondeu seus romances. Maria e Olímpia se conheciam, e ambas sabiam dos seus casos extraconjugais, de forma que entre as duas famílias não havia desentendimentos. Confirma essa afirmativa Guertler (2006, p. 73), ao afirmar que as esposas “... aceitavam pacientemente dividir o companheiro com as outras”.

Ao longo da vida, Paco teve várias ocupações, primeiramente na roça, auxiliando sua família. Depois, no bar, onde passou a ajudar sua irmã e o cunhado. Mais tarde, trabalhou como balseiro⁵, profissão muito perigosa, mas que desempenhava com maestria. Exerceu também a função de comerciante de mulas, onde ele comprava dos tropeiros as mulas magras e cansadas e, depois de tratá-las, revendia por um preço bem superior, conseguindo um bom lucro nessas transações.

Desempenhando esse tipo de serviço, ficava muito tempo longe de casa; quando retornava, contudo, sempre ajudava a família, - pais, esposa e filhos -, nos trabalhos da colônia. Por sinal, suas companheiras nunca se queixavam da situação, ao contrário, sempre o defendiam, dizendo ser Paco bom pai e bom esposo, conforme relata Pfeil (1990, p. 21). Posteriormente,

⁵ Balseiro é a designação dada a quem conduz, dirige balsas (DICIO, 2021).

surgiu um outro trabalho, que mudaria para sempre seu destino, sendo que sua vida nunca mais seria a mesma: o envolvimento com a política.

Nova ocupação – o temido e corajoso paco

Ao trabalhar como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense, atividade que exercia muitas vezes fazendo uso de coerção e violência - como tantos outros nessa mesma posição -, ganhou dinheiro, conheceu pessoas e políticos influentes, começou a cometer furtos dos quais se saía impune, iniciando, desse modo, a escrita de seu trágico fim.

Nessa nova fase, Paco, talvez por saber que não seria punido, cometeu diversos delitos que deram origem a vários processos criminais. Entre as causas desses, constam roubos, assassinatos, lesões corporais e falso testemunho. Ele não fazia parte de nenhum grupo fixo de assaltantes; costumava trabalhar sozinho ou com a ajuda de algum conhecido, com quem dividia os lucros do saque. Nesse sentido, Jung (2009, p. 64) escreveu: “Em 8 de agosto de 1929, Francisco Sanchez Filho, acompanhado desta vez por mais dois companheiros do crime, Victorio Sanchez e José Abraham, assalta outra casa comercial, A Independência, da qual roubam diversas mercadorias”.

É bem conhecido um fato acontecido em Pinto Bandeira, quando Paco compareceu para votar nas eleições do ano de 1930. Após ter cumprido seu dever de eleitor, foi provocado por um rapaz, desafeto seu, chamado Nunes, e partiram para a briga. Apesar de serem bons atiradores, nenhum acertou o outro, e, quando as balas terminaram, passaram para a luta corporal, onde Paco, por ser mais velho, levava desvantagem, até ser avisado por um amigo para pegar a faca – que sempre portava junto à cinta –, com a qual matou o opositor. Sobre esse duelo, escreveram Nicchetti (1976, p. 45-46), Luzzatto (1987, p. 48-55), Pfeil (1990, p. 46), Guertler (2006, p. 108-110) e Jung (2009, p. 84).

No assalto à loja Independência, citado anteriormente, no município de Bento Gonçalves, também fica claro o envolvimento de autoridades nos furtos cometidos por Paco. Sobre isso, Guertler (2006) relata:

Metade do valor seria dividida entre os bandoleiros contratados para a ação. A outra metade seria repartida apenas entre Paco e o delegado. [...] a quadrilha enterrou a bolsa com o dinheiro em um trecho da estrada [...] Vaz estava encarregado de apanhá-la e enviar a parte de cada um [...] A metade do valor do roubo foi separada e enviada para os que participaram do crime – inclusive Paco. O delegado ficou com a outra parte. (p. 82-84).

Essa situação, algum tempo depois, culminou com a morte do delegado Octacílio Vaz, na localidade de Monte Bérico, situada a aproximadamente dez quilômetros do centro da cidade de Veranópolis, e com a fuga de Paco, ferido, para não ser preso, pois desde o acontecido com o delegado, não tinha mais respaldo das autoridades e a polícia partira definitivamente em seu encalço.

A religiosidade de Paco

Nos escritos referentes a Paco não são encontrados tantos relatos sobre sua vida religiosa. Sabe-se, porém, que além de ser de família católica, que era devoto de Santo Antônio. Não há informações de que tenha alguma vez atacado ou depredado alguma igreja. Seus filhos receberam o batismo, faziam orações e rezavam o terço e a ladainha em casa. Sempre que Paco adentrasse uma Igreja, mesmo que não se separasse de suas armas, o fazia com as calças arregaçadas até o joelho, em sinal de respeito, denotando sua fé de forma visual.

De acordo com Roberto Rossi Jung, em seu livro intitulado *Paco, Procurado Vivo ou Morto*, de 2009, “apesar de irreverente, segundo contam, ‘ia na missa com as calças arregaçadas, espingarda pendurada e dois revólveres’, era homem devoto a Santo Antônio e participava de alguns encontros naquela igreja” (p. 80).

Em fins de 1918, a “influenza espanhola”, mais conhecida aqui como gripe espanhola, chegou ao Brasil, fazendo milhares de vítimas. Ao que se sabe, nenhum membro da família Sanchez foi atacado por tal doença. De acordo com Jung (2009), “em Alfredo Chaves⁶ muitos caíram doentes, alguns morreram, mas a família dos Sanchez saiu incólume. Disseram as más línguas que era por serem espanhóis, mas Paco creditou ao poder de Santo Antônio, de quem era devoto, a deferência recebida” (p. 51). No mesmo sentido, Guertler (2006) afirma: “Inexplicavelmente, ninguém da família de Paco adoeceu” (p. 60).

O apontamento acima possibilita dois questionamentos à esse trabalho, o primeiro relacionado à sua etnicidade, e o segundo, à sua religiosidade.

Na referida briga com o delegado Octacílio Vaz e dois de seus ajudantes, Paco fugiu e mesmo baleado, conseguiu chegar em casa, onde se despediu dos filhos, pensando que morreria devido aos ferimentos, e escondeu-se em uma gruta, onde ele mesmo tratou seus ferimentos com ervas.

O fato de o próprio Paco ter tratado seus ferimentos com ervas demonstra que, além de sua condição de católico e devoto de Santo Antônio, ele também devia se utilizar de algo muito comum nas colônias – distantes das cidades maiores e onde havia pouco ou nenhum socorro médico: a existência de benzedeiras e curandeiras, pessoas que faziam orações pedindo a cura das enfermidades. Além de orações, utilizavam, nos seus rituais, água benta, rosários, ervas etc. Também receitavam chás, xaropes caseiros e cataplasmas.

⁶ Por determinação do Governo Imperial, no local denominado Roça Reiuna, foi instalada, em 1884, a colônia de Alfredo Chaves, sob a direção do engenheiro civil Dr. Júlio da Silva Oliveira. [...] Em 15 de janeiro de 1898, por Decreto nº 124-B do então Presidente do Estado, Dr. Júlio de Castilhos, Alfredo Chaves foi desmembrada do território de Lagoa Vermelha e elevada à categoria de Vila. Por existir outro município mais antigo, de igual nome no Estado do Espírito Santo, a comuna mudou de nome, para Veranópolis (IBGE, 2020).

Depois desse duelo, Paco, devoto que era, fez uma promessa a Santo Antônio, que cumpriu assim que se recuperou dos ferimentos, sendo que ainda hoje se pode ver o candelabro que ele ofertou ao santo na Igreja de Nossa Senhora da Pompéia, no distrito de Linha Parreira Horta, onde residia. “Depois desse embate em Monte Bérico, do qual saiu ferido, e com gravidade, contam que ele fez um voto a Santo Antônio, que se ficasse bom, ofertaria à capela um candelabro. Ficou bom e pagou a promessa” (JUNG, 2009, p. 80).

Assim como o descendente de espanhóis Paco, agiam muitos outros, independente da etnia, pedindo por auxílios e agradecendo materialmente quando do atendimento de suas solicitações. Vendrame (2007, p. 242-243) conta o acontecido na região colonial de Silveira Martins, com o imigrante italiano Vicente Guerra, que por estar muito doente, prometeu mandar construir uma capela em honra a Nossa Senhora da Pompéia se melhorasse de sua enfermidade. Ao ter alcançado a cura, providenciou para que a Capela fosse erguida.

Outro fato ocorreu no interior de Bento Gonçalves, no ano de 1935, onde devido a um acidente com uma carroça, o agricultor Augusto Federizzi teve suas pernas prensadas nas rodas da mesma, consultado um médico, teve como diagnóstico que suas pernas teriam que ser amputadas; inconformado, prometeu a Santo Antônio que em caso de melhora sem necessidade de cirurgia, construiria um capitel, que foi erguido assim que melhorou, na beira da estrada que liga a comunidade de São Valentim ao Buratti. (MAZZOTTI, 2018, p. 88).

Essas atitudes demonstram uma espécie de “ligação” entre o sagrado e o profano, entre o céu e a terra, uma vez que pedidos feitos “daqui” eram atendidos “de lá”, de forma que a divindade, seja qual for o santo invocado pela fé do pedinte, atendia às súplicas de seu devoto. Este, em contrapartida, como forma de agradecimento, oferecia algo em troca, que poderia ser uma imagem, uma capela, um adorno para uma igreja, ou até batizar um(a) filho(a) com o nome do santo/santa de devoção e atendente do pedido.

A religião tem influência na formação moral do indivíduo ao mesmo tempo em que busca dar um sentido à sua existência. É a certeza de que existe algo inexplicável e mais poderoso no universo, algo que liga o ser humano ao sagrado, que propicia segurança e conforto em momentos de dor, a possibilidade de um alento ao sofrimento humano. Esse “consolo” religioso estaria disponível a todos, bastaria pedir e acreditar. Assim como faziam as pessoas comuns também o fazia Paco.

O autor Sejane Dornelles, por sua vez, no livro *Os últimos bandoleiros a cavalo* (1991, p. 211), narra uma história acontecida nos arredores de Bento Gonçalves, onde Paco encontra, ao acaso, um casal que voltava da Igreja. A senhora, com uma criança no colo, chorava copiosamente. Indagando a razão do choro, lhe contaram que o padre do lugar havia se negado a batizar a criança, pois o colono não tinha dinheiro para pagar pelo batismo. Paco reagiu, enfrentando o Padre, que fez o batismo, do qual ele foi o padrinho, e ainda deu um bom “susto de relho” no sacerdote.

Era surpreendente como Paco se saía de situações difíceis, certo que era valente e bom de briga, talvez contasse igualmente com a sorte, mas a Paco, devoto confesso de Santo Antônio, também foram credenciados dons relacionados à divindade, pois “A superstição popular o colocou em confabulações diabólicas e lhe deu o dom da intangibilidade, mercê da qual escapa das armadilhas que lhe são armadas” (PFEIL, 1990, p. 5).

Paco, enfim, apesar de ser considerado um ‘fora da lei’, ajudava as pessoas mais pobres e necessitadas, e o fato de sua família realizar os sacramentos, reflete ações ligadas à igreja católica, muito presente entre os imigrantes e seus descendentes na região. Enfim, ele tinha sua religiosidade, exercida de forma não tão usual, devido ao tipo de vida que levava, mas nunca abandonada.

As relações entre imigrantes italianos e espanhóis

Apesar de serem de nacionalidades de origem diferentes – italianos, espanhóis, poloneses, suíços, franceses –, a grande maioria dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, a partir de 1870, tinha em comum a busca por uma vida melhor; eram, em geral, camponeses, que em seus países de origem ou não tinham terra, ou tinham tão pouca, que não era suficiente para o sustento da família, o que os levava a trabalhar para os grandes proprietários, por quem eram, muitas vezes, explorados, de forma que esses grupos têm em comum a falta ou a perda da terra e, conseqüentemente, das condições de sobrevivência.

Procuravam, sempre que possível, viajar em grupos e estabelecerem-se próximos de seus conterrâneos, formando comunidades homogêneas, mas nem sempre isso foi possível, e esse é o caso da família dos Sanchez, imigrantes espanhóis que chegaram ao Brasil com alguns conterrâneos, mas em número muito menor do que os italianos, por exemplo, de modo que não lhes foi possível organizar um núcleo somente de espanhóis, pois as terras que lhes foram destinadas eram cercadas de imigrantes de descendência italiana, com os quais tiveram que aprender a conviver e a evitar atitudes discriminatórias.

Num estudo feito pelas professoras Bernardete Schiavo Caprara e Terciane Ângela Luchese (2001, p. 40), na parte referente ao distrito de Pinto Bandeira, mais especificamente à 5ª Secção do Rio das Antas, local onde foram assentados os imigrantes espanhóis, consta a relação dos moradores e a data do pagamento dos respectivos lotes, sendo que aqueles adquiridos por imigrantes de origem hispânica foram todos quitados entre os anos de 1895 e 1898, e os sobrenomes das famílias eram: Tussel, Barrionuevo, Fernandez Nuevo, Sanchez Collado, Sanchez, Zorillo, Beltrán Ruiz, Martin y Martyn, Gonzáles y Gonzáles, Carrel, e Latorre.

Nesses dados não constam a data de chegada dessas famílias, porém se pode deduzir que, ou antes ou depois do grupo que veio junto com a família Sanchez para o Rio Grande do Sul, chegaram outras famílias provenientes da Espanha, pois há outros sobrenomes, e todos recebendo os títulos definitivos dos lotes, o que supõe que já estivessem na região algo em torno de pelo menos dez anos.

Embora, pois, houvesse na região em que se instalou a família de Paco outros núcleos familiares de origem espanhola, os imigrantes oriundos da Itália constituíam número mais significativo. Evitar confrontos foi necessário de ambos os lados, ou seja, tanto dos imigrantes espanhóis quanto dos demais; do contrário, prevaleceriam as atitudes etnocêntricas, entendidas aqui como “visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos” (ROCHA, 2006), o que geraria uma situação que não seria benéfica para nenhuma das partes.

É bastante comum que, em episódios de contatos interétnicos, o grupo maior tenha a tendência em dominar o menor, porém, mesmo que isso aconteça, não acontece sem que o grupo menor também influencie o maior. Seyferth (2000, p. 8, *apud* WEBER, 2019, p. 214) corrobora esta afirmação: “(...) as alusões à mudança cultural têm sentido bem preciso: supõem que as diferenças de cultura, mentalidade, etc., são superáveis ao longo da incorporação gradual dos imigrantes à sociedade mais ampla, mas também influenciando-a”.

Na literatura sobre Paco, por sua vez, não se encontram fatos discriminadores por sua origem. Existem, sim, comentários sobre ele e sua família relacionados a alguns hábitos divergentes dos italianos, o que se acredita configurar razão para estranhamento por parte dos núcleos familiares residentes próximos a eles, e não, discriminação. Na obra de Jung (2009), encontram-se: “Dona Antonia tinha um estrado de madeira onde passava muito tempo sentada numa cadeira de balanço e daí comandava a casa. Lembram-se dela vestindo longos e elegantes vestidos...” (p. 28); “Paco talvez

tenha recebido a influência genética do caráter espanhol...” (p. 38); “Paco, o meio espanhol de sangue quente nas veias, nunca se daria por vencido...” (p. 41) etc.

No caso em questão, quanto à família Sanchez, houve um fator que favoreceu o entendimento com os representantes das outras etnias, que foi o religioso, pois tanto os italianos quanto os espanhóis professavam a mesma fé católica. Assim, tinham as mesmas crenças, os locais de culto poderiam ser utilizados por ambos, da mesma forma que os padres que atendiam a uns também atenderiam a outros.

Nos livros de registro de batizados e de matrimônios da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia, no município de Pinto Bandeira, é possível averiguar o que foi exposto, sendo que o padre, mesmo que fosse de descendência italiana, atendia a toda comunidade, independente da etnia. Constata-se também, ao folhear esses livros, que a união entre indivíduos de diversas etnias, ou seja, matrimônios entre espanhóis, italianos, brasileiros e poloneses, eram normais.

No contato entre culturas, é importante entender que o ser humano é um ser em formação, que é ao mesmo tempo dependente e independente do outro. Abordar a questão da etnicidade envolve um olhar acerca de alteridade, do convívio entre culturas diferentes, do que resultam, muitas vezes, mas não obrigatoriamente, estranhamentos, dependendo dos fatores e atores atuantes na situação.

Considerações finais

A família de Francisco Sanchez Filho, o Paco, sofreu e ainda sofre muita discriminação, não por ser de origem espanhola, mas, sim, devido às atitudes de seu progenitor, cujo envolvimento em atos ilícitos gerou essa situação de preconceito que perpassa entre as gerações.

A etnicidade não foi fator determinante de discriminação para Paco, por ter sido ele casado com uma italiana, por se comunicar nesse idioma também, e, sobretudo, por ter professado a religião predominante na sociedade à época – o catolicismo. Ou seja, Paco construiu uma espécie de repertório cultural no seu *modus vivendi* que lhe possibilitou uma convivência sem discriminações de ordem étnica com outros habitantes da região em que ele se fixou.

Em relação ao quesito religiosidade, a do personagem foi oriunda de sua criação em família devota ao catolicismo; a sua prática, porém, parece estar vinculada a um processo interno de busca de reafirmação de coragem, bem como de aprovação de seus feitos pelos santos aos quais era devoto. Nesse sentido, parece estar vinculada a uma necessidade interior de aquisição de segurança frente a uma trajetória permeada por aventuras nas quais a sua vida era colocada em risco.

O modo como Paco professou a sua fé permite repensar aspectos do comportamento humano vinculados à religiosidade: a) a ‘desenraização’ da ideia de que a religiosidade se encontra atrelada à perfeição, b) a religiosidade como forma de remissão de atos vistos como pecado pela sociedade e, acima de tudo, c) a adoção de uma postura religiosa na construção de uma autoimagem aceita e respeitada pelo contexto social de que fez parte o fiel; em outros termos, a religiosidade poderia ser atribuída também a uma forma de manter a sua vida social e respeitabilidade no meio em que vivia, o que lhe conferia, portanto, uma função social e individual a ser cumprida.

Concluindo, mas não esgotando o assunto, credita-se a Paco a forja de uma série de estratégias visando à sua convivência em meio a imigrantes de descendência diferente da sua. Nesse sentido, a religiosidade pode, também, constituir-se uma delas, abrangendo, pois, a sua importância na trajetória do personagem.

Referências

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Demografia. Região Metropolitana da Serra Gaúcha – RMSG. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**, jul. 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha>. Acesso em: 01 maio 2021.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Balsa**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/balsa/>. Acesso em: 23 maio 2021.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Balseiro**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/balsa/>. Acesso em: 23 maio 2021.

DORNELLES, Sejanos. **Os últimos bandoleiros a cavalo**. Caxias do Sul: EdUCS, 1991.

GUERTLER, Gustavo. **Paco**. 2. ed. Caxias do Sul: Maneco, 2006.

IBGE. Rio Grande do Sul. Veranópolis. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/veranopolis>. Acesso em: 29 dez. 2020.

JUNG, Roberto Rossi. **Paco, procurado vivo ou morto**. Porto Alegre: Errejota Livros, 2009.

LUCHESE, Terciane A.; CAPRARA, Bernardete S. **Bento Gonçalves: História e Memória**, Distrito de Pinto Bandeira. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves; Fundação Casa das Artes, 2001.

LUZZATTO, Darcy Loss. **‘L Mio Paese ‘L è cosi!** Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1987.

MAZZOTTI, Fabiano L. *et al.* **O livro do capitel**. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2018.

NICCHETTI, Agostino. **Entre o Burati e o Antas – Pinto Bandeira**. Bento Gonçalves: Ginásio Pinto Bandeira, 1976.

PFEIL, Antônio Jesus. **O trágico fim do bandido Paco**: subsídios para um roteiro cinematográfico. Canoas: Bortolini, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA. História. **Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pintobandeira.rs.gov.br/secao.php?id=2>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEGUE VIAGEM. Quais cidades fazem parte da Serra Gaúcha? Conheça destinos imperdíveis. *Segue Viagem*, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.segueviagem.com.br/destaques-blog/quais-cidades-fazem-parte-da-serra-gaucha/>. Acesso em: 01 maio 2021.

VENDRAME, Maíra Ines. “**Lá éramos servos, aqui somos senhores**”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: EdUFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. **Métis: História & Cultura**: Caxias do Sul, v. 12, n. 23, 2013.

WEBER, Regina. Conceitos para pensar as migrações, velhos e novos. **História debates e tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9426>.

Compagnoni, integralismo e religiosidade: intertextualidades possíveis

Erick da Silva Porto

Graduado em Licenciatura em História - UCS

Introdução

Estudar com mais atenção o pensamento autoritário e conservador brasileiro se faz cada vez mais necessário, na conjuntura atual ganha maior intensidade e mobiliza novas perguntas aos movimentos localizados no espectro direito da política nacional. Exemplo representativo destes movimentos, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932, por Plínio Salgado. Fruto de um período de profundo descrédito do sistema liberal e bastante influenciado pelos movimentos nazifascistas europeus, a AIB - em forma partidária - foi fechada em 1937 pelo Estado Novo¹ varguista junto com os demais partidos políticos. Permanecendo provisoriamente como centro cultural, foi colocada na ilegalidade após as tentativas fracassadas de golpes no ano de 1938² e teve seu Chefe Nacional exilado até o ano de 1946.

Diferente do que o senso comum costuma pensar, a ideologia integralista não se fez presente em solo nacional apenas na década de 1930. Segundo o próprio idealizador do movimento

¹ Ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 1937, jogou partidos para a ilegalidade, instituiu censura em território nacional e fechou o Congresso Nacional. Profundamente nacionalista e anticomunista, teve seus questionamentos aprofundados em função da derrota de regimes centralizados e nacionalistas no continente europeu com o fim da Segunda Guerra Mundial.

² Mesmo tendo apoiado, pelo menos a nível discursivo, o golpe de Getúlio Vargas que deu início ao Estado Novo, logo o movimento integralista se colocaria ao lado da oposição à Vargas. Já no ano de 1938, aconteceram dois levantes na tentativa de tomada de poder das mãos de Vargas, um em março e outro em maio, ambos derrotados sem muito esforço pelas forças do Estado.

O integralismo não é um partido, é uma doutrina geradora de partidos. Ele teve um órgão político que se chamava Ação Integralista Brasileira. Era o partido dos integralistas. Foi extinto com todos os outros partidos pela ditadura de 1937. Resolvi não mais reabri-lo. Não sou, portanto, um chefe de partido. Sou o chefe de uma doutrina político-social. (SALGADO apud CALIL, 2005, p. 203)

Permitindo, assim, que o movimento se articulasse em outras agremiações e adaptasse o discurso em período que as pautas defendidas, quando da sua fundação, já não seriam bem recebidas pela sociedade, principalmente após a derrota do Eixo³ na Segunda Guerra Mundial.

Com o fim do Estado Novo, novos partidos foram formados já para as eleições que aconteceriam em 1945, o período era de reestruturação do Estado brasileiro e as propostas políticas abarcavam os mais diferentes projetos. Getúlio Vargas, derrubado em 1945, seguia com grande influência política e os projetos se diferenciavam a partir da relação que estabeleciam com o mesmo: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiava Vargas e tinha sua base fixada na classe trabalhadora nacional que teve profundas modificações nas condições de vida e trabalho, bastante motivadas pela regulamentação trabalhista que Vargas havia estabelecido em resposta às manifestações populares do período; o Partido Social Democrático (PSD), também era majoritariamente varguista, este mais ligado às elites formadas durante o período que Vargas esteve no poder e que, a depender da conjuntura, formava maioria de apoio em conjunto com o PTB; e a União Democrática Nacional (UDN), de raiz anti-varguista, partido conservador e que unia em suas fileiras boa parte das elites agrárias que foram deslocadas do centro de poder após a Revolução de 1930, grupos autoritários e quaisquer outras formas que pudessem tomar as oposições à Vargas.

³ Tríade composta por Alemanha, Itália e Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

Além da tríade partidária citada acima, alguns partidos com menores pesos eleitorais acabavam se tornando peças importante para o jogo político - ora pró ora anti Getúlio Vargas - e que pesavam nas decisões eleitorais, principalmente em nível regional. Mesmo não movendo massas eleitorais, seus apoios poderiam ser decisivos na resolução dos pleitos eleitorais, nem sempre ligados somente com seus congêneres ideológicos. O Partido de Representação Popular (PRP) foi um desses, de grande influência na cidade de Caxias do Sul, era herdeiro da ideologia integralista formulada por Salgado e por outros integralistas⁴. A conjuntura nacional e internacional de 1945 era bastante diversa da década de 1930, exigindo modificações - pelo menos em nível discursivo - do movimento integralista que agora se articulava dentro do PRP.

O presente estudo será feito a partir dos escritos de Luis Alexandre Compagnoni, membro da AIB na década de 1930 e com reconhecimento regional na militância integralista, tendo sido, inclusive, gerente do impresso integralista *O Bandeirante* (1932-1935) da cidade de Caxias do Sul. No ano de 1948, já filiado ao PRP, fundaria *O Pioneiro*⁵, na mesma cidade, e que permanece em funcionamento até a atualidade.

Parte importante para a construção do pensamento integralista, desde o seu início, é a influência que a Igreja Católica tinha sobre os pensadores do movimento. Ligados principalmente ao discurso estabelecido a partir da Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 e reafirmado com a Encíclica *Quadragesimo Anno* de 1931, ambas estabeleciam o posicionamento que deveria ser assumido pela Igreja e seus fiéis frente às transformações que o mundo estava passando desde meados do século XIX. Estabelecendo-se como contrária aos movimentos influenciados pelo marxismo, a Igreja Católica mais

⁴ Apesar de não serem os únicos, vale frisar a importância, em especial, de Gustavo Barroso e Miguel Reale na constituição do que viria a ser a ideologia e doutrina integralista.

⁵ O impresso passou por variações de nomenclatura em diferentes momentos, utilizaremos "*O Pioneiro*" e "*Pioneiro*" para nos referir ao mesmo.

conservadora do período se colocava em favor do capitalismo liberal que se formava na sociedade e fornecia base considerável do que viria a ser empregado pelo movimento integralista brasileiro. Objetivamos, assim, analisar as possíveis intertextualidades encontradas entre as publicações de Compagnoni e o discurso oficial da Igreja Católica do período e perceber as possíveis utilizações feitas, por parte do integralismo, do que era pregado pela igreja na constituição de sua visão espiritualista de mundo.

Aportes teórico-metodológicos

Partimos das propostas de René Rémond (1996) para essa nova História Política, feita a partir de novos métodos, abordagens, perguntas e fontes sobre esse campo que, após período de negação e descrédito, volta a ganhar espaço. Ao analisar as publicações feitas em um impresso de alcance regional - apresentado a seguir - é possível compreender as motivações que foram mobilizadas para a fabricação deste pensamento cotidiano que será consumido pelos leitores onde essa mídia circular, afinal “O público dito ‘culto’, assim como os eleitores ‘sem bagagem’, são submetidos sem cessar aos discursos infra- e metapolíticos, e esse contato é muito maior que seu acesso à obra dos teóricos.” (WINOCK, 1996, p. 282). Mais importante ainda, ao atentar para os impressos, visto que “o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea” (Ibidem), principalmente por tratarmos de um período onde, quando muito, somente o rádio se fazia presente no cotidiano da população.

A interdisciplinaridade é uma das principais propostas de Rémond para os novos olhares da História Política, com o auxílio das diferentes ciências, o campo das possibilidades se expande. Parte constitutiva considerável da ideologia integralista finca raízes no pensamento católico de fins do século XIX e século XX e “A partir do momento em que o historiador leva em consideração à interdependência dos campos disciplinares, em que privilegia à longa duração, ele descobre à força explicativa do religioso.” (COUTROT,

1996, p. 333), nesse sentido, atentar para como o pensamento religioso se fez presente nas publicações integralistas, permite compreender a própria constituição do integralismo.

Se faz mister pensar, a partir das novas abordagens que a Ciência da Religião vem desenvolvendo, que “É necessário, para uma ampla compreensão histórica das diferentes sociedades, marcar o lugar da experiência religiosa, como o elemento que organiza e confere originalidade aos diversos grupos humanos.” (LIA, 2012, p. 553). Entender como as religiões e religiosidades podem desenvolver ligações entre os indivíduos que as praticam, como essas relações podem acabar por construir identidades específicas e, ao fim, como isso pode vir a tomar forma, sendo uma importante base para a construção de uma ideologia em um ambiente político bastante polarizado, é uma das propostas no presente trabalho.

Tendo em mente a hipótese de que relações podem ser estabelecidas entre o pensamento integralista e o discurso da ala mais conservadora da Igreja Católica, nos propomos a analisar a presença do discurso empregado oficialmente pela Igreja nos escritos de Luis Alexandre Compagnoni, publicados no jornal *Pioneiro* da cidade de Caxias do Sul. Por ter sido membro da AIB na década de 1930 e fundador do *Pioneiro* em 1948, quando filiado ao PRP, atentar para intertextualidade dos escritos do autor traz férteis resultados para a pesquisa. Utilizando o conceito pensado por Bakhtin, Fairclough entende que a “intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas. (...) Para relatar um discurso, pode-se não apenas citar um discurso direto mas também parafrasear, resumir, ecoar em discurso indireto.” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 65). Portanto, compreender como o integralismo empregado por Compagnoni fazia uso do discurso da Igreja Católica deste período e, como esses se faziam presentes no impresso analisado, permite que compreendamos algumas das forças influentes na sociedade caxiense do período.

Utilizaremos para a presente pesquisa colunas assinadas por Compagnoni e publicadas n’*O Pioneiro* - quatro edições escolhidas entre os

anos de 1948 e 1950 - que nos permitam fazer relações entre o discurso empregado por ele e o que propunha o catolicismo oficial do período. Para o tratamento de nossa fonte, será utilizada a Análise de Discurso Crítica pensada por Norman Fairclough (2001), portanto entendemos o discurso como uma prática social, dialeticamente relacionada com a sociedade e localizado em tempo e espaço definido. Para o autor, “há dimensões ‘sociocognitivas’ específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

A construção discursiva de *compagnoni* e a igreja católica

Na construção da ideologia integralista, o “bem X mal” era expressado pela oposição entre o “espiritualismo X materialismo” e era a base desta construção desde a década de 1930. Esta estruturação ideológica, a partir da visão espiritualista de mundo, principalmente em contraponto ao movimento comunista, era influenciada pela Igreja Católica do período. Nas palavras do personagem que utilizaremos para analisar as relações

O materialismo é a negação da realidade, que está a nos gritar a existência de uma vida sobrenatural. Não existem zonas intermediárias: ou concebemos o universo e o homem de modo espiritualista ou, então, caímos no materialismo. (...) o materialista, como diz o genial Alexis Carrel, torna-se um mau elemento constitutivo da sociedade.⁶ (sic).

Além do uso das definições de o que representaria o bem e o mal neste contexto específico, o autor constrói seu discurso baseado fortemente na ideia de que as possibilidades se resumem nesta divisão e a saída se encontra

⁶ Jornal Pioneiro 06/01/1949.

unicamente no espiritualismo, afinal ser contrário a ele seria a aceitação de tornar-se um destes maus elementos que constituem a sociedade. Encontramos essa ideia bastante explícita, também, na Encíclica onde

visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 26)

Portanto, em ambos os casos, a salvação se limita unicamente na aceitação deste mundo espiritualista católico e, desta mesma forma, seria retomada pelo Sumo Pontífice Pio XI 40 anos depois

Só estas [instituições católicas] podem dar remédio eficaz à demasiada solitudine das coisas caducas origem de todos os vícios ; só estas podem fazer, que os homens, fascinados pelos bens deste mundo transitório, desviem deles os olhos e os levantem ao céu. Quem dirá, que este remédio não é hoje, mais que nunca, necessário à família humana? (QUADRAGESIMO ANNO, 1931, p. 30)

Tido pelos integralistas como o maior representante do materialismo, o comunismo era o alvo preferido do discurso empregado pelo movimento. Anticomunismo esse que encontrava eco no discurso religioso estabelecido principalmente a partir da Encíclica Papal *Rerum Novarum*, assinada por Leão XIII, no ano de 1891 e que tentava afastar o operariado do movimento socialista que começava a se fazer presente na Europa, com intensidade cada vez maior. Em um contexto de desenvolvimento capitalista pós revolução industrial, o que o Sumo Pontífice propunha era a Doutrina Social Católica, estabelecendo a partir da Encíclica o comportamento correto de um bom fiel frente a esta conjuntura de desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo internacional.

Um parêntese importante a ser feito é que a Encíclica *Rerum Novarum* se colocava em favor do capitalismo liberal, apenas eram feitas algumas objeções em como ele poderia ser mais efetivo para burgueses e proletários, mas nunca se opondo. Fato este que seria relativizado na Encíclica *Quadragesimo Anno*, assinada pelo Papa Pio XI em 1931, afinal era contexto de crise do liberalismo, o capitalismo em si seguiria não sendo um problema, mas o liberalismo tinha princípios questionados. Na Encíclica de 1931, por exemplo, ao se referir à de 1891, falava que a doutrina estabelecida por Leão XII

assaltava ousadamente e derribava os ídolos do liberalismo, não fazia caso de preconceitos inveterados, prevenia inopinadamente o futuro: que muito que os rotineiros desdenhassem aprender esta nova filosofia social e os tímidos receassem subir a tais alturas, ao passo que outros, admirando aquela luz, a reputavam perfeição ideal, mais para desejar que para realizar?” (sic) (QUADRAGESIMO ANNO, 1931, p. 04).

Ainda em tom de crítica ao liberalismo

Como não pode a unidade social basear-se na luta de classes, assim a recta ordem da economia não pode nascer da livre concorrência de forças. Deste princípio como de fonte envenenada derivaram para a economia universal todos os erros da ciência económica « individualista »; olvidando esta ou ignorando, que a economia é juntamente social e moral, julgou que a autoridade pública a devia deixar em plena liberdade, visto que no mercado ou livre concorrência possuía um princípio directivo capaz de a reger muito mais perfeitamente, que qualquer inteligência criada. Ora a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites é justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida económica. (sic) (Ibidem, p. 21)

No caso do movimento integralista da década de 1930, este construía o liberalismo como sendo somente outra face da moeda do materialismo e, mesmo com algumas críticas ao capitalismo que se estabelecia - principalmente ao capitalismo internacional, com tom antisemita recorrente -

também nunca se opôs frontalmente às bases do sistema. A rearticulação integralista da década de 1940 dosou críticas ao liberalismo, afinal o contexto não era mais de crítica profunda ao mesmo, a tentativa foi de levar os preceitos mais excludentes de sua ideologia para as pautas liberais, o que se faz bastante perceptível, ainda, na atualidade.

Nas palavras do Chefe Integralista “Temos que criar uma concepção de Estado na altura das circunstâncias. Que resolva a situação do operário, em face do capitalismo. Que imprima ao capital uma finalidade nacional e o subordine a um processo de evolução compatível com os interesses sociais e nacionais.” (SALGADO apud OLIVEIRA, 2009, p. 119). Bem como, na Encíclica do Papa Leão XIII

uma condição indispensável para que todas estas vantagens se convertam em realidades, é que a propriedade particular não seja esgotada por um excesso de encargos e de impostos. Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito de propriedade individual; a autoridade pública não o pode pois abolir; o que ela pode é regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum. É por isso que ela age contra a justiça e contra a humanidade quando, sob o nome de impostos, sobrecarrega desmedidamente os bens dos particulares. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 20)

Sobre o capitalismo, ao fim, integralistas e católicos não se opuseram a sua manutenção, a necessidade da propriedade privada nunca fora questionada, por exemplo. O problema sempre foi a utilização feita do capitalismo e não o capitalismo em si.

Em coluna assinada por Compagnoni, sob o título “Naturalmente Religioso”⁷

Para o mundo do futuro, pensamos, o que interessa é o poder, o prestígio desta elite relacionado com o problema da valorização do homem.

⁷ Jornal Pioneiro 09/12/1948.

Enquanto esta elite não ver no homem um sêr religioso, tudo o que arquitetar não terá consistência.

Enquanto o banqueiro, o industrial, o comerciante, o professor, o intelectual, o agricultor, o fazendeiro, não verem em seus semelhantes sêres destinados à vida eterna a humanidade continuará a mesma⁸. (sic)

A ideia de que a humanidade está em decadência é uma constante nos discursos integralistas e a possibilidade de salvação, invariavelmente, é encontrada na ideologia integralista. Como citado anteriormente, Salgado e todo o movimento tinham influência da Igreja Católica na construção de seu pensamento e, toda e qualquer opção que não tivesse como norte uma visão espiritualista, não estaria de acordo com as necessidades do período. Esta visão de uma sociedade decadente é encontrada também na Encíclica de 1891, onde

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 01)

Neste contexto, o esforço de ambos - Igreja Católica e integralismo - é o que “(...) associa ao comunismo elementos do perigo e do caos, e mais precisamente o fim da humanidade.” (TORRES, 2016, p. 67). Além disso, nota-se também neste excerto, a crítica feita à auto organização da classe trabalhadora, o que é frontalmente contrária ao que pregava desde o século XIX o movimento do operariado, mais ainda aquele que era influenciado pelos textos marxianos e marxistas.

⁸ Ibidem.

A mesma decadência apresentada pela Igreja do Papa Leão XIII e mobilizada por Compagnoni e pelos integralistas em seus discursos, é apresentada também na Encíclica de 1931.

Tudo o que temos ensinado acerca da restauração e aperfeiçoamento da ordem social, de modo nenhum poderá realizar-se sem a reforma dos costumes, como até a mesma história eloquentemente demonstra. De facto houve já uma ordem social que, apesar de imperfeita e incompleta, era, de algum modo, dadas as circunstâncias e exigências do tempo, conforme à recta razão. E se essa ordem já de há muito se extinguiu, não foi de certo por ser incapaz de evolucionar e alargar-se com as novas condições sociais; mas porque os homens, ou obcecados pelo amor próprio se recusaram a abrir como convinha, o seio das suas organizações à multidão sempre crescente, que desejava entrar nelas, ou porque iludidos pela aparência de uma falsa liberdade e por outros erros, rebeldes a toda a sujeição, trabalharam por sacudir o jugo de qualquer autoridade. (sic) (QUADRAGESIMO ANNO, 1931, p. 23)

Para a igreja deste período, então, a ordem na sociedade já existiu, mas precisa ser restaurada após terem rumado para a ilusão de falsas liberdades que foram apresentadas. Friso o fato de que recorrentemente ideias são apresentadas metaforicamente também pelo integralismo⁹, “recta razão” (sic) é um exemplo e, partindo do fato de que as metáforas precisam ser localizadas socialmente para que façam sentido aos que consomem, “na cultura ocidental, espacialização para baixo é experienciada em termos do que é mau, ao passo que espacialização para cima é experienciada em termos do que é bom.”

⁹ Apesar de não estar presente em nosso recorte temporal - nos referimos aqui ao período em que nosso personagem era membro da AIB e escrevia um jornal abertamente integralistas - o próprio Luis Alexandre Compagnoni utiliza da metáfora “reta” para se referir aos integralistas, “Um camisa verde que passa é uma consciência réta e pura que serve de condenação á imoralidade, á corrupção, ao vício ao egoísmo.” (sic) (Jornal O Bandeirante 15/05/1937).

(RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112), assim como “reto” é socialmente entendido como bom em contraponto à “torto”.

A negação da existência de classes sociais é outra constante do integralismo e da Igreja Católica, ainda mais por ser uma forma de combater o discurso que entendiam ser materialista e que colocavam em choque patrões e empregados

Que enorme diferença fará então esta pobre humanidade, minada pelo ódio e pela desconfiança, pelo mêdo e pela vingança. O homem, que é naturalmente religioso, sendo encarado como tal, criara um novo ambiente nas relações humanas. Deixará de ser o explorador e o explorado.¹⁰ (sic)

Uma sociedade dividida em classes é entendida como algo trazido pelos movimentos materialistas e que deveria ser combatido, em lugar desta divisão ficaria uma sociedade organizada de forma corporativa - ponto importante no discurso integralista desde o lançamento de seu manifesto em 1932 - onde patrões e empregados conviveriam em harmonia. Para o catolicismo dos fins do século XIX

o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 07)

¹⁰ Jornal Pioneiro 09/12/1948.

Legitimando, assim, as diferenças de condições entre proletariado e burguesia e utilizando da “divina providência” para que permaneçam nos lugares para onde foram definidos, em plena harmonia com os demais.

O princípio de não divisão das classes que foi citado acima, tanto por parte dos integralistas quanto por parte da Igreja, é retomada na Encíclica de 1931, onde

Se a sociedade não forma realmente um corpo organizado, se a ordem social e jurídica não protege o exercício da actividade, se as várias artes, dependentes como são entre si, não trabalham de concerto e não se ajudam mutuamente, se enfim e mais ainda, não se associam e colaboram juntos a inteligência, o capital, e o trabalho, não pode a actividade humana produzir fruto : logo não pode ela ser com justiça avaliada nem remunerada equitativamente, se não se tem em conta a sua natureza social e individual. (QUADRAGESIMO ANNO, 1931, p. 17)

Novamente, os bons rumos da sociedade viriam com um Estado nos moldes corporativista, onde capital e trabalho estão em plena sintonia, cada qual cumprindo sua função. Para a resolução da grave desordem em que se encontra a sociedade, em função de sua divisão em classes, “a cura só então será perfeita, quando a estas classes opostas, se substituírem organismos bem constituídos, ordens ou profissões, que agrupem os indivíduos, não segundo a sua categoria no mercado do trabalho, mas segundo as funções sociais, que desempenham.” (Ibidem, p. 20), o mesmo tom que era utilizado desde as formulações de Plínio Salgado sobre o Estado integralista.

A Igreja Católica deste período, para Torres (2016, p. 65) “(...) é uma Igreja que deseja disciplinar o corpo do fiel por intermédio da premissa divina e, ao mesmo tempo, produzir um sentimento de repulsa das propostas de esquerda dentro dos espaços católicos.”. Sentimento de repulsa que foi bem recebido e bastante utilizado por Compagnoni e pelos demais integralistas em suas construções de discurso.

Além de que, constantemente utiliza da pressuposições - como a de que a religiosidade do homem é fato natural - para a construção de seu discurso.

Ainda nesta mesma edição

Ou nos voltamos para Deus, ou então, nos despenharemos nos abismo da barbárie.

Já chegam 400 anos de anarquia mental.

(...)

A humanidade só poderá sobreviver dignamente se tiver seus passos orientados pela Igreja.¹¹ (sic)

A perspectiva integralista de salvação faz-se somente através do espiritualismo católico e tudo que não está dentro dos parâmetros integralistas é bárbaro, indigno e decadente. A citação dos 400 anos de anarquia¹² é importante para pensar o posicionamento da igreja do período, no momento se colocando não mais como a religião oficial e sim frente a uma necessidade de lutar pela conquista deste espaço que a religião já tinha perdido e esta luta “não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens.” (RERUM NOVARUM, 1891, p. 02).

Em outra coluna assinada, “O comunismo continua fazendo estragos em Caxias do Sul”¹³, desde o título a construção do integralismo como o contraponto ao comunismo se faz claro.

O comunismo continua fazendo estragos em Caxias do Sul. É esta uma triste constatação que faço, ao verificar a enorme soma de moços que, de uma forma ou de outra, estão contaminadas pela peçonha vermelha. (...) Que contraste chocante com a

¹¹ Ibidem.

¹² A opção pelo uso conceito, tanto por Compagnoni quanto pelos integralistas em geral, se faz sem qualquer crivo teórico, da mesma forma com que se faz o uso de “comunismo”, “socialismo”, “bolchevismo”, com sentido bastante diverso do que teriam seus pensamentos e ação a partir de seus pensadores.

¹³ Jornal Pioneiro 06/01/1949.

mocidade de vinte anos atrás, toda ela possuído um idealismo construtivo, baseado na tradicional espiritualidade trazida pelos pioneiros da colonização desta cidade e desta zona. (sic)

“Peçonha”, “estragos”, “contaminação” são conceitos relacionados com “comunismo” no texto e o ideal correto a ser seguido é o mesmo que os imigrantes haviam trazido para a região quando chegaram ainda no século XIX. Esses, não por acaso, professavam a fé católica que, desde o Papa Leão XIII, entendia que o comunismo trazia “funestas consequências, a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias;” (RERUM NOVARUM, 1891, p. 06) e ainda compreendia “que a teoria socialista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública” (Ibidem).

O combate aos movimentos comunistas e socialistas são retomados pela Encíclica de Pio XI onde “Só Nos resta por conseguinte citar de novo a juízo o vigente sistema económico, e o seu mais violento acusador, o socialismo, para sobre eles proferirmos uma sentença clara e justa; e ao mesmo tempo, indagada a última raiz de tantos males, apontar o primeiro e mais necessário remédio, que é a reforma dos costumes.” (QUADRAGESIMO ANNO, 1931, p. 23), novamente o socialismo - sinônimo de materialismo, para os integralistas - é culpado pela depravação dos costumes morais da sociedade.

Outro trecho importante para pensar no uso feito da religião, nesse estudo de dogmas da Igreja Católica, pelo movimento integralista se refere ao que entendem como democracia e as críticas que fazem ao estado que se encontra a democracia no Brasil

Acobertados pelo manto protetor da democracia, puderam os corifeus do comunismo, em nossa cidade, propagar suas idéias, principalmente no meio dos moços incapazes, muitas vezes, de articularem qualquer argumento contra a pregação vermelha.

Aliás, para os comunistas, só os comunistas é que são democratas.¹⁴ (sic)

O uso de democracia é interessante nos discursos integralistas em função da significação específica que dão ao conceito. Não se dizer contra a democracia, após o fim da Segunda Guerra Mundial, era importante para ser aceito socialmente nesta reestruturação pela qual o país passava após o fim do Estado Novo. A partir disso, o integralismo da década de 1940 utiliza de aspectos religiosos para construir um entendimento de democracia que permitisse manter parte considerável de seus princípios autoritários. Nomeada como “democracia cristã”, o entendimento apresentado pelo movimento defendia que “Decidir pelo espiritualismo é a única atitude eficiente de manutenção das formas democráticas verdadeiras” (SALGADO apud CALIL, s/d, p. 04) o que permitiu ao movimento definir como democrático só aquilo que era baseado nos preceitos cristãos e que esta democracia defendida “poderá e deverá considerar extremistas aqueles que atentarem contra o conceito do homem em que ela se baseia” (SALGADO, s/d, p. 26).

Ainda sobre a perspectiva excludente de democracia pregada pelo movimento, o catolicismo estabelecido com a Encíclica de 1891 definiu que “qualquer tipo de fundamentação que vai de encontro ao que a Igreja Católica defende é tido como ideias maléficas a prática humana, pois assim o homem estaria sendo conduzido à falsa liberdade humana, logo seriam prejudicadas as questões referentes à produção humana dotada do teor divino.” (TORRES, 2016, p. 63).

Sob o título “As classes trabalhadoras, socialismo e eletrificação”¹⁵, Compagnoni faz uma crítica à atuação do Estado para resolver os problemas de eletrificação do município.

O Estado. O Estado. Esta é a doença dos dias atuais. Uma humanidade amolecida, que esta louca para que o Estado se

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Jornal Pioneiro* 24/12/1949.

transforme em Gra[n]de-Patrão. Na Rússia, até para comprar alfinetes é preciso ter autorização do Estado. (...)

Mas há também muita gente que faz questão que o Estado seja patrão, não como na Rússia, mas um pouco mais suave. São os partidários da socialização ou nacionalização.

(...)

E, assim, o Estado, de acordo com as teorias socialistas, torna-se empresário, excluindo completamente a cooperação particular.

(...)

Aí está o exemplo: se o Poder Público tivesse permitido, não se orientando de maneira socialista, há mais de vinte anos os caxienses teriam resolvido seu problema de energia elétrica, problema êste que, há mais de dois decênios vem entretendo o nosso progresso e prejudicando todos os que querem trabalhar e construir o próprio futuro.¹⁶ (sic)

Importante notar que a crítica ao Estado é bastante recorrente pelos integralistas e que, sempre que possível, essa crítica encaminha-se para a defesa de um Estado organizado em formato corporativista, como já citado anteriormente. Constante, também, é o uso de elementos que são remetidos à Rússia, como se estivessem em situação deplorável pelo fato de o Estado ter tomado a forma de um “Grande-Patrão” e que são mobilizados para aprofundar as diferenças entre o que era defendido pelos militantes do sigma e pelos “partidários da socialização ou nacionalização” (sic). Ao fim, boa parte dos problemas presentes na contemporaneidade, são relacionados à orientação socialista que a sociedade vem tomando.

As críticas e descréditos em relação à atuação do Estado se faz presente também no discurso oficial da Igreja Católica em fins do século XIX. Para essa, o Estado é invenção posterior ao homem, logo, não deveria interferir na organização “natural” das condições da vida - entendida em sentido bastante amplo, referente tanto ao micro que seria a vida familiar, até a organização da economia no mundo contemporâneo que também deveria seguir os preceitos definidos pela Divina Providência. Em sentido contrário, seus opositores

¹⁶ *Ibidem*.

“substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família.” (RERUM NOVARUM, 1891, p. 06).

Uma última coluna a que nos remetemos, esta não escrita por nosso personagem, é publicada em período que Luis Alexandre Compagnoni já era candidato ao cargo de Deputado Federal. Intitulada “Manifesto de Universitários Católicos em apoio da candidatura de Luiz Compagnoni”¹⁷, permite-nos inferir que a relação entre a Igreja e o Integralismo do período era, pelo menos em parte, recíproco.

(...) somos levados apenas pelo anseio de vermos sufragados nas urnas um nome que será a garantia das reivindicações católicas na Camara dos Deputados, em especial as reivindicações atinentes ao setor da educação, em todos os graus, de cuja orientação ideológica depende a formação da mocidade brasileira.

(...) vemos nêle um homem digno e capaz de defender os interesses estudantis católicos. Norteados pela orientação do episcopado gaúcho, apoiamos o nome de Luiz Compagnoni para a Câmara, levados “não por promessas em vésperas de eleições, mas pelo passado” que êle nos apresenta e pelas ideias que esposa.

(...) sempre estive na vanguarda de movimentos em prol de alevantados e generosos ideais. Como jornalista, desde largos anos, sempre teve uma unica linha de conduta: a defesa dos princípios cristãos. Católico fervoroso, lutou contra as idéias dissolvente da família, contra a dissolução dos costumes.¹⁸ (sic)

Os textos de Compagnoni eram compostos, também, pelo discurso da parte mais conservadora da Igreja do período e, essa, recebia bem seus posicionamentos, a ponto de se posicionarem em favor da candidatura do mesmo em 1950. Interessante pensar que, mesmo tendo iniciado com uma defesa “independente de côres e credos partidários” (sic), trazem seu apoio à

¹⁷ Jornal Pioneiro 16/09/1950.

¹⁸ Ibidem.

Compagnoni em função da orientação ideológica trazida por este e que seria base para a juventude do período. A qual ideologia se refeririam? Não seria esta partidária?

Ademais, Luis Alexandre Compagnoni é personagem regionalmente reconhecido por sua atuação no movimento integralista desde a década de 1930, quando membro da AIB, portanto apoiá-lo “pelo passado que êle nos apresenta”¹⁹ (sic) é, ao menos, curioso. Personagem que sempre se colocou contra a decadência, contra a “dissolução” dos costumes tradicionais, Compagnoni representaria a permanência dos preceitos pregados pela Igreja que se aproximava do integralismo.

A aproximação entre a Igreja e o integralismo não é percebida apenas pelos discursos empregados por Compagnoni e pela campanha feita pelos universitários católicos transcrito acima. Partindo do fato de que o apoio se deu “norteados pela orientação do episcopado gaúcho”, chegamos em João Batista Becker²⁰, arcebispo de Porto Alegre entre 1912 e 1946. Bastante crítico, no início, ao movimento que levaria à Revolução de 1930, preocupava-se com a “avalanche comunista” e lutava pelo enfraquecimento do “bolcheviquismo” (sic) entre o povo. Bastante influente no catolicismo regional, segundo Héglio Trindade, dom João Becker pronunciou-se claramente em favor do integralismo.

Conclusão

Atentar para as ideias políticas que a religiosidade pode vir a tomar, ainda mais em uma região onde o catolicismo exerceu e exerce influência,

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Cf. DIAS, Sônia. **BECKER, João**. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/becker-joao>. Acesso em: 09 out. 2020.

permite olhar para as Igrejas como algo além de instituições onde se professam fé, afinal

difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva à ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. (COUTROT, 1996, p.334)

Compreender as bases discursivas do pensamento autoritário brasileiro se faz bastante necessário e, frente ao retorno destes discursos na atualidade - o ataque feito à produtora do Porta dos Fundos, em 2019, é um exemplo - atentar para a sua origem permite que compreendamos melhor sua atuação na contemporaneidade. Acreditamos, frente ao apresentado, que são possíveis relações entre o movimento integralista - em nosso caso, representado pelos discursos publicados por Luis Alexandre Compagnoni no jornal *O Pioneiro* - e o pensamento da Igreja Católica, principalmente aquele que foi estabelecido pela Encíclica Papal *Rerum Novarum* de 1891 e reafirmado pela *Quadragesimo Anno* de 1931.

Frente ao apresentado, a partir do caminho percorrido pelas fontes, confirmamos a hipótese de que os discursos empregados pela Igreja Católica de fins do século XIX e da primeira metade do século XX, através das Encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, forneceu base importante para a construção do discurso integralista apresentado por Luis Alexandre Compagnoni em seus escritos no jornal *O Pioneiro*.

Referencial bibliográfico

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro: o prp entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa.** 2005. 819 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História, Uff/unioeste, Niterói, 2005.

COUTROT, Aline. **Religião e política**. In. RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1996.

FAIRCLHOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Unb, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C.. **O sistema partidário: a redemocratização (1945-64)**. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral); GERTZ, René (Direção). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 - (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

LIA, Cristine Fortes. História das religioes e religiosidades: contribuições e novas abordagens. **Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 549-563, set. 2012.
RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1996.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

TORRES, José William Lopes. "**Revolução... Uma necessidade!**": a igreja católica e a produção do anticomunismo em caruaru - pe, no jornal *A Defesa* (1958-1959). 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.
TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**. O fascismo brasileiro da década de 30. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1974.

WINOCK, Michel. **As ideias políticas**. In. RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1996.

XIII, Papa Leão. **Rerum Novarum**. 1891. Disponível em:
http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

XI, Papa Pio. **Quadragesimo Anno**. 1931. Disponível em:
http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

Muçulmanos em movimento: a comunidade senegalesa em Caxias do Sul

Franciele de Almeida de Oliveira **

Cristine Fortes Lia*

Viver demanda movimento. “Mover”, verbo transitivo direto, é o que dá sentido a esta História. Movimento pressupõe mudança. A migração dota o indivíduo de um *status* e nesse processo há uma série de negociações e reinvenções do migrante em relação a sua estrutura familiar (GONÇALVES, 2020). A migração é geralmente analisada a partir da perspectiva econômica, sendo referenciada como um processo masculino (OSMAN, 2009), contudo não se pode esquecer que também migram mulheres, crianças e famílias inteiras.

O próprio conceito de “migrar” ou “imigrar” vem sendo redimensionado no século XXI. As concepções que indicavam indivíduos que saem de seus territórios de origem em busca de uma vida melhor em outros territórios já não explicam mais o fenômeno dos deslocamentos humanos contemporâneos. Umberto Eco (2020) observa a ausência de conceitos que definam as múltiplas formas de transferências de indivíduos no terceiro milênio. Assim, concordando com Eco (2020), os deslocados do século XXI devem ser compreendidos por meio de abordagens que observem os impactos desse deslocamento dentro do grupo migrante e da sociedade que os acolhe (ou rejeita), indo muito além da mera determinação conceitual sobre “migrações” e “imigrantes”.

** Graduada em História. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Educadora da rede La Salle Caxias.

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora e pesquisadora da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Caxias do Sul, cidade serrana do Rio Grande do Sul, foi historicamente constituída como município por imigrantes europeus no final do século XIX, sendo antes habitada por indígenas proto-jê e tropeiros. Conhecido como uma localidade de imigrantes italianos, o município buscou constituir-se como um recanto europeu (LIA; COSTA, 2018), preservando a imigração italiana como um ideal de identidade em seus espaços de memória. A cidade também buscou exaltar os valores da fé católica e do trabalho, consolidando, a partir da década de 70, a noção de italianidade (GIRON, 1994). Esse processo é responsável por ir cristalizando um sentimento de identificação e de pertencimento grupal (MOCELLIN, 2007) que não era presente com os imigrantes históricos (HERÉDIA, PANDOLFI, 2015).

A imigração senegalesa, iniciada no século XXI para a região, contrariando as expectativas do ideal imigrante europeu (LIA; COSTA, 2018), suscitou uma série de debates cercados não apenas por essa idealização, como também pela fé, pelo trabalho, pelos preconceitos e pelo racismo presentes na cidade. Caxias do Sul recebeu, a partir de 2011, imigrantes vindos do Senegal, em sua maioria homens em idade ativa para o trabalho e muçulmanos. Praticantes do sufismo, os senegaleses praticam um Islã ligado às confrarias e aos líderes religiosos (LIA; COSTA, 2018). Muitos desses imigrantes voltam a migrar, mas há os que permaneceram e vêm constituindo laços com a região da Serra Gaúcha. Mulheres e crianças vieram para o Brasil, assim como filhos e filhas de senegaleses nasceram no país, de modo que famílias estão migrando para Caxias do Sul e outras estão sendo constituídas na própria cidade. O processo de reunificação familiar dessa comunidade sofre com diversas barreiras, como os aspectos religiosos, étnicos e geoespaciais resultantes da colonialidade.

Os imigrantes senegaleses fixados na cidade são muçulmanos, uma das características consideradas “exóticas” em Caxias do Sul (LIA; COSTA, 2018). O Islã está presente na região desde a década de 80 do século XX, com a migração palestina, mas as manifestações religiosas desse grupo ficaram restritas a espaços privados (LIA; COSTA, 2018). A partir da imigração

senegalesa, o Islã passa a ocupar espaços públicos e ganha destaque na mídia local. A diferença religiosa com a comunidade tradicional católica da região demarcou um espaço reivindicado e legitimado pela própria comunidade. Ser muçulmano passou a ser ter um caráter de diferenciação positiva no âmbito moral em relação a outros grupos migratórios e uma forma de não assimilação à cultural local (CARMO, 2020).

Segundo o Relatório de 2018 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)¹, os 6 países com mais registros de entradas a longo prazo no Brasil são todos do hemisfério Sul e, em sua maioria, latinos. Desse grupo, 37,02% são mulheres, o que sugere uma tendência à fixação feminina, se comparada à taxa de 25,27% de registros femininos para migrantes temporárias. Além disso, os vistos temporários são, em sua maioria, concedidos aos migrantes dos países do Norte. A nacionalidade que apresentou mais autorizações concedidas para trabalho em 2017 foi o Senegal, com 2.285 liberações. Mesmo assim, os senegaleses não estão entre os 10 países com mais trabalhadores imigrantes regularizados no Brasil. No primeiro semestre de 2018, os senegaleses também aparecem com saldo negativo de contratações no mercado de trabalho formal.

O movimento migratório Sul-Sul questiona não só a problemática das relações político-econômicas com o Norte, mas também as questões históricas. Com as proibições e as políticas que dificultam a entrada de migrantes pelos países do Norte e a emergência de países como o Brasil, esse redirecionamento modificou a própria noção de fronteira e das categorias migratórias (BAENINGER, 2018). Os países do Norte ainda gozam de prestígio pela subserviência e pela exploração do Sul-Global desde o século XV. Assentada numa relação de poder desigual que se baseia na diferenciação racial e/ou étnica dos corpos a nível global (QUIJANO, 2007), a colonialidade

1

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf

impacta diretamente nas noções e vivências dos grupos migratórios, que mesmo com a emergência de países do Sul, ainda têm o Norte como destino majoritário ideal. Além de ser formado por africanos e negros, o grupo aqui pensado também é constituído por muçulmanos, multiplicando o peso das discriminações e dos estereótipos. Hoje, a comunidade muçulmana sofre com a depreciação da religião pelo Ocidente, consolidada com o atentado de 11 de setembro de 2001 (ARMSTRONG, 2001), o que frequentemente associa os membros dessa comunidade ao terrorismo. Segundo os dados da Organização Internacional para as Migrações (2003)², muitos países intensificaram as políticas anti-imigração e restringiram a entrada de grupos muçulmanos.

Estes imigrantes que vêm de diferentes regiões do Senegal possuem em comum o ser estrangeiro, senegalês, negro e muçulmano em Caxias do Sul. Como elemento de integração e pertencimento grupal (DEMANT, 2015), a religião fortalece as relações entre os imigrantes com seu grupo de origem, mesmo que dentro da própria comunidade existam diferentes Islam's (Mourides, tidianes, laienes e religiosos do ramo Mouride baye fall) (GONÇALVES,, 2020). São nas rezas de sexta-feira que os homens senegaleses se encontram na casa de oração da cidade e nas festividades religiosas que a comunidade se reúne.

A migração senegalesa tem uma dinâmica própria e precisa ser analisada sob a luz de conceitos que rompam com os padrões coloniais e eurocêntricos de compreensão das trajetórias humanas. Este estudo se ocupa da análise da experiência migratória senegalesa na Serra Gaúcha, com ênfase nas particularidades religiosas do grupo³. O estudo utiliza a discussão da

² Disponível em: <https://brazil.iom.int/>. Acessado em 19 de julho de 2021.

³ Esta pesquisa é realizada na Universidade de Caxias do Sul (UCS), junto ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Instituto Religare. Sua ideia inicial surgiu de uma demanda da comunidade migrante senegalesa, que pedia o direito de “ter voz” para contar a sua história. Ela vem sendo realizada desde 2018. Até o final de 2020, foram realizadas 12 entrevistas com imigrantes senegaleses e 6 entrevistas com lojistas, gerentes e gestores de produção da cidade de Caxias do Sul-RS.

decolonialidade, visto que são sujeitos africanos, negros e muçulmanos de um país que compartilha com a História brasileira a tragédia colonizadora. Sabe-se que a colonialidade e seus reflexos se estendem às teorias e às formas como vemos o mundo, por isso optou-se por teóricos africanos e brasileiros. Mesmo que haja uma hegemonia euro-americana na produção teórica (OYĚWŪMÍ, 2000), precisamos cada vez mais buscar, estudar e produzir conceitos que deem conta das nossas realidades.

A fala das entrevistadas será mantida na sua originalidade, sem alterações de transcrição. As entrevistas ocorreram por meio de roteiro previamente elaborado, mas permitiu-se liberdade às entrevistadas. A ambientação da “conversa” também costuma realizada de acordo com as necessidades das depoentes. Existe também o compromisso de que suas memórias não serão desqualificadas ou questionadas em comparação com documentos escritos, isto é, considerados oficiais. No entanto, sabe-se que o método da História Oral encontra limites e que as falas podem sofrer influências diversas no ato da entrevista e da transcrição.

É preciso antes de tudo transcrever aquelas falas, ou seja, torná-las escritas, traduzi-las para um novo código, e as primeiras dúvidas assaltam o historiador das oralidades: será que não se vai perder muita coisa? O que vai restar do oral no escrito? Olho para o gravador, onde ficaram os gestos que acompanharam estas falas? Posso, no entanto, colocar entre parênteses a palavra risos ou a palavra lágrimas [...]. Consolo-me, no entanto, já que o entrevistado falou livremente a partir do roteiro que levei. Ele narrou sua história de vida. Mas será que meu roteiro não interferiu na sua fala? Não a fabricou de certa maneira? Será que ele não preparou uma versão de sua vida adequada àquela que ele acha ser a minha expectativa? Se a fala foi produzida num momento de interação comigo, eu não estarei implicado nesta fala? E por que no texto que vou produzir devo fingir que não? (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 263-264)

As dúvidas que atormentam o historiador das oralidades revelam seu compromisso com aqueles que ele pretende que sejam ouvidos pela

sociedade. Os pesquisadores que utilizam da História Oral comprometem-se com seus entrevistados, transformando-se nos porta-vozes de suas trajetórias. Também não é mais permitido que esses indivíduos fujam de seus respectivos compromettimentos subjetivos com o texto produzido, pois é somente pela ação do historiador responsável por “criar a trama” que será narrada que as vozes dos depoentes são ouvidas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019). Da mesma forma, o processo de constituição de grupos de entrevistados decorre de relações de cumplicidade, confiança e amizade, potencializando a subjetividade do trabalho historiográfico. O trabalho historiográfico não perde seus métodos e compromissos científicos, mas ganha potência e revigora sua credibilidade em dar voz a todos os sujeitos sociais. A História Oral “seria um agente infiltrado, que continua em busca dos segredos dos que falam para escrevê-los, tornando-os documentos, inscrevendo-os como monumentos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 266).

Religiosidade e colonialidade

O Islã seria a última revelação de Deus para os homens, registrada no Alcorão. A comunidade muçulmana é diversa no que diz respeito à interpretação do Alcorão, mas unificada pelo dogma e pela *shahada*: não há outro Deus e Muhammad é seu Profeta. Segundo Demant (2015, p. 16), “O Islã, como o cristianismo, é uma fé expansionista e monopolista da verdade”. Desde 610, quando Muhammad recebeu a primeira mensagem do Alcorão, o Islã passou de uma comunidade de parentes e amigos do profeta, para um Império. Esse fato ocorreu entre os séculos XI e XIX e, atualmente, essa religião possui 1,6 bilhões de fiéis, segundo estimativas do Pew Research Center (2010)⁴.

⁴ PEW RESEARCH CENTER: RELIGION&PUBLIC LIFE (Washington). The Pew Charitable Trusts (Org.). **Global Religious Futures: Muslim Population by Country**. 2019. Disponível em: <<http://www.globalreligiousfutures.org/religions/muslims>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

Regulando todas as esferas do crente, o Islã se tornou “o principal elemento formativo da identidade coletiva das populações” (DEMANT, 2015). Assim como ocorre em outros dogmas, a religião é um elemento de coesão social. A expansão e a conversão ao Islã em todos os continentes variaram conforme o contato e as especificidades das comunidades.

Na África, segundo Demant (2015, p. 74) o Islã “se difundiu muito mais pelo comércio, pela migração e pela influência pessoal de professores e místicos do que propriamente pela conquista militar”. Nos séculos XVIII e XIX, as conversões para a religião se intensificaram devido aos laços entre o comércio e à queda dos Estados africanos. Em países como o Senegal, o Islã constituiu um fator de resistência à colonização francesa nos séculos XIX e XX. Para Demant (2015, p. 144):

A islamização e o enfraquecimento dos tradicionais laços familiares e sociais, tão importantes no contexto da cultura africana, geraram um ambiente de confusão que beneficiava o Islã, religião que combinava o universalismo de sua mensagem com uma latente oposição ao Ocidente imperialista.

Os resultados da colonização e do imperialismo ocidental na África foram catastróficos, assim como ocorreu nas demais colônias. Sociedades desestabilizadas, grupos étnicos exterminados e em conflitos permanentes, resultando em governos instáveis, corrupção, pobreza e desigualdade social (DEMANT, 2015). No mundo muçulmano houve três respostas à intervenção dos países europeus e dos conflitos do século XX: “a ocidentalização liberal, o nacionalismo secular e o modernismo muçulmano” (DEMANT, 2015, p. 82). O desfecho disso pode ser percebido pela formação e pela atuação de grupos fundamentalistas islâmicos em uma resposta antiocidental. Essa retomada à religião também é observada em cristãos e judeus (DEMANT,

2015). O anticolonialismo se consolidou como uma resposta ao problema colonial através dos grupos armados e do sectarismo religioso.

A herança colonial e seu padrão específico de poder impactam as sociedades até hoje (QUIJANO, 2007). Através do colonialismo, aqui compreendido como uma estrutura de dominação e exploração com autoridade política em outra jurisdição territorial (QUIJANO, 2007), os europeus invadiram e exploraram diferentes grupos e sociedades nas geoculturas definidas por eles: América, África e Ásia. Sob a proteção de Deus, grupos foram exterminados e escravizados.

Para Césaire, a colonização coisifica o humano e desperta o colonizador “para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral, e mostrar que sempre há uma cabeça degolada e um olho esvaziado no Vietname” (CÉSAIRE, 1978, p. 17). A partir da dominação colonial e da exploração ultramar se constituiu a colonialidade, lançando as bases do capitalismo moderno. A colonialidade se engendrou dentro do colonialismo e possibilitou a constituição do “padrão mundial do poder capitalista” (QUIJANO, 2007, p. 73). Segundo Quijano (2007, p. 73), a colonialidade “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos da existência social quotidiana e da escala societal”.

Os centros de dominação intelectual e moral se tornam os padrões sociais mundiais, mas seu centro hegemônico permanece na Europa Ocidental ou no Ocidente. Intelectualmente, durante o século XVII, se constituía a forma de produzir conhecimento que sustentaria as bases da modernidade, o racionalismo. O conhecimento que “dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (QUIJANO, 2007, p. 74): a quantificação, a objetivação e o controle da relação dos indivíduos com a natureza. Controlando a forma de saber, de produzir e a relação do homem com os bens naturais, as formas e os meios de produção foram dominados, o indivíduo foi expropriado desses meios de produção e as bases de sua sobrevivência foram tiradas.

Naturalizada como a única forma de conhecimento válida, o racionalismo, mesmo que em crise na atualidade, mantém ainda o pensamento e o padrão eurocêntrico como “o nível mais avançado no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie” (QUIJANO, 2007, p. 75). Hoje, ainda permanecem as identidades raciais/étnicas criadas pela colonialidade: índios, negros, amarelos, brancos e mestiços. Essas identidades permanecem não apenas como forma de distinção, mas também como empoderamento dos indivíduos que sofrem com o racismo e o etnicismo. Mesmo que haja um movimento de crítica à hegemonia eurocêntrica em suas mais diversas facetas, segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), vivemos uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, em que os processos de dominação foram alterados, mas as estruturas centro-periferia permanecem. Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 14) “el capitalismo global contemporáneo resignifica, en un formato posmoderno, las exclusiones provocadas por las jerarquías epistémicas, espirituales, raciales/étnicas y de género/sexualidade desplegadas por la modernidad.”

Pela colonialidade, foi cristalizada a concepção de humanidade com base na diferenciação (QUIJANO, 2007). As diferenças dos fenótipos de cor de pele, cabelo, cor dos olhos, tamanho do crânio e outras foram os marcadores das identidades raciais e de subjugação dos indivíduos. Segundo Quijano (2007, p. 104), no “capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da raça e do gênero, as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito”. A colonialidade assenta suas bases na classificação social dos indivíduos a partir de diferentes marcadores racistas e etnicistas, visualmente acessíveis.

A diferença no pensamento ocidental é entendida como degeneração, seja ela moral, seja ela física, e a razão da sua subordinação social (OYĚWÙMÍ, 2017. Para Oyěwùmí (2017), *el destino es biológico* no Ocidente, o determinismo e as explicações biológicas são as teorias prevaletentes, constituindo uma sociedade ligada ao corpo. O corpo está visível, à vista, e é nessa visualidade que a diferença é determinada. Segundo

Oyěwùmí (2002), “Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, pode-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas”. A importância do corpo na sociedade Ocidental está intimamente ligada à visão, para Oyěwùmí (2002, p. 39) “A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao ‘ver’. O olhar é um convite para diferenciar”. O próprio termo cosmovisão, utilizado para explicar o modo de percepção do mundo, as concepções ou as visões de mundo de uma sociedade ou grupo, é um exemplo disso. Para Oyěwùmí (1997, p. 4), “Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de ‘diferente’ [...] foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas”.

O Ocidente homogeneizando com as experiências humanas definiu, em suas teorias eurocêtricas, o humano (OYĚWÙMÍ, 1997). O centro do conhecimento se concentrou nestes espaços pelo poder da colonialidade e a classificação social (QUIJANO, 2007). Na academia não seria diferente, esse processo é perceptível quando os grandes historiadores, as poucas mulheres e os grandes teóricos são em sua maioria europeus e estadunidenses.

A comunidade senegalesa em Caxias do Sul

A imigração é uma marca histórica de Caxias do Sul, conhecida e divulgada como “cidade de imigração italiana”. Fundada oficialmente em 1890, a região era povoada principalmente por uma população de agricultores e pequenos comerciantes (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2019)⁵. No

⁵ RIO GRANDE DO SUL. PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Cidade: Apresentação. 2019. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/cidade>> . Acesso em: 28 maio. 2021.

final do século XIX, a região recebeu imigrantes europeus, em sua maioria italianos, que migraram em meio à crise agrária e ao processo de unificação da Itália, buscando melhores condições de vida. Passado quase um século, na década de 1970, constitui-se em Caxias do Sul a noção do mito italiano, que enaltece qualidades como o trabalho e a dedicação desse grupo no desenvolvimento regional. Esse resgate da memória-histórica da imigração italiana do final do século XIX trouxe uma ideia de identificação para a região, que foi reforçada nos espaços de memória da cidade, que não estavam presentes com os imigrantes italianos (MOCELLIN, 2007). Além dos fluxos migratórios europeus, a cidade recebeu imigrantes japoneses, palestinos, migrantes internos, entre outros, que não têm o mesmo espaço na memória-histórica da cidade. Por serem negros, africanos e muçulmanos, os senegaleses e as senegalesas contrastaram significativamente com o projeto colonizador branco-europeu que ainda é objetivado na região (LIA; COSTA, 2018).

A partir de 2010, imigrantes vindo do Senegal em busca de trabalho chegam a Caxias do Sul. O primeiro grupo a migrar são os homens, responsáveis pelo sustento da família, marcando a primeira leva migratória. Depois de estabelecidos, trazem suas esposas e seus filhos, caracterizando o segundo momento do deslocamento. Nas entrevistas realizadas em 2019, as três imigrantes senegalesas sinalizaram que nenhuma delas migrou com o marido, sendo que elas vieram para o Brasil em tempos diferentes da estadia de seus respectivos maridos no país: a primeira após seis meses, a segunda após dois anos e a terceira após seis anos. As entrevistadas vieram para a Serra Gaúcha após o ano de 2012, motivadas pela vinda do marido. Elas apresentavam faixa etária entre 25 e 35 anos e tinham casado no Senegal entre os 18 e os 20 anos. Todas já tinham filhos e, para migrarem, deixaram pelo menos um (em geral, o mais velho) no país de origem.

A família também é um dos fatores que impulsionam a imigração. Conforme apontado anteriormente, as três integrantes do projeto vieram para Caxias do Sul devido à imigração do marido. Segundo Herédia (2015, p. 108),

“A busca de recursos em países estrangeiros é uma possibilidade para garantir a sobrevivência do grupo familiar” (HERÉDIA, 2015, p. 108). A imigração como fator de manutenção do grupo familiar pode ser percebido no seguinte relato:

Eu nunca pensava na minha vida que eu fosse sair da minha terra para vir na outra país pra fazer qualquer coisa, nunca imaginei, nunca pensava, nunca passava na minha cabeça. Mas um dia meu marido falou que eu vou lá no Brasil, eu conversei com ele, porque ele queria ir, tu teve trabalho a gente teve coisas, né? Para viver lá. Mas ele falou pra mim: eu vou viajar, porque eu ouvi que ele fala que ganha mais que aqui.⁶

Em relação às expectativas financeiras, houve uma frustração, pois não houve um aumento do ganho financeiro no Brasil, tal como era esperado: “mas eu acho que aqui, as coisas que puxam as pessoas pra sair da terra era tudo mentira. Porque sempre as pessoa fala que tu vai ter uma vida bem melhor, tu vai ganha muito dinheiro, tudo era mentira, quando tu chega, tu vai achar que não é verdade”. Outra das motivações é “sustentar o grupo familiar que permaneceu no Senegal” (HERÉDIA; PANDOLFI, 2015, p. 109). Enviar dinheiro do Brasil para os familiares que estão no Senegal tem um custo elevado pela conversão em dólar, mostrando o impacto da economia brasileira e internacional nas redes familiares, tal como aponta uma das entrevistadas: “[...] porque sempre tem que ajudar os parente que tá lá, manda dinheiro, o dólar tá muito ruim, real tá caindo demais”.

A crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do Covid-19, possivelmente agravou a situação da comunidade migrante. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, nos últimos meses de 2020 foram batidos os recordes de desemprego no Brasil, fechando o ano com a pior média de desemprego dos últimos 30 anos. Segundo a Pesquisa

⁶ Entrevista realizada pelas autoras em 27 de agosto de 2019.

⁷ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)⁸ Covid-19, os mais afetados pelo desemprego em 2020 foram as mulheres, os negros e os jovens. No caso da imigração senegalesa, entre 2010 e 2014, as atividades laborais em Caxias do Sul eram acompanhadas de precariedade, baixos salários e informalidade (HERÉDIA; PANDOLFI, 2015). Para um dos imigrantes residentes em Caxias do Sul há 8 anos:

Se o próprio pessoal daqui tão com dificuldade em algumas coisas, imagina nois que viemo pra oportunidade, né? Então a gente nota que ã deu muita queda, né? Na venda, na compra das coisas também... No trabalho sabe, todo mundo tá trabalhando no máximo, mais ou menos trinta por cento do que a gente trabalhava antes, né? [...] a gente sente também que a pandemia teve um impacto muito grande no nosso trabalho, no nosso dia a dia. Porque todo mundo sabe que assim ó, a população migratória manda dinheiro pra pra seus parentes, né?⁹

A família se constitui como um espaço primordial de socialização e formação moral dos indivíduos. Principalmente em famílias muçulmanas, em que família representa um valor sagrado. Na pesquisa realizada em 2019, em Caxias do Sul, todas as mulheres senegalesas que foram entrevistadas eram casadas e mães. Além disso, um dos relatos evidencia as expectativas com relação ao lugar da mulher:

O sonho de toda mãe vê a filha um dia casar, né? Vê os netos e tudo. E também uma coisa muito diferente daqui, lá é assim ó pega na mulher muçulmana, o lugar da mulher é em casa, educar os filhos, cuidar da casa, do marido. Mas, assim, hoje em dia, com a modernização e tudo, tu vê as mulheres trabalhando, mas não é porque tô trabalhando que vou deixar de cuidar dos meus filhos, do meu marido. Trabalha, quando tu chega em casa, arruma tudo, segue tua vida, cuida do teu marido, dos teus filhos. Às vezes, as pessoa trabalha, e tu vai, é assim ó, procura uma

⁸ <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>

⁹ Entrevista realizada pelas autoras em 1 de outubro de 2019.

empregada pra fazer as tuas coisas na tua ausência, mas quando tu chegar em casa cuida do teu marido, da sogra, enfim...¹⁰

A partir dos relatos obtidos no projeto de 2019, foi possível perceber que as famílias senegalesas apresentam pontos comuns e pontos divergentes com a diversidade de grupos familiares brasileiros. Um dos pontos de diferença diz respeito aos lugares sociais que os integrantes das famílias ocupam, sejam famílias biológicas, sejam famílias afetivas. Durante um casamento de imigrantes senegaleses, uma mulher brasileira e branca, residente em Caxias do Sul há 20 anos, era chamada de mãe pelos senegaleses, assim como seu marido era chamado de pai. Esse casal aluga uma casa para os imigrantes, em um dos bairros da cidade, auxiliando no que eles precisam. Não havia nenhum vínculo sanguíneo ou étnico entre ela e os senegaleses e, ainda assim, ela era chamada de mãe. Os senegaleses também procuravam auxiliar em tudo que ela precisasse para seu conforto e bem-estar durante a festa. Nos relatos, a prima também era identificada como irmã: “eu mudei a uma cidade, deixei meus pais pra outra cidade, saí pra terminar meus estudos, né? Na casa da minha irmã, minha irmã é prima, a gente chama irmã também [...]”. Além disso, os relatos também apontam o estranhamento com alguns comportamentos dos caxienses com relação aos mais velhos e seus familiares.

Para Oyěwùmí (2004), os papéis e as relações familiares que existem nas sociedades africanas são construções socioculturais. A socióloga critica o pensamento euro-americano cartesiano, mostrando, em seus estudos, que essas categorias não podem ser aplicadas em algumas sociedades africanas. Segundo Oyěwùmí (2000, p. 9), “as categorias sociais africanas são fluidas. Elas não se baseiam no tipo de corpo e o posicionamento é altamente situacional”. Diferente de algumas sociedades africanas, no Ocidente, o gênero é um dos princípios organizadores da sociedade e da família nuclear.

¹⁰ Entrevista realizada pelas autoras em 1 de outubro de 2019.

Oyèwùmí (2004, p. 6) explica que: “família nuclear é uma família que tem bases conjugais, que é construída em torno de um casal como núcleo conjugal”. Esse tipo de família é composto por pessoas que ocupam o papel de mãe/esposa, filhos/filhas e pai/esposo, ou seja, não há lugares para outros adultos nessa configuração. As mulheres estão intimamente ligadas ao cuidado e ao espaço doméstico, enquanto os homens estão atrelados ao sustento e ao ambiente externo. A pesquisadora afirma:

Distinções de gênero são fundantes do estabelecimento e funcionamento deste tipo de família. Assim, o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear. Da mesma forma, a mesmice de gênero é a principal fonte de identificação e solidariedade neste tipo de família. Assim, as filhas se autoidentificam como mulheres com sua mãe e irmãs. (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 4)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade, como forma de dominação e classificação dos sujeitos e suas subjetividades, impacta as populações do Sul Global até a atualidade. Movimentos como a decolonialidade são essenciais para que possamos nos ver como sujeitos de nossas histórias, capazes de produzir conhecimento e dotados de trajetórias riquíssimas que contribuem com uma visão de mundo mais justa e humana. Por serem negras, africanas e muçulmanas, as famílias senegalesas em deslocamento sofrem com os impactos destas formas de “ver” o mundo de cidadãos que também não se percebem como subjugados.

A imigração senegalesa marca um novo fluxo imigratório para Caxias do Sul, cidade de muitos e muitas migrantes. A religião, enquanto elemento de pertencimento e coesão social, precisa ser evidenciada para conhecermos melhor os diferentes povos. Além disso, por meio da religiosidade é possível trabalhar com a alteridade. Tarefa fundamental para uma sociedade democrática, que se reconhece no outro, e para uma cultura de paz.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado* (ensaios de teoria da História). Curitiba: Appris Editora, 2019.

ARMSTRONG, Karen. **Maomé: uma biografia do profeta**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 335 p.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da Academia para o Pacto Global da Imigração: o olhar sul. In: BAENINGER, Rosana, BÓGUS; Lúcia Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; DE SOUZA, Marta Rovey; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 1-978. Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2018/04/livro-migracoes-6/-sul.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978. 69 p.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2015

ECO, Humberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do Littorio: o fascismo no rio grande do sul**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2017. 280 p.

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. **Levados como a areia: estudo antropológico sobre a diáspora mouride no Brasil**. 2020. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PANDOLFI, Bruna (org.). **Migrações internacionais**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

IBGE, Agência. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 14,2% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em janeiro de 2021. taxa de desocupação é de 14,2% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em janeiro de 2021. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

[noticias/releases/30391-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2021](https://www.gazetadopovo.com.br/noticias/releases/30391-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2021). Acesso em: 30 maio 2021.

LIA, Cristine Fortes; COSTA, Jéssica Pereira da. Imigrantes senegaleses: A presença muçulmana na Serra Gaúcha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 155, p.185-209, dez. 2018.

MOCELLIN, Maria Clara. **Trajetórias em Rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul**. 2008. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação – Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OSMAN, Samira Adel. A imigração libanesa: um olhar feminino. In.: **Narrativas e Experiências: histórias orais de mulheres brasileiras**. São Paulo: D'Escrever, 2009. P. 35-56.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: ARNFRED, Signe; BAKARE-YUSUF, Bibi; KISIANG'ANI, Edward Waswa (Ed.). **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. Dakar: African Books Collective, 2004. p. 1-8. *CODESRIA Gender Series*.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Laços familiares/ligações conceituais: Notas africanas sobre epistemologias feministas. In: HOWARD, Judith; ALLEN, Carolyn (Ed.). **Feminisms at a Millennium**. 25. ed. Chicago: University Of Chicago Press, 2000. Cap. 4. p. 1093-1098.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 391-415.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. *La invención de las mujeres*: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: En La Frontera, 2017. 315 p.

PEW RESEARCH CENTER: RELIGION&PUBLIC LIFE (Washington). The Pew Charitable Trusts (org.). **Global Religious Futures: Muslim Population by Country**. 2019. Disponível em:

<<http://www.globalreligiousfutures.org/religions/muslims>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

Arroio Canoas: 110 anos da chegada dos imigrantes italianos

Ricardo Luis Herpich

PPG História - Mestrado Profissional

Universidade de Caxias do Sul

Localizado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Barão faz divisa com as cidades de Salvador do Sul, São Pedro da Serra, Carlos Barbosa, Tupandi, São Vendelino, Bom Princípio e Boa Vista do Sul, se encontra a cerca de 110 km de Porto Alegre, capital do estado, e a 67 km de Caxias do Sul, tendo como principal rota de chegada a cidade, a BRT 470.

Barão está situado na Encosta Superior do Nordeste, na região do Vale do Cai, entre o Vale dos Sinos e a Serra Gaúcha, sua formação sociocultural ocorreu a partir dos processos migratórios do século XIX, sendo colonizado principalmente por imigrantes alemães e italianos, oriundos de uma região da Europa que enfrentava grandes transformações sociais

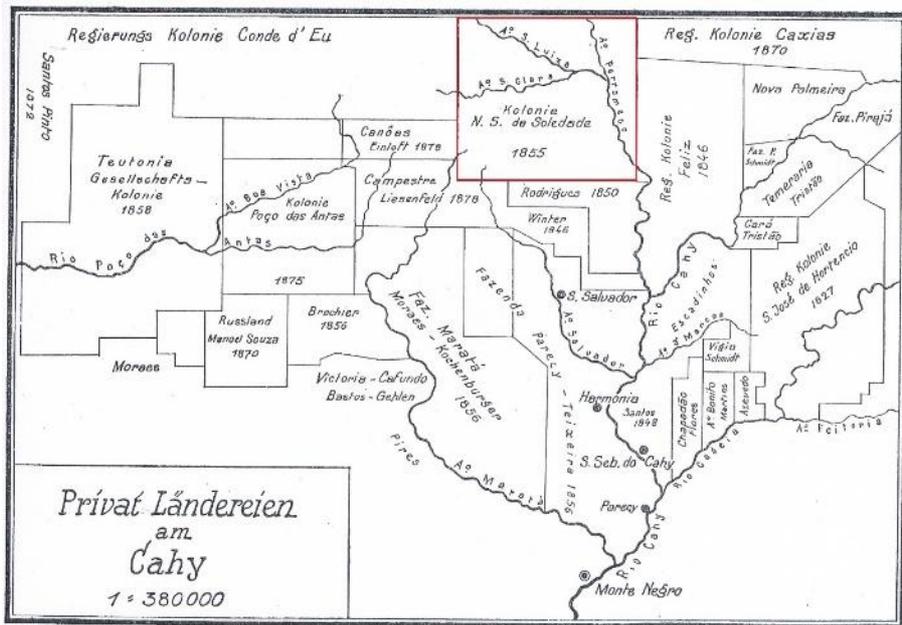
Ao longo do séc. XIX e início do séc. XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e conseqüentemente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de origem (MOURE, 1987, p. 94).

Assim, essa grande massa de desempregados e camponeses desapropriados partiram em busca de uma nova oportunidade, sendo um dos destinos o Brasil, que buscava povoar as terras do sul do país, onde a colonização prossegue apoiada na Lei de Terras, no qual o governo imperial oportunizava a compra efetiva das terras pela Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (FREITAS JÚNIOR, 1882, p. 1).

Conforme Selbach (2008), esses imigrantes foram atraídos pelas promessas do governo imperial, especialmente os alemães, que se fixaram na região de Santa Maria de Soledade, atuais distritos de Linha General Neto e Linha Francesa Alta, a partir de 1857.

Colônias Alemãs no Vale do Caí em 1880



Fonte: AppGeoColony

No mesmo período em que se desenvolvia a região de colonização alemã, se iniciarem no ano de 1880, as obras de construção da estrada de

rodagem Buarque de Macedo, que ligava Montenegro a Caxias do Sul, obra que na região foi dirigida pelo engenheiro alemão Luis Henrique von Holleben (Barão de Holleben), subordinada ao engenheiro Dr. Carvalho Borges. Segundo a tradição oral, teria sido nesse período entre 1880 e 1882 que o Barão de Holleben teria vivido na região e dado nome ao local.

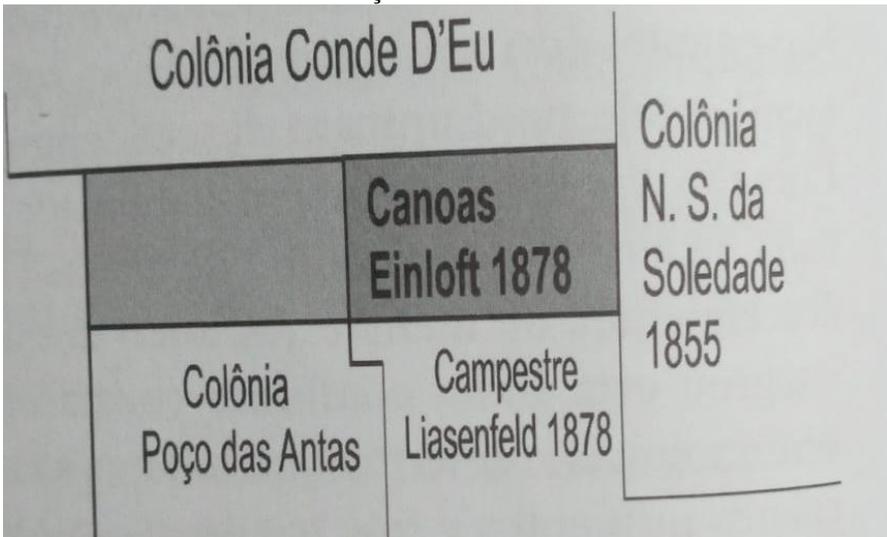
Para (KAUTZMANN, 1978, p. 108), “depois de terminada a estrada Buarque de Macedo, os proprietários das terras intercaladas entre Maratá e Garibaldi começaram a vender frações dela”, o que iniciou o povoamento da região. Conforme (SELBACH, 2008, p. 14), “já em 1892, o pioneiro Pedro Kafer, teria se estabelecido na região, vindo de Linha Bonita”, contudo, apesar de fazer parte da Linha Canoas, o lugar onde ele fixou residência, da origem a comunidade de Sagrado Coração de Jesus.

Já a comunidade de “Arroio Canoas foi fundada pelo Coronel Guilherme Einloft, em 1878, [...] sendo seus primeiros moradores Jacob Metz e sua esposa Regina”, conforme cita (MIGOT, 1989, p. 510), além disso, também teriam participado do início do processo de povoamento, as famílias Muxfeldt, Auler, Altmann e Kafer.

Posteriormente, com a implantação da via férrea que ligava Porto Alegre a Caxias do Sul, que foi construída entre 1906 e 1911, e a inauguração da estação de Barão em 1º de dezembro de 1909, houve o deslocamento da sede do 4º distrito de Montenegro, de Badesenberg para a recém fundada Vila de Barão em 1914, abrindo o caminho para a chegada dos colonos de origem italiana vindos do norte para povoar as terras da Linha Canoas.

A ocupação italiana no Rio Grande do Sul, iniciou-se no ano de 1870, pelas colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, que correspondem aos atuais municípios de Garibaldi, Carlos Barbosa e Bento Gonçalves. Na Linha Canoas, de acordo com (SELBACH, 2008, p. 15), “os imigrantes italianos chegaram por volta de 1911, sendo as primeiras famílias Mosena, Moschetta, Valandro, Bonacina, Ongaratto e Deitos”.

Localização da Linha Canoas



Fonte: Livro Arroio Canoas Navegantes

Assim, a localidade passou a ser ocupada por dois grupos étnicos religiosos: alemães luteranos e italianos católicos, porém a comunidade evangélica já estava estruturada, apesar de não ter um templo, pois era atendida pelo pastor da Colônia de Campestre, mantendo em Arroio Canoas um ponto de pregação e um cemitério.

Contudo, não se sabe ao certo o que aconteceu, mas a partir de 1913 os descendentes de alemães passaram a deixar a região, uma das versões e de que os mesmos teriam medo dos italianos brigadores, o que não tem consistência, porque brigar, quando fosse necessário, era uma empreitada que os alemães sabiam fazer muito bem, outra possibilidade seria a saudade da família, visto que vários voltaram para suas comunidades de origem, mas o mais provável é que a religião fosse o motivo, uma vez que havia certa distância da comunidade de Campestre, onde morava o pastor, além de a vizinhança ser formada em sua maioria de católicos e os moradores que iam chegando também serem católicos (SCOTTÁ, 2011).

Com a saída dos imigrantes alemães, a região passa a ser predominantemente ocupada pelos imigrantes italianos, que logo tratam de organizar sua vida espiritual, como nos relata (SCOTTÁ, 2011, p. 91).

é do conhecimento de todos os que pesquisam a vida dos imigrantes, que tão logo se estabeleciam em determinada localidade, procuravam escolher um local onde deveriam se reunir para fazer suas preces dominicais em sociedade, com a reunião das demais famílias estabelecidas na mesma comunidade.

Para (FLORES, 2013, p. 115),

a comunidade italiana transformou-se num espaço sagrado coletivo, onde a experiência religiosa tomava a forma de dependência de Deus através do padre, que se fazia presente em todos os acontecimentos da comunidade, inclusive as profanas.

Isso demonstra a importância da fé para esses imigrantes e como esses indivíduos pretendiam manter suas identidades e preservar suas culturas, em consequência disso, as primeiras casas comerciais e primeiros núcleos urbanos se constituíram próximos aos templos religiosos, uma vez que cada localidade tinha sua própria capela e vários capiteis como forma dos imigrantes cumprirem suas promessas (SELBACH, 2018).

Apesar de já haver na Linha Canoas, a capela do Sagrado Coração de Jesus, a maioria dos novos moradores considerava uma caminhada muito longa até o local, assim, em 1921 foi construído o capitel de Santo Antônio, onde os imigrantes italianos podiam se reunir para rezar o rosário, cantar as ladainhas e fazer suas preces.

A capela Nossa Senhora dos Navegantes passou a ser construída em 1926, sendo atendida pelos freis de Garibaldi que falavam o dialeto italiano, mesmo após a formação da Paróquia de São Pedro em 1934, a comunidade dos Navegantes preferiu continuar pertencendo a Paróquia de Garibaldi, em

virtude das dificuldades de entendimento entre os italianos de Arroio Canoas e os padres alemães de Montenegro.

Foto do campanário da 1ª Capela



Fonte: Livro Arroio Canoas Navegantes

Como diz (FLORES, 2013, p. 116) “rezar o terço no domingo a tarde nas capelas era uma prática comum que servia para manter os vínculos de sociabilidade”, assim à medida que a comunidade crescia surgia a necessidade de construir uma capela nova e maior, o que ocorreu em 1963 e posteriormente em 1987.

Foto da igreja construída em 1963



Fonte: Livro Arroio Canoas Navegantes

Em 1987, foi inaugurada a nova igreja da Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, com um campanário provisório ao lado da capela, porém no ano de 2010 o novo campanário foi construído defronte a capela, dando uma nova visão a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.

Igreja Nossa Senhora dos Navegantes de Arroio Canoas



Fonte: Arquivo Histórico Municipal

No aspecto econômico, de acordo com (FLORES, 2013, p. 115),

Quando se fala da zona colonial italiana, as pessoas pensam logo na produção de uva e vinho. Inicialmente os colonos adotaram uma economia de subsistência baseada na agricultura, com atividades artesanais, tornando a colônia autossuficiente em alimentos. A semelhança dos colonos alemães, o principal produto era o milho que, em suas diversas modalidades, servia para alimentar pessoas e animais, produzindo subprodutos como manteiga, queijo, leite, banha e ovos. A vitivinicultura deu impulso econômico a região, com a formação de cooperativas e de grandes cantinas.

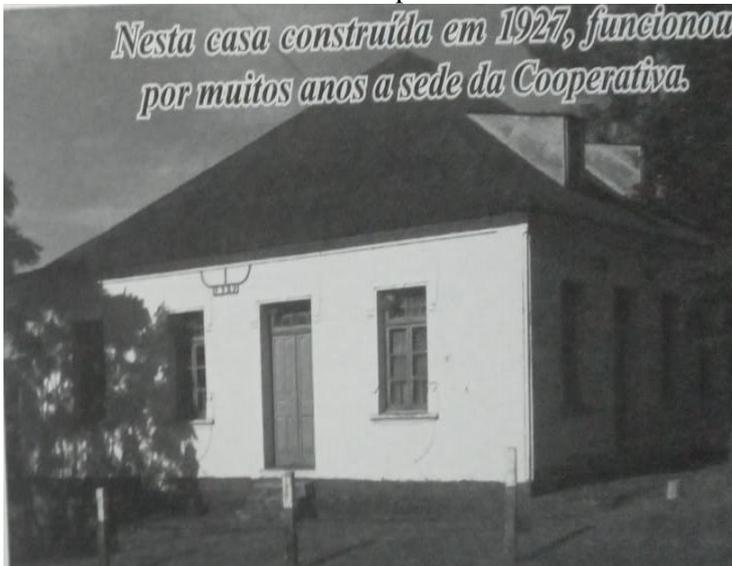
Mas inicialmente, os italianos enfrentaram grandes dificuldades em nosso estado. Chegando a suas terras, ficavam ali em completo desabrigo: no mato, sem casa para morar, sem comida, além da longa viagem feita a pé

pelas trilhas abertas a facção, levando nas costas os filhos e as bagagens. Por muito tempo, lutaram contra as condições desfavoráveis para seu desenvolvimento: distância de suas terras das cidades, falta de estradas para escoar seus produtos, desconhecimento do clima e das culturas para essas condições.

Em Arroio Canoas, os imigrantes introduziram o plantio da uva, além de plantarem trigo, milho, feijão e batata inglesa, além da criação de animais, como porcos e gado leiteiro.

Visando garantir o desenvolvimento econômico da comunidade, no ano de 1944 foi criada a Cooperativa Mista de Produção e Consumo de Arroio Canoas, contando com 53 sócios fundadores, buscava por meio do trabalho coletivo garantir o progresso da região.

Sede da Cooperativa



Fonte: Livro Arroio Canoas Navegantes

Sua primeira diretoria era composta por: Presidente: Celeste Biz;
Diretor Gerente: Pedro Isidoro Chies; Secretário: Elias Frederico Bonacina;

Conselheiros: Antônio Zilio e José Moschetta; Conselho Fiscal: Ângelo Mosená, Pedro Kafer e Miguel Deitos; Suplentes: Batista Pagliarini, Afonso Angst e João Kohl, conforme consta no livro de atas da Cooperativa que se encontra nos arquivos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Senhor do Bom Fim, que está localizada defronte a antiga sede da associação.

Entre as atividades desenvolvidas pela Cooperativa,

havia o recolhimento de leite e a fabricação de queijo que tinha colocação garantida na capital do estado pela sua qualidade; criação, compra e venda de suínos; moinho e comércio beneficiando os produtores com os melhores preços e garantia de colocação da produção (SCOTTÁ, 2011, p. 138).

Moinho da Cooperativa



Fonte: Livro Arroio Canoas Navegantes

Durante muitos anos a Cooperativa foi importante para o crescimento da comunidade, mas veio a fechar as portas posteriormente, contudo impulsionou o surgimento de diversos empreendimentos particulares como: açougue, salsicharia, cachaçaria e produção de queijos e derivados.

Também se desenvolveram na região vários trabalhos artesanais, com destaque para marceneiros, serralheiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, barbeiros e costureiras. Além do surgimento de comércios familiares como o Deitos e o Baseggio que ainda existem nos dias de hoje.

Situação atual da antiga sede da Cooperativa



Fonte: Arquivo pessoal Ricardo Luis Herpich

No aspecto arquitetônico as casas construídas pelos imigrantes, eram feitas de madeira, com cobertura do mesmo material, contendo varandas e beirais enfeitados, esses lugares são hoje representações que guardam a história e a memória da colonização italiana.

Residência típica da arquitetura italiana



Fonte: Arquivo Histórico de Barão

Os imigrantes italianos também contribuíram de modo significativo para a formação cultural do povo baronense, através da prática de jogos como o truco, a bisca e a bocha, das vestimentas típicas e da inclusão de alimentos como o vinho, a massa e a polenta.

Mesmo passados 110 anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos, a presença de sua cultura ainda é muito forte, tendo grande importância na identidade coletiva da comunidade de Arroio Canoas, uma localidade de aproximadamente 300 habitantes, localizado a 8 quilômetros da sede do município de Barão.

Preservando até os dias de hoje as tradicionais festas religiosas em homenagem aos padroeiros, e o filó, típico encontro de vizinhos que ganhou grandes proporções e hoje reúne anualmente cerca de duas mil pessoas na comunidade para realizar uma grande festa regada de muita comida, música típica e um bom vinho.

Referências bibliográficas

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.

FREITAS JÚNIOR, A. **Terra e Colonização**: anotações e aditados por Augusto Teixeira Freitas Júnior. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro, 1882.

KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1979.

MIGOT, Aldo Francisco: **História de Carlos Barbosa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

MOURE, Telmo: **RS: Imigração & Colonização**; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SELBACH, Jacob Christiano. **Barão**: Um bom lugar pra se viver! Bom Princípio: Gráfica Dominó, 2008.

SCOTTÁ, Romildo. **Arroio Canoas Navegantes**. São Leopoldo: Editora Palotti, 2001.

A cultura material das escolas rurais pomeranas do sul do pampa e da serra dos tapes – rs

Simone Gomes de Faria

Universidade Federal de Pelotas (simonegomesdefaria@gmail.com)

Karen Laiz Krause Romig

Universidade Federal de Pelotas (karenlaizromig@gmail.com)

Introdução

O presente trabalho advém do fato que as pesquisadoras autoras desta proposta investigam a temática acerca da cultura das escolas de origem étnica alemã/ pomeranas em regiões distintas, ou seja, são do mesmo grupo de estudo da Universidade Federal de Pelotas da Linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Ademais, uma estuda os processos educacionais das escolas étnicas da Serra dos Tapes e a outra da Região da Campanha. Partindo desta justificativa nos reunimos para refletirmos acerca da consolidação escola-comunidade-religião nas regiões especificadas apontando os aspectos geográficos e históricos. Porém, convém ressaltar que a busca por documentação referente a Serra dos Tapes é mais frequente que a relacionada com o processo de imigração consolidado no município da Hulha Negra em 1925, assim sendo, se denota que estudos nesta região acerca desta imigração se faz pujante.

Partindo do que foi exposto acima, neste ensaio buscamos apontar a localização geográfica das regiões, o processo histórico destas, bem como, averiguar as semelhanças e as diferenças em torno das singularidades de cada região que estão inseridas no espaço geográfico do Rio Grande do Sul.

Deste modo, este trabalho tem por objetivo aferir e comparar a consolidação histórica da cultura das escolas rurais que tiveram origem em processos de colonização pomerana nas regiões da Serra dos Tapes e na

região Sul da pampa gaúcha. Entrementes, o trabalho privilegia a temática da História da Educação teuto-brasileira na região sul e na região da campanha do estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, nossa orientação prima pelos pressupostos da História Cultural com vistas a compreendermos a cultura escolar desenvolvida nestas regiões. Para a instrumentalização do trabalho será usado o seguinte procedimento metodológico como estratégia dos dados para este momento: a pesquisa bibliográfica. No que se refere a sustentação teórica contamos com as vozes de Coracy (1957), Grando (1989), Geertz (1978), Romig (2018), Salamoni (2013), Faria (2019, 2020), Gertz (2019) para as aduções acerca das semelhanças e diferenças ao redor destes processos imigratórios.

Localização geográfica da serra dos tapes e sul do pampa

Antes de adentrarmos no processo histórico de formação das regiões convém situarmos o leitor geograficamente para que este possa ter noção das localidades postas em questão. Para tanto, a Serra dos Tapes antes de sofrer um processo colonizador- que congregou várias etnias- foi território de ocupação indígena associado ao tronco da maior família indígena da América do Sul: os tupi-guarani.

No quesito geográfico segundo Salamoni (2013) “a Serra do Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-riograndense ou Escudo Cristalino Sul-riograndense, compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã. ” (SALAMONI E WASKIEVICZ, 2013, p. 74). Ainda de acordo com esta autora a região pode ser considerada como a mais antiga do Estado no que se refere a formação geológica. Na visão de Bernardes (1997), a ocupação natural da região origina-se por sua estruturação espacial geográfica que faz divisa com o Rio Camaquã, que por sua vez, há um trecho que se abre a um vale que desemboca na Lagoa dos Patos, quer seja, “este vale representa para o sudeste do estado uma passagem fácil e, apoiado nela, o povoamento poderia, partindo do litoral lagunar, espalhar-se pelo interior da região”

(BERNARDES, 1997, p. 24). Fato este que foi preponderante para a colonização de várias etnias nesta área geográfica.

Em síntese, a Serra dos Tapes é uma região montanhosa que fica localizada ao sul do Rio Camaquã e apresenta um mosaico cultural tanto no aspecto cultural, ecológico e social, ademais, ela é compreendida pela região serrana sudeste dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul conforme é retratada na imagem localizada abaixo.

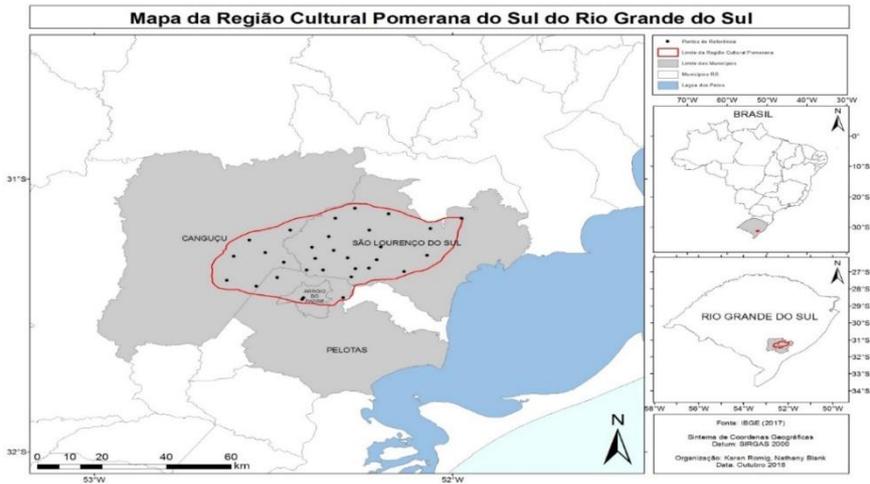
Figura 1: Escudo Cristalino Sul-riograndense: localização da Serra dos Tapes.



Fonte: Salomoni e Waskiewicz, 2013.

Ainda consoante Romig (2018) este território pode ser considerado como a Região Cultural Pomerana que se localiza na porção do território que faz divisa com São Lourenço (município do Arroio do Padre distritos de Santa Silvana e Triunfo). A fala acima é melhor clarificada através do mapa:

Figura 2: Mapa da Região Cultural pomerana no Sul do Rio Grande do Sul



Fonte: Romig, 2018.

Contudo, a outra região -Sul do Pampa- foi uma nomenclatura aqui demarcada para que o leitor compreendesse que estamos a nos referir aos municípios localizados no sul do Rio Grande do Sul, isto como, na famosa Região da Campanha. A seguir, no mapa, encontramos os municípios pertencentes a Campanha Gaúcha.

Figura 3: Mapa da Campanha Gaúcha- Editoria de Arte



Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/saideira/post/vinhos-com-selo-campanha-gaucha-e-mais-recente-indicacao-de-procedencia-do-pais.html>

Partindo da Figura 3, a Região da Campanha é consagrada pelas extensas áreas de campo natural com a presença de inúmeras espécies de gramíneas ao longo de seus prolongamentos de terra com uma pecuária extensiva e uma planície que favorece/eu o estabelecimento de grandes latifúndios. Sua localização se encontra no sudoeste do Rio Grande do Sul e apresenta índice de desenvolvimento inferior aos municípios pertencentes a metade norte do Estado. De acordo com (BOLDRINI et al., 2010), na Região da Campanha, os campos são preponderantes e ainda determinam o modo de vida destes gaúchos, ou seja, a sociedade, a economia e a própria cultura da região.

No item abaixo, exporemos aspectos históricos das regiões supracitadas, pois, como pesquisadoras analisamos a caixa preta das instituições escolares de origem étnicas-rurais destas regiões. No primeiro caso as escolas de análise estão localizadas na Sociedade Religiosa Escolar da Favila, Escola da Comunidade São Paulo do Capão Bonito, ambas do

município de Canguçu e a Escola Visconde Ouro Preto situada no município de Arroio do Padre. Na Região da Campanha o processo de imigração de pomeranos concentrou-se no município da Hulha Negra antigo distrito de Bagé, deste modo, as escolas de análise são: a Escola Evangélica da Hulha; a Escola Emanuel Luterana; e a Escola Sociedade dos Amigos da Colônia Salvador Jardim. A seguir tecemos alguns apontamentos ao redor da consolidação do processo de imigração destes pomeranos porque para compreendermos nosso objeto de pesquisa é preciso que façamos uma contextualização do que se quer averiguar.

Processo histórico e migratório dos pomeranos da serra dos tapes e da região da campanha

Conforme nos informa Coracy (1957), entre 1824 a 1870 as consolidações de núcleos coloniais no Brasil, em especial na Região da Metade Sul, foram singularmente tecidas por povos germânicos tanto no que se refere pela iniciativa privada como pela esfera governamental. Assim sendo, a colônia de São Lourenço do Sul contou com o empreendimento particular encetado por Jacob Rheingantz. Partindo deste fato, em 1856, Jacob investe em algumas léguas de terras devolutas na região dos Tapes com vistas a povoar por meio de imigrantes europeus, que por sua vez, chegam a bordo do navio, em janeiro de 1858, como nos revela Eduardo Iepsen (2008). Ainda seguindo a premissa teórica de Iepsen (2008) a chegada em São Lourenço contou com a presença de variados imigrantes dos estados alemães, porém, o número mais expressivo foram dos pomeranos¹.

¹ A extinta Pomerânia pertencia ao território Polonês e Alemão. Na obra de Helmar Rölke (1996), ele nos aponta que estes imigrantes estavam acostumados com lagos, rios e terras planas, bem como, no quesito desenvolvimento econômico tinham a pesca e a agricultura como atividades econômicas, assim, tais questões possibilitaram uma melhor adaptação destes em São Lourenço do Sul.

Salomoni e Waskiewicz (2013) nos revelam que durante o período das charqueadas os municípios que compreendem a Serra dos Tapes tinham um papel importante no setor econômico tanto a nível regional como nacional, principalmente, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX com a presença significativa de escravos até então. Além disso:

O tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos. Ao lado disso, o trabalho familiar serviria para reforçar essa ideia de independência, uma vez que não se utilizava mão de obra externa entre os colonos. Todos os membros da família envolviam-se nas tarefas domésticas e na produção agrícola a fim de alcançar a autonomia econômica (SALAMONI, 2001, p. 8).

Segundo a autora (2001) os imigrantes pomeranos valoravam o trabalho em família, a este fato, se devia as numerosas famílias, pois possibilitaria que todos se ajudassem e trabalhassem em prol da edificação das variedades no setor agrícola.

Não distante dos acontecimentos posteriores com a da imigração dos colonos da Hulha Negra (1925) os da Serra dos Tapes também encontraram dificuldades em vários segmentos como: falta de escola, falta de instrução religiosa, baixas condições de moradia, péssimos relevos, principalmente, encontraram adversidades na implantação de cultivo agrícolas. Embora houvessem muitas restrições que estes imigrantes enfrentavam Grandos aduz que, “os colonos sentiam-se atraídos pelas terras da Serra dos Tapes, pela certeza da boa qualidade dos solos e da facilidade de colocação da produção agrícola nas cidades de Pelotas e Rio Grande-onde se situa o único porto marítimo do Rio Grande do Sul” (1989, p. 78). Neste viés, os colonos permanecem ali fixados em virtude de se encontrarem próximos a dois grandes centros de consumo e de exportação, que por sua vez, tal

aproximação espacial possibilitou que em anos posteriores estes modernizassem seus sistemas agrícolas.

Em contraposição com os estudos encontrados na Serra dos Tapes em torno dos processos de colonização ali instaurados, a imigração na Região da Campanha não é um assunto muito abordado pelos meios acadêmicos, assim sendo, impossibilita bastante o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas. No entanto, segundo Faria (2020) o antigo distrito pertencente a Bagé- a Hulha Negra- tem como marco referencial de povoamento a construção de uma estação ferroviária por volta do final do século XX, e denominado de: Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé².

Ali se forma uma comunidade que inicialmente é denominada de Friedenau- Vale da Paz- e passa a se chamar de Rio Negro, contudo, se altera sua denominação em meados da década de 40 do século passado para Hulha Negra. Entretanto, ainda existem dúvidas acerca do surgimento de sua nomenclatura. A teoria mais aceita que o nome de “Rio Negro” era assim chamado porque as nascentes do rio passavam por áreas de carvão e acabavam ficando escuras.

As principais atividades econômicas que vigoram nas primeiras décadas do século passado era a pecuária e as charqueadas, principalmente, até o final dos anos 30. No entanto, vão sendo substituídas com o avanço da industrialização com o Frigorífico Pampeano e a indústria da cerâmica. Além disso, o empresário Pedro Rabbione Saco³ realiza intermediação da produção

² No mesmo período é inaugurada demais estações como: Marítima, Rio Grande, Junção, Quinta, Povo Novo, Pelotas, Teodósio, Capão do Leão, Cerrito, Cruz, Basílio, Erval, Cerro Chato, Lajeado, Nascente, Pedras Altas, José Sartori, Biboca, Candiota, Seival, Rio Negro, Quebracho, Santa Tereza e Bagé.

³ Sua importância foi potente para a colônia. Em um livro que marca os 25 anos da colonização alemã (1950), material produzido pelos migrantes, apontam que sua intermediação por mais de três décadas de 1915-1945 foi melhor que a intervenção do Banco do Brasil.

econômica da região porque financiava o abastecimento das residências e os insumos para a produção anual.

Assim, nasce a Colônia Alemã alcunhada atualmente por Trigolândia, no interior da Hulha Negra. O imigrante alemão fixo raízes quando o município de Bagé era administrado pelo intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929)⁴. Vindos na grande maioria do interior de Pelotas e sendo liderados pelo engenheiro agrônomo Francisco Krenzinger este chega no 5º distrito de Bagé para sondar as possibilidades de fixação e criar um núcleo teuto-brasileiro em uma região de fronteira. Neste distrito encontrava-se as Charqueadas, pois, havia ali a existência da passagem de uma malha ferroviária na localidade.

Desta forma, outros imigrantes estiveram nas terras de Bagé como os portugueses das Ilhas Canárias e os colonos franceses, mas, devido as dificuldades encontradas acabam deixando-as conforme nos revela Taborda (2015), pois, até 1925 a agricultura no município ainda não havia sido realizada. Ainda seguindo os informes de Taborda (2015, p.258) extraídos de uma coletânea de artigos publicados nos jornais de circulação da cidade de Bagé, Krenzinger não concordava com a luta insana dos lavradores, pois, as terras para onde eram destinados para realização do plantio eram de mata agreste e com grandes dificuldades, bem como, possuíam muitas pedras e os instrumentos utilizados eram primários que impossibilitava lavar os campos,

⁴ A tese de doutoramento do professor Alessandro Bica alcunhada de “A Sistematização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS” sustenta que o intendente possuía uma ampla visão que visava a regenerar a educação local e buscou a implantar o sistema escolar entrelaçadas com as ideias positivistas da Primeira República. O positivismo, de Augusto Comte, é amplamente difundido pela propaganda republicana em defesa ao federalismo influenciando substancialmente na elaboração tanto dos símbolos como da própria constituinte, ou seja, trouxeram transformações significativas para o Estado Tambara (1995); Giolo (1997); Corsetti, (1998).

assim, este almejava a introduzir suas técnicas mais modernas adquiridas em sua formação como engenheiro na Alemanha em campos vastos e planos.

Com este sonho de explorar as terras vastas e planas da Colônia Rio Negro Francisco Krenzinger e Luís Maciel e Otto Mielke entram em contato com o intendente municipal Carlos Mangabeira com o auxílio de Miguel Bifano que tinha vistas a vender 549 hectares de campo para a consolidação de uma colônia agrícola teuto-brasileira tais informações são extraídas do livro criado pelos colonizadores denominado de Revista Comemorativa 25 anos Colônia Rio Negro de 1950, contudo, ainda são corroboradas pelo periódicos locais conforme nos alude Tabora (2015).

Segundo um morador da localidade chamado Francisquinho Kloppenburg a escolha destes migrantes alemães de Pelotas não ocorreu por acaso, e sim, porque a terra era boa e próxima da cidade de Bagé. Além disso, havia uma estrada de ferro que facilitava o transporte das produções para sua comercialização. Após uma análise técnica das condições locais inicia-se uma jornada em busca da formação de um núcleo germânico no 5º distrito do município de Bagé.

Pouco tempo após a análise técnica, doze agricultores se lançam no ensejo de desbravarem aquelas terras e observarem as condições de negócio tendo em vista que ainda não havia a possibilidade de financiamento naquela época como nos informa Tabora (2015, p.258).

Neste íterim, embora os agricultores tivessem gostado da localidade embarcaram nesta aventura inicialmente somente três deles. Estes firmam um acordo de arrendamento por seis meses em 28 de maio de 1925 com Miguel Bifano. Assim sendo, Francisco Krenzinger foi o pioneiro na região porque assinou o contrato representando Germano Bonow, Francisco Beskow e Carlos Schneider fato que nos é esclarecido por Tabora (2015, p. 259).

Após firmado o contrato os cabeças da negociação foram em busca de novos adeptos para que fossem instalando-se na Colônia. Conjuntamente a este esforço havia o de labor de arar a terra e transformá-la em propícia para a agricultura, em especial para o trigo. Obteram êxito em outubro do mesmo ano ao

conseguiram firmar a compra da maior parte da fazenda de Miguel Bifano denominada de Fazenda Santa Teodora, ou seja, dos 549 hectares foram comprados dos 499 e divididos em 11 lotes de imigrantes alemães. Em dezembro do mesmo ano mais dois colonos compram o restante das terras de Bifano totalizando 13 lotes como nos informa a coletânea de Taborda (2015, p.259).

Convém ressaltar que a organização imobiliária foi realizada por cada colono que procurava seu pedaço de chão para fixarem raízes. Tal evento acaba dificultando a criação da igreja e das escolas, ou seja, os colonos ficaram esparsos o que acaba refreando a fixação das redes de sociabilidades destes imigrantes no século XX.

A seguir apontaremos em uma análise comparativa sobre as semelhanças e diferenças latentes encontradas ao longo destes processos de imigração pomerana no Rio Grande do Sul.

Semelhanças e diferenças das regiões acerca dos processos migratórios

As duas regiões são de iniciativa privada, todavia, por caminhos distintos. Pois, a primeira tendo como pioneiro Jacob Rheingantz que estabeleceu nas solidões agrestes da Serra dos Tapes, a margem do curso sinuoso do rio Camaquã (COARACY, 1957, p. 27) se percebe que o sistema de colonização privada se juntou, assim, à colonização oficial” (GRANDO, 1989, p. 18), pois, Rheingantz recebe autorização em 1856 do Governo Imperial para a compra de terras. Já, na Hulha Negra- até então pertencente de Bagé- tem como cabeça o agrônomo Francisco Krenzinger junto com outra leva de imigrantes vindos de Bagé e que foram estimulados a desempenharem suas práticas econômicas nesta região que estava sob o controle do intendente municipal: Carlos Mangabeira.

Nos dois processos migratórios do Estado “a imigração só começa quando as pessoas descobrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem” (KLEIN, 2000, p.13). A fala o historiador Herbert S. Klein (2013) vai de encontro com o objetivo central dos

pomeranos que se deslocaram tanto para a Região da Campanha como para os da Serra dos Tapes, pois, seus deslocamentos geográficos advieram pelo desejo de melhores condições de sobrevivência e não por simplesmente ansiarem por viverem em uma outra nação.

Além disso, o predomínio de descendentes, nas regiões delimitadas, era da etnia pomerana e as comunidades organizadas inicialmente na base do trabalho familiar. As regiões inicialmente apresentaram práticas econômicas advindas da agricultura, no entanto, na Serra dos Tapes voltada atualmente para a agricultura- fumo, leite, pêssego- e em seus primórdios para a policultura- milho, feijão, batata; no Sul do Pampa inicialmente para o trigo nos dias atuais tem a soja.

Ambas regiões de imigrantes trataram de edificar igrejas luteranas e junto a elas vincular as escolas comunitárias ou confessionais. Outro ponto semelhante é que tanto na Serra dos Tapes como na Região da Campanha os imigrantes quando chegaram encontraram muito trabalho pela frente, pois, conforme é bem retratado por Giancarla Salamoni (1995) os colonos⁵ enfrentaram situações bem controversas pegando chuvas fortes, terras para arar e de mão-de-obra para desempenharem a produção agrícola.

No quesito educacional, as escolas multisseriadas públicas rurais e escolas comunitárias particulares existiram em períodos idênticos, bem como, elas estavam localizadas em uma zona isolada. As duas regiões apresentaram forte ligação com as comunidades religiosas, em especial, com a Luterana onde estas eram mantidas pelas comunidades religiosas do século XX.

Em regiões como a Serra dos Tapes e no Sul do Pampa surgem projetos voltados à rememoração da cultura pomerana, como projetos desenvolvidos por escolas, em ações como: projetos linguísticos, grupos de danças ou

⁵ De acordo com os postulados teóricos de Seyferth (1992), o “colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar” (SEYFERTH, 1992, p. 80).

eventos de valorização cultural. Na Hulha há anualmente a festa do Colono e da Oktoberfest;

Nas diferenças dos processos migratórios podemos afirmar que a imigração da Serra dos Tapes ocorre em 1856 e a imigração do Sul do Pampa em 1925. O luteranismo, termo este que luteranismo é usado em sentido histórico-político, como conjunto dos desdobramentos do movimento reformatório, originado a partir de Lutero na Alemanha” (RIETH, 1990, p.256) na Serra dos Tapes é denotada as três vertentes luteranas como: Igrejas Independentes ou Comunidades Livres; IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil); e IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), todavia, na Hulha Negra há presença de duas destas vertentes: IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil); e IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil).

Percebemos que na realização do estado da arte estudos atinentes a Serra dos Tapes são mais fáceis de acesso, principalmente, no bloco temático que consideramos como escolas étnicas e paroquiais. Assim sendo, uma provável constatação advém do fato que na primeira região estamos falando de uma primeira imigração e na segunda é derivada de uma segunda imigração em uma zona pouca explorada pelos pesquisadores.

Considerações finais

O ensaio vislumbrou as perspectivas da História comparada da educação introduzida ao campo da História Cultural. Nesta ótica nossa fundamentação teórico-metodológica contou como base legal as premissas apontadas por Saviani (2001). A História comparada da educação é um campo pouco explorado, principalmente, no que tange a examinar sincronicamente as semelhanças e as diferenças nas relações estabelecidas entre regiões, contudo, é a partir deste campo que será possível diferenciar o que é singular em uma região do que é particular na outra. Assim sendo, reiteramos que objetivamos

observar as semelhanças e as diferenças em torno do contexto do processo histórico em que as instituições étnicas-rurais estiveram consolidadas para chegarmos à conclusão que as comunidades muitas vezes são imaginadas pelos membros pertencentes a elas, no entanto, elas se diferenciam nas suas particulares formas de se manifestarem.

Em suma, esta proposta visa trazer ao público leitor aspectos peculiares acerca dos aspectos geográficos e históricos de duas regiões de imigração, que por sua vez, são regiões geográficas distintas, mas que possuem a presença da cultura pomerana e a consolidação da religião luterana como um aspecto comum, e é justamente essa presença pomerana e luterana que trouxeram características próprias para a cultura escolar das instituições educacionais destas regiões que merecem maiores pesquisas mediadas pela análise documental, em especial, as pertencentes da Região da Campanha.

Referências bibliográficas

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BOLDRINI, I. I.; FERREIRA, P. M. A.; ANDRADE, B. O.; SCHNEIDER, A. A.; SETUBAL, R. B.; TREVISAN, R; FREITAS, E.M. **Bioma Pampa**: diversidade florística e fisionômica. Porto Alegre, editora Pallotti, 2010. 64 p.

COARACY, Vivaldo. A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz. São Paulo: Saraiva, 1957.

FARIA, Simone. **A imigração alemã no sul do pampa**: aproximações iniciais de pesquisa acerca da cultura escolar da primeira escola localizada na Tricolândia/ Hulha Negra. Canoas, Editora Unilasalle, 2020.

GRANDO, Marinês. Z. **Pequena Agricultura em Crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERTZ, R. **Os luteranos no Brasil**. 2001. Disponível em <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2129-6060-1-PB.pdf> Acesso em 01 mai. 2019.

IEPSEN Eduardo. **Jacob Rheingantz: a construção de um herói**. Ihu On-line, São Leopoldo, n. 271, p. 09-13, 01 set. 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1220379573.8608pdf.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: BORIS FAUSTO (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EdUSP, 1999.

PITANO, S. C. ROMIG, K. L. K. A influência da cultura pomerana na transformação do espaço geográfico no extremo sul do Rio Grande do Sul. Revista Formação (ONLINE), v. 25, n. 46, set-dez/2018, p. 109-128. 2018.

RIETH, Ricardo Willy. Dois modelos de Igreja Luterana: IECLB e IELB. In: DREHER, Martin (org). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre, São Leopoldo, EST-sinodal, p. 256-267, 1990.

RÖLKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo Raízes**: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES, 1996.

ROMIG, Karen Laiz Krause. A região cultural pomerana no sul do Rio Grande do Sul. 2018. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SALAMONI, Giancarla; ACEVEDO, Hilda Costa; ESTRELA, Ligia Costa (Coord.). **Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul** – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas, **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, 2001.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul. /dez. 2013.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Bagé de ontem e de hoje**: coletânea de artigos publicados na imprensa (1939-1994). EDIURCAMP, 2015.

A representação consular italiana e as associações étnicas italianas em Pelotas, RS (1870-1971)

Elisabeth da Rosa Conill (PPGE/UFPeI, bethconill@gmail.com)

Patrícia Weiduschadt (PPGE/UFPeI)

Introdução

Tendo em vista a existência de várias associações étnicas italianas e de agências consulares e vice-consulados da Itália em Pelotas, desde o último quartel do século XIX – o que demonstra a significativa presença do elemento italiano na cidade –, este artigo tem o objetivo geral de contribuir com a história da imigração italiana nessa cidade. De forma específica, busca-se identificar os vice-cônsules e agentes consulares da Itália em Pelotas, no período de 1870 a 1971, caracterizando, particularmente, aqueles que atuaram durante e após a campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), dada a escassez de estudos sobre o tema neste recorte temporal e espacial específico. Ademais, busca-se também identificar os vínculos que foram estabelecidos entre estes representantes e as associações étnicas italianas locais.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se um percurso metodológico por meio de pesquisa documental (CELLARD, 2012) e história oral (MEIHY, 1998). A pesquisa documental foi realizada em acervos físicos – públicos e privados – e digitais. Utilizou-se fontes diversificadas, principalmente documentos das associações italianas, informações veiculadas na imprensa jornalística local e regional, bem como documentos pessoais dos agentes consulares, cedidos pelos seus familiares.

Em 2002, Thomson (p. 341) já afirmava que a migração emergia “como um dos temas mais importantes da pesquisa de história oral”. Assim, com o objetivo de enriquecer o trabalho com narrativas individuais, recorreu-se à história oral, configurando aquilo que Meihy (1998) denomina de História

Oral Híbrida, ou seja, quando são utilizados diversos tipos de fontes, e não apenas a história oral. Híbrida também foi a modalidade das entrevistas, tendo em vista a utilização de entrevistas presenciais e a distância. Dentre as modalidades de história oral, adotou-se a História Oral Temática, combinada com algo de História Oral de Vida (MEIHY, 1998), buscando-se compreender como se deu a trajetória do imigrante até chegar ao Brasil.

Tendo em vista que todos os agentes consulares referentes ao recorte temporal deste estudo já são falecidos, utilizou-se o recurso da história oral com os familiares mais próximos. Neste caso, a memória dos entrevistados é aqui entendida como uma “memória familiar”, que é uma memória curta, ou seja, “não vai além de duas ou três gerações” (CANDAU, 2014, p. 139); e, ao mesmo tempo, segundo o mesmo autor, é uma memória forte, isto é, “uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade” (p. 44). A respeito dos imigrantes de segunda geração, esse autor ainda afirma que “são, frequentemente, gerações sem memória, e por isso não tem mais nada a transmitir” (p. 142). Sendo assim, o primeiro critério de seleção dos entrevistados foi o de pertencer à família do agente consular, no máximo até a terceira geração. Dessa maneira, foram realizadas entrevistas com Luiz Henrique Lorea de Lorea, neto de Henrique Lorea; com Angiola Maria Vivaldi Orenco, viúva de Martino Orenco; e com Maria Elisabetta Chimisso dos Santos, sobrinha de Luigi Scattolin.

Quanto à sua organização, além desta introdução, este texto está distribuído em três seções, mais as considerações finais e as referências. Assim, na primeira seção, abordam-se aspectos gerais da representação consular italiana; em seguida, traça-se um breve panorama das associações étnicas italianas em Pelotas; e, por último, trata-se especificamente da representação consular italiana em Pelotas, descrevendo-se um pouco da trajetória desses representantes, com ênfase naqueles que atuaram durante e após o período da campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945).

Aspectos gerais da representação consular italiana

A rede consular italiana no Rio Grande do Sul, além do Consulado Geral, sediado em Porto Alegre, é formada por Vice-Consulados e Agências Consulares localizadas no interior do Estado (*CONSOLATO*, 2019). De 1875 a 1914, segundo Iotti (2010), o Consulado Geral em Porto Alegre tinha sob sua jurisdição os estados do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso e de Santa Catarina, sendo que este último passou a sediar um consulado próprio, a partir de 1894. Agências consulares foram instaladas nas cidades de “Bagé, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Livramento e Santa Vitória do Palmar e, por um breve período de tempo, vice-consulados em Pelotas, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves” (IOTTI, 2010, p. 96).

A carreira consular italiana, de acordo com Iotti (2010), era dividida em duas categorias: a primeira era formada por cónsules de carreira ou enviados (*consules missi*) e a segunda por cónsules honorários ou locais (*consules electi*). Ainda, segundo a autora, o quadro de primeira categoria era formado por cónsules-gerais de primeira classe, cónsules-gerais de segunda classe, e cónsules e vice-cónsules distintos em primeira, segunda e terceira classes; enquanto que o “quadro de segunda categoria era constituído por cónsules-gerais, cónsules, vice-cónsules e agentes consulares, sem distinção de classe ou possibilidade de promoção” (p. 92). Enquanto os primeiros eram admitidos mediante aprovação em concurso, os segundos não prestavam concurso e eram escolhidos preferivelmente entre os “nacionais honestos, instruídos e abastados que residam onde houver a circunscrição” (*ITALIA*, 1866, tradução nossa¹).

Os agentes consulares faziam parte da segunda categoria e, no geral, eram italianos que haviam se transferido para a América entre os vinte e trinta

¹“Gli ufficiali consolari di seconda categoria sono scelti preferibilmente fra i nazionali notabili probi, istruiti ed agiati che risiedono dove esiste l'ufficio”.

anos de idade, sendo que a maioria – por não receber nenhuma retribuição pelo exercício da função – exercia alguma atividade remunerada e, por isso, dedicava pouco tempo à representação do Estado italiano (IOTTI, 2010). Ao citar Manuela Cacioli (1988, p. 35), a autora argumenta que, ainda que não tivessem direito à remuneração, “a nomeação para o posto de agente consular era muito ambicionada, porque dava notoriedade e possibilitava ascensão social” (IOTTI, 2010, p. 93), e explica que

A política adotada pelo Estado italiano era gastar pouco com suas representações e representantes no exterior, principalmente nas áreas consideradas periféricas e de reduzido interesse comercial, como o Brasil. Para as sedes localizadas em áreas que davam *status* e prestígio político, como as capitais europeias, a Itália designou seus “melhores” homens, ou seja, os que ocupavam os altos quadros da diplomacia nacional. Para as áreas consideradas periféricas, como o Brasil e o Rio Grande do Sul, enviou representantes das categorias inferiores da carreira diplomática, que recebiam essa designação como um castigo (IOTTI, 2010, p. 94-95).

Antes de tratar especificamente da representação consular italiana em Pelotas, é importante traçar um breve panorama das associações étnicas italianas nessa cidade, visto que esses representantes, muitas vezes, mobilizaram-se para a criação e manutenção dessas associações.

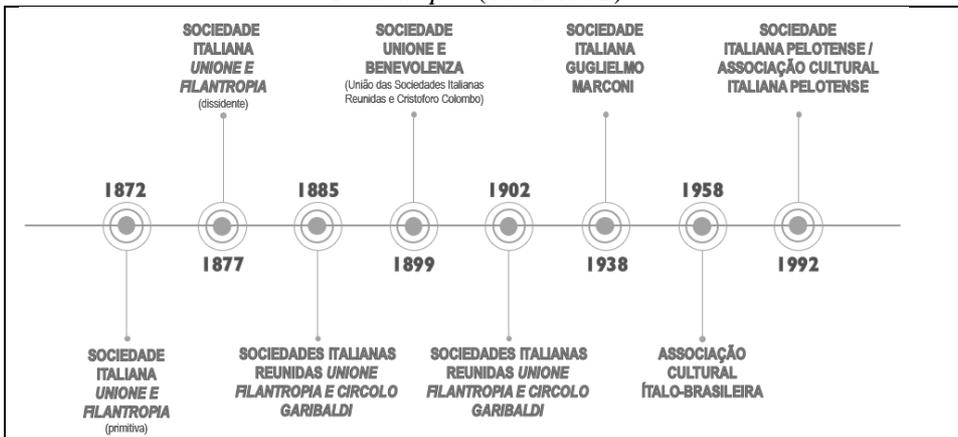
Breve panorama das associações étnicas italianas em Pelotas

A *Unione e Filantropia* foi a primeira associação italiana criada em Pelotas. Com base no relatório produzido pelo cônsul Legrenzi, em 1895, Castro e Weiduschadt (2018) afirmam que a *Unione e Filantropia* foi criada em 1872. Anjos (2000) e Loner (2016), fazem referência à sua inauguração, ocorrida em 1º de outubro de 1873, nas dependências do Hotel Aliança. Dessa

maneira, apesar de não ter sido registrada oficialmente, a Sociedade Italiana *Unione e Filantropia* é, de fato, a segunda mais antiga do estado².

Neste trabalho a atenção é dirigida sobre as associações italianas que se originaram a partir desta primeira, a qual, por meio de cisões e uniões com outras sociedades e círculos, foi a única que conseguiu ter uma existência mais contínua e chegar até os dias de hoje por meio da atual Associação Cultural Italiana Pelotense, criada em 1992 (SIP, 1992). Com o objetivo de visualizar melhor essas associações, na Figura 1, a seguir, apresenta-se uma linha do tempo com a “genealogia” da Sociedade Italiana *Unione e Filantropia*, e na sequência, descreve-se brevemente cada uma delas.

Figura 1 – Linha do tempo - “Genealogia” da Sociedade Italiana *Unione e Filantropia* (1872-1992)³



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Anjos (2000), Castro e Weiduschadt (2018), Loner (2016), SIP (1992), Estatutos (1877, 1902, 1938, 1958).

² No Rio Grande do Sul, a primeira sociedade italiana foi fundada em Bagé, em 1871, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza*, e a Vittorio Emanuele II, de Porto Alegre, foi fundada em 1877 (TRENTO, 1989).

³ As datas se referem ao ano em que as sociedades foram fundadas ou seus estatutos foram registrados.

Em 1875, porém, ocorre a cisão da *Unione e Filantropia* e a formação de uma outra com o mesmo nome, que se identificava como *Unione e Filantropia* (dissidente) (ANJOS, 2000), e que foi devidamente registrada em 4 de maio de 1877 (ESTATUTOS..., 1877). Em 1883 mais uma associação é inaugurada, a Sociedade de Beneficência e Instrução Circolo Italiano Garibaldi, mas em 1885 ocorre a fusão desta com a *Unione e Filantropia* (dissidente), constituindo-se as Sociedades Italianas Reunidas *Unione Filantropia e Circolo Garibaldi* (ANJOS, 2000; PELOTAS (RS), 1903). Estas, em 1899, fundem-se à Sociedade de Socorros Mútuos Cristoforo Colombo – que havia sido criada em 1892 – formando a Sociedade *Unione e Benevolenza*, entretanto, essa união dura apenas oito meses (ANJOS, 2000; LONER, 2016). Após a dissolução da *Unione e Benevolenza*, as Sociedades Italianas Reunidas *Unione Filantropia e Circolo Garibaldi* se reorganizam novamente em 1902, registrando seu novo Estatuto Social (PELOTAS (RS), 1902).

Como visto, até o final do século XIX, essa sociedade sofreu vários episódios de desorganização interna, reorganizando-se no início do século XX, para então novamente se desestruturar, “a ponto de ser considerada quase extinta nas décadas de 10 e 20” (POMATTI; LONER, 2017, p. 171). Reorganiza-se novamente em 1926, continuando a usar o nome antigo e, depois, abreviando-o para Sociedades Italianas Reunidas (POMATTI; LONER, 2017). Em 14 de novembro de 1938, em face às disposições do Decreto-Lei nº 383⁴, de 18 de abril de 1938, altera novamente seu Estatuto Social e se nacionaliza, mudando seu nome para Sociedade Italiana Guglielmo Marconi (PELOTAS (RS),

⁴ Este Decreto-Lei, que fazia parte do projeto de nacionalização idealizado pelo governo de Getúlio Vargas em 1938, vedava a atividade política no Brasil a estrangeiros, permitindo a associação de estrangeiros somente para fins culturais, beneficentes ou de assistência, sendo que tais entidades não poderiam receber subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, e delas não poderiam fazer parte os brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros.

1938). Esta sociedade funcionou, provavelmente, até janeiro 1942, quando entrou em vigor a determinação para o fechamento das sociedades estrangeiras formadas por alemães, italianos e japoneses, após o Brasil romper as relações diplomáticas com os países do Eixo, durante a 2ª Guerra Mundial (CORSETTI, 1987).

Após a 2ª Guerra Mundial, foi preciso esperar até 1951 para que a primeira associação italiana começasse a ser gestada pelo então agente consular da cidade, Luigi Scattolin, o qual, por ocasião da visita do cônsul Giovanni Giurato à Pelotas, tratou, entre outros assuntos, da criação de uma Associação Cultural e Recreativa Ítalo-Brasileira (SERÁ CRIADA..., 1951). Mas essa iniciativa só foi efetivada em 1958, com a criação da Associação Cultural Ítalo-Brasileira - ACIB (CRIADA..., 1958). Esta associação funcionou até 1971, e só em 1992 foi fundada a Sociedade Italiana Pelotense (SIP, 1992), a qual, em 2006, passou a se denominar Associação Cultural Italiana Pelotense - ACIP (PELOTAS, 2006), sendo a única entidade representativa da cultura italiana atualmente em funcionamento na cidade.

Por fim, esta seção buscou apresentar um panorama das associações étnicas italianas em Pelotas que se originaram a partir da *Unione e Filantropia*; no entanto, deve-se destacar o papel dos representantes consulares da Itália como agentes que se mobilizaram para a criação e manutenção dessas associações. Assim, a próxima seção se dedica a identificar os vice-cônsules e agentes consulares da Itália em Pelotas, no período de 1870 a 1971, caracterizando, particularmente aqueles que atuaram durante e após a campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), e identificando as relações que estabeleceram com as associações italianas na cidade.

Representação consular italiana em Pelotas

Pelotas, por muitos anos contou com uma agência consular italiana e, por um breve período – de 1870 a 1874, e de 1888 a 1891 –, também com um vice-consulado (IOTTI, 2001). O primeiro vice-cônsul em Pelotas foi Gerolamo Vitaloni, que exerceu suas funções de 3 de junho de 1870 a 23 de abril de 1874 (IOTTI, 2001). Entretanto, Anjos (2000, p. 131) afirma que Jeronymo Canevaro era agente consular da Itália em Pelotas e tesoureiro da Sociedade Italiana *Unione e Filantropia* (primitiva), e que foi expulso da mesma, junto a dois outros sócios fundadores, em 12 de setembro de 1875. Jeronymo Vitaloni, em 1877, recebeu o título de presidente honorário⁵ da Sociedade Italiana *Unione e Filantropia* (dissidente) (ESTATUTOS..., 1877).

Depois dele, Giovanni Pietro Malan⁶ exerceu a função agente consular de 28 de fevereiro de 1885 a 1887 (IOTTI, 2001). Em 1888, por meio do *Regio Decreto* número 5358, de 8 de abril, foi destinado um vice-cônsul de 1ª categoria para o consulado de Porto Alegre, com a obrigação de manter residência em “*S. Francisco di Pelotas*” (ITALIA, 1888). Assim, Giulio Iona exerceu essa função de 5 de junho de 1888 a 15 de janeiro de 1889, quando assumiu em seu lugar, Enrico Acton, que permaneceu na função até 28 de junho de 1891⁷ (IOTTI, 2001). Entretanto, esse cargo de vice-cônsul em Pelotas foi extinto com o *Regio Decreto* número 349, de 4 de junho de 1891, entrando “em vigor a partir do dia em que o atual titular do Vice-Consulado

⁵ Segundo o dicionário Aulete Digital, presidente honorário é aquele que mantém as honras e as prerrogativas do cargo, sem vencimentos e sem atuação efetiva (*Disponível em:* <<https://aulete.com.br/honorário>> *Acesso em:* 5 jun. 2021).

⁶ Iotti (2001) indica apenas as iniciais do nome, G. B. Malan, entretanto, Renata Brião de Castro (inf. verbal) acredita que se trata de Giovanni Pietro Malan.

⁷ Iotti (2001), à página 72, informa que Enrico Acton permaneceu na função de vice-cônsul em Pelotas até 1º de fevereiro de 1891, enquanto que na página 133 consta que foi até 28 de junho de 1891.

de São Francisco de Pelotas deixar o posto” (*ITALIA*, 1891, tradução nossa⁸). Acton, além de ter exercido a função de vice-cônsul em Pelotas, no período de 1889 a 1891, também foi presidente das Sociedades Italianas Reunidas *Unione e Filantropia e Circolo Garibaldi*, no ano de 1890, conforme afirma Neis (2016), com base no jornal *Correio Mercantil*, de 06 de janeiro de 1890.

Em 1894, Frederico Alberto Crispin Arnoldi Trebbi foi nomeado agente consular, exercendo a função até falecer, em 1928 (*SECRETARIA...*, 1894; SOUZA, 2012). Trebbi, que era pintor, foi também presidente da Sociedade Italiana *Unione e Filantropia*, em 1878 e 1879 (*ANJOS*, 2000), e da Sociedade Italiana Dante Alighieri, em 1918 (*A DANTE...*, 1918).

Após o falecimento de Trebbi, Ernesto Ronna foi nomeado agente consular em oito de outubro de 1931, exercendo a função até 17 de junho de 1936, data em que faleceu repentinamente (*EDITAL*, 1931; *DR. ERNESTO...*, 1936), entretanto, há informações indicando que ele já exercia essa função desde 1929 (*SILVA JR.*, 2004). Ronna, que além de jornalista, era catedrático de entomologia e fitopatologia, e outras matérias de história natural na Escola de Agronomia (*DR. ERNESTO...*, 1936), também participou das diretorias da Sociedade Italiana *Unione e Filantrophia* e, em 1934, as Sociedades Italianas Reunidas lhe concederam o título de presidente honorário por ser “um dos mais devotados membros” (*SOCIEDADE...*, 1934).

Henrique Lorea, industrialista

Com o falecimento de Ronna, em 1936, ficou vago o cargo de agente consular da Itália em Pelotas, “por esse motivo houve uma reunião de elementos de destaque da colônia italiana aqui domiciliada, na qual foi indicado e aceito o nome do distinto cavalheiro sr. Henrique Lorea, do alto

⁸“Il presente decreto avra' effetto dal giorno in cui l'attuale titolare del Vice Consolato di San Francisco di Pelotas lasciera' quel posto”.

comércio de nossa praça, para novo vice-cônsul⁹” (POR FALECIMENTO..., 1936). Assim, Henrique Lorea tomou posse como agente consular da Itália em Pelotas no dia 9 de agosto de 1936, com a presença do Cônsul Geral, Comendador Guilherme Barbarisi, que veio de Porto Alegre especialmente para a solenidade (A POSSE..., 1936). O convite para a posse, publicado na imprensa local e redigido em italiano, foi feito pelas Sociedades Italianas Reunidas, no qual convidam toda a colônia do município para assistir à cerimônia na sua sede social, divulgando, também, uma extensa programação organizada junto à Colônia italiana (ITALIANI..., 1936). O representante do *Diário Popular*, que esteve presente na recepção, fez uma reportagem na qual descreve os detalhes do evento.

A posse do novo agente consular de Itália

O ato solene de posse realizou-se domingo, às 15h, na sede da Sociedade Italiana, que se encontrava repleta de membros da colônia italiana, famílias, autoridades civis, e militares, representantes da imprensa e de personalidades de nosso meio social. Após ter sido feita a saudação fascista, instalou-se a sessão, a qual foi presidida pelo comendador Guilherme Barbarisi, cônsul geral de Itália, no RS, o qual depois de saudar os presentes, convidou o sr. Henrique Lorea a empossar-se no cargo para que fora merecidamente nomeado. Foi orador oficial da solenidade o industrialista sr. Rocco Ardizzzone [...]. Orou, ainda, o sr. Dr. Vicente Russomano. [...] O com. Barbarisi encerrou os trabalhos evocando a memória do saudoso dr. Ernesto Ronna, ao qual foi prestada homenagem em estilo fascista. À noite, em seu palacete, o sr. Henrique Lorea ofereceu uma recepção ao mundo oficial de Pelotas, autoridades consulares e às figuras mais representativas da colônia italiana, o que constituiu um acontecimento social de alto relevo. Depois de uma atraente hora de arte em que se fizeram ouvir, acompanhados ao piano pelo maestro Faini, os srs. Vicente Kuntz e José Cruz, que interpretaram trechos de óperas, os presentes passaram para outra sala, onde lhes foi servida lauta

⁹ Na realidade, Henrique Lorea foi nomeado como agente consular, embora alguns jornais façam referência a ele como vice-cônsul.

mesa de champagne e doces. [...] Por fim, Barbarisi [...] exaltou a figura cavalheiresca do novo vice-cônsul de Itália, sr. Henrique Lorea, congratulando-se com a sua escolha, pois via nele um auxiliar valioso, capaz de prestar os melhores serviços à colônia italiana aqui domiciliada. [...] O Diário Popular congratula-se com o sr. Henrique Lorea pelo brilhantismo de sua festa e agradece as atenções dispensadas ao seu representante (A POSSE..., 1936, grifo no original).

Em 1938, foi nomeado como presidente honorário da Sociedade Italiana Guglielmo Marconi (*SOCIETÀ...*, 1938). Na qualidade de sócio dessa sociedade, participou da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 1939 para discutir, entre outras coisas, a cessão do seu patrimônio social (PELOTAS (RS), 1940). A Assembleia, que contou com a presença do cônsul geral, Santovicenzo Magno – vindo de Porto Alegre especialmente para esse fim –, decidiu fazer a doação de todas as suas propriedades ao Governo da Itália, o qual, segundo Henrique Lorea, “instalará no prédio onde está sediada a Sociedade, a agência consular desse país, assim como tratará das reformas necessárias, instalando, também, a ‘Casa da Itália’, que será um centro de difusão cultural” (AS PROPRIEDADES..., 1939).

Henrique Lorea nasceu em 10 de janeiro de 1892 em Inverio, província de Novara, Piemonte, Itália, filho de Vincenzo Loreia e Carolina Colombo (*ITALIA*, 1997), tendo sido registrado como Enrico Loreia. Seu neto, Luiz Henrique Lorea de Lorea, explica que não conheceu seu avô,

pois ele faleceu em 1954 e eu nasci em 1956. O que eu sei é só o que a família dizia, que ele veio da Itália com o irmão, Luiz Lorea, que tinha 22 anos, e ele tinha 8, vieram para o Brasil pois aqui já tinha um tio, Carlos Lorea, que estava em Rio Grande [...]. Vieram para visitar o tio e voltar, mas não voltaram (LOREA, 2019)¹⁰.

¹⁰ Optou-se por deixar os depoimentos dos entrevistados em itálico para diferenciá-los das citações diretas.

Ao anunciar o seu falecimento, ocorrido em 11 de março de 1954, o jornal *Diário de Notícias* o descreve como “grande industrialista em Pelotas, sócio da firma Luiz Lorea S.A., e agente local da Sociedade de Navegação Cruzeiro do Sul Ltda” (PESAR..., 1954).

Era casado com Cecília Lorea, com a qual teve os seguintes filhos: Maria de Lourdes, Geraldo Henrique, Alice Flora, Mario Edmundo, Teresinha Elvira, Henrique Renato e Cecília Carolina (LOREA, 2019). Quatro anos após a sua morte foi nomeado Patrono da Associação Cultural Ítalo-Brasileira, em Pelotas (ELEITA..., 1958).

Luigi Scattolin, professor

Desde 1951, antes mesmo do falecimento de Henrique Lorea, Luigi Scattolin já aparecia na imprensa local como agente consular da Itália em Pelotas (SERÁ CRIADA..., 1951), entretanto, sua nomeação oficial ocorreu apenas em 1953, conforme comunicação a seguir.

Agente consular da Itália em Pelotas

O Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Governo do Estado a concessão do exequatur¹¹ do Governo Brasileiro à nomeação do sr. Luigi Scattolin, para o cargo de agente consular da Itália, em Pelotas. O respectivo expediente foi encaminhado à Secretaria do Interior e Justiça, para os devidos fins (AGENTE..., 1953).

Luigi Scattolin, nascido em 21 de dezembro de 1919, em Veneza, na Itália, filho de Amilcare Scattolin e Rosa Perer, emigrou para o Brasil em 1948 (REPÚBLICA..., 1948). Sua sobrinha, Maria Elisabetta Chimisso dos

¹¹ Conforme o dicionário Aulete Digital, exequatur é a “autorização que um chefe de Estado concede a um cônsul ou autoridade estrangeira para exercer as funções do seu cargo” (*Disponível em: <<https://aulete.com.br/exequatur>> Acesso em: 5 jun. 2021*)

Santos (2021), que tinha dois anos de idade quando veio com a família Scattolin para o Brasil, conta o seguinte:

eu vim da Itália com a segunda leva que chegou, com a minha mãe, meu pai, o tio Luiz, Luigi Scattolin, e a tia Olga, porque a primeira veio dois meses antes, com os avós, o tio Enio e o tio José. [...] Nós chegamos no porto de Rio Grande no dia 29 de junho de 1948, dia de São Pedro.

Em relação aos motivos que levaram a família a emigrar, Santos (2021) diz o seguinte: “fomos para Pelotas porque o irmão do meu avô, que era padre, já tinha emigrado para o Brasil e trabalhava no abrigo de menores”, e quando ele disse

que o Brasil era um país lindo, tranquilo, sem guerras, com trabalho, eles resolveram pegar as malas e ir embora [...] não que eles vivessem mal, [...] mas acho que era saturação do pós-guerra, da reconstrução do país. [...] Então foi uma família [...] que resolveu procurar nos horizontes, alguma coisa para viver melhor, e resolveram ir para Pelotas porque esse tio avô estava lá (SANTOS, 2021).

Sem dúvida, pode-se afirmar que este foi um projeto de emigração coletivo, familiar, composto por três gerações da família de Luigi Scattolin, a saber: seus pais, Amilcare Scattolin e Rosa Perer; sua esposa, Olga Piasentin; seus irmãos, Eugenio Scattolin (e esposa) e Giuseppe Scattolin; sua irmã, Maria Scattolin Chimisso, acompanhada do marido e da filha, Maria Elisabetta (SANTOS, 2021; REPÚBLICA..., 1948).

Luigi Scattolin tinha formação em nível superior pelo *Istituto Universitario di Economia e Commercio*, de Veneza, na Itália, ao qual apresentou a monografia *Lo Stato di Rio Grande do Sul nel Brasile*, referente ao ano letivo de 1946-1947 (ISTITUTO, 1947). Em 1953, em Pelotas, começou a lecionar Estatística, Matemática e Língua Italiana no Curso de Economia do Colégio Irmão Fernando, aposentou-se como professor da Universidade Católica de Pelotas e da Universidade Federal do Rio Grande (A

UCPEL..., 1987). Em 1958, teve a iniciativa de criar um Comitê Provisório destinado a organizar a Associação Cultural Ítalo-Brasileira nesta cidade (CRIADA..., 1958). Dessa associação fez parte do Conselho Diretor em 1958, como 1º Secretário, e em 1969, como Diretor do Departamento Cultural; além de ministrar aulas de língua italiana, gramática e conversação nos cursos promovidos no período de 1958-1961.

Durante o período em que Luigi Scattolin esteve à frente da Agência Consular em Pelotas, vários cónsules italianos visitaram a cidade¹². Giovanni Giurato, como já foi visto, veio em 1951 para tratar do prédio em ruínas da sede das Sociedades Italianas Reunidas e da criação de uma associação (SERÁ CRIADA..., 1951). Camilo Leonini esteve na cidade para tratar “de assuntos relacionados com o seu cargo”, entrando em contato com autoridades e a colônia italiana” (CÔNSUL..., 1953?). Domenico Bocchetto, em 1960, veio para a cerimônia de abertura dos cursos de línguas na Associação Cultural Ítalo-Brasileira (EM PELOTAS..., 1960).

Luigi e Olga tiveram duas filhas, Caterina e Isabella, ele faleceu em Porto Alegre, em 13 de outubro de 1987, aos 67 anos de idade (SCATTOLIN, 1987).

Vito Carlo Liberio, professor

O professor Vito Carlo Liberio tomou posse como agente consular da Itália em Pelotas no dia 28 de junho de 1965 em uma cerimônia oficial realizada no prédio da Reitoria da Universidade Católica, com a presença do Cónsul Alfredo Di Mattei, que veio à Pelotas em visita oficial, a convite da

¹² Os dados biográficos e funcionais dos cónsules italianos no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, encontram-se detalhados no anexo B do livro “O olhar do poder”, de Luiza Horn Iotti (2001, p. 137-167).

¹² Segundo o dicionário Aulete Digital, presidente honorário é aquele que mantém as honras e as prerrogativas do cargo, sem vencimentos e sem atuação efetiva (*Disponível em*: <<https://aulete.com.br/honorário>> *Acesso em*: 5 jun. 2021).

Universidade Católica de Pelotas, para o encerramento das celebrações do VII Centenário de nascimento de Dante Alighieri (ACIB, 1965; AMANHÃ..., 1965; SEMANA..., 1965).

Para essa ocasião, a Associação Cultural Ítalo-Brasileira, em nome do então presidente a ACIB, Vitorino Piccinini, enviou convite à comunidade italiana residente e aos amigos da Itália para uma homenagem ao Cônsul e para a posse do novo agente consular (ACIB, 1965). A homenagem, não especificada no convite, provavelmente foi o almoço oferecido ao Cônsul, que ocorreu no mesmo dia, no Restaurante do Clube Comercial, no qual compareceram Antonio Caringi e esposa, Vittorio Bergoglio, Cesare Augusto Giacobbe, Giovanni Baruffa, Fernando Freitas e esposa, Vito Carlo Liberio e Vitorino Piccinini (CLUBE..., 1965).

Nascido em 17 de março de 1930, em Modugno, província de Bari, Itália, filho de Sebastiano Liberio e Serafina De Zotti (REPÚBLICA..., 1964), o novo agente consular era diplomado em Filosofia e Letras, laureado em Filosofia Pura pela Universidade Pontifícia de Salamanca, com curso de especialização em Psicanálise pela Universidade Católica de Milão (EDITAL, 1965). Em Pelotas, foi professor da Universidade Católica onde ministrou aulas na Faculdade de Filosofia e Jornalismo (ACIB, 1965) e no curso de extensão em Teoria Psicanalítica (EDITAL, 1965).

Martino Orengo, comerciante

Dois anos depois, em 7 de dezembro de 1967, “o Cônsul Geral da Itália, Dr. Alfredo Di Mattei, durante almoço oferecido no Clube Comercial pela Associação Cultural Ítalo-Brasileira, pôs em cargo o Sr. Martino Orengo como Agente Consular Italiano desta cidade” (ACIB, 1967). De acordo com a Sra. Angiola Maria Vivaldi Orengo (2019), viúva de Martino, *“ele exerceu essa função até o momento em que começou a ficar doente, vindo depois a falecer, em 10 de junho de 2009”*. Martino Orengo também foi Vice-Presidente da Associação Cultural Ítalo-Brasileira, em 1967 (ACIB, 1958); e,

em 1968, tendo em vista a extinção dos cursos de italiano da ACIB, “levou ao conhecimento da diretoria da ACIB, o oferecimento feito pelo Consulado Geral da Itália, de custear um professor para aulas de italiano”, ficando encarregado de conseguir um Método Teórico Prático para ser utilizado nas aulas (ACIB, 1968).

Martino Orengo nasceu em 07 de agosto de 1926, em Badalucco, na região da Ligúria, na Itália, filho de Sestilio Orengo e Emilia Panizzi (SECRETARIA..., 1954, 1956). Em relação ao motivo que o levou a emigrar, D. Angiola conta que ele “*não estava contente [...], porque na Itália, após a guerra, não tinha muito trabalho*”, então ele foi primeiro para o Uruguai, onde “*ficou três anos trabalhando em Montevideu*” (ORENGO, 2019). De Montevideu, Martino teria vindo para o Brasil em 1954 (REPÚBLICA..., 1954) quando conheceu um brasileiro, era “*um senhor paulista, que trabalhava com representação de material de escritório [...].então lhe propôs fazer uma sociedade: “eu fico no escritório e tu vais pelo Brasil a vender.” E assim ele ficou uns anos em São Paulo*” (ORENGO, 2019). Depois disso, D. Angiola casou-se com Martino na Itália e veio para Pelotas, em 1960, pois o marido “*trabalhava viajando por todo o Rio Grande do Sul e já estava instalado em Pelotas*” (ORENGO, 2019). O casal teve seis filhos: Cristina Emilia, Martin, Monica, Debora, Mario e Mauro. Martino faleceu em 10 de junho de 2009, em Pelotas, RS, aos 82 anos de idade (ORENGO, 2019).

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se identificar os representantes consulares italianos – vice-cônsules e agentes consulares – em Pelotas, de 1870 até 1971, caracterizando, especialmente, aqueles que atuaram durante e após a campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), a saber: Henrique Lorea, de 1936 a 1951(?); Luigi Scattolin, de 1953 a 1965; Vito Carlo Liberio, de 1965 a 1967; e Martino Orengo, de 1967 a (?). Além disso, demonstrou-se que a maioria deles estabeleceu algum vínculo com as associações étnicas

italianas locais, seja como membro do conselho diretor (presidente, vice-presidente, diretor, secretário), seja como homenageado (patrono ou presidente honorário).

Dessa maneira, Henrique Lorea manteve vínculos com a Sociedade Italiana Guglielmo Marconi, que lhe concedeu o título de presidente honorário. Luigi Scattolin e Martino Orengo desempenharam um papel importante na Associação Cultural Ítalo-Brasileira. Ao primeiro, deve-se a iniciativa da sua criação, da qual participou também como membro do conselho diretor, além de ter atuado como professor de língua italiana; ao segundo, deve-se a sua continuidade e a tentativa de reativar os cursos de italiano oferecidos pela associação, além de ter exercido o cargo de vice-presidente.

Por fim, é necessário ressaltar algumas limitações importantes que teve este estudo, sobretudo em relação à pesquisa documental. Uma delas foi a pequena quantidade de documentos existentes no acervo da ACIP, o que exigiu a busca por outras fontes, principalmente jornais; outra, foi a impossibilidade de acesso aos arquivos do Consulado Geral da Itália em Porto Alegre, mesmo antes do início da pandemia pela Covid-19, que começou em março de 2020. Além disso, em razão dessa pandemia, a pesquisa nos jornais teve que ser interrompida em virtude do fechamento da Bibliotheca Pública Pelotense.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES ORAIS

LOREA, Luiz Henrique Lorea de. Entrevista concedida à Elisabeth da Rosa Conill, realizada na residência do entrevistado e gravada em áudio pelo celular. Pelotas, 09 jul. 2019.

ORENGO, Angiola Maria Vivaldi. Entrevista concedida à Elisabeth da Rosa Conill, realizada na residência da entrevistada e gravada em áudio pelo celular. Pelotas, 26 jun. 2019.

SANTOS, Maria Elisabetta Chimisso dos. Entrevista concedida à Elisabeth da Rosa Conill, realizada via rede social WhatsApp por meio de vídeo e gravada pelo computador por meio do programa de gravação de voz do Windows, em 9 jun. 2021.

2. FONTES ESCRITAS¹³

- A DANTE Alighieri. [Anotações de Beatriz Loner]. **O Rebate**, p. 3, 14 jan. 1918. [NDH]
- A POSSE do novo agente consular de Itália. **Diário Popular**, Pelotas, p. 8, 12 ago. 1936. [BPP]
- A UCPel lembra Scattolin na Mensagem ao Professor. **Diário Popular**, Pelotas, 15 out. 1987. Seção Educação e Cultura, p. 17. [BPP]
- AS PROPRIEDADES da Sociedade Italiana, em Pelotas, serão doadas ao governo da Itália. **Diário Popular**, Pelotas, 22 dez. 1939. [BPP]
- ACIB. Estatutos da Associação Cultural Ítalo-Brasileira. Pelotas, 26 mar. 1958. [ACIP]
- _____. Convite para homenagem ao cônsul Alfredo Di Mattei e posse do novo agente consular de Vito Liberio. Pelotas, 25 jun. 1965. [ACIP]
- _____. **Acontecimento Social** (Texto da notícia para ser publicada no jornal Diário Popular). Pelotas, 7 dez. 1967. [ACIP]
- _____. Ata da reunião da Associação Cultural Ítalo-Brasileira, n^o 13. Pelotas, 1968. [ACIP]
- AGENTE consular da Itália em Pelotas. **Jornal do Dia**, Porto Alegre, p. 3, 26 mai. 1953. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 17 out. 2019.
- AMANHÃ na cidade Cônsul Geral da Itália no RGS. **Diário Popular**, Pelotas, p. 12, 27 jun. 1965. [BPP]
- CONSOLATO GENERALE D'ITALIA. Porto Alegre. **A Rede Consular**. Disponível em: <https://consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/pt/il-consolato/la-rete-consolare/la-rete-consolare.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- CÔNSUL italiano em Pelotas. **Jornal** sem identificação [1953]. [FSV]
- CRIADA em Pelotas a Associação Cultural Ítalo-Brasileira. **Diário Popular**, Pelotas, 7 fev. 1958. Seção Vida social, p. 4. [ACIP]
- DR. ERNESTO Rona. **Diário Popular**, Pelotas, p. 1, 18 jun. 1936. [BPP]
- EDITAL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. **A Federação**, 21 out. 1931. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 17 out. 2019.
- _____. Cursos de Extensão Universitária UCPel. **Diário Popular**, Pelotas, p. 1, 28 mar. 1965. [BPP]
- ELEITA a 1^a Diretoria da Associação Cultural Ítalo-Brasileira. **Diário Popular**, Pelotas, p. 3, 28 mar. 1958. [BPP]

¹³ Ao final da referência da fonte, entre colchetes, encontra-se a abreviatura do acervo (privado ou particular) onde está localizada, a saber: ACIP (Associação Cultural Italiana Pelotense), BPP (Biblioteca Pública Pelotense), FSV (família Scattolin Verissimo), FVO (família Vivaldi Orenge), LHLL (Luiz Henrique Lorea de Lorea), NDH (Núcleo de Documentação Histórica da UFPel - Acervo de Beatriz Ana Loner).

EM PELOTAS, dia 23, o Cônsul Geral da Itália no Estado. **Diário Popular**, Pelotas, p. 6, 20 abr. 1960. [BPP]

ESTATUTOS da Sociedade Italiana União e Philantropia, Pelotas (1877). In: **Collecção dos actos, regulamentos, e instruções**, expedidas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1881, p. 24-31. [NDH]

ITALIA. Regolamento per l'esecuzione della legge 28 gennaio 1866 sull'ordinamento del servizio consolare. In: **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**. Firenze, n. 205, 26 luglio 1866. Disponível em:

<https://www.gazzettaufficiale.it/ricerca/pdf/foglio_ordinario1/1/0/0?reset=true>
Acesso em 23 jun. 2019.

_____. Regio Decreto 8 aprile 1888, n. 5358. Concernente la soppressione e l'istituzione di Consolati e Vice Consolati, la circoscrizione territoriale dei Consolati negli Stati Uniti d'America e gli assegni da corrisponderi agli ufficiali consolari di 1ª categoria. In: **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**. Roma, n. 97, p. 1250-1251, 24 apr. 1888. Disponível em:

<https://www.gazzettaufficiale.it/ricerca/pdf/foglio_ordinario1/1/0/0?reset=true>
Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. Regio Decreto 4 giugno 1891, n. 349. Concernente il personale consolare di Porto Alegre e di San Paolo. **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**. Roma, n. 161, p. 2050, 11 luglio 1891. Disponível em:

<https://www.gazzettaufficiale.it/ricerca/pdf/foglio_ordinario1/1/0/0?reset=true>.
Acesso em 01 nov. 2019.

_____. Servizio dello Stato Civile [di] Invorio (Novara). **Estratto dell'atto di nascita** [di] Enrico Loreia. Data di rilascio: 8/11/1997. [LHLL]

LOPES, Heloísa Gomes. Luigi Scattolin. **Jornal** não identificado [1987]. Seção Tribuna. [FSV].

PELOTAS (RS). Primeiro Tabelionato da Comarca de Pelotas. **Certidão [de] registro Escritura de doação condicional que faz a Sociedade Italiana Guglielmo Marconi ao Real Governo da Itália** (inclui a transcrição da Ata da Assembleia). Livro nº 120, fls. 145. Registro em: 19 fev. 1940. [ACIP]

_____. Rocha Brito Serviço Notarial e Registral. Certidão de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. **Estatuto Social da Sociedades Italianas Reunidas União Filantrópica** (sic) e **Círculo Garibaldi**. Livro A-1, fls. 1, nº 1. Registro em: 11 out. 1902. [NDH]

_____. _____. _____. Alteração do Estatuto Social da Sociedades Italianas Reunidas Unione Filantropia e Circolo Garibaldi. Livro A-1, fls. 2, nº 4. Registro em: 29 mai. 1903. [NDH]

_____. _____. _____. **Alteração do Estatuto Social das Sociedades Italianas Reunidas**. Livro A-2, fls. 226, nº 95. Registro em: 14 nov. 1938. [ACIP]

_____. _____. _____. **Alteração do Estatuto Social da Sociedade Italiana Guglielmo Marconi**. Livro A-4, fls. 144, nº 1673. Registro em: 26 jan. 1995. [ACIP]

_____. _____. _____. **Alteração do Estatuto Social da Sociedade Italiana Pelotense**. Livro A-12, fls. 157, nº 3769. Registro em: 22 mai. 2006. [ACIP]

PESAR em Pelotas pelo falecimento de Henrique Lorea. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 2, 12 mar. 1954. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 17 out. 2019.

POR FALECIMENTO de Ernesto Ronna ficou vago o cargo de vice cônsul de Itália nesta cidade. **Diário Popular**, Pelotas, p. 2, 9 ago. 1936. [BPP]

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Ficha Consular de Qualificação**: Amilcare Scattolin, Eugenio Scattolin, Giuseppe Scattolin, Luigi Scattolin, Maria Scattolin Chimisso, Olga Piasentin Scattolin. Consulado do Brasil em Milão, 1948. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Ficha Consular de Qualificação**: Martino Orengo. Consulado Geral do Brasil em Montevidéu, 1954. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Ficha Consular de Qualificação**: Angiola Maria Vivaldi. Consulado Geral do Brasil em Gênova, 1960. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>> Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Ficha Consular de Qualificação**: Vito Carlo Liberio. Consulado Geral do Brasil em Milão, 1964. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

SCATTOLIN, Luigi. Lo Stato di Rio Grande do Sul nel Brasile. Tesi di Laurea. Istituto Universitario di Economia e Commercio. Venezia, anno accademico 1946-1947. [FSV]

SCATTOLIN faleceu. **Jornal** sem identificação [1987]. [FSV]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Delegacia Especializada de Estrangeiros. **Registro de Estrangeiros**: Eugenio Scattolin, Giuseppe Scattolin, Luigi Scattolin, Maria Scattolin Chimisso, 1948. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. _____. **Registro de Estrangeiros**: Martino Orengo, 1954 e 1956. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

SECRETARIA do interior e exterior. **A Federação**, p. 2, 23 jun. 1894. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SEMANA de Dante. **Diário Popular**, Pelotas, p. 4, 20 jun. 1965. [BPP]

SERÁ CRIADA em Pelotas uma Associação Cultural e Recreativa Ítalo-Brasileira. **Diário Popular**, Pelotas, 18 nov. 1951. [ACIP]

SIP. Sociedade Italiana Pelotense. **Ata nº 6, de fundação**, 24 out. 1992. [ACIP]

SOCIEDADE Italiana. [Anotações de Beatriz Loner]. **Diário Liberal**, p. 6, 13 abr. 1934. [NDH]

SOCIETÀ Italiana "Guglielmo Marconi". Riunione Generale. **Diário Popular**, Pelotas, 03-04-06 fev. 1938, p. 2, 2, 3, respectivamente. [BPP]

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2000.

CANDAUI, Joël. Memória e identidade. Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Renata Brião de; WEIDUSCHADT, Patrícia. Escolas étnicas e sociedades italianas no Município de Pelotas (RS) (1883-1937): constituição e percursos. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). **Escolarização, culturas e instituições**: escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316 (Coleção Sociologia).

CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 363-382.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. **Imigração e Poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no RS (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

LONER, Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. 2. ed. Pelotas: Ed. da UFPel, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

NEIS, Fabiano. **As Sociedades Italianas em Pelotas**: a formação de uma identidade coletiva (1870 - 1925). 81 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

POMATTI, Angela Beatriz; LONER, Beatriz. Italianos. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena e MAGALHÃES, Mario (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: 3. ed. Pelotas: Ed. da UFPel, 2017. p. 171-172.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). 2004. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Mariza Fernanda Vargas de. **Frederico Trebbi e Instituto Nossa Senhora da Conceição**: a busca de conceitos e critérios que assegurem manter a integridade de um acervo. 2012. 102 f. Monografia (Especialização em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pelotas, 2012.

THOMSON, Allistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. Trad. de Magda França Lopes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TRENTO, Â. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Trad. de Mariarosaria Fabris e Luiz Eduardo de Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

Um espanhol doa terras para imigrantes italianos: capoeiras – Nova Prata/RS

Eliana Gasparini Xerri

Às vésperas de completar 100 anos de emancipação em 2024, o município de Nova Prata/RS é comumente associado ao processo de imigração italiana na região da serra gaúcha; no entanto, as fontes analisadas revelam que, antes da colonização italiana, outros grupos étnicos já ocupavam a área. O trabalho reflete sobre características peculiares na região de colonização italiana, considerando aspectos geográficos, uma vez que Nova Prata representa área intermediária entre a serra e a região de planalto, assim como dados populacionais do final do século XIX e início do século XX que demonstram a existência de grupos étnicos vários. O estudo aborda o surgimento de Capoeiras, hoje Nova Prata - RS, a partir da doação de terras para o estabelecimento da vila pelo senhor Silvério de Araújo - denominado no Livro Tombo número 1 da Paróquia São João Batista (1914) como “o espanhol” - para um grupo de imigrantes italianos, a fim de erguerem uma igreja na vila que se estruturava, estendendo a investigação até os primeiros anos do século XX, período inicial do novo município quando a predominância dos habitantes passou a ser de imigrantes italianos, uma vez que entre os alemães e poloneses houve migração interna para outras regiões do estado. Os imigrantes italianos se estabeleceram no território de Capoeiras, distrito da colônia de Alfredo Chaves (Veranópolis), que emancipada por volta de 1894 passa a denominar aquele distrito de Prata. Considerando o maior número de imigrantes de origem italiana, esse trabalho estabelece possibilidades reflexivas sobre a existência de indígenas, imigrantes alemães, italianos, poloneses, portugueses, espanhóis e outros. Por meio da metodologia qualitativa, foram utilizadas fontes documentais, relatos orais e revisão bibliográfica sobre o município e os processos imigratórios, tendo por

base os pressupostos teóricos da história local. O estudo não é conclusivo e objetiva diálogos permanentes entre pesquisadores.

Do outro lado do Rio das Antas

Apesar do marco das colônias da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul ser a estrada geral entre São João de Montenegro e Lagoa Vermelha, esse trabalho considera o Rio das Antas como projeção geográfica para localizar a área em estudo. O rio delimita os atuais municípios de Bento Gonçalves e de Veranópolis, antigas colônias Dona Isabel (1875) e Alfredo Chaves (1884), respectivamente, sendo Capoeiras, atual Nova Prata, pertencente a segunda.

Figura 1 – Rio das Antas e Ponte Ernesto Dornelles que liga os dois municípios



Fonte: <https://melevaembora.com.br/2017/03/veranopolis/> acesso em 02 de junho de 2021

A expansão da imigração europeia para além do referido rio tem entre suas justificativas a satisfatória ocupação da colônia Dona Isabel e a busca por novas áreas produtivas. Assim, (FARINA, 1992, p. 22) descreve:

Com recursos do Governo Imperial, em 1884 foi criada a colônia Alfredo Chaves, sob a direção do engenheiro Dr. Júlio da Silva Oliveira, que na chefia da Comissão Colonizadora iniciou a demarcação das terras e providenciou o estabelecimento dos primeiros imigrantes.

Salienta-se que, anteriormente da data acima citada, a ocupação por outros povos já vinha ocorrendo e antes da presença de não indígenas, os kaigangues da tribo coroados são mencionados como os primeiros habitantes da região. Para (DORNELLES, 2011, p. 99),

Durante muito tempo a história da imigração italiana foi apresentada como uma epopeia dos estrangeiros que atravessaram o Atlântico, chegaram ao sul do país e fizeram aqui, sobre uma terra inóspita e vazia, brotar uma nova Itália, símbolo do progresso e da perseverança dessas pessoas. (...) por volta da década de 1870 os Coroados ainda permaneciam circulando nas matas que separavam os Campos de Cima da Serra e as colônias alemãs ao sul.

Conforme a autora, a historiografia tem apresentado poucos estudos sobre a coexistência de povos indígenas com os imigrantes, tanto alemães como italianos, no sul do Brasil. Isso acabou desenvolvendo a ideia de não contato entre os grupos. A respeito da necessidade de refletir sobre as relações entre indígenas e imigrantes italianos, (DORNELLES, 2011, p. 101) pondera:

A anulação da participação dos indígenas na construção da história da região, verificada na estranheza da existência de índios no local, mesmo que os documentos da época apontem para sua presença, está colocada sobre a construção do vazio demográfico. Ao apagar um dos sujeitos da história – os povos indígenas – a ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistência, muito menos sem negociação.

Dessa forma, é possível refletir sobre aspectos que contribuem para novos e necessários estudos sobre as formas de existência entre grupos distintos na região. No que concerne à área da colônia Alfredo Chaves,

fundada em 1894, à qual pertencia o distrito de Capoeiras, hoje Nova Prata, são apresentados como moradores não indígenas famílias de origens variadas, mas também a presença de indígenas, conforme o Livro Tombo 1 da Paróquia de São João do Herval de Capoeiras¹

os bugres moravam no Retiro fazendo roças na localidade agora chamada Capoeiras e pararam nesse lugar até o anno de 1865, mais ou menos. Neste tempo foram para o campo e venderam as suas terras que tinham em Capoeiras ao Senhor Diogo e filhos, trocando com cousas de pouco valor (...).

O relato foi feito pelo morador Domingues Guedes Ribeiro ao pároco Carlos Porrini, em 1914, que objetivava conhecer a origem espacial e social da localidade na tentativa de legalizar as terras doadas pelo senhor Silvério à Mitra Diocesana. É pertinente salientar que o escrito atesta, ainda, o comércio de terras na década de 1860 e que, entre os primeiros moradores, estavam famílias de origem luso espanholas: Diogo, Joaquim Guedes Ribeiro, Emanuel Joaquim da Silva, os quais se transferiram para Capoeiras a fim de derrubar matas e construir casas².

A presença desses grupos também é apontada por (FARINA, 1986 p. 27-28):

Em meados do século XIX, aventureiros, espanhóis e portugueses, negros e mestiços, tropeiros e caçadores de campo - já transitavam por estas terras e frequentemente se defrontavam com os nativos. Oriundos dos Campos de Cima da Serra, Porto Alegre, ou mesmo contrabandistas uruguaios que por aqui transitavam encaravam os coroados como animais ferozes.

¹ Nome pelo qual também é referenciada a localidade em estudo.

² A região apresentava até a década de 1950 grande quantidade de araucárias e foi até aquele período grande exportadora de madeira.

Embora as redes que se estabeleceram entre os diversos povos sejam importantes para exprimir formas de existência e de relações entre grupos distintos, o presente trabalho objetiva apontar dados sobre o “spagnollo” e os imigrantes italianos que se fixaram na região. Atendendo assim a aspectos relevantes da história local que, segundo (COSTA, 2019, p. 132),

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas “menores” e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondam aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos.

Com isso se possibilita o reconhecimento de aspectos sobre a história local de Nova Prata-RS. A seguir, é apresentado o sujeito que protagonizou o surgimento da localidade.

O espanhol doa terras aos italianos

Silvério Antônio de Araújo, alcunhado como o espanhol, era natural de Jaguaraíba no estado do Paraná, filho legítimo de Antônio Joaquim de Araújo e Senhorinha Maria dos Santos, sendo que os dados presentes na certidão de óbito³ apontam que nasceu em 1842 e faleceu com 61 anos.

³ Certidão obtida junto ao Serviço do registro de Imóveis e de Registro Civil das pessoas Naturais – comarca de Nova Prata.

Quadro 1 - Representação da certidão de óbito de Silvério Antônio de Araújo conforme a autora

Cartório de Registro Civil de Nascimento e Óbitos

Certifico que em cartório registrei o óbito de Silvério Antônio de Araújo, segundo a comunicação que me é feita, é filho legítimo de Antônio Joaquim de Araújo e Maria Sinhorinha dos Santos, 61 anos, __ meses, __ dias, natural do Paraná, branco, estado casado, profissão criador e morador do 2º Distrito municipal de Alfredo Chaves, rua __, constando do atestado passado pelo Doutor Atílio Giuriolo, ter falecido de paralisia cardíaca às 9 horas do dia 6 de junho de 1903.

O sepultamento deverá realizar-se no cemitério d´esta sede.

Escrivão do Registro Civil

Adolpho Kaner

Desencontros nas narrativas a respeito do homem que possibilitou o surgimento de Capoeiras são comuns na bibliografia da história local, bem como em fontes diversas, por exemplo: consta na lápide do túmulo, localizada no Cemitério Público Municipal de Nova Prata “*Aqui jazem os restos mortaes do Tenente Silvério Antônio de Araújo/ natural do Paraná/ filho legítimo de Antônio Joaquim de Araújo e Dona Sinhorinha Maria dos Santos/ Faleceu a 6 de junho de 1903 com 63 anos de idade/ A terra lhe seja leve.*” Dessa forma, há diferença de dois anos entre as fontes.

Em documentação sob a guarda do Arquivo Histórico do RS é registrado que, em 1846, Silvério adquiriu uma gleba de terra de Sezefredo José Ferreira (morador de Lagoa Vermelha); a quantia paga foi de 200\$000 réis e contou com o testemunho do pároco de Lagoa Vermelha, o mesmo que em 1883 exigiu pagamento no mesmo valor para testemunhar junto ao

império brasileiro que Silvério de Araújo havia comprador as terras e não se apossado das mesmas⁴.

Entre o período da aquisição da terra e o processo ao qual foi submetido (1883), Silvério se tornou proprietário de outras áreas, inclusive por meio de posse. Para não perder as terras para o governo imperial, em 16 de outubro de 1883 escreve ao Pároco de Lagoa Vermelha solicitando o direito de não pagar o valor de 200\$000 réis referente à multa por não ter legalizado suas terras em tempo hábil: “*o suplicante sempre teve precisão de atender suas lavouras, muito poucas vezes frequentava a povoação devido as correrias dos índios que em outros tempos devastarão as rossas das lavouras...*”⁵.

A solicitação apresenta importantes indícios sobre modos de apropriação de terras e também sobre a presença dos índios, bem como o desconhecimento por parte de Silvério das leis imperiais. Na sequência da documentação, os autos de medição de terras fornecem informações sobre a área que viria a sediar Nova Prata. De acordo com (XERRI, 2004, p. 33),

Os autos de medição, solicitados em 22 de julho de 1882, são documentos que Silvério Antônio de Araújo e sua esposa dona Placidina Vieira Gonçalves de Araújo utilizaram para posterior legalização das áreas que compraram de Sezefredo José Ferreira e sua esposa.

As fontes permitem reflexões acerca do que ocorria em nível micro para abstrair do particular referências significativas, uma vez que, de acordo com (FAVERO, 2020, p. 46),

⁴ A Lei 601, de 18 de setembro de 1850, determinou que as terras deveriam ser adquiridas e não resultado de ganho ou posse.

⁵ Transcrição do pedido feito por Silvério Antônio de Araújo ao Pároco de Lagoa Vermelha em 16 de outubro de 1883. A autora transcreveu conforme a escrita da época e existente no documento localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Algumas fontes excepcionais podem, pelo contrário, mostrar fatos e dinâmicas que normalmente permanecem invisíveis, dando “voz” a aspectos escondidos e desenvolvendo uma fundamental função heurística, enquanto janelas para uma dimensão diversa do passado estudado, ponta de um *iceberg* submerso ou indício para descobrir aspectos anteriormente ignotos.

Consequentemente, o uso das fontes demonstra, através dos testemunhos, aspectos relevantes a respeito de grupos étnicos que habitavam a região. O testemunho feito sob juramento sobre os Santos Evangelhos foi dado por Manuel Borges Vieira e Joaquim Mendes Ribeiro, em 20 de julho de 1882⁶. Em 9 de setembro de 1885 é julgada legítima a posse de 25.660.625 metros quadrados correspondentes à área da compra e não a de que se apossou, ou seja, Silvério de Araújo ficou com 213.925 m² a menos.

No início desse trabalho, foi feita referência à estrada geral ligando São João de Montenegro à Lagoa Vermelha⁷ como marco comumente utilizado ao descrever a ocupação por imigrantes europeus na área em estudo, pois a abertura e construção de estradas resultou na obtenção de resultados positivos no processo imigratório. Consequentemente, conforme (XERRI, 2004, p. 34),

a construção da Estrada Buarque de Macedo foi determinante o ingresso de imigrantes europeus para nela trabalhar e povoar terras ao seu redor. Segundo o depoimento constante no Livro Tombo - 1, com o término da estrada começou a imigração e em 1879, Silvério Antônio de Araújo doava ao padroeiro uma colônia dividida em lotes para formar um “país”, começando a

⁶ Como se trata de nova solicitação de legalização de terras, os testemunhos anteriores são retomados.

⁷ Árvore genealógica do município de Nova Prata: Santo Antônio da Patrulha: criação 1809 - Instalação 1811; Lagoa Vermelha – 1876; Veranópolis – 1898; Nova Prata – 1924. Fonte: Simplificação da Genealogia dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, pesquisa realizada por Vera Lucia Maciel Barroso, 1997.

construção da Igreja de Madeira e no ano seguinte teriam chegado os imigrantes poloneses⁸.

Retomando aspectos do protagonista do estudo, segundo o depoimento oral dos senhores Paulo Lenzi⁹ e Luiz Matos Martins¹⁰, o senhor Silvério adquiriu um estabelecimento no interior de Lagoa Vermelha, que divisa com Capoeiras, e acabou se apaixonando pela filha do antigo proprietário, com quem noivou. Conforme o relato de ambos, a noiva, Placidina, era comprometida com outro rapaz, que ao tomar conhecimento da relação entre Silvério e Placidina, empregou-se em uma fazenda próxima e numa noite, embriagado, adentrou o estabelecimento (Casa de Pasto¹¹) de Silvério, atirando em sua perna. Devido a falta de atendimento médico-hospitalar, Silvério foi levado a tratamento em São João de Montenegro. A narrativa, conforme os entrevistados, foi negada por muito tempo para não “manchar” a imagem do casal. Nesse sentido, observa-se o movimento de negação histórica para a construção de memórias mais favoráveis. (CANDAU, 2014, p. 77) salienta que,

Quando esse ato de memória, que é a totalização existencial, dispõe as balizas sólidas, aparecem as memórias organizadas, poderosas, fortes, por vezes monolíticas, que vão reforçar a crença de uma origem ou uma história comum ao grupo. Quando há uma diluição desses marcos,

⁸ É importante ressaltar que há uma diferença de aproximadamente dez anos entre este relato e os dados historiográficos.

⁹ Entrevista realizada em sua residência em 30 de novembro de 1998.

¹⁰ Entrevista realizada em sua residência, localidade Fazenda da Pratinha, mesmo local onde morou o senhor Silvério e a senhora Placidina de Araújo. Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 1998.

¹¹ Casa de Pasto corresponde a Hotel com ambiente reservado para refeições, onde além das refeições vendiam outros gêneros necessários à sobrevivência da população local. Assim denominado por ter uma área externa destinada ao descanso e poasto dos animais, cavalos, mulas utilizados pelos viajantes.

confusão de objetivos e opacidade de projetos, as memórias organizadas não chegam a emergir ou permanecem fracas, esparsas: nesse caso a ilusão do compartilhamento se esvanece o que contribui para um desencantamento geral.

Ao mencionarem dados que poderiam aviltar a memória do doador das terras e de sua esposa, os entrevistados contribuem para reflexões que foram omitidas por muito tempo na coletividade pratense.

Dando seguimento à trajetória do senhor Silvério, cinco anos antes de sua morte, declarou seu testamento e sua última vontade, fazendo como única e universal herdeira sua esposa Placidina Vieira de Araújo.

Quadro 2 - Reprodução do documento do testamento de Silvério Antônio de Araújo conforme a autora

“Aos 29 dias do mes de agosto do anno de mil oitcentos e noventa e oito me esta sede D.S.João Baptista do Erval segundo districto do município de Alfredo Chaves declaro que este e o meu testamento e ultima vontade. Declaro que sou natural de Jaguaraibe estado do Paraná filho legítimo de Antônio Joaquim de Araujo e Sinhorinha Maria dos Santos já falecida. Declaro que sou casado com Dona Placidina Vieira Gonçalves de Araújo de cujo casamento não houverão filhos. Declaro que estando como estou em meu perfeito juizo e entendimento e não tendo herdeiros descendentes ou ascendentes deixo todos os meus bens a minha mulher Placidina Vieira Gonçalves de Araujo que fica sendo minha universal herdeira. Rogo peço a Simão Vieira Gonçalves, Emílio Schneider, Luiz Cavane me queira a leitor o encargo de serem meus testamenteiros conforme a ordem em que esta declara ela esta e a minha desposição e a ultima vontade e por este testamento nego outro qualquer.

Silvério Antônio de Araújo.”¹²

Sobre a única herdeira consta na certidão de óbito

Quadro 3 - Reprodução do documento de Certidão de Óbito de Placidina Vieira de Araújo conforme a autora

Cerdidão de Óbito

Certifico que, em data de 11 de janeiro de 1923, no Livro Nº C -2, à fls. 198, sob o Nº 1, foi feito o Registro de óbito de “Placidina Vieira de Araújo” falecida em 10 de janeiro de 1923, às 16:00 horas, na Fazenda da Pratinha do sexo _____, profissão doméstica, natural deste Estado, domiciliado e residente no segundo districto de Alfredo Chaves - RS com setenta e oito (78) anos de idade, estado civil casada, filha de Pedro Gonçalves Vieira e Ignacia Vieira, tendo sido declarante Raphael Cherubini e o óbito atestado pelo Dr. Oscar Geyer que deu como causa da morte cancer do estomago e o sepultamento foi feito no cemitério velho, no segundo districto de Alfredo Chaves - RS.

Observações: Deixou testamento.¹³

Tendo ciência da importante ação desempenhada pela senhora Placidina, mesmo não sendo ela o sujeito em análise, mas evitando a ruptura dos acontecimentos os quais configuram os passos que possibilitaram a legalização das terras, são apresentados pormenores relativos à viúva de Silvério de Araújo. Nesse sentido, colabora (XERRI, 2004, p.41):

¹² Transcrição feita pela autora do livro do documento original encontrado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul

¹³ A Certidão de óbito foi obtida junto ao Serviço do Registro de Imóveis e de Reg. Civil das Pessoas Naturais. Comarca de Nova Prata. Neusa Maria Cassol - Oficial.

Após o falecimento de seu esposo, Dona Placidina procedeu a avaliação dos bens deixados por seu esposo e que estão enumerados no Traslado de procuração que fez em 25 de julho de 1903, onde nomeou como seu procurador a advogado João Marques da Silva Porto, por não saber ler e nem escrever. Junto a estes documentos foi possível localizar a herança por ela recebida, sendo: Bens imóveis: Uma fazenda de campo a terras de cultura denominada “Pratinha” no segundo districto do município de Alfredo Chaves, estado do Rio Grande do Sul, com a área superficial de 84.159.997 metros quadrados, dezoito casas construídas de madeira, um moinho movido a água para cereaes, um engenho também movido a água para serrar, galpões, mangueiras, taipas e aramados; nove colônias de terras de cultura, nas imediações da povoação de Capoeiras, no segundo distrito deste município, com a área de 3.812.878 metros quadrados; três e meia colônias de terras de cultura, nas imediações da povoação de Capoeiras, com área superficial de 1.487.000 metros quadrados; uma colônia da povoação denominada “Capoeiras”, segundo distrito deste município, com área superficial de 498.300 metros quadrados; uma colônia de terras de cultura nas imediações de Capoeiras com área superficial de 423.653 metros quadrados. Bens removentes: 300 rezers, 4 mulas, 10 cavalos, 20 éguas, 20 porcos. Bens móveis: 3 carretas, trastes de casa (utensílios de cozinha). Sendo os bens avaliados em: duzentos e quarenta e seis contos, oitocentos e trinta mil réis, discriminados: imóveis: duzentos e trinta e quatro contos de réis, removentes: seis contos, setecentos e quarenta mil réis, móveis: quinhentos e quarenta mil reis. Dívidas ativas da herança: cinco contos, quinhentos e cinqüenta mil réis.

Foi a viúva do senhor Silvério, que legalizou a doação das terras à comissão formada por imigrantes europeus, a qual desencadeou o surgimento de Capoeiras.

Figura 2 – Nova Prata 1923 – Funeral de Placidina de Araújo



Fonte: Acervo do Museu Municipal Domingos Batistel

Comissão de imigrantes italianos: doação e Nova Prata

O primeiro nome do lugar onde nasceu e se desenvolveu o município de Nova Prata foi uma homenagem ao santo de devoção do doador das terras, Silvério Antônio de Araújo, que era devoto de São João Batista; logo o povoado passou a ser denominado São João Batista do Herval¹⁴.

Para assimilar por quê a legalização da doação de terras ocorreu apenas por ação de Placidina de Araújo, recorro a (FARINA, 1986, p. 32), que

¹⁴ A referência herval se deve, conforme relatos orais, ao fato de um intenso vendaval que teria destruída região, apenas restando ervas – capoeiras, sendo que a localidade era o segundo distrito da colônia Alfredo Chaves, chamada de Capoeiras.

esclarece que a doação de terras por parte do senhor Silvério não se constituiu como o desejado:

Compensações e desilusões de Silvério Antônio de Araújo: como doador das terras teve o privilégio de escolher o Patrono de sua preferência, São João Batista; as terras deveriam ser vendidas e os recursos revertidos para a construção do templo, porém, nem tudo ocorreu como idealizado. Houve posseiros de muitos lotes e a construção da igreja se arrastou por muitos anos por falta de recursos. Descontente com os fatos negou-se a passar escritura pública da área doada.

Fazia parte dos desejos do senhor Silvério doar terras para “abrigar uma praça, um templo católico, e futuros moradores do povoado.” (idem). A Sociedade Protetora da Igreja foi representada pelos imigrantes Henrique Lenzi, Vicente Peruzzo e Francisco Toscan a quem foi entregue a escritura de doação da área apenas em 5 de Agosto de 1919, pela senhora Placidina de Araújo. O documento, conforme Farina (1986, p. 36) foi assinado pelos senhores Fernando Luzzatto, Rafaele Cherubini, Vicente Peruzzo, Henrique Lenzi e Clemente Tarasconi.

Figura 3 – Primeira Igreja de Nova Prata



Fonte: Acervo do Museu Municipal Domingos Batistel

A fotografia mostra assinalada a construção da primeira igreja, contemplando o desejo inicial de Silvério, uma vez que é notório o desenvolvimento, embora incipiente, da localidade de Capoeiras. Também se observa um desfile de crianças, demonstrando a ação educacional, pois a casa de dois andares ao lado esquerdo foi o primeiro estabelecimento escolar. Embora poucas habitações, é perceptível que a “vila” estava em desenvolvimento.

Mesmo não havendo a assinatura de representante da igreja católica, a sociedade foi formada por imigrantes, principalmente italianos, que a representava no dificultoso processo de doação de terras feita pelo senhor Silvério de Araújo e por sua esposa Placidina de Araújo, ambos descendentes de

não imigrantes italianos, mas cuja ascendência remete à sobrenome espanhol, que, conforme indicado, é originário da região da Galícia ao norte da Espanha, que faz divisa com Portugal¹⁵.

Na escritura de doação feita por Dona Placidina de Araújo aparecem os limites e a área; esta doação é feita à Associação Protectora da Igreja de São João Baptista do Herval¹⁶, cujo estatuto foi elaborado em 1919, fazendo parte da mesma os senhores Fernando Luzzatto, Rafaele Cherubini, Vicente Peruzzo, Henrique Lenzi e Clemente Tarasconi.

A constituição do município era desejo de moradores do segundo distrito de Alfredo Chaves, criado este pelo decreto nº 124 B, de 15 de janeiro de 1898. A formação de um novo município com características e administração próprias foi representado por uma comissão da qual faziam parte os senhores Henrique Lenzi, Cônego João Antônio Peres, Dr. Felix Engel Filho, Cap. Adolfo Schneider, Fernando Luzzatto, Clemente Tarasconi e Luiz Marafon, que apresentaram um memorial ao presidente do estado, senhor Antonio Borges de Medeiros, onde esclareciam os motivos pelos quais desejavam a emancipação. As razões apresentadas foram: “Área superficial dos núcleos, igual a 404 km² de terras fertilíssimas: população maior de 14.000 almas; renda superior a rs. 150:000\$000, suficiente para a manutenção da nova comuna, quando haviam outras de renda inferior a 100:000\$000 de réis.”¹⁷.

¹⁵ <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/a-origem-dos-15-sobrenomes-brasileiros-mais-populares/>

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/a-origem-dos-15-sobrenomes-brasileiros-mais-populares/>

¹⁶ FARINA, Geraldo.

¹⁷ Dados retirados do *Indicador Comercial e Profissional do Município de Prata*, elaborado por Oscar da Costa Karnal e editado em 1939 pela Tipografia Thurmann de Porto Alegre. Este indicador constituiu-se na primeira obra impressa a respeito de Prata, hoje Nova Prata, e, existem cópias, algumas inteiras, outras parciais, em mãos de particulares e no Museu Municipal e na Biblioteca Pública.

145 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul
V Simpósio Internacional XIII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro

Conforme o indicador comercial, industrial e profissional existiam na localidade “variadas industrias, de especial menção, taes como uma importante fabrica de produtos suinos, um moderno moinho de trigo, diversas serrarias e regular numero de carijos para o fabrico da erva-mate”, sem falar na agricultura que já se encontrava grandemente desenvolvida, dessa forma, em 11 de agosto de 1924, o presidente do estado, senhor Antônio Borges de Medeiros, através do decreto nº 3.351, emancipou e criou o novo município.

Considerações finais

O contexto de ocupação de terras por imigrantes europeus, sobretudo italianos, na área de colonização para além do Rio das Antas, em particular na colônia de Alfredo Chaves no final do século XIX e início do XX, demonstrou que a região já era habitada quando da chegada dos imigrantes italianos.

Sendo a ocupação oriunda do processo instituído pelo governo imperial brasileiro, no decorrer do estudo, foi constatado que os primeiros habitantes foram os indígenas da tribo coroados, sobre os quais se aspira sejam feitos novos e aprofundados estudos. A coexistência desses grupos indígenas com famílias de origem luso espanholas, também demonstraram que antes mesmo da chegada dos sujeitos imigrantes italianos, eram várias as formas de sobrevivência, nem sempre pacíficas.

O intento inicial do trabalho evidenciou que, embora tida como área de povoamento de imigrantes italianos, o desenvolvimento de Capoeiras – Prata – Nova Prata, foi possível graças a doação de terras feita por um senhor de origem espanhola. Salienta-se que a doação foi legalizada apenas depois de sua morte, realizada pela viúva, que também não era italiana. Os desencantos com iniciativas da comissão de terras, acabou por retardar a legalização da terra doada, a qual originou a vila que apresentava significativo desenvolvimento e tornou-se município em 1924.

Ademais, o trabalho representou a transcendência de sujeitos não italianos na área de colonização italiana no sul do Brasil, cujas

particularidades estreitaram relações sociais, econômicas e religiosas tanto com os italianos que chegavam, quanto com os que habitavam a área antes dele.

Referências bibliográficas

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Aryana. “História Local.” IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

DORNELLES, Soraia Sales. **De coroados a kaigangues**: as experiências vividas pelos indígenas no contexto da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. Dissertação de Mestrado PPGHis – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FARINA, Geraldo. **História de Nova Prata**. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

FAVERO, Giovanni. “Método da História e Ciências Sociais: Para uma micro-história aplicada.” IN: VENDRAME, Máira e KARSBURG, Alexandre. **Micro_História um Método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

XERRI, Eliana Gasparini. **Nova Prata**: uma incursão na história. Caxias do Sul, 2004.

